ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 70 Brasília - DF, segunda-feira, 13 de abril de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 7
Ministério do Desenvolvimento Regional 9
Ministério da Economia 12
Ministério da Educação 24
Ministério da Infraestrutura 29
Ministério da Justiça e Segurança Pública 38
Ministério do Meio Ambiente 42
Ministério de Minas e Energia 42
Ministério da Saúde 58
Ministério do Turismo 114
Ministério Público da União 116
Tribunal de Contas da União 117
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 139
..... Esta edição completa do DOU é composta de 140 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.573 **(1)**

ORIGEM : ADI - 4573 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou parcialmente procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade formal dos artigos 4° e 11 da Lei nº 15.168/2010 do Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.2.2020 a 20.2.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 15.168/10 DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE "*DISPÕE SOBRE A INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E ACESSIBILIDADE PARA AS FORMAS DE MOBILIDADE NÃO MOTORIZADAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS*". COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE TRÂNSITO. OFENSA AO ARTIGO 22, INCISO XI, DA CRFB. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DOS ARTIGOS 4° e 11 DO DIPLOMA IMPUGNADO. MATÉRIA ESPECÍFICA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. LEI 9.503/97. PRECEDENTES. LEI DE ORIGEM PARLAMENTAR. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA CRIAR ATRIBUIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO ESTADUAIS. INOCORRÊNCIA. DISPOSITIVOS MERAMENTE PROGRAMÁTICOS. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA. COMPETÊNCIA COMUM E CONCORRENTE. ARTIGOS 23, INCISOS II, VI E XII; E 24, INCISO XIV DA CRFB. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. A Constituição federal, nos termos do seu artigo 22, XI, erigiu a uniformidade nacional como diretriz para o disciplinamento do trânsito e transporte, de sorte que cabe somente à União dispor sobre a matéria.

2. *In casu*, invadem o campo da competência privativa da União os artigos 4º e 11 da Lei estadual 15.168, de 11 de maio de 2010, porquanto o real escopo do diploma estadual, naqueles artigos, é a conceituação de elementos do trânsito (artigo 4º) e a especificação das formas de sinalização de trânsito das ciclovias, ciclo faixas, passeios, vias de tráfego não motorizado compartilhado e passarela (art. 11).

3. Os artigos 1º a 3º e 5º a 10 da norma estadual, a seu turno, estão inseridos na competência do ente federativo para tratar do sistema viário e da mobilidade urbana, consoante estabelecido pelo artigo 22, XXI, da CRFB e densificado pelas Leis federais 12.379/2011 e 12.587/2012.

4. O artigo 16 da Lei 15.168/2010 do Estado de Santa Catarina disciplina os programas de capacitação, habilitação e educação para o trânsito, matéria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, *ex vi* do artigo 23, XII, da CRFB.

5. A autorização para que o Poder Executivo estadual crie unidade administrativa e técnica específica para o planejamento e implantação das estruturas previstas naquela Lei e institua fomento a empresas privadas e prefeituras municipais com o fito de incrementar a segurança e a mobilidade urbana (artigos 17, 19 e 20) não afronta o princípio da separação dos Poderes, nem cria despesa sem a respectiva fonte de custeio, porquanto compreende mera possibilidade futura de desenvolvimento de políticas públicas, sem a imposição de quaisquer medidas concretas e imediatas.

6. A obrigação de planejamento contida no art. 18 da Lei estadual não passa de explicitação de poder-dever já cominado à Administração Pública do Estado-membro, seja explicitamente, pelo art. 25, §3º da Carta Maior - que diz respeito à instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum - seja implicitamente, pelo princípio geral da eficiência que deve reger todo o atuar administrativo. Trata-se, ademais, de determinação consentânea com as diretrizes contidas na Lei 2.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

7. Os artigos 12 a 14 da Lei em apreço têm o claro objetivo de promover o acesso das pessoas com deficiência às vias e edifícios públicos, em cumprimento ao que estipulam os artigos 23, II e 24, I e XIV da CRFB, inexistindo, portanto, ofensa à distribuição constitucional das competências legislativas. Precedente: ADI 903, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 22/5/2013.

8. Ação **conhecida** e julgada **parcialmente procedente** para declarar a inconstitucionalidade formal dos artigos 4° e 11 da Lei 15.168/2010 do Estado de Santa Catarina.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.333 **(2)**

ORIGEM : ADI - 5333 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido formulado para declarar a constitucionalidade do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 2.758/2013 do Estado do Tocantins, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 7.2.2020 a 13.2.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ART. 3º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI N. 2.758/2013 DO TOCANTINS. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA POR INTERESSE SOCIAL. AL.* F *DO INC. I DO ART. 17 DA LEI N. 8.666/1993. ALEGADA OFENSA AO INC. XXVII DO ART. 22 E AO INC. XXI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À CONSTITUIÇÃO. AÇÃO DIRETA JULGA IMPROCEDENTE.*

1. *As normas estaduais questionadas referem-se à regularização fundiária sem configurar nova modalidade licitatória.*

2*. A expressão "interesse social" para os fins de se promover a regularização fundiária passível de dispensa de licitação prevista na al.* f *do inc. I do art. 17 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se à regulamentação da União, dos Estados e Municípios, conforme peculiaridades de cada ente federado.*

3*. Lei estadual na qual se indique como interesse social para regularização fundiária de ocupação de áreas públicas: competência do ente estadual. Condições de ocupações consolidadas e reconhecidas pelo Estado até 31.12.12, com comprovação da cadeia possessória de forma mansa e pacífica. Ausência de descumprimento da competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais de licitação (inc. XXVII do art. 22 da Constituição da República).*

4*. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida e julgada improcedente.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.400 **(3)**

ORIGEM : ADI - 5400 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS - COBRAPOL
ADV.(A/S) : MILTON MIRO VERNALHA FILHO (32783/PR)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.2.2020 a 20.2.2020.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 4º; 6º, *CAPUT* E §§ 2º, 4º E 5º; 7º, PARTE FINAL; E 11, § 1º, DA LEI 17.170/2012 DO ESTADO DO PARANÁ. REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS POR MEIO DE SUBSÍDIO. FIXAÇÃO DE PARCELA ÚNICA COM VALORES ESCALONADOS CONFORME O TEMPO DE SERVIÇO. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 39, § 4º, E 144, § 9º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO MANDAMENTO DO ARTIGO 7º, XXX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO CONHECIDA E JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO.

1. O regime de subsídio, atualmente adotado pela Constituição Federal, tem como característica fundamental o pagamento de parcela remuneratória única, em prol da transparência, moralidade, impessoalidade e isonomia salarial entre servidores públicos (artigo 39, § 4º, da Constituição Federal).

2. A fixação de diferentes valores de subsídios para refletir o escalonamento dos cargos em níveis crescentes de responsabilidade, complexidade e antiguidade é consequência lógica desse sistema remuneratório, mercê da necessidade de os servidores estarem organizados em carreira para a adoção do subsídio (artigo 39, § 8º, da Constituição Federal), sendo, ainda, consentânea com a eficiência e isonomia e previsibilidade que devem nortear o atuar administrativo. Precedente: ADI 4898, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 4/10/2019, *DJe* de 21/10/2019.

3. A adoção do tempo de serviço para fins de escalonamento dos subsídios de servidores públicos caracteriza discrímen razoável que não ofende o disposto no artigo 7º, XXX, da Constituição Federal.

4. *In casu*, os artigos 4º; 6º, *caput* e §§ 2º, 4º e 5º; 7º, parte final; e 11, § 1º, da Lei 17.170/2012 do Estado do Paraná reestruturaram o sistema remuneratório dos policiais civis e delegados de polícia civil do Estado, fixando contraprestação por subsídio, escalonado a carreira em diversas classes e referências, estabelecendo, para tanto, o enquadramento dos servidores nas respectivas referências de subsídio conforme o número



de adicionais por tempo de serviço, bem como a progressão funcional a cada 5 (cinco) ou 2 (dois) anos de efetivo serviço, de acordo com a carreira e a referência na classe. O escalonamento dos subsídios conforme o tempo de serviço, na hipótese, observou a necessidade de pagamento em parcela única, em respeito ao disposto nos artigos 39, § 4º, e 144, § 9º, da Constituição Federal.

5. Ação direta de inconstitucionalidade **conhecida** e julgado **improcedente** o pedido.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.319, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Institui a Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput** inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam instituídas a Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias - Conaero e a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - Conaportos com a finalidade de propor, coordenar e avaliar medidas de eficiência relacionadas às atividades desempenhadas pelos órgãos e entidades públicas nos aeroportos e nos portos, respectivamente .

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS - CONAERO

Seção I
Da composição e das atribuições

Subseção I
Da composição

Art. 2º A Conaero é composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria-Executiva, que a presidirá;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Polícia Federal;

IV - Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica;

V - Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária;

VII - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; e

VIII - Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.

§ 1º Cada membro da Conaero terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Conaero e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que representam e designados pela Comissão.

§ 3º Os membros da Conaero e respectivos suplentes terão autonomia para tomada de decisão nas reuniões da Comissão.

§ 4º A Conaero poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, e dos Comitês Técnicos, representantes de associações setoriais e demais órgãos e entidades públicas ou privadas que possam contribuir para o debate das pautas.

Subseção II
Das atribuições

Art. 3º Compete à Conaero:

I - coordenar as atividades dos órgãos e entidades públicas e privadas nos aeroportos, no âmbito de suas respectivas competências;

II - elaborar, implementar e revisar o Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita;

III - assessorar os órgãos públicos quanto à política de segurança contra atos de interferência ilícita e facilitação do transporte aéreo;

IV - promover alterações, aperfeiçoamentos ou revisões de atos normativos, procedimentos e rotinas de trabalho com vistas à otimização do fluxo de pessoas e bens e da ocupação dos espaços físicos nos aeroportos e ao aumento da qualidade, da segurança e da celeridade dos processos operacionais;

V - estabelecer parâmetros de desempenho e padrões mínimos para a atuação de órgãos e entidades públicos nos aeroportos e revisá-los periodicamente;

VI - propor aos órgãos ou entidades competentes medidas para implementar os padrões e as práticas internacionais relativas ao transporte aéreo, observados os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária, além de acompanhar a sua execução;

VII - aprovar a criação das Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e os Comitês Técnicos e estabelecer seus respectivos regimentos internos, que disporão sobre sua organização e funcionamento, bem como monitorar e orientar suas atividades;

VIII - avaliar e deliberar sobre as propostas encaminhadas pelas Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e pelos Comitês Técnicos;

IX - acompanhar o desempenho das operações aeroportuárias, por meio de indicadores, com o auxílio do operador do aeroporto e dos órgãos e entidades públicos e privados que nele exercem atividades;

X - coordenar os requerimentos de internacionalização de aeroporto que dependam de manifestação dos órgãos e das entidades de controle de fronteira do País e das demais autoridades estabelecidas em regulamentos específicos, observadas suas competências;

XI - aprovar seu regimento interno, que disporá sobre sua organização, a forma de apreciação e deliberação das matérias; e

XII - propor medidas com vistas:

a) ao aperfeiçoamento do fluxo de informações, o despacho por meio eletrônico, o compartilhamento dos bancos de dados e a integração dos sistemas informatizados dos órgãos e entidades públicos;

b) à adequação e à qualificação dos recursos humanos para o desempenho de suas atividades nos aeroportos;

c) à padronização das ações de cada um dos integrantes da Conaero nos aeroportos, conforme os parâmetros de desempenho a que se refere o inciso V; e

d) à adequação dos procedimentos e dos equipamentos necessários para atender aos requisitos de segurança, qualidade e celeridade recomendáveis às atividades públicas exercidas nos aeroportos.

CAPÍTULO II
DA COMISSÃO NACIONAL DAS AUTORIDADES NOS PORTOS - CONAPORTOS

Seção I
Da composição e das atribuições

Subseção I
Da composição

Art. 4º A Conaportos é composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria-Executiva, que a presidirá;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Polícia Federal;

IV - Ministério da Defesa, por meio do Comando da Marinha;

V - Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais;

VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária;

VII - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; e

VIII - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq.

§ 1º Cada membro da Conaportos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Conaportos e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que representam e designados pela Comissão.

§ 3º Os membros da Conaportos e respectivos suplentes terão autonomia para tomada de decisão nas reuniões da Comissão.

§ 4º A Conaportos poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, e dos Comitês Técnicos, representantes de associações setoriais e demais órgãos e entidades públicas ou privadas que possam contribuir para o debate das pautas.

Subseção II
Das atribuições

Art. 5º Compete à Conaportos:

I - promover a integração das atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL
JAIR MESSIAS BOLSONARO, Presidente da República | JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral | PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE, Diretor-Geral da Imprensa Nacional
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862
ALEXANDRE MIRANDA MACHADO, Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação | HELDER KLEIST OLIVEIRA, Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais
SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

II - promover alterações, aperfeiçoamentos ou revisões de atos normativos, procedimentos e rotinas de trabalho com vistas à otimização do fluxo de embarcações, bens, produtos e pessoas e da ocupação dos espaços físicos nos portos organizados e ao aumento da qualidade, da segurança e da celeridade dos processos operacionais;

III - estabelecer e monitorar parâmetros de desempenho para os órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias e propor sua revisão, quando necessário;

IV - estabelecer mecanismos que assegurem a eficiência na liberação de bens e produtos para operadores que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias;

V - propor aos órgãos ou entidades competentes medidas para implementar os padrões e práticas internacionais relativos à operação portuária e ao transporte marítimo, observados os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária;

VI - propor e promover, no âmbito dos portos organizados e instalações portuárias, medidas com o objetivo de:

a) aperfeiçoar o fluxo de informações e os processos operacionais;

b) possibilitar o compartilhamento dos bancos de dados e a integração dos sistemas informatizados dos órgãos e entidades públicos;

c) capacitar os agentes dos órgãos e entidades públicos para a melhoria da eficiência de suas atividades;

d) padronizar as ações dos órgãos e entidades públicos;

e) viabilizar os recursos materiais e financeiros para a atuação eficiente dos órgãos e entidades públicos;

f) aperfeiçoar os critérios para as atividades de fiscalização, com base em análise de risco; e

g) normatizar os procedimentos para atender aos requisitos de segurança, qualidade e celeridade;

VII - instituir as Comissões Locais das Autoridades nos Portos e os Comitês Técnicos e estabelecer seus respectivos regimentos internos, que disporão sobre sua organização e funcionamento;

VIII - avaliar e deliberar sobre as propostas encaminhadas pelas Comissões Locais das Autoridades nos Portos e pelos Comitês Técnicos.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º A Conaero e a Conaportos se reunirão em caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocadas por seus Presidentes ou por requerimento de seus membros.

§ 1º O quórum de reunião da Conaero e da Conaportos é de dois terços dos membros e o quórum de aprovação é de consenso.

§ 2º As deliberações da Conaero e da Conaportos serão registradas em ata, vedada a divulgação das discussões em curso sem a anuência prévia do Presidente da Comissão.

Art. 7º Os membros da Conaero e da Conaportos poderão participar das reuniões e dos grupos de trabalho temáticos por meio de videoconferência, desde que haja disponibilidade de recursos tecnológicos e que a solicitação seja realizada com antecedência.

Parágrafo único. Eventuais despesas com os deslocamentos dos membros titulares ou suplentes da Conaero e da Conaportos para participarem das reuniões ou e dos grupos de trabalho temáticos correrão à conta dos órgãos e entidades representadas.

Art. 8º A Conaero e a Conaportos poderão instituir grupos de trabalho temáticos, denominados Comitês Técnicos e subcolegiados locais, conforme o caso, Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e Comissões Locais das Autoridades nos Portos, para avaliação de matérias específicas e acompanhamento da implementação de suas ações.

Art. 9º Os Comitês Técnicos, as Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e as Comissões Locais das Autoridades nos Portos :

I - serão compostos na forma de ato da respectiva Comissão;

II - terão composição limitada à quantidade de membros da respectiva Comissão;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano;

IV - terão sua motivação e suas atribuições estabelecidos no ato de instituição; e

V - estão limitados a:

a) seis Comitês Técnicos operando simultaneamente em cada Comissão;

b) quantidade de Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos operando simultaneamente equivalente ao número total de aeroportos habilitados ao tráfego aéreo regular internacional de passageiros e cargas; e

c) quantidade de Comissões Locais das Autoridades nos Portos operando simultaneamente equivalente ao número total de portos organizados sob a jurisdição da autoridade portuária.

§ 1º Caberá ao operador aeroportuário e à autoridade portuária coordenar, presidir e secretariar os trabalhos da Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e da Comissões Locais das Autoridades nos Portos, respectivamente, e poderão convidar para participar de suas reuniões representantes de outros órgãos ou entidades públicos ou privados que exerçam atividades nos aeroportos e portos.

§ 2º O operador aeroportuário e a autoridade portuária fornecerão o apoio administrativo às atividades da Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e da Comissões Locais das Autoridades nos Portos, respectivamente, inclusive com o fornecimento de local dotado da infraestrutura e dos equipamentos necessários para o funcionamento como centro de informações e gestão coordenada de suas operações e atividades.

Art. 10. A Secretaria-Executiva da Conaero será exercida pela Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura.

Art. 11. A Secretaria-Executiva da Conaportos será exercida pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Art. 12. A Conaero e Conaportos terão duração por período indeterminado.

Art. 13. A participação na Conaero, na Conaportos, nos Comitês Técnicos, nas Comissões Locais das Autoridades nos Aeroportos e nas Comissões Locais das Autoridades nos Portos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Conaero e a Conaportos aprovarão os seus regimentos internos por meio de resolução, que disporão sobre sua estrutura organizacional e seu funcionamento, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto, nos termos do disposto no § 1º do art. 6º.

Art. 15. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011; e

II - o Decreto nº 7.861, de 6 de dezembro de 2012.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tarcisio Gomes de Freitas

DECRETO Nº 10.320, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e o seu Comitê Interministerial Executivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - BidSIM, com a finalidade de aumentar a competitividade e a atratividade das áreas a serem ofertadas nas rodadas de licitações de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Art. 2º Fica instituído o Comitê Interministerial Executivo do Programa de Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, a quem compete propor aperfeiçoamentos na governança e na metodologia das rodadas de licitações de que trata o art. 1º.

Art. 3º O Comitê Interministerial Executivo é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade:

I - dois do Ministério de Minas e Energia, um dos quais o coordenará;

II - dois da Casa Civil da Presidência da República;

III - dois do Ministério da Economia, dentre os quais um da Secretaria Especial do Programa de Parceria de Investimentos; e

IV - dois da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

§ 1º O Comitê poderá solicitar apoio técnico de outros órgãos ou entidades, além dos previstos no **caput**.

§ 2º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º Os representantes do Ministério de Minas e Energia, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia serão indicados pelos respectivos Secretários-Executivos.

§ 4º Os representantes da ANP serão indicados pelo seu Diretor-Geral.

§ 5º As indicações para compor o Comitê serão realizadas no prazo de quinze dias, contado da data de publicação deste Decreto.

§ 6º Os membros do Comitê Interministerial Executivo e respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que definirá o Coordenador do Comitê.

§ 7º Na hipótese de vacância, novos representantes serão indicados no prazo de quinze dias, contado da data da vacância.

§ 8º O Coordenador do Comitê Interministerial Executivo poderá convidar especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas para participar de suas reuniões, sem direito a voto, com o objetivo de prestar assessoramento sobre temas específicos.

AVISO

Foram publicadas em 9/4/2020 as edições extras nºs 69-A, 69-B e 69-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

§ 9º O Comitê Interministerial Executivo poderá realizar consultas e audiências públicas para obter subsídios e informações técnicas sobre a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Art. 4º O Comitê Interministerial Executivo se reunirá em caráter ordinário quinzenalmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo seu Coordenador.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de, no mínimo, cinco dias.

§ 2º A convocação de reuniões extraordinárias conterá a pauta dos assuntos a serem discutidos e especificará o horário para início das atividades e a previsão de seu término.

§ 3º O quórum de reunião do Comitê Interministerial Executivo é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 4º Além do voto ordinário, o Coordenador do Comitê terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 5º O Comitê Interministerial Executivo poderá instituir subcomitês com o objetivo de:

I - dar cumprimento às deliberações do Comitê; e

II - elaborar estudos:

a) sobre temas que, em razão de sua natureza e complexidade, necessitem de aprofundamento; e

b) para a construção do sistema de modelagem econômica.

Art. 6º Os subcomitês:

I - serão instituídos na forma de ato do Comitê Interministerial Executivo;

II - não poderão ter mais de cinco membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior à duração do Comitê Interministerial Executivo, nos termos do disposto no art. 10; e

IV - estão limitados a seis operando simultaneamente.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial Executivo será exercida pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia.

Art. 8º Os membros do Comitê Interministerial Executivo que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 9º A participação no Comitê Interministerial Executivo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação dos especialistas e dos representantes convidados nos termos do disposto no § 8º do art. 3º correrão à conta dos órgãos representados no Comitê Interministerial Executivo.

Art. 10. O prazo para conclusão dos trabalhos do Comitê Interministerial Executivo será de cento e oitenta dias, contado da data de publicação da portaria de nomeação dos representantes de cada órgão ou entidade, prorrogável uma vez por igual período, por meio de ato do Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Bento Albuquerque

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 162, de 8 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 36.678.

Nº 163, de 8 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 36.853.

Nº 164, de 8 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 36.970.

Nº 169, de 8 de abril de 2020. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.371.

Nº 170, de 8 de abril de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 343.623.574.293,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Anual vigente e dá outras providências".

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 28, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Subdelega competência para autorização de concessão de diárias e passagens no âmbito da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 7, de 13 de março de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, ressalvado o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLOVIS FELIX CURADO JUNIOR

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 7, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da PORTARIA Nº 561, DE 11 DE ABRIL DE 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.013654/2018-13, resolve:

Art. 1° Converter em definitivo o credenciamento da empresa MONTENEGRO INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA CNPJ 82.207.192/0001-76, credenciada sob o nº BR PR 710, localizada na Rodovia Ponta Grossa/Guaragi, Km 28, Ponta Grossa-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Tratamento Térmico (HT);

Secagem em Estufa (KD).

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 04 (quatro) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura no Paraná, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 70, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934, e no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o que consta do Processo nº 21000.069715/2019-75, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para recebimento de manifestações técnicas, previsto na Portaria n° 37, da Secretaria de Defesa Agropecuária, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 30, de 12 de fevereiro de 2020, Seção 1, Página 13.

Parágrafo único. A referida consulta pública se refere a Projeto de Instrução Normativa que altera o texto da Instrução Normativa nº 26, de 09/07/2009, que aprova o REGULAMENTO TÉCNICO PARA A FABRICAÇÃO, O CONTROLE DE QUALIDADE, A COMERCIALIZAÇÃO E O EMPREGO DE PRODUTOS ANTIMICROBIANOS DE USO VETERINÁRIO.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 71, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934, e no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o que consta do Processo nº 21000.089247/2019-55, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para recebimento de manifestações técnicas, previsto na Portaria n° 36, da Secretaria de Defesa Agropecuária, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 30, de 12 de fevereiro de 2020, Seção 1, Página 13.

Parágrafo único. A referida consulta pública se refere a Projeto de Instrução Normativa de Regulamento Técnico, contendo os requisitos para registro simplificado de produto de uso veterinário.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 86, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto n° 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934, e no Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, e o que consta do Processo nº 21000.062666/2019-40, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para recebimento de manifestações técnicas, previsto na Portaria n° 35, da Secretaria de Defesa Agropecuária, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 30, de 12 de fevereiro de 2020, Seção 1, Página 13.

Parágrafo único. A referida consulta pública se refere a Projeto de Instrução Normativa que visa atualizar Regulamento Técnico para a aprovação dos critérios e procedimentos, avaliação da eficácia, da segurança e da rotulagem de produtos antiparasitários de uso veterinário, elaborados no país ou importados, para fins de registro, alteração de registro e renovação de registro.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do LINK: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS
DIRETORIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA
COORDENAÇÃO-GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

PORTARIA N° 64, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AYRTON GALICIANI MARTINELLO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
112047	Mão na Lata - Do artesanal ao digital.	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	Estruturação do projeto com equipamentos; oficinas de fotografia e literatura para jovens das comunidades da Maré e edição de um livro de fotografias.	254.640,00
121246	Festival de Joinville 2012	Instituto Festival de Dança de Joinville	Seleção dos grupos inscritos na Mostra Competitiva. Noites Especiais (Abertura e Gala) - espetáculos com companhias profissionais convidadas.	1.352.000,00
1410602	Energia em Cena 2015/16	Imagini do Brasil	Apresentações teatrais em Escolas Públicas para alunos do ensino infantil, fundamental e médio.	400.000,00
138074	Ponta Grossa: imagens, histórias e lendas	ABC Projetos Culturais LTDA	Editar um livro a partir do levantamento de histórias da região de Ponta Grossa, traduzidas em textos e em 200 fotografias artísticas.	87.300,00
184328	Páscoa Iluminada 2019	Vivas Cultura e Esporte LTDA	Montagens cênicas, apresentações musicais e instalações audiovisuais em Araxá/MG.	195.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
1010894	Giorgio de Chirico: O espaço urb. como plateia de hum. moderno	Base Sete Projetos Culturais LTDA.	Exposição retrospectiva do artista Giorgio DE CHIRICO em 2012, no MASP - Museu de Arte de São Paulo.	814.000,00
094064	Lentes do Rio Grande do Sul - Fotógrafos do Sul	Portfolio Criação e Produção de Artes Visuais Ltda.	Livro cultural, com pesquisa histórica e documentação fotográfica das principais regiões do estado do Rio Grande do Sul.	161.000,00

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 268, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
201862 - MercadIM
EZEQUIAS SALLA - E S ASSESSORIA E PROJETOS
CNPJ/CPF: 33.030.267/0001-80
Processo: 01400001829202031
Cidade: Rio do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.698,39
Prazo de Captação: 13/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações com foco no desenvolvimento da economia criativa nas cidades que fazem parte da Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca (Imbituba, Laguna e Garopaba) localizada, no litoral de Santa Catarina, com (a) seminários, (b) edital de incentivo a feiras artesanais, (c) mapeamento da produção artesanal local, (d) desenvolvimento de estratégias, (e) ensaio fotográfico de produtos artesanais da região, (f) vídeos e (g) site oficial com calendário de atividades com foco na promoção das feiras e eventos culturais de forma associada ao turismo.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
201859 - Rainha Leona em: O mistério da floresta azul
REINO BAMBINI SERVICOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 30.840.915/0001-76
Processo: 01400001826202006
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.992,24
Prazo de Captação: 13/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto prevê concepção, edição, finalização, tiragem e distribuição de um livro infantil trilíngue (português, inglês e espalhol) intitulado "Rainha Leona em: O mistério da floresta azul" com acessórios óculos e bracelete de papel, o desenvolvimento de um filme de curta-metragem de animação 2D de 2 minutos sobre anarrativa do livro e como contrapartida social, uma ação cultural para 100 crianças e professores da rede pública de Itá-SC, com distribuição gratuita dos produtos e experiência sensorial na plantação de mirtilos. O público alvo são crianças de 6 a 10 anos. A narrativa do Livro irá embasar o conteúdo do filme. Ela é protagonizada por uma heroína agricultora e será focada em uma das suas aventuras, onde a personagem principal adentra uma enorme floresta azul e brilhante e é recebida pela guardiã da floresta de mirtilos.

201860 - Um lago, o menino e a Lua
CLB Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.474.150/0001-86
Processo: 01400001827202042
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 150.204,83
Prazo de Captação: 13/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção e distribuição de um livro de literatura para crianças, intitulado "Um lago, o menino e a Lua", de autoria da escritora Cléo Busatto.

201861 - BICHOS DA MATA: RASTROS QUE CONTAM HISTÓRIAS
AVIS BRASILIS COMERCIO DE ARTIGOS ECOLOGICOS, CULTURAIS E EDITORA LTDA ME
CNPJ/CPF: 05.828.467/0001-48
Processo: 01400001828202097
Cidade: Vinhedo - SP;
Valor Aprovado: R$ 563.912,90
Prazo de Captação: 13/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produção de livro bilingue intitulado "BICHOS DA MATA - RASTROS QUE CONTAM HISTÓRIAS" que contemplará um importante registro cultural e natural dos principais ícones das matas do Brasil como a onça-pintada, onça-parda, lobo-guará, aves multicoloridas, tamanduás, primatas etc. Animais estes, presentes em região que abrange as peculiaridades do Cerrado Brasileiro, Matas Miliares e Mata Atlântica cujo acervo de pesquisa, fotos e ilustrações permitirão fomentar e divulgar histórias desses bichos que estão presentes na cultura local e no inconsciente coletivo de comunidades que convivem com as paisagens naturais e a fauna nesse majestoso patrimônio imaterial brasileiro sempre buscando educar através da exposição do conhecimento popular em consonância à fauna tipicamente brasileira.

PORTARIA Nº 269, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178272 - Cultura na Estrada
QUERY ADMINISTRACAO E ASSESSORIA EM NEGOCIOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.819.170/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 50.000,00
Valor total atual: R$ 4.006.996,00

184235 - Montagem e circulação do Espetáculo: Tradição e Amizade sem Fronteiras!
INVERNADAS ARTISTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS
CNPJ/CPF: 07.501.159/0001-39
Cidade: São Lourenço do Oeste - SC;
Valor Complementado: R$ 640,00
Valor total atual: R$ 159.060,00

PORTARIA Nº 270, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191168 - TEATRO DE FANTOCHES 2020
GRUPO PRIMAVERA
CNPJ/CPF: 67.995.969/0001-10
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

191690 - Mundo Cão
Willians Thadeu Mezzacapa Júnior
CNPJ/CPF: 337.970.298-61
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193183 - Casa do Beco - Plano anual 2020 - Programação Cultural a serviço da Comunidade
ASSOCIACAO CULTURAL CASA DO BECO
CNPJ/CPF: 04.589.342/0001-40
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184646 - Núcleo de Artes do São Miguel
Associação São Miguel Arcanjo

CNPJ/CPF: 00.961.304/0001-15
Cidade: Barbacena - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

185182 - Soltando a Voz
ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA MÚSICOS VOLUNTÁRIOS DE LAGES
CNPJ/CPF: 10.693.813/0001-68
Cidade: Lages - SC;
Prazo de Captação: 01/03/2020 à 31/12/2020

192388 - Plano Anual de Atividades e Manutenção 2020 - NAC TALES
Núcleo de Ação Cultural Talento Alegria e Solidariedade
CNPJ/CPF: 13.737.258/0001-17
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

192397 - Projeto Música nas Comunidades Ano XV
Centro Cultural Eintracht
CNPJ/CPF: 93.849.180/0001-61
Cidade: Campo Bom - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
190297 - BRASIL BRASILEIRO - ARTE POPULAR
SALIS & SALIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.703.989/0001-98
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/02/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 271, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181623 - A COMÉDIA GAÚCHA de Luiz Coronel
MECENAS - EDITORA E PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 04.017.371/0001-37
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 188.912,54

182170 - 3º Animaneco - Festival de Teatro de Bonecos de Joinville
CASSIO FERNANDO CORREIA
CNPJ/CPF: 18.174.774/0001-02
Cidade: Joinville - SC;
Valor Reduzido: R$ 183.458,25
Valor total atual: R$ 45.864,00

190880 - 32º Sonho de Natal de Canela
1A CASA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E MULTICULTURAIS EIRELI
CNPJ/CPF: 14.958.749/0001-50
Cidade: Canela - RS;
Valor Reduzido: R$ 816.258,30
Valor total atual: R$ 102.775,20

191910 - Circulação do Espetáculo Â"FOI COISA DE SACIÂ"
Produções artisticas
CNPJ/CPF: 19.184.177/0001-13
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Reduzido: R$ 7.702,40
Valor total atual: R$ 161.750,40

192859 - Caravana do Circo Teatro Sem Lona - 3º ano
OCHOA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 04.540.929/0001-64
Cidade: Maringá - PR;
Valor Reduzido: R$ 135.285,37
Valor total atual: R$ 549.687,38

192888 - AprochegArte
SKENE - ADMINISTRACAO E PRODUCAO DE PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.403.160/0001-03
Cidade: Santa Cruz do Sul - RS;
Valor Reduzido: R$ 6.588,00
Valor total atual: R$ 481.841,05

193266 - MAIS DANÇA 2020
SOCIEDADE CULTURA ARTISTICA
CNPJ/CPF: 82.901.638/0001-68
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Reduzido: R$ 4.765,19
Valor total atual: R$ 299.656,35

200878 - Â"APAE LIMEIRA - OFICINAS CULTURAIS Â" - PLANO PLURIANUAL
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LIMEIRA
CNPJ/CPF: 44.759.074/0001-81
Cidade: Limeira - SP;
Valor Reduzido: R$ 34.441,00
Valor total atual: R$ 240.731,48

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
183692 - CIRCUITO CULTURAL TODAS AS ARTES PARA TODAS AS PARTES - IV
INSTITUTO JOSE GONZAGA VIEIRA
CNPJ/CPF: 06.885.165/0001-74
Cidade: Londrina - PR;
Valor Reduzido: R$ 4.621,25
Valor total atual: R$ 281.373,30

185536 - IMA
SATÉLITE CULTURAL
CNPJ/CPF: 20.136.626/0001-37
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 407.197,20
Valor total atual: R$ 485.652,57

191639 - Educação e Desenvolvimento Musical de Crianças, Jovens e Adultos.
CAXIAS ENSEMBLE ATIVIDADES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 33.649.121/0001-18
Cidade: Dois Irmãos - RS;
Valor Reduzido: R$ 95.422,81
Valor total atual: R$ 104.488,38

191888 - PirAção Musical
GAIA
CNPJ/CPF: 21.354.603/0001-61
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.463,59
Valor total atual: R$ 196.968,82

192608 - ORQUESTRA FILARMÔNICA DA SCAR Â- CIRCULAÇÃO E MANUTENÇÃO 2020
Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 09.265.469/0001-27
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Reduzido: R$ 629,20
Valor total atual: R$ 640.561,90

192958 - PROJETO ESPAÇO VIDA E MÚSICA - CIPO BA
INSTITUTO CARGOLIFT
CNPJ/CPF: 05.792.857/0001-05
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 1.980,00
Valor total atual: R$ 426.756,00

193170 - VI Gramado in concert
VS Cultura e Comunicação
CNPJ/CPF: 09.452.840/0001-60
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 30.973,17
Valor total atual: R$ 383.350,43

193192 - ARTE PARA TODOS - Ano II
Henrique Natal Vieira
CNPJ/CPF: 436.731.046-91
Cidade: Araxá - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.860,00
Valor total atual: R$ 259.974,00

194213 - II Encontro de Cordas Friccionadas de Sobral
HELEN MAYARA DE ANDRADE SALES
CNPJ/CPF: 105.329.124-89
Cidade: Sobral - CE;
Valor Reduzido: R$ 11.968,11
Valor total atual: R$ 38.871,00

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
185354 - Circular Campina Cidade Velha 2019
ASSOCIACAO AMIGOS DE BELEM
CNPJ/CPF: 19.791.569/0001-40
Cidade: Belém - PA;
Valor Reduzido: R$ 92,40
Valor total atual: R$ 370.154,40

193195 - COMPLEXO FERROVIARIO DE PINDAMONHANGABA - CASA DO ENGENHEIRO - RESTAURO E READEQUAÇÃO PARA NOVOS USOS
FORMARTE PROJETOS PRODUCAO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 00.486.398/0001-18
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 232.912,19
Valor total atual: R$ 1.302.227,29

193893 - Programa Histórico-Cultural Trem da Vale
Associação Memorial Minas Gerais Vale
CNPJ/CPF: 13.631.755/0001-36
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 810,00
Valor total atual: R$ 2.081.095,00

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
193878 - ULTRALEVE
KALINA ANDREA PIRES NUNES BOURGEOIS
CNPJ/CPF: 27.067.359/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.328,00
Valor total atual em: R$ 196.588,80

PORTARIA Nº 272, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Homologar a alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 184173 - Coletânea Surpresas e Brincadeiras, publicado na portaria nº 0682/18 de 29/10/2018, publicada no D.O.U. de 30/10/2018.

Onde se lê: Esta proposta se refere a edição, impressão e publicação de uma coletanea infantil, com livros para crianças a partir de 06 anos de idade. Será feito uma caixa contendo 04 livros infantis. Haverá CD com audio descrição em uma % da tiragem.

Leia-se: Esta proposta se refere a edição, impressão e publicação de uma coletanea infantil, contendo um livro para crianças a partir de 06 anos de idade. Não será uma caixa contendo 04 livros infantis, tendo em vista o valor captado.

PRONAC: 184538 - Circulação de Repertório, publicado na portaria nº 0717/18 de 16/11/2018, publicada no D.O.U. de 19/11/2018.

Onde se lê: Temporada do espetáculo infantil "Chapeuzinho Vermelho", da Companhia O Trem, com realização da Tríplice Cultural. O espetáculo é o quinto da Companhia, que faz uma releitura da clássica história da menina que vai pela floresta levar doces para a avó e acaba se encontrando com um lobo mau.

Leia-se: Apresentações do espetáculo infantil ?Chapeuzinho Vermelho? e "Um lugar chamado sim", da Companhia O Trem, na cidade de São Paulo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 29, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 380, de 11 de dezembro de 2019 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Homologar a redução de valor em favor do projeto audiovisual relacionado abaixo desta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

185017 - Rede Cineclube Escola Animada 2019
Instituto Fábrica do Futuro
CNPJ/CPF: 10.676.238/0001-95
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Reduzido: R$ 189.301,10
Valor total atual: R$ 230.220,94

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 57, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1015955-73.2020.4.01.3400, impetrado pelo INSTITUTO GUGA KUERTEN, CNPJ nº 04.003.206/0001-26, de Florianópolis/SC, resolve, nos termos da liminar deferida:

Art. 1º Conferir ao ato declaratório concessivo do CEBAS - Portaria nº 284, de 13 de dezembro de 2019, da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, efeitos ex-tunc, retroativos desde o encerramento da concessão do CEBAS anterior até a concessão do atual, ou seja entre 27/06/18 a 16/12/201.

Art. 2º Onde se lê "27/06/18 a 16/12/201", compreende-se o período entre 27/06/2018 e 16/12/2019.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.885/2020

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 15ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.015788/2020-21

Requerente: Centro de Pesquisa René Rachou - Fiocruz (CPqRR-Fiocruz)

CQB: 157/02

Endereço: Av. Augusto de Lima, 1715. Barro Preto, Belo Horizonte - MG. CEP: 30190-002.

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto de Pesquisa - Nível de Biossegurança 2

Extrato Prévio: 7024/2020, publicado no Diário Oficial da União em 03 de abril 2020

Decisão: DEFERIDO

Após apreciação do processo do pedido de Parecer Técnico referente ao Projeto de Pesquisa a ser executado em instalações credenciadas com nível de biossegurança 2 da Instituição, a CTNBio concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Centro de Pesquisa René Rachou - Fiocruz, Dr. Alexandre de Magalhães Vieira Machado, solicita emissão de parecer técnico para o projeto de pesquisa denominado: "Utilização do vírus influenza expressando hemaglutinina H1 ou H3 e porção antigênica da proteína S (spike) do SARS-CoV-2 como vacina bivalente para prevenção da gripe sazonal e Covid-19" a ser executado em instalações credenciadas no CQB da Instituição.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MARIA SUELI SOARES FELIPE

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa ou cassação

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53508.007249/2013	Fundação Tropical De Radiodifusão Educativa	FME	Paty do Alferes	RJ	Multa	2.456,01	Art. 38, "e", da Lei nº 4.117/62, e art. 3º da Portaria Interministerial MC/MEC nº 651/99.	Portaria DECEF n° 1088 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.003186/2017	Associação Cultural E Educativa Megatown	RTV	Piracicaba	SP	Multa	2.003,71	Art. 31 do Decreto nº 5.371/05	Portaria DECEF n° 1091 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.009376/2017	Radio Itaipu De Ourinhos Ltda	FM	Ourinhos	SP	Multa	5.236,36	Art. 28, item 12, "h", do Decreto n° 52.795/63.	Portaria DECEF n° 1101 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.006823/2017	Proware 2000 Telecomunicação Som E Imagem Ltda	FM	Serra Negra	SP	Multa	15.316,35	Art. 71, caput, da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1134 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.009375/2017	Radio Clube De Ourinhos Ltda	OM	Ourinhos	SP	Multa	3.740,26	Art. 28, item 12, "h", do Decreto n° 52.795/63	Portaria DECEF n° 1141 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.058839/2013	Associação De Municípios Do Anel Do Brejo	RTV	São Sebastião da Lagoa de Roça	PB	Cassação		Parágrafo único do art. 30 do Decreto nº 5.371/05	Portaria DECEF n° 1324 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013
53000.012035/2013	Associação Comunitária Cultural Aracruz	RADCOM	Aracruz	ES	Multa	5.875,43	Art. 40, IV, V, VI, XII, XIII, XV, XVI, XVII e XXII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1349 de 07/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar os processos, abaixo relacionados sem aplicação de sanção.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
01250.008027/2017	Rádio Fátima FM De Cruz Alta Ltda	FM	Cruz Alta	RS	Portaria DECEF n° 1201 de 07/04/2020
01250.005072/2017	Fundação Cultural Planalto De Passo Fundo	OM, FM	Passo Fundo	RS	Portaria DECEF n° 1247 de 07/04/2020
01250.007867/2017	Sistema Liberdade De Comunicação Ltda	FM	Tianguá	CE	Portaria DECEF n° 1252 de 07/04/2020
01250.016655/2019	Rádio E Televisão Record	TV	São Paulo	SP	Portaria DECEF n° 1552 de 07/04/2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo, abaixo relacionado sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
01250.003568/2016	Rádio Guarujá Paulista Ltda.	FM	Santos	SP	Portaria DECEF n° 1478 de 07/04/2020

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS

DESPACHO Nº 420/SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 4°, inciso III, da Portaria n.° 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo n.° 01250.002462/2020-34, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO TRES DE MAIO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Imbituva - PR, utilizando o canal n.° 237 (duzentos e trinta e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica n.° 6898/2020/SEI-MCTIC.

LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA

DESPACHO Nº 457/SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 4°, inciso III, da Portaria n.° 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo n.° 01250.016212/2020-81, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de RIO GRANDE-RS, utilizando o canal n.° 284 (duzentos e oitenta e quatroo), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.° 7379/2020/SEI-MCTIC.

LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 1,903, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53660.000012/1999-41. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) FLEXIBRÁS TUBOS FLEXÍVEIS LTDA , CNPJ/CPF: 28.910.529/0001-61, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.950 - Expede autorização de uso de radiofrequências à MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA, CNPJ nº 33.931.486/0019-60, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 1.961 - Expede autorização de uso de radiofrequências a DONISETE GERALDO LEITE, CPF nº 726.298.436-53, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 7 DE ABRIL DE 2020

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 1.896 - Amadeu Manoel dos Santos, CNPJ 97001520810, Processo 53504.002004/2020-70;

Nº 1.897 - Evandro Junior dos Santos, CNPJ 27926897000135, Processo 53504.001871/2020-98

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 670, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Processo nº 53500.053145/2019-57. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA TEREZA, CNPJ 15.873.096/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tauá/CE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 1.215, DE 4 DE MARÇO DE 2020

Processo nº 53500.004450/2020-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CENTRAL RONDONIENSE DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 84.606.888/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Presidente Médici/RO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.523 Processo nº 53500.005958/2020-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ITAIPU DE MARILIA LTDA, CNPJ 46.174.496/0002-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jaú/SP.

Nº 1.524 Processo nº 53500.009768/2020-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Xapuri/AC.

Nº 1.525 Processo nº 53500.009770/2020-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Branco/AC.

Nº 1.526 Processo nº 53500.009771/2020-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Feijó/AC.

Nº 1.529 Processo nº 53500.009776/2020-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Sena Madureira/AC.

Nº 1.530 Processo nº 53500.009777/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Sena Madureira/AC.

Nº 1.532 Processo nº 53500.009780/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasiléia/AC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 25 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.603 Processo nº 53500.007889/2020-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A, CNPJ 59.152.629/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itirapina/SP.

Nº 1.604 Processo nº 53500.008970/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NORTAO COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA., CNPJ 03.897.724/0001-78, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Borba/AM.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE MARÇO DE 2020

Nº 1.663 Processo nº 53500.013670/2020-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TRES FRONTEIRAS LTDA, CNPJ 01.833.846/0001-75, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Foz do Iguaçu/PR.

Nº 1.664 Processo nº 53500.013757/2020-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CARIRIS DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 04.487.804/0001-18, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pirapora/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 1.786, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.052869/2019-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rosa/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 3 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.832 Processo nº 53500.014328/2020-91. Expede autorização à T J VIDAL MULTIMIDIA EIRELI, CNPJ/MF nº 35.823.430/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.837 Processo nº 53508.011301/2019-32. Expede autorização à DRY COMPANY DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 15.564.295/0001-04, para prestar o Serviço Móvel Global por Satélite, por prazo indeterminado, tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 6 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.856 Processo nº 53500.051770/2019-64. Expede autorização à P & B COMERCIO E SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 08.349.155/0001-40, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.869 Processo nº 53500.008161/2020-29. Expede autorização à Filipe Silva Gomes, CNPJ/MF nº 26.897.521/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.870 Processo nº 53500.014753/2020-80. Expede autorização à CLEBER ATAIDE PASTI & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 17.846.392/0001-07, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 1.873 Processo nº 53500.014268/2020-14. Expede autorização à R2 Telecom Comercio de Produtos Para Informatica Ltda, CNPJ/MF nº 72.639.628/0001-42, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 1.874 Processo nº 53500.010769/2020-13. Expede autorização à NOVA ERA BARRA - TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 33.597.670/0001-96, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 7 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.892 Processo nº 53500.008662/2020-13. Expede autorização à Fp Conectividade Ltda, CNPJ/MF nº 34.857.108/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.893 Processo nº 53500.011281/2020-11. Expede autorização à FIBRANET PENTECOSTE SERVICOS DE REDES E TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 29.924.596/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.899 Processo nº 53500.013213/2020-89. Expede autorização à RCL NET PROVEDOR DE SERVICOS DE TELECOMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 34.858.382/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.916 Processo nº 53500.012852/2020-27. Expede autorização à Alessio Rios Silva, CNPJ/MF nº 35.018.607/0001-83, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 948, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Estabelece o funcionamento da Ouvidoria-Geral e define os procedimentos a serem aplicados às manifestações de ouvidoria e aos pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso de suas atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, e considerando o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017, no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, no Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017, no Decreto n. 9.492, de 5 de setembro de 2018, Decreto n. 10.153, de 3 de dezembro de 2019, e no Decreto n. 9.666, de 02 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Estabelecer o funcionamento da Ouvidoria-Geral e definir os procedimentos a serem aplicados às manifestações de ouvidoria e aos pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, consideram-se:

I - usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviços públicos;

II - manifestações de ouvidoria: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

III - denúncia: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

IV - reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público ou à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;

V - solicitação de providências: pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

VI - sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública federal;

VII - elogio: demonstração de reconhecimento ou de satisfação sobre o serviço público oferecido ou atendimento recebido;

VIII - solicitação de simplificação: manifestação efetivada por meio de formulário denominado "Simplifique!", com a finalidade de promover a participação do usuário de serviço público no processo de simplificação e desburocratização de serviços, nos termos do art. 13 do Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017;

IX - certificação de identidade: procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido ou, na hipótese de manifestação por meio eletrônico, por meio de assentamento constante de cadastro público federal, respeitado o disposto na legislação sobre sigilo e proteção de dados e informações pessoais;

X - unidade administrativa: unidade que compõe a estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Regional;

XI - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XII - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

XIII - informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XIV - informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

XV - elemento de identificação: qualquer dado ou informação que permita a associação direta ou indireta do denunciante à denúncia por ele realizada; e

XVI - pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

CAPÍTULO II

DA OUVIDORIA-GERAL

Seção I

Das Competências

Art. 3º A Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional é a instância pública de controle e participação social que atua como mediadora nas relações entre os usuários dos serviços públicos.

Parágrafo único. A Ouvidoria-Geral tem o dever de agir com presteza, compromisso e imparcialidade no processamento das demandas recebidas, de forma a contribuir na efetividade da participação popular para o aprimoramento dos serviços públicos prestados.

Art. 4º O Ouvidor terá independência funcional para a realização das atividades inerentes às suas atribuições e atuará em regime de cooperação mútua com as unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 5º Compete à Ouvidoria-Geral:

I - receber, analisar, dar tratamento e apresentar resposta às manifestações de ouvidoria relativas às políticas e aos serviços públicos prestados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;

II - solicitar informações às unidades administrativas com vistas a subsidiar as respostas ao usuário;

III - propor medidas de aperfeiçoamento considerando as manifestações recebidas e encaminhá-las às unidades administrativas competentes para exame e aprimoramento da prestação de serviço público, quando for o caso;

IV - organizar, consolidar e interpretar o conjunto de dados das demandas recebidas e dar publicidade dos resultados obtidos às unidades administrativas e aos usuários;

V - atuar perante as unidades administrativas para manter atualizado o Portal de Serviços do Ministério, conforme estabelecido pelo Decreto n. 9.094, de 2017;

VI - exercer, em conjunto com a Autoridade de Monitoramento, as competências relativas à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VII - realizar as atividades do serviço de informações ao cidadão; e

VIII - apoiar e implementar ações de transparência ativa.

Seção II

Do Horário de Funcionamento

Art. 6º A Ouvidoria-Geral funcionará das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, para atendimento aos usuários e às unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional, sem prejuízo da carga horária semanal a que estão subordinados os seus servidores.

Parágrafo único. O horário anterior e posterior ao definido no caput será destinado ao expediente interno da unidade.

CAPÍTULO III

DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

Seção I

Do Cadastro e da Tramitação

Art. 7º A Ouvidoria-Geral constitui canal único para o recebimento e o tratamento das manifestações de ouvidoria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 8º Todas as manifestações de ouvidoria deverão ser registradas no sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União e cadastradas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pela Ouvidoria-Geral, para tratamento.

§ 1º A unidade administrativa que receber, qualquer que seja o meio, denúncia, reclamação, solicitação de providências, sugestão, elogio e solicitação de simplificação, deverá promover seu pronto encaminhamento à Ouvidoria-Geral para o adequado registro, tratamento e controle.

§ 2º As manifestações de ouvidoria recebidas por meios de comunicação oral, quer presencialmente ou por telefone, deverão ser reduzidas a termo pela Ouvidoria-Geral e cadastradas conforme caput.

§ 3º Todos os atos relacionados ao atendimento da manifestação de ouvidoria deverão ser registrados no processo SEI a que esta se refere.

Art. 9º Após cadastro da manifestação, a Ouvidoria-Geral enviará resposta intermediária ao usuário informando-o do recebimento, da tramitação e do prazo para atendimento.

Art. 10. A Ouvidoria-Geral procederá à análise prévia da manifestação recebida e, caso necessário, encaminhará às unidades administrativas responsáveis para providências.

Parágrafo único. A unidade administrativa que receber manifestação de ouvidoria sobre matéria alheia à sua competência deverá restitui-la de imediato à Ouvidoria-Geral para o devido encaminhamento.

Art. 11. Quando o conteúdo da manifestação apresentada pelo usuário for insuficiente para a sua análise, a Ouvidoria-Geral solicitará a complementação de informações.

Parágrafo único. A falta da complementação da informação pelo usuário no prazo estabelecido no art. 21 acarretará o arquivamento automático da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 12. A Ouvidoria-Geral poderá fazer ponderações e observações, no que couber, acerca do conteúdo da resposta apresentada pela unidade administrativa e devolver a manifestação para adequação.

Art. 13. A solicitação de certificação de identidade do usuário somente poderá ser exigida quando a resposta à manifestação implicar o acesso à informação pessoal própria ou de terceiros.

Art. 14. As respostas encaminhadas aos usuários deverão ser redigidas em linguagem simples, objetiva e compreensível e de forma a se evitar o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

Art. 15. A resposta conclusiva da manifestação de ouvidoria dependerá do seu tipo, conforme explicitado a seguir:

I - denúncia: conterá informação sobre o seu encaminhamento aos órgãos apuratórios competentes e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida;

II - elogio: conterá informação sobre o seu encaminhamento ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público e à sua chefia imediata;

III - reclamação ou solicitação de providências: conterá informação objetiva acerca do fato apontado com as medidas a serem realizadas, no que couber;

IV - sugestão: conterá a manifestação acerca da possibilidade de adoção da providência sugerida; e

V - solicitação de simplificação: conterá a análise sobre o tema indicando, em caso de inviabilidade de simplificação, o motivo da manutenção do procedimento, considerando as diretrizes previstas no art. 1º do Decreto n. 9.094, de 2017.

Art. 16. Em caso de manifestação de ouvidoria registrada em duplicidade, do mesmo manifestante e com mesmo conteúdo, será considerado válido o primeiro registro e os demais serão encerrados com a devida notificação ao usuário.

Art. 17. Em caso de manifestação de ouvidoria cadastrada para complementar um registro anterior, o seu conteúdo será incluído na manifestação inicial e o cadastro complementar será encerrado com a devida notificação ao usuário.

Art. 18. Quando a resposta a ser apresentada envolver outro órgão ou entidade, a Ouvidoria-Geral apresentará resposta intermediária ao usuário, contendo posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, e encaminhará a manifestação de ouvidoria ao órgão/entidade responsável para complementação.

Parágrafo único. Nos casos de denúncia, o encaminhamento se dará conforme art. 27

Seção II

Dos Prazos

Art. 19. A Ouvidoria-Geral deverá enviar resposta conclusiva às manifestações dos usuários no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez, por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa fundamentada. Parágrafo único. Os prazos contar-se-ão do registro da manifestação no sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União.

Art. 20. As unidades administrativas devem enviar as informações solicitadas pela Ouvidoria-Geral no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por igual período, desde que motivadamente, conforme o disposto no § 6º do art. 18 do Decreto n. 9.492, de 5 de setembro de 2018.

§ 1º Caso haja a necessidade de prorrogação, a unidade administrativa deve solicitá-la à Ouvidoria-Geral com antecedência mínima de 2 (dois) dias da expiração do prazo estabelecido no caput.

§ 2º Na hipótese do parágrafo único do art. 10, o prazo para envio das informações pela unidade administrativa competente será o remanescente do caput.

Art. 21. A solicitação de complementação de informações de que trata o art. 11 deverá ser atendida no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de seu recebimento, e suspenderá o prazo para atendimento que será retomado a partir da data de resposta do usuário.

Art. 22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento da manifestação for em dia em que não houver expediente.

Art. 23. Na hipótese do art. 10, a Ouvidoria-Geral encaminhará, no processo SEI correspondente, os seguintes avisos de vencimento do prazo às unidades administrativas competentes:

I - 1º lembrete, no décimo oitavo dia de tramitação;

II - 2º lembrete, no vigésimo dia de tramitação;

III - 1ª cobrança de atraso, no vigésimo quinto dia de tramitação; e

IV - 2ª cobrança de atraso, no último dia do prazo para resposta conclusiva.

Parágrafo único. Junto ao aviso de 2ª cobrança de atraso, será enviado correio eletrônico via SEI à autoridade e ao respectivo chefe de gabinete da unidade administrativa responsável para providências.

Art. 24. Em caso de descumprimento do art. 20, a Ouvidoria-Geral poderá informar o fato à Comissão de Ética Setorial do Ministério do Desenvolvimento Regional para apuração de eventual infração ética, conforme disposto no Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994.

Seção III

Das Denúncias

Art. 25. Os agentes públicos que não desempenhem funções na Ouvidoria-Geral e recebam denúncia de irregularidades deverão encaminhá-las imediatamente à Ouvidoria-Geral e não poderão dar publicidade ao conteúdo da denúncia ou a elemento de identificação do denunciante.

Art. 26. Ao receber a denúncia, a Ouvidoria-Geral analisará, preliminarmente, a existência de indicativos mínimos de autoria e materialidade, com descrição da conduta e do fato.

§ 1º Para a denúncia que não contenha os requisitos constantes do caput, será solicitada complementação, sob pena de arquivamento.

§ 2º A comunicação de irregularidade que não preencher os requisitos fixados neste artigo será arquivada.

Art. 27. Em se tratando de denúncia cuja apuração não se insira no âmbito da competência do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Ouvidoria-Geral a encaminhará ao órgão ou entidade competente e informará ao denunciante.

§ 1º O encaminhamento de denúncia com elementos de identificação do denunciante será precedida de seu consentimento, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de a denúncia somente ser encaminhada após a sua pseudonimização.

§ 2º As informações que constituírem comunicações de irregularidade de origem anônima serão enviadas ao órgão ou à entidade competente para a sua apuração, observada a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade, não sendo possível o seu acompanhamento pelo usuário.

Art. 28. Observada a existência dos requisitos previstos no caput do art. 26, apresentada denúncia anônima à Ouvidoria-Geral, esta a receberá e a tratará, devendo encaminhá-la às áreas responsáveis pela apuração.

Art. 29. A denúncia será categorizada segundo seu conteúdo, com procedimentos distintos de apuração pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme os incisos abaixo:

I - denúncia sobre atividades relacionadas a políticas públicas de competência institucional;

II - denúncia sobre infrações disciplinares de servidor;

III - denúncia sobre desvio de conduta ética;

IV - denúncia sobre terceirizados; e

V - denúncia que envolva prática de ato lesivo por pessoa jurídica.

§ 1º A enumeração deste artigo não exclui outras categorias de denúncias sobre práticas de irregularidades que porventura sejam recebidas.

§ 2º Não excluída a possibilidade de apuração interna, a Ouvidoria-Geral encaminhará ao respectivo Ministério Público ou Tribunal de Contas as denúncias que possuam indícios de crimes ou de outras ocorrências cuja competência seja desses órgãos.

§ 3º A Ouvidoria-Geral deverá informar à Controladoria-Geral da União a existência de denúncia em face de agente público no exercício de cargo comissionado do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS a partir do nível 4 (quatro) ou equivalente.

Art. 30. A denúncia que envolver atividades relacionadas a políticas públicas de competência institucional será direcionada pela Ouvidoria-Geral à unidade administrativa responsável para providências cabíveis.

Art. 31. A Ouvidoria-Geral encaminhará o conteúdo da denúncia à Corregedoria-Geral nos seguintes casos:

I - indício de transgressão disciplinar de servidor em exercício neste Ministério; ou

II - prática de ato lesivo por pessoa jurídica contra o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 32. Se o conteúdo da denúncia estiver relacionado a desvios éticos de conduta de agente público, nos termos do Decreto n. 1.171, de 1994, a Ouvidoria-Geral encaminhará à Comissão de Ética Setorial do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 33. Em caso de prestador de serviço terceirizado, a denúncia será direcionada à unidade administrativa competente para as providências que lhe couber, bem como à Comissão de Ética Setorial do Ministério, para apuração.

Art. 34. A Ouvidoria-Geral assegurará a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do denunciante, nos termos do art. 31 da Lei n. 12.527, de 2011, sujeitando-se o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

§ 1º A Ouvidoria-Geral providenciará a pseudonimização da denúncia para o posterior envio ao órgão apuratório ou unidade administrativa competente.

§ 2º Caso indispensável à apuração dos fatos, os elementos de identificação do denunciante poderão ser encaminhados ao órgão apuratório ou unidade administrativa, desde que demonstrada a necessidade de conhecê-los, ficando estes responsáveis pela restrição do acesso à identidade do denunciante por terceiros.

§ 3º A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo não se aplica caso se configure denunciação caluniosa, nos termos do art. 339 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ou flagrante má-fé por parte do denunciante.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Do Serviço de Informações ao Cidadão

Art. 35. O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Desenvolvimento Regional ficará sob a coordenação da Ouvidoria-Geral.

Art. 36. Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão:

I - receber o pedido de acesso e, sempre que possível, fornecer de imediato a informação;

II - registrar o pedido de acesso à informação em sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União;

III - encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade administrativa responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

IV - receber a resposta da unidade administrativa, realizar as adequações necessárias e encaminhá-la ao interessado;

V - controlar os prazos de atendimento estipulados na Lei n. 12.527, de 2011, no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, e nesta Portaria; e

VI - orientar as unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional quanto à aplicação dos dispositivos da Lei n. 12.527, de 2011, nas respostas oferecidas aos interessados.

Seção II

Do Recebimento e do Cadastro

Art. 37. Constitui objeto de pedido de acesso à informação formulado com fundamento na Lei n. 12.527, de 2011, e no Decreto n. 7.724, de 2012, a solicitação de dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, produzidos ou acumulados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, recolhidos ou não ao arquivo.

Art. 38. Os pedidos de acesso à informação serão recebidos:

I - por meio do sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União;

II - por correspondência física; e

III - presencialmente, por meio de comparecimento do interessado às dependências da Ouvidoria-Geral deste Ministério, em Brasília-DF.

Art. 39. Todos os pedidos de informação deverão ser registrados no sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União e cadastrados no Sistema Eletrônico de Informações, pelo Serviço de Informações ao Cidadão, para tratamento.

§ 1º A unidade administrativa que receber - qualquer que seja o meio - pedidos de acesso à informação, deverá promover seu pronto encaminhamento ao Serviço de Informações ao Cidadão para o adequado registro, tratamento e controle.

§ 2º Os pedidos de acesso à informação recebidos por meios de comunicação oral deverão ser reduzidos a termo e cadastrados conforme orientações deste artigo.

Seção III

Da Tramitação e da Resposta

Art. 40. O Serviço de Informações ao Cidadão disponibilizará a informação imediatamente, caso esteja disponível.

Art. 41. Se não for possível a disponibilização da informação na forma disposta no art. 40, o Serviço de Informações ao Cidadão encaminhará às unidades administrativas responsáveis para providências.

§ 1º A unidade administrativa que receber pedido de informação sobre matéria alheia à sua competência deverá restituí-lo de imediato ao Serviço de Informações ao Cidadão para o devido encaminhamento.

§ 2º Todos os atos relacionados ao atendimento do pedido de acesso à informação deverão ser registrados no processo SEI a que este se refere.

§ 3º Quando o atendimento do pedido envolver duas ou mais unidades administrativas do Ministério, o Serviço de Informações ao Cidadão consolidará as informações recebidas e apresentará a resposta ao interessado.

Art. 42. O Serviço de Informações ao Cidadão poderá fazer ponderações e observações, no que couber, acerca do conteúdo da resposta apresentada pela unidade administrativa e devolver o pedido de informação para adequação.

Art. 43. A resposta ao pedido de informação deverá ser fornecida mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e em linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

Art. 44. A resposta ao pedido de informação abrange a orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada, se for o caso.

Art. 45. Em caso de pedido de acesso à informação registrado em duplicidade, do mesmo manifestante e com mesmo conteúdo, será considerado válido o primeiro registro e os demais serão encerrados com a devida notificação ao interessado.

Seção IV

Dos Recursos e da Reclamação

Art. 46. O recurso de primeira instância de que trata o art. 15 da Lei n. 12.527, de 2011, será enviado pelo Serviço de Informações ao Cidadão, por meio do SEI, à unidade administrativa responsável pela resposta apresentada ao pedido de acesso à informação, a qual caberá instruir o processo para apreciação e deliberação pela autoridade hierarquicamente superior.

Art. 47. O recurso de segunda instância de que trata o parágrafo único do art. 21 do Decreto n. 7.724, de 2012, será enviado pelo Serviço de Informações ao Cidadão, por meio do SEI, ao Gabinete do Ministro, o qual caberá instruir o processo para apreciação e deliberação pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. O Gabinete do Ministro poderá solicitar informações à unidade administrativa responsável pela resposta apresentada ao recurso de primeira instância para subsidiar a decisão.

Art. 48. No caso de reclamação apresentada pelo interessado em razão de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o Serviço de Informações ao Cidadão a enviará, por meio do SEI, à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011, para manifestação.

Parágrafo único. A Autoridade de Monitoramento solicitará esclarecimentos ao responsável pela unidade administrativa sobre a reclamação.

Seção V

Dos Prazos

Art. 49. O Serviço de Informações ao Cidadão deverá apresentar resposta ao interessado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis uma única vez, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o interessado.

Art. 50. No caso de necessidade de encaminhamento do pedido de acesso à informação, conforme o art. 41, as unidades administrativas deverão enviar as informações solicitadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão no prazo máximo de 17 (dezessete) dias.

§ 1º As informações ou documentos prontamente disponíveis nas unidades administrativas deverão ser encaminhados ao Serviço de Informações ao Cidadão no menor prazo possível.

§ 2º Na hipótese do § 1º do art. 41, o prazo para envio das informações pela unidade administrativa competente será o remanescente.

§ 3º Caso haja a necessidade de mais tempo para atendimento do pedido, a unidade administrativa deverá solicitar ao Serviço de Informações ao Cidadão, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da expiração do prazo estabelecido no caput, a prorrogação do prazo interno por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

Art. 51. Na hipótese do art. 41, o Serviço de Informações ao Cidadão encaminhará, no processo SEI correspondente, os seguintes avisos de vencimento do prazo às unidades administrativas:

I - 1º lembrete, no décimo quinto dia de tramitação;

II - 2º lembrete, no décimo sétimo dia de tramitação; e

III - cobrança de atraso, no último dia do prazo para resposta.

Parágrafo único. Junto ao aviso de cobrança de atraso, será enviado correio eletrônico via SEI à autoridade competente da unidade administrativa responsável e ao respectivo chefe de gabinete, para providências.

Art. 52. As unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional terão o prazo de 5 (cinco) dias para o trâmite interno, análise, produção de decisão pela autoridade competente e encaminhamento dos recursos de primeira e segunda instâncias ao Serviço de Informações ao Cidadão.

Parágrafo único. A decisão dos recursos de primeira e segunda instância deverão ser encaminhadas até às 16 (dezesseis) horas do último dia do prazo previsto no caput para que o Serviço de Informações ao Cidadão a insira no sistema informatizado disponibilizado pela Controladoria-Geral da União em tempo hábil.

Art. 53. Esgotados os prazos estipulados nos arts. 50 e 52 sem que a unidade administrativa competente ou autoridade responsável proceda ao envio das informações, o Serviço de Informações ao Cidadão comunicará o fato à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º A Autoridade de Monitoramento notificará a unidade administrativa responsável pela informação para que, no prazo de 2 (dois) dias, justifique a omissão e adote as providências necessárias ao atendimento do pedido.

§ 2º Em caso de descumprimento do §1º, a Autoridade de Monitoramento poderá informar o fato à Corregedoria-Geral para apuração de eventual infração disciplinar, conforme disposto no art. 32 da Lei n. 12.527, de 2011.

Art. 54. A Autoridade de Monitoramento deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da reclamação de que trata o art. 48.

Parágrafo único. O responsável pela unidade administrativa terá o prazo de 2 (dois) dias para prestar esclarecimentos à Autoridade de Monitoramento.

Art. 55. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento do pedido de informação for em dia em que não houver expediente.

Seção VI

Das Restrições de Acesso à Informação

Art. 56. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o Serviço de Informações ao Cidadão ou a unidade administrativa deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o interessado poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 57. No caso de negativa total ou parcial de acesso à informação, a unidade administrativa deverá indicar o fundamento legal para a negativa e as razões de fato e de direito que a justifiquem.

Art. 58. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, deverá ser assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 59. O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

Art. 60. Cabe ao Serviço de Informações ao Cidadão e às unidades administrativas resguardarem, sob pena de responsabilização, nos termos do art. 34 da Lei n. 12.527, de 2011:

I - as informações pessoais;

II - as informações classificadas, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei n. 12.527, de 2011;

III - as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 1º do art. 7º da Lei n. 12.527, de 2011; e

IV - as hipóteses de sigilo previstas nas demais legislações, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça, conforme inciso I do art. 6º do Decreto n. 7.724, de 2012.

Parágrafo único. O acesso a documentos de que trata o inciso I será assegurado integralmente às partes integrantes dos autos, mediante certificação de identidade e, nos demais casos, com restrição das informações pessoais sensíveis.

Seção VII

Da Transparência Ativa

Art. 61. A Ouvidoria-Geral, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional, deverá monitorar a atualização da seção específica do sítio eletrônico do Ministério criada para divulgar as informações produzidas por este órgão, em atendimento ao § 3º do art. 7º do Decreto n. 7.724, de 2012.

Art. 62. A Ouvidoria-Geral comunicará às unidades administrativas as informações mais procuradas pelo cidadão recebidas por meio do serviço de acesso à informação propondo soluções de transparência ativa.

Parágrafo único. A Ouvidoria-Geral recomendará às unidades administrativas a inclusão ou a melhoria das informações disponíveis em "perguntas frequentes" do sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO V

DA PUBLICIDADE

Art. 63. Todo o material informativo, nos formatos impresso e digital, tais como cartilhas, folders, encartes, etc., produzido para divulgação externa da atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional deverá conter informações sobre os canais de atendimento disponibilizados aos usuários de serviços públicos, como números de telefone, e-mail e website da Ouvidoria-Geral.

Art. 64. A Ouvidoria-Geral disponibilizará painel interativo com a finalidade de organizar e dar transparência aos indicadores e dados pertinentes às manifestações de ouvidoria e pedidos de informação recebidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações de ouvidoria ou de pedidos de informação formulados nos termos desta Portaria.

Art. 66. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos que determinaram a apresentação de manifestações de ouvidoria ou pedidos de informação perante a Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 67. Ficam revogadas a Portaria MI n. 55, de 31 de março de 2015, e a Portaria MCID n. 680, de 22 de novembro de 2018.

Art. 68. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.022, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Martins Soares - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Martins Soares-MG, no valor de R$ 72.604,80 (setenta e dois mil seiscentos e quatro reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003791/2020-19.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.023, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santana de Pirapama - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santana de Pirapama - MG, no valor de R$ 122.785,33 (cento e vinte e dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003916/2020-19.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.025, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Crucilândia - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Crucilândia - MG, no valor de R$ 88.720,20 (oitenta e oito mil setecentos e vinte reais e vinte centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003780/2020-39.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.028, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AL	Santana do Ipanema	Inundações - 1.2.1.0.0	22	26/03/2020	59051.008399/2020-76
BA	Andorinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	061	18/03/2020	59051.008362/2020-48
CE	Hidrolândia	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	11	26/03/2020	59051.008351/2020-68
MA	Trizidela do Vale	Inundações - 1.2.1.0.0	21	19/03/2020	59051.008341/2020-22
MG	Ponto Chique	Seca - 1.4.1.2.0	004	08/01/2020	59051.008383/2020-63
MG	São João do Pacuí	Estiagem - 1.4.1.1.0	06	15/01/2020	59051.008377/2020-14
PA	Marabá	Inundações - 1.2.1.0.0	21	17/03/2020	59051.008258/2020-53
RJ	Itaguaí	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	4433	12/03/2020	59051.008234/2020-02
RS	Arvorezinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	2800	09/03/2020	59051.008413/2020-31
RS	Áurea	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.875	09/03/2020	59051.008380/2020-20
RS	Barão de Cotegipe	Estiagem - 1.4.1.1.0	2.090	16/03/2020	59051.008410/2020-06
RS	Butiá	Estiagem - 1.4.1.1.0	0001	13/01/2020	59051.008306/2020-11
RS	Cacequi	Estiagem - 1.4.1.1.0	6.104	05/03/2020	59051.008366/2020-26
RS	Caiçara	Estiagem - 1.4.1.1.0	004	09/03/2020	59051.008397/2020-87
RS	Campos Borges	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.986	16/01/2020	59051.008085/2020-73
RS	Carlos Gomes	Estiagem - 1.4.1.1.0	1596	16/03/2020	59051.008375/2020-17
RS	Caseiros	Estiagem - 1.4.1.1.0	1169	17/03/2020	59051.008324/2020-95
RS	Dilermando de Aguiar	Estiagem - 1.4.1.1.0	025	26/03/2020	59051.008378/2020-51
RS	Entre-Ijuís	Estiagem - 1.4.1.1.0	36	12/03/2020	59051.008293/2020-72
RS	Erebango	Estiagem - 1.4.1.1.0	1144	24/03/2020	59051.008432/2020-68
RS	Fortaleza dos Valos	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.091	23/03/2020	59051.008382/2020-19
RS	Getúlio Vargas	Estiagem - 1.4.1.1.0	3.470	20/03/2020	59051.008369/2020-60
RS	Guaporé	Estiagem - 1.4.1.1.0	6267	17/03/2020	59051.008433/2020-11
RS	Itapuca	Estiagem - 1.4.1.1.0	013	16/03/2020	59051.008367/2020-71
RS	Sananduva	Estiagem - 1.4.1.1.0	6827	18/03/2020	59051.008360/2020-59
RS	São Jorge	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.133	09/03/2020	59051.008364/2020-37
RS	Unistalda	Estiagem - 1.4.1.1.0	04	11/03/2020	59051.008365/2020-81
RS	Vila Lângaro	Estiagem - 1.4.1.1.0	2182	12/03/2020	59051.008363/2020-92

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.029, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
ES	São Mateus	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	11.367	31/03/2020	59051.008393/2020-07
RN	Mossoró	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	5631	23/03/2020	59051.008392/2020-54

Art. 2º Reconhecer a Situação de Emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Parintins	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	023	07/04/2020	59051.008376/2020-61
PR	Curitiba	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	478	31/03/2020	59051.008321/2020-51
PR	São José dos Pinhais	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	3.769	03/04/2020	59051.008385/2020-52
RJ	Rio de Janeiro	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	47263	17/03/2020	59051.008361/2020-01

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 9 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 00190.111053/2019-83
Interessado: Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB-CP
Assunto: Contrato da Terceira Novação de Dívida, a ser celebrado entre a União e a Companhia de Habitação Popular de Campinas, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor R$ 30.130.249,84 (trinta milhões, cento e trinta mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), posição em 1º de novembro de 2018.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 4ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SANTA CATARINA
PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CHAPECÓ

ATO Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM CHAPECÓ, abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 73/1993, e tendo em vista o contido na Lei nº 10.684/2003 e no inciso II do art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º. Excluir do PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/2003, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato de Exclusão, pelos motivos apurados no bojo dos respectivos Processos Administrativos.

Art. 2º A exclusão implicará na remessa do débito para a inscrição em divida Ativa ou no prosseguimento da execução, conforme o caso, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Ato de Exclusão, nos termos do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03/2004, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Santa Catarina, com endereço na Rua Arcipreste Paiva, 107, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-530.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este Ato de Exclusão entra em vigor na data de sua publicação.

ADAM HAAS

ANEXO ÚNICO

CNPJ/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	Processo Administrativo
81.620.973/0001-25	Adelar José Pereira de Andrade	16814.720024/2020-04
83.691.006/0001-80	Jovino Zanin	16814.720025/2020-41

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 9.669, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Aprova o quantitativo de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá - HU-UNIFAP

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005, e pelo Anexo I, art. 98, do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH a ser lotado no Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá - HU-UNIFAP, em 1.260 (mil duzentos e sessenta) vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal da empresa pública federal são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concursos público;
II. os empregados efetivos admitidos sem concurso antes de 5.10.1988;
III. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;
IV. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;
V. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;
VI. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;
VII. os empregados readmitidos e reintegrados;
VIII. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);
IX. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e
X. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete à EBSERH gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que seja observado o limite estabelecido no Art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art.. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 7 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 17944.104082/2019-21
Interessado: Município de Guarda-Mor - MG
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Município de Guarda-Mor - MG, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Guarda-Mor - MG, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A e do Banco Bradesco S.A, ambos relativos a Contrato de Financiamento, a ser firmado entre o Município de Guarda-Mor - MG e a CAIXA, no valor de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), cujos recursos serão destinados à aquisição de equipamentos e mobiliários para o hospital e demais unidades de saúde, construção e reformas de pontes, construção e reforma de prédios públicos, melhorias da infraestrutura de iluminação pública, aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, dentre outros previstos na linha de financiamento, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 7 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 17944.104538/2019-53
Interessado: Município de Barracão - PR.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Município de Barracão - PR, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Barracão - PR, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, do Banco Itaú S/A e da CAIXA, ambos relativos a Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o Município de Barracão - PR e a CAIXA, no valor de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), cujos recursos serão destinados à realização de ações em infraestrutura no âmbito do FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 8 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 17944.101636/2018-58
Interessados: Estado do Paraná e Banco Interamericano de Desenvolvimento
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Paraná - PR e o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, no valor de até US$ 118.370.000,00 (cento e dezoito milhões, trezentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar parcialmente o "Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a permissão contida na Resolução nº 42, de 12 de dezembro de 2019, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2019, no uso da competência que me confere o Art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União, podendo ser celebrado novo contrato de garantia entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, observadas as formalidades de praxe.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;
CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007; e
CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.100270/2020-11, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de abril de 2020, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
ITEM	UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	**4,7191	**4,7191	**4,3046	**4,2569	**6,5971	**6,5971	-	*4,0412	-	-	-	-
2	AL	**4,7050	**4,7873	**3,7560	**3,6250	-	*4,9838	*2,5687	*3,7757	**3,6041	-	-	-
3	AM	**4,6273	**4,6273	**3,8055	*3,7191	-	**5,8536	-	**3,5254	*2,2970	1,4773	-	-
4	AP	**3,3780	**3,3780	**3,7270	**3,6370	**6,4700	*6,4700	-	3,8350	-	-	-	-
5	BA	4,5900	5,2000	3,8000	3,7000	4,7800	4,7800	-	3,5000	2,4400	-	-	-
6	CE	4,6600	4,6600	3,7078	3,6022	4,9300	4,9300	-	3,5345	-	-	-	-
7	DF	**3,9660	**6,3380	**3,6380	**3,4820	*5,7300	*5,7300	-	**3,4310	3,7990	-	-	-
8	ES	4,4572	6,2966	3,7890	3,4680	5,0689	5,0689	-	3,8382	-	-	-	-

9	GO	**4,2178	**5,2340	**3,4179	**3,3130	**5,4792	**5,4792	-	**2,7657	-	-	-	-
10	MA	**4,1660	5,7000	**3,5010	**3,3000	-	**5,5192	-	**3,7730	-	-	-	-
11	MG	4,8174	6,4811	3,7535	3,6504	5,3796	6,6534	5,1698	3,3659	3,3322	-	-	-
12	MS	**4,5426	**6,6058	**3,6083	**3,5254	**5,6628	**5,6628	*3,0336	**3,5741	*3,2297	-	-	-
13	MT	**4,3076	6,6758	4,0404	**3,5677	7,4152	7,4152	4,6034	**2,9479	2,8990	2,4700	-	-
14	PA	**4,5230	**4,5230	**3,8370	**3,8940	5,7862	5,7862	-	3,7350	-	-	-	-
15	PB	**4,2724	**7,9981	**3,6315	**3,5407	-	*5,7233	**2,8172	*3,2813	*3,7252	-	3,6100	3,6100
16	PE	4,6011	4,6011	3,6001	3,6001	5,0715	5,0715	-	3,4910	-	-	-	-
17	PI	**4,6000	**4,6500	**3,5500	**3,4900	**4,8460	**4,8460	3,6300	*3,6700	-	-	-	-
18	PR	**4,0200	6,1900	**3,0900	**3,0400	5,0900	5,0900	-	**3,0100	-	-	-	-
19	RJ	**4,8090	**5,2439	**3,6600	**3,4640	-	*5,0069	2,4456	**4,0970	*3,0200			
20	RN	**4,3430	7,3900	**3,6660	**3,5050	**5,2590	**5,2590	-	**3,6070	**3,4600	-	1,6900	1,6900
21	RO	**4,5230	**4,5230	**3,7990	**3,7550	-	**6,3010	-	*3,9210	-	-	2,9656	-
22	RR	**3,9900	**4,0500	**3,6500	**3,6300	*6,5020	**6,5020	*3,5670	**3,8700	-	-	-	-
23	RS	**4,4271	**7,0301	**3,3018	**3,2334	**5,4094	**5,4094	-	**4,3702	**3,5837	-	-	-
24	SC	4,3200	6,0100	3,5300	3,4300	5,5500	5,5500	-	3,8000	3,0200	-	-	-
25	SE	**4,3380	**4,4590	**3,3660	**3,3090	**4,5962	**4,5962	**3,0000	**3,6760	3,2890	-	-	-
26	SP	**4,2140	**4,2140	**3,5400	**3,3630	*5,3285	5,3867	-	**2,9240	-	-	-	-
27	TO	4,6600	7,3600	3,6500	3,5900	6,2000	6,2000	4,9000	3,6500	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 23, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Publica Protocolo celebrado entre os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.101331/2019-23, e no processo correlato, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda e Economia dos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, que recebeu manifestação favorável na 179ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 24 e 25 de março de 2020:

PROTOCOLO ICMS 01/20, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás e altera o Protocolo ICMS 40/19, que estabelece procedimentos diferenciados para a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) relativo à prestação de serviço de transporte ferroviário de produtos destinados à exportação pelo Porto de Santos, na hipótese que especifica.

Os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, neste ato representados pelos respectivos Secretários de Fazenda e Economia, considerando o disposto nos artigos 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás incluído nas disposições do Protocolo ICMS 40/19, de 1º de julho de 2019.

Cláusula segunda Fica acrescido o item 3 ao Anexo Único do Protocolo ICMS 40/19, com a seguinte redação:

3	Rumo Malha Central S.A	33.572.408/0002-78	10.776.769-4	Anápolis-GO

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, São Paulo - Henrique de Campos Meirelles

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 9.638, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Portaria GME n° 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9, resolve

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2020, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2020;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2020 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de março de 2020; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,001800.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de abril de 2020, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,001800.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Economia, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PROVIMENTO Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Estabelece critérios para disciplinar a redistribuição extraordinária de recursos no âmbito das Unidades Julgadoras integrantes da estrutura do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - CRPS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, do Regimento Interno do CRPS, aprovado pela Portaria MDSA nº 116/2017, de 20 de março de 2017,

CONSIDERANDO o expressivo número de recursos administrativos parados no CRPS aguardando o cumprimento de diligências instrutórias por parte do INSS, algo em torno de 120.000 (cento e vinte mil) expedientes;

CONSIDERANDO que a demora no cumprimento das diligências por parte do INSS tem impactado negativamente no tempo de análise e julgamento pelos Conselheiros do CRPS;

CONSIDERANDO que o Provimento CRPS 220/2012, que instituiu a distribuição eletrônica automático de processos no âmbito das Unidades Julgadoras, dispõe que são impedidos de receberem novos processos os Conselheiros que tiverem sob sua responsabilidade processo pendente de solução há mais de 60 dias (art. 4º, "c",), bem como que inibirá o cadastramento de relatório e voto para o Conselheiro que tiver sob sua responsabilidade processo pendente de solução há 85 dias ou mais (art. 5º);

CONSIDERANDO que, nos termos do Provimento CRPS nº 03/2017 (art. 7º, § 4º, "b"), a retenção de processos por mais de 60 (sessenta) dias por parte do Conselheiro é um dos indicadores quantitativos para a renovação do seu mandato;

CONSIDERANDO que, nos casos de recursos novos, o INSS tem tramitado para o CRPS, via e-Sisrec, processos administrativos instruídos de forma incompleta, ausente os elementos que integraram o processo concessório, demandando por parte do CRPS a instrução desses expedientes;

CONSIDERANDO que o INSS ainda não disponibilizou aos Conselheiros do CRPS o acesso completo aos sistemas necessários à instrução dos recursos administrativos (PLENUS, SAT-CENTRAL, etc.);

CONSIDERANDO que ainda se encontra pendente de criação no âmbito do CRPS a figura do Conselheiro Diligenciador, que será responsável pela realização das diligências instrutórias necessárias para que o Conselheiro Julgador possa analisar e julgar o recurso de forma mais célere,

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.846/19 alterou a denominação do cargo de Perito Médico Previdenciário para Perito Médico Federal, bem como a Orientação Interna SPREV/SEPRET nº 04/2019 encerrou as cessões de Peritos Médicos Federais ao CRPS, circunstância que ensejou a extinção da figura do Assistente Técnico-Médico - ATM, resolve:

Art. 1º. Enquanto não seja implementada a figura do Conselheiro Diligenciador no âmbito do CRPS, os Conselheiros Julgadores estão dispensados de observar os prazos de 60 dias previsto no Provimento CRPS 220/2012.

Art. 2º. Enquanto não seja disponibilizado pelo INSS o acesso aos sistemas previdenciários (PLENUS, SAT-CENTRAL, etc.) necessários à análise e julgamento dos recursos administrativos, e até que seja implementada a figura do Conselheiro Diligenciador, os Conselheiros Julgadores poderão redistribuir, temporariamente, para a caixa do e-Sisrec da Secretaria ou então do Presidente da respectiva Unidade Julgadora, os expedientes que se encontram pendentes de cumprimento de diligências;

Art. 3º. Tão logo seja disponibilizado o acesso ao sistema PLENUS aos Conselheiros do CRPS, sua utilização no âmbito dos recursos administrativos terá caráter subsidiário, podendo ser substituída pela consulta em outros sistemas que consolidem as informações previdenciárias, a exemplo do SAT-CENTRAL;

4º. Ao submeter à Subsecretaria da Perícia Médica Federal a solicitação de pareceres técnicos em matéria médica, o Conselheiro deve fazer uso da expressão Perito Médico Federal, abstendo-se de fazer referência à figura extinta do Assistente Técnico-Médico.

Art. 5º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO FERNANDO BORSIO

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto n° 10.072 de 18 de outubro de 2019, em cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do processo judicial nº 0000102-03.2011.5.15.0096, proveniente da 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí (6953483); com fundamento no art. 25, II e IV da Portaria nº 501/2019, Nota Técnica SEI nº 12200/2020/ME (SEI nº 7317913), resolve: arquivar as impugnações nº 46000.007960/2014-13, nº 46000.007961/2014-50, nº 46000.008310/2014-87, nº 46000.008311/2014-21, nº 46000.008389/2014-46, nos termos do art. 20, III da Portaria 501/2019, e arquivar as impugnações 46000.008248/2014-23, nº 46000.008339/2014-69, nos termos do art. 25, IV da Portaria nº 501/2019, deferir o registro sindical do SINDITERCEIRIZADOS JUNDIAÍ - Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Município de

Jundiai/SP - CNPJ: 13.385.941/0001-32 - Processo nº 46255.000765/2011-10 para representar a categoria dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos, com abrangência no município de Jundiaí no Estado de São Paulo, excluir da representação do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo -SINDEEPRES/SP - CNPJ - 96.287.487/0001-04 - Processo nº 24000.008123/92-30 a categoria dos Empregados e Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Município de Jundiaí/SP, nos termos do art. 28 da Portaria nº 501/2019.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 696, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 180 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o parágrafo único do art. 3º da Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, na Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, no art. 13 da Instrução Normativa MP/SGP nº 1, de 31 de agosto de 2018, no § 3º do art. art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e na Portaria RFB nº 547, de 20 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Ficam suspensos os seguintes dispositivos da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017:

I - a alínea "b" do inciso IV do art. 19, em relação às metas estabelecidas para o 1º trimestre civil de 2020;

II - o § 1º do art. 2º e o parágrafo único do art. 13, até o final do 2º trimestre civil de 2020; e

III - o inciso IX do art. 8º, desde que observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 1º da Portaria RFB nº 547, de 20 de março de 2020, pelo período de vigência do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, prorrogada pela Portaria SRRF08 nº 85, de 10 fevereiro de 2020 e Portaria DRF/SOR nº 72, de 25 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 10825.721352/2020-12, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI a pessoa jurídica: BRACELL SP CELULOSE LTDA, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 53.943.098/0001-87.

Art. 2º Informações do projeto de enquadramento no REIDI:

Denominação do projeto: UTE Bracell (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.116, de 27 de agosto de 2019).

Descrição do Projeto: Central Geradora Termelétrica constituída de: I - Três unidades geradoras de 127.000 kW, totalizando 381.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de transmissão de interesse restrito constituído de uma subestação elevadora de 34,5/440 kV, junto à central geradora, compartilhada com a UTE Lwarcel, e uma linha em 440 kV, em circuito duplo, de aproximadamente cinco quilômetros de extensão, conectando-a ao seccionamento do circuito C1 da linha Bauru - Oeste, sob a responsabilidade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP.

Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria MME/SPE nº 49, de 05/02/2020, publicada no DOU de 07/02/2020.

Setor de infraestrutura favorecido: Energia.

Número de inscrição da obra - Matrícula CEI nº 51.244.96975/70.

Período de Execução: de 02/01/2020 a 01/11/2021.

Localidade do Projeto: Município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

PORTARIA Nº 190, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, e institui o atendimento por Caixa Corporativa na 1ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, tendo em vista a Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 2020, a IN RFB nº 1931, de 02 de abril de 2020 e considerando o estado de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), resolve:

Art. 1º A Portaria SRRF01 nº 162, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A. Para os serviços de inscrição, alteração e regularização de CPF, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública, sem prejuízo de posterior reavaliação, os contribuintes jurisdicionados pela 1ª Região Fiscal poderão apresentar solicitação de serviço via correio eletrônico para a Caixa Corporativa atendimentorfb.01@rfb.gov.br." (AC)

"§ 1º A mensagem deve conter o nome completo do requerente, número do CPF, data de nascimento e descrição sucinta do pedido." (AC)

"§ 1º A mensagem deve conter o nome completo do requerente, número do CPF, data de nascimento e descrição sucinta do pedido." (AC)

"§ 2º As solicitações deverão ser acompanhadas de documentação conforme as instruções e formulários específicos disponíveis na Lista de Serviços da RFB, no endereço http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos, podendo serem encaminhadas em formato digital ou digitalizado, com qualidade suficiente para permitir inequívoca correspondência da assinatura e conferência dos demais dados." (AC)

"§ 3º O contribuinte poderá ser contatado no mesmo correio eletrônico utilizado quando do requerimento do serviço para que sejam confirmados dados pessoais necessários, unicamente, ao saneamento de dúvidas quanto à sua identificação, bem como para que seja encaminhada documentação adicional necessária à prestação do serviço ou à confirmação da autenticidade dos documentos ou da identidade do contribuinte." (AC)

"§ 4º Caso o contribuinte não retorne o envio da documentação adicional a que se refere o § 5º em até 48 horas, a sua solicitação será arquivada." (AC)

"§ 5º Será atendido apenas um serviço relacionado a um único contribuinte, não sendo permitidos acréscimos de novos serviços, do mesmo ou de outro contribuinte." (AC)

"§ 6º As solicitações serão processadas nos dias úteis e nos horários de expediente regular." (AC)

"§ 7º O resultado da solicitação será informado no mesmo correio eletrônico utilizado quando do requerimento do serviço podendo, também, ser confirmado no sítio eletrônico da RFB, no endereço http://receita.economia.gov.br/, acessando-se o respectivo serviço caso ele esteja disponível nesse canal." (AC)

"§ 8º Serão indeferidas as solicitações enviadas em desacordo com essa Portaria, com as instruções da Lista de Serviços da RFB ou quaisquer outros atos normativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

PORTARIA Nº 192, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Transfere, temporariamente, para a Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília/DF as competências e as atribuições relativas à gestão de riscos para o despacho aduaneiro de importação e de exportação no âmbito da 1a Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1a REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 335, inciso IV, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista a necessidade de otimização da utilização dos recursos humanos da 1ª Região Fiscal em relação à gestão de riscos aduaneiros, resolve:

Art. 1º Transferir, até 31 de dezembro de 2021, para a Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília/DF (ALF-BSB/DF) as competências e as atribuições regimentais relativas à gestão de riscos dos despachos de importação e de exportação das demais Unidades Descentralizadas da 1ª Região Fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da atribuição que lhe confere os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 04.898.857/0001-21, conforme o processo administrativo nº 12266.720159/2020-64, nos termos do artigo 10º da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da atribuição que lhe confere os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 13.699.433/0002-00, conforme o processo administrativo nº 12266.721219/2019-22, nos termos do artigo 10º da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 14, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Inscreve peticionário no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da atribuição que lhe confere os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, e o artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 07/11/2011, declara:

Art. 1º - Com fundamento nos § 3º do artigo 810 do Decreto n° 6.759/2009 , alterado pelo Decretonº 7.213/2010, c/c art. 4º da Portaria RFB nº 1.098/2013 fica inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado:

NOME	CPF	PROCESSO
FABRÍCIO SOUZA GOMES	829.704.242-15	12266.721674/2019-28

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da atribuição que lhe confere os inciso(s) incisos III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica PLACIBRÁS DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 05.338.882/0002-02, conforme o processo administrativo nº 12266.721115/2019-18, nos termos do artigo 10º da Instrução Normativa SRF n, º 242 de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Concede às empresas que menciona o regime especial de substituição tributária do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081/2010.

O SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 335 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 e o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 04 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13032.056052.2019-23, declara:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa CRISTALPET DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 09.428.630/0001-36, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO a empresa INDORAMA VENTURES POLÍMEROS S/A, CNPJ: 07.079.511/0001-90.

Art. 2º Aplica-se o regime aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Poli (Tereftalato de Etileno) - Resina PET	3907.61.00 EX01	5%

Art. 3º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos seguintes produtos:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Esboços de garrafas de plásticos	3923.30.00	0%
Garrafões, garrafas, frascos e artigos semelhantes	3923.30.00	15%

Art. 4º Este ADE não convalida a classificação fiscal nem a correspondente alíquota dos produtos mencionados nos arts. 2º e 3º.

Art. 5º O presente regime será válido pelo prazo de 36 (trinta e seis meses), com início em 01/04/2020 e término em 31/03/2023, enquanto não ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de oficio ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Art. 6º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF nº 007/2020, de 07 de abril de 2020", sendo vedado o destaque do imposto suspenso, bem como sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

PORTARIA Nº 232, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Estabelece regras para o atendimento no âmbito das unidades da 4ª Região Fiscal, inclusive por meio de endereço eletrônico, enquanto durar o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19).

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 5º da Portaria RFB nº 1.863, de 30 de outubro de 2014, publicada no Boletim de Serviço da RFB de 31 de outubro de 2014, na Portaria RFB nº 457, de 30 de março de 2016, publicada no DOU de 30 de março de 2016 e na Portaria ME nº 371, de 23 de julho de 2019, publicada no DOU de 25 de julho de 2019, tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no DOU de 13 de março de 2020, nas Portarias RFB nº 543 e 547, de 20 de março de 2020, publicadas no DOU de 23 de março de 2020, na Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, publicada no DOU de 2 de abril de 2020, e o contexto de medidas emergenciais de atendimento durante o estado de emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), resolve:

Art. 1º O atendimento aos contribuintes da jurisdição da 4ª Região Fiscal, que abrange os Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, enquanto durar o estado de emergência, será realizado preferencialmente pelos seguintes canais eletrônicos e virtuais:

I - Portal e-CAC (http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual);

II - Dossiê Digital de Atendimento - DDA;

III - Chat- RFB; ou

IV - Fale Conosco.

Art. 2º Exclusivamente no caso de serviços não disponíveis nos canais a que se refere o art. 1º, os contribuintes da jurisdição da 4ª Região Fiscal poderão apresentar suas solicitações pelo endereço eletrônico atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 1º As solicitações deverão ser acompanhadas de documentação digitalizada que fundamente o requerimento, de acordo com as instruções e formulários específicos disponíveis na Lista de Serviços RFB no endereço eletrônico http://receita.economia.gov.br/interface/lista-de-servicos, e serão processadas em dias úteis, das 8 às 17h.

§ 2º As solicitações deverão conter nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), número de telefone e descrição sucinta do pedido.

§ 3º O requerente deverá anexar à solicitação um autorretrato (selfie) portando um documento de identificação com foto e assinatura nítidos, de modo a evidenciar todos os dados nele constantes.

§ 4º Na hipótese de a solicitação ser formulada por representante legal ou procurador do requerente, também deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - em se tratando de procuração com firma reconhecida, documento de identificação do procurador acompanhado de autorretrato (selfie) na forma do §3º ;

II - em se tratando de procuração sem firma reconhecida, o documento de identificação do procurador e o do requerente, acompanhados dos respectivos autorretratos (selfies) na forma do §3º; ou

III - documento que ateste a representação legal, acompanhado de autorretrato (selfie) na forma do §3º.

§ 5º Nos termos do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2020, serão aceitos documentos em cópia simples ou cópia eletrônica obtida por meio de digitalização.

§ 6º A equipe responsável pela análise da documentação a que se refere este artigo avaliará a necessidade de intimar ou contactar o requerente para apresentar documentos originais ou complementá-la, observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2020.

§ 7º O resultado da solicitação será informado por meio de mensagem encaminhada pelo endereço eletrônico da caixa de e-mail corporativo (atendimentorfb.04@rfb.gov.br) para o e-mail que originou a referida solicitação.

§ 8º Serão sumariamente indeferidas as solicitações enviadas em desacordo com esta portaria, com as instruções da Lista de Serviços RFB ou com outras normas tributárias, devendo o solicitante ser cientificado do motivo do indeferimento.

§ 9º O serviço de recepção por endereço eletrônico estará disponível enquanto perdurar a emergência sanitária, sem prejuízo de posterior reavaliação.

§ 10 O canal de atendimento a que se refere este artigo não será disponibilizado às pessoas jurídicas obrigadas à apresentação de documentos digitais de que tratam as Instruções Normativas RFB nº 1.872, 11 de janeiro de 2018 e nº 1873, de 11 de janeiro de 2018, devendo estes contribuintes utilizar, obrigatoriamente, os canais disponibilizados conforme o art.1º

Art. 3º Para minimizar os riscos de transmissibilidade da covid-19, as unidades deverão orientar os cidadãos, em especial os que a elas se dirigirem presencialmente, sobre a utilização dos canais disponíveis para atendimento a distância.

Art. 4º Compete ao titular da unidade a adoção das medidas mais adequadas a seu funcionamento, nos termos dos arts. 1º das Portarias RFB nº 543 e nº 547, ambas de 20 de março de 2020, devendo zelar pelo atendimento das demandas urgentes dos contribuintes, pela gestão corporativa e pela continuidade dos serviços aduaneiros necessários à manutenção do fluxo do comércio exterior.

Art. 5º O Superintendente definirá em portaria específica, a ser publicada no Boletim de Serviço, a estrutura com a indicação dos servidores responsáveis pela administração e pelas respostas às solicitações recebidas por meio do endereço eletrônico de que trata o art. 2º.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados sob a égide da Portaria SRRF04 nº 190, de 23 de março de 2020, que estejam em conformidade com o disposto nesta Portaria.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SRRF04 nº 190, de 23 de março de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n°18186.720493/2020-94, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 45, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.534.389/0001-89

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão VIII

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1° de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720494/2020-39, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 43, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB I ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.533.486/0001-57

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão XXXVI

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720495/2020-83, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 37, de 23 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 27 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB I ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.533.486/0001-57

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Terra do Sol VII

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720518/2020-50, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 42, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.512.705/0001-11

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão XXXV

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n°18186.720499/2020-61, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 44, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB II ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.534.389/0001-89

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão XII

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1° de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720511/2020-38, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 47, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 31.512.705/0001-11

PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão XIII

SETOR FAVORECIDO: Energia

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720516/2020-61, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 46, de 28 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB III ENERGIA SOLAR LTDA
CNPJ: 31.512.705/0001-11
PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Sol do Sertão XIV
SETOR FAVORECIDO: Energia
PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 18186.720496/2020-28, declara:

Art. 1° Habilitada a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB n° 1.911/2019, nos exatos termos da Portaria n° 35, de 23 de janeiro de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 27 de janeiro de 2020.

EMPRESA: SOL DO SERTÃO OB I ENERGIA SOLAR LTDA
CNPJ: 31.533.486/0001-57
PROJETO: Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Terra do Sol XI
SETOR FAVORECIDO: Energia
PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 1º de abril de 2020 a 31 de janeiro de 2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Lei n° 12.249/2010, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou co-habilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 170, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Disciplina os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos aduaneiros e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, exportação e trânsito aduaneiro, no âmbito da 6ª Região Fiscal, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Covid19.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, e com base no art. 13-A do Regulamento Aduaneiro, Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, na Instrução Normativa SRF nº 680, de 02 de outubro de 2006, nos arts. 11 a 15-C da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, nos arts. 6º, 58 a 61 e 63 a 66 da Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017, na Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, na Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002, na Portaria RFB 3.518, de 30 de setembro de 2011 e no art. 24 da Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998; resolve:

Art. 1º Os procedimentos emergenciais relacionados ao agendamento de posicionamento de cargas nos recintos aduaneiros e à verificação remota de mercadorias por meio de imagens, na importação, exportação e trânsito aduaneiro, no âmbito da 6ª Região Fiscal, enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Covid19, serão realizados nos termos desta Portaria.

Art. 2º O agendamento de posicionamento de cargas a que se refere o art. 1º nos recintos aduaneiros sob a jurisdição da 6ª Região Fiscal, a verificação de mercadorias e o deslacre de cargas originadas de trânsito aduaneiro, poderão ser realizados por meio do registro de imagens obtidas por câmeras, a critério do servidor responsável pelo despacho aduaneiro de mercadorias.

Art. 3º A verificação de mercadorias a que se refere o art. 1º poderá ser realizada remotamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) ou, sob a supervisão deste, por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil (ATRFB), responsável pelo despacho aduaneiro, desde que ocorra em local devidamente monitorado por câmeras que viabilizem o registro e a gravação de imagens do procedimento.

§ 1º O representante do depositário e, alternativamente, do importador ou do exportador, conforme o caso, deverá dispor, para acompanhamento ou realização do procedimento mencionado no caput, de dispositivo ou aparelho de comunicação de imagens e sons, dotado de aplicativo multiplataforma para a realização de vídeo-chamadas, além de troca de mensagens de texto instantaneamente, áudios e fotos, que será utilizado em tempo real para atender às orientações do responsável pela verificação remota.

§ 2º O servidor responsável pela conferência da mercadoria fará constar no Relatório de Verificação Física (RVF) que a verificação ocorreu nos termos desta Portaria, anexando fotos das mercadorias, do procedimento e identificando nominalmente os participantes presenciais e suas respectivas funções ou atividades.

§ 3º Sempre que julgar necessário, o AFRFB responsável pelo despacho aduaneiro poderá se deslocar pessoalmente até o local da conferência física para dirimir eventuais dúvidas quanto à quantificação, qualificação e identificação da mercadoria.

§ 4º Em caráter precário e provisório, enquanto não disponibilizada ferramenta específica para acesso às imagens via circuito próprio de câmeras, mediante autorização do AFRFB responsável pelo despacho aduaneiro, a verificação remota poderá ser feita com a utilização de aplicativos de comunicação por vídeo-chamadas, mensagens, áudios, fotos e vídeos.

Art. 4º No que concerne ao trânsito aduaneiro, na etapa de conclusão, após a informação no sistema "Siscomex Trânsito", pelo depositário, da chegada ao recinto alfandegado de veículo transportando unidade de carga submetida a operação de trânsito aduaneiro, a mesma deverá permanecer lacrada até a conclusão da operação pela fiscalização aduaneira.

Parágrafo único. O fiel depositário do recinto alfandegado, nos termos do caput, assumirá a responsabilidade sobre a carga a partir do momento da informação da chegada do veículo transportador no sistema "Siscomex Trânsito".

Art. 5º O AFRFB ou, sob a supervisão deste, o ATRFB responsável pela atividade de controle de chegada de trânsito aduaneiro no recinto, verificará e informará no sistema "Siscomex Trânsito" a integridade dos dispositivos de segurança aplicados na unidade de carga.

§ 1º A verificação da integridade dos dispositivos de segurança aplicados na unidade de carga será efetuada diretamente ou por meio de instrumentos, como câmeras ou outros dispositivos eletrônicos.

§ 2º A verificação por meio de instrumentos poderá ser efetuada mediante visualização de imagens captadas por câmera fotográfica ou smartphone de responsabilidade do depositário e encaminhadas, por e-mail ou "WhatsApp", ou sistema similar, para o AFRFB ou, sob a supervisão deste, para o ATRFB responsável pela informação da integridade no sistema.

§ 3º O procedimento de verificação previsto no § 2º poderá também ser executado com base em imagem "contínua" de vídeo da unidade de carga contêiner onde se encontram aplicados os elementos de segurança submetidos ao ateste de integridade.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º aplica-se somente à verificação da integridade de dispositivo de segurança aplicado em unidade de carga, como definido no art. 24 da Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 5º Independentemente de ter havido o registro de imagens, poderá, a qualquer momento, a verificação ser realizada diretamente pelo AFRFB responsável pela fiscalização aduaneira ou, sob a supervisão deste, por ATRFB.

Art. 6º Caso o depositário constate, a qualquer momento, indício de violação ou divergência de peso da unidade de carga, deverá, sob pena de responsabilidade, comunicar tal fato imediatamente à autoridade aduaneira, para a adoção das providências cabíveis.

Art. 7º No prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, os recintos aduaneiros sob jurisdição da 6ª Região Fiscal deverão disponibilizar área específica para vistoria remota e deslacração de trânsito, que deverá possuir:

I - delimitação por sinalização de área retangular de verificação de cargas ou perfeita demarcação;

II - controle de iluminação que evite prejuízos à captação de imagens; e

III - sistema de monitoramento dotado de, no mínimo:

a) 4 (quatro) câmeras fixas posicionadas nas extremidades da área de vistoria e cujo ângulo de visão possibilite a percepção de toda a área de verificação;

b) 1 (uma) câmera móvel que possibilite o direcionamento para a mercadoria; e

c) aplicação que permita o envio das imagens em tempo real para o responsável pela verificação remota.

§ 1º A aplicação de que trata a alínea "c" do inciso III do caput poderá ser acessada via internet ou Rede Privada Virtual (O-VPN).

§ 2º A disponibilização da área e da estrutura mencionada no caput poderá, a critério da administradora do recinto aduaneiro, ser feita em caráter precário e, nesse caso, mediante a realocação de recursos materiais, em especial, reposicionando as câmaras já existentes no perímetro do recinto, desde que não prejudique a segurança do mesmo.

§ 3º A área de verificação de cargas e deslacração de contêineres prevista no inciso I do caput deverá dispor de câmeras direcionadas para dentro do contêiner.

§ 4º A Comissão de Alfandegamento Local será responsável pelo acompanhamento do cumprimento do disposto neste artigo, inclusive análise de eventuais solicitações de realocação de recursos materiais com base no § 2º.

Art. 8º Devem ser geradas imagens pelas câmeras instaladas no recinto aduaneiro:

I - de toda a movimentação das mercadorias;

II - do posicionamento das mercadorias;

III - do rompimento dos lacres; e

IV - da abertura e do fechamento das unidades de cargas.

§ 1º As imagens obtidas pelas câmeras deverão ser armazenadas em rede do depositário e colocadas à disposição da RFB por, no mínimo, 90 (noventa) dias.

§ 2º Ficam proibidos o trânsito de pessoas e veículos, bem como a movimentação de outras cargas, durante o procedimento de verificação remota de mercadorias ou deslacração de contêineres, na área específica destinada a tal verificação.

Art. 9º O Titular da unidade de jurisdição do recinto aduaneiro poderá editar ato normativo complementar para estabelecer rotina operacional específica, necessária ao controle aduaneiro local.

Parágrafo único. O ato normativo definido no caput não poderá extrapolar as competências regimentais e normativas, nem criar procedimento local fora do padrão das demais unidades aduaneiras da 6ª Região Fiscal e em desacordo com os termos e disposições desta Portaria.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados pelo servidor, no uso das prerrogativas acima descritas, até a publicação da presente Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e permanecerá vigente enquanto durarem as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - Covid19.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do processo nº 15504.006065/2009-10 e do dossiê digital de atendimento nº 10010.036057/0917-03 declara:

Art. 1°. O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo nº 61, de 20 de agosto de 2018, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 06101/174 de engarrafador, e 06101/222 de produtor; pertencente ao estabelecimento da empresa AGRIMAR AGRO-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o nº 05.938.392/0001-58, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°. O estabelecimento exerce as atividades de PRODUTOR e ENGARRAFADOR dos produtos a seguir discriminados:

Classificação Fiscal	Produto	Marca	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
22084000	Cachaça	Taverna de Minas III Madeiras	Não Retornável	700 600	MG 000306-9.000012

22084000	Cachaça	2.OAK	Não Retornável	750 500	MG 000306-9.000023
22084000	Cachaça	U21	Não Retornável	750 500	MG 000306-9.000020
22084000	Cachaça	UMB93	Não Retornável	750 500	MG 000306-9.000006
22084000	Cachaça	PUR4	Não Retornável	750 500	MG 000306-9.000007
22084000	Cachaça	Maria Guarda	Não Retornável	750 275	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Maria Guarda Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cerezo Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000023
22084000	Cachaça	Dom Gatto Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000010
22084000	Cachaça	Barcana Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
22084000	Cachaça	Os Eternos Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
22084000	Cachaça	Barcana Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.000007
22084000	Cachaça	Dom Gatto Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.00007
22086000	Vodka	Vodka INDI	Não Retornável	700	MG 000306-9.000021
22084000	Cachaça	Milagre de Minas	Não Retornável	700	MG 000306-9.000019
22084000	Cachaça	Magos de Minas Prata	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000004
22084000	Cachaça	Magos de Minas Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000004
22084000	Cachaça	Clarinha de Minas	Não Retornável	700	MG 000306-9.000020
22084000	Cachaça	Taverna de Minas Castanheira e Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000017
22084000	Cachaça	Cipó da Serra Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000014
22084000	Cachaça	Magos de Minas Ouro Quintessência	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000010
22084000	Cachaça	Murano Prata	Não Retornável	500	MG 000306-9.000009
22084000	Cachaça	Murano Ouro	Não Retornável	500	MG 000306-9.000008
22084000	Cachaça	Milagre de Minas Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000004
22084000	Cachaça	Taverna de Minas Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Orgulho Nordestino Ouro	Não Retornável	600 670 1000	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Taverna de Minas Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Orgulho Nordestino Prata	Não Retornável	600 670 1000	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Taverna de Minas Clássica	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Mescla	Não Retornável	750	MG 000306-9.000018
22084000	Cachaça	Clube Minas ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000016
22084000	Cachaça	Safra Mineira Ouro	Não Retornável	600 700 750 1000	MG 000306-9.000015
22084000	Cachaça	Lapinha Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000013
22084000	Cachaça	Fulô da Laranjeira Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000012
22084000	Cachaça	A Tentadoura Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000011
22084000	Cachaça	Caiacana Clássica	Não Retornável	700	MG 000306-9.000007
22084000	Cachaça	Caiacana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000006
22084000	Cachaça	A Tentadora Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000004
22084000	Cachaça	Arrumação Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Clube Minas Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	João Plenário Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Lapinha Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Origem Mineira Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Ouro da Serra Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Silveira	Não Retornável	700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	A Tentadora Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Arrumação Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Ouro da Serra Ouro	Não Retornável	600	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Safra Mineira Carvalho	Não Retornável	700	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Silveira Carvalho	Não Retornável	670	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Antonieta I	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Fazenda Moinho Seco Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	João Plenário Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Origem Mineira Ouro	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	QC Ouro	Não Retornável	670	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Safra Mineira Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Safra Nordestina Ouro	Não Retornável	600 670 700 1000	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Silveira Amburana	Não Retornável	670	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Taverna Mineira Amburana	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Taverna Mineira III Madeiras	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Antonieta II	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Fazenda Moinho Seco Jequitibá	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Ouro da Serra Amburana	Não Retornável	1000	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Ouro da Serra Jequitibá	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	QC Prata	Não Retornável	670	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Safra Mineira Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Silveira Jequitibá	Não Retornável	670	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Taverna Mineira Prata	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
22086000	Vodka	Vodka NINE	Não Retornável	350 500 700 750 1000	MG 000306-9.000024
22084000	Cachaça	Moinho de Açucar	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Maria Guarda	Não Retornável	500 700	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Maria Guarda Amburana	Não Retornável	500 700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Morro Grande Prata	Não Retornável	700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Morro Grande Amburana	Não Retornável	700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Fazenda Morro Queimado Jequitibá	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
OQ22084000	Cachaça	Manatii Quatro Madeiras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000025
22084000	Cachaça	Manatti Três Madeiras	Não Retornável	700	MG 000306-9.000026
22084000	Cachaça	Cachaça Antonieta III	Não Retornável	750 1000	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Cachaça Taverna Brasil Amburana	Não Retornável	750 700	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Taverna Brasil Jequitibá	Não Retornável	750 700	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Taverna de Minas Gerações	Não Retornável	750 700	MG000306-9.0000012
22084000	Cachaça	Cachaça Davenda Amburana	Não Retornável	600	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Davenda III Madeiras	Não Retornável	600	MG 000306-9.000027
22084000	Cachaça	Cachaça Davenda Jequitibá	Não Retornável	600	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Taverna Brasil III Madeiras	Não Retornável	750 700	MG 000306-9.000012
22084000	Cachaça	Cachaça Iberaba III Madeiras	Não Retornável	1000 750 275	MG 000306-9.000027
22084000	Cachaça	Cachaça Iberaba Jequitibá	Não Retornável	1000 750 275	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Iberaba Amburana	Não Retornável	1000 750 275	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Sete Capelas III Madeiras	Não Retornável	750	MG000306-9.0000012
22085000	GIN	Telúrico Blooming	Não Retornável	750	MG 000306-9.000031
22085000	GIN	Telúrico	Não Retornável	750	MG 000306-9.000032
22084000	Cachaça	Boa Vida Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000030
22084000	Cachaça	Boa Vida Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000023
22084000	Cachaça	Cachaça Iberaba Carvalho	Não Retornável	1000 750 275	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Cachaça Copabossa Prata	Não Retornável	1000 750 600 275	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Copabossa Ouro	Não Retornável	1000 750 600 275	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Fada de Minas Prata	Não Retornável	1000 750 600 275	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Fada de Minas Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Fada de Minas III Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000012
22085000	GIN	Gin Meller Hop Gin	Não Retornável	700	MG 000306-9.000036
22085000	GIN	Gin Nima's	Não Retornável	700	MG 000306-9.000035
22085000	GIN	Gin Le'Boyer	Não Retornável	700	MG 000306-9.000033
22084000	Cachaça	Cachaça Safra Barroca	Não Retornável	750	MG 000306-9.000014
22084000	Cachaça	Cachaça Sete Capelas Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000004
22084000	Cachaça	Cachaça Alambique da Roça Amburana	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Alambique da Roça Jequitibá	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Alambique da Roça Carvalho	Não Retornável	750	MG 000306-9.000002
22084000	Cachaça	Cachaça Exclusiva de Minas	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Exclusiva de Minas III Madeiras	Não Retornável	750	MG 000306-9.000038
22084000	Cachaça	Cachaça Oiapoque Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000003
22084000	Cachaça	Cachaça Oiapoque Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000001
22084000	Cachaça	Cachaça Barriga Dura	Não Retornável	750	MG 000306-9.000009
22085000	Gin	London Dry Gin PRISIÓN23	Não Retornável	700	MG 000306-9.000039
22085000	Vodka	Vodka Attas	Não Retornável	750	MG 000306-9.000024
22085000	Gin	London Dry Gin Atlantis	Não Retornável	700 750	MG 000306-9.000040
22085000	Gin	London Dry Gin IB	Não Retornável	700 275	MG 000306-9.000042
22085000	Gin	London Dry Gin FLY FOX	Não Retornável	700	MG 000306-9.000041
22085000	Gin	London Dry Gin VANFALL	Não Retornável	750	MG 000306-9.000043
22084000	Cachaça	Safra Mineira Tradicional	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Safra Mineira III Barris	Não Retornável	750	MG 000306-9.000027
22084000	Cachaça	Cachaça Pedro Gomes Prata	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005
22084000	Cachaça	Cachaça Pedro Gomes Ouro	Não Retornável	750	MG 000306-9.000005

Art. 2° - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/BHE nº 94, de 10 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2019.

Art. 3° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo nº 21 de 04 abril de 2019 publicado em 08/04/2019, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 06101/225 de engarrafador; pertencente ao estabelecimento da empresa JARDIM PANC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.886.724/0001-78, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°. O estabelecimento exerce a atividade de ENGARRAFADOR dos produtos a seguir discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.023441/0219-51."

Classificação Fiscal	Produto	Marca	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.50.00	Gin	YVY MAR	Não Retornável	700 710 750 1000	MG 000863-0.000001
2208.60.00	Vodka	YVY VODKA	Não Retornável	700 750 1000 1500 3000	MG 000863-0.000002
2208.50.00	Gin	GIN YVY MATA ATLÂNTICA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000003
2208.50.00	Gin	YVY CERRADO	Não Retornável	500	MG 000863-0.000004
2208.50.00	Gin	YVY PAMPA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000005
2208.50.00	Gin	YVY PANTANAL	Não Retornável	500	MG 000863-0.000006
2208.50.00	Gin	YVY AMAZÔNIA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000008
2208.50.00	Gin	YVY CAATINGA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000007
2208.50.00	Gin	YVY AR	Não Retornável	700 710 750	MG 000863-0.000010
2208.50.00	Gin	YVY TERRA	Não Retornável	700 710 750	MG 000863-0.000009

Art. 2° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3° - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/BHE nº 06, de 14 de fevereiro 2020, publicado no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2020.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo nº 20 de 04 abril de 2019 publicado em 08/04/2019, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 06101/224 de produtor; pertencente ao estabelecimento da empresa JARDIM PANC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.886.724/0001-78, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°. O estabelecimento exerce a atividade de PRODUTOR dos produtos a seguir discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.023441/0219-51."

Classificação Fiscal	Produto	Marca	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.50.00	Gin	YVY MAR	Não Retornável	700 710 750 1000	MG 000863-0.000001
2208.60.00	Vodka	YVY VODKA	Não Retornável	700 750 1000 1500 3000	MG 000863-0.000002
2208.50.00	Gin	GIN YVY MATA ATLÂNTICA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000003
2208.50.00	Gin	YVY CERRADO	Não Retornável	500	MG 000863-0.000004
2208.50.00	Gin	YVY PAMPA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000005
2208.50.00	Gin	YVY PANTANAL	Não Retornável	500	MG 000863-0.000006
2208.50.00	Gin	YVY AMAZÔNIA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000008
2208.50.00	Gin	YVY CAATINGA	Não Retornável	500	MG 000863-0.000007
2208.50.00	Gin	YVY AR	Não Retornável	700 710 750	MG 000863-0.000010
2208.50.00	Gin	YVY TERRA	Não Retornável	700 710 750	MG 000863-0.000009

Art. 2° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3° - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/BHE nº 07, de 14 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 19 de fevereiro de 2020.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 28, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG e nas Agências da Receita Federal do Brasil em Araguari/MG, Ituiutaba/MG, Patos de Minas/MG e Patrocínio/MG, em caráter excepcional, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, publicada no DOU de 13 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e nº 21, de 16 de março de 2020, publicadas no DOU de 13 de março de 2020 e 17 de março de 2020, respectivamente, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, e a Portaria RFB/SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pelas Portarias SRRF06 nº 152, de 27 de março de 2020, e nº 163, de 03 de abril de 2020, publicadas do DOU de 01 de abril de 2020 e 07 de abril de 2020, respectivamente, resolve:

Art. 1º A partir de 13 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público externo prestado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) em Uberlândia/MG e pelas Agências da Receita Federal do Brasil em Araguari/MG, Ituiutaba/MG, Patos de Minas/MG e Patrocínio/MG, em razão da insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se referem os arts. 4º, 4º-A e 4º-B da IN SGP/ME nº 19/2020, em sua atual redação, dada pelas IN SGP/ME nº 20/2020 e 21/2020, expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, fica substituído por outras modalidades de atendimento virtual.

Art. 2º O atendimento virtual ao público externo a que se refere o artigo anterior será realizado pelos seguintes canais:

I - Atendimento virtual do Portal e-Cac - http://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual - serviços acessíveis após autenticação do contribuinte por certificado digital ou código de acesso - serviços específicos;

II - Atendimento pela Internet por meio de sistemas disponibilizados online, cujo acesso é realizado de forma direta ou com senha específica;

III - Atendimento a distância por meio do Dossiê Digital de Atendimento, via e-Processo no Portal e-CAC;

IV - Aplicativos (app) para dispositivos móveis, diretamente no tablet ou smartphone;

V - Fale Conosco RFB - http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco;

VI - Chat RFB - http://receita.economia.gov.br/contato/chat; e

VII - e-mail corporativo da DRF/Uberlândia: atendimentorfb.drfuberlandia@rfb.gov.br.

Art. 3º Os casos excepcionais ou urgentes, quando verificada a impossibilidade de atendimento virtual, serão atendidos presencialmente, mediante prévio agendamento, observado o limite da capacidade operacional de atendimento.

§1º - Os casos mencionados no caput serão atendidos no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) em Uberlândia-MG das 7h às 13h, ininterruptamente, e nas Agências da Receita Federal do Brasil localizadas em Araguari-MG e Patos de Minas-MG, das 13h às 17h, ininterruptamente.

Art. 4º Em função do disposto nos art. 3º e 4º da Portaria RFB/SRRF06 nº 135, de 19 de março de 2020, a Chefia da unidade de atendimento poderá disponibilizar ao público externo balcão expresso para recebimento de documentos por envelopamento para processamento posterior, os quais serão tratados internamente, sem contato com o contribuinte.

Art. 5º Fica revogada a Portaria DRF/UBL nº 25, de 23 de março de 2020, publicada no Boletim de Serviço Ano VII - Nº 56, de 24 de março de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ CLÁUDIO MARTINS HENRIQUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e nos termos dos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB n°. 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e ainda, considerando os autos do processo administrativo n°. 13767.720140/2018-14, resolve:

Art. 1º Declarar Nulo o CNPJ 17.295.976/0001-31, na data da abertura, pertinente à pessoa jurídica denominada GRACIELE DA SILVA, por indício de ocorrência de irregularidade no ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do Item II, §§ 1° e 2° do artigo 35, da Instrução Normativa RFB n°. 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Bem como, cancelar os débitos provenientes da inscrição do MEI, que estão em aberto no SIEF.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTÔNIO BOSSER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.075387/2020-74, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica LATICÍNIOS COLÔNIA LTDA, CNPJ nº 11.211.601/0001-60, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 06/02/2020, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 15/08/2019 a 14/08/2022.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.077719/2020-55, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica E. & J. Laticínios Ltda, CNPJ nº 09.504.470/0001-67, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 06/02/2020, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 01/01/2020 a 31/12/2022.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.077803/2020-79, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica LATICÍNIO SANTIAGO LTDA, CNPJ nº 05.358.507/0001-35, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 06/02/2020, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 01/01/2020 a 31/12/2022.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.077617/2020-30, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica COOPERATIVA DE LATICÍNIOS VILA NOVA, CNPJ nº 11.795.152/0001-44, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 07/02/2020, Seção 3, Pág. 4, com período de execução de 01/02/2020 a 31/01/2023.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.801, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Autoriza, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 8 de abril de 2020, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º, 14 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a prorrogar, para até 15 de agosto de 2020, o vencimento das parcelas vencidas ou vincendas no período de 1º de janeiro de 2020 a 14 de agosto de 2020, das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores rurais, inclusive agricultores familiares, e suas cooperativas de produção agropecuária, cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, mantidas as demais condições pactuadas.

§ 1º Quando a prorrogação de que trata o art. 1º envolver operações ou parcelas de crédito rural de custeio e de investimento contratadas com equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional, na forma do Manual de Crédito Rural (MCR 6-1-2-"c"), estas devem ser previamente reclassificadas, pela instituição financeira, para Recursos Obrigatórios de que trata o MCR 6-2, ou outra fonte não equalizável, devendo o valor da operação ou da parcela prorrogada ser excluído da base de cálculo para efeitos do cálculo para pagamento da equalização.

§ 2º Não se aplica a vedação de que trata a alínea "a" do MCR 6-2-17-A para as operações ou parcelas de investimento que forem reclassificadas para a fonte Recursos Obrigatórios, de que trata o MCR 6-2.

Art. 2º A Seção 9 (Normas Transitórias) do Capítulo 6 (Recursos) do MCR passa a vigorar com as seguintes alterações:

"14 - Excepcionalmente, no período de 9/4/2020 a 30/6/2020, não se aplica a vedação de que trata a alínea "b" do MCR 6-2-17-A para a contratação de financiamentos para garantia de preços ao produtor (FGPP), de que trata o MCR 4-1, com beneficiários cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, devendo esse crédito observar o disposto no MCR 4-1 e as seguintes condições especiais:

a) limite de crédito: R$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) por beneficiário;

b) encargos financeiros: taxa efetiva de juros:

I -de até 6% a.a. (seis por cento ao ano), para as agroindústrias familiares e para as cooperativas constituídas por beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desde que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa; e

II - de até 8% a.a. (oito por cento ao ano), para os demais beneficiários;

c) prazo máximo de vencimento, observado o prazo adequado à comercialização do produto e o fluxo de receitas do mutuário, admitidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira: até 240 (duzentos e quarenta) dias.

15 - Os saldos das operações de FGPP realizadas com os beneficiários citados no inciso I da alínea "b", do item 14 podem ser utilizados para cumprimento da Subexigibilidade Pronaf, de que trata o MCR 6-2-10, até a liquidação das operações." (NR)

Art. 3º A Seção 19 (Linhas de Crédito Transitórias) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do MCR passa a vigorar com as seguintes alterações:

"12 - Fica autorizada a concessão de crédito de custeio aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf que desenvolvem as atividades descritas no MCR 10-4-2-"a", bem como as atividades de floricultura, aquicultura e pesca, e cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais:

a) finalidade: crédito de custeio agrícola e pecuário, podendo ser destinado até 40% (quarenta por cento) do orçamento para as finalidades previstas no MCR 10-4-11;

b) limite de crédito: até R$20.000,00 (vinte mil reais) por mutuário;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de até 4,6% a.a. (quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano);

d) prazo de reembolso: até 36 (trinta e seis) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência;

e) prazo de contratação: até 30/6/2020;

f) fonte de recursos: Recursos Obrigatórios, de que trata o MCR 6-2." (NR)

Art. 4º A Seção 2 (Normas Transitórias) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do MCR passa a vigorar com as seguintes alterações:

"3 - Fica autorizada a concessão de crédito de custeio aos produtores rurais enquadrados no Pronamp que desenvolvem as atividades descritas no MCR 10-4-2-"a", bem como as atividades de floricultura, aquicultura e pesca, e cuja comercialização da produção tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronamp, admitida a concessão do crédito mediante proposta simplificada, e as seguintes condições especiais:

a) finalidade: crédito de custeio agrícola e pecuário, podendo ser destinado até 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento para as finalidades previstas no MCR 8-1-1-"b"-I;

b) limite de crédito: até R$40.000,00 (quarenta mil reais) por mutuário;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de até 6% a.a. (seis por cento ao ano);

d) prazo de reembolso: até 36 (trinta e seis) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência;

e) prazo de contratação: até 30/6/2020;

f) fonte de recursos: Recursos Obrigatórios, de que trata o MCR 6-2.

4 - Os saldos das operações previstas no item 3 podem ser utilizados para cumprimento da Subexigibilidade Pronaf, de que trata o MCR 6-2-10, até a liquidação das operações." (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.802, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Autoriza, para produtores rurais e cooperativas singulares de produção agropecuária que tenham sofrido perdas na renda em decorrência de seca ou estiagem, a renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento; e o financiamento no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) ao amparo de Recursos Obrigatórios, de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 8 de abril de 2020, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º, 14 e 21 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a renegociar as parcelas e as operações de crédito rural de custeio e de investimento, em situação de adimplência em 30 de dezembro de 2019, lastreadas com recursos controlados de que trata o MCR 6-1-2, vencidas ou vincendas de 1º de janeiro de 2020 a 30 de dezembro de 2020, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), contratadas por produtores rurais e pelas cooperativas singulares de produção agropecuária que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública no período de 1º de janeiro de 2020 até a data de publicação desta Resolução, reconhecida pelo Governo Estadual, observadas as seguintes condições:

I - os saldos devedores serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade;

II - reembolso:

a) custeio: até 7 (sete) anos, de acordo com o período de obtenção de renda;

b) operações de custeio prorrogadas e de investimento: para até 1 (um) ano, após o vencimento final do contrato, para cada parcela prorrogada;

III - quando a prorrogação de que trata este artigo envolver operações ou parcelas de crédito rural de custeio e de investimento contratadas com equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional, na forma do MCR 6-1-2-"c", estas devem ser previamente reclassificadas, pela instituição financeira, para Recursos Obrigatórios de que trata o MCR 6-2, ou outra fonte não equalizável, devendo o valor da operação ou da parcela prorrogada ser excluído da base de cálculo para efeitos do cálculo para pagamento da equalização;

IV - as operações de custeio rural referidas no inciso I, que tenham sido objeto de cobertura das perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou por modalidade de seguro rural, somente podem ser renegociadas mediante a exclusão do valor referente à indenização recebida pelo beneficiário, considerada a receita obtida;

V - não podem ser objeto da renegociação as operações de crédito rural:

a) contratadas até a data de publicação desta Resolução e que estejam no período de carência até 30 de dezembro de 2020;

b) que tenham sido classificadas como prejuízo pelas instituições financeiras até a data da formalização da nova operação;

c) empreendimento financiado que tenha sido conduzido sem a aplicação de tecnologia recomendada, incluindo inobservância ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) e o calendário agrícola para plantio da lavoura;

d) dívidas oriundas de operações renegociadas com base no art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, ou enquadradas na Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

VI - formalização: até 30 de junho de 2020.

VII - a avaliação da capacidade de pagamento, de que trata o MCR 2-6-4, renegociação pode prever a contratação de seguro rural durante a vigência do contrato renegociado.

Art. 2º A Seção 19 (Linhas de Crédito Transitórias) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte alteração:

"11 - Fica autorizada a concessão de crédito especial aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios com decretação de situação de emergência ou do estado de calamidade pública no período de 1º/1/2020 a 9/4/2020, reconhecida pelo Governo Estadual, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronaf e as seguintes condições especiais:

a) finalidade: crédito de custeio agrícola e pecuário, podendo ser destinado até 40% (quarenta por cento) do orçamento para as finalidades previstas no MCR 10-4-11;

b) limite de crédito: até R$20.000,00 (vinte mil reais) por mutuário;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de até 4,6% a.a. (quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano);

d) prazo de reembolso: até 36 (trinta e seis) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência;

e) prazo de contratação: até 30/6/2020;

f) fonte de recursos: Recursos Obrigatórios, de que trata o MCR 6-2." (NR)

Art. 3º A Seção 2 (Normas Transitórias) do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4 - Fica autorizada a concessão de crédito aos produtores rurais enquadrados no Pronamp que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios com decretação de situação de emergência ou do estado de calamidade pública no período de 1º/1/2020 a 9/4/2020, reconhecida pelo Governo Estadual, observadas as normas gerais de crédito rural aplicadas ao Pronamp e as seguintes condições especiais:

a) finalidade: crédito de custeio agrícola e pecuário, podendo ser destinado até 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento para as finalidades previstas no MCR 8-1-1-"b"-I;

b) limite de crédito: até R$40.000,00 (quarenta mil reais) por mutuário;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de até 6% a.a. (seis por cento ao ano);

d) prazo de reembolso: até 36 (trinta e seis) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência;

e) prazo de contratação: até 30/6/2020;

f) fonte de recursos: Recursos Obrigatórios, de que trata o MCR 6-2.

5 - Os saldos das operações previstas no item 4 podem ser utilizados para cumprimento da Subexigibilidade Pronaf, de que trata o MCR 6-2-10, até a liquidação das operações." (NR)

Art. 4º A Seção 2 (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias - Procap-Agro) do Capítulo 13 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte alteração:

"9 - Excepcionalmente, até 30/6/2020, fica autorizado o financiamento de que trata o item 3 para cooperativas singulares de produção agropecuária cujos associados tenham sofrido perdas na renda em decorrência de seca ou estiagem em municípios com decretação de situação de emergência ou do estado de calamidade pública no período de 1º/1/2020 a 9/4/2020, reconhecida pelo Governo Estadual, observadas as seguintes condições especiais:

a) finalidade: repasse de até 100% (cem por cento) do montante devido pelos associados em decorrência de débitos vencidos e vincendos entre 1º/1/2020 e 30/12/2020, desde que contraídos junto à cooperativa para aquisição de insumos para utilização na safra 2019/2020;

b) limite de crédito: R$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) por cooperativa, em uma ou mais operações, independentemente de outros limites estabelecidos para este Programa, não podendo ultrapassar R$40.000,00 (quarenta mil reais) por associado ativo cuja obrigação será renegociada;

c) encargos financeiros: taxa efetiva de juros de:

I - até 6% a.a. (seis por cento ao ano), para as cooperativas singulares constituídas por beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), desde que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa; e

II - até 8% a.a. (oito por cento ao ano), para os demais beneficiários.

d) reembolso: até 48 (quarenta e oito) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência;

e) a concessão do crédito de que trata este item ficará condicionada à comprovação do repasse das condições do financiamento aos associados, exigida cópia do instrumento jurídico da renegociação da obrigação original entre cooperativa e associado;

f) prazo para contratação: até 30/6/2020;

g) fonte de recursos: o financiamento poderá ser contratado originalmente com Recursos Obrigatórios de que trata o MCR 6-2, observado o disposto nas alíneas "h" e "i";

h) a partir de 31/7/2020 até 31/8/2020, de acordo com o dia de contratação da operação, o saldo do financiamento deverá ser reclassificado para fonte de recursos do BNDES, mediante instrumento definido por essa instituição, mantidas as demais condições contratuais;

i) na impossibilidade da reclassificação prevista no inciso anterior, o saldo deverá ser reclassificado para fonte de recursos não controlados da instituição financeira concedente do crédito;

j) os saldos das operações de previstas no inciso I da alínea "c" deste item podem ser utilizados para cumprimento da Subexigibilidade Pronaf, de que trata o MCR 6-2-10, enquanto a operação permanecer lastreada com Recursos Obrigatórios." (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.803, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devido à pandemia da Covid-19.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 8 de abril de 2020, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º Fica permitido às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil reclassificar, para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às operações:

I - com atraso igual ou superior a quinze dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos, em 29 de fevereiro de 2020; e

II - com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

§ 2º O disposto no caput do art. 8° da Resolução nº 2.682, de 1999, não se aplica às operações renegociadas de que trata o caput do art. 1º.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de, no mínimo, cinco anos a documentação relativa à análise de crédito das operações de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.998, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera a Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 8 de abril de 2020, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos arts. 3º, § 2º, e 15 da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24-C. Deve ser aplicado FPR de 85% (oitenta e cinco por cento) à operação de crédito que, cumulativamente:

I - não se enquadre no art. 24;

II - tenha como contraparte pessoa jurídica de direito privado não financeira não enquadrada no inciso II do art. 24-A; e

III - seja contratada ou reestruturada, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017, no período de 16 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às exposições para as quais haja FPR específico inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

CIRCULAR Nº 3.999, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera, em função dos impactos da Covid-19 na economia, as datas-limites para divulgação de demonstrações financeiras e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 8 de abril de 2020, com base nos arts. 9º e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos arts. 6º e 7º da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, nos arts. 9º e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Resolução nº 4.720, de 30 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar as seguintes datas-limites para remessa ao Banco Central do Brasil dos documentos relativos às datas-bases de março a novembro de 2020 especificados a seguir:

I - até o dia 22 do mês subsequente ao da respectiva data-base, para o documento de código nº 4010;

II - até o último dia do mês subsequente ao da respectiva data-base, para o documento de código nº 5011; e

III - até 45 (quarenta e cinco) dias da respectiva data-base, para os documentos de código nº 2080, 4020, 4026, 4040, 4046, 4303, 4313, 4343, 4060, 4066, 4500 e 4510.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem divulgar suas demonstrações financeiras semestrais e intermediárias relativas aos períodos findos no ano de 2020 até 90 (noventa) dias após a respectiva data-base.

Parágrafo único. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas de divulgar, nas demonstrações financeiras de que trata o caput, a informação referente aos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, de que trata o inciso V do art. 16 da Circular nº 3.959, de 4 de setembro de 2019.

Art. 3º Observadas as demais disposições legais e regulamentares em vigor, o prazo para divulgação das demonstrações financeiras anuais relativas ao ano de 2019 fica prorrogado até 30 de abril de 2020.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

CIRCULAR Nº 4.000, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera a Circular nº 3.614, de 14 de novembro de 2012, que dispõe sobre as condições de emissão de Letra de Crédito Imobiliário.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 8 de abril de 2020, com base nos arts. 10, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 12 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.614, de 14 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, a Caixa Econômica Federal, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias, os bancos de investimento e as cooperativas de crédito podem emitir LCI." (NR)

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.024, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos para verificação dos critérios de elegibilidade das garantias vinculadas para a Linha Temporária Especial de Liquidez via emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários (LTEL-LFG) de que tratam a Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020, e a Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, e tendo em vista o disposto nas Resoluções ns. 4.571, de 26 de maio de 2017, e 4.795, de 2 de abril de 2020, nas Circulares ns. 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e 3.996, de 6 de abril de 2020, e na Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, resolve:

Art. 1º As instituições financeiras de que trata o art. 2º da Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020, que aderirem às condições contratuais e procedimentos operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil para formalização da emissão da Letra Financeira e mobilização dos ativos financeiros ou valores mobiliários garantidores ao amparo da referida Resolução, e da Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020, e as entidades autorizadas a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários devem seguir as orientações contidas nesta Carta Circular.

DAS ORIENTAÇÕES ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 2º Somente poderão ser objeto de vinculação para constituição de garantias para fins de emissão de Letras Financeiras Garantidas (LFG) as operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, outras operações com característica de concessão de crédito, as notas comerciais e as debêntures que atendam ao disposto na Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020, e na Circular nº 3.996, de 6 de abril de 2020, que tenham sido remetidas ao Banco Central do Brasil por meio do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, cujas informações tenham sido processadas e incorporadas à base de dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR).

§ 1º A vinculação de que trata o caput deve ser efetuada pela instituição financeira que emitirá a LFG.

§ 2º Serão consideradas apenas as operações contidas no documento 3040 - Dados de Risco de Crédito referente à data-base imediatamente anterior à data da vinculação dos ativos financeiros ou valores mobiliários.

§ 3º Caso o documento referido no parágrafo anterior ainda não tenha sido remetido e estando a IF dentro da data-limite para remessa, estabelecida no § 2º do art. 2º da Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, serão consideradas as operações constantes no documento 3040 enviado na data-base imediatamente anterior.

Art. 3º Para a apuração das informações de que trata essa Carta Circular devem ser observadas as informações constantes nos Leiautes do SCR, disponíveis no sítio do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scr, item "Para as instituições financeiras", subitem "Elaboração e envio de documentos", conforme a seguir:

I - para os artigos 4º, 6º, 7º, 9º e 10: Leiaute do documento 3040; e

II - para os artigos 5º e 8º: Leiaute do arquivo 3046 - Posição dos clientes no SCR.

Art. 4º Não serão aceitos em garantia da LTEL-LFG nos termos do art. 8º da Circular 3.996, de 2020, os ativos financeiros ou valores mobiliários registrados e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - em relação aos ativos financeiros de que trata o inciso I do art. 8º da Circular 3.996, de 2020:

a) operações que tenham característica de crédito rotativo: "Anexo 3: Modalidade Operação" - domínios 0101, 0204, 0213, 0214, 0218 e 1304;

b) operações consideradas ativos problemáticos nos termos do art. 24 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017: "Anexo 1: Código de Vencimento" - domínio maior ou igual a 240 e "Anexo 8: Característica Especial" - domínios 11 e 19;

c) operações recuperadas de prejuízo: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 2;

d) operações renegociadas do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), nos termos da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 3;

e) operações renegociadas nos termos do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias (Recoop): "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 4;

f) operações em cobrança judicial ou cujo emissor esteja em recuperação judicial: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 9 e operações cujos clientes tenham sido cadastrados pela IF no Painel de Gestão do SCR em Recuperação Judicial ainda não encerrada, conforme "Manual de Restrições Legais e Administrativas", disponíveis no sítio do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scr, item "Para as instituições financeiras", subitem "Elaboração e envio de documentos";

g) operações que não tenham pagamentos previstos nos próximos 6 (seis) meses: diferença entre a data da próxima prestação a vencer (DtaProxParcela), das "Informações Básicas da Operação", e o último dia do mês a que se refere o documento 3040 superior a 6 meses;

h) operações que possuam valores a liberar: "Anexo 1: Códigos de Vencimento" - existência de saldo nos domínios de 20 a 80;

i) operações cedidas pela instituição em negociação com retenção substancial de risco e de benefícios: "Anexo 2: Natureza da Operação" - diferente dos domínios de 01 a 03;

j) operações vinculadas a repasses interfinanceiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), de fundos constitucionais, de fundos estaduais ou distritais, de fundos ou programas especiais do Governo Federal e operações vinculadas a repasses de qualquer espécie do exterior e financiamentos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural: "Anexo 4 - Origem dos Recursos" - diferente dos domínios 0199, 0208, 0209 e 0213;

k) operações consideradas não vencíveis por força de norma: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 5;

l) operações com data de vencimento postergada por força de norma: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 6;

m) operações com pagamento deferido por órgão ou programa oficial aguardando liberação dos recursos: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 7;

n) operações vinculadas nos termos da Resolução nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002: "Anexo 8: Característica Especial" - domínio 10;

o) operações cujos devedores não possuam inscrição válida no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): conforme consulta nos cadastros da Receita Federal do Brasil.

II - em relação às debêntures, de que trata o inciso IV do art. 5º da Resolução nº 4.795, de 2020:

a) emissor que possua ativos financeiros relacionados nos incisos I, II e III do art. 5º da Resolução nº 4.795, de 2020, que se enquadrem nas alíneas "b", "c" e "f" do inciso I do artigo 8º da Circular nº 3.996, de 2020, observado que a apuração deverá considerar todas as entidades integrantes do conglomerado prudencial.

III - em relação às notas comerciais, de que trata o inciso V do art. 5º da Resolução nº 4.795, de 2020:

a) emissor que possua ativos financeiros relacionados nos incisos I, II e III do art. 5º da Resolução nº 4.795, de 2020, que se enquadrem nas alíneas "b", "c" e "f" do inciso I do artigo 8º da Circular nº 3.996, de 2020, observado que a apuração deverá considerar todas as entidades integrantes do conglomerado prudencial.

Parágrafo único. Adicionalmente, a instituição deverá observar o disposto nas alíneas "p" e "q" do inciso I, alíneas "b" e "c" do inciso II, alíneas "b" e "c" do inciso III, e § 1º do art. 8º da Circular nº 3.996, de 2020.

Art. 5º A IF deve considerar os seguintes parâmetros para fins de apuração do índice de descumprimento (ID) no SCR de que trata o art. 9º da Circular nº 3.996, de 2020:

I - CV>30 = créditos vencidos na carteira ativa há mais de 30 dias: "Anexo 3: Modalidades Operação" - domínios de 1 a 13 e "Anexo 1: Código de Vencimento" - domínios de 220 a 290;

II - CB48 = créditos baixados como prejuízo até 48 meses: "Anexo 3: Modalidades Operação" - domínios de 1 a 13 e "Anexo 1: Código de Vencimento" - domínios 310 e 320;

III - CA = carteira ativa: modalidades de 1 a 13 do Anexo 3: "Anexo 3: Modalidades Operação" - domínios de 1 a 13 e "Anexo 1: Código de Vencimento" - domínios de 110 a 290.

Art. 6º Na apuração do valor dos ativos financeiros previstos no art. 10 e art. 15 da Circular nº 3.996, de 2020:

I - Para os fins do disposto no inciso I do artigo 10 referido no caput, a IF deverá considerar os domínios de 1 a 13 do "Anexo 3: Modalidade Operação" e os domínios de 130 a 190 do "Anexo 1: Código de Vencimento";

II - Para os fins do disposto no inciso II do artigo 10 referido no caput, a IF deverá considerar o domínio 1802 do "Anexo 3: Modalidade Operação" e os domínios de 160 a 190 do "Anexo 1: Código de Vencimento";

III - Para os fins do disposto no parágrafo único do artigo 10 referido no caput, na apuração do limite de 25% para os ativos financeiros e valores mobiliários de um mesmo emissor ou devedor, a IF deverá considerar o total da carteira ativa, apurado a partir dos domínios de 110 a 290 do "Anexo 1: Código de Vencimento", e previamente à aplicação dos fatores de ponderação previstos no art. 6º da Resolução nº 4.795, de 2020;

IV - Para os fins do disposto no parágrafo único do artigo 15 referido no caput, na apuração do parâmetro de 5% para os ativos financeiros ou valores mobiliários de um mesmo emissor ou devedor, a IF deverá considerar o total da carteira ativa, apurado a partir dos domínios de 110 a 290 do "Anexo 1: Código de Vencimento", e previamente à aplicação dos fatores de ponderação previstos no art. 6º da Resolução 4.795, de 2020.

Art. 7º Devem ser deduzidos dos valores apurados nos incisos I e II do art. 6º desta Carta Circular, o somatório da provisão constituída informada no campo Provisão Constituída (ProvConsttd), das "Informações Básicas da Operação", para os fins do disposto no § 1º do art. 6º da Resolução 4.795, de 2020.

Art. 8º Para a identificação do cliente que possui operações contratadas com outras instituições financeiras de que trata o art. 6º da Resolução 4.795, de 2020, a IF deve observar a quantidade de IFs (QtdIf), reportada no documento 3046.

Parágrafo único. Na avaliação de que trata o caput, a IF deve considerar as operações reportadas nos domínios de 1 a 13 e 15, exceto os domínios 1511 e 1512, do "Anexo 3: Modalidade Operação".

Art. 9º Para a identificação das operações de crédito com consignação das prestações em folha de pagamento do setor público, de que trata o art. 6º da Resolução 4.795, de 2020, deve-se levar em consideração os seguintes parâmetros:

I - "Anexo 3: Modalidade Operação" - domínio 0202; e

II - "Anexo 26: Informações Adicionais" - domínio 1502.

Art. 10. Para fins da vinculação de que trata o art. 2º, somente serão aceitas as debêntures e notas comerciais que tenham o código de identificação junto à entidade registradora informado no documento 3040 nos campos relativos a informações adicionais - "Anexo 26: Informações Adicionais" - domínio 04.

DAS ORIENTAÇÕES ÀS ENTIDADES AUTORIZADAS A EXERCER AS ATIVIDADES DE DEPÓSITO CENTRALIZADO OU DE REGISTRO DE ATIVOS FINANCEIROS OU DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 11. O depositário central ou a entidade registradora deve encaminhar mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, informações relativas à totalidade do conjunto de ativos financeiros e de valores mobiliários integrantes da cesta de garantias vinculada ao conjunto de Letras Financeiras emitidas por cada uma das IFs, ao amparo da LTEL-LFG, por meio dos seguintes arquivos:

I - AMCTP331 - para as informações relativas a:

a) operações de crédito;

b) operações de arrendamento mercantil;

c) outras operações com característica de concessão de crédito;

II - AMCTP945 - para as informações relativas a:

a) debêntures;

b) notas comerciais.

Parágrafo único. Os arquivos de que trata o caput devem ser remetidos ao Banco Central do Brasil por meio do Sistema de Transferência de Arquivos (STA), na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013, disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://sta.bcb.gov.br/sta/.

Art. 12. O depositário central ou a entidade registradora deve encaminhar as informações relativas à constituição de gravames sobre os ativos utilizados como garantia para emissão de LFG, bem como os ativos financeiros e os valores mobiliários que forem incluídos ou alterados, no primeiro dia útil seguinte à sua ocorrência, por meio dos arquivos especificados no art. 11.

Art. 13. Esta Carta Circular entra vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.022, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Estabelece prazo máximo para solicitação de cadastro no PIX e no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) para fins de participação na etapa formal de homologação no âmbito do processo de implantação do PIX.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem) e o Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 97-A, inciso V, e o art. 111, inciso V, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 9º da Circular nº 3.985, de 18 de fevereiro de 2020, e na Carta Circular nº 4.006, de 20 de fevereiro de 2020, resolvem:

Art. 1º Fica estabelecido 1º de junho de 2020 como data máxima para que os prestadores de serviços de pagamento com participação facultativa no PIX solicitem o cadastramento no PIX e no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) para fins de participação na etapa formal de homologação no âmbito do processo de implantação do PIX.

§1º A solicitação deverá ser encaminhada ao Banco Central do Brasil na forma estabelecida na Carta Circular nº 4.006, de 20 de fevereiro de 2020.

§2º A execução dos testes, durante a etapa formal de homologação, é condição necessária para a autorização da instituição prestadora de serviços de pagamento no ambiente de produção do SPI e do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), na data de implantação do PIX.

Art. 2º Encerrado o prazo definido no art. 1º, novas solicitações de cadastramento serão recebidas a qualquer momento, a partir do dia 1º de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor em 4 de maio de 2020.

FLÁVIO TÚLIO VILELA
Chefe do Deban

ANGELO JOSÉ MONT'ALVERNE DUARTE
Chefe do Decem

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

CARTA CIRCULAR Nº 4.023, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Divulga os horários e os prazos previstos no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), no uso da atribuição que confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 4º do Regulamento do Selic, aprovado pela Circular nº 3.587, de 26 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Os horários e os prazos previstos no Regulamento do Selic são os seguintes:

I - art. 13, & 1º: o horário de abertura do Selic é 6h30 e o de encerramento, 18h30, exceto para registro de operações de compra e venda, definitiva ou compromissada, à vista ou a termo, e de operações de recompra e revenda, que não incorram em liquidação financeira pelo STR, e de promessas de compra ou de venda, cujos comandos podem ser transmitidos até as 20h30;

II - art. 39: os comandos devem ser transmitidos até as 18h30 em 2020 e até as 12h no primeiro semestre de 2021;

III - art. 51, inciso II: são transmitidos automaticamente pelo Selic, às 9h30, os comandos de compra e venda no dia da liquidação do correspondente termo;

IV - art. 56: transmitido um comando, todos os demais requeridos para o registro e a liquidação da operação ou das operações associadas ou conjugadas devem ser transmitidos no prazo de 60 minutos;

V - art.59, § 1º: relativamente às operações referidas nesse artigo, o comando da outra parte é transmitido até as 17h;

VI - art. 70, inciso I: os duplos comandos das operações pendentes de liquidação por insuficiência de títulos são cancelados após o decurso do prazo de pendência de 60 minutos ou no horário-limite de 18h30, o que ocorrer primeiro; e

VII - art. 103, § 1º, inciso II: a concordância da câmara em liquidar revenda/recompra oriunda de operação compromissada ainda não liquidada no Selic é considerada revogada em algum momento compreendido entre 11h07 e 11h12, quando o compromisso for para o mesmo dia, e entre 18h07 e 18h12, quando o compromisso for para dia posterior.

Parágrafo único. O registro de operação de compra e venda, definitiva ou compromissada, à vista, entre 18h30 e 20h30, é permitido somente para as operações contratadas por um participante com um cliente.

Art. 2º O decurso do prazo de 60 minutos, referido nos incisos IV e VI do parágrafo do art. 1º, será verificado a cada 5 minutos, a partir das 9h30, para fins de cancelamento dos respectivos comandos.

Art. 3º As câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação devem enviar ao Demab as informações de que trata o art. 114 do Regulamento do Selic no próprio dia do evento, até 60 minutos após o encerramento do Selic.

Art. 4º Os horários e os prazos referidos nos artigos anteriores podem ser alterados:

I - diante da ocorrência de fatos extraordinários, a critério do Demab, caso em que eventual modificação será informada, no próprio dia, por meio de aviso do Selic a seus participantes;

II - nos dias em que houver horário especial de funcionamento das instituições financeiras, conforme disposto em normativo expedido pelo Banco Central do Brasil; e

III - em situações de grave indisponibilidade técnica, caso em que o horário de encerramento poderá ser estendido, excepcionalmente, para além das 23h59, e que a data até então vigente será mantida para o registro das operações, e não a data calendário.

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação, quando ficará revogada a Carta Circular nº 3.988, de 5 de dezembro de 2019.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 17.779, de 31 de março de 2020, publicado no DOU de 1º de abril de 2020, Seção 1, p. 24, onde se lê: " ... autoriza RONALDO DELETAVI, CPF nº 000.086.500-12, ... ", leia-se: " ... autoriza RONALDO DELEVATI, CPF nº 000.086.500-12, ... ".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 134, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Prorroga a suspensão das atividades presenciais dos cursos de pós-graduação e cursos técnicos do Inmetro, tais como: aulas, seminários e defesas de dissertação e tese em razão da pandemia causada pelo COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos arts. 18, Inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e considerando o que consta da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde e da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações aos servidores, colaboradores, bolsistas e estagiários do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, quanto às medidas de prevenção da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art 2º As aulas, seminários, defesas de trabalhos de conclusão presenciais dos cursos técnicos e de pós-graduação do INMETRO continuam suspensas enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único. Em caso de qualquer modificação no panorama da emergência de saúde pública, a Coordenação-Geral do Centro de Capacitação - CICMA entrará em contato com o corpo docente e discente.

Art. 3º Em razão da situação de emergência, esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, independentemente de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 252, DE 29 DE MARÇO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e IV do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alíneas "a" e "d", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005493/2019-39, resolve:

Art. 1º Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano PSAP/Eletropaulo, CNPB nº 1982.0022-47, administrado pela Fundação CESP - FUNCESP.

Art. 2º Autorizar a aplicação do regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida II, a ser administrado pela Fundação CESP - FUNCESP.

Art. 3º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida II, sob o nº 2020.0007-92.

Art. 4º Autorizar o convênio de adesão celebrado entre a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., CNPJ nº 61.695.227/0001-93, e a Fundação CESP - FUNCESP, CNPJ nº 62.465.117/0001-06, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida II, CNPB nº 2020.0007-92.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 262, DE 6 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001552/2019-08, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Mineração Cisper, CNPB nº 2006.0038-11, administrado pelo IFM - Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 273, DE 7 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007931/2018-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da Yara Brasil Fertilizantes S.A., CNPJ nº 92.660.604/0001-82, incorporadora da Vale Cubatão Fertilizantes Ltda., CNPJ nº 11.403.023/0001-63, do Plano de Benefícios Vale Fertilizantes, CNPB nº 2012.0002-74, administrado pela Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 294, DE 8 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000619/2020-12, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Daimler Mobility Brasil Holding S.A., CNPJ nº 54.646.419/0001-44, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria MBPrev, CNPB nº 2002.0018-47, e a entidade Mercedes-Benz Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 295, DE 8 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001366/2020-02, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão da empresa Mãe Terra Produtos Naturais Ltda., CNPJ nº 51.723.435/0001-03, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Complementar UnileverPrev - CNPB nº 2002.0024-11, e a entidade UnileverPrev - Sociedade de Previdência Privada.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 296, DE 8 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001381/2020-42, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Mineração Dardanelos Ltda., CNPJ nº 03.686.720/0001-40, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Votorantim Prev, CNPB nº 2005.0067-11, e a entidade Fundação Sen. José Ermírio de Morais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA Nº 297, DE 8 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001371/2020-15, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Ceará - OCB/CE, CNPJ nº 07.964.661/0001-86, na condição de patrocinadora do Plano de Previdência Privada do Sistema Cooperativista Nacional - CNPB nº 2018.0005-19, e a entidade Multicoop Fundo de Pensão Multipatrocinado.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 7.623, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria SUSEP nº 7.620, de 31 de março de 2020, que designa ordenador de despesa e gestor financeiro e delega competência para aprovar despesas, incluindo autorização para abertura de licitações e atividades correlatas, bem como assinatura dos respectivos termos e prática de atos de gestão de pessoal.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 25 da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019 e o que consta o processo 15414.610503/2019-11, resolve:

Art. 1º O artigo 1º, inciso III, da Portaria nº 7.620, de 31 de março de 2020, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Designar o(a) Chefe do Departamento de Administração e Finanças (DEAFI) ou seu(a) substituto(a) como Ordenador(a) de Despesa, a quem delega competência para:

III - Gestão Orçamentária e Financeira, sem limitação de valor:" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 282, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019 e os termos do Parecer Técnico nº 27/2020-COAPI/CGAPI/SPR, constante no processo nº 52710.003062/2020-12, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 200,000.00 (duzentos mil dólares norte-americano) para o produto DESINFETANTE - código Suframa nº 0487, aprovado pela Portaria nº 686, de 26/12/2018, em nome da empresa CERAS JOHNSON LTDA., com Inscrição SUFRAMA nº 20.0109.40-5 e CNPJ nº 33.122.466/0007-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 283, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PANASONIC DO BRASIL LIMITADA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso IV do Art. 9º; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 61/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.000665/2020-62, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PANASONIC DO BRASIL LIMITADA. (CNPJ nº 04.403.408/0001-65 e Inscrição SUFRAMA nº 20.0130.66-8) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 61/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de OBRAS DE FERRO AÇO (PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORJADAS E/OU SOLDADAS) (código SUFRAMA 0425), recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/1967, com redação dada pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
OBRAS DE FERRO AÇO (PEÇAS ESTAMPADAS E/OU FORJADAS E/OU SOLDADAS)	130,228	157,251	189,881

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 257, de 20 de novembro de 2012;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 285, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Aprova o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa GREEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso IV do Art. 9º; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 70/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.002032/2020-99, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa GREEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. (CNPJ: 30.483.463/0001-12 e Inscrição SUFRAMA: 501116010) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 70/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), código SUFRAMA: 1306, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-lei nº 288/1967, com redação dada pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS)	360,000	360,000	360,000

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento do incentivo concedido, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 383, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e o art. 4º, inciso V, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19 responsável pelo surto do ano de 2019, bem como a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento à pandemia da Covid-19, resolve:

Art. 1º Ficam autorizadas as instituições de ensino pertencentes ao sistema federal de ensino, definidas no art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em caráter excepcional, a anteciparem a colação de grau dos alunos regularmente matriculados no último período dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, desde que completada setenta e cinco por cento da carga horária prevista para o período de internato médico ou estágio supervisionado, enquanto durar a situação de emergência em saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, na forma especificada nesta Portaria.

§ 1º Considera-se o internato médico o período de dois anos de estágio curricular obrigatório de formação em serviço dos estudantes de Medicina.

§ 2º Considera-se estágio obrigatório para os cursos de Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia a atividade supervisionada equivalente a vinte por cento da carga horária total do curso.

Art. 2º Os certificados de conclusão de curso e diplomas, emitidos em razão desta Portaria, terão o mesmo valor daqueles emitidos em rito ordinário.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 374, de 3 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 661, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera o art. 5º da Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito do Ministério da Educação.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e pela Portaria MEC nº 342, de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, ambas do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 491, de 19 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Fica autorizado o regime de trabalho remoto excepcional e temporário, mediante autorização dos respectivos titulares de unidades, aos servidores que possam exercer as suas atividades funcionais remotamente, sem necessidade de comparecimento ao órgão, e resguardada a efetiva prestação do serviço público.

..... (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 95, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nºs 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, , resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

(Reconhecimento EaD)

ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
	1. 201716966	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER EDUCACIONAL S/A	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (BACHARELADO)	1.000 (MIL)
	2. 201815753	CENTRO UNIVERSITÁRIO - CATÓLICA DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL (CATÓLICA EM JARAGUÁ)	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE	GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	240 (DUZENTAS E QUARENTA)
	3. 201709518	FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA - FAEL	SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A	GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	6000 (SEIS MIL)
	4. 201816969	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE)	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	GESTÃO DA QUALIDADE (TECNOLÓGICO)	275 (DUZENTAS E SETENTA E CINCO)
	5. 201817076	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSELVI)	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.	EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO)	3.500 (TRÊS MIL E QUINHENTAS)
	6. 201817870	FACULDADE MULTIVIX SERRA (MULTIVIX SERRA)	MULTIVIX SERRA - ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	182 (CENTO E OITENTA E DUAS)
	7. 201815780	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO - INFNET	INFNET EDUCACAO LTDA	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	500 (QUINHENTAS)
	8. 201816103	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA - FSG	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.	PROCESSOS GERENCIAIS (TECNOLÓGICO)	500 (QUINHENTAS)
	9. 201815320	UNIVERSIDADE DE UBERABA	SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	300 (TREZENTAS)
	10. 201817053	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ (FAG)	FUNDACAO ASSIS GURGACZ	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	2.000 (DUAS MIL)

PORTARIA Nº 96, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, , resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201817059	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	FUNDACAO ASSIS GURGACZ
2	201815751	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE
3	201817792	BIBLIOTECONOMIA (Bacharelado)	1200 (uma mil, duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA
4	201816080	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
5	201816081	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
6	201815724	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.
7	201817417	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
8	201802807	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	1500 (uma mil, quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
9	201817909	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
10	201817831	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA
11	201816998	PEDAGOGIA (Licenciatura)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS - FEOB	FUNDACAO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS
12	201709682	GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER EDUCACIONAL S/A
13	201709688	SEGURANÇA PÚBLICA (Tecnológico)	1500 (uma mil, quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER EDUCACIONAL S/A
14	201817074	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA
15	201907222	LETRAS - LIBRAS (Licenciatura)	2241 (duas mil, duzentas e quarenta e uma)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA
16	201815850	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO	BCEC - BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
17	201818113	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.
18	201815692	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	196 (cento e noventa e seis)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO	UNIAO SOCIAL CAMILIANA
19	201815694	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1450 (uma mil, quatrocentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO	UNIAO SOCIAL CAMILIANA
20	201803206	GESTÃO PORTUÁRIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A
21	201817944	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.
22	201803204	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1000 (uma mil)	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA	CESA - CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA
23	201815532	HISTÓRIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	ASSOCIACAO FACULDADES CATOLICAS PETROPOLITANAS
24	201717900	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	1500 (uma mil, quinhentas)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
25	201805891	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	1500 (uma mil, quinhentas)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
26	201815462	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	5000 (cinco mil)	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
27	201803482	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	2000 (duas mil)	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
28	201717655	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	600 (seiscentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
29	201805783	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
30	201816967	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	420 (quatrocentas e vinte)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
31	201816971	MARKETING (Tecnológico)	275 (duzentas e setenta e cinco)	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC
32	201905269	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI	FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES
33	201709221	CIÊNCIAS DA NATUREZA (Licenciatura)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
34	201817749	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
35	201817751	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
36	201815695	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	2000 (duas mil)	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA
37	200712904	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A
38	201817957	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	2000 (duas mil)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA
39	201802639	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	2000 (duas mil)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA
40	201817971	PEDAGOGIA (Licenciatura)	8000 (oito mil)	Universidade Universus Veritas Guarulhos	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA

PORTARIA Nº 97, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201820647	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALFA UMUARAMA	OMEGA SISTEMA DE ENSINO PARANAENSE LTDA	RUA DESEMBARGADOR ANTÔNIO FERREIRA DA COSTA, 3.678, ZONA I, UMUARAMA/PR
2	201902585	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CGESP GOIANIA	CGESP CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA A, 490, SETOR OESTE, GOIÂNIA/GO
3	201819549	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ	ASSOCIACAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUCAO CRISTA	AVENIDA RUI BARBOSA, 1426, BAIRRO DAS GRAÇAS, RECIFE/PE
4	201902639	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE BOTUCATU	ESCOLA UNIVERSITARIA DE BOTUCATU E REGIAO LTDA	AVENIDA PAULA VIEIRA, 542, BAIRRO VILA EMA, VILA JAHU, BOTUCATU/SP
5	201820643	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	AVENIDA SÃO LUÍS REI DE FRANÇA, 19, TURU, SÃO LUÍS/MA
6	201820642	FARMÁCIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E SAÚDE EDUFOR	SOCIEDADE EDUCACIONAL FORTALEZA - ME	AVENIDA SÃO LUÍS REI DE FRANÇA, 19, TURU, SÃO LUÍS/MA
7	201900934	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	FACULDADE DE GUARANTÃ DO NORTE	UNIFAMA - UNIAO DAS FACULDADES DE MATO GROSSO LTDA	RUA JEQUITIBÁ, 40, AEROPORTO, GUARANTÃ DO NORTE/MT
8	201906177	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EDUCAREMT	MAILDES DELGADO SAMPAIO - ME	RUA RIO DA CASCA, 18, QUADRA 28, GRANDE TERCEIRO, CUIABÁ/MT
9	201820356	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE GALILEU	FRB- FACULDADES REUNIDAS DE BOTUCATU LTDA	AVENIDA MARGINAL 200, 680, ISAAC NEWTON, VILA REAL, BOTUCATU/SP
10	201820892	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA	RUA BOCAIÚVA, 82, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
11	201819925	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNA DE DIVINÓPOLIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA - SOCIESC S.A.	RUA CORONEL JOÃO NOTINI, 151, - ATÉ 1507/1508, CENTRO, DIVINÓPOLIS/MG
12	201901822	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA I, 101, LOJAS, JEREISSATI I, MARACANAÚ/CE
13	201819245	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA ENGLER, SN, PUC GOIÁS, JARDIM MARILIZA, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 98, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201808765	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE AGES DE TUCANO	AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA	RODOVIA BR 116, KM 277, S/N, CAMPUS TUCANO, CENTRO, TUCANO/BA
2	201808494	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALAGOANA DE ADMINISTRAÇÃO	AESA ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS LTDA.	AVENIDA DOUTOR DURVAL DE GÓES MONTEIRO, 4354, - LADO PAR, TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL
3	201809005	AGRONOMIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO	ASSOCIACAO BRASILIENSE DE EDUCACAO	RUA JOSÉ POSSER, 275, PELEGRINO, MARAU/RS
4	201820794	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE INSTITUTO BRASIL DE ENSINO - IBRA	IBRA - INSTITUTO BRASIL DE ENSINO E CONSULTORIA LTDA	AVENIDA GERASA, 1447, BETHANIA, IPATINGA/MG
5	201808449	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PARAENSE DE ENSINO	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA DOS MUNDURUCUS, 1427, BATISTA CAMPOS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
6	201819277	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANTO ANDRÉ	ASSOCIACAO MULTIDISCIPLINAR DE RONDONIA	RUA ANIBAL RIBEIRO BATISTA, 4077, NOVA ORLEANS, VILHENA/RO
7	201819506	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	UNIAO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGOCIOS LTDA.	AVENIDA SERTÓRIO, 253, NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
8	201819177	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE SENAI DE TECNOLOGIA MECATRÔNICA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	RUA SANTO ANDRÉ, 680, BOA VISTA, SÃO CAETANO DO SUL/SP
9	201808507	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU	AEI ENSINO SUPERIOR DE IGUACU LTDA.	AVENIDA PARANÁ, 3.695, JARDIM CENTRAL, FOZ DO IGUAÇU/PR
10	201712750	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO MACHADENSE DE ENSINO SUPERIOR	FUNDACAO MACHADENSE DE COMUNICACAO	AVENIDA FILHAS DE SANT ANA - ROD. BR. 267 - KM 03, S/Nº, DISTRITO INDUSTRIAL, DISTRITO INDUSTRIAL, MACHADO/MG

PORTARIA Nº 99, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam deferidos os pedidos de aumento de vagas, sob a forma de aditamento aos últimos atos autorizativos dos cursos de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (ADITAMENTO DE AUMENTO DE VAGAS)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Modalidade	Curso (código)	Grau	Nº de Vagas Anuais Anterior	Nº de Vagas Anuais após o Aditamento	IES (Código)	Mantenedora (CNPJ)
1	201903849	Educação Presencial	PEDAGOGIA (1284294)	Licenciatura	200	260	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ - UniFIC (19173)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA (19.252.132/0001-39)
2	201928630	Educação Presencial	PSICOLOGIA (1192190)	Bacharelado	120	168	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA - FPB (3099)	ASPEC SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA (05.247.100/0001-30)
3	201928633	Educação Presencial	DIREITO (57392)	Bacharelado	150	240	FACULDADE MARECHAL RONDON - FMR (1624)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO (43.374.768/0001-38)
4	201928639	Educação Presencial	ODONTOLOGIA (1192118)	Bacharelado	80	120	FACULDADE SETE LAGOAS - FACSETE (12620)	EDUCACIONAL MARTINS ANDRADE LTDA - EPP (01.282.149/0001-73)
5	201928331	Educação Presencial	ARQUITETURA E URBANISMO (48451)	Bacharelado	60	80	ESCOLA DA CIDADE - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - ESCOLA DA CIDADE (1828)	ASSOCIAÇÃO ESCOLA DA CIDADE - ARQUITETURA E URBANISMO (01.843.613/0001-53)

PORTARIA Nº 100, DE 09 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201360158	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA DE MACHADO	FUNDACAO EDUCACIONAL DE MACHADO	AV DR ATHAYDE PEREIRA DE SOUZA, 730, , CENTRO, MACHADO/MG
2	201419086	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO APARÍCIO CARVALHO	SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA	RUA DAS ARARAS, 241, - DE 1/2 A 240/241, ELDORADO, PORTO VELHO/RO
3	201419053	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZONIA S/C LTDA - ESAMAZ	RUA MUNICIPALIDADE, 530, , REDUTO, BELÉM/PA
4	201217162	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENGENHARIA DE RESENDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOM BOSCO	AVENIDA PROFESSOR ANTONIO ESTEVES, 01, , MORADA DA COLINA, RESENDE/RJ
5	201611704	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TALENTOS HUMANOS	INSTITUTO EDUCACIONAL GUILHERME DORCA S/S LTDA	RUA MANOEL GONÇALVES DE REZENDE, 230, VILA SÃO CRISTÓVÃO, UBERABA/MG
6	201361404	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAU DE CAXIAS DO SUL	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE CAXIAS DO SUL LTDA	RUA FEIJÓ JÚNIOR, 1049, , SÃO PELEGRINO, CAXIAS DO SUL/RS
7	201419079	RADIOLOGIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS CAMÕES	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR CAMOES LTDA	ALAMEDA DR. MURICY, 707, 1º ANDAR, CENTRO, CURITIBA/PR
8	201361279	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SUL DA AMÉRICA	FACULDADE E COLEGIO SUL D'AMERICA LTDA	RUA IGUAÇU, S/N, QUADRA 109 LOTE 16, VILA BRASÍLIA, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
9	201402354	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO CRICARÉ	INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA	RUA VENEZUELA, 01, , UNIVERSITÁRIO, SÃO MATEUS/ES
10	201611238	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura)	300 (trezentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	MODERNO-CENTRO DE ENSINO, EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA FELICIANO COELHO, 125, TREM, MACAPÁ/AP

PORTARIA Nº 105, DE 0 9 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Nº	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201506932	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS		E. DE L. E LIMA & CIA LTDA	RUA LEONOR TELES, 153, UNIDADE SEDE, ADRIANOPOLIS, MANAUS/AM
2	201709296	LOGÍSTICA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE VALINHOS		ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA INVERNADA, 595, , VERA CRUZ, VALINHOS/SP
3	201507343	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE VIÇOSA		ASSOCIACAO VICOSENSE DE ENSINO E PESQUISA LTDA - AVEP - VICOSA - EPP	RUA GOMES BARBOSA, 870, , CENTRO, VIÇOSA/MG
4	201608709	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO		ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA OSWALDO DA SILVA CORREIA, 621, , SANTA MARTA, CUIABÁ/MT
5	201209131	HISTÓRIA DA ARTE (Bacharelado)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;
Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020;
Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013;
Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020; e
Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, os arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e os arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", 5º, caput, e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, realizada no dia 31 de maio de 2012,

CONSIDERANDO:

A alimentação como um direito social, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal Brasileira, após a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN;

A declaração da Organização Mundial da Saúde - OMS de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus - Covid-19, gerando a resposta pelo Ministério da Saúde - MS, por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, de medidas de isolamento social e quarentena, impactando na suspensão temporária do período letivo nas unidades da federação, objetivando o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

A publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19;

A publicação da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica;

A segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados, resolve, ad referendum:

Art. 1º Durante o período de suspensão de aulas em decorrência das situações de emergência em saúde pública de importância nacional e de calamidade pública causadas pelo novo coronavírus - Covid-19, fica autorizada, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes, a critério do poder público local.

Art. 2º Os estados, municípios, o Distrito Federal e as escolas federais deverão utilizar os recursos do PNAE exclusivamente para garantir a alimentação dos estudantes da educação básica.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, os gêneros alimentícios já adquiridos ou que vierem a ser adquiridos em processos licitatórios ou em chamadas públicas da agricultura familiar poderão ser distribuídos em forma de kits, definidos pela equipe de nutrição local, observando o per capita adequado à faixa etária, de acordo com o período em que o estudante estaria sendo atendido na unidade escolar.

§ 2º O kit deverá seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares, a cultura local e, preferencialmente, composto por alimentos in natura e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis como para os não perecíveis.

§ 3º A gestão local poderá negociar com os fornecedores vencedores dos processos licitatórios ou das chamadas públicas da agricultura familiar o adiamento da entrega dos gêneros alimentícios perecíveis para o reinício das aulas.

Art. 3º A forma de distribuição dos kits deverá garantir que não haja aglomerações nas unidades escolares, conforme critérios a serem definidos pelas gestões locais.

§ 1º Recomenda-se a entrega dos kits diretamente na casa dos estudantes ou que somente um membro da família se desloque para buscá-lo na unidade escolar, em horário a ser definido localmente.

§ 2º Havendo suspensão do transporte coletivo e/ou na impossibilidade dos pais ou responsáveis legais retirarem os itens, deverá ser viabilizada a distribuição na residência do estudante (ou núcleos próximos à residência), sem prejuízo da substituição por outras estratégias legais a serem implementadas pelo Poder Executivo.

§ 3º Permite-se a distribuição dos gêneros alimentícios em equipamentos públicos e da rede socioassistencial, desde que garantida a alimentação para o estudante, observados os cuidados para evitar o contágio do novo coronavírus - Covid-19.

§ 4º Recomenda-se que sejam incluídos na embalagem dos kits orientações às famílias dos estudantes para que lavem com água e sabão todos os produtos e embalagens entregues no kit, de preferência, antes destes adentrarem na moradia.

§ 5º A Entidade Executora - EEx deverá conferir ampla publicidade ao fornecimento da alimentação, de forma a garantir que aqueles que dela necessitem tenham conhecimento de tal benefício, e realizar o controle efetivo da alimentação escolar entregue, no qual deverá constar a data, o local e estudante contemplado, a fim de assegurar a regularidade do fornecimento.

Art. 4º O fornecimento semanal de porções de frutas in natura e de hortaliças deverá ser mantido, sempre que possível.

Art. 5º Sempre que possível, a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar deverá ser mantida, priorizando-se a compra local.

§ 1º A aquisição dos gêneros alimentícios adquiridos diretamente dos agricultores familiares e suas organizações, identificadas com as Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP-PRONAF, físicas e jurídicas, poderá ser realizada por procedimento de maneira remota, não presencial, com ferramentas, modos e meios online.

§ 2º No caso da aquisição por meio eletrônico, a documentação para habilitação das propostas, bem como o projeto de venda e seus anexos, e também contratos de compra e venda poderão ser encaminhados às Entidades Executoras de forma digitalizada, sendo esses documentos válidos para participação na chamada pública, desde que previstos no edital e registrados no processo.

§ 3º A Entidade Executora deverá disponibilizar um endereço eletrônico no edital de chamada pública para envio da documentação e habilitação dos interessados.

§ 4º Os projetos de compra e venda recebidos pela Entidade Executora serão analisados por uma comissão de chamada pública, independentemente da presença dos interessados.

§ 5º No caso de ausência dos interessados, a Comissão deverá fornecer a todos os participantes a ata de análise e resultados das propostas vencedoras.

§ 6º A Entidade Executora poderá criar mecanismos necessários para que os agricultores familiares e/ou suas organizações participem da análise por meio de videoconferência, quando houver possibilidade.

§ 7º O local e a periodicidade de entrega dos alimentos deverão ser definidos pela Entidade Executora e descritos na chamada pública.

§ 8º Os resultados da chamada pública deverão ser publicados em imprensa oficial e outros meios de comunicação.

Art. 6º Durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, a transferência de recursos financeiros às Entidades Executoras, no âmbito do PNAE, ocorrerá nos termos do art. 38 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Art. 7º Durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, o saldo existente na conta do PNAE em 31 de dezembro poderá exceder ao limite de reprogramação previsto na alínea "a" do inciso XX do art. 38 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 2013.

Art. 8º Durante a vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, as Entidades Executoras que estão operando por meio da Conta Cartão PNAE poderão efetuar transferência eletrônica para o pagamento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo as respectivas cooperativas.

Art. 9º Os recursos repassados pelo FNDE às Entidades Executoras, no âmbito do PNAE, nos termos tratados nesta Resolução, serão computados junto aos repasses regulares do exercício de 2020, para efeitos de prestação de contas, a ser realizada no ano subsequente, conforme as regras vigentes do Programa.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIAS DE 9 DE ABRIL DE 2020

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nº 349 ALTERAR a Portaria n° 370/2014-GR, de 14/03/2014, publicada no Diário Oficial da União de 18/03/2014, Seção 01, página 10, que alterou a Estrutura Organizacional do Departamento de Logística e Serviços - DELOGS, nos termos a seguir, permanecendo os demais termos inalterados: (Processo UFRPE nº 23082.004787/2013-44)

Onde se lê:

[...]

FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE)	FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE)

FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ciências Agrárias - prédio Vasconcelos Sobrinho (CEAGRI II)	FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ciências Agrárias - prédio Vasconcelos Sobrinho (CEAGRI II)

Leia-se:

[...]

FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE)	--------	Coordenador Administrativo do Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (CEGOE)

FG-01	Coordenador Administrativo do Centro de Ciências Agrárias - prédio Vasconcelos Sobrinho (CEAGRI II)	--------	Coordenador Administrativo do Centro de Ciências Agrárias - prédio Vasconcelos Sobrinho (CEAGRI II)

Nº 350 ALTERAR a Portaria n° 1.010/2019-GR, de 14/08/2019, publicada no Diário Oficial da União de 15/08/2019, Seção 01, página 69, que alterou a Estrutura Organizacional do Departamento de Computação - DC/UFRPE, nos termos a seguir, permanecendo os demais termos inalterados: (Processo UFRPE nº 23082.011752/2019-57)

Onde se lê:

[...]

S/FG	Diretoria do Departamento de Computação	S/FG	Diretoria do Departamento de Computação - DC

Leia-se:

[...]

S/FG	Diretoria do Departamento de Computação	FG-01	Diretoria do Departamento de Computação - DC

Nº 351 ALTERAR a Portaria nº 1.011/2019-GR, de 14 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15/08/2019, Seção 01, páginas 69 e 70, que alterou a estrutura organizacional Departamento de Engenharia Agrícola - DEAGRI, nos seguintes termos, permanecendo os demais termos inalterados: (Processo UFRPE nº 23082.012645/2019-46)

Onde se lê:

[...]

S/FG	Diretoria do Departamento de Engenharia Agrícola	S/FG	Diretoria do Departamento de Engenharia Agrícola - DEAGRI

Leia-se:

[...]

S/FG	Diretoria do Departamento de Engenharia Agrícola	FG 01	Diretoria do Departamento de Engenharia Agrícola - DEAGRI

MARIA JOSÉ DE SENA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 4.364, DE 11 DE MARÇO DE 2020

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, considerando a Resolução CoAD nº 12, de 18 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º - Alterar a denominação do Escritório de Desenvolvimento Físico para Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico, com a sigla SeGEF, alterando também a denominação do gestor da unidade de Diretor para Secretário Geral.

Art. 2º - Aprovar a estrutura organizacional da Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico, renomeando as seguintes unidades sob sua vinculação:

I - Divisão de Arquitetura (DiArq), para Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo, com a sigla CoAU.

II - Divisão de Engenharia (DiEng), para Coordenadoria de Engenharia Civil, com a sigla CoECiv;

III - Divisão de Fiscalização de Obras (DiFO), para Coordenadoria de Fiscalização de Obras, com a sigla CoFis.

IV - Divisão de Desenvolvimento Físico e Obras (DiDFO/PU-So), para Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Sorocaba, com a sigla CoGEF - So;

V - Divisão de Infraestrutura e Desenvolvimento Físico (DiIDF/CCA-Ar), para Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Araras, com a sigla CoGEF-Ar.

Art. 3º - Alterar a vinculação da Divisão de Desenvolvimento Físico e Obras - DiDFO - So (SIAPE 281), ora Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Sorocaba, da Prefeitura Universitária de Sorocaba para Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico - SeGEF.

Art. 4º - Alterar a vinculação da Divisão de Infraestrutura e Desenvolvimento Físico - DiIDF - Ar (SIAPE 231), ora Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Araras, do Centro de Ciências Agrárias para a Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico - SeGEF.

Art. 5º - Criar as seguintes Coordenadorias:

I - de Gestão do Espaço Físico, no campus Lagoa do Sino, com a sigla CoGEF - LS;

II - de Engenharia Elétrica e Mecânica, com a sigla CoEEM.

Art. 6º - Extinguir os Departamentos de Projetos (DeProj) e de Orçamento, Obras e Serviços de Engenharia (DeOSE).

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

PORTARIA Nº 4.404, DE 6 DE ABRIL DE 2020

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas pelo art. 4º do Estatuto da FUFSCar, aprovado pela Portaria MEC nº 1161, de 04/07/1991, publicada no DOU de 05/07/1991 e pelo art. 27 do Estatuto da UFSCar, aprovado pela Portaria SESu/MEC nº 984, de 29/11/2007, publicada no DOU de 30/11/2007, CONSIDERANDO a Resolução CoAD nº 12, de 18 de fevereiro de 2020 e, CONSIDERANDO a Portaria GR 4364, de 11/03/2020, resolve:

Art. 1º - Remanejar a FG-1 atribuída à Divisão de Desenvolvimento Físico e Obras - DiDFO - So (SIAPE 281), ora Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Sorocaba, da Prefeitura Universitária de Sorocaba para Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico - SeGEF.

Art. 2º - Remanejar a FG-1 atribuída à Divisão de Infraestrutura e Desenvolvimento Físico - DiIDF - Ar (SIAPE 231), ora Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Araras, do Centro de Ciências Agrárias para a Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico - SeGEF.

Art. 3º - Remanejar a FG-2 atribuída ao Departamento de Projetos - DeProj para a Coordenadoria de Engenharia Elétrica e Mecânica (CoEEM).

Art. 4º - Remanejar a FG-2 do Departamento de Orçamento, Obras e Serviços de Engenharia - DeOSE para a Coordenadoria de Gestão do Espaço Físico - Lagoa do Sino (CoGEF-LS).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor em 11/03/2020.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 34, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Delega a competência para aprovar a consolidação do Plano Anual de Contratação.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações e a faculdade de delegação de competência prevista no art. 8º, caput, da referida Instrução Normativa;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 50000.007361/2020-15, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura para aprovar a consolidação do Plano Anual de Contratação - PAC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 856, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019, que estabelece o Sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.001597/2020-30, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por 5 (cinco) anos, a contar de sua publicação, a empresa SEPLAC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 00.909.170/0001-93, localizada na Rua Joel, nº 116, bairro Jardim Gonçalves, Anápolis - GO, CEP: 75.123-350, para exercer a atividade de fabricante de placas de identificação veicular, de acordo com a Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 858, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta no Processo Administrativo nº 50000.014487/2020-38, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica TRANSTECH IVESUR BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.450.876/0003-16, situada no Município de MARINGÁ - PR, ANEL VIÁRIO PREFEITO SINCLER SAMBATTI, Nº 536 B, PARQUE INDUSTRIAL HANOVER, CEP: 87065- 580, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 977, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.012114/2020-99, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: TRÊS BARRAS;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0013;

III - município (UF): TRÊS BARRAS (SC); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 07' 58" S / 050° 18' 35" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 978, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.031858/2018-98,no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011472/2020-84, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: AEROPORTO MUNICIPAL DE OURINHOS JORNALISTA BENEDITO PIMENTEL;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0023;

III - município (UF): OURINHOS (SP); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 58' 25'' S / 49° 54' 41'' W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n° 1039/SIA, de 19 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 22 de abril de 2013, Seção 1, página 3.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 979, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011558/2020-15, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: CAPÃO DA CANOA;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0052;

III - município (UF): Capão da Canoa (RS); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 29° 45' 49"S / 050° 02' 13"W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 981, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011478/2020-51, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Currais Novos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RN0004;

III - município (UF): Currais Novos (RN); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 06° 16' 51"S / 36° 32' 25"

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 982, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011520/2020-34, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Rio Paranaíba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0066;

III - município (UF): Rio Paranaíba (MG); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 12' 45" S 46° 14' 26" W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 983, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011462/2020-49, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: DIMORVAN CARRARO;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0036;

III - município (UF): Palmas (PR); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26º28'20"S/ 051º58'32"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Nº 2144 de 10 de agosto de 2015, Publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 2015, Seção 1, página 2.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 984, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.011483/2020-64, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Aeródromo Público de Sobral;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0013;

III - município (UF): Sobral (CE); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 40' 44'' S / 040° 20' 12'' W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 999, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 2º e 6º da Portaria nº 2748/SIA, de 04 de setembro de 2019, considerando a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 21/2020/GFIC/SIA, de 08 de abril de 2020 e o que consta no Processo nº 00065.010068/2018-80, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Salgueiro, Código Identificador de Aeródromo - CIAD PE0008, indicador de localidade OACI SNSG, localizado no Município de Salgueiro/PE.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso, exceto no caso de operações de emergência médica ou de transporte de valores realizadas mediante prévia coordenação com o Operador do Aeródromo.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.676, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002206/2020-10 e tendo em vista o deliberado em sua 475ª Reunião Ordinária, realizada em 8 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar o afretamento pela empresa ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.427.026/0001-46, de embarcação estrangeira por tempo, de porte bruto e capacidade similar àquela denominada Monte Sarmiento (IMO 9283227), do tipo porta-contêiner, com capacidade de 71.438 TPB, para operar na navegação regular de linha de cabotagem, pelo período adicional de 20 (vinte) dias, a contar do prazo estabelecido na Resolução nº 7.575-ANTAQ (SEI nº 0971845), mediante procedimento de circularização ao mercado.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 15, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 50300.011868/2017-85. Fiscalizada: MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVICOS LTDA., CNPJ nº 45.050.663/0001-59. Objeto e Fundamento legal: conhecer o recurso, para, no mérito, conceder-lhe parcial provimento, tornando insubsistente o Auto de Infração nº 002843-6 quanto ao fato infracional 1 e mantendo as penalidades referentes aos fatos 2 e 3 do mesmo Auto, quais sejam, multa no valor de R$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais) e advertência, respectivamente.

RAFAEL MOSÉS SILVEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 180, DE 7 DE ABRIL DE 2020 (*)

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 027, de 1º de abril de 2020, e no que consta do Processo nº 00773.003144/2019-95, DELIBERA:

Art. 1º Autorizar a empresa Reunidas Transportes S.A., CNPJ nº 04.176.082/0001-80, a manter a linha Santa Rosa/RS - Joinville/SC, prefixo 10.1341-01, recebendo o prefixo administrativo nº 10-0123-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 16 da empresa Reunidas Transportes S.A, conforme modificações operacionais autorizadas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

(*) Republicada por incorreção no texto original, por ter saído no DOU nº 69, Seção 1, de 9.4.2020, pág. 36.

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 111, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Autorizar a implantação de acesso na rodovia BR-050/MG, localizado no km 187+900 m, pista sul, no município de Uberaba/MG, de interesse da Cervejaria Petrópolis S/A.Processo nº 50500.400663/2019-86.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 112, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI, do artigo 6° da Deliberação nº 904, de 6 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.410576/2019-37, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Autopista Fluminense S/A, para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Nº 183/2020/GEFIR/SUINF/DIR, de 13 de março de 2020 (documento SEI nº 2945313).

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio (TBP) serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 28/2020/SUINF, de 06 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. em 11 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 123, DE 17 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, previstas no art. 40 do anexo da Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018 e no que dispõe o art. 42 da Resolução nº. 5285, de 09 de fevereiro de 2017 e fundamentado no Processo nº 50500.014359/2020-53, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Empresa Auto Viação Progresso S/A., CNPJ nº 10.788.677/0001-90, para a implantação de seção na linha Princesa Isabel (PB) - Recife (PE), prefixo 13-0006-00;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO DE SOUZA

PORTARIA Nº 131, DE 30 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, previstas no art. 40 do anexo da Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018 e no que dispõe o art. 42 da Resolução nº. 5285, de 09 de fevereiro de 2017 e fundamentado no Processo nº 50501.331929/2018-42, resolve:

Art. 1º Conhecer os pedidos de impugnação das empresas VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A, CNPJ nº 27.486.182/0001-09, protocolo nº 50501.331929/2018-42 e EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0001-40, protocolo nº 50510.005765/2019-72, e no mérito negar provimento, mantendo os termos da Deliberação nº 111/2019 que autorizou à empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. a implantação da linha Maceió (AL) - Aracaju (SE);

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 2.069, DE 0 8 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 26, de 05 de maio de 2016, publicado no DOU, de 12 de maio de 2016, o Relato nº. 34/2020/DPP/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 14ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de 2020, realizada em 6 de abril de 2020, e o constante no processo nº 50600.004230/2020-17, resolve:

Art. 1º CRIAR a alça viária de ligação entre a Ponte Presidente Costa e Silva (Rio/Niterói) e a Linha Vermelha, como integrante da BR-101/RJ, conforme se segue:

Código: 101ARJ5005
Local de Início: Entr. BR-101 (Ponte Rio/Niterói)
Local de Fim: Linha Vermelha - Acesso
Km Inicial: 0,0
Km Final: 2,4
Extensão: 2,4 km
Superfície: DUP
Administração: Concessão Federal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO
Diretor-Geral

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Palavra da Diretoria
Senhoras e Senhores Acionistas

A Companhia Docas do Pará – CDP desenvolveu e implementou ações e procedimentos para alavancar seu desempenho operacional no decorrer do exercício de 2019, bem como alcançar a sustentabilidade econômico- financeira. Com efeito, as ações de economicidade associadas a uma boa gestão financeira e otimizações na gestão operacional, que possibilitaram resultados extraordinários, como o resultado positivo no exercício de R$ 29 milhões e EBITDA de 31 milhões, o que viabilizará os investimentos em ações necessárias para a prestação de um serviço portuário de qualidade nos próximos exercícios.
No quesito movimentação de mercadorias, a CDP ultrapassou a casa dos 31 milhões de toneladas, o que é um recorde histórico. O Porto de Santarém se destacou no ranking da ANTAQ como o porto com maior crescimento de movimentação se comparado com o exercício anterior, crescimento este que tende a se manter durante o ano de 2020.
No quesito governança, a CDP implantou ferramentas importantes como o Comitê de Auditoria Estatutária – COAUDI, a criação de Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar e o aperfeiçoamento do gerenciamento de riscos corporativos, implantando uma matriz de risco padrão para os processos de contratação, entre outras ações.
Os desafios são enormes, porém alguns se tornam factíveis de serem superados quando a empresa possui saúde financeira e capacidade de investimentos associados a uma política de governança bem estruturada e alinhada com as boas práticas de gestão.
Registra-se que muitas ações independem da gestão da CDP, estando ligadas a políticas públicas do Governo Federal, principalmente no tocante a implantação de notórios projetos logísticos ferroviários, aquaviários e rodoviários. Do mesmo modo, o programa de arrendamento é de vital importância para a Companhia, visto que dispomos de muitas áreas livres para ampliações e investimentos (greenfield's).
Portanto, preparados para novos desafios, renovamos nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, à toda a Comunidade Portuária Paraense, ao nosso acionista, aos órgãos colegiados, clientes, usuários, fornecedores, autoridades e à comunidade em geral pela confiança e a parceria ao longo deste exercício.

Obs: A integra do Relatório de Administração, encontra-se disponível na homepage da CDP no endereço: https://www.cdp.com.br/relatorios-de-gestao/relatorios-anuais

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2019

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	**412.023.604,78**	**375.342.846,37**
ATIVO CIRCULANTE	**106.177.077,03**	**83.244.597,95**
CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA (NE-04)	34.426.401,96	18.962.709,93
Caixa	21.545,25	13.888,67
Bancos Conta Movimento	722.306,04	353.447,84
Aplicações Liquidez Imediata-Pais	**33.682.550,67**	**18.595.373,42**
CONTAS A RECEBER (NE-05)	65.642.301,91	38.924.530,11
Clientes e Operações a Receber	74.221.121,89	45.992.794,59
(-) Perdas p/Credito Liquidação Duvidosa	**8.578.819,98-**	**7.068.264,48-**
ESTOQUE (NE-08)	319.572,56	302.123,25
Estoques	**319.572,56**	**302.123,25**
TRIB. A COMPENSAR E RECUPERAR (NE-09)	3.451.290,16	18.860.294,18
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.243.204,64	1.054.925,19
Tributos Retidos na Fonte	515.409,28	552.219,46
Tributos Sobre Compras e Servicos e Recuperar	**1.692.676,24**	**17.253.149,53**
DESPESAS ANTECIPADAS (NE-06)	**210.106,97**	**565.962,44**
OUTROS ATIVOS CIRCULANTE (NE-06)	2.127.403,47	5.628.978,04
Adiantamento a Empregados e Terceiros	1.403.287,72	2.397.666,34
Outros Valores a Receber	12.168,47	1.118.889,38
Servidores Cedidos	3.302.605,63	2.348.714,19
(-) Perdas Estimadas no Receb de Créditos	**2.590.658,35-**	**236.291,87-**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**305.846.527,75**	**292.098.248,42**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.920.183,86	17.594.559,37
Impostos e Contribuições a Recuperar (NE-10)	19.948.280,11	0,00
Depósitos Judiciais (NE-11)	10.721.745,64	9.344.401,26
Despesas Antecipadas (NE-12)	10.213.739,38	10.213.739,38
(-) Perdas Estimadas no Receb de Créditos	**1.963.581,27-**	**1.963.581,27-**
INVESTIMENTOS (NE-13)	139.579,41	139.579,41
Investimentos	831.407,99	831.407,99
(-) Perdas em Investimentos	**691.828,58-**	**691.828,58-**
IMOBILIZADO (NE-14)	**266.767.590,42**	**274.321.932,10**
INTANGIVEL (NE-15)	19.174,06	42.177,54

	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO	**412.023.604,78**	**375.342.846,37**
PASSIVO CIRCULANTE	**50.272.084,32**	**41.334.264,03**
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS (NE-16)	**1.439.323,23**	**2.862.202,44**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (NE-17)	**10.966.325,27**	**9.816.199,75**
OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIARIAS (NE-18)	**30.966.881,99**	**21.082.372,07**
OUTRAS CONTAS A PAGAR	**416.815,53**	**948.702,80**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**773.016,40**	**483.994,91**
RECEITAS ANTECIPADAS	**5.709.721,90**	**6.140.792,06**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**62.000.546,09**	**10.992.722,76**
Tributos Diferidos (NE-23)	1.888.560,93	0,00
Provisão para Contingências (NE-22)	13.070.877,94	3.791.237,81
Parcelamento - RFB / Previdência	3.070.725,63	3.419.595,87
Fornecedores	2.895.296,34	2.895.296,34
Outras Contas a pagar (NE-25)	1.855.275,27	0,00
Portus (NE-24)	38.214.164,20	0,00
Futuro Aumento de Capital	1.005.645,78	886.592,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**299.750.974,37**	**323.015.859,58**
CAPITAL SOCIAL	360.221.861,17	360.147.737,54
PREJUÍZOS ACUMULADOS (NE-28)	60.470.886,80-	37.131.877,96-

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (NE-29)	**226.657.097,99**	**165.977.600,14**
RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PORTUÁRIO	**226.657.097,99**	**165.977.600,14**
RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA	187.310.326,63	132.997.396,13
RECEITA COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	39.346.771,36	32.980.204,01
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	**31.361.896,41**	**27.052.184,32**
Abatimento	0,00	302.165,75
Impostos, Taxas e Contribuições Sobre Vendas e Serviços (NE-30)	29.258.068,83	22.990.631,98
Cancelamento e Devoluções	2.103.827,58	3.759.386,59
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	195.295.201,58	138.925.415,82
CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS (NE-31)	95.516.651,89	92.841.903,70
LUCRO BRUTO	99.778.549,69	46.083.512,12
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS (NE-32)	80.241.938,03	61.884.622,88
DESPESA COM PESSOAL	43.841.668,50	35.649.237,45
SERVIÇOS DE TERCEIROS	13.029.946,66	13.582.102,53
UTILIDADES	772.551,94	1.184.539,50
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.030.302,05	638.848,69
DESPESAS GERAIS	16.702.546,90	8.698.086,97
DESPESAS PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.864.921,98	2.131.807,74
LUCRO OPERACIONAL	**19.536.611,66**	**15.801.110,76-**
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	**137.265,04-**	**1.100.006,68**
LUCRO ANTES DO RESULTADO NAO OPERACIONAL	**19.399.346,62**	**14.701.104,08-**
RESULTADO NAO OPERACIONAL	**355.966,56-**	**578.335,05**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**19.043.380,06**	**14.122.769,03-**
CSLL	2.345.459,91	4.555.109,03-
IRPJ	8.507.747,48	14.495.323,41-
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO (Nota-35)	**29.896.587,45**	**33.173.201,47-**
Quantidade de Ações	2.047.786.413	2.047.786.413
Lucro por Ação (R$)	0,0146	0,0162-

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO/2019

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			
	Subscrito e Integralizado	Legal	Res. Incentivo Fiscal	Prejuízo Acumulado	TOTAL
SALDO EM 01.01.2018	373.552.940,80			-3.958.676,49	369.594.264,31
Diminuição de Capital	-13.405.203,26				-13.405.203,26
Prejuízo do Exercício				-33.173.201,47	-33.173.201,47
SALDO EM 31.12.2018	360.147.737,54			-37.131.877,96	323.015.859,58
Aumento de Capital	74.123,63				74.123,63
Ajustes de Exercícios Anteriores				-53.235.596,29	-53.235.596,29
Lucro do Periodo				29.896.587,45	29.896.587,45
SALDO EM 31.12.2019	360.221.861,17			-60.470.886,80	299.750.974,37

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	29.896.587,45	- 33.173.201,47
Despesas (Receitas) que não Afetam o caixa:		
Depreciação e Amortização	12.880.218,81	16.146.086,66
Impairment		
Juros Ativos	- 2.476.931,23	- 2.231.004,43
Provisões	9.279.640,13	1.038.236,50
Perdas Estimadas na recuperação de Crédito	3.864.921,98	2.131.807,74
Juros Passivos	2.319.872,38	832.881,65
Ajustes Decorrentes de Exercício Anteriores	-4.265.941,36	
(Ganho)/Perda de Capital	339.717,75	-
IRPJ e CSSL	-10.853.207,39	19.050.432,44
Variações no Ativo e Passivo		
Contas a Receber	-28.228.327,30	- 592.066,25
Variações de Estoque	-17.449,31	33.842,95
Outros Ativos Circulantes	1.503.063,56	494.168,22
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.409.004,02	-
Realizável a Longo Prazo	-10.472.417,10	- 3.466.247,34
Fornecedores	-1.422.879,21	1.071.184,12
Obrigações Trabalhistas	1.150.125,52	81.037,32
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	-870.980,81	12.818.428,68
Outras Contas a Pagar	-531.887,27	-11.304.401,25
Outras Obrigações	289.021,49	-
Receitas Antecipadas	-431.070,16	790.277,28
Passivo não Circulante	3.394.965,96	- 1.487.170,49
Juros Pagos	- 2.390.966,09	- 693.143,97
Juros Recebidos	2.255.545,58	2.007.794,83
IRRF Aplicação Financeira	235.656,03	223.209,60
DISPONIBILIDADES LÍQ.GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**20.856.283,43**	**3.772.152,79**
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do Imobilizado e Intangível	- 5.642.591,40	- 4.065.200,29
Investimentos		170.955,90
Alienação do Imobilizado		1.525.259,86
DISPONIBILIDADES LÍQ.GERADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**- 5.642.591,40**	**- 2.368.984,53**
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos		
Adto de Recursos p/Futuro Aumento de Capital	250.000,00	-
DISPONIBILIDADES LÍQ. GERADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**250.000,00**	**-**
DISPONIBILIDADES GERADAS NO EXERCÍCIO	**15.463.692,03**	**1.403.168,26**
DESMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	18.962.709,93	17.559.541,67
No Fim do Exercício	34.426.401,96	18.962.709,93
Aumento (redução) nas Disponibilidades	**15.463.692,03**	**1.403.168,26**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019

	31/12/2019	31/12/2018
1) Receitas	**220.332.381,87**	**162.494.382,85**
1.1) Faturamento Bruto	185.206.499,05	128.935.843,79
1.2) Outras Receitas Operacionais	39.346.771,36	32.980.204,01
1.3) Resultado Não Operacional	355.966,56-	578.335,05
1.4) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	3.864.921,98-	0,00
2) Insumos adquiridos de Terceiros	**46.129.811,56**	**38.764.568,65**
2.1) Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos	16.855.343,51	14.438.162,34
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	29.274.468,05	24.326.406,31
3) Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**174.202.570,31**	**123.729.814,20**
4) Depreciação e Amortização	**12.880.218,81**	**16.146.086,66**
5) Valor Adicionado Liquido Produzido pela Entidade (3 - 4)	**161.322.351,50**	**107.583.727,54**
6) Valor Adicionado Recebido em Transferencia	**2.476.931,23**	**2.231.004,43**
6.1) Receitas Financeiras	2.476.931,23	2.231.004,43
7) Valor Adicionado a Distribuir (5 + 6)	**163.799.282,73**	**109.814.731,97**
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal	**94.333.034,41**	**88.346.304,67**
8.1.1) Remuneração	75.441.192,40	69.918.392,41
8.1.2) Beneficios	12.866.841,14	12.158.689,73
8.1.3) FGTS	6.025.000,87	6.269.222,53
8.2) Impostos Taxas e Contribuições	**36.955.464,60**	**53.510.631,02**
8.2.1) Federal	27.554.686,18	46.486.955,13
8.2.2) Estadual	360.453,78	378.319,54
8.2.3) Municipal	9.040.324,64	6.645.356,35
8.2.4) Demais Impostos e Contribuição	0,00	0,00
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**2.614.196,27**	**1.130.997,75**
8.3.1) Juros	2.614.196,27	1.130.997,75
8.4) Acionistas	**29.896.587,45**	**33.173.201,47-**
8.4.1) Lucros (Prejuizos) Retidos	29.896.587,45	33.173.201,47-
Distribuição do Valor Agregado	**163.799.282,73**	**109.814.731,97**

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

Balanço Social Anual / 2019

1 - Base de Cálculo	2019 Valor (Em reais)	2018 Valor (Em reais)
Receita Líquida (RL)	195.295.202	139.108.647
Resultado Operacional (RO)	19.043.380	-34.462.827
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	95.002.391	128.684.212

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.593.546,50	6,94%	3,38%	6.038.218	4,69%	4,34%
Encargos Sociais Compulsórios	23.685.929,61	24,93%	12,13%	17.293.433	13,44%	12,43%
Previdência Privada	1.433.321,93	1,51%	0,73%	1.778.057	1,38%	1,28%
Saúde	3.415.397,40	3,60%	1,75%	2.786.270	2,17%	2,00%
Segurança e Saúde no Trabalho	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	377.997,29	0,40%	0,19%	377.212	0,29%	0,27%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	212.287,81	0,22%	0,11%	968.668	0,75%	0,70%
Creches ou Auxílio-creche	181.425,04	0,19%	0,09%	143.940	0,11%	0,10%
Participação nos Lucros ou Resultados	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	2.325.354,96	2,45%	1,19%	2.482.401	1,93%	1,78%
Total - Indicadores Sociais Internos	38.225.260,54	40,24%	19,57%	31.868.199	24,76%	22,91%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	40.712.482,22	213,79%	20,85%	24.517.007	-71,14%	17,62%
Total - Indicadores Sociais Externos	40.712.482,22	213,79%	20,85%	24.517.007	-71,14%	17,62%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a Produção/ Operação da Empresa	2.405.849	12,63%	1,23%	1.980.239	-5,75%	1,42%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	678.372	3,56%	0,35%	773.853	-2,25%	0,56%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	3.084.221	16,20%	1,58%	2.754.092	-7,99%	1,98%
Quanto ao estabelecimento de “Metas Anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na Produção/ Operação e aumentar a eficácia na utilização de Recursos Naturais, a Empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		( )	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75%) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2019	2018
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	440	464
Nº de Admissões durante o Período	8	1
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	101	109
Nº de Estagiários(as)	32	61
Nº de Empregados(as) acima de 45 anos	231	246
Nº de Mulheres que trabalham na Empresa	103	107
% de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres	23,35%	34,60%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	11	13
% de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as)	2,49%	3,00%
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	5	5

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019			2018		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	60,70			42,77		
Número Total de Acidentes de Trabalho	5			8		
Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	(X) Direção e Gerências	( ) Todos(as) Empregados(as)	( ) Todos(as) + Cipa	(X) Direção e Gerências	( ) Todos(as) Empregados(as)	( ) Todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	(X) Não se envolve	( ) Segue as Normas da OIT	( ) Incentiva e Segue a OIT	(X) Não se envolve	( ) Segue as Normas da OIT	( ) Incentiva e Segue a OIT
A Previdência Privada contempla:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	( ) Não são considerados	( ) São sugeridos	(X) São exigidos	( ) Não são considerados	( ) São sugeridos	(X) São exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	(X) Não se envolve	( ) Apóia	( ) Organiza e Incentiva	(X) Não se envolve	( ) Apóia	( ) Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa	no Procon 0	na Justiça 0
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em R$):	**Em 2019..... 163.799.282,73**			**Em 2018.....109.814.731,97**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	22.56% Governo 57,59% Colaboradores(as) 0,0% Acionistas 1,60% Terceiros 18,25% Retido			49,33% Governo 81,43% Colaboradores(as) Acionistas 1,04% Terceiros 31,80% Retido		0%

7 - Outras Informações

Esta Companhia não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo,bem como não está envolvida com corrupção. Através de parcerias e convenios com a UFPA e empresas contribui para a geração de empregos indiretos.

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (em reais)

1-CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Pará - CDP é uma Empresa Pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto – Lei nº 155, de 10/02/1967, aprovada pelo Decreto nº 61.300 de 06/09/1967, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no que lhe for aplicável pela Lei nº 12.815, de 05/06/2013, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado. A CDP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários- SNPTA, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará.

2-APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral – NBC TG, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3-PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. BASE DE PREPARAÇÃO:

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em "R$" que é a moeda funcional da Companhia, e moeda oficial do país, sem arredondamentos.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para o qual foram adquiridos ou contratados, e é determinada no reconhecimento inicial destes instrumentos financeiros: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Adiantamentos, Empréstimos e Recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros com recebimento fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber em caixa ou equivalente de caixa. Contas a Receber: As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis, separados por ativo **CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE** de valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços. Estão incluídos nesta rubrica todos os serviços prestados e as receitas patrimoniais com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, deduzidos das perdas estimadas para seu recebimento, com base na NBC TG 48. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de **20 dias,** prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. Uma perda estimada para recebimento, ou seja, para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá receber todos os valores devidos, considerando o histórico no recebimento desses créditos e no parecer jurídico da empresa, nos valores quando envolverem análise de processos judiciais. **Estoques:** Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição, e contemplam materiais utilizados para consumo das atividades da empresa (almoxarifado).

Despesas Antecipadas: São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Confissões de Dívidas: Reconhecidas pelo valor justo, no momento dos acordos, acrescidas de encargos e juros conforme previsão contratual.

Impostos Antecipados: Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações; retenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de clientes e de aplicações financeiras ainda não aproveitados.

Depósitos / Bloqueios Judiciais e Contratuais: Representam valores de bloqueios judiciais e valores de depósitos dados em garantia em processos cíveis e trabalhistas, inclusive depósitos recursais, nos quais a Companhia é reclamada ou ré. Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição de bens ou serviços, deduzido da depreciação acumulada e impairment. A depreciação é calculada pelo método linear, com as taxas determinadas pela Receita Federal do Brasil para fins fiscais e de vida útil estimada, para atender a societária. O ativo intangível representa direitos de uso de softwares adquiridos e/ou desenvolvidos e são amortizados de acordo com a NBC TG 04.

Passivo Circulante e Não Circulante: Demonstrados por valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional de acordo com a NBC TG 06, na qualidade de concessionário, decorrente de outorgas pela exploração de áreas portuárias, sendo efetuado pelos arrendatários pagamentos à Companhia em parcelas mensais, e como arrendatária de bens móveis. Todos os contratos em que figure como concessionário possuem cláusulas de Movimentação Mínima Contratual (MMC), tendo essas cláusulas como parâmetro, de acordo a logística de cada terminal.

Provisões, Ativos e Passivos Contingentes: As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis, em ações nas quais a Companhia é parte reclamada ou ré de acordo com o grau de risco mensurado através de relatórios emitidos pela gerência jurídica da Companhia. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A classificação de risco se dá em: - Prováveis, para as quais são constituídas provisões na contabilidade; - Possíveis, divulgadas em notas explicativas, sem que sejam provisionadas; e - Remotas, cujas ações ou risco não requerem provisão ou divulgação em notas explicativas, sendo acompanhadas pela administração da Cia. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) – Correntes e Diferidos. Impostos Correntes – A provisão ou receita para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável ou prejuízo / base fiscal do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de **15%**, acrescida do adicional de **10%.** O valor da contribuição social sobre o lucro foi calculado à alíquota de **9%** do lucro tributável.

Impostos Diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A constituição do imposto de renda diferido está em conformidade com o disposto NBC TG 32, e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 10.

Dividendos e Participações aos Empregados: Está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, **25%** do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos, sendo que, a participação dos empregados não poderá exceder a **25%** dos dividendos.

Férias e Encargos a Pagar: Contemplam os valores relativos às férias apuradas de forma proporcional ao período aquisitivo, acrescidos dos encargos sociais respectivos.

Receitas e Despesas Financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os rendimentos de aplicações financeiras e juros auferidos sobre as contas a receber liquidado após o vencimento, e de créditos tributários, atualizados pela Selic. As despesas financeiras são representadas pelos juros incorridos de outras transações financeiras, parcelamento e débitos fiscais. Capital Social: É representado por **2.047.786.413** ações, sem valor nominal, sendo **1.023.893.207** ações ordinárias e **1.023.893.206** ações preferenciais, no valor de **R$ 360.221.861,17**. As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição dos dividendos obrigatórios. **Ajustes de Exercício Anteriores:** Neste exercício foram apurados 03 (três) fatos de períodos anteriores reconhecidos em 2019 como ajustes de exercícios anteriores, atendendo o disposto na NBC TG 23. Ver nota 28. **Demonstrações do Fluxo de Caixa:** A Companhia desenvolveu a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto, conforme previsto na NBC TG 3, ver nota 4.a. **Demonstrações do Valor Adicionado:** Esta demonstração evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período que é apresentado, conforme estabelecido na NBC TG 9. Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – PBP1: Há empregados ativos e inativos da Cia que são beneficiários do Plano de Benefício Previdenciários Portus 1 – PBP1, classificado como benefício definido, nos termos da NBC TG 33, sendo a Cia participante deste plano. Este plano encontra-se sob intervenção da Previc, em razão do seu déficit atuarial. Foi apresentada proposta de equacionamento do plano pelo Instituto Portus, no valor de **R$ 48.969.654,93,** para ser liquidado em 15 anos, com juros de **4,81%** ao ano, mais correção monetária, o qual já se encontra em fase final de aprovação pela Companhia. Deste modo, a Cia, provisionou e reconheceu, nos termos da NBC TG referida, o valor de **R$ 48.969.654,93** em ajustes de exercícios anteriores por tratar-se de erro material de períodos anteriores, com contrapartida no passivo, segregado em circulante e não circulante, ao seu valor presente, conforme notas 18, 24 e 28.

4-CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

a)Caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com baixo risco de mudança de valor, e de alta liquidez. A rentabilidade da aplicação é diária, e os resgates ocorrem de acordo com a necessidade da Companhia, não apresentando aplicações de Longo Prazo.

Caixa e Equivalente de Caixa	2019	2018
Caixa	21.545,25	13.888,67
Bancos Conta Movimento	722.306,04	353.447,84
Aplicações de liquidez Imediata	33.682.550,67	18.595.373,42
Total	**34.426.401,96**	**18.962.709,93**

A Cia apresentou Demonstração do Fluxo de Caixa, partindo de um saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa no valor de **R$ 18.962.709,93** para um saldo final de **R$ 34.426.401,96,** tendo como variação positiva no Exercício de 2019 de **R$ 15.463.692,03**, conforme resumo abaixo:

Fluxo de Caixa	2019	2018
Atividades Operacionais	20.856.283,43	3.772.152,79
Atividades de Investimentos	-5.642.591,40	-2.368.984,53
Atividades de Financiamentos	250.000,00	0,00
No início do Exercício	18.962.709,93	17.559.541,67
No fim do Exercício	34.426.401,96	18.962.709,93
Aumento (redução) nas disponibilidades	15.463.692,03	1.403.168,26

b) Aplicações Financeiras: Estão representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Estes saldos não excedem o seu valor de mercado ou de realização, não necessitando de ajustes de perdas. A Companhia considera que as políticas de aplicação financeira são de curto prazo e não são consideradas atividades de investimento, sendo designadas as aplicações como ativos mantidos para negociação.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2019	2018
Aplicações de liquidez Imediata	33.682.550,67	18.595.373,42

5-Contas a Receber Líquida (Curto Prazo)

A composição dos saldos das Contas a Receber é:

Contas a Receber	2019	2018
Valores a Receber- Serviços Prestados	74.221.121,89	45.992.794,59
(-) Perdas Estimadas c/ Crédito de Liquidação Duvidosa - Fiscal	-6.534.409,47	-5.023.853,97
(-) Perdas p/ Crédito de Liquidação Duvidosa- Leg. Societária.	-2.044.410,51	-2.044.410,51
Total- Curto Prazo	**65.642.301,91**	**38.924.530,11**

A Companhia adota os seguintes critérios para desreconhecimento dos valores a receber ou para reconhecer as perdas estimadas. Primeiramente, de forma objetiva, verifica os títulos que são prováveis o não recebimento. Os títulos com seu vencimento até o dia 7 de outubro de 2014, a empresa verifica se os mesmos atendem o disposto no § 1º do artigo 9º da Lei 9.430/96, e faz sua baixa ou constituição de perdas estimadas, conforme valor, período de vencimento e se há ou não ação administrativa ou judicial e deduz na base de cálculo dos tributos sobre lucros, atendendo a legislação fiscal. Os títulos que tenham seu vencimento após o dia 7 de outubro de 2014, a empresa verifica se os mesmos atendem o disposto no § 7º do artigo 9º da Lei 9.430/96 alterada pela Lei 13.097/2015 e faz sua baixa ou constituição de perdas estimadas, conforme valor, período de vencimento e se há ou não ação administrativa ou judicial e deduz na base de cálculo dos tributos sobre lucros.No caso de títulos que não atendam o disposto na Lei nº 9.430/96, alterada pela lei 13.097/15 a Companhia faz um reconhecimento de perdas estimadas somente para efeitos societários, com adição na base de cálculo dos tributos sobre lucros.

Demonstrativo PCLD	Saldo em 31/12/18	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/19
PCLD-Fiscal	5.023.853,97	1.510.555,50	0,00	6.534.409,47
PCLD - Societária	2.044.410,51	0,00	0,00	2.044.410,51
Total	7.068.264,48	1.510.555,50	0,00	8.578.819,98

6-ADIANTAMENTOS E OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Nesta conta são registrados valores referentes a adiantamentos com pequenos gastos de despesas, adiantamento a fornecedor, além de compreender também a adiantamentos a empregados representados por empréstimo de férias, férias antecipadas, seguro de vida em grupo e benefícios sociais (vale alimentação e transporte), plano de saúde, plano odontológico.

Despesas Antecipadas	2019	2018
Prêmios de Seguro a Apropriar	210.106,97	565.962,44
Total	**210.106,97**	**565.962,44**
Outros ativos circulantes	2019	2018
Adiantamento para pequenos Gastos	4.455,01	4.157,05
Adiantamento a fornecedores	786,64	800,00
Salários	3.366,68	0,00
Acordos e Ressarcimentos	0,00	2.700,00
Empréstimo de Férias	623.592,43	915.985,07
Antecipação de Férias	640.142,40	870.464,46
Insuficiência de saldo em folha	130.944,56	76.108,45
Vale Alimentação	0,00	530.151,31
Demais valores a receber	12.168,47	9.704,47
Infrações de mora	0,00	156.494,49
Valores a faturar contra terceiros	0,00	949.990,42
Servidores cedidos a outros órgãos	3.302.605,63	2.348.714,19
(-) Perdas estimadas no Rec. Créditos	-2.590.658,35	-236.291,87
Total	**2.127.403,47**	**5.628.978,04**

7-PARTES RELACIONADAS

Créditos relativos a ressarcimento de colaboradores cedidos a Outros Órgãos:

Partes relacionadas	2019	2018
Ministério da Ciência e Tecnologia	157.307,44	157.307,44
Ministério do Transporte-DNIT	1.801.971,35	1.462.387,26
Ministério do Planejamento	5.688,93	36.057,91
Secretaria dos Portos-SEP	95.267,87	95.267,87
Sup. Estadual da Polícia Federal- DPF	102.012,81	13.719,24
Cia Docas do Rio de Janeiro-CDRJ	201.444,29	138.301,02
Secretaria do Estado Educação DF	15.769,41	15.769,41
Hidrovias	3.007,27	3.007,27
Dataprev	267.755,68	116.324,81

(-) Provisão de Perdas p/ Crédito	-2.590.658,35	-236.291,87
Total	**59.566,70**	**1.801.850,36**

8-ESTOQUES

Os valores registrados, pelos seus valores de custo, se referem a materiais para consumo da Companhia, assim distribuídos:

Estoques	2019	2018
Outros Materiais de Consumo	R$ 319.572,56	R$ 302.123,25

9-TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR

Os tributos a recuperar advêm das operações de compra de bens e contratação de serviços que têm na composição do seu preço tributos passíveis de crédito. Nesse grupo também são registrados valores retidos de faturas emitidas para outras sociedades de economia mistas federais (Petrobrás), bem como de aplicações financeiras:

Tributos a Compensar e Recuperar	2019	2018
CSLL	378.001,64	281.894,59
IRPJ	865.203,00	746.712,00
Crédito de COFINS-Apurado	0,00	26.318,60
IRRF- S/ aplicações financeiras	235.656,03	223.209,60
IR S/ Faturamento -Petrobrás	231.519,96	272.456,46
CSLL (Petrobras)	48.233,29	56.553,40
PIS a Recuperar	2.807,02	0,00
COFINS a Recuperar	13.336,36	0,00
Outros Tributos pagos a Maior	689.326,10	15.181.683,75
ISS a recuperar	103,47	0,00
Outros Tributos a Recuperar	854.131,21	854.131,21
Saldo Negativo IRPJ 2018	132.972,08	0,00
Saldo Negativo IR 2017	0,00	899.948,55
Saldo Negativo CSLL 2017	0,00	317.386,02
Total	**3.451.290,16**	**18.860.294,18**

10-TRIBUTOS DIFERIDOS

Atendendo ao disposto na NBC TG 32, a Cia reconheceu, com base em parecer de consultoria externa, valores de IRPJ e CSSL diferidos, de prejuízos fiscais de períodos anteriores e de diferenças temporárias, decorrentes do reconhecimento de provisões trabalhistas e cíveis, e com base na utilização, por esta Cia, de taxas de depreciação com base na vida útil, que para algumas espécies de bens, são diferentes das permitidas pela Receita Federal do Brasil, previstas na IN 1700/17. A Cia entende que haverá lucros tributáveis no futuro para aproveitamento destes valores. A seguir, mapa de conciliação dos valores:

	2018	Adição	Baixa	2019
Prejuízo Fiscal - IRPJ				
Constituição - IRPJ - Base de R$ 53.746.860,21	0,00	13.436.715,05	0,00	0,00
Compensação no lucro tributável em 2019	0,00	0,00	-2.315.959,16	0,00
Saldos	**0,00**	**13.436.715,05**	**-2.315.959,16**	**11.120.755,89**
Diferenças Temporárias - IRPJ				
Provisão Trabalhista - R$ 7.494.223,99 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	1.873.556,00	0,00	0,00
Provisão Cível - R$ 5.576.653,95 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	1.394.163,46	0,00	0,00
Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica - Base Fiscal para 2019 - R$ 3.032.520,32	0,00	758.130,08	0,00	0,00
Saldos	**0,00**	**4.025.849,54**	**0,00**	**4.025.849,54**
Base de Cálculo Negativa - CSSL				
Constituição - CSSL - Base de R$ 46.564.260,66	0,00	4.190.783,46	0,00	0,00
Compensação de Prejuízo Acumulado em 2019	0,00	0,00	-838.414,63	0,00
Saldos	**0,00**	**4.190.783,46**	**-838.414,63**	**3.352.368,83**
Diferenças Temporárias - CSSL				
Provisão Trabalhista - R$ 7.494.223,99 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	674.480,16	0,00	0,00
Provisão Cível - R$ 5.576.653,95 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	501.898,86	0,00	0,00
Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica - Base Fiscal para 2019 - 3.032.520,32	0,00	272.926,83	0,00	0,00
Saldos	**0,00**	**1.449.305,85**	**0,00**	**1.449.305,85**
Total	**0,00**	**23.102.653,90**	**-3.154.373,79**	**19.948.280,11**

11-DEPÓSITOS RECURSAIS / BLOQUEIOS JUDICIAIS – CÍVEIS E TRABALHISTAS

Representam ativos restritos da Companhia que estão depositados e mantidos em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem a processos trabalhista e cível. Estes valores foram corrigidos de acordo com os índices oficiais e reconhecidos como receita financeira no período. Após levantamento e confrontação com documentos oficiais, conforme Nota Técnica GECONT nº 01/20, foi verificado um erro material de exercícios anteriores, no montante de **R$ 2.486.941,36,** o qual foi reconhecido em ajustes de exercícios anteriores, conforme nota nº 28.

Depósito /Bloqueios Judiciais	2019	2018 – Saldos Ajustados	2018
Cível e Trabalhista- Banco do Brasil	8.134.345,09	6.053.558,69	3.290.842,57
Cível e Trabalhistas - Caixa Econômica	2.587.400,55	803.901,21	6.053.558,69
Total	**10.721.745,64**	**6.857.459,90**	**9.344.401,26**

12-RECURSOS A RECEBER DA UNIÃO

Representam direitos recebíveis de saldo de convênio com as hidrovias de exercícios passados, reembolsos de despesas de salário com servidores cedidos a outros órgãos.

Recursos a Receber da União	2019	2018
Convênio 001/95	453.023,78	453.023,78
Convênio 003/90	8.867.350,73	8.867.350,73
Juros /Atualização s/ saldo e glosas (AIHIMOR)	202.678,85	202.678,85
AHIMOR/AHITAR - Reembolso Custeio/Convênio	690.686,02	690.686,02
Subtotal	10.213.739,38	10.213.739,38
(-) Perdas Estimadas na recuperação de Crédito-Societário	-1.963.581,27	-1.963.581,27
Total	**8.250.158,11**	**8.250.158,11**

13-INVESTIMENTOS

Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, e não se destinem à manutenção da atividade da Companhia. São valores oriundos de registro de incentivos fiscais, outros investimentos em participação societária de outras sociedades:

INVESTIMENTOS	2019	2018
Incentivos Fiscais	9.449,03	9.449,03
Diferença – CM BTNF/IPC	9.495,27	9.495,27
Participações em Outras Sociedades	114.847,97	114.847,97
Direto Uso Linha Telefônica – TELEGOIAS/TELEAMAPA	5.787,14	5.787,14
Recursos Bloqueados - BASA	691.828,58	691.828,58
(-) Provisão de Perdas em Investimento	- 691.828,58	- 691.828,58
Total	**139.579,41**	**139.579,41**

14-IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de impairment. A depreciação é calculada segundo o método linear. Neste ano, a Cia realizou estudos de vida útil, nos termos da NBC TG 27, e utilizou estas taxas para fins de depreciação, com controle fiscal, atendendo assim a legislação societária e fiscal. O controle está sendo realizado em contas específicas. As taxas aplicáveis foram:

Item	Vida útil - anos	Tx. Depreciação Anual
Dragagem	50	2%
Berços e Cais	50	2%
Sinalização	5	20%
Pátios e pavimentações	5 a 20	5% a 20%
Edificações	5 a 50	2% a 20%
Instalações	10	10%
Equipamentos de Informática	5	20%
Software	5	20%

VER CONTINUAÇÃO (1)

15-INTANGÍVEL

Refere-se à licença de softwares adquiridos, destinados à manutenção da atividade da Companhia e deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

INTANGÍVEL	Saldo em 2018	Adições	Exclusões	Transferências	Perda Vlr. recup.	Saldo 31/12/19
SISTEMA APLICATIVO E SOFTWARE	265.068,07	4.548,17	0	0	0	269.616,24
	AMORTIZAÇÃO				SALDO CONTÁBIL	
	Saldo em 2018	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/19	2018	2019
SISTEMA APLICATIVO E SOFTWARE	-222.890,53	-27.551,65	0	-250.442,18	42.177,54	19.174,06

16-FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

A conta de fornecedores compreende aos saldos a pagar dos fornecedores utilizados para operações portuárias como: aquisição de peças e equipamentos, material de consumo, serviços de segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos.

FORNECEDORES	2019	2018
Fornecedor de Material	0,00	21.096,30
Fornecedor de Serviços	1.406.404,90	2.825.112,45
Prestador Serviços Autônomo/Conselheiro	32.918,33	15.993,69
Total	**1.439.323,23**	**2.862.202,44**

17-OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

Os valores representam os registros das obrigações trabalhistas, salários, rescisões, e de férias e seus respectivos encargos os quais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Obrigações Trabalhistas a Pagar	2019	2018
Salários e Remunerações	153.713,88	331.171,86
Férias a Pagar	10.752.171,50	9.459.825,56
Rescisões a pagar	60.439,89	25.202,33
Total	10.966.325,27	9.816.199,75

18-OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações tributárias se encontram demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	2019	2018
INSS Empregado/Empregador	1.729.282,73	2.736.014,02
FGTS	691.436,06	733.423,47
Portus Folha	9.247,26	245.361,82
Portus Patronal	2.079,55	224.040,46
IRRF Folha	1.634.297,93	1.642.440,24
IRRF Serviço a Recolher	3.972,27	6.288,54
COFINS S/Faturamento	1.048.377,31	765.912,24
PIS S/ Faturamento	225.197,43	164.183,09
CSLL	0,00	97.785,15
IR S/ Lucro Líquido	0,00	271.625,43
INSS - Retenção	126.129,07	87.743,73
Impostos Retidos -Lei 10883/03	332.848,35	260.368,73
ISS S/ Faturamento	104.827,93	193.276,14
ISS Retido	100.058,68	76.942,69
Parcelamento SRF	1.110.064,80	937.735,08
Encargos INSS/DC	10.388.830,71	10.058.645,72
Encargos INSS Sindiguapor	2.208.533,05	2.104.145,06
Encargos FGTS Sindiguapor	496.208,13	476.440,46

CONTINUAÇÃO (1) (14-IMOBILIZADO)

A Cia realizou, com data base de 31 de dezembro de 2019, estudo interno de teste para o reconhecimento de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment), previsto na NBC TG 01. Para as Unidades Geradores de Caixa - UGC superavitários, foi utilizado o método de uso. Para os deficitários, utilizado o método de valor justo, previsto na NBC TG 46. Conforme estudo interno, foi sugerido que cada unidade portuária fosse considerada como UGC, e os prédios da administração, como ativo corporativo. Excluindo a UGC de Óbidos, que já havia sido reconhecido a perda em 2015, todas as UGC, incluído o ativo corporativo, passaram no teste, não sendo reconhecida nenhuma perda no período.

	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSFERENCIAS	PERDA VLR.REC.	SALDO 31/12/2019
INFRAESTRUTURA MARÍTIMA	29.070.059,84	0,00	0,00	0,00	0,00	29.070.059,84
INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	275.486.635,72	0,00	0,00	0,00	0,00	275.486.635,72
INFRAESTRUTURA TERRESTRE	56.379.596,02	0,00	0,00	0,00	0,00	56.379.596,02
ARMAZENAGEM	5.438.668,72	0,00	0,00	0,00	0,00	5.438.668,72
EQUIPAMENTOS	16.479.896,57	0,00	-49.734,02	0,00	0,00	16.430.162,55
TERRENO	1.328.240,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.328.240,27
EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	52.580.318,30	123.005,00	0,00	0,00	0,00	52.703.323,30
INSTALAÇÕES	12.853.391,34	0,00	-2.225,78	0,00	0,00	12.851.165,56
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	5.149.226,56	131.142,64	-231.793,07	0,00	0,00	5.048.576,13
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	5.394.768,29	92.280,98	-72.730,56	0,00	0,00	5.414.318,71
SISTEMA APLICATIVO (SOFTWARE)	679.929,25	0,00	0,00	0,00	0,00	679.929,25
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.087.722,17	43.868,00	-47.973,63	0,00	0,00	3.083.616,54
VEÍCULOS	105.908,32	0,00	-4.148,00	0,00	0,00	101.760,32
IMPAIRMENT	-626.356,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-626.356,50
BENS DE TERCEIROS	11.430,20	0,00	0,00	0,00	0,00	11.430,20
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	40.337.157,44	5.823.777,50	-499.533,00	0,00	0,00	45.661.401,94
TOTAIS	**503.756.592,51**	**6.214.074,12**	**-908.138,06**	**0,00**	**0,00**	**509.062.528,57**

	DEPRECIAÇÃO				SALDO CONTÁBIL	
	Saldo 31/12/18	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/19	2018	2019
INFRAESTRUTURA MARÍTIMA	-16.747.975,97	-2.729.983,46	2.179.302,25	-17.298.657,18	12.322.083,87	11.771.402,66
INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	-127.121.603,86	-8.781.034,55	2.978.940,51	-132.923.697,90	148.365.031,86	142.562.937,82
INFRAESTRUTURA TERRESTRE	-14.813.240,49	-3.799.453,44	0,01	-18.612.693,92	41.566.355,53	37.766.902,10
ARMAZENAGEM	-3.609.777,74	-129.313,78	19.077,99	-3.720.013,53	1.828.890,98	1.718.655,19
EQUIPAMENTOS	-12.355.550,90	-933.944,85	49.734,06	-13.239.761,69	4.124.345,67	3.190.400,86
TERRENO	-	0,00	0,00	-	1.328.240,27	1.328.240,27
EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	-37.332.022,87	-755.789,91	377.279,17	-37.710.533,61	15.248.295,43	14.992.789,69
INSTALAÇÕES	-6.468.134,74	-717.855,06	2.225,78	-7.183.764,02	6.385.256,60	5.667.401,54
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	-3.570.722,03	-267.283,94	196.262,02	-3.641.743,95	1.578.504,53	1.406.832,18
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	-4.960.476,34	-329.980,57	42.795,59	-5.247.661,32	434.291,95	166.657,39
SISTEMA APLICATIVO (SOFTWARE)	-596.724,34	-36.980,04	0,00	-633.704,38	83.204,91	46.224,87
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-1.773.839,52	-272.123,69	47.477,64	-1.998.485,57	1.313.882,65	1.085.130,97
VEÍCULOS	-84.591,61	-3.777,48	4.148,01	-84.221,08	21.316,71	17.539,24
IMPERMENT	0,00	0,00	0,00	0,00	-626.356,50	-626.356,50
BENS DE TERCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	11.430,20	11.430,20
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	40.337.157,44	45.661.401,94
TOTAIS	**-229.434.660,41**	**-18.757.520,77**	**5.897.243,03**	**-242.294.938,15**	**274.321.932,10**	**266.767.590,42**

PORTUS (Plano de Equacionamento)	12.528.625,36	0,00
(-) Portus Equacionamento- AVP	- 1.773.134,63	0,00
Total	**30.966.881,99**	**21.082.372,07**

Causas Trabalhistas (I)	3.572.963,23	3.921.260,76	7.494.223,99
Causas Cíveis (II)	218.274,58	5.358.379,37	5.576.653,95
Total	**3.791.237,81**	**9.279.640,73**	**13.070.877,94**

19-DIVIDENDOS A PAGAR

Calculado pelo valor mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, em conformidade com o Estatuto da Companhia. Pelo prejuízo apurado, a Companhia deixou de reconhecer dividendos a pagar, por ter tido base negativa para esta obrigação:

Dividendos a Pagar	2019	2018
Prejuízo (Lucro) do Exercício	29.896.587,45	-33.173.201,47
Ajuste de Exercícios Anteriores	- 53.235.596,29	862.843,99
Base p/ Cálculo de Dividendos	0,00	0,00
Dividendos - Mínimo Obrigatório	0,00	0,00

20-PARTICIPAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – PLR

Não foi reconhecido o valor do PLR em 2019, devido à base de cálculo zerada para distribuição de dividendos (nota 19).

21-ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

Recurso aportado pela União que se destina à programa de Investimento com a contrapartida de crédito para futuro aumento de capital. Os recursos não capitalizados sofrem a incidência de atualizações financeiras tendo como base a variação da taxa Selic, em conformidade com o Decreto nº 2.673/98.

22-PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A administração, com base nas informações de seus advogados geradas na análise das demandas judiciais pendentes quanto às ações e experiências anteriores referentes aos valores reivindicados, e efetivamente liquidados, constitui provisões no montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Provisões Contingências	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÕES	SALDO EM 31/12/2019

I – Referem-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo setor jurídico da Companhia. II – Tratam-se basicamente de ações com pleito de atualização monetária e juros por pagamento com atraso e ações judiciais de indenizações.Em 31/12/2019, o montante estimado para processos judiciais trabalhistas representativos de contingência passiva possíveis foi no valor de **R$ 8.588.563,76,** e Cível no valor possível de **R$ 71.163.384,88**. Conforme NBC TG 25, os valores possíveis de pagamento só são informados em nota explicativa, não sendo reconhecido na contabilidade como provisão. A Companhia monitora esses valores e, se identificados como provável, é feito o respectivo registro contábil.

23-TRIBUTOS DIFERIDOS A PAGAR

Conforme estudo de vida útil para os bens do ativo imobilizado, foram identificados bens que sofreram diminuição de despesas de depreciação. Com base na IN nº 1700/17, da Receita Federal do Brasil, a Cia pode excluir da base de cálculo de tributos sobre lucros esta diferença, diferindo o pagamento do imposto para exercícios futuros, com base no mapa a seguir. Informamos que o controle está sendo efetuado em contas específicas:

	2018	Adição	Baixa	2019
Diferenças Temporárias - IRPJ a pagar				
Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica - Ajuste R$ 5.554.599,79 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	1.388.649,95	0,00	0,00
Saldos	0,00	1.388.649,95	0,00	1.388.649,95
Diferenças Temporárias - CSSL a pagar				
Diferença Ajuste Depreciação - Vida Econômica - Ajuste R$ 5.554.599,79 - Base Fiscal para 2019 - 0,00	0,00	499.913,98	0,00	0,00
Saldos	0,00	499.913,98	0,00	499.913,98
Total	**0,00**	**1.888.563,93**	**0,00**	**1.888.563,93**

24-PORTUS (PLANO DE EQUACIONAMENTO)

Conforme exposto no item 3 desta nota, a Cia está em fase final de acerto no plano de equacionamento deste plano, no prazo de 15 anos. Deste modo, reconheceu contabilmente em passivo não circulante e seu respectivo AVP:

Portus	2019	2018 ajustado	2018 publicado
PORTUS (Plano de Equaciona-mento)	51.959.198,93	64.487.824,28	0,00
(-) Portus Equacionamento-AVP	-13.745.034,73	-15.518.169,36	0,00
Total	**38.214.164,20**	**48.969.654,92**	**0,00**

25-OUTRAS CONTAS A PAGAR

Decorrente do ajuste de exercício anterior (nota 28), que deixou de ser reconhecido um acordo com a Receita Federal do Brasil, Processo CDP nº 64/2017, pela qual a CDP dará em cessão um galpão, no valor mensal de **R$ 13.769,23**, pelo prazo de 20 anos, perfazendo-se assim uma dívida total de **R$ 3.304.615,20.** Este valor não será reajustado. O valor foi ajustado a valor presente, nos termos da NBC TG 12, com a taxa da Selic de janeiro de 2019.

O valor presente é de **R$ 1.779.000,00.** Em razão deste ajuste, a conta passa a ser:

26-PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os saldos das Contas de Patrimônio Líquido estão demonstrados na DMPL.

27-RESERVA LEGAL

Tem por finalidade assegurar a integridade do capital Social e apenas poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando há lucro, a Companhia reconhece reservas de lucros e reserva legal, entretanto, conforme quadro da nota 28, a Companhia deixou de constituir reservas.

28-PREJUÍZOS ACUMULADOS

Foram realizados 03 (três) ajustes de exercícios anteriores, de natureza devedora, que fizeram com que o saldo da conta de prejuízo acumulado de 2018 fosse ajustado para **90.367.474,25.** A Companhia apurou lucro líquido em 2019 de **R$ 29.896.587,45** sendo absorvido pela conta Prejuízos Acumulado após ajustes. A conta de prejuízo acumulado encerrou com saldo de **R$ 60.470.886,80,** conforme demonstrado na DMPL e quadro abaixo:

Saldo do Prejuízo em 2018 - sem ajuste		**-37.131.877,96**
Ajustes:		
- Acordo com a Receita Federal do Brasil (nota 24)	-1.779.000,00	
- Ajustes de depósito judicial (nota 11)	-2.486.941,36	
- Ajuste Portus	- 48.969.654,93	- 53.235.596,29
Saldo do Prejuízo em 2018 - Ajustado		**- 90.367.474,25**
Lucro Líquido do exercício em 2019		29.896.587,45
Saldo do Prejuízo Acumulado em 2019		**- 60.470.886,80**

29-RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA

A Receita Operacional Bruta da Operação Portuária é formada por receitas tarifárias, e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamentos de áreas do porto organizado sob jurisdição da CDP.

No Ano de 2019 houve uma evolução crescente da Receita Bruta em comparação ao ano de 2018, no valor de **R$ 60.679.497,85,** representando **36,56%,** conforme quadro abaixo:

RECEITAS POR UNIDADE PORTUÁRIA - 2019							
	Belém	**Santarém**	**Altamira**	**Itaituba**	**Óbidos**	**Vila do Conde**	**Consolidado**
RECEITAS	50.905.395,50	35.921.723,92	313.231,43	3.372.410,15	192.101,80	135.952.235,19	226.657.097,99
RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PORTUÁRIO	24.196.071,30	28.310.374,79	313.231,43	3.372.410,15	192.101,80	130.926.137,16	187.310.326,63
RECEITAS CONT. DE ARRENDAMENTOS	26.709.324,20	7.611.349,13	0,00	0,00	0,00	5.026.098,03	39.346.771,36
RECEITAS POR UNIDADE PORTUÁRIA - 2018							
	Belém	**Santarém**	**Altamira**	**Itaituba**	**Óbidos**	**Vila do Conde**	**Consolidado**
RECEITAS	49.301.339,80	25.307.785,53	279.257,85	2.561.106,48	202.424,98	88.325.685,50	165.977.600,14
RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PORTUÁRIO	25.820.223,77	20.202.763,06	279.257,85	2.561.106,48	202.424,98	83.931.619,99	132.997.396,13
RECEITAS CONT. DE ARRENDAMENTOS	23.481.116,03	5.105.022,47	0,00	0,00	0,00	4.394.065,51	32.980.204,01

30-IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

Neste quadro a Companhia detalha os impostos incidentes sobre a venda dos Serviços Prestados que são deduzidos da Receita Bruta.

Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta	2019	2018
ISS	8.757.516,21	6.400.588,45
PIS	3.652.370,67	2.669.316,61
COFINS	16.848.181,95	12.317.830,96
CPRB	0,00	1.602.895,96
TOTAL	**29.258.068,83**	**22.990.631,98**

31-CUSTOS OPERACIONAIS

Neste quadro a Companhia detalha a composição dos gastos necessários para a prestação dos serviços ou de arrendamento. Compõe-se basicamente dos gastos dos Portos que estão sobre a administração da Cia.

CUSTOS OPERACIONAIS	2019	2018
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	69.815.612,58	64.885.126,97
Serviços de Terceiros	8.085.842,65	5.460.370,75
Depreciação e Amortização	9.608.795,65	14.265.583,57
Utilidades, Serviços e Materiais	8.006.401,01	8.230.822,41
Total	**95.516.651,89**	**92.841.903,70**

32-DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste quadro a Cia detalha a composição dos gastos necessários para a obtenção de receita, tais como a administração da Cia, serviços de terceiros, depreciação e manutenção do prédio administrativo, entre outros:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2019	2018
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	43.841.668,50	35.649.237,45
Serviços de Terceiros	13.029.946,66	13.582.102,53
Depreciação e Amortização	2.030.302,05	638.848,69
Utilidades, Serviços e Materiais.	772.551,94	1.184.539,50
Despesas Gerais	16.702.546,90	8.698.086,97
Perdas no Recebimento de créditos	3.864.921,98	2.131.807,74
Total	**80.241.938,03**	**61.884.622,88**

33-RESULTADO FINANCEIRO

Representa o resultado líquido das Receitas e Despesas financeiras ocorridas em 2019.

As Receitas financeiras representam os ganhos incorridos envolvendo os juros, descontos obtidos, bem como, rendimentos de aplicações e outras receitas financeiras.

As Despesas Financeiras são representadas por juros pagos, descontos concedidos, despesas bancárias e demais despesas financeiras.

RESULTADO FINANCEIRO	2019	2018
Receitas Financeiras	2.476.931,23	2.231.004,43
Juros Ativos	109.183,07	84.630,38
Rendimento de Aplicações Financeiras	1.251.476,44	1.084.325,73
Encargos Financeiros s/Faturamento	166.000,73	62.914,51
Outras Receitas financeiras	950.270,99	999.133,81
Despesas Financeiras	2.490.981,23	991.260,65
Juros Pagos ou Incorridos	2.196.595,98	675.976,74
Outras Despesas Financeiras	294.385,25	315.283,91
Resultado Financeiro Líquido	-14.050,00	1.239.743,78
Variação Monetária Ativa	0,00	0,00
Variação Monetária Passiva	123.215,04	139.737,10
Resultado das variações Monetárias líquida	-137.265,04	1.100.006,68

34-RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

Representam os ganhos e gastos incorridos envolvendo operações não relacionadas ao objeto social da Companhia.

RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2019	2018
Receitas (Despesas) Não Operacionais	-355.966,56	578.335,05

35-RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício	2019	2018
Lucro Antes dos Tributos	19.043.380,06	-14.122.768,03
IRPJ Corrente	-5.250.211,00	
IRPJ Diferido	13.757.958,48	-14.495.323,41
CSSL Corrente	-1.956.300,79	
CSLL Diferido	4.301.760,70	-4.555.109,03
Resultado do Exercício	29.896.587,45	-33.173.200,47

36-REMUNERAÇÕES DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2019) pagas pela Companhia aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

REMUNERAÇÕES		2019	2018
Empregados	Maior	51.761,00	61.954,50
	Menor	852,70	1.448,64
Administradores	Maior	58.837,48	50.882,80
	Menor	22.357,55	20.008,78
Valor Médio		**33.452,18**	**33.573,68**

37- BALANÇO SOCIAL

A Companhia faz a divulgação do Balanço Social, a título de informativo complementar, demonstrando clareza de suas ações e investimentos sociais realizados a cada período, refletindo a postura de comprometimento com o meio e a sociedade onde está inserida.

DIRETORIA EXECUTIVA

EDUARDO HENRIQUE PINTO BEZERRA
Diretor Presidente
CPF: 467.119.702-25

MAURO HENRIQUE BARREIROS DOS SANTOS
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 154.379.572-20 CRA/PA: 11.071

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA
Diretora de Gestão Portuária
CPF: 625.715.088-49

GLÓRIA BARROSO DE MACEDO
Gerente de Contabilidade
CPF: 247.617.532-34 CRC/PA: 014504/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
Companhia Docas do Pará - CDP
CNPJ nº 04.933.552/0001-03
Av. Presidente Vargas, nº 41 Belém (PA)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Pará - CDP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Pará - CDP, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Companhia fatura seus clientes com 30 (trinta) dias e, no entanto, possui 223 dias de contas a Receber (Valores líquidos, já excluídos os valores provisionados como PCLD), em relação ao seu faturamento anual. A Companhia está sub provisionada em relação a esses créditos de liquidação duvidosa. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Pontuamos que os principais assuntos de auditoria são os mesmos já elencados no item "Base para Opinião com Ressalva", retro.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

da capacidade da Companhia Docas do Pará - CDP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Pará - CDP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Pará - CDP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Pará - CDP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Pará - CDP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Pará - CDP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outra firma de auditoria, cujo relatório dos auditores naquela data continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 04 de março de 2020.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" PA

CONSELHO FISCAL
PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP

no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração/2019 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Empresa/2019, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; é de opinião que, observado a Opinião constante no Relatório da Auditoria Independente, com ressalva, os referidos documentos refletem a situação financeira e patrimonial da CDP, estando, assim, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Brasília, 12 de março de 2020.

ROBERTO BEIER LOBARINHAS
Presidente
CPF nº 192.750.478-39

ANDRÉ LUIS LUDOLFO DA SILVA
Membro
CPF nº 099.777.307-33

FERNANDA RUBEMSPERGER
Membro
CPF nº 304.221.258-06
Brasília, 12 de março de 2020.

DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 11/2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP),

no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Empresa e;

POR UNANIMIDADE
DELIBERA:

Manifestar-se favoravelmente sobre o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com base na Opinião constante no Relatório da Auditoria Independente, com ressalva, do Conselho Fiscal da CDP e Relatório do Comitê de Auditoria Estatuário da CDP.

ROGER DA SILVA PÊGAS
Presidente do CONSAD/CDP em exercício
CPF Nº 410.106.550-00

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 168, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, e no Processo nº 08084.002994/2019-46, resolve:

Art. 1º Autorizar a MAPLE TREE CANCER ALLIANCE, organização estrangeira com sede nos Estados Unidos da América, a atuar no Brasil.

Art. 2º As alterações nos atos constitutivos da entidade deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 27 de abril de 2020.

SERGIO MORO

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

PORTARIA Nº 14.291.440, DE 26 DE MARÇO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.003195/2020-36-DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa CAPITAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 20.799.031/0001-6, localizada no Estado do PARANÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.359.369, DE 2 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08520.001257/2020-73 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa FÊNIX AQUACULTURA LTDA ME, CNPJ: 11.101.595/0001-98, localizada no Estado de SERGIPE.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.375.588, DE 3 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.005724/2019-48 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Cancelar a Autorização concedida, para exercer atividade em TRANSPORTE DE VALORES, à empresa CASTELO VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ: 14.151.949/0001-05, localizada no Estado do PIAUÍ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.374.741, DE 3 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08360.002069/2020-42 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Cancelar a Autorização concedida, para exercer atividade em ESCOLTA ARMADA, à empresa PUMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES - EIRELI, CNPJ: 15.752.934/0001-57, localizada no Estado do PARÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.408.160, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08520.02/2020-59 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa ITAGUASSU AGRO-INDUSTRIAL S/A, CNPJ: 27.184.951/0001-14, localizada no Estado de SERGIPE.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA - ANO 2020
REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2020

Às nove horas do dia 03 de abril de dois mil e vinte, do ano corrente, foi realizada a 3ª (Terceira) Reunião Ordinária Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infração da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SPRF/SP. Excepcionalmente, se deu por meio de teleconferência, em razão de emergência médica de relevância internacional (COVID-19), sob a Presidência do Sr. Lusmar Borges Rabelo, contou ainda com a participação dos membros João Burke Passos Filho e Fernando Kazuo Nagatomi, sendo secretariados por Aldo Nogueira Simões. Os trabalhos foram iniciados com a leitura e respectiva aprovação da Ata da última sessão ordinária. Na ordem do dia, foram apreciados 688 Processos, restando, ainda, deliberado o seguinte:

1ª INSTÂNCIA		
DECISÃO		SOMA
1	DEFERIDOS:	54
2	INDEFERIDOS	526
3	NÃO CONHECIDOS	108
3.1	por intempestividade	15
3.2	por não comprovar legitimidade de parte	82
3.3	por inépcia da inicial	10
3.4	por intempestividade e por não comprovar legitimidade	1
3.5	por falta de documentos (Resolução 299/08 CONTRAN)	
4	SUSPENSOS	
5	ANALISADOS/PRESCRITOS/NÃO AFETOS (Defesa de Autuação, transferência de Responsabilidade, erro de digitação, etc.)	
6	RECONSIDERAÇÃO DE ATO	
SOMA TOTAL		688

OS JULGAMENTOS FORAM PROCESSADOS NA SEGUINTE ORDEM:
JULGAMENTOS DE 1ª INSTÂNCIA:
1 - DEFERIDOS.:

08658.055089/2019-47	ABIGAIL DE LOURDES DOS SANTOS CUNHA	T099976005
08659.064354/2017-14	ALMIR JOSE PADILHA	T108867706
08658.051844/2019-14	ANDREIA MUNIZ DIAS	R368966186
08658.058050/2019-81	ASSOCIACAO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEICÃO	R348023243
08658.055669/2019-34	BILLY DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	R354967017
08658.061560/2019-36	CICERO MARCOS HENRIQUES	R368911907
08658.022530/2018-23	CLAUDIO DE SOUSA OLIVEIRA	R372464165
08658.055297/2019-46	DENISE TATIANA MENDES VILAGRA	T108523721
08658.054233/2019-28	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R344602826
08658.054235/2019-17	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R344609138
08658.054236/2019-61	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	R345007057
08658.057487/2019-06	DHIULIANE BATISTA DE ARAUJO	R371487706
08658.055426/2019-04	DIEGO ALBERTO MARTINS GONCALVES	R345161947
08659.037502/2019-81	DOUGLAS DE MIRANDA ZANI SANTOS	R346379717
08658.059968/2019-48	EDUARDO HENRIQUE NOGUEIRA VELOSO	T110120272
08658.056571/2019-02	ELIANE PEREIRA KEMP	R354199633
08658.053096/2019-12	FERNANDO DINIZ DE CASTRO	R348507739
08658.059883/2019-60	FRANCISCO DUARTE SOUZA AGUIAR	R371145899
08658.028314/2018-91	GAAP GERENCIADORA DE RESIDUOS HOSPITALARES LTDA ME	R374473277
08658.052398/2019-65	GERALDO MAGELA GUEDES ALVES	R345516818
08658.052424/2019-55	GIULLIANO IVO BATISTA RAMOS	R346371767
08658.056691/2019-00	IEDA PEREIRA DA SILVA	R375567402
08658.057379/2019-25	INDUSTRIA METALURGICA ARITA LTDA	R345061071
08658.076344/2017-23	IZIDORO DE ASSIS FABRETTI	T107745763
08658.055007/2019-64	JAMIL JORGE MAROUN	R346376319
08658.059836/2019-16	JOAO BATISTA RAMOS	R369426401
08658.059838/2019-13	JOAO BATISTA RAMOS	R377241482
08658.055655/2019-11	JOAO RODRIGUES CATARINO NETO	R378436805
08658.061553/2019-34	JOSE ADRIANO MARTINS RAMOS	R375696407
08658.055442/2019-99	JOSE ANTONIO PIMENTA DE AGUIAR	R370007026
08658.056293/2019-85	JOSE JAILSON BISPO LACERDA	R345536746
08659.011775/2018-15	KASSIA MAHFOUZ	R372437397
08658.035577/2018-57	KELI REGINA DA CRUZ	R375981195
08658.054211/2019-68	LAUDIR JOSE SCHNEIDER	R338007911
08658.055431/2019-17	LIGIA YUMI HIKAWA	R346361745
08658.055790/2019-66	LILIAN VALERIA BERNARDO PERLES	R367674645
08658.054327/2019-05	LUIZ ALVES DA SILVA	R340245735
08658.060247/2019-81	LUIZ CARLOS BRUNETTO	R377681288
08658.052022/2019-51	MARCEL ANTONIO NEME	R345338588
08658.052825/2019-13	MARCELO MODENA	R345148417
08658.055463/2019-12	MARCIO D IMPERIO	R345343859
08658.055684/2019-82	NILTON BORDIGNON JUNIOR	R345500512
08658.056253/2019-33	POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	R368062368
08658.055823/2019-78	RAFAEL SCREPANTE OKADA	R344998467
08653.009969/2019-91	RAIMUNDO NONATO LIMA	R366648322
08658.054516/2019-70	ROBERTO APARECIDO METLER	R346375673
08658.056642/2019-69	ROBERTO OGATA	R345529596
08658.055272/2019-42	ROMARIO XAVIER ANTONIO	R346362342
08658.055362/2019-33	SIRLENE MARIA DE PAULA	R339643706
08658.055596/2019-81	TATYANA SIMOES ZACHARIAS	R345165427
08657.062999/2019-96	TEADIT INDUSTRIA E COM LTDA	R372497179
08658.054578/2017-10	TEREZINHA DE ASSIS MACHADO	T100794599
08658.053999/2019-95	TIAGO GABRIEL DOS SANTOS	R344571378
08658.057997/2019-75	WELLINGTON OSHIRO	R341205346

2 - INDEFERIDOS.:

08658.056194/2019-01	ACER DE PAIVA DE AZEVEDO	R354401114
08658.053120/2019-13	ADAO FABIO DO NASCIMENTO	T105188387
08658.059913/2019-38	ADENOBIS PIO SILVEIRA	R340489553
08658.056290/2019-41	ADRIANA MARTINS PERES	R374338914
08658.059885/2019-59	ADRIANO DA SILVA	R368603277
08658.059901/2019-11	ADRIANO DE OLIVEIRA SILVA	R354139126
08658.054224/2019-37	AFFINITY LOCACOES E TRANSPORTES LTDA	R339569689
08658.052958/2019-81	AGNALDO MARTINS DOS REIS	R337785856
08658.055078/2019-67	AIDA DE JESUS MARTINS RODRIGUES	T112709176
08658.059889/2019-37	ALAN FERREIRA PEREIRA	R354231146
08658.058636/2019-46	ALAN ROBERTO DE SOUZA	R348037097
08658.056136/2019-70	ALEJANDRO MAXIMILIANO COLLAZO	R354714732
08658.057991/2019-06	ALESSANDRO DE MELO MARQUES	R367349361
08658.056145/2019-61	ALEX MIMOSO FERREIRA	R346361467
08658.054251/2019-18	ALEX MUNIZ VIDAL	R376636882
08658.058719/2019-35	ALEXANDRE DOMENE	R347613136
08658.061615/2019-16	ALEXANDRE TAMAROSSI	R373806477
08657.060213/2019-04	ALEXANDRE TEMPORAL JUNIOR	R369009061
08657.060196/2019-05	ALEXANDRE TEMPORAL JUNIOR	R369729072
08658.052986/2019-07	ALEXANDRE ZACARIAS DA ROCHA	R377094177
08658.057460/2019-13	ALEXSANDRO CAMALEONTE	T109106497
08658.055065/2019-98	ALI YOUSSEF MAJZOUB	R340199814
08658.054409/2019-41	ALISSON KELTRY VIEIRA	R340378689
08658.055448/2019-66	ALMIR JOSE DIAS VALVERDE	R367872404
08660.023766/2017-57	ALMIRO PROPP	R327837713
08658.058734/2019-83	ALOIZIO AUGUSTO DE SOUZA	R369100425
08658.055741/2019-23	AMENDES ALVES MOREIRA	R368848997
08658.054214/2019-00	AMERICA RENTAL EQUIPAMENTOS LTDA	T123186544
08658.057039/2019-02	ANA CAROLINA G DA SILVA SANTOS MOREIRA	R348009895
08658.061982/2019-10	ANA DOURADO	R356350807
08658.055829/2019-45	ANA FLAVIA DE MARINS FONSECA	R346385725
08658.055719/2019-83	ANA FLAVIA DE MARINS FONSECA	R353797545
08659.038923/2019-20	ANA MARIA MORSOLETTO TRACHMANN	R342149695
08658.059271/2019-77	ANA PAULA DE OLIVEIRA	R369651577
08666.027720/2019-19	ANDRADE DA SILVA MELO	R342914731
08658.056813/2019-50	ANDRE AUGUSTO DE CAMARGO	R376642076
08658.059974/2019-03	ANDRE CAMILO DE ARAUJO	R374671109
08658.055274/2019-31	ANDRE DA SILVA REBELO	R339031816
08658.056295/2019-74	ANDREA AUGUSTO CAPITANI	R337899932
08658.057468/2019-71	ANDRESSA RODRIGUES CAMPOS	T103026436
08658.054312/2019-39	ANGELA CARERO	R347997007
08657.064969/2019-14	ANISIO BATISTA MACHADO	R376510102
08658.053920/2019-26	ANTENOR FERNANDES DA SILVA	R339621966
08658.058014/2019-18	ANTONIA ROSA ALVES SPERETTA	T120424436
08658.093704/2017-51	ANTONIO CARLOS DO CARMOS	T118989278
08657.061889/2019-15	ANTONIO CARLOS MARQUES DE ALMEIDA	R354855847

08658.058004/2019-82	ANTONIO CARLOS MONTOURA	R372788602
08658.050858/2018-30	ANTONIO CARLOS ROSA	R376359072
08658.050852/2018-62	ANTONIO CARLOS ROSA	R376412682
08658.052412/2019-21	ANTONIO GABRIEL MANZANO RAGASSI	R345167747
08658.055662/2019-12	ANTONIO HERREIRA FERRAZ	R377151203
08658.055379/2019-91	ANTONIO HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA	R369546849
08658.055380/2019-15	ANTONIO HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA	R369580664
08657.015463/2018-09	ANTONIO JOSE VACHI	R372649009
08657.015468/2018-23	ANTONIO JOSE VACHI	R372676839
08658.055390/2019-51	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS FILHO	R354411543
08658.085511/2017-27	ANTONIO SOLI DOMINGOS DA SILVA	T122861582
08658.055010/2019-88	ARILSON LEMOS NOVAIS	R337718334
08658.061554/2019-89	ARIMATE LOIOLA AMORIM	R377443409
08660.023403/2019-83	ARLEI JOSE MIOZZO	T114695342
08658.058034/2019-99	ARY DALLA PRIA	R369905431
08658.054127/2019-44	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R342342797
08658.054123/2019-66	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R342366653
08658.054110/2019-97	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R344999807
08658.054098/2019-11	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R369005821
08658.054078/2019-40	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R371377595
08658.054072/2019-72	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R375573461
08658.054067/2019-60	AUDI DO BRASIL IND. E COM. DE VEICULOS LTDA	R376574348
08658.056178/2019-19	AUREA APARECIDA WENZEL RUY	R373190147
08658.077467/2017-81	AUTO VALE AUTOS EIRELI	T109903552
08658.001689/2018-12	BEM EMERGENCIA MEDICAS LTDA	R370549872
08658.055794/2019-44	BENTO CARRARO	R339642033
08658.052155/2019-27	BF ETTO SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R371274087
08658.054273/2019-70	BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA	R342129198
08658.054417/2019-98	BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA	R372783368
08658.055070/2019-09	BRIGIDO ANTONIO FERREIRA	R339711302
08658.055071/2019-45	BRIGIDO ANTONIO FERREIRA	R340202987
08658.059852/2019-17	CA P SERVICOS MEDICOS	R368649504
08658.059854/2019-06	CA P SERVICOS MEDICOS	R368693333
08658.059857/2019-31	CA P SERVICOS MEDICOS	R369076613
08658.059860/2019-55	CA P SERVICOS MEDICOS	R369713486
08658.059862/2019-44	CA P SERVICOS MEDICOS	R369727231
08658.059864/2019-33	CA P SERVICOS MEDICOS	R369734777
08658.059870/2019-91	CA P SERVICOS MEDICOS	R369926188
08658.059871/2019-35	CA P SERVICOS MEDICOS	R369927583
08658.059872/2019-80	CA P SERVICOS MEDICOS	R369952782
08658.059876/2019-68	CA P SERVICOS MEDICOS	R370238699
08658.054261/2019-45	CAIO ANDERSON SIMONI	R345509567
08659.039908/2019-07	CARLOS CESAR NICOLOTTI	R347954715
08657.058862/2019-37	CARLOS HENRIQUE MACHADO	R344574857
08658.054260/2019-09	CARLOS ROBERTO LOPES MANES	T106273701
08659.034415/2019-72	CARMO MARQUES PEREIRA	R354141678
08658.055051/2019-74	CAROLINA CORDEIRO DE LIMA	R337857741
08660.023405/2019-72	CASSIANO KOWALSKI	R373743351
08658.057952/2019-09	CATHARINA GNATA BORSATO	R340918322
08658.058053/2019-15	CATHARINA GNATA BORSATO	R340927337
08658.054285/2019-02	CECIL SA LAMINACAO DE METAIS	R342135988
08658.056325/2019-42	CELIA DAGLIO COLOMBANI	R345042115
08658.059553/2019-74	CELINA APARECIDA LOPES VICENTE	R354599542
08658.056356/2019-01	CELSO APARECIDO BERTRAN	R347997775
08658.055266/2019-95	CELSO ARCONCHEL	R337599777
08665.002751/2019-77	CENTRO DE F DE C P BOMTEMPO LTDA	R371179858
08658.053011/2019-98	CESAR CARVALHO BIERBRAUER VIVIANI	R368680077
08658.055383/2019-59	CESAR FRANCISCO DE PAULA	R346766907
08657.061377/2019-41	CEZAR LUIS DUQUE DE LACERDA	R345165675
08658.056237/2019-41	CHRISTIANY APARECIDA GERALDI SOLHA	R354668269
08658.055289/2019-08	CICERA PEREIRA DOS SANTOS RUAS	R345157311
08658.055058/2019-96	CLAUDERSON MARQUESIN	R339693142
08658.052951/2019-60	CLAUDIA LUCIA VEIGA DOS SANTOS PAVIANI	T105689467
08656.061056/2019-56	CLAUDINEI DOS SANTOS SILVA	T101443269
08658.057312/2019-91	CLAUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA	R339039094
08658.055678/2019-25	CLAUDIO CARNEIRO MAFRA	R344588998
08658.054315/2019-72	CLAUDIO JOSE DE QUEIROZ SALVIANO	R342062166
08658.054836/2019-20	CLAUDIO RODRIGUES ANDRADE	R345044398
08658.054847/2019-18	CLAUDIO RODRIGUES ANDRADE	R346960827
08658.017806/2018-51	CLOVIS RIBEIRO	R368864341
08658.045290/2018-35	CLOVIS RIBEIRO	R374326327
08658.045296/2018-11	CLOVIS RIBEIRO	R376370831
08658.058041/2019-91	CLOVIS ROBERTO JANKE	R343678337
08658.054283/2019-13	COMBULUZ DISTRIBUIDORA DE PROD. DE PETROLEO LTDA	R370239768
08658.058276/2019-82	CON EMERGENCIAS MEDICAS LTDA	R368056881
08658.055260/2019-18	CONELESTE CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA EIRELI	R344132137
08658.077977/2017-59	CRISIANO OLIVEIRA RIBEIRO	T112216117
08658.061544/2019-43	CRISIANO OLIVEIRA RIBEIRO	T116814241
08658.061546/2019-32	CRISIANO OLIVEIRA RIBEIRO	T116814268
08658.054238/2019-51	CRISTIANE REGINA RAMOS DE SOUZA AGUIAR	R345523881
08658.061912/2019-53	CRISTINA SOARES ROMANO	T113191871
08658.058028/2019-31	CRISTOFER LEME DE LUCCA	R345314174
08658.054278/2019-01	DAILTON MARIANO LEITE	E257591656
08658.054279/2019-47	DAILTON MARIANO LEITE	R342083097
08660.022461/2019-90	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R376176237
08660.022541/2019-45	DANIEL PEDRO BROCHETTO	R376375687
08658.058030/2019-19	DANIEL RAVANINI ALVES	R346376521
08658.057036/2019-61	DANIELA APARECIDA GOMES REZENDE	R343684578
08658.052833/2019-51	DANIELA MILENA CIFONI DINIZ	T105702013
08657.130697/2018-77	DANIELLE ALVES LEITE FLOR	R372027229
08658.058012/2019-29	DANILA JENIS DA COSTA COLOMBO	R342175173
08658.006271/2018-93	DELFINO CAVALHEIRO	R373447752
08658.052851/2019-33	DIEGO CANADA DA SILVA	R341200317
08658.055821/2019-89	DIEGO RAMOS ARENA	R343960427
08658.059936/2019-42	DILSON FIGUEIRA BATISTA	R367484421
08658.058174/2019-67	DIMAS DOS ANJOS ALVES	R348498314
08658.021754/2018-18	DINAH FERNANDES PAVINATO	R370862977
08658.020231/2018-54	DINAH FERNANDES PAVINATO	R370883675
08658.057113/2019-82	DIONIZIA DE ALMEIDA FERNANDES	R368737427
08658.057889/2019-01	DIONIZIA FERNANDES REBEQUE	R368731464
08658.060245/2019-91	DIRCEU ANDREOTTA GRANJA	R367517687
08658.056119/2019-32	DIRCEU PIETROSKI	R340906103
08658.054232/2019-83	DOMITILA DUARTE ALVES	R342034642
08658.057987/2019-30	DORGIVAL DE SOUZA CAVALCANTI	R348028997
08659.037506/2019-60	DOUGLAS DE MIRANDA ZANI SANTOS	R350347557
08658.052153/2019-38	DUARTE BRAZ DA SILVA	R373181906
08658.055301/2019-76	EDER RAFAEL DELLABARBA POIANAS	R354202782
08658.054537/2019-95	EDISON DA MOTTA SANTOS	E257279563
08658.057994/2019-31	EDISON DE MOURA	T111877393
08658.052329/2019-51	EDISON LUIZ TELES RIBEIRO	R352033777
08658.052521/2019-48	EDNA MARIA DE OLIVEIRA	R374688702
08658.001566/2018-73	EDNAURO NOGUEIRA DINIZ	R367481031
08658.053023/2019-12	EDSON ISAMU YOSHIMURA	R371505151
08658.055665/2019-56	EDSON SALES DE ALTINO	R377834084
08658.061504/2019-00	EDUARDO DOS SANTOS FONTES	R348500092
08658.062684/2017-77	EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA	T112207847
08658.055027/2019-35	EDUARDO LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR	R337599866
08658.055311/2019-10	EDUARDO SILVA SOUSA	R354724467
08656.064580/2019-89	EDURDO BARBOSA NAVARRO	R371330378
08658.028692/2018-75	EDVALDO CORDEIRO DE ARAUJO	R376729252
08658.060240/2019-69	EDVALDO PAES DE SOUZA	R354132849
08658.058019/2019-41	ELEN CRISTINA DE PAULO MARTINS	R348026463
08658.059953/2019-80	ELIANE SAYURI YAMADA	R346381606
08658.056263/2019-79	ELIANE ZORZIM FIOROTTO	R368048101
08658.058006/2019-71	ELIAS SEBASTIAO DO PRADO	T112874541
08658.074782/2017-57	ELISEO LOPEZ LOPEZ	T109477685
08658.057377/2019-36	ELITON VENTURA IZIDORO	R374634661
08657.062452/2019-91	EMERSON GERVAN DE OLIVEIRA FORTES	R381099296
08658.057499/2019-22	EMERSON SILVA DE SOUSA	R355719867
08658.053926/2019-01	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R346958814
08658.053927/2019-48	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R366803937
08658.056247/2019-86	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R368964051
08658.056241/2019-17	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R369734688
08658.056239/2019-30	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R369917049
08658.056238/2019-95	EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARRON SA	R369953649
08656.028142/2019-57	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA	R340199032
08656.028253/2019-63	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA	R339701501
08656.028231/2019-01	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA	R340238062
08656.032140/2019-62	ENDEL GOMES DA SILVA	R338253483
08658.053826/2019-77	ENEIDA DE ALMEIDA REZENDE EBNER	T124895948
08658.062011/2019-89	ENIO PEDRO DA SILVEIRA	R369606582
08658.056625/2019-21	ERIC NOBRE DA SILVA	R345153243
08658.052026/2019-39	EVANDRO MONTEIRO DE CARVALHO	R337719608
08658.055074/2019-89	EVANDRO OSMAR DE ALMEIDA	R339649507
08658.052019/2019-37	EVELDE CAIAREA	T108583244
08658.057473/2019-84	EVERTON SOTO	R367315025
08658.061962/2019-31	EXTREME SECURITY COM. DE ELETROELETRONICO EIRELI	T107797224
08658.091509/2017-97	FABIO ALVES PEREIRA	T120330903
08658.061530/2019-20	FABIO ANTONIO GARCEZ BARBOSA	R372068065
08658.053667/2019-19	FABIO AUGUSTO CENTURION DE MOURA	R347639747
08656.153357/2016-62	FABIO CRISTIANO SILVA NEVES	R331512696
08658.057018/2019-89	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R342242415
08658.057020/2019-58	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R344590917
08658.056266/2019-11	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R347607837
08658.056268/2019-00	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R348495827
08658.057023/2019-91	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R353865192
08658.055033/2019-92	FABIO HERSI VIRGINIO DOS SANTOS	R342415484
08666.051522/2017-12	FABIO LUIZ GOUVEIA DOS SANTOS	T099029995
08658.054972/2019-10	FABRICIO ATTIE GRILLO	R370582861
08658.057041/2019-73	FABRICIO GODOY DE SOUSA	R347609589
08658.059905/2019-91	FELIPE DE ATAIDE GUIMARAES	R369550242
08660.022307/2019-18	FELIPE DOS SANTOS SCHEFFER	R369927141
08658.058139/2019-48	FERNANDO FERREIRA DA CRUZ	R356333892
08658.053917/2019-11	FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS	R335627161
08658.055097/2019-93	FERNANDO NORIO KOGA	R348011024
08658.056141/2019-82	FERNANDO TOFFOLI	R342042696
08658.058016/2019-15	FERNANDO VIEIRA	R369414721
08658.055695/2019-62	FLAVIA SANDRON TREVISOLLI	R374453233
08658.058663/2019-19	FLAVIA SOARES LARA SEGURA GIMENEZ	R348001851
08658.053932/2019-51	FLAVIO CARVALHO DE OLIVEIRA	R343915677
08658.057998/2019-10	FLAVIO LUIZ DE SOUZA	R371279077
08658.055415/2019-16	FLAVIO ROBERTO DA SILVA	R372388132
08658.062048/2019-15	FLAVIO ROGERIO FERREIRA	T104876937
08658.052817/2019-69	FRANCISCO CARLOS NERY RODRIGUES	R337885637
08658.055440/2019-08	FRANCISCO JOSE MINEIRO JUNIOR	R346774063
08657.130663/2018-82	FRANCISCO MARQUES DE SA NETO	R373493673
08658.053703/2019-36	FRANCISCO PAULO FILOMENO	R368178196
08658.059887/2019-48	G TREMANTI ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI	R370023056
08658.061969/2019-52	G TREMANTI ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI	R370853237
08658.061970/2019-87	G TREMANTI ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI	R374369577
08658.057963/2019-81	GABRIEL DA CUNHA D ASSIS	R374396547
08658.059903/2019-01	GEISE DANIELE MILAGRES CREPALDI	R337872667
08657.062200/2019-61	GEORGE EDUARDO HIME MASSET	R342045881
08658.055374/2019-68	GERALDO DE ABREU GOMES	R349814023
08657.058448/2019-28	GERALDO MANOEL DE AZEVEDO FERREIRA	R366632132
08666.026478/2019-66	GERMANO ZILSE JUNIOR	R347906095
08659.038687/2019-41	GHELERE TRANSPORTES LTDA	R342066117
08659.037858/2019-15	GIDEON VILLAR LEANDRO	R350869863
08658.055248/2019-11	GILBERTO LEANDRO DOS SANTOS JUNIOR	R369407687
08658.076368/2017-82	GILMAR PEREIRA DE ALBUQUERQUE COSTA	T113587554
08657.064131/2019-21	GILSARA PEIXOTO DE MELO	R374558597
08658.056393/2019-10	GISELE BORGES VITAL	R369668545
08658.059894/2019-40	GISELLE RODRIGUES RUOTOLO	T105426202
08658.056532/2019-05	GIVANILDO GONÇALVES	R370841361
08658.056529/2019-83	GIVANILDO GONÇALVES	R370854454
08658.055319/2019-78	GLAUCE CRISTINA PERASSA DE FREITAS SIQUEIRA	R337979103
08658.052860/2019-24	GLAUCO AMERICO DE OLIVEIRA	R337797129
08657.063881/2019-85	GLORIA MARIA XAVIER DE ALMEIDA GOES	T112069697
08658.054364/2019-13	GRACY PATRICE KELLY DA SILVA	R345512367
08658.120447/2017-38	GUSTAVO HENRIQUE GONDIM	R369106474
08658.055427/2019-41	GUSTAVO LEME DA SILVA	R345693027
08658.055030/2019-59	HEBERT FABIANO RIBEIRO MARTINS	R345062067

08658.012728/2018-07	HERMES FIDELES	R372861504
08658.055037/2019-71	HIGOR DOMINGUES SUNEGA	R373089686
08655.013604/2017-80	HUMBERTO PALMEIRA SOUZA	R342561375
08655.013609/2017-11	HUMBERTO PALMEIRA SOUZA	R342254669
08658.052839/2019-29	IDA MARIA MARCONATO DOS SANTOS	R377086727
08658.056527/2019-94	IGOR EMIDIO DE PAULA	R356322076
08658.048655/2019-64	IGOR REBOUÇAS DA FONSECA	R377125032
08658.058119/2019-77	ILDEFONSO RIBEIRO DA SILVA	R369670353
08658.058116/2019-33	ILDEFONSO RIBEIRO DA SILVA	R373912633
08658.086243/2017-61	ILDEFONSO RIBEIRO DA SILVA	T115756833
08660.074507/2017-94	ILDO ANTONIO SOARES	R368819108
08657.033801/2017-03	IZAQUEL GOMES	R339012234
08659.039830/2019-12	IZIDORO PEREIRA NETO	R342922513
08659.039808/2019-72	IZIDORO PEREIRA NETO	R356225879
08658.052405/2019-29	JAIME FERREIRA BAETAS JUNIOR	R356039218
08658.052403/2019-30	JAIME FERREIRA BAETAS JUNIOR	R369368835
08658.056159/2019-84	JANIS LEE JOANA JOAO ORLANDO	R345164423
08658.054242/2019-19	JEFERSON BERNARDO DOS SANTOS	R355746255
08658.055610/2019-46	JESY ADRIANE DE FREITAS	R340872543
08658.054976/2019-06	JOAO BATISTA DE SIQUEIRA	R342338854
08658.054402/2019-20	JOAO BENEDITO IGNACIO DA SILVA	R349864152
08658.053077/2019-88	JOÃO EDUARDO CANOVA	R369342674
08658.053685/2019-92	JOAO MENDES DE OLIVEIRA	R347761247
08658.054217/2019-35	JOAO NUNES DE MATTOS	R346787351
08666.037558/2018-66	JOAO RODRIGUES	R374949677
08666.070100/2017-38	JONATHAN MANOEL SEBERINO	R354782932
08658.038225/2018-53	JONER AUGUSTUS TOLEDO CARVALHO FOLLY	R374659044
08658.027230/2018-31	JONER AUGUSTUS TOLEDO DE CARVALHO FOLLY	R372103797
08658.057463/2019-49	JORGE DE LIMA ALVES	T102023057
08657.076310/2017-49	JORGE LUIZ FERREIRA DA SILVA	R354055224
08658.052432/2019-00	JOSE ALVES DIAS	R368965759
08658.055326/2019-70	JOSE ARANTES DA SILVA	R345150864
08658.086600/2017-91	JOSE BENTO BRAGATTO	T116589574
08658.053915/2019-13	JOSE DAVID VENANCIO CORREIA	R355004534
08658.055834/2019-58	JOSE DE MACEDO	T113094817
08658.052033/2019-31	JOSE FERNANDO DE OLIVEIRA	R353062405
08658.061573/2019-13	JOSE LUIZ DE ALMEIDA SIMAO	R369643844
08658.052770/2019-33	JOSE MACIEL DA SILVA	R345336247
08658.055746/2019-56	JOSE MANUEL DE SOUSA TEIXEIRA O HENRIQUES	R343630885
08657.002489/2018-89	JOSE RICARDO DE ARAUJO	R369659848
08660.024338/2019-11	JOSE ROBERTO RAPACH ROMANI	R368660796
08660.024335/2019-70	JOSE ROBERTO RAPACH ROMANI	R368712044
08658.055648/2019-19	JOSE ROBERTO VALINE	R343718383
08658.060434/2018-83	JOSE VICENTE CAMPOS	R376180587
08658.055745/2019-10	JOSENEL PACHECO TOTH	R342068385
08658.055315/2019-90	JOSIANE LUZIA DOS SANTOS	R347636438
08658.053208/2019-27	JOSUE MACHADO BATISTA	R346372615
08658.058024/2019-53	JOSUE MOTA DE SOUZA	R342061062
08658.054282/2019-61	JOSUE NUNES	R345508696
08658.058382/2019-66	JOVANA DARQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA	R354723177
08658.055438/2019-21	JUADERSON DOS SANTOS SILVA	R345516001
08658.080593/2017-13	JUAREZ MARINHO DO NASCIMENTO	T105645494
08658.055046/2019-61	JULIANA FERREIRA BAPTISTA	R377392979
08658.051159/2019-98	JULIANA IZABEL VASSOLER DE GODOY	T108832023
08658.055377/2019-00	JULIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	R376231897

08658.088006/2017-34	JUNIOR BISPO DOS SANTOS	T117574813
08658.088008/2017-23	JUNIOR BISPO DOS SANTOS	T117574821
08660.023822/2019-15	KALLEO DE SOUZA VOUTTO REZENDE	T083612947
08658.052990/2019-67	KARINA FERNANDA ZOTARELLI	R371236649
08658.061568/2019-01	KATIA DE CAMARGO PEREIRA	T112336035
08658.053903/2019-99	KLEBER PEREIRA DA SILVA	R343713817
08658.052380/2019-63	LAIS MARTINS DE OLIVEIRA	R345153887
08658.055308/2019-98	LARISSA MOUTINHO JACAO	T104525339
08658.055079/2019-10	LAURO DE OLIVEIRA PINTO	R342914177
08658.093694/2017-54	LAURO FERREIRA DE ARAUJO	T123282632
08658.054290/2019-15	LEANDRO LEONEL DA SILVA	R347976557
08658.053871/2019-21	LEANDRO MARQUES YOSHIZUMI	R346382238
08658.105797/2017-74	LEDA MARIA GIACOMELLI	T126165076
08658.056595/2019-53	LENCO CENTRO DE CONTROLE TECNOLOGICO LTDA	R368182107
08658.052937/2019-66	LEONARDO MARTINS CARNEIRO	R345344278
08658.055049/2019-03	LEONARDO QUESADA	R354384716
08666.029334/2019-61	LEONARDO RETTORE	R370942868
08658.053910/2019-91	LEONCIO DE ALMEIDA SANTOS	T102711542
08658.055653/2019-21	LEONCIO RIBEIRO DA COSTA	R368073327
08658.055791/2019-19	LEVINO NUNES DE SIQUEIRA	R356228282
08657.014440/2018-79	LICINIO AFFONSO RODRIGUES DA CUNHA RATTO	R373162707
08658.059025/2019-15	LIDIANE DE SOUZA COSTA	T116175915
08658.055434/2019-42	LIZEANI KOCH DE ALMEIDA	R344998312
08658.050628/2017-90	LOCALIZA RENT A CAR	R342045357
08658.056186/2019-57	LOCSIM EQUIPAMENTOS PARA COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS	R345041607
08658.061519/2019-60	LORIVALDO LUIZ SALOME	T119212978
08658.057025/2019-81	LOUIS ROGERIO HIDEKI NASUNO	R341195967
08658.059940/2019-19	LUCAS MATEUS LISBOA SANTOS	R367481201
08658.055654/2019-76	LUCIA MARIA DE M ALMEIDA CARREIRO DA PAZ	R354158127
08658.058125/2019-24	LUCIANA TOBARA SILVA COELHO	R374441081
08658.053000/2019-16	LUCIANO APARECIDO PELISSARI	R341185067
08658.054296/2019-84	LUCIANO GABRIEL VERMAAS	R345340647

08658.052870/2019-60	LUIS HENRIQUE AUGUSTIN	R369384091
08659.038932/2019-11	LUIS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS	R369988302
08658.058638/2019-35	LUIZ ANTONIO LEITE NETO	R354727857
08658.052844/2019-31	LUIZ AUGUSTUS PEREIRA COSTA	R345062434
08658.057399/2019-04	LUIZ CAMILO DO NASCIMENTO	R355759907
08658.057712/2019-04	LUIZ EDGARD BERALDO ZILLER	R367461455
08658.057955/2019-34	LUIZ GONZAGA ZUCARELLI	R371569869
08658.054220/2019-59	LUIZ GUSTAVO FERRERO DE SOUZA LEITE	R371038081
08658.055660/2019-23	LUIZ ROBERTO VENTURA	R354866656
08658.059380/2019-94	MAGDA CHAD BRAGA	R370885074
08659.039799/2019-10	MARCELO PEREIRA BASSO	R369131452
08658.055053/2019-63	MARCELO RIBEIRO FERNANDES	R370946391
08658.054438/2019-11	MARCIO ANTONIO DA SILVA	T105734683
08659.041333/2019-84	MARCIO JOSE DOS SANTOS	R355001918
08658.061747/2019-30	MARCO ANTONIO CHAGAS	T115447667
08657.019149/2018-97	MARCO ANTONIO DOS SANTOS PALHAO	R372786235
08658.054297/2019-29	MARCO ANTONIO TEIXEIRA CARLOTA	R344995798
08657.060662/2019-44	MARCO AURELIO RODRIGUES VIANA	R354407201
08658.053051/2019-30	MARCUS ALEXANDRE PINAZA	T109475321
08666.026752/2019-05	MARCUS JOSE BALDANZA COELHO	R354092936
08658.055002/2019-31	MARCUS ROMARO	R337721025
08658.055255/2019-13	MARCUS ROMARO	R337722517
08658.058610/2019-06	MARGARIDA DE PAULA LEITE	T101348029
08658.055781/2019-75	MARIA APARECIDA MELO DE QUEIROZ PIMENTEL	R368063976
08658.055478/2019-72	MARIA AUXILIADORA DE GOUVEA	T097770892
08658.056149/2019-49	MARIA DE FATIMA GOMES MARIA MOURA	R346373847
08657.058948/2019-60	MARIA EULALIA DA CUNHA FERREIRA DE MOURA	R347621252
08658.121889/2017-00	MARIA FERNANDA ANDRADE	R368037754
08658.061974/2019-65	MARIA HELIA DE MELO SILVA BRITO	T107810107
08658.077823/2017-67	MARIA IMACULADA FIORINDO	T110655281
08657.061133/2019-68	MARIANA TAVARES SHU	R367478277
08658.080192/2017-63	MARILIA APARECIDA SILVA CARVALHO	T110204085
08658.058152/2019-05	MARINA AMADI DE MORAES	R369912314
08659.040985/2019-00	MARIO ROSSI FILHO	R377393754
08659.040976/2019-19	MARIO ROSSI FILHO	R377447797
08658.061564/2019-14	MARIO VIANA DA SILVEIRA	R373230966
08658.056308/2019-13	MARLENE CASTRO DOS SANTOS PELLIM	R348031564
08658.053017/2019-65	MARQUIANO PAITAX	R368996581
08658.056590/2019-21	MAURICIO DA SILVA BATISTA	R367518601
08658.057299/2019-70	MAURICIO JOSE MOTTA CORREIA LIMA	R354144731
08658.053010/2019-43	MICHAEL WELLINGTON FERREIRA	R369961242
08658.053026/2019-56	MILTON LUIS NETTO	R371457793
08658.037704/2019-33	MIRELA ROSSI DEVASI SOPRANI	R327356154
08658.061937/2019-57	MIRIAN REGINA LUCCHINI	T103712828
08658.057300/2019-66	MOACIR DONIZETTI CAMARGO	T106220907
08658.057017/2019-34	MOISES CARREIRO DE MEDEIROS	R354889547
08658.054314/2019-28	MORITO HARA	R370680577
08658.056246/2019-31	MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA	T115421483
08658.056251/2019-44	MULTILIXO REMOCOES DE LIXO SOCIEDADE SIMPLES LTDA	T121293335
08666.027535/2019-24	MURILO BERGLER LUCIO	R367861267
08658.052237/2019-71	NANIAS DAS DORES	R353081457
08658.055658/2019-54	NATANAEL GOMES DA SILVA	R356041816
08658.058161/2019-98	NAYRA DOS SANTOS SOMBRA	R370924247
08658.057026/2019-25	NCA COMERCIO E SERVICOS DE MANUTENCAO IND. LTDA	R348503822
08658006586/2015-98	NEI DONIZETE PIUCCO	R339643706
08658.054987/2019-88	NEMIAS LOBACHI	R370146557
08658.055725/2019-31	NICOLAS CESAR ILDEFONSO	R345329813
08658.055455/2019-68	NILTON MARTINS NOGUEIRA	R369939107
08658.054216/2019-91	ONDA VERDE AGROCOMERCIAL SA	R337338937
08658.057415/2019-51	ONDA VERDE AGROCOMERCIAL SA	R347962254
08657.058990/2019-81	OSCAR ROBERTO GUIMARAES	R344511472
08658.055716/2019-40	OTAVIO HENRIQUE SOUZA FERREIRA	R346381908
08658.055683/2019-38	OTTO MUNIZ VIDAL	R366797344
08658.053264/2019-61	PAMELA CHRISTINY FELIZARDO KIMURA	R345340507
08658.055819/2019-18	PAOLA REGINA SOARES PAIXAO CEZAR	R347028507
08662.009763/2019-52	PASTIFICIO SELMI SA	R347641768
08658.057035/2019-16	PATRICIA DAVID GOIA TABANO	R374441278
08658.054228/2019-15	PAULA BARION KEZAM	R337982937
08658.052985/2019-54	PAULA CRISTINA MARCELINO DA SILVA	T103655859
08658.055014/2019-66	PAULA SAYURI ISHIDA YANO	R345495667
08658.001368/2018-18	PAULO CESAR BROSCO	R369455387
08658.091993/2017-54	PAULO COLOMBI	R353797758
08658.055735/2019-76	PAULO GUSTAVO FRANKLIN DE ABREU	R345144228
08658.055398/2019-17	PAULO SERGIO FARDIN	R366989758
08658.057428/2019-20	PETROFATTO PARTICIPACOES E ASSESSORIA EIRELI	R343728297
08658.054740/2019-61	POLIANA NARDI AVILA	R348012144
08658.055822/2019-23	PRISCILA FREITAS MAGALHAES	R346369711
08658.051646/2019-51	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA	R345521257
08658.051643/2019-17	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA	R345526171
08658.051642/2019-72	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA	R353857831
08658.051639/2019-59	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA	R372644325
08658.051634/2019-26	PROVIDENCIA LOCADORA LTDA	R374007705
08658.058660/2019-85	RAFAEL REZENDE	R372738672
08658.054542/2019-06	RAQUEL DE SOUZA GONÇALVES	R346375107
08658.055681/2019-49	REBECA CAVALCANTI FURTADO	R345502922
08658.057469/2019-16	REGINALDO FERREIRA DA ROCHA	T111885191
08657.061288/2019-02	REINALDO SANTOS VIRGINIO	R368710408
08658.018008/2018-47	REINALDO TITONELE COUTO	R370674227
08658.056275/2019-01	RENATA CRISTINA DOMINGUES SILVA	R349872023
08658.057435/2019-21	RENE UCHOAS DE OLIVEIRA	T110449665
08658.055802/2019-52	REYNALDO GONCALVES JUNIOR	R367457547
08658.055409/2019-69	RICARDO GONÇALVES	R343688719
08658.055646/2019-20	RICARDO SHINHITI TAURA	R345009017
08658.032502/2019-03	ROBERT NAZEM LORENÇO SANTOS	T101969945
08658.056099/2019-08	ROBERTHY HENYUS GUIMARAES CABRAL	R348035817
08658.053691/2019-40	ROBERTO FRANCISCO TEIXEIRA DOS SANTOS	R345060725

08658.123147/2017-19	RODOLFO DE OLIVEIRA FLORES	R368178064
08658.061581/2019-51	RODOLFO RAFAEL PEYRER	R374797986
08658.057096/2019-83	ROGERIO IGLEZIAS JUNIOR	R346936071
08658.055294/2019-11	ROGERIO JESUS ORTIZ DE CAMARGO	R346363268
08658.052410/2019-31	ROGERIO RODRIGUES DA CRUZ	R341191884
08658.052419/2019-42	ROGERIO RODRIGUES DA CRUZ	R341199036
08658.054319/2019-51	ROGERIO VASCONCELLOS DE JESUS	R371281497
08658.055056/2019-05	ROMILTON ANJOS DOS SANTOS	R370818644
08658.055020/2019-13	ROMOALDO BARROS DE SOUZA	R373860951
08658.055021/2019-68	ROMOALDO BARROS DE SOUZA	R374482802
08656.042674/2019-05	RONALDO TEIXEIRA DE SOUZA	R319835413
08658.057422/2019-52	ROSANA APARECIDA VALIM	R345066251
08658.059841/2019-29	ROSANGELA ALVES MARTINS LUPPINO	R367468697
08659.038284/2019-01	ROSANGELA CELIA BERTAPELLI PINHEIRO	R378133907
08658.055387/2019-37	ROSANGELA MARCON SANTOS	R354666185
08658.055388/2019-81	ROSANGELA MARCON SANTOS	R377531251
08658.055777/2019-15	ROSEMARY MAFFESSONI	R355645963
08658.055323/2019-36	ROSILENE CIPRIANO DIAS	R368911039
08658.052377/2019-40	RUI RODRIGUES BARBOSA	R346961246
08658.056147/2019-50	SABRINA SIMOES MACHADO SERAPIAO	R356361535
08658.057105/2019-36	SALVATORE LI PUMA	R337831475
08659.095182/2017-12	SAMIA RITA MANSOUR	T111291879
08658.054970/2019-21	SAMUEL FREITAS PUGAS	R339152885
08658.054244/2019-16	SANDRA APARECIDA PERDONA	R368888169
08658.073268/2017-02	SANDRA GESTINARI VILELLA SANTIN	R348495307
08658.054333/2019-54	SANDRO ANTONIO DA SILVA	R372983243
08658.003174/2018-49	SANDRO BUGS	R369637477
08659.075409/2017-11	SANDRO ROBERTO MARTINS	T115162387
08658.056368/2019-28	SANDRO RODRIGUES	R369109473
08658.056358/2019-92	SANDRO RODRIGUES MO	R373899335
08658.054291/2019-51	SEBASTIAO FIRMINO DOS SANTOS SOBRINHO	R366626213
08658.035483/2018-88	SERGIO APARECIDO BUENO	R374355851
08658.054208/2019-44	SERGIO BAPTISTA	R375551271
08658.057010/2019-12	SERGIO LUIZ AGOZZINI	R345332288
08658.052864/2019-11	SERGIO MURILO VIEIRA	R376738839
08658.055269/2019-29	SERGIO SOEIRO DA SILVA	R339706589
08658.055127/2019-61	SHEYLA FERREIRA DA SILVA	R354709976
08658.055241/2019-91	SHS TRANSPORTES EIRELI	T120036193
08658.052813/2019-81	SIDINEI PESSOTO	R339720107
08658.053289/2019-65	SIDNEY ARLINDO DA SILVA	T115811583
08658.052871/2019-12	SILVANA CLAUDIA RAMALHO DE SOUZA SANTOS	R345330579
08658.107239/2017-43	SILVANO DE OLIVEIRA SOUZA	T119213087
08658.055690/2019-30	SILVIA CONCEICAO PIMENTA ARIAS DE MATOS	R356367711
08658.055394/2019-39	SINDICATO DOS GUARDAS-CIVIS MUNICIPAIS DE LIMEIRA	R369321707
08658.054320/2019-85	SONIA IMACULADA SILVA	R340866403
08658.057433/2019-32	SUELI APARECIDA PEREIRA	R376667397
08658.057014/2019-09	SUELI JUSTINO DOS SANTOS	R342559141
08658.058422/2019-70	SUMAIRA MADLUM	T113485026
08658.052828/2019-49	SUZANA LAUTERT MEDEIROS SAULLO	T103039031
08658.054407/2019-52	TAKESHI MATSUMOTO	R356137511
08658.053003/2019-41	TALITA DUARTE FRANCA	R366783386
08658.059941/2019-55	TAMARA BEVERVANSO FERRARESE	R369446356
08658.101486/2017-36	TEREZA APARECIDA LAPA HALA	T115451552
08658.054981/2019-19	TEREZINHA BARROS DE SOUZA	R346779685
08658.054982/2019-55	TEREZINHA BARROS DE SOUZA	R373804555
08658.053825/2019-22	TIAGO RIBEIRO TEIXEIRA	R348898843
08660.022284/2019-41	TOBIAS ARMILIATO	R354067788
08667.011078/2019-46	TRANSILVA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	R342920804
08660.046852/2017-38	TRANSLIQUIDOS LTDA	T116184302
08658.054339/2019-21	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R337744785
08658.054340/2019-56	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R337829217
08658.054343/2019-90	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R338260404
08658.054345/2019-89	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R339120991
08658.052227/2019-36	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R340210664
08658.054347/2019-78	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R340269081
08658.052223/2019-58	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R342192604
08658.054349/2019-67	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R343724797
08658.054351/2019-36	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R347908268
08658.052219/2019-90	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R348520197
08658.052214/2019-67	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R367859319
08658.052213/2019-12	TRANSPORTE EXCELSIOR LTDA	R370700724
08657.061051/2019-13	UBIRATAN SILVA NEVES	R370598253
08658.056107/2019-16	VALBERTO ESTEVES MOREIRA	R373501226
08658.056257/2019-11	VALDECI FIOROTTO	R367479311
08658.060242/2019-58	VALDEMIR RODRIGUES	T113535163
08657.064862/2019-76	VALDENIS DE OLIVEIRA NEVES	T116761318
08658.052879/2019-71	VALDIR PACHECO QUIRINO	R319915859
08658.057106/2019-81	VERA APARECIDA BASSO PAES	R371522427
08658.057710/2019-15	VERA LUCIA DOS SANTOS COMODO	R369970845
08658.002983/2018-33	VIAÇAO SAO CRISTOVAO LTDA	R368039641
08658.055730/2019-43	VICENTE DE PAULA DA SILVA	R339617705
08658.053892/2019-47	VICTOR AUGUSTO NUNES CALANDRINO	R367489244
08658.055024/2019-00	VICTOR AUGUSTO SCARELLI DE OLIVEIRA	R337679387
08658.058362/2019-95	VIVIAN KARLA QUINTELA DE SOUZA	R369008127
08658.058336/2019-67	VIVIAN KARLA QUINTELA DE SOUZA	T112828078
08658.056297/2019-63	WAGNER PUTAROV	R353067245
08658.056116/2019-07	WANDERLEY LACERDA VIEIRA	R370238893
08658.054226/2019-26	WILLIAM FERNANDES LEITE	R366780352
08658.055863/2019-10	WILLIAM PEREIRA SILVA	T106621173
08658.053607/2019-98	WILLIAM RICARDO CIQUEIRA COSTA	R374907781
08658.055644/2019-31	WILSON JESUS DA SILVA	R348032986
08658.056553/2019-12	WILSON MARQUES DOS SANTOS	R370881842
08658.059126/2019-96	WILSON SACCOMAN	T083988238
08658.055688/2019-61	WITOR LINS DE ALMEIDA	R372216862
08658.055954/2019-55	XALANA DE CASSIA APARECIDA SAMPAIO	R354871897

3 - NÃO CONHECIDOS.:
3.1 - INTEMPESTIVO.:

08658.053824/2019-88	ADHERBAL RIBEIRO AVILA	R309112486
08658.057296/2019-36	FELIX ANTONIO PIRES DE OLIVEIRA	R321626559
08658.057031/2019-38	GERALDINO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR	R366772333
08657.059920/2019-40	HELIO DE SOUZA SILVA JUNIOR	R304304387
08658.061954/2019-94	ILDEFONSO RIBEIRO DA SILVA	R369938437
08658.061955/2019-39	ILDEFONSO RIBEIRO DA SILVA	R372987958
08658.053095/2019-60	JOÃO EDUARDO CANOVA	R349906564
08658.053086/2019-79	JOÃO EDUARDO CANOVA	R353081078
08658.053097/2019-59	JOÃO EDUARDO CANOVA	R354052764
08658.055420/2019-29	JOSE EDUARDO DE PAULA TOBIAS	R337759049
08658.057376/2019-91	LAIS SANT ANA CARDOSO	R343923831
08658.054203/2019-11	LUIS FERNANDO MOREIRA MACHADO	T107195267
08658.055807/2019-85	MAGNO SCHANTON PLINIO	R320013127
08658.055808/2019-20	MAGNO SCHANTON PLINIO	R334898609
08658.060420/2019-41	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARIRI	R369645561

3.2 - ILEGÍTIMO.:

08656.053848/2019-57	ADAILTON GOMES PINHEIRO	R332022803
08658.058639/2019-80	ALESSANDRA MARA FERREIRA DE FREITAS	T095491252
08658.054412/2019-65	ALEXANDRE LOURENCO DA SILVA	T119873079
08658.054330/2019-11	ALINE CABRAL MARINHEIRO	R351716424
08658.061403/2019-21	AMARO LUIZ FRANÇA	R354044637
08658.061521/2019-39	ANDRE LUIZ FERMIANO	T107615053
08658.031579/2018-77	ANTÔNIO CARLOS DE LIMA	R368030237
08660.023246/2019-14	ARLEI JOSE MIOZZO	R370607503
08658.056320/2019-10	CAIO MARCIO GOULART	R354192086
08658.057459/2019-81	CARLOS HENRIQUE GAMA FRANCO	R346390327
08658.056596/2019-06	CELSO ANTONIO DOS SANTOS	R368799937
08650.007910/2019-99	CRISTIAN SILVA DA SILVA	R369709087
08659.034332/2019-83	CYA VERDE LOGISTICA LTDA	R328849747
08659.034591/2019-12	CYA VERDE LOGISTICA LTDA	R335044581
08659.034531/2019-91	CYA VERDE LOGISTICA LTDA	R335402224
08658.052952/2019-12	DANIEL APARECIDO DE FREITAS	R354350188
08658.055413/2019-27	DANILO F GOMES PINTO	R378092502
08660.061961/2017-85	DARLAN PIVA MICHELS	R345315227
08658.106450/2017-49	DARLI COSTA FERREIRA	T119213095
08658.055042/2019-83	EDGAR DE MENEZES PALHEIRO	R347636101
08658.073063/2017-19	EMPORIO SIMPATIA DO VALE LTDA	R348498787
08658.052829/2019-93	ESTELLA SCHNABL PEDROSO DE ALMEIDA	R345006887
08658.054995/2019-24	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R337960747
08658.054997/2019-13	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R338021124
08658.054998/2019-68	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R339041927
08658.054999/2019-11	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R339101757
08658.055000/2019-42	FABIO DEAMBROSIO GUASTI	R341133663
08658.029756/2018-55	FARMA LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA	R373721307
08660.023704/2019-15	JAIR RODRIGUES VELHO	R373066497
08658.058058/2019-48	JAMES ARNOLD FINGER ROBERTS	R371061679
08658.055277/2019-75	JEAN KLEBER FERREIRA	R378440567
08658.058681/2019-09	JOAO CARLOS VALENTIM VEIGA	R345695461
08657.059347/2017-11	JOAO WANDERLEI DA SILVA SANTOS	R346932718
08658.056109/2019-05	JOSE AUGUSTO FERREIRA DOS REIS	R357421795
08658.058143/2019-14	JOSE CARLOS COSTA FACANHA	R345155866
08658.055401/2019-01	JOSIVALDO FERREIRA DE CARVALHO	R343629224
08658.055375/2019-11	JULIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	R343230313
08658.056127/2019-89	LIMA & CIACCI ENCOMENDAS URGENTES LTDA	R354740113
08658.056279/2019-81	LIMA & CIACCI ENCOMENDAS URGENTES LTDA	R369287037
08658.056129/2019-78	LIMA & CIACCI ENCOMENDAS URGENTES LTDA	R371144627
08658.055813/2019-32	LUCAS GONCALVES ORTIZ DE GODOY	R343562267
08658.056506/2019-79	LUCAS PAGLIUSI DAMIANO CAVICCHIOLI	T100071694
08658.058666/2019-52	LUIS EDUARDO MARIANO LIMA	R347999875
08658.061965/2019-74	LUIZ CLAUDIO DRAMIS CALIXTO	R369646387
08658.059833/2019-82	LUROMAK COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	T112264867
08658.055284/2019-77	MARCELO VIDIGAL ALVES	R339053275
08658.055405/2019-81	MARCOS RIBEIRO DE FREITAS	R354404431
08658.058173/2019-12	MARIA DAS DORES DA CONCEICAO MAGIEROVSKI	R345313429
08658.057093/2019-40	MARINA GUIMARAES GOBBO	R341320487
08658.054324/2019-63	MARLENE SANCHES DA SILVA	R378042327
08658.055738/2019-18	MARLETE ANTUNES THEODORO FERNANDES	R337971994
08658.055783/2019-64	MARTA DE SOUZA OLIVEIRA	R345158385
08658.058104/2019-17	MIGUEL CONCEICAO FILHO	R337848904
08659.034326/2019-26	MULTITRANS TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS	R324321996
08658.057476/2019-18	PAULA FRANCISCO FERREIRA	R354857867
08658.054302/2019-01	PAULO CESAR MARTINS	R368809986
08658.055641/2019-05	PAULO LUIZ CRUZ	R369173244
08658.056061/2019-27	PAULO ROGERIO DE FREITAS	R369912373
08657.059494/2019-44	PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA SA	R368604977
08657.061336/2019-54	REINALDO SANTOS VIRGINIO	R354697277
08658.052863/2019-68	RENAN AUGUSTO MENGUAL DE CARVALHO	R376019034
08660.026341/2018-81	RODRIGO DE OLIVEIRA HARRAS	R372557171
08658.053832/2019-24	ROGERIO LEVI DE PINHO	T105369027
08658.062021/2019-14	ROSA MARIA JORGE	R372861784
08658.059848/2019-41	ROZENDO VICENTE TEIXEIRA SITIO SAO MARCOS	R341203793
08658.058003/2019-38	RUBENS TADEU LEITE GNATTA	R371152933
08658.065791/2017-57	SANTIAGO COUTO VAZQUEZ	T114684324
08658.055673/2019-01	SCOPUS ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS LTDA	T101218605
08656.067261/2019-25	SERGIO LUIZ FERNANDES	R345105249
08659.056250/2017-28	SERGIO OLEKSY VELOSO	T110315596
08658.054988/2019-22	SÉRGIO ROBERTO DE ARAUJO	R370082141
08667.011223/2019-99	SERVICOS INTEGRADOS NACIONAIS DE ATENCAO A VIDA LT	R344171857
08658.058328/2019-11	THAIS MARTINS ALVES LOPES	R344139522
08658.058067/2019-39	TUMA TRANSPORTES LTDA	R369715802
08658.055732/2019-32	VANESSA RIVA MACHADO ZIOLKOWSKI	R340271892
08658.055444/2019-88	VERA LUCIA GOMES DIAS	R337772851
08658.055446/2019-77	VERA LUCIA GOMES DIAS	R337773307
08658.055015/2019-19	VERA MARCIA MARQUES VENTURINI	R343650304
08659.038039/2019-95	VLAMIR DE OLIVEIRA DA LUZ	R369420438
08658.052857/2019-19	WALTER DOMINGUES GENEROSO	R340915877
08658.055805/2019-96	WALTER LUIZ DE OLIVEIRA	R342258621
08658.059912/2019-93	ZILNEI SCHLICKMANN	R368578283

3.3 - ILEGÍTIMO E INTEMPESTIVO.:

08657.062558/2019-94	ISABELA PENUDO DE CASTRO	R346376238

3.4 - INÉPCIA DA INICIAL.:

08658.054223/2019-92	AGNALDO CESAR BREVES	R340326147
08658.056339/2019-66	EDSON BASTOS BARRETO JUNIOR	R342109928
08657.059378/2019-25	EMANOEL CESAR GOMES DIAS	R369435974
08658.002347/2018-10	FABIANO TARCITANO	R371034973
08658.055598/2019-70	GILMARA GOMES BISPO	T117119253
08658.055809/2019-74	MAGNO SCHANTON PLINIO	R343822202
08658.203894/2018-11	MARIA CELIA AZOIA DOS SANTOS MARIANO	T115061157
08658.058321/2019-07	MARIA MAGDALENA SANTOS LUCAS	R354134671
08658.056646/2019-47	MEIRE YSHIZUKA	R348498993
08658.051903/2019-54	THIAGO SILVA CAMPOS	R375574057

3.5 - FALTA DE DOCUMENTO.:
4 - PROCESSOS SUSPENSOS (enviados para realização de diligências e esclarecimentos junto ao órgão autuante).:
5 - NÃO AFETOS.:
6 - RECONSIDERAÇÃO.:

LUSMAR BORGES RABELO
Presidente/Relator da SPRF/SP
Titular

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 479, DE 26 DE MARÇO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Funai, aprovado pelo Decreto 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe de Gabinete da Presidência da Funai e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto legal, para, observadas as disposições legais e regulamentares, para praticar os seguintes atos:

I - Atestar a frequência do Ouvidor, do Auditor-Chefe, do Corregedor, dos Diretores, do Procurador-Chefe e dos Assessores da Presidência;

II - Assinar os requerimentos de pagamento de substituição do Ouvidor, do Auditor-Chefe, do Corregedor, dos Coordenadores Regionais, dos Diretores, e do Procurador-Chefe;

III - Atestar os formulários de prestações de contas de viagens do Ouvidor, Auditor-Chefe, do Corregedor, dos Coordenadores Regionais; dos Diretores, do Procurador-Chefe e dos Assessores da Presidência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 213, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2020

Dia: 08/04/2020
Hora: 14:30 horas
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani que no último bloco de sorteio, na sessão ordinária nº 212, foi o relator sorteado.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:
Processo Administrativo nº 08700.005499/2015-51
Representantes: Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S.A. e Atlântico Terminais S.A.
Advogados: Thiago Testini de Mello Miller, Luis Felipe Carrari de Amorim e outros
Representado: Tecon Suape S.A.
Advogados: Mauro Grinberg, Beatriz Malerba Cravo e outros
Terceiros Interessados: Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público, Associação Brasileira dos Terminais Privados e Associação Brasileira de Terminais Portuários
Advogados: Cássio Lourenço Ribeiro, Gustavo Lima Braga e outros
Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2020

Nº 379 - Ato de Concentração nº 08700.001067/2020-38. Requerentes: CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. e TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Medeiros Navarro Santos, Renê Guilherme da Silva Medrado, Alessandro Pezzolo Giacaglia e outros. Acolho o Parecer nº 013/2020/CGAA2/SGA1/SG, de 08 de abril de 2020, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 392 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08700.000351/2019-53. Representante: Marimex - Despachos, Transportes e Serviços Ltda. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Lorena Leite Nisiyama e outros. Representada: Embraport Empresa Brasileira De Terminais Portuarios S.A.
Advogados: Luiz Alberto Bettiol, Gustavo Assis de Oliveira e outros. Terceiros Interessados: Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público e Associação Brasileira dos Terminais Privados. Advogados: Cássio Lourenço Ribeiro, Gustavo Lima Braga e outros.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as razões da Nota Técnica nº 10/2020/CGAA3/SGA1/SG/CADE à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela revogação da medida preventiva concedida em desfavor da Representada.

Nº 397 - Ato de Concentração nº 08700.001621/2020-87. Requerentes: Klinge Pharma GmbH e GlaxoSmithKline Brasil Produtos para Consumo e Saúde Ltda. Advogados: Marcel Medon Santos e Venicio Branquinho Pereira Filho. Decido pela aprovação, sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 47, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, nomeada pela Portaria nº 64 da Casa Civil da Presidência da República, de 02 de março de 2020, publicada no DOU de 03 de março de 2020, e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.316, de 06 de dezembro de 2001, publicada no DOU de 07 de dezembro de 2001, o Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016, publicado no DOU de 26 de agosto de 2016, a Portaria JBRJ nº 180, de 28 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2018, e considerando o constante nos autos do Processo nº 02011.000235/2020-50 , resolve:

Art. 1º Delegar ao Diretor de Gestão, Marcos André Costa Gaspar, matrícula SIAPE nº 3184192, na forma da legislação, normas e regulamentos pertinentes, para, enquanto estiver exercendo as funções de Diretor de Gestão, atuar como Ordenador de Despesas nas seguintes atribuições:

I- Autorizar:

a) A emissão de empenhos, promover a liquidação de despesas, ordenar pagamentos, suprimentos de fundos e aprovar as respectivas prestações de contas, dispêndios de recursos financeiros e demais atos necessários à realização da despesa, respeitando a legislação vigente, as determinações e orientações internas do JBRJ;

b) O recolhimento de valores e cartas de fianças caucionados por terceiros em obediência à legislação vigente;

c) A restituição de valores caucionados por terceiros, condicionados à manifestação prévia e favorável do fiscal do contrato e do gestor do contrato ou do responsável pelo setor com o qual diretamente se relacione a aquisição do bem, prestação de serviço ou obra;

d) A inscrição contábil de despesas em Restos a Pagar, observada a legislação em vigor, bem como os cancelamentos das mesmas, quando couber, devendo exigir dos setores responsáveis a apresentação de exposição de motivos para a efetivação do ato;

e) O cadastramento e a exclusão de fornecedores em sistemas integrados do Governo Federal (a exemplo do SIAFI, SICAF, entre outros);

f) O pagamento da folha de pessoal do JBRJ, bem como de folhas suplementares ou complementares;

g) Indenizações e reembolsos de despesas nos casos devidamente fundamentados;

h) A restituição de valores descontados indevidamente de servidores do JBRJ, quando devidamente comprovada a impropriedade;

II- Expedir:

a) Ofícios aos contratados, concessionários, conveniados, parceiros, em casos que demandem interesse administrativo e que estejam dentro de suas competências dispostas no Regimento Interno;

b) Ofícios e declarações para outros órgãos ou autoridades sobre temas de sua competência, conforme disposto no Regimento Interno.

c) Ofícios para abertura de conta bancária para servidores e beneficiários de pensão do JBRJ;

III - Celebrar novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio, para valores inferiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV- Celebrar contratos de câmbio, respeitando as legislações em vigor, responsabilizando-se pelas despesas apresentadas pelos supridos propostos;

V- Notificar aos servidores e ex-servidores sobre reposição ao erário, seja decorrente de demanda interna ou externa;

VI- Emitir declaração comprobatória de cumprimento contratual (atestado de capacidade técnica), quando solicitada por empresas contratadas pelo JBRJ, dentro das competências estipuladas pelo Regimento Interno;

VII- Utilizar as prerrogativas estatutárias de representação extrajudicial, com poderes para constituir mandatários, na defesa dos interesses do JBRJ, dentro das competências estipuladas no Regimento Interno.

VIII- Autorizar, homologar e adjudicar licitações nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência e pregão, nos limites das suas competências estipuladas pelo Regimento Interno; e

IX - Assinar Portarias de designação de gestor e fiscal de contratos administrativos no âmbito do JBRJ.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias JBRJ nº 114/2016, de 10/11/2016 e nº 139/2019, de 04/10/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA LÚCIA DE SOUZA SANTORO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 153, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006791/2019-95, resolve:

Capítulo I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.865.635/0001-36, com sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, sala 284, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 01, no Município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.032593-7.01, com 8.400 kW de capacidade instalada e 5.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Leia 01, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV, junto à central geradora, e uma linha em 138 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Paraíso, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 13 de fevereiro de 2023;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de dezembro de 2023;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 2 de janeiro de 2024;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de fevereiro de 2024;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de abril de 2024;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 4 de agosto de 2024;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2024;

i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2024;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 2 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 2 de dezembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 17 de dezembro de 2024; e

m) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Ventos de Santa Leia 01;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento;

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Leia 01, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Leia 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Leia 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Representante legal: Sergio Armando Benevides Filho	CPF: 492.446.203-91
Responsável técnico: Paulo Henrique Valente Campos	CPF: 015.324.331-74
Contador: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	28.022.000,00
Serviços	4.872.000,00
Outros	706.000,00
Total (1)	33.600.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	25.435.000,00
Serviços	4.738.000,00
Outros	706.000,00
Total (2)	30.879.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	17.875.381/0001-55	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Leia 01		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	819.252	9.351.601
2	819.347	9.351.822

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 154, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006792/2019-30, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.865.640/0001-49, com sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, sala 279, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 02, no Município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033681-5.01, com 8.400 kW de capacidade instalada e 4.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Leia 02, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV, junto à central geradora, e uma linha em 138 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Paraíso, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 13 de fevereiro de 2023;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de dezembro de 2023;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 2 de janeiro de 2024;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de fevereiro de 2024;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de abril de 2024;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 4 de agosto de 2024;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2024;

i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2024;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 2 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 2 de dezembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 17 de dezembro de 2024; e

m) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Ventos de Santa Leia 02;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento;

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Leia 02, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Leia 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Leia 02, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de São Luigi Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Representante legal: Sergio Armando Benevides Filho	CPF: 492.446.203-91
Responsável técnico: Paulo Henrique Valente Campos	CPF: 015.324.331-74
Contador: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	28.022.000,00
Serviços	4.872.000,00
Outros	706.000,00
Total (1)	33.600.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	25.435.000,00
Serviços	4.738.000,00
Outros	706.000,00
Total (2)	30.879.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	17.875.381/0001-55	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Leia 02		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	819.445	9.352.041
2	819.502	9.352.276

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000

PORTARIA Nº 155, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006793/2019-84, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.865.651/0001-29, com sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, sala 285, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 03, no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.034937-2.01, com 8.400 kW de capacidade instalada e 4.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Leia 03, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV, junto à central geradora, e uma linha em 138 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Paraíso, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 13 de fevereiro de 2023;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de dezembro de 2023;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 2 de janeiro de 2024;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de fevereiro de 2024;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de abril de 2024;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 4 de agosto de 2024;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2024;

i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2024;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 2 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 2 de dezembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 17 de dezembro de 2024; e

m) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Ventos de Santa Leia 03;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento;

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Leia 03, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Leia 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Leia 03, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Representante legal: Sergio Armando Benevides Filho	CPF: 492.446.203-91
Responsável técnico: Paulo Henrique Valente Campos	CPF: 015.324.331-74
Contador: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	28.022.000,00
Serviços	4.872.000,00
Outros	706.000,00
Total (1)	33.600.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	25.435.000,00
Serviços	4.738.000,00
Outros	706.000,00
Total (2)	30.879.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	17.875.381/0001-55	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Leia 03		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	819.316	9.352.823
2	819.431	9.353.034

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 156, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006794/2019-29, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.874.343/0001-60, com sede na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, sala 286, Distrito Industrial, Município de Maracanaú, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Leia 04, no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033690-4.01, com 8.400 kW de capacidade instalada e 5.200 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas unidades geradoras de 4.200 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Leia 04, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/138 kV, junto à central geradora, e uma linha em 138 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Paraíso, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 13 de fevereiro de 2023;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de dezembro de 2023;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 2 de janeiro de 2024;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de fevereiro de 2024;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de abril de 2024;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 4 de agosto de 2024;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de fevereiro de 2024;

i) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 2 de novembro de 2024;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 2 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 2 de dezembro de 2024;

l) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 17 de dezembro de 2024; e

m) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Ventos de Santa Leia 04;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento;

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Leia 04, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Leia 04, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Leia 04, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos de São Leopoldo Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Representante legal: Sergio Armando Benevides Filho	CPF: 492.446.203-91
Responsável técnico: Paulo Henrique Valente Campos	CPF: 015.324.331-74
Contador: Eugenio Pacelli Mendonça Dupin	CPF: 486.116.706-04
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	28.022.000,00
Serviços	4.872.000,00
Outros	706.000,00
Total (1)	33.600.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	25.435.000,00
Serviços	4.738.000,00
Outros	706.000,00
Total (2)	30.879.000,00
Período de execução do projeto: De 1º de janeiro de 2024 a 1º de janeiro de 2025.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	17.875.381/0001-55	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Leia 04		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	819.534	9.353.253
2	819.649	9.353.464

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 158, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º-A, inciso II, e 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 21, § 2º, do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, nas Portarias MME nº 596, de 19 de outubro de 2011, e nº 418, de 19 de novembro de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.000432/2020-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a Enner Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.818.998/0001-22, com Sede na Rua Dr. Léo de Carvalho, nº 74, Sala 2008-A, Bairro Velha, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada Autorizada, a exportar energia elétrica interruptível para a República Argentina e para a República Oriental do Uruguai, devendo observar as Diretrizes estabelecidas na Portaria MME nº 418, de 19 de novembro de 2019.

§ 1º A exportação para a República Argentina deverá ocorrer por meio das Estações Conversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas no Município de Garruchos, e da Conversora de Frequência de Uruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina.

§ 2º A exportação para a República Oriental do Uruguai deverá ocorrer por meio da Estação Conversora de Frequência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do Livramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

§ 3º A exportação para a República Oriental do Uruguai por meio das Estações Conversoras de Frequência de Rivera e de Melo deverá ser precedida de Autorização ou Contrato para utilizar as respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010.

§ 4º A Autorização de que trata o caput terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º A exportação de energia elétrica de que trata esta Autorização não deverá afetar a segurança eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, segundo os critérios utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Art. 3º As transações decorrentes da exportação de energia elétrica, objeto desta Autorização, deverão atender as seguintes condições:

I - as estabelecidas na Portaria MME nº 418, de 2019;

II - as definidas pelo Poder Concedente, nos termos do art. 4º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

III - a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004;

IV - as disposições contidas nas Regras e Procedimentos de Comercialização; e

V - o disposto nas Resoluções Normativas ANEEL nº 225, de 18 de julho de 2006, e nº 783, de 26 de setembro de 2017.

Parágrafo único. A exportação de energia elétrica não poderá produzir majoração dos custos do setor elétrico brasileiro.

Art. 4º Sem prejuízo de outras obrigações e encargos estabelecidos, a Autorizada fica obrigada a cumprir os seguintes requisitos:

I - pagar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, nos prazos e nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

II - submeter-se à fiscalização da ANEEL;

III - submeter-se a toda e qualquer regulamentação de caráter geral que venha a ser estabelecida, especialmente àquelas relativas à exportação e comercialização de energia elétrica;

IV - ingressar com pedido de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no prazo de dez dias úteis após a publicação da Autorização de exportação;

V - informar mensalmente à ANEEL no prazo de quinze dias após a contabilização da CCEE, todas as transações de exportações realizadas, indicando os montantes, a origem da energia vendida e a identificação dos compradores;

VI - cumprir os procedimentos administrativos previstos na legislação que rege a exportação de energia elétrica;

VII - honrar os encargos decorrentes das operações de exportação de energia elétrica de que trata esta Portaria;

VIII - contabilizar, em separado, as receitas, as despesas e os custos incorridos com a atividade de exportação autorizada, de acordo com os princípios contábeis praticados pelo Setor;

IX - efetuar o pagamento dos encargos de Acesso e Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica decorrentes da autorização, nos termos da regulamentação específica, quando couber;

X - atender, no que couber, às obrigações tributárias, aduaneiras e de natureza cambial, relativas às atividades de exportação de energia elétrica; e

XI - manter regularidade fiscal durante todo o período da Autorização, estando sujeita às penalidades previstas na regulamentação.

Art. 5º A exportação de energia elétrica, de que trata esta Portaria, deverá ser suportada pelos seguintes Contratos:

I - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST;

II - Autorização ou Contrato para utilizar as Instalações de Transmissão de Interesse Restrito de que tratam a Resolução ANEEL nº 153, de 23 de maio de 2000, e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.280, de 23 de fevereiro de 2010;

III - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os agentes termoelétricos para estar apto a apresentar oferta às partes importadoras; e

IV - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com os compradores da energia elétrica exportada.

§ 1º A Autorizada deverá apresentar à ANEEL os Contratos referidos nos incisos I e II até trinta dias após sua celebração.

§ 2º Os Contratos referidos nos incisos III e IV deverão ser registrados na ANEEL e na CCEE, em conformidade com a regulamentação.

Art. 6º A presente Autorização poderá ser revogada na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - comercialização de energia elétrica em desacordo com a legislação ou regulamentação aplicável;

II - descumprimento das obrigações decorrentes da autorização;

III - transferência, a terceiros, de bens e instalações utilizados no intercâmbio de energia elétrica, necessários ao cumprimento dos Contratos celebrados, sem prévia e expressa autorização; e

IV - a qualquer momento, no interesse da Administração Pública.

Parágrafo único. A revogação da Autorização não acarretará para o Poder Concedente ou para a ANEEL, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade com relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela Autorizada com terceiros, inclusive os relativos aos seus empregados.

Art. 7º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia a ser exportada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a exportação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 159, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006815/2019-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Usina Bela Vista S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.969.941/0001-99, com sede na Fazenda Bela Vista, Município de Pontal, Estado de São Paulo, a ampliar em 65.200 kW a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada Bela Vista, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.AI.SP.027917-0.01, passando a ser constituída por duas unidades geradoras, sendo uma de 25.000 kW e uma de 50.000 kW, totalizando 75.000 kW de capacidade instalada e 19.500 kW médios de garantia física de energia, em ciclo Rankine, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível principal, localizada às coordenadas planimétricas E 803.332 m e N 7.681.326 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000, no Município de Pontal, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A comercialização do excedente de energia elétrica produzida pela autorizada dar-se-á conforme estabelece o inciso IV, art. 26, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nos termos dos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Bela Vista, constituído de uma subestação elevadora de 13,8/138 kV, junto à central geradora, e uma linha em 138 kV, com cerca de treze quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Morro Agudo, de responsabilidade da CPFL Transmissão Morro Agudo S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - ampliar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à ampliação do empreendimento: até 10 de maio de 2020;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 21 de junho de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento do combustível: até 17 de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 17 de agosto de 2020;

e) início da Montagem Eletromecânica das unidades geradoras: até 18 de abril de 2022;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 10 de abril de 2022;

g) conclusão da Montagem Eletromecânica das unidades geradoras: até 23 de setembro de 2022;

h) início da Operação em Teste da 1ª e 2ª unidade geradora: até 3 de outubro de 2022; e

i) início da Operação Comercial da 1ª e 2ª unidade geradora: até 10 de outubro de 2022.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 7.015.000,00 (sete milhões e quinze mil reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UTE Bela Vista;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL;

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a ampliação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio; e

VIII - descomissionar as quatro unidades geradoras outorgadas pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.400, de 10 de junho de 2008.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e o constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE Bela Vista, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 160, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006749/2019-74, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Pacífico Mascarenhas Energética Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 28.030.106/0001-57, com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 1.762, 4º andar, sala 16, Bairro Lourdes, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio Parauninha, Município de Santana do Riacho, Estado de Minas Gerais, nas coordenadas planimétricas E 645.690 m e N 7.867.753 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000, por meio da Central Geradora Hidrelétrica denominada Pacífico Mascarenhas, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.MG.001928-3.02, com 5.000 kW de capacidade instalada e 3.650 kW médios de garantia física de energia, passando a ser constituída por duas unidades geradoras, sendo uma existente de 1.600 kW, e uma de 3.400 kW.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da CGH Pacífico Mascarenhas, constituído de uma subestação elevadora de 6,6/13,8 kV, junto à central geradora, e

uma linha em 13,8 kV, com cerca de dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora ao alimentador JBTD-10 da subestação Jaboticatubas, de responsabilidade da Cemig Distribuição S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - ampliar a Central Geradora Hidrelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 11 de janeiro de 2023;

b) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 12 de janeiro de 2023;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 24 de abril de 2023;

d) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à ampliação do empreendimento: até 1º de junho de 2023;

e) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

f) desvio do Rio: até 2 de julho de 2023;

g) início das Obras Civis das Estruturas: até 29 de julho de 2023;

h) início da Concretagem da Casa de Força: até 2 de setembro de 2023;

i) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 15 de novembro de 2023;

j) início da Montagem Eletromecânica da unidade geradora: até 13 de junho de 2024;

k) descida do Rotor da 2ª unidade geradora: até 2 de agosto de 2024;

l) início do Enchimento do Reservatório: até 5 de setembro de 2024;

m) conclusão da Montagem Eletromecânica da unidade geradora: até 25 de setembro de 2024;

n) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 2 de novembro de 2024; e

o) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 9 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 731.172,50 (setecentos e trinta e um mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da CGH Pacífico Mascarenhas;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL;

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a ampliação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio; e

VIII - descomissionar as duas unidades geradoras de 672 kW.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela CGH Pacífico Mascarenhas, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 7º Não será emitida Declaração de Utilidade Pública - DUP para a CGH Pacífico Mascarenhas.

Art. 8º O aproveitamento ótimo do potencial hidráulico estabelecido nos estudos de inventário do Rio Parauninha que comprometa a geração de energia da CGH Pacífico Mascarenhas possui precedência em relação a esta Outorga.

Parágrafo único. Esta Autorização poderá ser revogada caso o aproveitamento ótimo descrito no caput venha a receber Outorga de Autorização ou Concessão.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 9º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de ampliação da CGH Pacífico Mascarenhas, detalhado nesta Portaria e no Anexo, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Pacífico Mascarenhas Energética Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Romero Machado Ferreira	CPF: 036.389.146-31
Responsável técnico: Lucas Bacha Pereira Horta	CPF: 072.790.626-79
Contador: Adauto Lúcio da Silva Dutra	CPF: 446.388.846-87
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	5.141.230,00
Serviços	8.435.380,00
Outros	1.046.840,00
Total (1)	14.623.450,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	4.665.670,00
Serviços	7.655.110,00
Outros	1.046.840,00
Total (2)	13.367.620,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de julho de 2024.	

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria nº 392, de 1º de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 4 de agosto de 2014, Seção 2, página 55, onde se lê: "..., tendo em vista o disposto nos arts. 117, inciso IX, 132, inciso IV, e 141, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ...", leia-se: "..., tendo em vista o disposto nos arts. 132, inciso II, e 138, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ...".

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 8.712. Processo nº 48500.002079/2011-60. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) autorizar a exploração da UTE Suzano Maranhão - cadastrada sob o CEG UTE.FL.MA.030959-1.01 e situada no município de Imperatriz, estado do Maranhão - também por meio do estabelecimento filial da empresa, CNPJ 16.404.287/0222-05, localizado no mesmo município e estado da usina.

Nº 8.713. Processo nº 48100.003932/1995-10. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) autorizar a exploração da UTE Suzano Mucuri - cadastrada sob o CEG UTE.FL.BA.000187-2.01 e situada no município de Mucuri, estado da Bahia - também por meio do estabelecimento filial da empresa, CNPJ 16.404.287/0013-99, localizado no mesmo município e estado da usina.

Nº 8.714. Processo nº 48500.001117/1998-00. Interessado: Suzano S.A.. Objeto: (i) autorizar a exploração da UTE CELPAV IV - cadastrada sob o CEG UTE.GN.SP.002904-1.01 e situada no município de Jacareí, estado de São Paulo - também por meio do estabelecimento filial da empresa, CNPJ 16.404.287/0454-18, localizado no mesmo município e estado da usina.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.718, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001578/2020-21. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Subestação 138/23,1 kV São José do Sul, localizada no município de São José do Sul, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.725, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001409/2020-91. Interessada: Lightsource Milagres IV Geração de Energia Ltda. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha de transmissão que perfaz o seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Milagres - Bom Nome C2, na Subestação Elevadora Abaiara, localizada no estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.733, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005994/2019-64. Interessados: KF/JAAC SC Transmissora de Energia do Brasil Ltda., KF/JAAC AM Transmissora de Energia do Brasil Ltda. e EMTEP Transmissora de Energia Ltda. Objeto: (i) Autorizar as reestruturações societárias pretendidas; e (ii) Aprovar as minutas dos termos aditivos que formalizam as operações. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.737, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003089/2015-46. Interessado: Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda. Objeto: Autorizar a Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda. a implantar e explorar a PCH Cavernoso IV, CEG PCH.PH.PR.034241-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 6.000 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Candói e Cantagalo, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.740, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001702/2019-14. Interessado: Silveira III Energética S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da PCH Silveira III, CEG PCH.PH.RS.035545-3.01, localizada no município de São José dos Ausentes, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.741, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001411/2020-60. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem do trecho de linha de distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição 138 kV Marau - Casca, na Subestação Vila Maria, localizada no município de Casca, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.742, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001672/2020-80. Interessada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição Patos de Minas 2 - Varjão de Minas, localizada nos municípios de Patos de Minas, Presidente Olegário e Varjão de Minas, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 880, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Aprova novas versões dos Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, e altera a Resolução n° 443, de 26 de julho de 2011, quanto a implementação de melhorias e reforços em instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, e art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, com base no art. 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo

nº 48500.000703/2017-80, e considerando as discussões e contribuições colhidas no âmbito da Audiência Pública nº 41/2017, resolve:

Art. 1º Aprovar as novas versões dos Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Art. 2º O Artigo 2º da Resolução Normativa nº 443, de 26 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - automação, reforma e modernização de subestações, obras e equipamentos destinados a diminuir a indisponibilidade de instalações de transmissão e à eliminação de interferências em faixas de servidão; e

II - substituição de equipamentos por motivo de obsolescência, vida útil esgotada, falta de peças de reposição, risco de dano a instalações, desgastes prematuros ou restrições operativas intrínsecas.

§ 1º As Melhorias referidas no inciso II referentes a substituição de transformador, equipamento de compensação de potência reativa ou linha de transmissão deverão constar em seção específica do Plano de Ampliações e Reforços, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

§ 2º As Melhorias referidas no inciso II referentes a substituição de transformador, equipamento de compensação de potência reativa ou linha de transmissão que constarem na Consolidação de Obras, publicada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, terão a correspondente receita estabelecida previamente em Resolução específica.

§ 3º As Melhorias referidas no inciso II, que não se enquadrarem no § 1°, mas que constarem no Plano de Modernização de Instalações, elaborado pelo ONS, terão a correspondente receita estabelecida no processo de revisão periódica de Receita Anual Permitida - RAP, desde que vinculadas às instalações de transmissão sujeitas ao processo de revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP prevista nos contratos de concessão.

§ 4º As Melhorias não referidas no inciso II e que constarem no Plano de Modernização de Instalações, elaborado pelo ONS, serão avaliadas e a eventual receita adicional será estabelecida no processo de revisão periódica de Receita Anual Permitida - RAP, desde que vinculadas às instalações de transmissão sujeitas ao processo de revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP prevista nos contratos de concessão.

§ 5º A receita associada às Melhorias será avaliada no processo de revisão da RAP subsequente à sua entrada em operação comercial.

§ 6º As receitas revisadas retroagirão à data de entrada em operação comercial da correspondente Melhoria, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da concessionária de transmissão em parcelas iguais até a revisão da RAP subsequente". (NR)

Art. 3º Os Submódulos de que trata os Art. 1º, 2º e 4º estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 881, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.007073/2019-36, decide por declarar extinto os autos, promovendo seu arquivamento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 883, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005162/2013-52, decide por negar a concessão da medida cautelar pleiteada pela Hidrelétrica Santa Branca S.A., com vistas à suspensão do cronograma físico de implantação da Usina Hidrelétrica - UHE Santa Branca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 885, DE 31 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002625/2015-96, decide por conhecer e não dar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Eletropaulo Metropolitana de São Paulo S.A. - Enel Distribuição São Paulo, mantendo o Auto de Infração nº 63, de 2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que, após juízo de reconsideração, aplicou penalidade de multa no valor de R$ 21.674.425,45 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), e a Determinação D. 1, para que proceda ao recálculo das compensações e efetivação dos créditos devidos em relação ao período fiscalizado, com correção monetária, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação do despacho decorrente dessa decisão.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 936, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000725/2019-10, decide ampliar para 30% (trinta por cento), em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite estipulado no inciso III do artigo 4º da Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 943, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002520/2019-61, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Light Serviços de Eletricidade S.A. em face do Despacho n° 2.622, de 23 de setembro de 2019, mantendo-se integralmente a decisão proferida

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 945, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005011/2019-90, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Sra. Edleuza D'Badia Rosa em face do Despacho nº 3.268/2019, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 946, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo nº 48500.005177/2019-14, decide por não conhecer do Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Leonardo Rodrigues Pires em face do Despacho nº 3.271/2019, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, mantendo-se integralmente a decisão proferida.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 947, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006283/2018-26, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga em face da Resolução Homologatória nº 2.627/2019

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 951, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001990/2018-26, decide por negar a concessão da medida cautelar requerida pela Léros Energia e Participações S.A. com vistas a suspensão dos efeitos financeiros e regulatórios do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado - CCEAR nº 27.429/2016.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 952, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001418/2020-81, decide: (i) indeferir o Pedido de Medida Cautelar interposto pela Move Energia Renovável Ltda., com vistas à suspensão de cobrança de demanda contratada com a Cemig Distribuição S.A. ref. a Usina Fotovoltaica - UFV Porteirinha; e (ii) determinar o envio do processo à Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD para análise e deliberação, em primeira instância, sobre o mérito do pleito.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.010, DE 7 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000703/2017-80, determina que, em caráter excepcional, o cálculo da revisão da RAP dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, decorrentes de licitação, na modalidade de leilão público, celebrados em 2000, ocorra em 1º de julho de 2020, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2019.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 950, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Processos nºs: listados no ANEXO I. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Presidente JK Ltda. Decisão: Registrar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos relacionados no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Presidente Juscelino, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 966, DE 06 ABRIL DE 2020

Processos nºs: listados no ANEXO. Interessado: Serra Talhada I Energia SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos relacionados no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Serra Talhada, estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 7 DE ABRIL DE 2020

Nº 975 - Processo nº 48500.004904/2017-56. Interessado: Millennium Wind II Participações Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra da Ibiapaba I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.CE.038055-5.01, localizada no município de Carnaubal, no estado do Ceará.

Nº 976 - Processo nº 48500.004955/2017-88. Interessado: Millennium Wind II Participações Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra da Ibiapaba II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.CE.038056-3.01, localizada no município de Carnaubal, no estado do Ceará.

Nº 977 - Processo nº 48500.004930/2017-84. Interessado: Millennium Wind II Participações Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra da Ibiapaba III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.CE.038057-1.01, localizada no município de Carnaubal, no estado do Ceará.

Nº 978 - Processo nº 48500.004954/2017-33. Interessado: Millennium Wind II Participações Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra da Ibiapaba IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.CE.038058-0.01, localizada no município de Carnaubal, no estado do Ceará.

Nº 979 - Processo nº 48500.004914/2017-91. Interessado: Millennium Wind II Participações Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra da Ibiapaba V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.CE.038059-8.01, localizada nos municípios de Guaraciaba do Norte e Carnaubal, no estado do Ceará.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 9 DE ABRIL DE 2020

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início da operação comercial a partir de 10 de abril de 2020.

Nº 1.026 - Processo nº: 48500.002790/2018-91. Interessados: Ventos De Vila Paraíba II SPE S.A. Usina: EOL Ventos de Vila Paraíba II. Unidades Geradoras: UG8 a UG10, de 3.465 kW cada, totalizando 10.395 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.027 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S/A. Usina: CGH Cachoeira do Oito. Unidade Geradora: UG1 de 240 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Colatina, estado do Espirito Santo.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 933, DE 2 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.006744/2019-41. Interessada: Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. Decisão: anuir previamente ao Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre a Interessada (contratante) e a State Grid Serviços de Engenharia S.A. (contratada). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.002, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.001801/2020-30. Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Decisão: anuir previamente ao pleito da interessada para implementar alteração em seu Estatuto Social. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.003, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.005809/2010-01. Interessada: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto. Decisão: anuir previamente à celebração do 4º Termo Aditivo ao contrato de locação de veículos a ser celebrado entre a interessada e a UNIÃO - Cooperativa de Serviços Elétricos e Desenvolvimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.004, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.000146/2020-01. Interessada: Energisa S.A. Decisão: anuir previamente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre as Distribuidoras controladas pela Interessada (contratantes) e as partes relacionadas Energisa Soluções S.A. e Energisa Soluções - Construções e Serviços em Linhas e Redes S.A. (contratadas). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.012, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.002151/2020-40. Interessada: Equatorial Energia S.A. Decisão: anuir previamente à celebração de contratos de mútuo pecuniário entre empresas do Grupo Equatorial. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 1.009, DE 8 DE ABRIL DE 2020.

Processo nº 48500.000781/2020-80. Interessados: Cemig Distribuição S.A. - Cemig-D e CEBEVIL - Cerealista Bela Vista Ltda. Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 100/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Nega provimento ao recurso interposto(187)
820.301/2010-MASSAGUAÇU S. A.
Da provimento ao recurso interposto(188)
846.055/2017-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
874.162/2011;INTERCEMENT BRASIL S A;MIRANGABA/BA ; Guia n° 54/2020;59.900toneladas/ano;ARGILA; Validade da Guia:14/02/2021 ; Licença Ambiental: Simplificada Portaria nº 013/2019 SMMA: L.S 001/2019 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 16/03/2021

Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)

820.739/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL SEMOG LTDA- Prazo:01 ano
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
820.739/2002-ÁGUA MINERAL NATURAL SEMOG LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
007.096/1962-MINERAÇÃO TEJUCANA S A-Areia e Cascalho
826.750/2001-ALVO EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-Mármore

Fase de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(757)
820.791/1987-MASSAGUAÇU S. A.

Fase de Requerimento de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(1171)
831.400/2016-ILZA HELENA DE SIQUEIRA SENE ME

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto(1222)
850.096/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.100/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.103/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.104/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.106/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.107/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

Fase de Requerimento de Lavra
Nega provimento ao recurso interposto contra multa-RAL(1757)
896.234/2002-MINERAÇAO MACHADO LTDA
Nega provimento ao recurso interposto(2075)
896.124/2003-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA. - ME.
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
831.043/1983-FAZENDA CACHOEIRA S/A-FACASA
831.649/1987-HERTZ ENGENHARIA LTDA
890.463/1988-GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S A.
896.124/2003-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA. - ME.
826.436/2005-MINERAÇÃO FIORESE LTDA
840.283/2010-LEÃO PARTICIPAÇÒES LTDA.

Fase de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto contra multa-RAL(1760)
866.180/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.181/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.182/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.183/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.184/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.185/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.186/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.187/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.015/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.016/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.018/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.019/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.020/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.021/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.022/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.023/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.024/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.025/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.026/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.028/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.029/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.030/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.031/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.032/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.033/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.034/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.036/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.037/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.038/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.039/2013-EULER OLIVEIRA COELHO

Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
815.241/1993- Recurso interposto por CS Silva Ltda
815.241/1993- Recurso interposto por Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga
815.241/1993- Recurso interposto por São Pedro Extrações Ltda.
815.241/1993- Recurso interposto por ICEPOL Indústria Cerâmica Polla EPP
815.241/1993- Recurso interposto por Elisandra Lessa de Souza
815.241/1993- Recurso interposto por Emerson Demboski Pulla

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor Geral

DESPACHO
Relação nº 162/2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
005.130/1956-MINERAÇÃO CONEMP LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)
831.394/2013-CASCALHEIRA CAPADINHO LTDA-Prorrogar o Registro de Licença nº 4.106/DNPM/MG até 20/04/2021, data de validade da Licença Específica nº 01, expedida pela Prefeitura Municipal de Indianópolis, MG.
Da provimento ao recurso interposto(1171)
831.394/2013-CASCALHEIRA CAPADINHO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto(1222)
866.785/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.786/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.787/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.788/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.789/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.790/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.791/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.792/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.793/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.794/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.795/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.796/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.797/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.798/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.799/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.800/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.801/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.802/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
866.803/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.033/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.034/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.035/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.036/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.037/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.038/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.039/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.040/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
867.041/2012-ROGERIO ROQUE RUBERT
Da provimento ao recurso interposto(1223)
850.304/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.305/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.306/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.307/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.309/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.310/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.311/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.313/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.315/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.316/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.318/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.319/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.320/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.321/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.322/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.325/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.328/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.329/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.331/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.333/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.335/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.336/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.338/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.340/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.341/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.348/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
811.221/1970-INESAL INDÚSTRIA EXTRATIVA SANTOS LTDA.
846.089/2006-PEDREIRAS DO BRASIL S A

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
803.282/2006-J FERNANDO TAJRA REIS

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor Geral

DESPACHO
Relação nº 164/2020

Fase de Requerimento de Lavra
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, resolve:(2132)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 25/2020, de 8 DE ABRIL DE 2020 - Processo nº 890.367/2007 -EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIANGULO DE XERÉM LTDA - SAIBRO, AREIA - Municipio(s) de DUQUE DE CAXIAS/RJ
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 26/2020, de 8 DE ABRIL DE 2020 - Processo nº 896.380/2015 -GLOBAL STONE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP - GRANITO - Municipio(s) de NOVA VENÉCIA/ES

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO
Relação nº 168/2020

Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
848.278/2005- MINERAÇÃO PALESTINA S.A.
860.782/2010- IDELBRANDO CESAR DE MORAIS
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
820.064/1983-INDÚSTRIA MINERADORA PAGLIATO LTDA.

Fase de Direito de Requerer a Lavra
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
831.967/2000-JOELMA DE MORAIS CARDOSO FERNANDES ME
833.046/2002-PAINS CAL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA
831.567/2005-LUCIMAR ONOFRE DA SILVA
826.755/2011-GAI BLOCOS DE CONCRETO LTDA
826.779/2013-ARENORTE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA ME
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
866.432/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.433/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.435/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.460/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
861.933/2011-DEMETRIOS CHRISTOFIDIS
848.150/2013-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME
878.156/2014-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
878.157/2014-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
878.158/2014-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
860.814/2016-F.G. VIDIGAL & CIA LTDA

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
002.733/1935-DIAMANTE ROSA MINERAÇÃO LTDA-Quartzo
005.638/1940-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Calcário
007.882/1945-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Calcário
000.132/1946-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Calcário
006.135/1950-ITAQUAREIA IND. EXTR. MINÉRIOS LTDA-Areia e Argila
819.110/1972-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Calcário
840.170/1980-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-Argila
830.221/1981-AGR MINERAÇÃO LTDA ME-Ardósia
890.889/1989-BIBOM MINERAÇÃO LTDA ME-Granito

820.815/1996-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-Areia
831.840/1997-HIPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUA MINERAL LTDA-Água Mineral
840.158/1999-BANDEIRA ÁGUA MINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-Água Mineral
Nega provimento ao recurso interposto(479)
930.706/1982-SAMARCO MINERAÇÃO S A.

Fase de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto contra multa-RAL(1760)
866.179/2012-EULER OLIVEIRA COELHO
866.017/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.027/2013-EULER OLIVEIRA COELHO
866.035/2013-EULER OLIVEIRA COELHO

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor Geral

DESPACHO
Relação nº 169/2020

Fase de Requerimento de Lavra
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, resolve:(2132)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 27/2020, de 8 DE ABRIL DE 2020 - Processo nº 890.832/1989 -MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA. - GRANITO - Municipio(s) de LINHARES/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 28/2020, de 8 DE ABRIL DE 2020 - Processo nº 815.719/2006 -PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA - AREIA - Municipio(s) de ARARANGUÁ/SC
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 29/2020, de 8 DE ABRIL DE 2020 - Processo nº 896.151/2013 -NOBERTO SCHMITH BELZ EPP - GRANITO - Municipio(s) de COLATINA/ES

Fase de Concessão de Lavra
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, declara a caducidade da(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2135)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 1190/1985 - declara caducidade da PORTARIA DE LAVRA Nº 1190/1985, DOU de 13/08/1985 - Processo nº 815.963/1973 - MINERAÇÃO FERRAZ INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 1274/1984 - declara caducidade da PORTARIA DE LAVRA Nº 803/1981, DOU de 23/06/1981 - Processo nº 811.937/1976 - CERÂMICA LOUVEIRA LTDA.
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 150/2000 - declara caducidade da PORTARIA DE LAVRA Nº 150/2000, DOU de 19/06/2000 - Processo nº 820.830/1979 - EMPRESA DE MINERAÇÃO BUENO LTDA
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 261/1996 - declara caducidade da PORTARIA DE LAVRA Nº 261/1996, DOU de 31/07/1996 - Processo nº 820.701/1987 - MINERADORA PORTLUC LTDA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO
Relação nº 173/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.073/2014;MAURO HELENO SOBREIRA;PARANÃ/TO ; Guia n° 159/2020;187.050toneladas;AREIA; Validade da Guia:19/03/2021 ; Licença Ambiental: 18/2020/CLASSE IV ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 22/01/2024
864.073/2014;MAURO HELENO SOBREIRA;PARANÃ/TO ; Guia n° 143/2020;720.000toneladas;Minério de Manganês; Validade da Guia:19/03/2021 ; Licença Ambiental: 406-2020 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 21/01/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.836/2006-VILLA RICA MINERAÇÃO S A-VILA VELHA/ES, VITÓRIA/ES - Guia n° 131/2020-187.050toneladas-AREIA- Validade:10/03/2021

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor Geral

DESPACHO
Relação nº 177/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.216/2019;ARGISUL MINERAÇÃO LTDA;LAURO MÜLLER/SC ; Guia n° 171/2020;100.000toneladas;ARGILA; Validade da Guia:03/09/2021 ; Licença Ambiental: 7706/2018 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 13/09/2022
815.216/2019;ARGISUL MINERAÇÃO LTDA;LAURO MÜLLER/SC ; Guia n° 171/2020;100.000toneladas;ARGILA; Validade da Guia:03/09/2021 ; Licença Ambiental: 7706/2018 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 13/09/2022
815.216/2019;ARGISUL MINERAÇÃO LTDA;LAURO MÜLLER/SC ; Guia n° 171/2020;100.000toneladas;ARGILA; Validade da Guia:03/09/2021 ; Licença Ambiental: 7706/2018 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 13/09/2022
815.216/2019;ARGISUL MINERAÇÃO LTDA;LAURO MÜLLER/SC ; Guia n° 171/2020;100.000toneladas;ARGILA; Validade da Guia:03/09/2021 ; Licença Ambiental: 7706/2018 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 13/09/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.587/2014-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA
850.588/2014-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.455/2014-CUNHA TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 134/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
832/2020-832.263/2018-CARLOS PACINI AIRES DA SILVA FILHO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
833/2020-832.193/2012-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
834/2020-833.972/2012-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
835/2020-830.741/2013-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-
836/2020-831.514/2013-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
837/2020-832.859/2014-AREIAS BEIRA RIO LTDA-
838/2020-832.020/2017-MARCO ANTÔNIO ZANON-
839/2020-830.572/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-
840/2020-830.573/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-
841/2020-830.574/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-
842/2020-830.931/2018-MARILIA RIBEIRO RODRIGUES-
843/2020-831.698/2018-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME-
844/2020-831.974/2018-DOMINIQUE SUMIAN DE SOUZA DUTRA-
845/2020-831.975/2018-AA MINERAL LTDA EPP-
846/2020-832.314/2018-VIBRO ENGENHARIA LTDA ME-
847/2020-832.361/2018-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
848/2020-832.365/2018-JOÃO LUIZ TOSTES CALDEIRA-
849/2020-830.155/2019-ROQUE YURI TANDEL ME-
850/2020-830.210/2019-CERÂMICA SUL DE MINAS LTDA-
851/2020-830.215/2019-MINERAÇÃO GUARACIABA LTDA-
852/2020-830.288/2020-EFF TARGGET BRASIL REPRESENTACOES LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
853/2020-831.862/2006-MARIZA GASPAR FONSECA-
854/2020-830.327/2008-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-
855/2020-833.268/2011-RUBENS SILVA GOMES-
856/2020-830.863/2012-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA-
857/2020-831.673/2013-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
858/2020-832.847/2014-CIDEF DO BRASIL SA-
859/2020-832.848/2014-CIDEF DO BRASIL SA-
860/2020-832.853/2014-CIDEF DO BRASIL SA-
861/2020-831.886/2018-VALE DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS LTDA-
862/2020-831.887/2018-VALE DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS LTDA-
863/2020-831.888/2018-VALE DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS LTDA-
864/2020-831.889/2018-VALE DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E MINERAIS LTDA-
865/2020-832.283/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
866/2020-832.296/2018-ALEXANDRO AMANCIO DA SILVA-
867/2020-832.321/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
868/2020-832.322/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
869/2020-832.323/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
870/2020-832.324/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
871/2020-832.325/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
872/2020-832.326/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
873/2020-832.327/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
874/2020-832.328/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
875/2020-832.349/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
876/2020-830.017/2019-JOSÉ CARLOS DOS REIS EIRELI-
877/2020-830.053/2019-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
878/2020-830.054/2019-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
879/2020-830.128/2019-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
880/2020-830.143/2019-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
881/2020-830.144/2019-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-
882/2020-830.246/2019-RAIMUNDO VIANA DUTRA-
883/2020-830.706/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
884/2020-830.707/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
885/2020-830.708/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
886/2020-830.709/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
887/2020-830.710/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
888/2020-830.711/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
889/2020-830.712/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
890/2020-830.714/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-
891/2020-830.715/2019-MINAS MANDACARU MINERAÇÃO LTDA.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 135/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
892/2020-832.977/2013-MINERAÇÃO RIO PARACATU LTDA-
893/2020-831.958/2014-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-
894/2020-832.907/2014-PEDREIRA SÃO JORGE LTDA-
895/2020-832.250/2018-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.-
896/2020-832.251/2018-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.-
897/2020-832.258/2018-MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
898/2020-831.441/2012-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-
899/2020-831.685/2012-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
900/2020-831.686/2012-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-
901/2020-831.733/2012-MINERBRAS MINERAÇÕES BRASILEIRAS LTDA ME-
902/2020-833.051/2012-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-
903/2020-830.435/2013-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-
904/2020-830.498/2013-ANDRESA DIAS DA SILVA - ME-
905/2020-830.837/2013-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A-
906/2020-832.579/2013-JÚNIO CESAR FERREIRA DA SILVA COSTA,-
907/2020-832.580/2013-JÚNIO CESAR FERREIRA DA SILVA COSTA,-
908/2020-832.963/2013-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-
909/2020-833.353/2013-FABIANO FELIX FERREIRA-
910/2020-833.365/2013-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
911/2020-833.613/2013-PETRA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA-
912/2020-831.032/2014-IPAR PARTICIPACOES LTDA-
913/2020-831.959/2014-MINERAÇÃO CALFENIX LTDA-
914/2020-832.107/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-
915/2020-832.124/2014-PAULO SERGIO PEREIRA MEIRELLES ME-
916/2020-832.258/2014-ZENILDA SCARAMUSSA MOULIN-
917/2020-832.444/2014-CALIMAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME.-
918/2020-832.461/2014-RONALDO DA SILVA AMARAL-
919/2020-832.487/2014-HAF EMPREENDIMENTOS LTDA-
920/2020-832.799/2014-JOSÉ DE ASSIS ALVES-
921/2020-830.196/2018-MINERAÇÃO URUCUM LTDA ME-
922/2020-832.008/2018-SERGIO DOLABELA DIAS-
923/2020-832.144/2018-CIVENIL DA LUZ MOREIRA-

924/2020-832.154/2018-MARCELO LACERDA DE MESQUITA-
925/2020-832.168/2018-SAGODI MINERAÇÃO LTDA ME-
926/2020-832.245/2018-W T JUNIOR ME-
927/2020-832.259/2018-EDILSON JOSÉ REIS GUEDES FI-
928/2020-832.260/2018-ALVARO ANTONIO CAMPOS-
929/2020-832.322/2018-BRIX MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
930/2020-832.370/2018-DRAGA CACHOEIRA LTDA ME-
931/2020-830.047/2019-W T JUNIOR ME-
932/2020-830.126/2019-AREIAS DO PORTO LTDA ME-
933/2020-830.165/2019-VITORIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-
934/2020-830.167/2019-MINERAÇÃO BREJAUBA EIRELI ME-
935/2020-830.233/2019-ROBERTA DO SOCORRO GONÇALVES COSTA-
936/2020-830.963/2019-TERRATIVA MINERAIS S.A.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
937/2020-830.074/2006-MINERAÇÃO MONTE VERDE LTDA.-
938/2020-830.787/2013-ELÉTRICA HELP LTDA-
939/2020-832.840/2013-M RUIZ A COSTA-
940/2020-832.848/2013-M RUIZ A COSTA-
941/2020-833.050/2013-MAURICIO ANTONIO DE AVILA MACEDO-
942/2020-833.710/2013-VALDEIR RIBEIRO JOAQUIM-
943/2020-832.828/2014-M.S.M. - MARIANA SOAPSTONE MINING MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
944/2020-832.845/2014-CIDEF DO BRASIL SA-
945/2020-831.345/2018-GOLCONDA COMERCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PEDRAS LTDA.-
946/2020-832.276/2018-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-
947/2020-830.058/2019-QUARTZITO DO BRASIL LTDA - EPP-
948/2020-830.067/2019-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-
949/2020-830.244/2019-RAIMUNDO VIANA DUTRA-
950/2020-830.248/2019-ZENILDA ROCHA DE SOUZA-
951/2020-831.059/2019-KORKMAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 176/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
850.798/2008-NOESIO PERES DA COSTA-Acolhendo proposta da Gerência Regional/ANM/Pará e tendo em vista o Parecer 18(0658736), que ora adoto como fundamento desta decisão, RESTITUO o prazo de 65(sessenta e cinco dias)restante para o término do prazo do Alvará de prorrogação de pesquisa nº 11.067/2009, a partir da publicação deste despacho no Diário Oficial da União.
850.799/2008-NOESIO PERES DA COSTA-Acolhendo proposta da Gerência Regional/ANM/Pará e tendo em vista o Parecer 19(0658827), que ora adoto como fundamento desta decisão, RESTITUO o prazo de 65(sessenta e cinco dias)restante para o término do prazo do Alvará de prorrogação de pesquisa nº 11.068/2009, a partir da publicação deste despacho no Diário Oficial da União.

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO I NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 141/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.948/2007-MINERAÇÃO DUCAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°862/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.955/2014-IVAN JESUS DA SILVA-OF. N°863/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.957/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°845/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.958/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°844/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.115/2019-MINERAÇÃO ESTRELA LTDA. ME-OF. N°858/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.168/2019-HÉLIO MOREIRA DE ALMEIDA-OF. N°713/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.208/2019-AREIAS CAJURU LTDA ME-OF. N°719/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.347/2019-TORRES GONZÁLEZ EMPREENDIMENTOS E GESTÃO LTDA-OF. N°817/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.365/2019-ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°739/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.410/2019-AREAL COLUNA LTDA ME-OF. N°861/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.230/2020-ALOÍSIO G BARROSO MARTINS-OF. N°745/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.267/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA-OF. N°744/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.268/2020-ROBSON ROGERIO DE OLIVEIRA-OF. N°743/2020/DIREM - MG/GER - MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.500/2008-RIO PRESERV LTDA ME- AI N°2834 e 2835/2020/GER - MG/DIREM - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.500/2008-RIO PRESERV LTDA ME-OF. N°851 e 853/2020/DIREM - MG/GER - MG
833.449/2010-HELENO VILELA LIMA-OF. N°846/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.970/2011-BLACK STONE GRANITOS LTDA.-OF. N°850/2020/DIREM - MG/GER - MG ;Júlio Anibal dos Reis Rocha Valente
830.139/2012-ANTONIO LUIZ DE VASCONCELOS-OF. N°830/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.603/2012-MARIA SUELI CANDIDA-OF. N°818/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.831/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°840/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.832/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°824/2020/DIREM - MG/GER - MG
834.233/2012-CJ AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-OF. N°502/2020/DIREM - MG/GER - MG
831.440/2013-JUSCÉLIO GARCIA DE OLIVEIRA ME-OF. N°812/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.052/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°860/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.053/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°859/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.079/2017-ALVARO ANTONIO CAMPOS-OF. N°874/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.287/2017-CONSTRUTORA PIERRE DORENSE LTDA-OF. N°847/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.557/2018-JOSÉ CARLOS DA SILVA-OF. N°857/2020/DIREM - MG/GER - MG
Despacho publicado(256)
830.500/2008-RIO PRESERV LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício nº 852/2020/DIREM - MG/GER - MG
832.970/2011-BLACK STONE GRANITOS LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme - Ofício nº 849/2020/DIREM - MG/GER - MG ;Júlio Anibal dos Reis Rocha Valente
834.233/2012-CJ AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Ofício nº501/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.557/2018-JOSÉ CARLOS DA SILVA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Ofício nº 856/2020/DIREM - MG/GER - MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.554/2009-CERAMICA CEDRO MINAS LTDA- Área de 853,89 ha para 50,00 ha-AREIA e ARGILA.-Bom Despacho/MG
830.712/2012-LOCAMEX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A- Área de 46,7 hectares para 22,19 hectares.-AREIA e ARGILA (uso na construção civil)-Esmeraldas/MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
834.233/2012-CJ AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-AREIA-Santo Antônio do Monte/MG
831.704/2015-ALYNE I. GUEDES BEZERRA-AREIA. (Uso na construção civil)-Montes Claros/MG
831.768/2015-ALYNE I. GUEDES BEZERRA-AREIA - (Uso na construção civil)-Montes Claros/MG
831.062/2016-GRANAL MÁRMORES E GRANITOS LTDA-QUARTZITO. (Uso como revestimento).-Gouveia/MG
832.730/2016-WEDSON SCHERRER DE CARVALHO JUNIOR EIRELI ME-AREIA-(Uso na construção civil)-Alpercata/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.324/2018-CERÂMICA SUL DE MINAS LTDA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.099/2014-SILICON MINING EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-AI N°2728/2020/GER - MG/DIREM - MG
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
834.038/2010-MINERAÇÃO MINERALIS LTDA - AI N°479/2019 - Gerência Regional - MG

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
830.132/2009-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Ofício nº791/2020/DIREM - MG/GER - MG -
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.557/2001-LUCIANO COELHO LANZA ME-OF. N°362/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.002/2003-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°361/2020/DFMNM - MG/GER - MG
831.643/2003-OSVALDO GONÇALVES DA CRUZ-OF. N°363/2020/DFMNM - MG/GER - MG
830.132/2009-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°792/2020/DIREM - MG/GER - MG
830.426/2009-TAMAFE CALCAREO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°359/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.966/2010-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°366/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.992/2010-AREAL SÃO MIGUEL LTDA-OF. N°848/2020/DIREM - MG/GER - MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.952/2007-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-CARMO DO CAJURU/MG, DIVINÓPOLIS/MG - Guia n° 17/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG e 18/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-36.000 t/ano e 5.000 t/ano-AREIA e ARGILA- Validade:36 Meses a partir da data da Publicação
830.185/2010-WESLEY ARRUDA SPÓSITO M.E.-RUBELITA/MG - Guia n° 14/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-15.900 t/ano-GRANITO- Validade:3 Anos a partir da data da publicação
Determina arquivamento do Auto de Infração(807)
831.814/2003-XARAGRAN MARMORES E GRANITOS LTDA- AI N°360/2020/DFMNM - MG/GER - MG

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.927/2003-ÁGUA MINERAL SERENA LTDA.- Nome da Fonte: Ana Karenina - Marca: Serena - Volumetria: 20L, 1,5L, 510 mL e 200 mL, sem gás- ITATIAIUÇU/MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.435/2000-INCOPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-OF. N°370/2020/DFMNM - MG/GER - MG
832.724/2015-GERMANO BATISTA ME-OF. N°367/2020/DFMNM - MG/GER - MG
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
832.724/2015-Germano Batista Me- AI N°2845/2020/GER - MG/DFMNM - MG

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.179/2016-COMERCIO DE AREIA JJ EIRELI ME-OF. N°369/2020/DFMNM - MG/GER - MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 42/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.016/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.017/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.020/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.021/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.022/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.028/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.030/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.050/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
860.051/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.025/2020-COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES MINERÁRIAS-OF. N°862/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.059/2020-EDMUNDO DOS ANJOS AZEVEDO-OF. N°855/2020/DIREM - GO/GER - GO

860.063/2020-CERVEJARIA CIDADE IMPERIAL PETROPOLIS S.A.-OF. N°863/2020/DIREM - GO/GER - GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
860.528/2014-MINERAÇÃO CIPOEIRO LTDA ME
860.437/2015-BORGES E MORENO MINERAÇÃO LTDA
Aceita defesa apresentada(241)
862.927/2011-CHAWKI ZAHER
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
862.132/2011-MINAS RIO MINERADORA LTDA.-OF. N°155/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.185/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°749/2020/DIREM - GO/GER - GO
861.347/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°748/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.819/2016-ALTAIR VIEIRA DA SILVA-OF. N°750/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.996/2016-MARIA COSTA DOS REIS ME-OF. N°745/2020/DIREM - GO/GER - GO
861.293/2016-JJA AGROPECUARIA LTDA ME-OF. N°746/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.050/2017-BCV CONSULTORIA E PROJETOS LTDA-OF. N°751/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.514/2017-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°744/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.845/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP-OF. N°743/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.936/2017-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°747/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.527/2018-MARINGÁ FERRO LIGA S.A.-OF. N°742/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.182/2019-ENY FERNANDO VIEIRA DE ABREU-OF. N°857/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.425/2019-EDGARD PIGATTI MINERAÇÃO-OF. N°858/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.758/2019-LAURO ANDRADE ASSUNÇÃO-OF. N°860/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.759/2019-LAURO ANDRADE ASSUNÇÃO-OF. N°859/2020/DIREM - GO/GER - GO
860.779/2019-EUROGRAN GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°856/2020/DIREM - GO/GER - GO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
860.446/2012-EDIELITON GONZAGA DE OLIVEIRA -Alvará N°10034/2015
860.305/2019-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°4351/2019
860.403/2019-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°4657/2019
860.404/2019-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°4658/2019
860.439/2019-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°5499/2019
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.436/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
861.832/2013-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA
861.949/2013-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
861.150/2014-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
861.415/2014-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
861.416/2014-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
860.292/2015-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
860.293/2015-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
860.348/2018-3 S LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
860.188/2018-YGOR TADEU ALVES VELOSO DA SILVA-ALVARÁ N°8076/2018
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.513/2016-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-ALVARÁ N°12.292/2016
860.514/2016-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-ALVARÁ N°12.293/2016
860.269/2017-PHANTHOM GREEN MINERADORA LTDA ME-ALVARÁ N°7487/2017
860.495/2017-LAZARA MARIA DAS GRAÇAS CALIXTO DA SILVA-ALVARÁ N°7.500/2017
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
862.927/2011-CHAWKI ZAHER-ALVARÁ N°6471/2014
860.222/2016-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA-ALVARÁ N°11.358/2016
860.416/2016-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12.310/2016
860.081/2017-YAMANA DESENVOLVIMENTO MINERAL SA-ALVARÁ N°1.371/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
861.119/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-SÃO JOÃO D'ALIANÇA/GO - Guia n° 816/2020-6.000T-Manganês- Validade:11/02/2022

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 47/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
860.841/2017-CRISTAL MINERADORA E COMERCIO LTDA EPP- DOU de 03/03/2020
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
862.927/2011-CHAWKI ZAHER- AI N°166/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.742/2014-GILBERTO MARTINS DA COSTA- AI N°1243/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.342/2015-BENTO MARÇAL PINTO RIBEIRO- AI N°1355/2020/GER - GO/DIREM - GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 48/2020

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
861.342/2012-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.110/2015-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
861.313/2015-MINERAÇÃO MOURA LTDA-255/2020
860.994/2016-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
860.611/2017-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação, e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.187/2011-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°286/2020
860.195/2012-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°285/2020
861.342/2012-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°234/2020
861.616/2012-MINERADORA CAPITAL LTDA-OF. N°270/2020
861.119/2013-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°300/2020
861.110/2015-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-OF. N°287/2020
861.313/2015-MINERAÇÃO MOURA LTDA-OF. N°254/2020
861.454/2015-BL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°235/2020
860.994/2016-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-OF. N°290/2020
861.016/2016-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°240/2020
860.571/2017-AREIAL JR LTDA ME-OF. N°233/2020
860.611/2017-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-OF. N°298/2020
860.409/2018-TERRA NOVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°301/2020
860.410/2018-TERRA NOVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°302/2020

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
862.008/1995-IPE INDUSTRIA E COMERCIO DE ÁGUA MINERAL E REFRIGRERANTES LTDA- Fonte da Fonte Copacabana/ "Ipê"/1,5L; 1,5 L com gás; 5 L; 20 L; 200 mL; 500 mL; e de 500 mL com gás- HIDROLÂNDIA/GO
860.698/1997-GOYÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte da Fonte Boa Vista /"Reserva"/embalagens de 500 mL- BOM JESUS DE GOIÁS/GO

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.637/2007-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°265/2020
860.004/2010-HENRIQUE ALVARENGA CARDOSO-OF. N°266/2020
860.519/2016-ALCIDINO PEREIRA DE SOUZA-OF. N°268/2020
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
860.146/2016-ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA-OF. N°269/2020
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
861.454/2009-PEDREIRA SANTA HELENA LTDA- Registro de Licença N° 066/2010 - Vencimento em 12/02/2022
861.532/2009-VANDERLEI FERREIRA DA SILVA- Registro de Licença N° 128/2010 - Vencimento em 12/03/2021
860.219/2011-AP AREIAL LTDA- Registro de Licença N° 105/2013 - Vencimento em 03/03/2021
861.255/2012-ROMULO MARTINS GOMES- Registro de Licença N° 101/2013 - Vencimento em 04/03/2021
860.771/2013-MIRIAN MARIA DE MENEZES PINTO- Registro de Licença N° 217/2013 - Vencimento em 04/03/2021
861.761/2013-VANDERLEI FERREIRA DA SILVA- Registro de Licença N° 203/2014 - Vencimento em 12/03/2021
860.976/2015-NOVA PIRATININGA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E INCORPORACOES LTDA- Registro de Licença N° 31/2016 - Vencimento em 19/02/2022
861.375/2015-GAMELEIRA ENERGETICA LTDA- Registro de Licença N° 84/2016 - Vencimento em 14/12/2020
860.146/2016-ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA- Registro de Licença N° 150/2016 - Vencimento em 17/01/2021
860.241/2016-RV AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 14/2017 - Vencimento em 31/01/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.774/2019-DANILO RESENDE FERREIRA-Registro de Licença N° 72/2019 - Vencimento em 08/07/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.125/2018-CARLA ADRIANE RIBEIRO-OF. N°294/2020
860.683/2019-MARIA TEREZA DA SILVA-OF. N°284/2020
860.068/2020-SILVINO FERREIRA NETO-OF. N°244/2020
860.115/2020-BORGES E MORENO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°267/2020
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
860.797/2019-DANILA APARECIDA PINHEIRO DA CRUZ-OF. N°289/2020
860.798/2019-MARINON MARCELINO DA SILVA-OF. N°283/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 50/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
860.702/2011-MINERAÇÃO BRASIL CENTRAL LTDA-AI N°1624/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.951/2012-RIO VERMELHO MINERAÇÃO LTDA.-AI N°1630/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.432/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-AI N°1619/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.433/2013-RIO CLARO MINERALS PESQUISA E EXPLORAÇÃO MINERAL SA-AI N°1621/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.607/2013-ALLAN ROCHA DE SOUZA-AI N°1622/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.992/2013-VALTER DA COSTA OLIVEIRA ME-AI N°1503/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.164/2014-NOBRE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME-AI N°1617/2020/GER - GO/DIREM - GO
864.020/2014-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°1608/2020/GER - GO/DIREM - GO
864.120/2014-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-AI N°1637/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.342/2015-LUIZ SEVERIANO CARDOSO-AI N°1623/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.418/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-AI N°1652/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.420/2015-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-AI N°1654/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.437/2015-BORGES E MORENO MINERAÇÃO LTDA-AI N°2128/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.292/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1644/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.498/2016-ÁGUA SANTA EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°1627/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.599/2016-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA-AI N°1646/2020/GER - GO/DIREM - GO

860.663/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1647/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.668/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1648/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.669/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1649/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.673/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1650/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.706/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1642/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.708/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1643/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.752/2016-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-AI N°1611/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.149/2016-CARDEAL CONSTRUÇÕES POÇOS ARTESIANOS E GEOLOGIA LTDA ME-AI N°1612/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.319/2016-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-AI N°1595/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.320/2016-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-AI N°1596/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.322/2016-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-AI N°1597/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.373/2016-ELIAS MOREIRA LIMA-AI N°1626/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.388/2016-PORTO DE AREIAS PARANÁ LTDA ME-AI N°1598/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.437/2016-NORMA LOURENÇO-AI N°1600/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.048/2017-WALTER CARVALHO ROSA-AI N°1609/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.065/2017-CLODOALDO ROGÉRIO DOS REIS-AI N°1602/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.185/2017-ANACÉLIA DE MELLO MORENTE-AI N°1607/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.207/2017-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-AI N°1613/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.242/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°1603/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.243/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°1605/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.245/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°1606/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.295/2017-IVAN MARQUES-AI N°1641/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.295/2017-IVAN MARQUES-AI N°1641/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.326/2017-J.R. PEREIRA-AI N°1625/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.370/2017-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI-AI N°1614/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.377/2017-SONEIDE MARIA SILVA RIOS-AI N°1616/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.051/2017-RIO DOCE AREIA E MINERAÇÃO LTDA-AI N°1618/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.142/2018-BL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-AI N°1533/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.202/2018-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-AI N°1636/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.374/2018-JOSÉ DOS PASSOS LIMA-AI N°1639/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.507/2018-SABLO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO EIRELI ME-AI N°1631/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.516/2018-BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA-AI N°1632/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.517/2018-EMIVALDO MIRANDA-AI N°1633/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.517/2018-EMIVALDO MIRANDA-AI N°1633/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.518/2018-BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA-AI N°1634/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.617/2018-JOÃO CAIXETA GOMES-AI N°1640/2020/GER - GO/DIREM - GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 53/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
860.093/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1706/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.095/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1712/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.130/2013-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-AI N°1714/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.131/2013-EVILÁSIO SALUSTIANO BATALHA-AI N°1715/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.143/2013-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-AI N°1717/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.144/2013-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-AI N°1719/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.145/2013-GUSMÃO LIMA MINERADORA LTDA.-AI N°1720/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.246/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1730/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.249/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1732/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.250/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1737/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.251/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1743/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.253/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-AI N°1748/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.507/2013-MINERAÇÃO MORRO ESCURO-AI N°1749/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.509/2013-CALCARIO URUAÇU LTDA-AI N°1754/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.606/2013-JEOVÁ MARIANO DA SILVA-AI N°1758/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.608/2013-ALLAN ROCHA DE SOUZA-AI N°1759/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.609/2013-ALLAN ROCHA DE SOUZA-AI N°1761/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.610/2013-ALLAN ROCHA DE SOUZA-AI N°1762/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.612/2013-ALLAN ROCHA DE SOUZA-AI N°1764/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.784/2013-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-AI N°1772/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.785/2013-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-AI N°1778/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.213/2015-SERGIO SILVA E SOUZA-AI N°1707/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.324/2015-COCAL GOLD MINING LTDA-AI N°1601/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.438/2015-SAL DA TERRA SISTEMA MERCANTIL DE DESENVOLVIMENTO AGRO.INDUSTRIAL LTDA.-AI N°1604/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.512/2015-COOPERATIVA BRASILEIRA DE DIAMANTES-AI N°1615/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.520/2015-TRANSPORTE E COMERCIO CANAÃ LTDA-AI N°1610/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.307/2016-ARERRIOS MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME-AI N°1711/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.667/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1814/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.674/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1818/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.886/2016-EDWARD MAGALHÃES CHAVES-AI N°1800/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.966/2016-AREIAS NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI ME-AI N°1779/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.028/2016-CALISTRATO LIBÓRIO COSTA-AI N°1801/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.108/2016-HP MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-AI N°1802/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.199/2016-VILMAR BATISTA DE SANTANA-AI N°1781/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.206/2016-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-AI N°1805/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.499/2016-MARTINS DISTRIBUIDORA DE TIJOLOS LTDA ME-AI N°1782/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.504/2016-ANA PAULA LACERDA DE PAULA ALMEIDA ME-AI N°1701/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.059/2017-SIMON PIRES DE ABREU-AI N°1620/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.071/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°1788/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.073/2017-CALCÁRIO HIPERCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-AI N°1789/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.075/2017-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-AI N°1790/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.153/2017-ALBERTO CASCAIS MELEIRO-AI N°1791/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.177/2017-INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL S C-AI N°1793/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.178/2017-INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL S C-AI N°1794/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.182/2017-ODAIR DA SILVA ROSA-AI N°1687/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.196/2017-JOSINIRO DA SILVA COELHO-AI N°1797/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.218/2017-DOILMAN OLIVEIRA BARROSO JUNIOR-AI N°1798/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.222/2017-MINERAÇÃO SANT'ANA EIRELI ME-AI N°1702/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.223/2017-MINERAÇÃO SANT'ANA EIRELI ME-AI N°1705/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.256/2017-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-AI N°1829/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.256/2017-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-AI N°1826/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.266/2017-AYRTON PEREIRA SANTOS-AI N°1832/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.270/2017-JOSE CIRILO DE ALMEIDA-AI N°1799/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.396/2017-JUNIOR VIEIRA DE PAIVA-AI N°1847/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.416/2017-COOPERBRITA DESENVOLVIMENTO E GESTÃO MINERAL LTDA ME-AI N°1849/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.447/2017-WARLE RODRIGUES DA SILAS-AI N°1863/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.447/2017-WARLE RODRIGUES DA SILAS-AI N°1863/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.652/2017-MINERAÇÃO CORDILHEIRA LTDA-AI N°1806/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.678/2017-ENGEMID CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°1810/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.830/2017-JOÃO LANCISIO BATISTA ME-AI N°1697/2020/GER - GO/DIREM - GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 54/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
861.499/2012-EMAC TRANSPORTES LTDA-AI N°1974/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.071/2013-SANTO EXPEDITO MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°1489/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.307/2013-CECÍLIA GONÇALVES DOS SANTOS DIAS-AI N°1500/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.436/2013-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-AI N°1559/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.439/2013-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-AI N°1560/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.443/2013-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-AI N°1562/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.449/2013-SANTO EXPEDITO MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°1501/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.188/2014-TRANSMIX ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.-AI N°1212/2020
861.147/2014-LYNCE NAVEIRA E SILVA-AI N°1898/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.322/2015-FAGNER AMORIM DE MELO-AI N°1669/2020
860.401/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-AI N°1952/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.402/2015-FERTILIZA AGRO NEGÓCIOS LTDA-AI N°1956/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.459/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.-AI N°1258/2020
860.551/2015-SIMER ENGENHARIA E MONITORAMENTO LTDA-AI N°1376/2020
860.182/2016-HERMINEA DUARTE DA SILVA-AI N°1510/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.440/2016-JOON JAIME RODRIGUES DEBTIL-AI N°1941/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.567/2016-SUL AMERICANA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°1891/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.670/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1892/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.671/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1895/2020/GER - GO/DIREM - GO

860.677/2016-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-AI N°1897/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.695/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1945/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.697/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1949/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.698/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-AI N°1950/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.790/2016-DANILO DE OLIVEIRA BRASIL-AI N°1487/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.122/2016-RONAN COSTA PEREIRA-AI N°1509/2020/GER - GO/DIREM - GO
861.353/2016-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°1973/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.003/2017-SALVADOR RODRIGUES SOBRINHO-AI N°1899/2020
860.032/2017-RIALMA FERTLIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A-AI N°1899/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.265/2017-BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA-AI N°1829/2020
860.350/2017-AZAMOR LEITE TEIXEIRA-AI N°1526/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.351/2017-CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR 153 SPE S.A.-AI N°1900/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.390/2017-C A DA CRUZ EIRELI-AI N°1599/2020
860.405/2017-ANÍSIO SANCHES D'ABADIA-AI N°1901/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.406/2017-ANÍSIO SANCHES D'ABADIA-AI N°1902/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.457/2017-IVAN VIEIRA DO NASCIMENTO ME LTDA-AI N°1887/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.486/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-AI N°1888/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.496/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°1959/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.498/2017-RENATO DE SOUZA-AI N°1889/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.506/2017-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°1903/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.507/2017-GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-AI N°1905/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.515/2017-RENATO ABADIA DE SOUZA-AI N°1909/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.534/2017-IVO ERNO HARTMANN-AI N°1890/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.574/2017-GILSON DIVINO DA SILVA-AI N°1963/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.743/2017-JORGE PERES DE OLIVEIRA-AI N°1966/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.805/2017-W B S MINERAÇÃO EIRELI-AI N°1913/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.883/2017-L & L DISTRIBUIDORA DE AREIA E TRANSPORTES EIRELI-AI N°1968/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.926/2017-ANA LUIZA CHAVES RAMOS-AI N°1920/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.927/2017-ANA LUIZA CHAVES RAMOS-AI N°1927/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.928/2017-ANA LUIZA CHAVES RAMOS-AI N°1930/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.935/2017-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-AI N°1931/2020/GER - GO/DIREM - GO
860.748/2018-GABRYHELLA GRATAO BANDEIRA DE PAULA PACHECO PIRES-AI N°1934/2020/GER - GO/DIREM - GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 64/2020

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.222/2016-PAULO ANDRE C MOREIRA ME-OF. N°66/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.125/2017-TAPAJÓS EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°149/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.125/2017-TAPAJÓS EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°122/2020/DIFAM-PA/GER-PA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.481/2019-CARLOS EDUARDO CHAMON AVANCINI-OF. N°159/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.756/2019-PINHEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA.-OF. N°165/2020/DIFAM-PA/GER-PA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.589/2014-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.710/2012-ETEC EMPRESA TÉCNICA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA
850.888/2017-J. MACENA DE SOUSA COMERCIO E SERVICOS ME
850.898/2019-JOAQUIM ARISTILDE COSTA CARVALHO
850.900/2019-JOAQUIM ARISTILDE COSTA CARVALHO
850.905/2019-CECATEL CERAMICA CAVALCANTE DE TELHAS EIRELI
850.074/2020-RONALDO DA SILVA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 72/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
851.074/2011-FREDERICO ROCHA PEREIRA- Cessionário:BRITEX DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 23.819.297/0001-17- Alvará n°1416/2012
850.536/2012-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:PLANALTO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 33.471.200/0001-81- Alvará n°5130/2016
850.537/2012-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.- Cessionário:PLANALTO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 33.471.200/0001-81- Alvará n°5131/2016
851.330/2017-IMPERIO AZUL MINERACAO EIRELI- Cessionário:UNIÃO MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 28.065.848/0001-18- Alvará n°1628/2018
850.952/2019-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ- Cessionário:GRAO PARA MINERADORA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA- CPF ou CNPJ 10.563.627/0001-04- Alvará n°552/2020

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 76/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
850.064/2017;MINERADORA TAPAJÓS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA;AVEIRO/PA ; Guia n° 008/2020;20.000toneladas;GIPSITA; Validade da Guia:02/04/2023 ; Licença Ambiental: 001/2020 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 28/02/2021

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 77/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.123/2020-NICOLAS G. DE MACEDO & CIA. LTDA-Registro de Licença N° 81/2020 - Vencimento em 31/01/2022
850.125/2020-JOSE BAIA DIAS-Registro de Licença N° 82/2020 - Vencimento em 05/10/2021

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 79/2020

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.183/2019-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO
850.208/2019-COOPERATIVA DOS MINERADORES DE TUCUMA E ALTO XINGU COOMTAX
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.987/2019-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE OURILANDIA E REGIAO

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 80/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
851.286/2017-LUIZ OMAR CARDOSO PINHEIRO-OF. N°121/2020/DIFAM-PA/GER-PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 29/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Primeco Importação e Exportação de Minérios Ltda - 848182/16 - Not.58/2020 - R$ 2.956,69

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 30/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Primeco Importação e Exportação de Minérios Ltda - 848182/16 - Not.59/2020 - R$ 4.008,80

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO V NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO
Relação nº 13/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.040/2019-ILANA BRUNA DOS ANJOS FARIA-OF. N°64/2020
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
858.158/2011-AMAPÁ METALS CORPORATION LTDA-OF. N°246/2019

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 297, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, em cumprimento ao art. 36 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000631/2014-81, e considerando o disposto no item 2 do Despacho nº 107, de 25 de janeiro de 2018, resolve revogar a Autorização ANP nº 40, de 27 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2002, referente ao Gasoduto Ramal Ibirité.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 268, de 23 de março de 2020, fls nº 90, do DOU nº 57, publicado em 24 de março de 2020:

Onde se Lê: "2. A tabela constante do Despacho nº 0326/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Leia-se: "2. A tabela constante do Despacho nº 1.525/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:"

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 296, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO VITORIA DE VALINHOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 18.880.942/0001-77, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5003070-67.2020.4.02.5101.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No inciso I do art. 4º da Portaria nº 430/GM/MS, de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 55, de 20 de março de 2020, Seção 1, páginas 150 e 151,

ONDE SE LÊ: "ausência de adesão ao Programa Saúde na Hora homologada em Portaria", LEIA-SE: "ausência de adesão ao Programa Saúde na Hora homologada em Portaria ou, nos casos em que o estabelecimento estiver aderido ao Programa, não ter recebido o incentivo de implantação"

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 525ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 08 de abril de 2020, votou pelo deferimento dos pedidos de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.005847/2020-29	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	314218	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21936208	711.375,55 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.856,26)
33910.005846/2020-84	Vision Med Assistência Médica Ltda	403911	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21977533	648.974,05 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.816,23)
33910.006145/2020-62	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	309222	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21932764	3.083.930,15 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 51.398,84)
33910.006461/2020-34	Sistemas e Planos de Saúde Ltda	352586	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21989265	624.483,29 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.408,05)
33910.006445/2020-41	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	302091	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 16216614	2.181.712,83 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 36.361,88)
33910.006590/2020-22	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	317144	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 1977177	671.340,65 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.189,01)
33910.006678/2020-44	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	314218	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21935707	609.138,10 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.152,30)
3910.006841/2020-79	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	393321	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21912409	962.084,50 (pagáveis em 48 parcelas de R$ 20.043,43)
33910.006698/2020-15	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão	314218	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21614790	705.167,61 pagáveis em 60 parcelas de R$ 11.752,79
33910.006832/2020-88	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	394734	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21977112	2.726.253,40 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 45.437,56)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor Presidente
Substituto

DECISÃO DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 524ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de março, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.011681/2019-46	G2c Administradora de Beneficios Ltda - Me	Art. 62 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33910.010627/2019-83	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
33910.001234/2019-89	Promed Assistencia Medica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.000256/2019-21	Unimed Nova Friburgo-Soc.Coop.Serv.Med.Hosp. Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.022196/2018-17	Atemde Odonto Saúde Clube de Benefícios	Art. 35 RN 124/2006	11.000,00 (Onze mil reais
25779.030801/2015-14	All Saúde - Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.004539/2019-42	Leader Assistência Médica e Hospitalar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)
33910.006129/2019-36	Prodent - Assistência Odontológica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25779.005758/2015-59	All Saúde - Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010965/2019-15	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil seiscentos e oitenta reais)
33910.005735/2019-34	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.031197/2018-52	Compar Administradora de Beneficios Ltda - Me	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.410914/2013-01	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	Anulação
33902.491914/2014-77	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	Anulação
33902.457950/2014-10	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	Anulação
33902.079872/2012-38	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	Anulação
33902.510302/2014-91	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	Anulação
33902.621852/2014-34	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33910.006954/2018-50	Plano Odontológico Dentalvidas Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.014262/2018-85	Vale S/A	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33910.026280/2018-18	Porto Seguro - Seguro Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.026391/2018-16	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.016064/2019-37	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.000488/2019-80	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.007522/2019-47	Centro Trasmontano de São Paulo	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.000579/2019-15	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.010127/2019-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.003474/2019-18	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011071/2018-61	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.034062/2018-49	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.026927/2018-01	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.037030/2018-03	Bradesco Saúde S.A	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.001987/2019-94	Medservice Operadora De Planos De Saúde S.A		Anulação
33910.031950/2018-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.019883/2018-55	Caixa Econômica Federal	Art. 35 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33910.001772/2019-73	Salutar Saúde Seguradora S.A	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.008452/2019-44	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.009028/2019-17	Unimed João Pessoa - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
33910.011081/2018-05	Caixa Econômica Federal	Art. 80 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.001228/2019-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031672/2018-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 82-A RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031589/2018-11	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.026255/2018-26	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

33910.003370/2019-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.029255/2018-88	Gamec - Grupo de Assistência Medica Empresarial do Ceará Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33910.037473/2018-96	Salutar Saúde Seguradora S.A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009874/2018-56	CB Saúde Administração Em Saude Suplementar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
33910.005737/2019-23	Caixa de Assistência À Saúde - Caberj	Art. 71 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.023018/2017-22	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.008053/2019-83	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.023857/2018-21	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.005154/2019-01	Hb Saude S/A.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022868/2018-94	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.002175/2019-66	Salutar Saúde Seguradora S.A	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.010986/2019-31	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.007962/2019-02	Salutar Saúde Seguradora S.A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.036829/2018-74	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A		Anulação
33910.003260/2019-41	Unimed Norte Pioneiro - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.005363/2019-46	Saúde Casseb Assistência Medica Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.006196/2018-70	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33910.010494/2018-64	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.000103/2019-84	Unimed Belo Horizonte Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.008533/2019-44	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.000692/2017-32	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	103.111,58 (cento e três mil reais e cinquenta e oito centavos)
33910.006675/2019-77	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 71 RN 124/2006	24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
33910.002173/2019-77	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.008484/2019-40	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.006635/2019-25	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 76-B RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33903.008993/2017-08	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.020585/2017-00	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.121840/2016-91	Biovida Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
25782.008998/2017-18	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.019014/2017-64	Central Unimed - Cooperativa Central	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais)
33910.014956/2019-01	Central Unimed - Cooperativa Central	Art. 76-B RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.019460/2019-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.010872/2019-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.006683/2019-13	Dental Uni - Cooperativa Odontológica	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031130/2018-18	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (Quinze mil reais)
33910.005662/2019-81	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010330/2019-18	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011376/2019-54	Hospital Nossa Senhora das Graças Ltda	Art. 71 RN 124/2006	13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
33910.023747/2018-60	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 71 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.013339/2019-81	Bradesco Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 525ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 08 de abril de 2020, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.021840/2018-30	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - CNU	DIOPE	Pelo não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão de primeira instância.
33902.003487/2019-96	Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores	DIDES	Pelo não conhecimento por intempestividade do Recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância
33902.124617/2017-61	Unimed Petrópolis-Rj Cooperativa de Trabalho Médico	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor Presidente
Substituto

DIRETORIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2020

O Diretor substituto da Diretoria Gestão (DIGES) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21, inciso I, alínea "b", da Resolução Regimental (RR) nº 1, de 17/03/2017, conforme obrigação estabelecida no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10/08/1995, combinado com o caput do art. 13 da Resolução Administrativa (RA) nº 68, de 05/06/2017 resolve:

Art. 1º Dar publicidade aos relatórios de acompanhamento do teletrabalho das unidades organizacionais da DIGES, cujos planos de trabalho foram publicados por meio da Portaria DIGES nº 15, de 28/02/2018, no Boletim de Serviço nº 028/2018, de 01/03/2018 (página 9), referentes ao trimestre de 01/07/2019 a 30/09/2019, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO MARTINS RODRIGUES

ANEXO

ANEXO: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO TELETRABALHO (RA/ANS 68, art. 13, caput)			
DIRETORIA: Diretoria de Gestão (Portaria nº15, de 18/02/2018)			
Período do Teletrabalho:	01/07/2019	a	30/09/2019
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA (*)	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO (**)
001/2018/DIGES	COARR	5	111%
001/2018/DIGES	COEFI	2	137%
001/2018/DIGES	CCPAR	2	137%
001/2018/DIGES	COGEC	2	105%
001/2018/DIGES	CGDOC	3	102%
001/2018/DIGES	CAD/DF	3	152%
001/2018/DIGES	ASSAF	2	117%

(*) As demais Unidades Organizacionais não tiveram servidores em regime de teletrabalho no período.
(**) Em relação à meta com o adicional de 30% para os dias em teletrabalho.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.356, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n° 14, realizada no dia oito de abril de 2020, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados:

Recorrente: INPHARMA LABORATÓRIOS LTDA.
CNPJ: 62.488.184/0001-38
Processo: 25351.680254/2013-37
Expediente do recurso: 3610142/19-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 114/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
CNPJ: 61.068.755/0001-12
Processo: 25000.000919/97-21
Expediente do recurso: 0261284/13-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 145/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 49.475.833/0001-06
Processo: 25000.028898/96-18
Expediente do recurso: 0468054/13-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 15/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.
CNPJ: 33.247.743/0001-10
Processos: 25351.025286/00-97 e 25351.080282/2008-27
Expedientes dos recursos: 2138793/19-1 e 2138802/19-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 91/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 92/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Processo: 25351.188825/2002-68
Expediente do recurso: 0943528/13-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 144/2020 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: COLOPLAST DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 02.794.555/0001-88
Processo: 25752.388218/2006-15
Expediente do recurso: 772990/10-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 581/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: NUTRIFARM DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INGREDIENTES LTDA. - EPP
CNPJ: 06.699.880/0001-12
Processo: 25759.028926/2011-15
Expediente do recurso: 1055811/13-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a multa, reformando de ofício a decisão de primeira instância para considerar a reincidência, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 502/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE
CNPJ: 01.039.203/0001-54
Processo: 25751.545482/2011-79
Expediente do recurso: 0017189/13-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, reformando de ofício a decisão de primeira instância para considerar a reincidência, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1068/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO A R TRANSPORTES
CNPJ: 63.873.384/0001-77
Processo: 25760.200435/2010-87
Expediente do recurso: 0949213/13-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1054/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: GUERBET IMAGEM DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 30.153.811/0001-93
Processo: 25759.166861/2008-83
Expediente do recurso: 789687/11-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1188/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PAST CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP
CNPJ: 66.918.392/0001-80
Processo: 25759.072618/2003-91
Expediente do recurso: 887834/10-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1187/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA.
CNPJ: 46.962.122/0001-60
Processo: 25759.006792/2004-26
Expediente do recurso: 120559/11-5
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para minorar a penalidade de multa, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1190/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: HEMO COM E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA HEMOTERAPIA LTDA.
CNPJ: 00.600.397/0001-52
Processo: 25759.124247/2005-00
Expediente do recurso: 158835/11-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1186/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: FLEURY S.A.
CNPJ: 60.840.055/0001-31
Processo: 25759.072471/2003-39
Expediente do recurso: 525809/10-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 1182/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: CLINICAL THINKS - COM E EXP DE EQUIP CIRURG LTDA.
CNPJ: 85.472.199/0001-03
Processo: 25351.490624/2019-76
Expediente do recurso: 2159331/19-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 74/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER
CNPJ: 76.591.049/0001-28
Processo: 25351.460941/2019-68
Expediente do recurso: 2169140/19-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 75/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: PER PRIMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
CNPJ: 40.179.558/0001-09
Processo: 25351.745940/2018-18
Expediente do recurso: 2157396/19-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 76/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo: 25351.038337/2009-75
Expedientes dos recursos: 2165235/19-0 e 2165324/19-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 77/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 78/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

Processos: 25351.080796/2011-92, 25351.129924/2005-51, 25351.140401/2005-65, 25351.160125/2008-02, 25351.460447/2007-60, 25351.494429/2008-62, 25351.506147/2010-94 e 25351.537069/2011-13
Expedientes dos recursos: 2166656/19-3, 2165758/19-1, 2168592/19-4, 2166690/19-3, 2165830/19-7, 2166746/19-2, 2166682/19-2 e 2166723/19-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, acompanhando a posição do relator descrita nos Votos nº 79/2020- CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 80/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 81/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 82/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 83/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 84/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA, nº 85/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 86/2020 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 369, de 8 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 69, de 9 de abril de 2020, seção 1, pág. 114,
Onde se lê: " IV. Diretor-Substituto Meiruze Sousa Freitas:
Quarta Diretoria; e"
Leia-se: " IV. Diretora-Substituta Meiruze Sousa Freitas:
Quarta Diretoria; e"

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.056, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 219120
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

CRISTALPET SUL INDUSTRIA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA 19.328.827/0001-57
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - GLOBAL PET 03
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.001-7
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025
CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 3RIOS 04
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.002-5
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025
CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - VISCOTECH 05
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.003-3
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025
CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - GLOBAL PET 06
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.004-1
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025
CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - 3RIOS 07
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.005-1
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025

CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada
PRÉ-FORMA DE PET PÓS CONSUMO RECICLADO GRAU ALIMENTÍCIO MONOCAMADA USO ÚNICO - VISCOTECH 08
25351.080167/2020-49 6.7486.0001.006-8
PLASTICA 24 Meses
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS) 04/2025
CRISTALPET SUL
4044 Registro de Embalagem Reciclada

JANAINA CARNEIRO 89541812015 25.399.416/0001-55
PAPINHA DE BANANA E MARACUJÁ
25351.170454/2020-40 6.7457.0033.001-9
VIDRO 06 Meses
METALICA 06 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 04/2025
DA VOVÓ
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
---
JOSIMARA WESSLER 04792946905 34.756.980/0001-79
SOPINHA CREMOSA - MÚSCULO MOÍDO, FEIJÃO CARIOCA, INHAME, BETERRABA E COUVE
25351.732978/2019-01 6.7483.0004.001-8
PLASTICA 03 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 04/2025
NUTRE +
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA CREMOSA - PEITO DE FRANGO, VAGEM, MANDIOCA, ABÓBORA MENINA E ESPINAFRE
25351.732979/2019-48 6.7483.0003.001-2
PLASTICA 03 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 04/2025
NUTRE +
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
---
NESTLE BRASIL LTDA 60.409.075/0001-52
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - MINNEAPOLIS/EUA
25351.419131/2009-95 4.0076.1882.001-8
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
CELULOSICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SÃO JOSE DO RIO PARDO/SP
25351.419131/2009-95 4.0076.1882.002-6
CELULOSICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ARAÇATUBA/SP
25351.419131/2009-95 4.0076.1882.003-4
CELULOSICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - ESTADOS UNIDOS
25351.548436/2019-44 6.5965.0111.001-0
METALICA 21 Meses
PLASTICA 21 Meses
VIDRO 21 Meses
ELASTOMERICA 21 Meses
CELULOSICA 21 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 12/2024
MARCAS INCLUÍDAS: NAN PREMIUM HM-O 2 / NAN SUPREME HM-O 2 / NAN HM-O 2 / NAN PRO HM-O 2 / HM-O 2
457 Inclusão de Marca
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - ALEMANHA
25351.548436/2019-44 6.5965.0111.002-9
CELULOSICA 21 Meses
ELASTOMERICA 21 Meses
VIDRO 21 Meses
PLASTICA 21 Meses
METALICA 21 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 12/2024
MARCAS INCLUÍDAS: NAN PREMIUM HM-O 2 / NAN SUPREME HM-O 2 / NAN HM-O 2 / NAN PRO HM-O 2 / HM-O 2
457 Inclusão de Marca
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - ARAÇATUBA/SP
25351.548436/2019-44 6.5965.0111.003-7
CELULOSICA 21 Meses
ELASTOMERICA 21 Meses
VIDRO 21 Meses
PLASTICA 21 Meses
METALICA 21 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 12/2024
MARCAS INCLUÍDAS: NAN PREMIUM HM-O 2 / NAN SUPREME HM-O 2 / NAN HM-O 2 / NAN PRO HM-O 2 / HM-O 2
457 Inclusão de Marca

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.057, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob nº de expediente constante no anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL - CNPJ: NESTLE BRASIL LTDA - 60.409.075/0001-52
Nº PROCESSO: 25004.330116/2008-14
Nº EXP. PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 0967791/20-1
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO / ASSUNTO:
0984853/14-3 / 456 - ALTERAÇÃO DE ROTULAGEM

RETIFICAÇÃO (*)

Na Resolução-RE nº 86, de 9 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 8, de 13 de janeiro de 2020, na Seção 1, pág. 69, referente ao processo 25351.647926/2019-22, da empresa SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA,

Onde se lê:
6.1931.0969.001-9
Leia-se:
6.7450.0002.001-9

(*) Republicado por ter saído com incorreção na original, publicada no DOU n° 33, de 17 de fevereiro de 2020, Seção 1, pág. 47.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 627, de 5 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 46, de 9 de março de 2020, na Seção 1, pág. 76, referente ao processo 25351.129275/2017-01, da empresa COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.,

Onde se lê:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61.082.426/0002-07
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.001-1
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas

Leia-se:
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A.61.082.426/0002-07
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - ESTADOS UNIDOS (MADISON)
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.001-1
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - ANÁPOLIS/GO
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.002-1
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - GOIÂNIA/GO
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.003-8
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - BARRETOS/SP
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.004-6
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - ARAÇOIABA DA SERRA/SP
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.005-4
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 E LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM EM CÁPSULAS - ARAÇOIABA DA SERRA/SP
25351.129275/2017-01 6.6673.0777.006-2
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
CELULOSICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 03/2025
BIFILAC / PROBILIUM / REGULAFLORA / BIOENTERE / HN019 / NCFM / TAMARINE PROBIUM /TAMARINE EQUILIBRI / TAMARINE PROBIOTICOS / TAMAPRO / TAMALIV / TAMABIO / NOUVE AC / NOUVE AC/DS / NOUVE CLEAR
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.046, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
PARACETAMOL
Kabipamol 25351.295550/2017-72 04/2030
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 1038220/17-8
1.0041.0163.001-6 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CX 10 ENVOL BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0041.0163.002-4 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 100 ML

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
PARACETAMOL
Halexminophen 25351.559063/2018-56 04/2030
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0776463/18-4
1.0311.0178.001-5 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CT ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0311.0178.002-3 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML
PARACETAMOL
Halexminophen 25351.559096/2018-04 04/2030
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0776527/18-4
1.0311.0179.001-0 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CT ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 50 ML
1.0311.0179.002-9 24 Meses
10 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 50 ML

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A 31673254000102
PARACETAMOL
AMENIFLAC 25351.699994/2018-96 04/2030
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0976080/18-6
1.0085.0148.001-4 18 Meses
10MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 50ML
1.0085.0148.002-2 18 Meses
10MG/ML SOL INFUS IV CX 10 ENVOL FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 50ML
1.0085.0148.003-0 18 Meses
10MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100ML
1.0085.0148.004-9 18 Meses
10MG/ML SOL INFUS IV CX 10 ENVOL FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100ML

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
embonato de triptorrelina
NEO DECAPEPTYL 25001.003525/85 03/2025
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 0816890/18-3
1.0573.0120.004-7 24 Meses
3,75 MG PO LIOF SUS INJ IM CT FA VD TRANS + SOL DIL X 2 ML
1.0573.0120.005-9 24 Meses
3,75 MG PO LIOF SUS INJ IM CT FA VD TRANS + SOL DIL X 2 ML + SER VD
1.0573.0120.006-7 24 Meses
11,25 MG PO LIOF SUS INJ IM LIB PROL CT FA VD TRANS + SOL DIL X 2 ML
NEO DECAPEPTYL LP
1.0573.0120.007-5 36 Meses
22,5 MG PO LIOF SUS INJ IM LIB PROL CT FA VD TRANS + SOL DIL X 2 ML
NEO DECAPEPTYL LP
OXALIPLATINA
BIOEZULEN 25351.687993/2018-07 02/2025
11039 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 3398895/19-1
1.0573.0585.001-5 24 Meses
100 MG PO LIOF INJ CT 10 FA VD AMB
1.0573.0585.002-3 24 Meses
100 MG PO LIOF INJ CT FA VD AMB
1.0573.0585.003-1 24 Meses
50 MG PO LIOF INJ CT FA VD AMB
1.0573.0585.004-1 24 Meses
50 MG PO LIOF INJ CT 10 FA VD AMB

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
STRYPHNODENDRON BARBATIMAN MART.
FITOSCAR 25351.172353/2007-36 12/2027
10627 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 3472559/19-8
1.0118.0605.001-3 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 10 G
1.0118.0605.002-1 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 15 G
1.0118.0605.003-1 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 20 G
1.0118.0605.004-8 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 30 G
1.0118.0605.005-6 24 Meses
60 MG/G POM DERM CT BG AL X 50 G

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA 04301884000175
CLORIDRATO DE CEFEPIMA
CLORIDRATO DE CEFEPIME 25351.120840/2004-71 10/2029
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 3422598/19-6
1.5167.0014.013-5 24 Meses
1 G PO P/ SOL INJ CT 50 FA VD TRANS
1.5167.0014.014-3 24 Meses
2 G PO P/ SOL INJ CT 50 FA VD TRANS

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
NIMESULIDA
Prexulid 25351.162369/2017-01 04/2030
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0484577/17-8
1.1560.0212.001-9 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 4
1.1560.0212.002-7 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.1560.0212.003-5 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 12
1.1560.0212.004-3 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 20
1.1560.0212.005-1 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 24
1.1560.0212.006-1 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 48
1.1560.0212.007-8 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 120 (EMB FRAC)
1.1560.0212.008-6 24 Meses
100 MG COM SUS CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 200 (EMB FRAC)
1.1560.0212.009-4 24 Meses
100 MG COM SUS CX BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 480
1.1560.0212.010-8 24 Meses
100 MG COM SUS CX BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 600
1.1560.0212.011-6 24 Meses
100 MG COM SUS CX BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 1200
LEVONORGESTREL
ANULOV 25351.617955/2018-89 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0857309/18-3 (150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0387861/18-9 - 25351.274519/2018-19)
1.1560.0211.001-3 24 Meses
1,5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 1
1.1560.0211.002-1 24 Meses
1,5 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
DIFOSFATO DE CLOROQUINA
QUINACRIS 25001.004392/86 06/2029
10156 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE ETAPA DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 1369110/16-4
10206 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0147162/13-7
10955 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 3210222/19-4
11108 RDC 73/2016 - SIMILAR - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 3210225/19-9
1.0298.0110.004-1 36 Meses
150 MG COM REV CX BL AL PLAS TRANS X 200
1.0298.0110.005-8 36 Meses
150 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
OXALATO DE ESCITALOPRAM 25351.314298/2011-11 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 436732/11-4 (150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 436781/11-2 - 25351.314343/2011-95)
1.0298.0523.001-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 7
1.0298.0523.002-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15
1.0298.0523.003-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0298.0523.004-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0298.0523.005-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.0298.0523.006-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0298.0523.007-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0298.0523.008-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 7
1.0298.0523.009-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15
1.0298.0523.010-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0298.0523.011-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0298.0523.012-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.0298.0523.013-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200
1.0298.0523.014-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
dicloridrato de pramipexol monoidratado 25351.334373/2015-83 04/2030
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0480787/15-1
1.0298.0524.001-6 24 Meses
0,125 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0298.0524.002-4 24 Meses
0,125 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0298.0524.003-2 24 Meses
0,125 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0298.0524.004-0 24 Meses
0,25 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0298.0524.005-9 24 Meses
0,25 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0298.0524.006-7 24 Meses
0,25 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0298.0524.007-5 24 Meses
0,25 MG COM CT BL AL AL X 100
1.0298.0524.008-3 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0298.0524.009-1 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0298.0524.010-5 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0298.0524.011-3 24 Meses
1 MG COM CT BL AL AL X 100
PREGABALINA
GLYA 25351.824215/2016-04 04/2030
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 1184180/16-0
1.0298.0525.001-1 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0298.0525.002-1 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.0298.0525.003-8 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0298.0525.004-6 36 Meses

75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0298.0525.005-4 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0298.0525.006-2 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0298.0525.007-0 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.0298.0525.008-9 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0298.0525.009-7 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0298.0525.010-0 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
LINEZOLIDA
LIZRED 25351.255241/2017-91 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0854378/17-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0560733/17-7 - 25351.190792/2017-38)
1.5143.0051.001-1 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.5143.0051.002-8 24 Meses
600 MG COM REV CT BL AL AL X 28

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43940618000144
dulaglutida
TRULICITY 25351.243091/2014-87 09/2025
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS 0473080/19-1
1.1260.0190.001-9 24 Meses
1,5 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 1 CAN APLIC
1.1260.0190.002-7 24 Meses
1,5 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 2 CAN APLIC
1.1260.0190.003-5 24 Meses
1,5 MG SOL INJ CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 4 CAN APLIC
1.1260.0190.004-3 24 Meses
1,5 MG SOL INJ CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.1260.0190.005-1 24 Meses
0,75 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 1 CAN APLIC
1.1260.0190.006-1 24 Meses
0,75 MG SOL INJ CT 2 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 2 CAN APLIC
1.1260.0190.007-8 24 Meses
0,75 MG SOL INJ CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML + 4 CAN APLIC
1.1260.0190.008-6 24 Meses
0,75 MG SOL INJ CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML

EMS S/A 57507378000365
ACICLOVIR
Antivirax 25000.012395/95-77 01/2028
11117 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 0071600/19-6
1.0235.0406.007-9 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 20
1.0235.0406.008-7 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.0406.009-5 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 50
1.0235.0406.010-9 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100
1.0235.0406.011-7 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 200
EXTRATO SECO DE VALERIANA OFFICINALIS L. + EXTRATO DE CRATAEGUS OXYACANTHA + PASSIFLORA INCARNATA
SOMINEX COMPOSTO 25351.367681/2018-71 04/2030
10688 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0523508/18-1
1.0235.1343.001-0 24 Meses
40 MG + 30 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.0235.1343.002-9 24 Meses
40 MG + 30 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
DIOSMINA + FLAVONÓIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA + HESPERIDINA
FLAV 25351.420503/2019-67 04/2030
1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0643357/19-0
1.0235.1344.001-6 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.0235.1344.002-4 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.0235.1344.003-2 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.0235.1344.004-0 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90
1.0235.1344.005-9 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
1.0235.1344.006-7 24 Meses
450 MG + 50 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 200
1.0235.1344.007-5 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.0235.1344.008-3 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.0235.1344.009-1 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30
1.0235.1344.010-5 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60
1.0235.1344.011-3 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90
1.0235.1344.012-1 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
1.0235.1344.013-1 24 Meses
900 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 200

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
cloridrato de fexofenadina 25351.021296/2020-03 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0115341/20-2
(11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0458726/19-0 - 25351.301787/2019-93)
1.0043.1305.001-3 24 Meses
120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4
1.0043.1305.002-1 24 Meses
120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 6
1.0043.1305.003-1 24 Meses
120MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.0043.1305.004-8 24 Meses
180MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4
1.0043.1305.005-6 24 Meses
180MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 6
1.0043.1305.006-4 24 Meses
180MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
OXALIPLATINA 25351.211114/2002-02 02/2028
10938 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 0322607/19-7
10950 RDC 73/2016 - GENÉRICO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 0354228/19-9
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 0354214/19-9
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 0354216/19-5
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0322604/19-2
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0322611/19-5
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0322613/19-1
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0322618/19-2
11040 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 0322581/19-0
11043 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 0322619/19-1
11049 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 0873934/20-0
1.0043.0822.001-1 24 Meses
50 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0043.0822.002-1 24 Meses
100 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0043.0822.003-8 24 Meses
50 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS
1.0043.0822.004-6 24 Meses
100 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS
CLORIDRATO DE TRAMADOL + PARACETAMOL
Gésico Duo 25351.393813/2015-78 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0569798/15-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0500970/15-7 - 25351.347698/2015-78)
1.0043.1304.001-8 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0043.1304.002-6 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12
1.0043.1304.003-4 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 15
1.0043.1304.004-2 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0043.1304.005-0 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0043.1304.006-9 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0043.1304.007-7 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.0043.1304.008-5 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0043.1304.009-3 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12
1.0043.1304.010-7 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.0043.1304.011-5 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0043.1304.012-3 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0043.1304.013-1 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0043.1304.014-1 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
ÁCIDO MEFENÂMICO
ACIDO MEFENAMICO 25351.415062/2013-82 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0587243/13-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0543976/13-1 - 25351.386556/2013-74)
1.0043.1303.001-2 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.0043.1303.002-0 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 12
1.0043.1303.003-9 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 15
1.0043.1303.004-7 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 24
1.0043.1303.005-5 36 Meses
500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50 (EMB FRAC)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE + STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE
VACINA PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (CONJUGADA) 25351.334555/2010-02 01/2027
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 1037850/18-2
1.1063.0130.001-2 48 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD INC X 0,5 ML
1.1063.0130.002-0 48 Meses
SUS INJ CT 12 FA VD INC X 0,5 ML

GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA 15670288000189
sofosbuvir + VELPATASVIR + VOXILAPREVIR
Vosevi 25351.630349/2018-59 04/2030
10464 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 0873907/18-6
1.0929.0010.001-7 24 Meses
(400,0 + 100,0 + 100,0) MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 28

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
Haemophilus influenzae tipo b + Pertactina + Poliovírus inativados tipo 1 + Poliovírus inativados tipo 2 + Poliovírus inativados tipo 3
Infanrix Penta 25000.034097/98-35 11/2029
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 2115987/19-4
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 2115997/19-1
1.0107.0156.001-3 36 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SER VD TRANS DIL X 0,5 ML + 2 AGU
1.0107.0156.002-1 36 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 SER VD TRANS DIL X 0,5 ML
INFANRIX HEXA 25351.004586/00-32 04/2026
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 2114007/19-3
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 2115944/19-1
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL 2116012/19-1
1.0107.0162.001-6 36 Meses
PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + SUS DIL SER PREENC VD TRANS X 0.5 ML

Polissacarídeo de Haemophilus influenzae tipo b + Toxóide pertussis + Pertactina + Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Poliovírus inativados tipo 1 + Poliovírus inativados tipo 2 + Poliovírus inativados tipo 3 + Hemaglutinina Filamentosa + Antígeno de superfície da Hepatite B
1.0107.0162.002-4 36 Meses
PO LIOF INJ CT 10 FA VD TRANS + SUS DIL 10 SER PREENC VD TRANS X 0.5 ML
Conjugado de Polissacarídeo Capsular de Haemophilus Influenzae tipo B e toxóide tetânico + Toxóide pertussis + Pertactina + Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Poliovírus Tipo 1 + Poliovírus Tipo 2 + Poliovírus Tipo 3 + Hemaglutinina Filamentosa + Antígeno de superfície da Hepatite B

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
MAYTENUS ILICIFOLIA MART.EX.REISS
ESPINHEIRA SANTA HERBARIUM 25351.221599/2002-34 06/2028
10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2269832/17-9
1.1860.0043.001-2 24 Meses
380 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 45
1.1860.0043.002-0 24 Meses
380 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 45

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA MELCON DO BRASIL S.A. 04338716000154
DESOGESTREL
MELIK 25351.745345/2013-78 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1073373/13-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0468053/13-7 - 25351.333377/2013-66)
1.5589.0021.001-9 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.5589.0021.002-7 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 84

LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO DA AERONAUTICA 00394429009914
TERIFLUNOMIDA 25351.616952/2018-28 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0856078/18-1
(10558 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO GENÉRICO (PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO) - 0795006/18-3 - 25351.573570/2018-01)
1.1233.0053.001-4 24 Meses
14 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.1233.0053.002-2 24 Meses
14 MG COM REV CT BL AL AL X 300

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
cloridrato de diltiazem 25351.054316/2020-14 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0262172/20-0
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 068372/96-8 - 25000.028434/96-57)
1.0370.0744.001-9 24 Meses
60 MG COM CT BL AL PLAS PVDC OPC X 50
1.0370.0744.002-7 24 Meses
60 MG COM CT BL AL AL X 50

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
CLORIDRATO DE TRAMADOL + PARACETAMOL
ATRACE 25351.393059/2015-76 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0568678/15-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0500970/15-7 - 25351.347698/2015-78)
1.9427.0095.001-8 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.9427.0095.002-6 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12
1.9427.0095.003-4 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 15
1.9427.0095.004-2 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.9427.0095.005-0 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.9427.0095.006-9 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.9427.0095.007-7 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.9427.0095.008-5 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.9427.0095.009-3 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12
1.9427.0095.010-7 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.9427.0095.011-5 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.9427.0095.012-3 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.9427.0095.013-1 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.9427.0095.014-1 36 Meses
(37,5 + 325,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100

NATCOFARMA DO BRASIL LTDA 08157293000127
LETROZOL
NOAZY 25351.573537/2019-53 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2325016/19-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0528874/17-6 - 25351.178350/2017-92)
1.8261.0005.001-8 36 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.8261.0005.002-6 36 Meses
2,5 MG COM REV CT FR PLAS HDPE OPC X 30

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
basiliximabe
SIMULECT 25000.035664/97-16 04/2028
10394 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL REFERENTES A PRODUTOS DE DEGRADAÇÃO E MÉTODO BIOLÓGICO DE QUANTIFICAÇÃO DE TEOR 0968917/19-6
1.0068.0001.001-3 36 Meses
20 MG PÓ LIOF INJ CT FA VD TRANS + AMP VD TRANS DIL X 5 ML
1.0068.0001.007-2 36 Meses
20 MG PÓ LIOF INJ CT FA VD INC

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA 73856593000166
DICLORIDRATO DE BETAISTINA
LABHI 25351.561435/2019-95 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2276428/19-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0728599/12-0 - 25351.508494/2012-51)
1.2568.0311.001-8 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 15
1.2568.0311.002-6 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 15
1.2568.0311.003-4 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 30
1.2568.0311.004-2 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 60
1.2568.0311.005-0 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2568.0311.006-9 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 120 (EMB FRAC)
1.2568.0311.007-7 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 150 (EMB FRAC)
1.2568.0311.008-5 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 240 (EMB FRAC)
1.2568.0311.009-3 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 300 (EMB FRAC)
1.2568.0311.010-7 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 300
1.2568.0311.011-5 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 600
1.2568.0311.012-3 21 Meses
16MG COM CT BL AL AL X 900
1.2568.0311.013-1 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 30
1.2568.0311.014-1 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 60
1.2568.0311.015-8 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2568.0311.016-6 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 120 (EMB FRAC)
1.2568.0311.017-4 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 150 (EMB FRAC)
1.2568.0311.018-2 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 240 (EMB FRAC)
1.2568.0311.019-0 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 300 (EMB FRAC)
1.2568.0311.020-4 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 300
1.2568.0311.021-2 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 600
1.2568.0311.022-0 21 Meses
24MG COM CT BL AL AL X 900

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA 73663650000190
succinato de desvenlafaxina monoidratado 25351.749031/2019-21 04/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3611569/19-0
(1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 1212179/18-7 - 25351.858181/2018-44)
1.2352.0265.001-5 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 7
pvdc
1.2352.0265.002-3 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 7
aclar
1.2352.0265.003-1 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 15
pvdc
1.2352.0265.004-1 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 15
ACLAR
1.2352.0265.005-8 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 30
pvdc
1.2352.0265.006-6 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 30
ACLAR
1.2352.0265.007-4 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 7
PVDC
1.2352.0265.008-2 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 7
ACLAR
1.2352.0265.009-0 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 15
PVDC
1.2352.0265.010-4 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 15
ACLAR
1.2352.0265.011-2 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS PVDC X 30
PVDC
1.2352.0265.012-0 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS ACLAR X 30
ACLAR

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA 59557124000115
IBUPROFENO + PARACETAMOL
Naldecon Dor 25351.017756/2015-39 04/2030
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0027057/15-1
1.7390.0010.001-9 24 Meses
(200,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 6
1.7390.0010.002-7 24 Meses
(200,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 12
1.7390.0010.003-5 24 Meses
(200,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 24
1.7390.0010.004-3 24 Meses
(200,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 48
1.7390.0010.005-1 24 Meses
(200,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 72

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
INSULINA GLARGINA
TOUJEO 25351.189466/2019-12 06/2025
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 0404584/19-0
1.8326.0334.001-0 36 Meses
300 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 1 CAN APLIC
1.8326.0334.002-9 36 Meses
300 U/ML SOL INJ CT 2 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 2 CAN APLIC
1.8326.0334.003-7 36 Meses
300 U/ML SOL INJ CT 3 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 3 CAN APLIC
1.8326.0334.004-5 36 Meses
300 U/ML SOL INJ CT 4 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 4 CAN APLIC
1.8326.0334.005-3 36 Meses
300 U/ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 1,5 ML + 5 CAN APLIC

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 02685377000157
DEPURA 25351.644719/2013-87 07/2025
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 3251111/19-6
1.1300.1155.011-6 24 Meses

2000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.1300.1155.012-4 24 Meses
2000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 60
1.1300.1155.013-2 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 4
1.1300.1155.014-0 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 8
1.1300.1155.015-9 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.1300.1155.016-7 24 Meses
30000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 8
1.1300.1155.017-5 24 Meses
50000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 4

SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A 43312503000105
OLMESARTANA MEDOXOMILA
ASEA 25351.595941/2015-54 04/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0854783/15-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0000588/15-6 - 25351.000122/2015-29)
1.0372.0290.001-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0372.0290.002-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.0372.0290.003-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0372.0290.004-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0372.0290.005-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0372.0290.006-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0372.0290.007-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 20
1.0372.0290.008-2 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0372.0290.009-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0372.0290.010-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 90

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
MESALAZINA
MESACOL 25000.034644/99-27 03/2025
10958 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 080800/18-8
1.0639.0200.009-1 36 Meses
250 MG SUP RET CT BERÇO X 10
1.0639.0200.010-5 36 Meses
250 MG SUP RET CT BERÇO X 15
1.0639.0200.013-1 36 Meses
250 MG SUP RET CT BERÇO X 30

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
OLMESARTANA MEDOXOMILA
OLMECOR 25351.452142/2010-27 10/2028
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 3506016/19-6
1.0525.0058.011-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0525.0058.012-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0058.013-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0525.0058.014-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL AL X 100

UCB BIOPHARMA LTDA. 64711500000114
UROFOLITROPINA
FOSTIMON-M 25351.193707/2010-61 10/2027
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 1038935/19-1
1.2361.0080.001-6 24 Meses
75 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL AMP VD INC X 1 ML
1.2361.0080.002-4 24 Meses
150 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL AMP VD INC X 1 ML
1.2361.0080.003-2 24 Meses
75 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL SER PREENCH VD INC X 1 ML + AGU REC + AGU APL
1.2361.0080.004-0 24 Meses
150 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC + DIL SER PREENCH VD INC X 1 ML + AGU REC + AGU APL
1.2361.0080.005-9 24 Meses
75 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC
1.2361.0080.006-7 24 Meses
150 UI PO LIOF INJ CX FA VD INC

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 30222814000131
CLORTALIDONA
CLORDILON 25000.018427/99-16 05/2025
11093 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 3407992/19-1
1.0392.0047.008-7 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0392.0047.009-5 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
CLORTALIDONA 25351.811556/2018-11 02/2029
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3576799/19-5
1.0392.0191.003-1 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0392.0191.004-8 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127
ACETATO DE LEUPRORRELINA
ELIGARD 25351.031704/2004-15 02/2026
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 0338296/20-6
1.2214.0074.005-3 24 Meses
45 MG PO LIOF SUS INJ SC LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS SER B + AGU DISP SEGUR + BL AL PLAS TRANS DIL SER A + EMB + 2 DESSEC
1.2214.0074.008-8 24 Meses
7,5 MG PO LIOF SUS INJ SC LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS SER B + AGU DISP SEGUR + DESSEC + BL AL PLAS TRANS DIL SER A + EMB + DESSEC
1.2214.0074.009-6 24 Meses
22,5 MG PO LIOF SUS INJ SC LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS SER B + AGU DISP SEGUR + DESSEC + BL AL PLAS TRANS DIL SER A + EMB + DESSEC
PIRFENIDONA
EGURINEL 25351.069454/2018-83 04/2030
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0098546/18-5
1.2214.0114.001-7 24 Meses
267 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 270

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

SM EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA 1.01284-7
CLARITROMICINA 25351.160433/2017-07
001
04/2030 15.1284.0011.002-2 60 Meses
10308 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - CONCESSÃO DE REGISTRO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.047, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177
esilato de nintedanibe
OFEV 25351.456304/2015-63 10/2025
10942 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 2183889/19-5
1.0367.0173.001-1 36 Meses
100 MG CAP MOLE CT BL AL AL X 60
1.0367.0173.002-8 36 Meses
150 MG CAP MOLE CT BL AL AL X 60

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
ESOMEPRAZOL SÓDICO
Mezp 25351.459390/2016-09
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 2441035/16-8
40 MG PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS
40 MG PÓ LIOF SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS

DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA 38756680000140
LEVONORGESTREL
LEVOPLANT® 25351.733620/2017-26
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 2327218/17-0
75 MG 2 IMPL ID CT ENV AL PLAS PET/PEBD TRANSL + APLIC

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175
TRASTUZUMABE
Zedora 25351.595780/2016-05 12/2027
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 0952965/20-9
1.0033.0199.001-8 24 Meses
150 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0033.0199.002-6 24 Meses
150 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 2 FA VD TRANS
1.0033.0199.003-4 24 Meses
150 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 3 FA VD TRANS
1.0033.0199.004-2 24 Meses
440 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + DIL FA VD TRANS X 20 ML
1.0033.0199.005-0 24 Meses
150 MG PO LIOF SOL INJ IV CT 4 FA VD TRANS

ORIENT MIX FITOTERÁPICOS DO BRASIL LTDA. 73657876000189
ESPINHEIRA SANTA ORIENT 25351.267293/2006-58 09/2029
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 2196700/17-8
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 0796387/17-4
1.2397.0036.001-1 24 Meses
420 MG CAP DURA FR PLAS OPC X 60
MAYTENUS ILICIFOLIA MART.EX.REISS
1.2397.0036.002-1 24 Meses
420 MG CAP DURA CT 3 BL AL PLAS TRANS X 15
MAYTENUS ILICIFOLIA MART.EX.REISS
10670 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 2196706/17-7
300 MG CAP DURA FR PLAS OPC X 60
Maytenus ilicifolia Mart. ex Reissek
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 45
Maytenus ilicifolia Mart. ex Reissek

PHARMA LIMIRIO INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 16590191000129
CLORIDRATO DE VANCOMICINA
HICOVAN 25351.560861/2018-21 08/2029
10940 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO DE FABRICANTE DO IFA 2131664/19-3
1.7223.0007.001-3 24 Meses
500 MG PO SOL INJ CT 50 FA VD TRANS
1.7223.0007.002-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ CT 50 FA VD TRANS + 50 AMP DIL X 10 ML
1.7223.0007.003-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PP TRANS SIST FECH X 100 ML + CONECTOR
1.7223.0007.004-8 24 Meses

500 MG PO SOL INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PVC TRANS SIST FECH X 100 ML + CONECTOR

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
cloridrato de donepezila + cloridrato de memantina 25351.421236/2019-01
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0647253/19-1
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
(10,0 + 5,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
(10,0 + 5,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
(10,0 + 15,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
(10,0 + 15,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7

UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 05399786000185
LAMOTRIGINA 25351.710190/2011-16 06/2026
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 2238996/19-2
1.5649.0009.001-8 54 Meses
25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5649.0009.002-6 48 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5649.0009.003-4 54 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.048, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
TENOXICAM
TILONAX 25000.004449/99-72 02/2010
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 0991633/20-4
1.1560.0044.002-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS X 10
1.1560.0044.005-9 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS X 10
1.1560.0044.006-7 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 500 (EMB HOSP)

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
ALFAEPOETINA
EPREX 25000.003911/88-34 12/2025
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0668224/20-3
1.1236.3337.008-9 24 Meses
10000 UI SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.1236.3337.009-7 24 Meses
2000 UI SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.1236.3337.010-0 24 Meses
4000 UI SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.1236.3337.016-1 18 Meses
40000 UI SOL INJ CT SER PREENCHIDA X 1,0 ML
1.1236.3337.017-8 18 Meses
40000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 1,0 ML
1.1236.3337.018-6 24 Meses
40000 UI SOL INJ CT FA VD TRANS X 1,0 ML
1.1236.3337.019-4 24 Meses
40000 UI SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.1236.3337.020-8 18 Meses
3000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,3 ML + 1 DISPOSITIVO
1.1236.3337.029-1 18 Meses
40000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 1,0 ML + 1 DISPOSITIVO
1.1236.3337.030-6 18 Meses
1000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,5 ML + 1 DISPOSITIVO
1.1236.3337.031-4 18 Meses
2000 UI SOL INJ CT 6 SER PREENCHIDA X 0,5 ML + 1 DISPOSITIVO

ORIENT MIX FITOTERÁPICOS DO BRASIL LTDA. 73657876000189
MAYTENUS ILICIFOLIA MART.EX.REISS
ESPINHEIRA SANTA ORIENT 25351.267293/2006-58 09/2029
10661 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO 1049127/20-9
1.2397.0036.001-1 24 Meses
420 MG CAP DURA FR PLAS OPC X 60
1.2397.0036.002-1 24 Meses
420 MG CAP DURA CT 3 BL AL PLAS TRANS X 15

PHARMASCIENCE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI 25773037000183
PARACETAMOL + MALEATO DE CLORFENAMINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA
RESFEDRYL 25000.016253/98-77 07/2029
10080 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO - ANVISA 0980917/20-1
1.1717.0010.001-7 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.1717.0010.002-5 24 Meses
(200MG+5MG+5MG)/5 ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML
1.1717.0010.003-3 24 Meses
100 MG/ML + 2,5 MG/ML + 2,5 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML 01
1.1717.0010.008-4 24 Meses
200 MG/5ML+ 5 MG/5ML+ 5MG/5ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 100 ML 01

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + CEPA INFLUENZA TIPO B
VAXIGRIP 25351.189747/2019-67 08/2029
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0519816/20-0
1.8326.0340.001-3 12 Meses
SUS INJ CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML C/ AGU ACOPLADA
1.8326.0340.002-1 12 Meses
SUS INJ CT 1 SER X 0,25 ML
VÍRUS DA HEPATITE A PURIFICADO INATIVADO
AVAXIM 25351.190506/2019-61 05/2028
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0429048/20-8
1.8326.0350.002-6 36 Meses
320 U/ML SUS INJ CT 5 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
AVAXIM 160U
1.8326.0350.003-4 36 Meses
320 U/ML SUS INJ CT 10 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
AVAXIM 160U
1.8326.0350.004-2 36 Meses
320 U/ML SUS INJ CT 20 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
AVAXIM 160U
1.8326.0350.006-9 36 Meses
160 U/ML SUS INJ CT 10 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
AVAXIM 80U
1.8326.0350.007-7 36 Meses
160 U/ML SUS INJ CT 20 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
AVAXIM 80U
1.8326.0350.008-5 36 Meses
160 U/ML SUS INJ CT FA VD INC X 5 ML
AVAXIM 80U
1.8326.0350.009-3 36 Meses
160 U/ML SUS INJ CT 10 FA VD INC X 5 ML
AVAXIM 80U
MEDVITD3 25351.358723/2019-64 03/2030
10092 ESPECIFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 1050661/20-6
1.8326.0415.011-8 24 Meses
2000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.8326.0415.012-6 24 Meses
2000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 60
1.8326.0415.013-4 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 4
1.8326.0415.014-2 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 8
1.8326.0415.015-0 24 Meses
7000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.8326.0415.016-9 24 Meses
30000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 8
1.8326.0415.017-7 24 Meses
50000 UI COM ORODISP CT BL AL AL X 4
Poliovírus inativados tipo 1 + Poliovírus inativados tipo 2 + Poliovírus inativados tipo 3
Vacina poliomielite 1, 2 e 3 (inativada) 25351.411826/2019-60 05/2028
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0443124/20-3
1.8326.0390.001-6 36 Meses
SUS INJ CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML (1 DOSE) C/ AGU ACOPLADA
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Poliovírus inativados tipo 1 + Poliovírus inativados tipo 2 + Poliovírus inativados tipo 3
TETRAXIM 25351.411872/2019-69 11/2025
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0604865/20-0
1.8326.0389.002-9 36 Meses
SUS INJ CT 20 SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML C/ AGU ACOPLADA
vacina contra raiva
VACINA RAIVA (INATIVADA) 25351.411884/2019-93 12/2028
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0454866/20-3
1.8326.0394.003-4 36 Meses
2,5 UI PO LIOF SOL INJ CT 5 FR VD TRANS + 5 SER DIL X 0,5 ML C/AGU ACOPLADA
Antígeno de superfície da Hepatite B
EUVAX B 25351.411982/2019-21 02/2029
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 0463709/20-7
1.8326.0396.002-7 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT 20 FA VD TRANS X 0,5 ML
1.8326.0396.005-1 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT 20 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.8326.0396.006-1 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT 50 FA VD TRANS X 1,0 ML
1.8326.0396.007-8 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT FA VD TRANS X 10 ML
1.8326.0396.008-6 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT 20 FA VD TRANS X 10 ML
1.8326.0396.009-4 36 Meses
20MCG/ML SUS INJ CT 50 FA VD TRANS X 10 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.049, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expedientes constantes no anexo desta Resolução, nos termos do art. 17-A, §§ 3º e 4º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016, e arts. 4º, 7º e 16, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

Cosmed Industria de Cosmeticos e Medicamentos S.A.
BENEGRIP MULTI 25351308168201212
2369575197 NOVO - Mudança maior de método analítico

Novartis Biociências S.A.
TOBREX 25351660110201207
2365689191 NOVO - Mudança maior de método analítico

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
DIPIRONA 25351679903201454
2365586191 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
2579476191 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
2579478197 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
---
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.
AMOXICILINA TRIIDRATADA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 25351689235201815
2477517197 GENÉRICO - Ampliação dos limites de especificação
2491292191 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico

Cimed Industria de Medicamentos Ltda
GLIMEPIRIDA 25351871234200817
2509181196 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
---
1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
glimepirida 25351956556201679
2644378193 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão de um teste ou método obsoleto - 2509181196 - 25351871234200817)

GlaxoSmithKline Brasil Ltda.
VITANOL-A 25351819655201832
2526105193 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação
2526097199 SIMILAR - Mudança maior de método analítico

UNITED MEDICAL LTDA
LENVIMA 25351174176201885
1997910190 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
DIGOXINA 25351134511200750
2542026197 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.050, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expedientes constantes no anexo desta Resolução, nos termos do art. 17-A, §§ 3º e 4º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016, e arts. 4º, 7º e 16, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

Beaufour Ipsen Farmacêutica Ltda.
SOMATULINE AUTOGEL 25351128844200821
2402893192 NOVO - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento
2477946196 NOVO - Mudança maior de método analítico
60 MG SOL INJ LIB PROL CT ENV AL/PLAS SER PREENC PLAS TRANS AG RETRÁTIL X 0,5 ML 1697700020078
90 MG SOL INJ LIB PROL CT ENV AL/PLAS SER PREENC PLAS TRANS AG RETRÁTIL X 0,5 ML 1697700020086
120 MG SOL INJ LIB PROL CT ENV AL/PLAS SER PREENC PLAS TRANS AG RETRÁTIL X 0,5 ML 1697700020094

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.051, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL ASSUNTO DA PETIÇÃO DESISTIDA
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 1518 - PRODUTO BIOLÓGICO - Atualização da(s) Cepa(s) de Produção da Vacina Influenza
25351.694014/2017-88 0669574/20-4 3347445/19-1

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 1532 - PRODUTO BIOLÓGICO - Alteração de Posologia
25351.411980/2019-31 0753738/20-7 1903783/19-0
10393 - PRODUTO BIOLÓGICO - Atualização de especificações e método analítico do princípio ativo, do produto a granel, do produto terminado, do adjuvante e dos estabilizantes que não constam em compêndio oficial
25351.411882/2019-02 0905331/20-0 1946704/19-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.052, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
3211182197 20/11/2019
3211189194 20/11/2019
3211194191 20/11/2019

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 56998982000107
3298382194 28/11/2019
3394947196 06/12/2019
3394941197 06/12/2019

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
3246833194 22/11/2019
3246827190 22/11/2019
3284430191 27/11/2019

EMS S/A 57507378000365
3323049198 29/11/2019
3323507194 29/11/2019

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
3261919197 25/11/2019
3262012198 25/11/2019
3262456195 25/11/2019
3262460193 25/11/2019
3261975198 25/11/2019
3322740193 29/11/2019
3322053191 29/11/2019
3322433191 29/11/2019
3322417190 29/11/2019
3322561193 29/11/2019
3322184197 29/11/2019
3322619199 29/11/2019
3322281199 29/11/2019

Instituto de Tecnologia do Paraná 77964393000188
3373499192 05/12/2019
3373542195 05/12/2019

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA 54516661000101
3298084191 28/11/2019

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
3322941194 29/11/2019

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 82277955000155
3396155197 06/12/2019

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
2664947191 26/11/2019
3394872191 06/12/2019
3394815191 06/12/2019

SHIRE FARMACÊUTICA BRASIL LTDA. 07898671000160
3445693197 12/12/2019
3445842195 12/12/2019

UCB BIOPHARMA LTDA. 64711500000114
3271933197 26/11/2019

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
3323839191 29/11/2019
3325570199 29/11/2019

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.053, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 946, de 02 de abril de 2020, única e exclusivamente quanto ao deferimento do expediente sob assunto 11302 ADITAMENTO - ANÁLISE DE DOSSIÊ DE INSUMO FARMACÊUTICO ATIVO (DIFA) expediente 2001346/17-9 para o medicamento desogestrel, processo 25351.005859/2015-36, referente à empresa DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA, publicada no Diário Oficial da União nº. 66, de 06 de abril de 2020, Seção 1, página 102.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.054, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER
PI 0719006-9
LOHMANN THERAPIE-SYSTEME AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
119/20

PI 0911031-3
PURDUE PHARMA L.P. / SHIONOGI & CO., LTD.
CRUZEIRO NEWMARC PATENTES E MARCAS LTDA.
119/20
PI 0911422-0
REATA PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
119/20
PI 0911457-2
REATA PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
119/20
PI 0911577-3
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
119/20
BR 102017027500-0
ARBORUM VIVEIRO E COMÉRCIO DE MUDAS LTDA
ARBORUM VIVEIRO E COMÉRCIO DE MUDAS LTDA
150/20
BR 102019019908-3
LUIZ CLAUDIO CESARIO
LUIZ CLAUDIO CESARIO
156/20
BR 112012002183-4
AMAZENTIS S.A.
CLARKE, MODET & CO
119/20
BR 112013015604-0
D. WESTERN THERAPEUTICS INSTITUTE, INC.
DENIS ALLAN DANIEL
143/20
BR 112013015635-0
CJ CHEILJEDANG CORPORATION
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
143/20
BR 112013019942-3
YUHAN CORPORATION
HUGO SILVA & MALDONADO PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112013019996-2
ELI LILLY AND COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112013020816-3
THE PROCTER & GAMBLE COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112013020874-0
ASANA BIOSCIENCES, LLC
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112013020996-8
THERAVANCE BIOPHARMA R&D IP, LLC
ORLANDO DE SOUZA (CLARKE, MODET DO BRASIL LTDA).
143/20
BR 112013025410-6
ASTRAZENECA AB (SE)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
152/20
BR 112013028802-7
ITOCHU CHEMICAL FRONTIER CORPORATION / OISHI KOSEIDO CO., LTD.
JOSÉ CARLOS FERREIRA
143/20
BR 112013033125-9
LIVELEAF, INC.
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
143/20
BR 112014000033-6
GILEAD SCIENCES, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112014000895-7
NUSIRT SCIENCES, INC.
MAGNUS ASPEBY / CLÁUDIO SZABAS
143/20
BR 112014003907-0
INTECH BIOPHARM LTD.
CITY PATENTES E MARCAS LTDA
143/20
BR 112014004737-5
HAINAN WEI-KANG PHARMACEUTICAL (QIANSHAN) COMPANY LIMITED
TINOCO SOARES & FILHO LTDA
143/20
BR 112014006719-8
ITOCHU CHEMICAL FRONTIER CORPORATION / OISHI KOSEIDO CO., LTD.
JOSÉ CARLOS FERREIRA
143/20
BR 112014008114-0
CHIESI FARMACEUTICI S.P.A.
GUSMÃO & LABRUNIE PROPRIEDADE INTELECTUAL (CARLOS VICENTE NOGUEIRA)
143/20
BR 112014011741-1
INTERHEALTH NUTRACEUTICALS, INC.
ORLANDO DE SOUZA (CLARKE, MODET DO BRASIL LTDA).
143/20
BR 112014012589-9
BAYER INTELECTUAL PROPERTY GMBH
CARLOS ANDRÉ BARBOSA CAVALCANTI
143/20
BR 112014013925-3
CELGENE INTERNATIONAL II SARL
DENIS ALLAN DANIEL
143/20
BR 112014015669-7
ONO PHARMACEUTICAL CO., LTD.
DENIS ALLAN DANIEL
143/20
BR 112014020171-4
AKESO BIOMEDICAL, INC.
BHERING ADVOGADOS
143/20
BR 112014021497-2
LIFE SCIENCE INKUBATOR BETRIEBS GMBH & CO. KG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112014023919-3
NISSAN CHEMICAL INDUSTRIES, LTD.
NASCIMENTO ADVOGADOS
143/20
BR 112014032990-7
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112015002421-1
EVONIK RÖHM GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112015006848-0
THE CHILDREN'S DICAL CENTER CORPORATION / THE MASSACHUSETTS GENERAL HOSPITAL
BHERING ADVOGADOS
143/20
BR 112015010063-5
MURRAY AND POOLE ENTERPRISES, LTD.
BM&A PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
143/20
BR 112015010947-0
NUSIRT SCIENCES, INC.
DENNERMEYER & ASSOCIATES (CLÁUDIO SZABAS)
143/20
BR 112015014007-6
JAZZ PHARMACEUTICALS, INC.
ORLANDO DE SOUZA (CLARKE, MODET DO BRASIL LTDA).
143/20
BR 112015015864-1
INFIRST HEALTHCARE LIMITED
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
143/20
BR 112015018493-6
UNIVERSITY OF GEORGIA RESEARCH FOUNDATION, INC. / THE UNITED STATES OF AMERICA, AS REPRESENTED BY THE SECRETARY, DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES / THERMO FISHER SCIENTIFIC INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112015019995-0
GANYMED PHARMACEUTICALS AG & TRON
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
138/20
BR 112015022820-8
NESTEC S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112015023001-6
SAREPTA THERAPEUTICS, INC.
DENIS ALLAN DANIEL
143/20
BR 112015025619-8
GENETHON / CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112015026160-4
CODEXIS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112015027996-1
INREGEN
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112015030399-4
C&C RESEARCH LABORATORIES
DANIEL ADVOGADOS
119/20
BR 112015031249-7
VEROSCIENCE LLC
PINHEIRO, NUNES, ARNAUD E SCATAMBURLO ADVOGADOS (ANTONIO MAURÍCIO PEDRAS ARNAUD)
143/20
BR 112016000072-2
INTEGRA DICAL INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112016001080-9
LES LABORATOIRES SERVIER / VERNALIS (R&D) LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
119/20
BR 112016001446-4
COMMISSARIAT A L'ENERGIE ATOMIQUE ET AUX ENERGIES ALTERNATIVES
GUSMÃO E LABRUNIE ADVOGADOS
119/20
BR 112016006200-0
TEIKOKU PHARMA USA, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
143/20
BR 112016006258-2
TORAY INDUSTRIES, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
143/20
BR 112016007479-3
IMMUNOGEN, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
150/20
BR 112016008644-9
UNIVERSITE DE STRASBOURG / CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE / INSTITUT NATIONAL DE LA SANTE ET DE LA RECHERCHE DICALE
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
143/20
BR 112016015449-5
LIFESCI PHARMACEUTICALS, INC.
CLARKE, MODET & CO
119/20
BR 112016016138-6
KANNALIFE, INC.
KATIA FERNANDES DE ALMEIDA
119/20
BR 112016017690-1
VYOME THERAPEUTICS LIMITED
MURTA GOYANES ADVOGADOS
119/20
BR 112017002090-4
CSL LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
150/20
BR 112017024481-0

THE WISTAR INSTITUTE OF ANATOMY AND BIOLOGY
DANIEL ADVOGADOS
150/20
BR 112017027079-0
THE TRUSTEES OF COLUMBIA UNIVERSITY IN THE CITY OF NEW YORK / FUNDACIO HOSPITAL UNIVERSITARI VALL D'HEBRON-INSTITUT DE RECERCA
BHERING ADVOGADOS
149/20
BR 112018004311-7
ON TARGET LABORATORIES, LLC
HUGO SILVA & MALDONADO PROPRIEDADE INTELECTUAL SOCIEDADE CIVIL S/C LTDA
150/20
BR 112018014596-3
MATTI J. SIRÉN
LICKS ADVOGADOS
150/20
BR 112018015483-0
DIPHARMA S.A.
MSANTOS PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
149/20
BR 112018071678-2
GILEAD SCIENCES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
150/20
BR 112018072849-7
4D MOLECULAR THERAPEUTICS INC.
HUGO SILVA & MALDONADO PROPRIEDADE INTELECTUAL SOCIEDADE CIVIL S/C LTDA
149/20
BR 112018074126-4
KIM, WEON JU
CÉLIA NOVAES & ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
149/20
BR 112018074270-8
SAREPTA THERAPEUTICS, INC.
DANIEL ADVOGADOS
149/20
BR 122012033253-8
HANMI SCIENCE CO, LTD
GUILHERME DE MATTOS ABRANTES
153/20

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.055, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
GSK3359609
25/2020
25351.683013/2019-70 3270599/19-9
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.725846/2019-15 3483860/19-1
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
---
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Savolitinibe /Osimertinibe
69/2017
25351.199523/2019-63 0491688/20-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 370, de 6 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 28, de 10 de fevereiro de 2020, Seção 1, pág. 117, referente ao processo nº 25351.699419/2010-15,

Onde se lê:
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
belimumabe
BENLYSTA 25351.699419/2010-15 02/2025
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 2518153/19-0
1.0107.0295.001-1 60 Meses
120 MG PO LIOF INJ CT FA VD INC
1.0107.0295.002-8 60 Meses
400 MG PO LIOF INJ CT FA VD INC
Leia-se:
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
belimumabe
BENLYSTA 25351.699419/2010-15 11/2027
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 2518153/19-0
1.0107.0295.001-1 60 Meses
120 MG PO LIOF INJ CT FA VD INC
1.0107.0295.002-8 60 Meses
400 MG PO LIOF INJ CT FA VD INC

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.610, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 23 de dezembro de 2019, Seção 1, pág. 211, referente ao processo nº 25351.411980/2019-31,

Onde se lê:
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
Hexaxim 25351.411980/2019-31 08/2021
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 0107971/19-9
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0108178/19-1
1.8326.0395.004-8 Ano(s)
SUS INJ CT 1 FA VD TRANS X 0,5 ML
1.8326.0395.005-6 Ano(s)
SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML
Leia-se:
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Poliovírus Tipo 1 (Mahoney) + Poliovírus Tipo 2 + Poliovírus Tipo 3 + Antígeno de superfície da Hepatite B + Polissacarídeo de Haemophilus influenzae tipo b
Hexaxim 25351.411980/2019-31 08/2021
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 0107971/19-9
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0108178/19-1
1.8326.0395.004-8 36 meses
SUS INJ CT 1 FA VD TRANS X 0,5 ML
1.8326.0395.005-6 36 meses
SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.031, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas por Mudança da Razão Social em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WORLD BRANDS DISTRIBUIDORA S/A
ENDEREÇO: AV. CORONEL MARCOS KONDER, Nº 1207, SALA 73
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-902
CNPJ: 06.249.926/0001-00
PROCESSO N°: 25741.262575/2010-52 (EXPEDIENTE 0720335/20-7)
AUTORIZ/MS: 9.03148-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA de produtos para saúde e produtos para diagnóstico in vitro.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.032, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas por Mudança de Endereço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WORLD BRANDS DISTRIBUIDORA S/A
ENDEREÇO: AV. CORONEL MARCOS KONDER, Nº 1207, SALA 73
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-902
CNPJ: 06.249.926/0001-00
PROCESSO N°: 25741.262575/2010-52 (EXPEDIENTE 0720376/20-4)
AUTORIZ/MS: 9.03148-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA de produtos para saúde e produtos para diagnóstico in vitro.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.058, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GLÁUCIA RIBEIRO LIMA

ANEXO

EMPRESA: ONIX PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI
ENDEREÇO: R. MARTINS FONTES, Nº 208, SALA 43
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 01.050-000
CNPJ: 12.380.817/0001-11
PROCESSO: 25759.723356/2019-00 (EXP: 3474001/19-5)
AUTORIZ/MS: 9.09135-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: prestação de serviço de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de Aeronaves, Veículos Terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, Embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estação e passagem de fronteiras.

EMPRESA: ADRIANY SOARES DA SILVA 06185366630
ENDEREÇO: RUA P, 99
BAIRRO: CASTRO PIRES
CIDADE: TEÓFILO OTONI
UF: MG
CEP: 39.801-653
CNPJ: 24.287.347/0001-25
PROCESSO Nº: 25761.530272/2019-77 (EXP: 2163428/19-9)
AUTORIZ/MS: 9.09146-7

ÁREA: PAF
ATIVIDADE: prestação de serviço de Limpeza e recolhimento de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos e terminais portuários e aeroportuários de viajantes e de cargas, postos de fronteiras e terminais alfandegados de uso publico
---
EMPRESA: PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA.
ENDEREÇO: RODOVIA FERNÃO DIAS KM 702
BAIRRO: ENGENHO DA SERRA
CIDADE: LAVRAS
UF: MG
CEP: 37.200-000
CNPJ: 06.030.279/0001-32
PROCESSO Nº: 25761.735487/2019-82 (EXP: 3524302/19-3)
AUTORIZ/MS: 9.09065-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: prestação de serviço de Segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres em transito por estações e passagens de fronteiras, embarcações, aeronaves, terminais portuários e aeroportuários de viajantes de cargas, postos de fronteira e terminais alfandegados de uso público.

EMPRESA: UBA TAMBORES LTDA
ENDEREÇO: RUA OURO PRETO, 485
BAIRRO: SANTA LUZIA
CIDADE: UBÁ
UF: MG
CEP: 36.500-001
CNPJ: 22.310.684/0001-60
PROCESSO Nº: 25761.171099/2020-02 (EXP: 0740719/20-0)
AUTORIZ/MS: 9.09147-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: prestação de serviço de Segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres em transito por estações e passagens de fronteiras, embarcações, aeronaves, terminais portuários e aeroportuários de viajantes de cargas, postos de fronteira e terminais alfandegados de uso publico

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.059, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GLÁUCIA RIBEIRO LIMA

ANEXO

EMPRESA: IMUNE DEDETIZADORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA 8 CHÁCARA 11A LOTE 03 Loja 02
BAIRRO: Vila São José/Vicente Pires
MUNICÍPIO: Brasília
UF: DF
CEP: 72.003-445
CNPJ: 18.576.477/0001-85
PROCESSO: 25351.044601/2017-79 (EXP: 0131677/17-0)
AUTORIZ/MS: 9.07851-9
ÁREA: PAF
Atividade: Prestação de Serviço de Desinsetização ou desratização em veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados.

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.022, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: FERRING LÉCIVA A.S.
ENDEREÇO: K RYBNÍKU 475, 252 42, JESENICE U PRAHY - PAÍS: TCHECA, REPÚBLICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0229
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS FERRING LTDA - CNPJ: 74.232.034/0001-48
AUTORIZ/MS: 1028762 - EXPEDIENTE(s): 2554226/19-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Suspensões

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.023, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: GLENMARK PHARMACEUTICALS LTD.
ENDEREÇO: PLOT Nº. E-37/39, MIDC, SATPUR, NASIK 422 007 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0282
EMPRESA SOLICITANTE: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 44.363.661/0001-57
AUTORIZ/MS: 1010130 - EXPEDIENTE(s): 2265143/19-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA FABRICANTE: KNOLL LLC
ENDEREÇO: ROAD 144, KM. 2.6, JAYUYA - PAÍS: PORTO RICO - CÓDIGO ÚNICO: A.0007
EMPRESA SOLICITANTE: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - CNPJ: 56.998.701/0001-16
AUTORIZ/MS: 1005531 - EXPEDIENTE(s): 2255771/19-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Hormônios) (Granel): Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA AB
ENDEREÇO: GÄRTUNAVÄGEN, SÖDERTÄLJE, 151 85 - PAÍS: SUÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0046
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 2513969/19-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos
Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLAXOSMITHKLINE MANUFACTURING S.P.A.
ENDEREÇO: STRADA PROVINCIALE ASOLANA Nº 90 (LOC. SAN POLO), 43056 TORRILE (PR) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0276
EMPRESA SOLICITANTE: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - CNPJ: 33.247.743/0001-10
AUTORIZ/MS: 1001071 - EXPEDIENTE(s): 1829169/19-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA AB
ENDEREÇO: FORSKARGATAN 18, SE-151 85 SÖDERTÄLJE - PAÍS: SUÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0047
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 2513932/19-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Pós
.....
EMPRESA: hipolabor farmacêutica ltda - CNPJ: 19.570.720/0007-06 - AUTORIZ/MS: 1013430
ENDEREÇO: av das industrias, 263
MUNICÍPIO: MONTES CLAROS - UF: MG - EXPEDIENTE: 0581618/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA AB
ENDEREÇO: FORSKARGATAN 18, SE-151 85 SÖDERTÄLJE - PAÍS: SUÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0047
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 2513952/19-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Suspensões com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA AB
ENDEREÇO: GÄRTUNAVÄGEN, SÖDERTÄLJE, 151 85 - PAÍS: SUÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0046
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 2513945/19-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLENMARK PHARMACEUTICALS LTD.
ENDEREÇO: PLOT Nº. E-37/39, MIDC, SATPUR, NASIK 422 007 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0282
EMPRESA SOLICITANTE: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 44.363.661/0001-57
AUTORIZ/MS: 1010130 - EXPEDIENTE(s): 2265141/19-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA: hipolabor farmacêutica ltda - CNPJ: 19.570.720/0007-06 - AUTORIZ/MS: 1013430
ENDEREÇO: av das industrias, 263
MUNICÍPIO: MONTES CLAROS - UF: MG - EXPEDIENTE: 0581615/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: GENENTECH, INC.
ENDEREÇO: 1 DNA WAY, SOUTH SAN FRANCISCO, CA 94080 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0246
EMPRESA SOLICITANTE: Instituto de Tecnologia do Paraná - CNPJ: 77.964.393/0001-88
AUTORIZ/MS: 1009605 - EXPEDIENTE(s): 2132454/19-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: RECORDATI RARE DISEASES
ENDEREÇO: ECO RIVER PARC 30 RUE DES PEUPLIERS, NANTERRE, 92000 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.1373
EMPRESA SOLICITANTE: RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 53.056.057/0001-79
AUTORIZ/MS: 1171267 - EXPEDIENTE(s): 0581620/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: SUN PHARMACEUTICAL MEDICARE LIMITED
ENDEREÇO: SURVEY N° 22 & 24, VILLAGE - UJETI, POST - BASKA - TAL - HALOL, DIST PANCHMAHAL - 389 350, GUJARAT STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0755
EMPRESA SOLICITANTE: RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 73.663.650/0001-90
AUTORIZ/MS: 1023528 - EXPEDIENTE(s): 0488835/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: CENEXI - LABORATOIRES THISSEN S. A.
ENDEREÇO: RUE DE LA PAPYRÉE 2-4-6, BRAINE-L´ALLEUD, 1420 - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.0345
EMPRESA SOLICITANTE: ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 02.433.631/0001-20
AUTORIZ/MS: 1037648 - EXPEDIENTE(s): 0538633/20-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Citotóxicos): Pós Liofilizados
Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD.
ENDEREÇO: INDUSTRIAL AREA 3 A.B. ROAD, DEWAS, 455 001, MADHYA PRADESH - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0520
EMPRESA SOLICITANTE: BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - CNPJ: 05.161.069/0001-10

AUTORIZ/MS: 1055849 - EXPEDIENTE(s): 3520468/19-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: CENTRO DE INMUNOLOGIA MOLECULAR (CIM)
ENDEREÇO: CALLE 216 Y ESQUINA 15, REPARTO ATABEY, PLAYA, LA HABANA - PAÍS: CUBA - CÓDIGO ÚNICO: A.0150
EMPRESA SOLICITANTE: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - CNPJ: 61.190.096/0001-92
AUTORIZ/MS: 1000438 - EXPEDIENTE(s): 0202607/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLAND PHARMA LIMITED
ENDEREÇO: SURVEY 143-148, 150 & 151, D.P.PALLY, DUNDIGAL POST, DUNDIGAL-GANDIMAISAMMA MANDAL, MEDCHAL-MALKAJGIRI DISTRICT, HYDERABAD - 500 043, TELANGANA - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.0257
EMPRESA SOLICITANTE: SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - CNPJ: 61.068.755/0001-12
AUTORIZ/MS: 1007146 - EXPEDIENTE(s): 3411942/19-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.024, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: MERCK SHARP & DOHME FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0006-49 - AUTORIZ/MS: 1000290 - AE: 1229741
ENDEREÇO: AVENIDA TANNER DE MELO, 0, QD 10, LT 4, GALPÃO A
MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIÂNIA - UF: GO - EXPEDIENTE: 2105250/19-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: S & B DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 19.308.719/0001-12 - AUTORIZ/MS: 1151952 - AE: 1186607
ENDEREÇO: Av. SAVIO COTA DE ALMEIDA GAMA 225 LJ 3
MUNICÍPIO: VOLTA REDONDA - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0950580/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.026, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Alembic Pharmaceuticals Limited - Unit I
Endereço: P.O. Tajpura, Tal. Halol, Panelav, District Panchmahal, Gujarat State, 389 350.
País: Índia
Solicitante: Prati, Donaduzzi & Cia Ltda CNPJ: 73.856.593/0001-66
Autorização de Funcionamento: 1.02.568-5 Expediente(s): 0683010/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese:
claritromicina (etapas de síntese química).

Fabricante: Glaxo Operations UK Ltd. trading as Glaxo Wellcome Operations
Endereço: North Lonsdale Road, Ulverston, Cumbria, LA12 9DR
País: Reino Unido
Solicitante: GlaxoSmithKline Brasil Ltda. CNPJ: 33.247.743/0001-10
Autorização de Funcionamento: 1.00.107-1 Expediente(s): 2005510/19-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese (classe cefalosporínicos):
Ceftazidima pentaidratada (etapas de síntese química e esterilização)

Empresa: Microbiológica Química e Farmacêutica Ltda. CNPJ: 27.191.121/0001-14
Endereço: Rua Doutor Nicanor 238, Inhaúma
Município: Rio de Janeiro UF: RJ
Autorização de Funcionamento: 1.01.817-9 Expediente(s): 2206569/19-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo(s) farmacêutico(s) ativo(s) obtido(s) por síntese química:
azatioprina, mercaptopurina, talidomida, tioguanina, entecavir e sofosbuvir.

Fabricante: Neuland Laboratories Ltd. - Unit II
Endereço: Plot Nº 92, 93, 94, 257, 258, 259, Ida, Pashamylaram, Isnapur, Patancheru Mandal - Sangareddy District - Telangana - 502 319
País: Índia
Solicitante: Prati Donaduzzi & Cia Ltda. CNPJ: 73.856.593/0001-66
Autorização de Funcionamento: 1.02.568-5 Expediente(s): 0152593/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: cloridrato de ciprofloxacino monoidratado.

Fabricante: Zhejiang Charioteer Pharmaceutical Co., Ltd.
Endereço: Tongyuanxi, Dazhan, Xianju, Zhejiang Province - 317321
País: República Popular da China
Solicitante: Quantiq Distribuidora Ltda. CNPJ: 62.227.509/0001-29
Autorização de Funcionamento: 1.06.390-4 Expediente: 2510284/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.027, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Genentech, Inc.
Endereço: 1000 New Horizons Way, Vacaville, CA 95688
País: Estados Unidos da América
Solicitante: Instituto de Tecnologia do Paraná. CNPJ: 77.964.393/0001-88
Autorização de Funcionamento: 1.00.960-5 Expediente(s): 2041502/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: trastuzumabe.

Fabricante: GSK Vaccines GmbH
Endereço: Emil-von-Behring Str. 76 und 79, 35041, Marburg
País: Alemanha
Solicitante: GlaxoSmithKline Brasil Ltda. CNPJ: 33.247.743/0001-10
Autorização de Funcionamento: 1.00.107-1 Expediente(s): 1829141/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: toxoide diftérico e toxoide tetânico.

Fabricante: Janssen Sciences Ireland UC
Endereço: Barnahely, Ringaskiddy, Cork
País: Irlanda
Solicitante: Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda. CNPJ: 51780468/0001-87
Autorização de Funcionamento: 1.01.236-1 Expediente(s): 1996052/19-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: daratumumabe, golimumabe, guselcumabe, siltuximabe e ustequinumabe.

Fabricante: Roche Singapore Technical Operations Pte Ltd
Endereço: 10 Tuas Bay Link, Singapore 637394
País: Cingapura
Solicitante: Instituto de Tecnologia do Paraná. CNPJ: 77.964.393/0001-88
Autorização de Funcionamento: 1.00.960-5 Expediente(s): 2033690/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: trastuzumabe.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.033, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL 70 % MARCA VOGUE(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1049244/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Manipulação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que a empresa de CNPJ: 05.467.152/0001-12, desconhece a fabricação do produto Álcool Gel 70 %, da Marca VOGUE, comercializado sem registro, utilizando na rotulagem do produto dados cadastrais junto a ANVISA, Fabricado por: CNPJ 05.467.152/0001-12, Indústria Brasileira, Res. Anvisa 343/05, Farm. Resp: CRFSP 39.950, Auto Func. MS. 2.04.2049.4, SAC 4199643-7606.
2. Empresa: ALEXANDRE MIAN - CNPJ: 05017103000
Produto - (Lote): ÁLCOOL GEL 70% HIGIENIZADOR DE MÃOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1036496/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização e fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização para a fabricação de cosméticos infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.034, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VARLEY DIAS SOUSA

ANEXO

EMPRESA: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ: 60.665.981/0001-18 - AUTORIZ/MS: 1004977
ENDEREÇO: RUA CORONEL LUIZ TENÓRIO DE BRITO, Nº. 90
MUNICÍPIO: EMBU-GUAÇU - UF: SP - EXPEDIENTE: 2144867/19-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ: 60.665.981/0001-18 - AUTORIZ/MS: 1004977
ENDEREÇO: RUA CORONEL LUIZ TENÓRIO DE BRITO, Nº. 90
MUNICÍPIO: EMBU-GUAÇU - UF: SP - EXPEDIENTE: 2144874/19-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Pós

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.041, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: www.almacura.com.br, - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): ÓLEO DE GIRASSOL IONIZADO(TODOS);PRATA COLONIAL SPRAY(TODOS); PRATA COLOIDAL(TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0737618/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovada a divulgação de produtos sem registro, notificação ou cadastro junto a Anvisa, apresentando alegações terapêuticas em propaganda dada pelo site www.almacura.com.br, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.
.....
2. Empresa: Ninho Verde - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): GINKGO BILOBA (TODOS)
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0966457/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Fabricação, Uso
Motivação: Comprovada a comercialização e divulgação dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, descumprindo os artigos 12 C/C 50 e 59 da Lei 6360/76.
.....
3. Empresa: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.399.786/0001-85
Produto - Apresentação (Lote): CLORIDRATO DE TIZANIDINA - 2 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30(GTZL16001; GTZL16002; GTZL18001; GTZL18002; GTZL18003; GTZL18004);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0967807/20-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Art. 7º, XV, da Lei nº 9.782/1999; Resolução RDC n° 55/2005; e comunicado de recolhimento voluntário em razão de resultados insatisfatórios de dissolução e dureza encontrados nos estudos de estabilidade, em descumprimento ao art. 56 da RDC n° 318/2019.
.....
4. Empresa: UNICHEM FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.399.786/0001-85
Produto - Apresentação (Lote): LAMOTRIGINA - 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30(ZLGL16002);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0950983/20-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento voluntário em razão de resultado fora de especificação do estudo de estabilidade para o teste de dissolução no tempo de 36 meses.
.....
5. Empresa: https://articaps.com.br/ - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): ARTICAPS (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0978229/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovada a comercialização e divulgação dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, descumprindo os artigos 12 C/C 50 e 59 da Lei 6360/76.
.....
6. Empresa: Lioli Indústria e Comércio de Chás Ltda - CNPJ: 19.498.900/0001-39
Produto - Apresentação (Lote): LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - SENE(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - TANSAGEN(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - MALVA(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - GUACO(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - ESPINHEIRA SANTA(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - CHAPEU DE COURO(Todos);LIOLI PRODUTOS DA NATUREZA - ALCACHOFRA(Todos);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0906373/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso
Motivação: Medicamento fitoterápico da categoria chá medicinal (droga vegetal) tratado como chá alimentício.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.078, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Fábrica de Artefatos de Latex Blowtex Ltda., CNPJ nº 59.548.214/0001-40, publicada pela Resolução-RE nº 2.944, de 17 de outubro de 2019, no Diário Oficial da União nº. 204, de 21 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 76, e em Suplemento da Seção 1, pág. 25, de Suretex Prophylactics (India) Limited para Suretex Prophylactics (India) Private Limited, conforme expedientes nºs 1126507/18-8 e 3044007/19-4.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.079, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Distribuidora De Medicamentos Máximus Eireli - Epp CNPJ: 08.563.277/0001-34
Endereço: Rua Polar, Nº 53 - Quadra 17-Recanto Dos Vinhais-São Luís/MA CEP: 65070-410
Autorização de Funcionamento: 8.04.449-4 Expediente: 2510282/19-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Fast Rio Comércio e Distribuição Ltda. - EPP CNPJ: 21.766.049/0001-20
Endereço: Etr Do Engenho Dagua, 1330 Box 202-Anil-Rio De Janeiro/RJ CEP: 22765-240
Autorização de Funcionamento: 8.12.853-3 Expediente: 0215055/20-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Welfare Imp. De Produtos Médico-Odontológicos Ltda. CNPJ: 01.209.413/0001-43
Endereço: Rua Pres. Campos Salles, 45-B-Glória-Joinville/SC CEP: 89217-100
Autorização de Funcionamento: 1.03.565-0 Expediente: 2181874/19-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.080, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Rescoll Manufacturing
Endereço: 4 Chemin du Solarium, 33170, Gradingan, França
Solicitante: Mandala Brasil Importação e Distribuição de Produto Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 09.117.476/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8.06.863-6 Expediente: 1078189/18-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Gambro Rostock GmbH
Endereço: Friedrich-Barnewitz-Str. 3 D-18119 Rostock, Alemanha
Solicitante: Baxter Hospitalar Ltda. CNPJ: 49.351.786/0001-80
Autorização de Funcionamento: 8.01.452-4 Expediente: 2105236/19-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos e materiais de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.081, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Ecotec Equipamentos e Sistemas Ltda. CNPJ: 03.368.064/0001-38
Endereço: Rua Shozo Sakai, 1047 - Vila Nova Cintra, Mogi das Cruzes/SP CEP: 08745-100
Autorização de Funcionamento: 8.00.093-8 Expedientes: 0463212/18-5 e 0514879/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Empresa: Mendel Indústria e Comércio de Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda - EPP. CNPJ: 20.102.553/0001-62
Endereço: Rodovia dos Minérios, 403 - Barracão 1B - Jardim Monterrey - Almirante Tamandaré/PR CEP: 83507-000
Autorização de Funcionamento: 8.12.059-1 Expediente: 2102196/17-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e Equipamentos de uso médico da classe III.

Empresa: OTP Biomédica Ltda. CNPJ: 21.923.206/0001-63
Endereço: Rua Diamante nº 832, Arvoredo, Contagem/MG CEP: 32113- 000
Autorização de Funcionamento: 8.00.785-9 Expediente: 3044063/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.082, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Produtos para Saúde da empresa constante no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Ortoart Materiais Cirúrgicos Ltda - ME CNPJ: 09.530.330/0001-63 Endereço: Rua João Itibere, 120 - Jardim das Américas - Curitiba/PR CEP: 81530-200
Autorização de Funcionamento: 8.07.774-5 Expediente: 0081329/15-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento a o parágrafo 1º do Art. 8º da RDC nº 39/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.083, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o Parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Abbott Medical
Endereço: 4 Robbins Road, Westford - Massachusetts, 01886, Estados Unidos da América
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda. CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 2120021/19-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: GE Healthcare Japan Corporation
Endereço: 7-127 - Asahigaoka 4 - Chome - Hino-Shi - Tokyo, Japão.
Solicitante: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. CNPJ: 00.029.372/0001-40
Autorização de Funcionamento: 8.00.712-6 Expediente: 2475296/19-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: LeMaitre Vascular, Inc.
Endereço: 63 Second Avenue, Burlington, MA, 01803, Estados Unidos da América
Solicitante: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 05.638.301/0001-69
Autorização de Funcionamento: 8.02.029-1 Expediente: 2421667/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Microvention, Inc
Endereço: 1311 Valencia Avenue - Tustin, Califórnia, 92780, Estados Unidos da América
Solicitante: Endotec Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 09.586.279/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8.05.834-0 Expediente: 2510298/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV e equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Misonix Inc.
Endereço: 1938 New Highway, Farmingdale, NY, 11735, Estados Unidos da América
Solicitante: N.O.S Neuro Orthopaedics Surgeries Com. Imp. e Exp. de Mat. Cirúrgico Ltda. CNPJ: 05827947/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.02.394-1 Expediente: 2510060/19-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Natus Medical Incorporated
Endereço: 5955 Pacific Center Blvd, San Diego, California, 92121, Estados Unidos da América
Solicitante: Dabasons Importação Exportação e Comércio Ltda. CNPJ: 61.519.955/0001-44
Autorização de Funcionamento: 1.00.994-3 Expediente: 2521767/19-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: St. Jude Medical, Inc.
Endereço: 387 Technology Circle, Suite 500, Atlanta, Georgia, 30313, Estados Unidos da América
Solicitante: St. Jude Medical Brasil Ltda. CNPJ: 00.986.846/0001-42
Autorização de Funcionamento: 1.03.323-4 Expediente: 2082968/19-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.061, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: INDAIACHEMICAL COMERCIAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA EIRELI
ENDEREÇO: RUA DAS ORQUIDEAS, 667 - conj. 909
BAIRRO: JARDIM POMPEIA CEP: 13345040 - INDAIATUBA/SP
CNPJ: 22.130.695/0001-69
PROCESSO: 25351.246876/2020-01 AUTORIZ/MS: 4.01924.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A.
ENDEREÇO: fazenda ypioca, s/n
BAIRRO: sapupara CEP: 61940000 - MARANGUAPE/CE
CNPJ: 05.373.212/0001-38
PROCESSO: 25351.241763/2020-10 AUTORIZ/MS: 4.01923.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EMBALAR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
FABRICAR: COSMÉTICOS
REEMBALAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: TRANSPORTADORA RADAR LTDA
ENDEREÇO: R ANTONIO PEDRO DOS SANTOS FILHO, 181
BAIRRO: CONJ. HAB. SAN FERNANDO CEP: 86605731 - ROLÂNDIA/PR
CNPJ: 24.786.506/0001-36
PROCESSO: 25351.106378/2020-19 AUTORIZ/MS: 4.01918.2
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS

EMPRESA: BRAZILIAN DUBAI IND E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS MARTINS 62 QUADRA M LOTE 11
BAIRRO: IPIRANGA CEP: 29201130 - GUARAPARI/ES
CNPJ: 36.042.664/0001-60
PROCESSO: 25351.231662/2020-22 AUTORIZ/MS: 4.01915.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: GS HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA Q, 128, QD. 18, LT. 3
BAIRRO: SETOR CENTRO OESTE CEP: 74550135 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 29.587.965/0001-04
PROCESSO: 25351.231420/2020-39 AUTORIZ/MS: 4.01920.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: PAULISTA EXPRESS TRANSPORTES LTDA.
ENDEREÇO: Estrada do Caminho do Mar, 2.800 - Galpão
BAIRRO: Rio Grande CEP: 09832140 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
CNPJ: 74.289.034/0001-84
PROCESSO: 25351.242488/2020-43 AUTORIZ/MS: 4.01925.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: TRANSPORTADORA PEREGRINA EIRELI
ENDEREÇO: ROD BR 101, 403, KM 371
BAIRRO: ESPLANADA CEP: 88820000 - IÇARA/SC
CNPJ: 08.158.720/0001-91
PROCESSO: 25351.231288/2020-65 AUTORIZ/MS: 4.01919.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Lever Indústria e Comércio de Cosméticos Eireli
ENDEREÇO: Rua Alfa, 678
BAIRRO: Vila Paris CEP: 32372080 - CONTAGEM/MG
CNPJ: 29.960.769/0001-33
PROCESSO: 25351.235280/2020-78 AUTORIZ/MS: 4.01916.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: Nova Oeste Distribuidora de Medicamentos Ltda
ENDEREÇO: Rua Cuiaba, 5018 - sala 02
BAIRRO: Alto Alegre CEP: 85805260 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.772.843/0001-28
PROCESSO: 25351.252173/2020-12 AUTORIZ/MS: 1.23736.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: THAMAPETH COMERCIO EIRELI
ENDEREÇO: Rua pedro Alvares Cabral, 256 sala 212
BAIRRO: Centro CEP: 26525052 - NILÓPOLIS/RJ
CNPJ: 35.272.834/0001-30
PROCESSO: 25351.220859/2020-36 AUTORIZ/MS: 1.23724.4
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BSB COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: ADE CONJUNTO 07 LOTE 14
BAIRRO: SAMAMBAI SUL CEP: 72314707 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 04.925.272/0001-53
PROCESSO: 25351.247526/2020-54 AUTORIZ/MS: 1.23740.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: DENTAL CONNECT COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
ENDEREÇO: AV PARAIBA, 881
BAIRRO: ADRIANOPOLIS CEP: 69057021 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.817.864/0001-80
PROCESSO: 25351.231586/2020-55 AUTORIZ/MS: 1.23732.1
ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NTC SOLUTIONS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: TRAV. TRES DE MAIO 1218, EDIFICIO ALPHA CENTER SALA 302
BAIRRO: SÃO BRAZ CEP: 66063383 - BELÉM/PA
CNPJ: 28.905.977/0001-77
PROCESSO: 25351.247605/2020-65 AUTORIZ/MS: 1.23739.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: HOS D FAR PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA SAO PEDRO-Nº 25
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 36502068 - UBÁ/MG
CNPJ: 26.284.760/0001-61
PROCESSO: 25351.242492/2020-10 AUTORIZ/MS: 7H718L5H1X66 (8.19855.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: ORTHEX PRODUTOS MEDICOS EIRELI
ENDEREÇO: R ESTADO DE ISRAEL, 334 SALA 0107 EDF ESPACO I
BAIRRO: ILHA DO LEITE CEP: 50070420 - RECIFE/PE
CNPJ: 33.515.812/0001-29
PROCESSO: 25351.231673/2020-11 AUTORIZ/MS: W7H111281819 (8.19852.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ARAYA EXPRESS EIRELI EPP
ENDEREÇO: RUA DAS GLICINIAS, 264 - TERREO
BAIRRO: JARDIM LAVORATO CEP: 06817070 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 27.049.737/0001-55
PROCESSO: 25351.584845/2019-12 AUTORIZ/MS: X9817M10WY41 (8.19853.8)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: G-log Armazéns Gerais ltda
ENDEREÇO: Alameda Bom Pastor, 3250 MODULO 04 SALA 01
BAIRRO: Barro Preto CEP: 83015810 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 20.173.962/0001-50
PROCESSO: 25351.231634/2020-13 AUTORIZ/MS: 95216YY1617W (8.19861.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: SEVEN Produtos Laboratoriais Para Diagnostico LTDA
ENDEREÇO: Avenida Londres, 201 Sala 01
BAIRRO: Rio Verde CEP: 83405110 - COLOMBO/PR
CNPJ: 34.182.886/0001-53
PROCESSO: 25351.220903/2020-16 AUTORIZ/MS: 61M17L2Y9160 (8.19849.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Supra Diagnosticos Comercio de Produtos para Laboratórios EIRELI
ENDEREÇO: Rua Baronesa Geraldo de Resende, 278
BAIRRO: Centro CEP: 13150031 - COSMÓPOLIS/SP
CNPJ: 30.479.147/0001-77
PROCESSO: 25351.138826/2019-18 AUTORIZ/MS: 8WW1XWX7171H (8.19854.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: BSB COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: ADE CONJUNTO 07 LOTE 14
BAIRRO: SAMAMBAI SUL CEP: 72314707 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 04.925.272/0001-53
PROCESSO: 25351.247525/2020-18 AUTORIZ/MS: PX74611L9968 (8.19868.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: THAMAPETH COMERCIO EIRELI
ENDEREÇO: Rua pedro Alvares Cabral, 256 sala 212
BAIRRO: Centro CEP: 26525052 - NILÓPOLIS/RJ
CNPJ: 35.272.834/0001-30
PROCESSO: 25351.220901/2020-19 AUTORIZ/MS: 4102YW89205X (8.19847.8)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: PAIN MED COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIO EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA CORONEL FREDERICO LUNDGREN 159 SALA 30
BAIRRO: CASA CAIADA CEP: 53040150 - OLINDA/PE
CNPJ: 28.851.101/0001-95
PROCESSO: 25351.252194/2020-20 AUTORIZ/MS: Y3X10XW63026 (8.19867.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Key Trade Importadora e Exportadora Ltda
ENDEREÇO: Rua João Bauer, 498 - Sala 406
BAIRRO: Centro CEP: 88301500 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 09.211.470/0001-79
PROCESSO: 25351.241738/2020-28 AUTORIZ/MS: P068566W330W (8.19845.1)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: Rua Santa Luzia, 17 QUADRA 132 LOTE 01
BAIRRO: Setor Campinas CEP: 74525040 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 32.526.552/0001-24
PROCESSO: 25351.144134/2020-34 AUTORIZ/MS: 59Y139Y2L76H (8.19846.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: K. T. G. DOS SANTOS MATERIAL CIRURGICO HOSPITALAR
ENDEREÇO: RUA DO IPIRANGA, 56 SALA 125
BAIRRO: CENTRO CEP: 28015055 - CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
CNPJ: 35.232.071/0001-02
PROCESSO: 25351.079591/2020-41 AUTORIZ/MS: W00231W1620X (8.19860.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: DIAG PRIME COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS CIENTIFICOS EIRELI
ENDEREÇO: RUA: SENADOR CANDIDO FERRAZ, 1250
BAIRRO: JOQUEI CEP: 64049250 - TERESINA/PI
CNPJ: 02.016.542/0003-40
PROCESSO: 25351.220902/2020-63 AUTORIZ/MS: P5Y154384Y40 (8.19848.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: DENTAL PENQUES COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: AV JOSE OLEGARIO DE BARROS 642 LOJAS 1,2 ,3
BAIRRO: AREAO CEP: 12060400 - TAUBATÉ/SP
CNPJ: 62.404.306/0001-60
PROCESSO: 25351.093277/2020-71 AUTORIZ/MS: 1L83Y72X029Y (8.19865.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: INVICTUS DIAGNOSTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA POTUMAIO, 774, SALA B
BAIRRO: SAO GERALDO CEP: 31050270 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 36.027.538/0001-37
PROCESSO: 25351.235788/2020-76 AUTORIZ/MS: 4L02X905909L (8.19858.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: GS HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: RUA Q, 128, QD. 18, LT. 3
BAIRRO: SETOR CENTRO OESTE CEP: 74550135 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 29.587.965/0001-04
PROCESSO: 25351.231367/2020-76 AUTORIZ/MS: 8HX142LM8X9W (8.19859.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ORTHOMEDIC MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: TR SIA TRECHO 3 BLOCO D SALA 111 LOTE 985 ED.MARINA OFFICE
BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL (GUARA) CEP: 71200030 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 23.373.128/0001-04
PROCESSO: 25351.242355/2020-77 AUTORIZ/MS: 1451YMXM862H (8.19869.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: sm empreendimentos farmacêuticos ltda
ENDEREÇO: RUA JOSE SEMIAO RODRIGUES AGOSTINHO Nº 1.370, GLEBA "C", UNIDADES 61 E 62, BLOCO 400
BAIRRO: QUINHAU EMBU DAS ARTES CEP: 06833300 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 44.015.477/0008-92
PROCESSO: 25351.235747/2020-80 AUTORIZ/MS: 8082MY62LWX0 (8.19856.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: Nova Oeste Distribuidora de Medicamentos Ltda
ENDEREÇO: Rua Cuiaba, 5018 - sala 02
BAIRRO: Alto Alegre CEP: 85805260 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.772.843/0001-28
PROCESSO: 25351.252193/2020-85 AUTORIZ/MS: 0XM14MH20417 (8.19864.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: SENSITIVE TRANSPORTES EIRELI
ENDEREÇO: AV FRANCISCO GONÇALVES VALIM, 219
BAIRRO: REZENDE CEP: 37062200 - VARGINHA/MG
CNPJ: 28.759.933/0002-67
PROCESSO: 25351.220923/2020-89 AUTORIZ/MS: 82X17913W4X1 (8.19850.7)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: LARISSA TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA EDUARDO SANTANA, O4
BAIRRO: PITANGUINHA VELHA CEP: 43700000 - SIMÕES FILHO/BA
CNPJ: 08.188.931/0001-77
PROCESSO: 25351.242358/2020-19 AUTORIZ/MS: 3.09321.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: BSB COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: ADE CONJUNTO 07 LOTE 14
BAIRRO: SAMAMBAI SUL CEP: 72314707 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 04.925.272/0001-53
PROCESSO: 25351.247577/2020-86 AUTORIZ/MS: 3.09320.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.062, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: BRASIL EUROPA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS, ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA
ENDEREÇO: R JOSE DE MELLO, 440
BAIRRO: VILA NOSSA SENHORA APARECIDA CEP: 14340000 - BRODOWSKI/SP
CNPJ: 12.278.188/0001-13
PROCESSO: 25351.092909/2011-17 AUTORIZ/MS: 2.05813.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: INNOVAPHARMA BRASIL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL S/N QUADRA AREA LOTE 01 GALPÃO 01 FAZENDA BOTAFOGO
BAIRRO: JARDIM DA LUZ CEP: 74850681 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.771.518/0001-40
PROCESSO: 25351.079659/2020-91 AUTORIZ/MS: 4.01789.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EMPRESA: VERDEMED FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: ESTRADA DA LAGOINHA Nº 501, BLOCO 02
BAIRRO: LAGOA CEP: 06730000 - VARGEM GRANDE PAULISTA/SP
CNPJ: 27.218.747/0001-77
PROCESSO: 25351.295346/2017-02 AUTORIZ/MS: 1.16599.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: INNOVAPHARMA BRASIL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL S/N QUADRA AREA LOTE 01 GALPÃO 01 FAZENDA BOTAFOGO
BAIRRO: JARDIM DA LUZ CEP: 74850681 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.771.518/0001-40
PROCESSO: 25351.079669/2020-27 AUTORIZ/MS: 1.20723.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA
ENDEREÇO: TRAVESSA CASTELO BRANCO, Nº 2028
BAIRRO: GUAMÁ CEP: 66063000 - BELÉM/PA
CNPJ: 05.049.432/0001-00
PROCESSO: 250002281992 AUTORIZ/MS: 1.02123.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV NATALINO FAUST, Nº 591
BAIRRO: PADRE ULRICO CEP: 85604443 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 04.372.020/0001-44
PROCESSO: 25023.080059/01-36 AUTORIZ/MS: 1.05176.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: INNOVAPHARMA BRASIL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL S/N QUADRA AREA LOTE 01 GALPÃO 01 FAZENDA BOTAFOGO
BAIRRO: JARDIM DA LUZ CEP: 74850681 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.771.518/0001-40
PROCESSO: 25351.079664/2020-02 AUTORIZ/MS: M9M1XMMYL0L8 (8.19618.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: Surgical Implantes Importação, Exportação e Comércio de Implantes Ortopédicos Eireli
ENDEREÇO: Rua Barão de Piratininga, 74
BAIRRO: Jardim Faculdade CEP: 18030160 - SOROCABA/SP
CNPJ: 29.982.719/0001-57
PROCESSO: 25351.693926/2019-02 AUTORIZ/MS: 44W1055HY5HW (8.19276.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: INNOVAPHARMA BRASIL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL S/N QUADRA AREA LOTE 01 GALPÃO 01 FAZENDA BOTAFOGO
BAIRRO: JARDIM DA LUZ CEP: 74850681 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.771.518/0001-40
PROCESSO: 25351.079664/2020-02 AUTORIZ/MS: M9M1XMMYL0L8 (8.19618.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV NATALINO FAUST, Nº 591
BAIRRO: PADRE ULRICO CEP: 85604443 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 04.372.020/0001-44
PROCESSO: 25023.080895/2007-03 AUTORIZ/MS: K9M32W0M095M (8.03784.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

EMPRESA: mla suprimentos médicos ltda - epp
ENDEREÇO: AV ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS, 361
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 13213009 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 22.315.538/0001-28
PROCESSO: 25351.114897/2017-04 AUTORIZ/MS: W4417WYW0092 (8.14847.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: NSR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA GUPÊ, 10767 - BLOCO C - GALPÃO 16
BAIRRO: ITAQUITI CEP: 06420000 - BARUERI/SP
CNPJ: 50.885.268/0001-26
PROCESSO: 25351.185222/2002-12 AUTORIZ/MS: 8.01125.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EMBALAR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
FABRICAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

EMPRESA: CHEMBIO DIAGNOSTICS BRAZIL LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DOS BANDEIRANTES , n. 11742 PARTE
BAIRRO: VARGEM PEQUENA CEP: 22783111 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 09.449.181/0001-02
PROCESSO: 25351.283584/2009-15 AUTORIZ/MS: G89831M06X1W (8.05352.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: Inovva Comercio de Produtos Hospitalares ltda
ENDEREÇO: av. ayrão, 962
BAIRRO: centro CEP: 69025005 - MANAUS/AM
CNPJ: 08.939.193/0001-52
PROCESSO: 25351.638343/2019-19 AUTORIZ/MS: P128L6158Y06 (8.19137.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MMC SOLUCOES EM LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: R CONDE DEU, 101
BAIRRO: BARRA DA TIJUCA CEP: 22611050 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 28.205.382/0001-09
PROCESSO: 25351.515511/2017-29 AUTORIZ/MS: 7X916L31YHY5 (8.15665.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: CELER BIOTECNOLOGIA S/A
ENDEREÇO: R PADRE EUSTAQUIO 1133 SUBLOJA 11
BAIRRO: CARLOS PRATES CEP: 30710580 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 04.846.613/0001-03
PROCESSO: 25351.336390/2009-36 AUTORIZ/MS: K8645X077XM6 (8.05374.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: POL-LUX COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICO E HOSPITALAR S/A
ENDEREÇO: Avenida DAS AMERICAS, 3301, BLC 03 LOJ 104
BAIRRO: BARRA DA TIJUCA CEP: 22631003 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 10.347.925/0001-67
PROCESSO: 25351.238559/2009-41 AUTORIZ/MS: U96946057HML (8.05260.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: LAPON INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA VIGÁRIO JOAQUIM PINTO 163
BAIRRO: CENTRO CEP: 55700000 - LIMOEIRO/PE
CNPJ: 35.356.799/0001-38
PROCESSO: 25351.942558/2016-44 AUTORIZ/MS: 82021752X4HY (8.13487.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS

EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: MONTEGGIA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: RUA AMAPÁ, 132 - LOJA 01
BAIRRO: PONTA PORÃ CEP: 94935050 - CACHOEIRINHA/RS
CNPJ: 05.032.608/0001-11
PROCESSO: 25351.124795/2009-50 AUTORIZ/MS: K394MLHWM68H (8.05139.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: DIRK LABIMED LTDA - ME
ENDEREÇO: AV. FLORES DA CUNHA, 1320, SALA 110
BAIRRO: IMBUI CEP: 94910002 - CACHOEIRINHA/RS
CNPJ: 01.624.271/0001-80
PROCESSO: 25351.692192/2015-62 AUTORIZ/MS: KX7181H24729 (8.12993.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: MAMUTE 3DOTS LABORATORIO DE PROTESE ODONTOLOGICA LTDA.
ENDEREÇO: rua caju, 120 sala b
BAIRRO: scharlau CEP: 93125190 - SÃO LEOPOLDO/RS
CNPJ: 27.122.253/0001-94
PROCESSO: 25351.043960/2020-67 AUTORIZ/MS: XX81144H20H6 (8.19524.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: CITYMEDIC INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI - ME
ENDEREÇO: R VICE-PREFEITO NELSON FIUZA, 367
BAIRRO: JARDIM TERNURA CEP: 18279450 - TATUÍ/SP
CNPJ: 25.318.297/0001-69
PROCESSO: 25351.360952/2018-68 AUTORIZ/MS: 6071910H9H85 (8.16818.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: SIRIOS-MED MATERIAIS HOSPITALARES E SERVIÇOS EIRELI-ME
ENDEREÇO: RUA JOANA GRACIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA, 266, QUADRA 12, LOTE 14
BAIRRO: AMPLIACAO CEP: 24890000 - TANGUÁ/RJ
CNPJ: 21.052.619/0001-10
PROCESSO: 25351.713402/2017-75 AUTORIZ/MS: 52310H1WH298 (8.16483.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ERVIEGAS QUIMICA FINA E PLASTICOS LTDA
ENDEREÇO: AL PLUTAO, 593
BAIRRO: AMERICAN PARK EMPRESARIAL NR CEP: 13347656 - INDAIATUBA/SP
CNPJ: 46.271.011/0001-07
PROCESSO: 25991.011897/77 AUTORIZ/MS: 1.00393.7
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPORTAR: CORRELATO
IMPORTAR: CORRELATO
REEMBALAR: CORRELATO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.063, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES LTDA
ENDEREÇO: AV DOUTOR EZUEL PORTES, 24517
BAIRRO: GUARUJA CEP: 85804603 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 48.740.351/0025-32
PROCESSO: 25351.232703/2020-06 AUTORIZ/MS: 1.23725.8
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Nova Oeste Distribuidora de Medicamentos Ltda
ENDEREÇO: Rua Cuiaba, 5018 - sala 02
BAIRRO: Alto Alegre CEP: 85805260 - CASCAVEL/PR
CNPJ: 34.772.843/0001-28
PROCESSO: 25351.252171/2020-15 AUTORIZ/MS: 1.23738.3
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BOY VINY EXPRESS LTDA
ENDEREÇO: RUA FERREIRA LEITE, 118 - GALPÃO -
BAIRRO: ABOLIÇÃO CEP: 20750000 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 04.962.763/0001-74
PROCESSO: 25351.231734/2020-31 AUTORIZ/MS: 1.23726.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: J S SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO PIZARRO, N. 293, LOTE PQ. DAS PALMEIRAS
BAIRRO: FLORES CEP: 69058199 - MANAUS/AM
CNPJ: 01.177.822/0001-05
PROCESSO: 25351.242569/2020-43 AUTORIZ/MS: 1.23733.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: Cooperativa de Consumo de Ribeirão Preto e Região
ENDEREÇO: Rua Vitorio Ferro, 90
BAIRRO: Distrito industrial Abid Rassi CEP: 14680000 - JARDINÓPOLIS/SP
CNPJ: 13.579.508/0001-38
PROCESSO: 25351.231443/2020-43 AUTORIZ/MS: 1.23731.8
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: BSB COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: ADE CONJUNTO 07 LOTE 14
BAIRRO: SAMAMBAI SUL CEP: 72314707 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 04.925.272/0001-53
PROCESSO: 25351.247524/2020-65 AUTORIZ/MS: 1.23741.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: maxilog express transportes eireli
ENDEREÇO: AV DOM LUIZ DO AMARAL MOUSINHO 369 GALPÃO 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 14340000 - BRODOWSKI/SP
CNPJ: 19.241.360/0001-03
PROCESSO: 25351.252149/2020-75 AUTORIZ/MS: 1.23737.0
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NILSON CARNEIRO DO NASCIMENTO TRANSPORTES - ME
ENDEREÇO: R ITAJUBÁ, 45
BAIRRO: IMBIRIBEIRA CEP: 51150360 - RECIFE/PE
CNPJ: 07.583.715/0001-63
PROCESSO: 25351.242489/2020-98 AUTORIZ/MS: 1.23742.6
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.064, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV NATALINO FAUST, Nº 591
BAIRRO: PADRE ULRICO CEP: 85604443 - FRANCISCO BELTRÃO/PR
CNPJ: 04.372.020/0001-44
PROCESSO: 25023.080025/2002-11 AUTORIZ/MS: 1.21371.1
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: NPS do Brasil Farmaceutica Ltda EPP
ENDEREÇO: Cesar Augusto Dalçoquio, 4255 ARMAZÉM A SALA 29D
BAIRRO: Salseiros CEP: 88311500 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 24.604.135/0003-96
PROCESSO: 25351.720131/2017-12 AUTORIZ/MS: 1.17317.7
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.065, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: MBC TRANSPORTES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ISAÍAS EVÓDIO DE OLIVEIRA, 33
BAIRRO: FRAGATA CEP: 96050190 - PELOTAS/RS
CNPJ: 07.109.693/0001-02
PROCESSO: 25351.333030/2014-30 AUTORIZ/MS: 2.07563.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: RCM IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA PADRE RAPOSO, 934
BAIRRO: MOOCA CEP: 03118001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.074.638/0001-16
PROCESSO: 25351.383935/2015-74 AUTORIZ/MS: 2.08143.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SANFARMA SANTO ANTÔNIO FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: AV FREI CIRILO N. 4000 LOJA 15
BAIRRO: MESSEJANA CEP: 60840285 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 07.467.475/0029-32

PROCESSO: 25351.227294/2018-01 AUTORIZ/MS: 7.58108.0
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MARTINS COMERCIO LTDA - ME
ENDEREÇO: avenida florestal 407 - b
BAIRRO: segatto CEP: 29192154 - ARACRUZ/ES
CNPJ: 07.380.533/0001-95
PROCESSO: 25351.042382/2014-01 AUTORIZ/MS: 7.09746.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: M. E. CRISPIM - ME
ENDEREÇO: RUA MAJOR LEAL, 136 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 63580000 - JUCÁS/CE
CNPJ: 07.460.289/0001-70
PROCESSO: 25351.265429/2014-03 AUTORIZ/MS: 7.18451.4
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: Abrantes & Sucupira LTDA
ENDEREÇO: Rua Manoel Gadelha Filho, 38
BAIRRO: gato preto CEP: 58802000 - SOUSA/PB
CNPJ: 07.465.299/0002-80
PROCESSO: 25351.678792/2013-04 AUTORIZ/MS: 7.04683.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SANFARMA - SANTO ANTONIO FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOUTOR GILBERTO STUDART N°. 155 LOJAS 13,14,15,16,17
BAIRRO: COCO CEP: 60720080 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 07.467.475/0009-99
PROCESSO: 25351.327534/2014-04 AUTORIZ/MS: 7.20182.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MISOR FARMACIAS LTDA
ENDEREÇO: rua presidente lucena 3566
BAIRRO: picada holanda CEP: 95175000 - PICADA CAFÉ/RS
CNPJ: 07.396.135/0001-67
PROCESSO: 25351.692208/2014-04 AUTORIZ/MS: 7.33192.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: JPS FARMA LTDA ME
ENDEREÇO: Av Condessa de Rio Novo , n°1405
BAIRRO: centro CEP: 25803000 - TRÊS RIOS/RJ
CNPJ: 07.381.852/0059-31
PROCESSO: 25351.585301/2017-06 AUTORIZ/MS: 7.54950.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMÁCIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA ME
ENDEREÇO: R Principla, SC 466
BAIRRO: Linha das Palmeiras CEP: 89780000 - XAVANTINA/SC
CNPJ: 07.409.828/0002-28
PROCESSO: 25351.314255/2014-10 AUTORIZ/MS: 7.19507.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: JPS FARMA LIMITADA - ME
ENDEREÇO: Av Nesralla rubez , 656
BAIRRO: centro CEP: 12701000 - CRUZEIRO/SP
CNPJ: 07.381.852/0051-84
PROCESSO: 25351.066196/2016-11 AUTORIZ/MS: 7.45725.4
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: eliete rodrigues do couto
ENDEREÇO: rua doutor arthur couto, a
BAIRRO: mussurunga CEP: 41490350 - SALVADOR/BA
CNPJ: 07.097.052/0003-39
PROCESSO: 25351.527150/2014-11 AUTORIZ/MS: 7.28897.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: RENATA FERREIRA DO CARMO GALVÃO-ME
ENDEREÇO: Avenida Turmalinas n° 777
BAIRRO: Jardim Nicea CEP: 08589000 - ITAQUAQUECETUBA/SP
CNPJ: 07.410.568/0001-20
PROCESSO: 25351.648641/2013-13 AUTORIZ/MS: 7.01345.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: Pereira e carvalho comercio de medicamentos ltda me
ENDEREÇO: RUA CLAUDIO DELFINO, 126
BAIRRO: JD. NOVO MARACANA CEP: 13054105 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 07.063.404/0001-73
PROCESSO: 25351.145575/2014-13 AUTORIZ/MS: 7.13913.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MBC TRANSPORTES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ISAÍAS EVÓDIO DE OLIVEIRA, 33
BAIRRO: FRAGATA CEP: 96050190 - PELOTAS/RS
CNPJ: 07.109.693/0001-02
PROCESSO: 25351.332953/2014-14 AUTORIZ/MS: 1.10404.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: acez farmacia ltda
ENDEREÇO: AVENIDA MATEUS CUNHA FUNDAO, 560
BAIRRO: centro CEP: 29845000 - SÃO MATEUS/ES
CNPJ: 07.036.066/0002-61
PROCESSO: 25351.225467/2014-15 AUTORIZ/MS: 7.16003.4
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: Farmacia Jahnel e Becker Ldta ME
ENDEREÇO: Avenida do Comercio, 1263
BAIRRO: CEP: - CUNHA PORÃ/SC
CNPJ: 07.368.596/0004-79
PROCESSO: 25351.662271/2014-16 AUTORIZ/MS: 7.32404.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SPA DA PELE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COSMÉTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: SHCN CL QD. 112 BL. D LOJAS 20/44/48
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70762540 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 07.089.186/0001-46
PROCESSO: 25351.742722/2013-17 AUTORIZ/MS: 7.31404.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: katia alves de archangelo
ENDEREÇO: rua visconde do rio branco, 157
BAIRRO: centro CEP: 13480100 - LIMEIRA/SP
CNPJ: 07.474.900/0001-10
PROCESSO: 25351.014392/2016-19 AUTORIZ/MS: 7.44971.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: ELIETE RODRIGUES DO COUTO
ENDEREÇO: RUA GENARO DE CARVALHO, 2-E
BAIRRO: CASTELO BRANCO CEP: 41320100 - SALVADOR/BA
CNPJ: 07.097.052/0002-58
PROCESSO: 25351.212247/2014-21 AUTORIZ/MS: 7.16054.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMACIA MAE DE DEUS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS 598
BAIRRO: CENTRO CEP: 98435000 - PINHEIRINHO DO VALE/RS
CNPJ: 07.395.341/0001-52
PROCESSO: 25351.240175/2013-21 AUTORIZ/MS: 7.22918.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: PHN DROGARIA LTDA ME
ENDEREÇO: rua dezoito,numeros 6 e 7
BAIRRO: Praia Brava CEP: 23950050 - ANGRA DOS REIS/RJ
CNPJ: 07.045.949/0002-38
PROCESSO: 25351.277506/2016-21 AUTORIZ/MS: 7.47133.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: M J P MATOS E CIA LTDA
ENDEREÇO: VIA LOCAL 301 N 01
BAIRRO: PARQUE VITORIA CEP: 65110000 - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA
CNPJ: 07.474.658/0001-84
PROCESSO: 25351.490935/2014-21 AUTORIZ/MS: 7.27008.6
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMÁCIA N. S. APARECIDA LTDA. - ME
ENDEREÇO: rua prefeito octavio urbano simon - 249 - sala 02
BAIRRO: centro CEP: 89780000 - XAVANTINA/SC
CNPJ: 07.409.828/0001-47
PROCESSO: 25351.303721/2014-23 AUTORIZ/MS: 7.18777.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: DROGARIA SARICA LTDA
ENDEREÇO: av. prefeito dilermando de oliveira, 141
BAIRRO: centro CEP: 37430000 - CONCEIÇÃO DO RIO VERDE/MG
CNPJ: 07.480.207/0002-30
PROCESSO: 25351.459850/2008-27 AUTORIZ/MS: 0.55175.4
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: GISLENE ANDREZA CARVALHO ME
ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, Nº 1075
BAIRRO: JOAMARIO CEP: 38295000 - LIMEIRA DO OESTE/MG
CNPJ: 07.103.350/0001-22
PROCESSO: 25351.555969/2009-28 AUTORIZ/MS: 0.62392.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: D. ASSUNÇÃO MOURA
ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE MEDICI N° 990 "A"
BAIRRO: PARQUE PIAUI CEP: 65636010 - TIMON/MA
CNPJ: 07.062.297/0001-69
PROCESSO: 25351.382417/2014-34 AUTORIZ/MS: 7.22637.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: j s alves comercio farmaceutico ltda
ENDEREÇO: estra um nº 12
BAIRRO: centro CEP: 68143000 - BELTERRA/PA
CNPJ: 07.382.679/0001-70
PROCESSO: 25351.663604/2013-35 AUTORIZ/MS: 7.04146.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: ELIETE RODRIGUES COUTO
ENDEREÇO: rua pernambuco, 10
BAIRRO: tancredo neves CEP: 41205140 - SALVADOR/BA
CNPJ: 07.097.052/0001-77
PROCESSO: 25351.692469/2013-35 AUTORIZ/MS: 7.05278.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: GGS Farmácia e Drogaria Ltda.
ENDEREÇO: Avenida Antônio Carlos Costa, 1041
BAIRRO: Bela Vista CEP: 06053014 - OSASCO/SP
CNPJ: 07.382.728/0002-55
PROCESSO: 25351.053256/2016-36 AUTORIZ/MS: 7.45485.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: DROGARIA E FARMACIA MACCARI LTDA ME
ENDEREÇO: R 701 , número 10 SALA 11 ESQ. AV. BRASIL
BAIRRO: centro CEP: 88330711 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
CNPJ: 07.125.819/0001-24
PROCESSO: 25351.041358/2006-37 AUTORIZ/MS: 0.45132.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: Drogaria Super Seu Ltda - ME
ENDEREÇO: Rua Odilon Rodrigues , 432

BAIRRO: CEP: - MONTE CARMELO/MG
CNPJ: 07.138.286/0002-04
PROCESSO: 25351.653341/2014-37 AUTORIZ/MS: 7.32031.0
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: DROGARIA E FARMÁCIA FREITAS MAIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA FRANCISCO DUMONT, N° 330
BAIRRO: CENTRO CEP: 39390000 - BOCAIÚVA/MG
CNPJ: 07.084.622/0001-94
PROCESSO: 25351.713362/2013-38 AUTORIZ/MS: 7.06473.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FALCONERY PRODUTOS FARMACÊUTICOS
ENDEREÇO: PRAÇA CEL. MARCOLINO MASCARENHAS, 264, térreo
BAIRRO: CENTRO CEP: 44640000 - RIACHÃO DO JACUÍPE/BA
CNPJ: 07.068.819/0001-30
PROCESSO: 25351.339232/2009-42 AUTORIZ/MS: 0.61521.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: BIGFARMA DE NILOPOLIS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA DO COMERCIO 13
BAIRRO: CENTRO CEP: 26520290 - NILÓPOLIS/RJ
CNPJ: 07.079.666/0002-07
PROCESSO: 25351.320061/2014-45 AUTORIZ/MS: 7.20648.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: PEREIRA E VIEIRA COSMETICOS LTDA - EPP
ENDEREÇO: PÇA DOM HELVECIO 51
BAIRRO: GUARAPIRANGA CEP: 35430217 - PONTE NOVA/MG
CNPJ: 07.404.778/0002-96
PROCESSO: 25351.500558/2014-45 AUTORIZ/MS: 7.27191.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SANFARMA SANTO ANTONIO FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA WASHINGTON SOARES,Nº 4302
BAIRRO: ALAGADICO CEP: 60830641 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 07.467.475/0002-12
PROCESSO: 25351.056894/2014-47 AUTORIZ/MS: 7.10872.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MAISA BOVAROTTI DONATI - ME
ENDEREÇO: RUA PEDRO DE TOLEDO, 454
BAIRRO: CENTRO CEP: 15840000 - ITAJOBI/SP
CNPJ: 07.106.344/0001-29
PROCESSO: 25351.578808/2014-52 AUTORIZ/MS: 7.29858.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: DROGARIA VENTANIA LTDA - ME
ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 511, ANEXO A
BAIRRO: CENTRO CEP: 37940000 - ALPINÓPOLIS/MG
CNPJ: 07.116.519/0002-60
PROCESSO: 25351.547160/2015-53 AUTORIZ/MS: 7.41442.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: drogaria solecrab ltda me
ENDEREÇO: av.niteroi,226
BAIRRO: medianeira CEP: 90880270 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 07.046.250/0001-01
PROCESSO: 25351.431717/2014-54 AUTORIZ/MS: 7.24354.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMACIA PRO SAUDE LTDA
ENDEREÇO: AV RIO GRANDE DO SUL 206
BAIRRO: CENTRO CEP: 85660000 - DOIS VIZINHOS/PR
CNPJ: 07.388.645/0001-92
PROCESSO: 25351.028968/2014-55 AUTORIZ/MS: 7.09488.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMA FLORA DROGARIA ITAPETININGA LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA DR WALDOMIRO DE CARVALHO Nº 790
BAIRRO: VILA HUNGRIA CEP: 18209110 - ITAPETININGA/SP
CNPJ: 07.105.863/0001-72
PROCESSO: 25351.548469/2015-61 AUTORIZ/MS: 7.41586.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: RAMON COSTA SOUSA - ME
ENDEREÇO: RUA MARIA JOSE LAGO, 50
BAIRRO: POVOADO DE IJICATU CEP: 39642000 - JOSÉ GONÇALVES DE MINAS/MG
CNPJ: 07.480.919/0002-50
PROCESSO: 25351.529701/2015-61 AUTORIZ/MS: 7.41783.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMACIA RENATA GARBIN LTDA
ENDEREÇO: RUA BENTO GONÇALVES 670
BAIRRO: CENTRO CEP: 99150000 - MARAU/RS
CNPJ: 07.130.963/0001-59
PROCESSO: 25351.563235/2014-62 AUTORIZ/MS: 7.28099.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: HELBA CRISTINA NAVES PANUCCI ME
ENDEREÇO: BARAO DE JACAREI Nº 284
BAIRRO: CENTRO CEP: 12308000 - JACAREÍ/SP
CNPJ: 07.388.461/0001-22
PROCESSO: 25351.247215/2013-66 AUTORIZ/MS: 0.91858.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: PEREIRA E VIEIRA COSMETICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA ASSAD ZAINDAN, 84 - A
BAIRRO: PALMEIRAS CEP: 35430234 - PONTE NOVA/MG
CNPJ: 07.404.778/0001-05
PROCESSO: 25351.598793/2013-68 AUTORIZ/MS: 7.03682.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: JULIANA BURMANN LOPES FARMACIA
ENDEREÇO: AV HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO 943
BAIRRO: VILLA NOVA CEP: 95700000 - BENTO GONÇALVES/RS
CNPJ: 07.359.420/0002-99
PROCESSO: 25351.166500/2014-68 AUTORIZ/MS: 7.15666.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: D.J. DE SOUSA FRANCO DROGARIA-ME
ENDEREÇO: Rua Santo Antonio do Aracanguá, 573
BAIRRO: CENTRO CEP: 16130000 - SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ/SP
CNPJ: 07.436.182/0001-97
PROCESSO: 25351.581078/2014-77 AUTORIZ/MS: 7.29812.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SARTO E SILVA DROGARIA LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA CEL. INACIO DA MOTTA PACHECO Nº1320
BAIRRO: JARDIM MONUMENTO CEP: 13.405205 - PIRACICABA/SP
CNPJ: 07.052.207/0001-59
PROCESSO: 25351.013932/2014-77 AUTORIZ/MS: 7.07902.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS EPP
ENDEREÇO: ESTRADA DA BRAGANTINA Nº 1300 - LOJA 3
BAIRRO: CONJ.HABIT.SÃO JOSÉ CEP: 13232297 - CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
CNPJ: 07.117.110/0002-68
PROCESSO: 25351.040020/2014-78 AUTORIZ/MS: 7.09551.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: PEDRO LAURENTINO DA SILVA ME
ENDEREÇO: PC AFONSO LUIZ SOARES, N 32
BAIRRO: CAMELA CEP: 55590000 - IPOJUCA/PE
CNPJ: 07.114.201/0001-69
PROCESSO: 25351.707914/2013-79 AUTORIZ/MS: 7.05946.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: DROGARIA SANTA TEREZINHA DO JULIO DE MESQUITA Ltda. - ME
ENDEREÇO: RUA DOUTOR AMERICO FIGUEIREDO, 2633
BAIRRO: CEP: - SOROCABA/SP
CNPJ: 07.104.080/0002-55
PROCESSO: 25351.779195/2014-79 AUTORIZ/MS: 7.35261.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: farmacia natformulas ltda me
ENDEREÇO: av madre leonia milito 940
BAIRRO: bela suica CEP: 86050270 - LONDRINA/PR
CNPJ: 07.113.074/0002-64
PROCESSO: 25351.721635/2015-80 AUTORIZ/MS: 7.42523.7
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: droga azom ltda me
ENDEREÇO: rua quinze de novembro 23
BAIRRO: centro CEP: 09015000 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 07.401.571/0001-87
PROCESSO: 25351.601825/2015-81 AUTORIZ/MS: 7.41828.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: comercio de medicamentos popular ltda - me
ENDEREÇO: praça da matriz s/nlt.36 .C1
BAIRRO: centro CEP: 73910000 - GUARANI DE GOIÁS/GO
CNPJ: 07.369.900/0001-50
PROCESSO: 25351.356749/2013-82 AUTORIZ/MS: 0.94427.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMASENS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA DOUTOR CONSTANCIO KRUMMEL, 2183
BAIRRO: PRAIA COMPRIDA CEP: 88103600 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 07.426.460/0001-25
PROCESSO: 25351.651740/2013-82 AUTORIZ/MS: 7.02301.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMÁCIA BOA ESPERANÇA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JAIME BENEVIDES N° 21
BAIRRO: CENTRO CEP: 63610000 - MOMBAÇA/CE
CNPJ: 07.431.166/0001-01
PROCESSO: 25351.018713/2014-84 AUTORIZ/MS: 7.12017.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: JORGE ITIRO NAGATA ME
ENDEREÇO: avenida walkir vergani, 318
BAIRRO: boiçucanga CEP: 1160000 - SÃO SEBASTIÃO/SP
CNPJ: 07.471.094/0001-26
PROCESSO: 25351.090169/2015-89 AUTORIZ/MS: 7.36426.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MOREIRA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA AFONSO PENA, N° 487
BAIRRO: CENTRO CEP: 37270000 - CAMPO BELO/MG
CNPJ: 07.151.628/0001-37
PROCESSO: 25351.387860/2006-91 AUTORIZ/MS: 0.47577.9
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: FARMALI DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA COLOMBO, Nº 3404, LOJA 03
BAIRRO: ZONA 07 CEP: 87030120 - MARINGÁ/PR
CNPJ: 07.458.759/0001-61
PROCESSO: 25351.689380/2013-91 AUTORIZ/MS: 7.05058.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: benedicta irma farmacia de manipulaçao
ENDEREÇO: rua ana barbosa 47 loja a
BAIRRO: meier CEP: 20735120 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 07.140.099/0002-57

PROCESSO: 25351.603020/2014-91 AUTORIZ/MS: 7.29999.2
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MARIA CRISTINA KUNZLER DIERSMANN
ENDEREÇO: RUA CORONEL MUSSNICH, 370, SALA 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 95880000 - ESTRELA/RS
CNPJ: 07.110.556/0002-60
PROCESSO: 25351.571644/2008-94 AUTORIZ/MS: 0.56009.8
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: RODRIGO PAULO KLAGENBERG - ME
ENDEREÇO: r da pedreira 1455 loja 08
BAIRRO: CAMPO PEQUENO CEP: 83404010 - COLOMBO/PR
CNPJ: 07.468.241/0001-09
PROCESSO: 25351.973611/2016-95 AUTORIZ/MS: 7.44721.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: B. A. ACOSTA FARMACIA - ME
ENDEREÇO: AV. URUGUAI, Nº1772
BAIRRO: CENTRO CEP: 96255000 - CHUÍ/RS
CNPJ: 07.117.778/0001-24
PROCESSO: 25351.167075/2016-96 AUTORIZ/MS: 7.46366.1
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: MBC TRANSPORTES LTDA ME
ENDEREÇO: RUA ISAÍAS EVÓDIO DE OLIVEIRA, 33
BAIRRO: FRAGATA CEP: 96050190 - PELOTAS/RS
CNPJ: 07.109.693/0001-02
PROCESSO: 25351.332961/2014-04 AUTORIZ/MS: 1.11341.1
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: SPA DA PELE FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COSMÉTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: SHCN CL QD. 112 BL. D LOJAS 20/44/48
BAIRRO: ASA NORTE CEP: 70762540 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 07.089.186/0001-46
PROCESSO: 25351.507825/2014-10 AUTORIZ/MS: 1.12471.6
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: benedicta irma farmacia de manipulaçao
ENDEREÇO: rua ana barbosa 47 loja a
BAIRRO: meier CEP: 20735120 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 07.140.099/0002-57
PROCESSO: 25351.633110/2014-15 AUTORIZ/MS: 1.13020.4
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: BIGFARMA DE NILOPOLIS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA DO COMERCIO 13
BAIRRO: CENTRO CEP: 26520290 - NILÓPOLIS/RJ
CNPJ: 07.079.666/0002-07
PROCESSO: 25351.386177/2014-67 AUTORIZ/MS: 1.11628.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: c. mayorquin romeiro
ENDEREÇO: av. higienopolis nº 32, sala 1201
BAIRRO: centro CEP: 86020080 - LONDRINA/PR
CNPJ: 07.034.280/0001-06
PROCESSO: 25351.189953/2013-61 AUTORIZ/MS: G5662LWLX6XW (8.09381.0)
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

EMPRESA: CPK COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E PERFUMES LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA BELA CINTRA, 1956
BAIRRO: JARDIM PAULISTA CEP: 01415002 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 07.133.665/0001-12
PROCESSO: 25351.321623/2011-73 AUTORIZ/MS: 3.04814.3
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Empresa com situação cadastral baixada junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.066, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: LE PHARM COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PAU FERRO 5871
BAIRRO: PARQUE DAS ÁRVORES CEP: 59154275 - PARNAMIRIM/RN
CNPJ: 34.540.774/0001-27
PROCESSO: 25351.237606/2020-00
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: CELIA MARIA CARVALHO SILVA ME
ENDEREÇO: RUA DO CARMO 126
BAIRRO: SEDE CEP: 48455000 - NOVO TRIUNFO/BA
CNPJ: 01.334.501/0001-77
PROCESSO: 25351.232767/2020-07
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: REDE DE DISTRIBUICAO ZEFERINO LTDA
ENDEREÇO: RUA THOMAZ JASSO, 518 - BOX 1
BAIRRO: JARDIM DONA IRMA CEP: 13917058 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 67.228.536/0017-05
PROCESSO: 25351.261367/2020-09
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: ROSANGELA SOLDA STAKOWIAK
ENDEREÇO: AVENIDA DAS NACOES UNIDAS 18801 LOJA 7
BAIRRO: JARDIM DOM BOSCO CEP: 04757025 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 35.948.202/0001-44
PROCESSO: 25351.266259/2020-14
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: Drogaria e Perfumaria Rio Grande da Serra
ENDEREÇO: R. Prefeito Carlos Jose Carlson, 28
BAIRRO: Centro CEP: 09450000 - RIO GRANDE DA SERRA/SP
CNPJ: 20.628.284/0001-72
PROCESSO: 25351.592781/2019-15
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da exigência formulada sob o número de 2528307/19-3, acessada pela empresa em 12/11/2019, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

EMPRESA: PEREIRA E GASPARIN MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PEDRO GUSSO, 3439
BAIRRO: CEP: - CURITIBA/PR
CNPJ: 35.806.141/0001-80
PROCESSO: 25351.247024/2020-23
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: DROGARIA BEMACI PRODUTOS FARMACEUTICOS E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO 17
BAIRRO: CENTRO CEP: 14140000 - CRAVINHOS/SP
CNPJ: 36.213.258/0001-13
PROCESSO: 25351.170955/2020-26
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: JOSE JONAS NOVAES MELO - ME
ENDEREÇO: V ANTONIO JOSE DA COSTA
BAIRRO: NOVO CEP: 57480000 - DELMIRO GOUVEIA/AL
CNPJ: 36.143.929/0001-17
PROCESSO: 25351.237574/2020-34
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O documento apresentado está incompleto - sem endereço e sem conclusão satisfatória.

EMPRESA: MENEGASSI E MILBRADT COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV 24 DE MAIO
BAIRRO: CAEMBORA CEP: 97250000 - NOVA PALMA/RS
CNPJ: 32.522.458/0001-05
PROCESSO: 25351.266255/2020-36
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: DROGARIA MEM DE SA DE MARILIA LTDA.- ME
ENDEREÇO: RUA MEM DE SA N.º 321
BAIRRO: JD. MONTE CASTELO CEP: 17524000 - MARÍLIA/SP
CNPJ: 60.228.657/0001-32
PROCESSO: 25351.266253/2020-47
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: DROGA FARMACENTER LTDA
ENDEREÇO: R ADALARDO SILVA, N° 154,SALA 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 75750000 - NOVA AURORA/GO
CNPJ: 35.522.295/0001-40
PROCESSO: 25351.251759/2020-51
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: RT Comércio de farmácia e cosméticos ltda
ENDEREÇO: Avenida nilo peçanha, 531, lote 11
BAIRRO: centro CEP: 26215511 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 34.424.885/0001-78
PROCESSO: 25351.261359/2020-54
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A Licença Sanitária apresentada pela empresa encontra-se com seu prazo de validade expirado, e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: T. N. ROSA DROGARIA epp
ENDEREÇO: rua campos salles, 6-86
BAIRRO: vila falcão CEP: 17050000 - BAURU/SP
CNPJ: 07.613.923/0002-49
PROCESSO: 25351.232766/2020-54
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: HCE DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: AV RAUL SOARES, Nº 76 - A
BAIRRO: CENTRO CEP: 35365000 - ABRE CAMPO/MG
CNPJ: 36.731.009/0001-10
PROCESSO: 25351.242077/2020-58
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: CSX FARMACIAS & DROGARIAS ALVES LTDA
ENDEREÇO: R N S DAS DORES, 398
BAIRRO: CIRURGIA CEP: 49055480 - ARACAJU/SE
CNPJ: 32.293.829/0001-16
PROCESSO: 25351.261357/2020-65
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: FARMA JARDIM ITAPEMIRIM EIRELI
ENDEREÇO: RUA JOÃO ANTÔNIO VASQUES, 71
BAIRRO: JARDIM ITAPEMIRIM CEP: 29315755 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
CNPJ: 35.574.978/0001-41
PROCESSO: 25351.237601/2020-79
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: ARTURO MARTINEZ SANCHEZ
ENDEREÇO: RUA MESTRE PEDRO LEAO, 25
BAIRRO: CENTRO CEP: 62590000 - ITAREMA/CE
CNPJ: 35.701.461/0001-76
PROCESSO: 25351.237582/2020-81

MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: MARCO ANTONIO FERNANDES
ENDEREÇO: AV. ARNALDO HORACIO FERREIRA, 468
BAIRRO: CEP: - LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA
CNPJ: 30.149.342/0001-39
PROCESSO: 25351.222541/2020-90
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: DROGARIA MURAD E MAFRA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: R T-50 Nº835 QD70 LT05 SALA 02
BAIRRO: SETOR BUENO CEP: 74215200 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 35.564.331/0001-39
PROCESSO: 25351.237580/2020-91
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.067, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: FORMULA CERTA COMÉRCIO E MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV SÃO SEBASTIÃO 2350
BAIRRO: HERO POPULAR CEP: 78045400 - CUIABÁ/MT
CNPJ: 05.587.547/0002-30
PROCESSO: 25351.514868/2011-02
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O termo de notificação apresentado indica endereço diverso daquele onde a empresa desempenhará as atividades.

EMPRESA: L.C.S FARMACIA E DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: Avenida FEITORIA 5220
BAIRRO: FEITORIA CEP: 93054236 - SÃO LEOPOLDO/RS
CNPJ: 11.481.671/0001-38
PROCESSO: 25351.477033/2014-07
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O alvará apresentado informa o endereço antigo da empresa.

EMPRESA: FARMACIA BESSA LTDA - ME
ENDEREÇO: AV IZAIAS SCHERRER 36
BAIRRO: CENTRO CEP: 29285000 - PIÚMA/ES
CNPJ: 20.486.434/0001-50
PROCESSO: 25351.692222/2014-08
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: FARMÁCIA VAPT VUPT LTDA.
ENDEREÇO: RUA D. PEDRO I, 68
BAIRRO: CENTRO CEP: 45645000 - ITAPITANGA/BA
CNPJ: 32.643.231/0001-00
PROCESSO: 25351.297821/2014-11
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: GENAINE DOS SANTOS SARTOR E CIA LTDA
ENDEREÇO: AV BRASIL 744
BAIRRO: CENTRO CEP: 85710000 - SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE/PR
CNPJ: 12.949.157/0001-47
PROCESSO: 25351.056908/2014-22
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

EMPRESA: FARMACIA BIAGGI LTDA
ENDEREÇO: RUA PREFEITO RAUL PROENÇA 434
BAIRRO: CENTRO CEP: 86270000 - SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR
CNPJ: 75.826.123/0001-85
PROCESSO: 25351.015375/2014-29
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0175970/19-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

EMPRESA: DROGARIA POSTO ITAPUA LTDA ME
ENDEREÇO: QUADRA 42 LOTES 2 A 14
BAIRRO: ITAPUA II CEP: 73754142 - PLANALTINA/GO
CNPJ: 26.848.349/0001-71
PROCESSO: 25351.256870/2017-39
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0296517/19-8, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

EMPRESA: FARMACIA MORRO REUTER LTDA
ENDEREÇO: RUA INDEPENDENCIA 236 LJ 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 93990000 - MORRO REUTER/RS
CNPJ: 11.845.186/0001-04
PROCESSO: 25351.340971/2014-44
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: SOL E VIDA MILLENIUM DROGARIA LTDA ME
ENDEREÇO: EST DEPUTADO DARCILIO AYRES RAUNHETTI 509 LOJA LOTE 09
BAIRRO: MIGUEL COUTO CEP: 26023310 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 09.535.218/0001-15
PROCESSO: 25351.643838/2014-47
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

EMPRESA: vitoria comercio varejista de medicamentos ltda
ENDEREÇO: Avenida dos Imigrantes, 1538
BAIRRO: Pedrinhas CEP: 76801550 - PORTO VELHO/RO
CNPJ: 63.624.688/0001-09
PROCESSO: 25351.215224/2015-50
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0166755/19-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

EMPRESA: LW MEDICAMENTOS LTDA ME
ENDEREÇO: av. Anicuns Nr. 427 sala A
BAIRRO: setor central CEP: 76155000 - ADELÂNDIA/GO
CNPJ: 02.599.641/0001-30
PROCESSO: 25351.133048/2012-96
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.068, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: AMATUSA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PRODUTOS MÉDCOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DR HEITOR NASCIMENTO 196 BLOCO B SALA 76
BAIRRO: MORUMBI CEP: 13140729 - PAULÍNIA/SP
CNPJ: 10.979.028/0002-57
PROCESSO: 25351.293515/2019-11
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0488254/19-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. É de responsabilidade do interessado a verificação quanto a existência de exigências, conforme estabelecem os artigos 4º e 5º da RDC 204/2005.

EMPRESA: S DA S DIAS EIRELI
ENDEREÇO: AV. TANCREDO NEVES, N°1582, SALA 113
BAIRRO: FLORES CEP: 69054700 - MANAUS/AM
CNPJ: 35.411.421/0001-90
PROCESSO: 25351.051831/2020-42
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente. Vale ressaltar que a licença sanitária não é considerada como documento equivalente ao Relatório. A empresa protocolou pedido para armazenadora, mas marcou o formulário de petição com as atividades de distribuir, armazenar e transportar.

EMPRESA: CROMA-PHARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA QUEIROZ FILHO, 1700, TORRE A, SALA 207
BAIRRO: VILA HAMBURGUESA CEP: 05319000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 20.092.174/0001-39
PROCESSO: 25351.252176/2020-48
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE ou AE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 1.14949-1, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

EMPRESA: CARE LIFE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL MEDICO HOSPITAL LTDA
ENDEREÇO: RUA OLOF PALME, 765 SALAS 213 214
BAIRRO: CAMORIM CEP: 22783119 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 34.959.654/0001-69
PROCESSO: 25351.252029/2020-78
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.069, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: PLATAFORMA DAS CORES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, BENEFICIAMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TINTAS E ESMALTES LTDA
ENDEREÇO: Rua Alberto Correia Francfort 55
BAIRRO: Jardim Mimas CEP: 06807461 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 26.354.312/0001-97
PROCESSO: 25351.096156/2018-66
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de 2965474/19-2, acessada pela empresa em 13/11/2019, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.070, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: FARMACIAS PRECO POPULAR - EIRELI
ENDEREÇO: AV LANDULFO CARIBE, 486
BAIRRO: JEQUIEZINHO CEP: 45200160 - JEQUIÉ/BA
CNPJ: 14.853.675/0009-45
PROCESSO: 25351.121826/2020-12
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.071, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: V BARBOSA FERREIRA PROD FARMACEUTICOS
ENDEREÇO: AV GOVERNADOR MAGALHAES BARATA, Nº 913
BAIRRO: SAO BRAS CEP: 66060281 - BELÉM/PA
CNPJ: 36.465.948/0001-60
PROCESSO: 25351.237589/2020-01
AUTORIZ/MS: 7.71698-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAFAELA ALVES DE ARAUJO
ENDEREÇO: R SANTA CRUZ, Nº 145
BAIRRO: CENTRO CEP: 64400000 - AMARANTE/PI
CNPJ: 36.390.735/0001-16
PROCESSO: 25351.266252/2020-01
AUTORIZ/MS: 7.71806-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: L P MIGUEL DROGARIA
ENDEREÇO: RUA PROJETADA B, 263 - GARAGE
BAIRRO: CANAA CEP: 56870000 - TRIUNFO/PE
CNPJ: 19.797.717/0001-34
PROCESSO: 25351.242078/2020-01
AUTORIZ/MS: 7.71711-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA DROGA RAY LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CENTRAL BLOCOS 1124/1226 LOTE 1226 LOJA 01
BAIRRO: NUCLEO BANDEIRANTE CEP: 71720560 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 34.086.208/0001-97
PROCESSO: 25351.534534/2019-02
AUTORIZ/MS: 7.71758-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: EDERVAL PEREIRA MATOS EIRELI
ENDEREÇO: AV PROF ASSIS GONCALVES, 784
BAIRRO: CENTRO CEP: 45860000 - CANAVIEIRAS/BA
CNPJ: 34.853.152/0001-59
PROCESSO: 25351.237596/2020-02
AUTORIZ/MS: 7.71688-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: J TORRES SCHERR E CIA LTDA
ENDEREÇO: AV. IVAR SALDANHA 893
BAIRRO: CENTRO CEP: 65145000 - SANTA RITA/MA
CNPJ: 36.416.399/0001-33
PROCESSO: 25351.242085/2020-02
AUTORIZ/MS: 7.71709-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: bernardes e silva medicamentos ltda
ENDEREÇO: av presidente getulio vargas n 825
BAIRRO: centro CEP: 75600000 - GOIATUBA/GO
CNPJ: 36.506.486/0001-81
PROCESSO: 25351.232598/2020-05
AUTORIZ/MS: 7.71646-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA NACIONAL EIRELI
ENDEREÇO: AVE CAMPO ALEGRE 1220
BAIRRO: CENTRO CEP: 77680000 - CASEARA/TO
CNPJ: 34.544.964/0001-12
PROCESSO: 25351.188976/2020-06
AUTORIZ/MS: 7.71765-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIA S. JOSE
ENDEREÇO: TRAVESSA CHAGAS DOS ALGODÕES,39
BAIRRO: CORRENTE CEP: 62370000 - SÃO BENEDITO/CE
CNPJ: 35.880.242/0001-00
PROCESSO: 25351.251767/2020-06
AUTORIZ/MS: 7.71756-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: VIP LIFE FARMACIA LTDA
ENDEREÇO: RUA EUZEBIO VARALDO, 648
BAIRRO: RETA A1 CEP: 79780000 - BATAGUASSU/MS
CNPJ: 29.790.044/0003-06
PROCESSO: 25351.247012/2020-07
AUTORIZ/MS: 7.71726-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. FERNANDO VILELA, 1290
BAIRRO: MARTINS CEP: 38400458 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 61.585.865/2434-88
PROCESSO: 25351.266238/2020-07
AUTORIZ/MS: 7.71807-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA HM POJUCA EIRELI
ENDEREÇO: RUA ANTONIO MOTA, 479
BAIRRO: CENTRO CEP: 48120000 - POJUCA/BA
CNPJ: 35.191.775/0001-76
PROCESSO: 25351.235278/2020-07
AUTORIZ/MS: 7.71663-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MARCELO LUIZ DE MOURA MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: LARGO DA MUSTARDINHA 47 C
BAIRRO: MUSTARDINHA CEP: 50760320 - RECIFE/PE
CNPJ: 30.595.167/0001-03
PROCESSO: 25351.237571/2020-09
AUTORIZ/MS: 7.71667-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: KLAUS KONRAD SORACE
ENDEREÇO: AVENIDA IGUAÇU, 218 CASA
BAIRRO: CJ SEBASTIÃO VINCE CEP: 86280000 - URAÍ/PR
CNPJ: 35.134.066/0001-59
PROCESSO: 25351.266245/2020-09
AUTORIZ/MS: 7.71798-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: OLIVEIRA E ALBUQUERQUE DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: ROD DF-280 CHACARA PRIMAVEIRA AGUAS QUENTES LOJA 02
BAIRRO: RECANTO DAS EMAS CEP: 72667400 - RECANTO DAS EMAS/DF
CNPJ: 35.456.104/0001-90

PROCESSO: 25351.199467/2020-09
AUTORIZ/MS: 7.71766-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIA GUARAIRAS LTDA
ENDEREÇO: Praça Getúlio Vargas, 48
BAIRRO: CENTRO CEP: 59170000 - ARÊS/RN
CNPJ: 30.414.563/0001-97
PROCESSO: 25351.247028/2020-10
AUTORIZ/MS: 7.71741-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. GOIAS, 484 LT 7 QD 379
BAIRRO: SETOR SUL CEP: 76382187 - GOIANÉSIA/GO
CNPJ: 61.585.865/2405-43
PROCESSO: 25351.251763/2020-10
AUTORIZ/MS: 7.71753-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, S/N LJ 08 09 10 11
BAIRRO: JD. MOYSES MIGUEL HADAD CEP: 15091450 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CNPJ: 61.585.865/2382-12
PROCESSO: 25351.266243/2020-10
AUTORIZ/MS: 7.71808-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: NATALIA XIMENDES ALMEIDA
ENDEREÇO: praca do mercado central nº 91
BAIRRO: vitorino freire CEP: 65320000 - VITORINO FREIRE/MA
CNPJ: 36.123.357/0001-04
PROCESSO: 25351.261365/2020-10
AUTORIZ/MS: 7.71781-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: RINALDI, RINALDI & COSTA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: Rua Carlos Ferrari, número 95
BAIRRO: Ferrarópolis CEP: 1740000 - GARÇA/SP
CNPJ: 35.020.383/0001-44
PROCESSO: 25351.740258/2019-10
AUTORIZ/MS: 7.70031-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: BERGER & ROCHA LTDA
ENDEREÇO: RUA JULIO DE CASTILHOS, 89
BAIRRO: CENTRO CEP: 96810046 - SANTA CRUZ DO SUL/RS
CNPJ: 36.097.506/0001-08
PROCESSO: 25351.247019/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71733-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JOSE ANTONIO ANDRADE DA SILVA
ENDEREÇO: Av. Cangaiba, 730 - Letra A
BAIRRO: Cangaiba CEP: 03712002 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 35.679.006/0001-11
PROCESSO: 25351.232763/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71658-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. FERNANDES LIMA, 3700
BAIRRO: GRUTA DE LOURDES CEP: 57052400 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 05.230.009/0076-20
PROCESSO: 25351.237587/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71679-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA DO TRABALHADOR SN LTDA
ENDEREÇO: SETOR HABITACIONAL SOL NASCENTE CHACARA 02 CONJUNTO G 1 LOTE 01
BAIRRO: CEILANDIA CEP: 72236800 - CEILÂNDIA/DF
CNPJ: 36.663.650/0001-64
PROCESSO: 25351.261356/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71771-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: M. B. JANUARIO & CIA LTDA
ENDEREÇO: AV, PORTO VELHO, 1277 A
BAIRRO: SETOR 03 CEP: 76880000 - BURITIS/RO
CNPJ: 36.061.027/0001-31
PROCESSO: 25351.266250/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71800-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA NECO LTDA
ENDEREÇO: R PRESIDENTE COSTA E SILVA, 301
BAIRRO: HELENA MARIA CEP: 06253000 - OSASCO/SP
CNPJ: 35.771.192/0001-14
PROCESSO: 25351.242076/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71702-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: EDNALDO FRANCISCO DE SANTANA MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: RUA 24 DE OUTUBRO, 02 ANEXO A
BAIRRO: CENTRO CEP: 55860000 - SÃO VICENTE FERRER/PE
CNPJ: 28.758.767/0001-01
PROCESSO: 25351.237604/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71689-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA POTIGUAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV BERNARDO VIEIRA 3589
BAIRRO: CEP: - NATAL/RN
CNPJ: 23.279.171/0002-88
PROCESSO: 25351.232682/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71647-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIAS BRAVA LTDA
ENDEREÇO: TV DR ARNALDO BUSATO, 48
BAIRRO: CENTRO CEP: 85660000 - DOIS VIZINHOS/PR
CNPJ: 09.597.446/0016-04
PROCESSO: 25351.162670/2020-11
AUTORIZ/MS: 7.71626-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

EMPRESA: NATHALIA SILVA OLIVEIRA
ENDEREÇO: RUA NABOR LIMA RIOS, 57
BAIRRO: CENTRO CEP: 44715000 - VÁRZEA DO POÇO/BA
CNPJ: 32.537.782/0001-99
PROCESSO: 25351.232770/2020-12
AUTORIZ/MS: 7.71662-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

EMPRESA: AMR FARMACIA LTDA
ENDEREÇO: RUA CAPITAO DE MELO, 398, LOJA 02
BAIRRO: STELLA MARIS CEP: 41600610 - SALVADOR/BA
CNPJ: 35.121.381/0001-41
PROCESSO: 25351.266241/2020-12
AUTORIZ/MS: 7.71787-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: MG DROGARIA PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: PC JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA 454
BAIRRO: JARDIM BELA VISTA CEP: 07133420 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 36.703.234/0001-42
PROCESSO: 25351.261363/2020-12
AUTORIZ/MS: 7.71779-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: IZADORA PEREIRA OLIVEIRA
ENDEREÇO: RUA GOES DUARTE, 136
BAIRRO: CENTRO CEP: 49360000 - BOQUIM/SE
CNPJ: 36.072.350/0001-00
PROCESSO: 25351.247026/2020-12
AUTORIZ/MS: 7.71739-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. SANTOS DUMONT, 7552
BAIRRO: BURAQUINHO CEP: 42710860 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 05.230.009/0080-06
PROCESSO: 25351.237578/2020-12
AUTORIZ/MS: 7.71677-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: LARISSA GABRIELLE CARVALHO CAVALCANTE
ENDEREÇO: AV PROFESSOR VICENTE GUALBERTO RIBEIRO 345
BAIRRO: CENTRO CEP: 64745000 - SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ/PI
CNPJ: 19.395.994/0001-10
PROCESSO: 25351.237602/2020-13
AUTORIZ/MS: 7.71695-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. CAPITÃO GREGÓRIO DE CALDAS, 121, LOJA 0000 HIPERBOMPREÇO
BAIRRO: CAÇOTE CEP: 50870515 - RECIFE/PE
CNPJ: 05.230.009/0073-87
PROCESSO: 25351.237594/2020-13
AUTORIZ/MS: 7.71682-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: f. a. s. oliveira
ENDEREÇO: Rua Artur Carvalho, 65b
BAIRRO: Centro CEP: 65755000 - JOSELÂNDIA/MA
CNPJ: 36.373.388/0001-13
PROCESSO: 25351.242083/2020-13
AUTORIZ/MS: 7.71714-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: FARMACIA HOMEOPATICA ETICA LTDA. ME
ENDEREÇO: ESTRADA DO TINDIBA N° 2033 LOJA 104
BAIRRO: JACAREPAGUA CEP: 22740361 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 32.306.060/0001-23
PROCESSO: 25351.261370/2020-14
AUTORIZ/MS: 7.71784-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

EMPRESA: KOCK E BORGES LTDA
ENDEREÇO: Rua Almirante Alexandrino 2251
BAIRRO: Afonse Pena CEP: 83040210 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 00.547.889/0002-02
PROCESSO: 25351.242074/2020-14
AUTORIZ/MS: 7.71710-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: RODOVIA BA-526, 305
BAIRRO: CASSANGE CEP: 41505220 - SALVADOR/BA
CNPJ: 05.230.009/0078-91
PROCESSO: 25351.237585/2020-14
AUTORIZ/MS: 7.71678-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: BRAGA & SILVA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DOUTOR FERREIRA LEITE, 46
BAIRRO: CENTRO CEP: 39710000 - COROACI/MG
CNPJ: 17.853.589/0003-35
PROCESSO: 25351.245278/2020-15
AUTORIZ/MS: 7.71715-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA SANTA GIOVANA EIRELI ME
ENDEREÇO: RUA NIVALDO PRADELLA 199
BAIRRO: RESIDENCIAL SANTA GIOVANA CEP: 13212831 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 34.305.502/0001-42
PROCESSO: 25351.251758/2020-15
AUTORIZ/MS: 7.71748-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: J L S SILVA
ENDEREÇO: AV UIRAPURU 423
BAIRRO: CIDADE NOVA CEP: 69905462 - RIO BRANCO/AC
CNPJ: 31.962.029/0003-40
PROCESSO: 25351.242081/2020-16
AUTORIZ/MS: 7.71708-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA NOVA CIPO LTDA
ENDEREÇO: RUA BENEDITO JANDIRO SOARES 34
BAIRRO: CIPO CEP: 06900971 - EMBU-GUAÇU/SP
CNPJ: 24.822.394/0001-21
PROCESSO: 25351.237592/2020-16
AUTORIZ/MS: 7.71686-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: JULIO CESAR MAIA & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA TREZE DE MAIO, 09
BAIRRO: CENTRO CEP: 37278000 - SANTANA DO JACARÉ/MG
CNPJ: 04.378.876/0002-08
PROCESSO: 25351.260883/2020-16
AUTORIZ/MS: 7.71768-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA
ENDEREÇO: AV GOVERNADOR ROBERTO DA SILVEIRA, 110
BAIRRO: BARRA FUNDA CEP: 86800520 - APUCARANA/PR
CNPJ: 88.212.113/0849-58
PROCESSO: 25351.232758/2020-16

AUTORIZ/MS: 7.71653-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JOAO ALVES CORDEIRO
ENDEREÇO: RUA PROFESSORA MARIA PRISCO, 5
BAIRRO: MENDONÇA CEP: 39664000 - VEREDINHA/MG
CNPJ: 04.058.843/0001-08
PROCESSO: 25351.188974/2020-17
AUTORIZ/MS: 7.71720-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: farmacia potiguar eireli
ENDEREÇO: av joao da escossia 1099
BAIRRO: nova betania CEP: 59607330 - MOSSORÓ/RN
CNPJ: 35.822.829/0001-54
PROCESSO: 25351.266236/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71810-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: Farmacia Nascimento Eirelli
ENDEREÇO: rua 71 nr 22
BAIRRO: marcos freire II CEP: 49160000 - NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE
CNPJ: 35.804.461/0001-00
PROCESSO: 25351.247010/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71723-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: FARMÁCIA IRMÃOS COSTA LTDA.
ENDEREÇO: AV JULIO DE CASTILHO, 3543
BAIRRO: LAR DO TRABALHADOR CEP: 79112000 - CAMPO GRANDE/MS
CNPJ: 36.199.591/0001-15
PROCESSO: 25351.261358/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71773-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA AJONAS EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 1631
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA CEP: 14095220 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 02.965.685/0002-17
PROCESSO: 25351.232765/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71660-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: SB COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: av governador agamenon magalhaes 1141, loja A
BAIRRO: cavaleiro CEP: 54250000 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 34.397.657/0001-56
PROCESSO: 25351.251756/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71745-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGA ENOBRE UNIDADE PAOLO PORPORA LTDA
ENDEREÇO: RUA PIETRO DA MILANO, 31 LOJA 03
BAIRRO: PARQUE INDEPENDENCIA CEP: 05875360 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 36.130.934/0001-95
PROCESSO: 25351.232756/2020-19
AUTORIZ/MS: 7.71651-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: CAROL FARMA EIRELI
ENDEREÇO: Praça Orlando Ferreira Alves, 105
BAIRRO: Conveniência CEP: 49290000 - ITABAIANINHA/SE
CNPJ: 13.373.246/0001-50
PROCESSO: 25351.232754/2020-20
AUTORIZ/MS: 7.71649-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIA DO POVO REDE MINEIRA LAVRAS I EIRELI
ENDEREÇO: PC PROFESSOR EDMIR SA SANTOS, S/N
BAIRRO: CAMPUS UFLA CEP: 37200900 - LAVRAS/MG
CNPJ: 21.202.948/0002-80
PROCESSO: 25351.247017/2020-21
AUTORIZ/MS: 7.71731-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: A&C DROGARIA LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA COMENDADOR ANTUNES DOS SANTOS 830 LOJA 03
BAIRRO: CAPÃO REDONDO CEP: 05861260 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 30.684.251/0001-01
PROCESSO: 25351.251761/2020-21
AUTORIZ/MS: 7.71750-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Sandrifarma Farmacia e Drogaria LTDA
ENDEREÇO: AV DRA Zilda Arns Neumann, 1427
BAIRRO: Paese CEP: 89249000 - ITAPOÁ/SC
CNPJ: 36.767.575/0001-81
PROCESSO: 25351.232761/2020-21
AUTORIZ/MS: 7.71656-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO BOMBASSARO, 250, SALA D
BAIRRO: MARTELLO CEP: 89510773 - CAÇADOR/SC
CNPJ: 83.002.360/0013-93
PROCESSO: 25351.246422/2020-22
AUTORIZ/MS: 7.71717-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: farma saude comercio de medicamentos ltda
ENDEREÇO: rua augusto emmel 21
BAIRRO: centro CEP: 96878000 - VALE DO SOL/RS
CNPJ: 34.406.380/0001-80
PROCESSO: 25351.237576/2020-23
AUTORIZ/MS: 7.71699-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JOAO BATISTA DE LOMAS
ENDEREÇO: AV IVO MARIO ISAAC PIRES, 3512
BAIRRO: TIJUCO PRETO CEP: 06720400 - COTIA/SP
CNPJ: 36.244.467/0001-24
PROCESSO: 25351.261361/2020-23
AUTORIZ/MS: 7.71777-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: ADEILDO LIMA DA SILVA
ENDEREÇO: R CLELIA, 1707
BAIRRO: AGUA BRANCA CEP: 05042001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 31.138.012/0001-00
PROCESSO: 25351.237600/2020-24
AUTORIZ/MS: 7.71674-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DROGARIA FARMADOM LTDA FILIAL
ENDEREÇO: Avenida Dona Belmira Marin, 3732
BAIRRO: PARQUE BRASIL CEP: 0484600 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.493.054/0002-04
PROCESSO: 25351.135748/2020-25
AUTORIZ/MS: 7.71621-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA LORENFARMA EIRELI
ENDEREÇO: AV MARIA DE LOURDES CASADINI SN
BAIRRO: EXPANSAO CEP: 68560000 - SANTANA DO ARAGUAIA/PA
CNPJ: 22.526.215/0001-83
PROCESSO: 25351.237583/2020-25
AUTORIZ/MS: 7.71685-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: HUBERTO E MAFIA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN ARAUJO 182, LOJA 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 36570037 - VIÇOSA/MG
CNPJ: 36.016.362/0001-18
PROCESSO: 25351.266183/2020-27
AUTORIZ/MS: 7.71795-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Farmácia do Trabalhador do Nordeste Ltda-ME
ENDEREÇO: Av. Francisco josé da Fonseca 543
BAIRRO: São Conrado CEP: 49042000 - ARACAJU/SE
CNPJ: 16.457.877/0001-46
PROCESSO: 25351.237590/2020-27
AUTORIZ/MS: 7.71694-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

EMPRESA: Drogaria Vera Cruz ltda
ENDEREÇO: av General ataliba leonel 3466
BAIRRO: Parada Inglesa CEP: 02242001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.030.181/0013-32
PROCESSO: 25351.247015/2020-32
AUTORIZ/MS: 7.71729-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: BIO EQUILIBRIO FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA MINISTRO GABRIEL DE RESENDE PASSOS 500 CJ 107/108
BAIRRO: MOEMA CEP: 04521022 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 00.884.506/0002-91
PROCESSO: 25351.247022/2020-34
AUTORIZ/MS: 7.71736-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:

EMPRESA: LIDYA KARLLA SOUZA FERRO
ENDEREÇO: PRAÇA VEREADOR ROQUE LAGOA, 66
BAIRRO: CENTRO CEP: 57275000 - SÃO SEBASTIÃO/AL
CNPJ: 35.974.957/0001-13
PROCESSO: 25351.266248/2020-34
AUTORIZ/MS: 7.71799-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: Pires Farma Eireli
ENDEREÇO: Avenida Rubens Rangel 118 B
BAIRRO: Arraias CEP: 29345000 - MARATAÍZES/ES
CNPJ: 32.005.868/0001-70
PROCESSO: 25351.181412/2020-34
AUTORIZ/MS: 7.71721-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Elcio de Melo Oliveira
ENDEREÇO: Avenida Cidade Jardim 4890
BAIRRO: Bosque dos Eucaliptos CEP: 12233002 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 35.495.896/0001-01
PROCESSO: 25351.108188/2020-36
AUTORIZ/MS: 7.71786-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA PRECO JUSTO LTDA
ENDEREÇO: ROD CORONEL LEONCIO VIEIRA DE RESENDE, SN - PAV 01 COMERCIAL
BAIRRO: N S DAS GRACAS CEP: 29390000 - IÚNA/ES
CNPJ: 36.442.965/0001-81
PROCESSO: 25351.237581/2020-36
AUTORIZ/MS: 7.71687-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DAMARIS MACEDO DE CAMPOS & CIA LTDA
ENDEREÇO: AV AUGUSTO GALVAO DE FRANCA 55 FRENTE
BAIRRO: VARZEA DO GOUVEIA CEP: 12530000 - CUNHA/SP
CNPJ: 32.503.691/0001-32
PROCESSO: 25351.246572/2020-36
AUTORIZ/MS: 7.71718-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Drogalelli LTDA
ENDEREÇO: Avenida Marisa de Sousa Mendes, 1116, loja B
BAIRRO: Minas Talco CEP: 36420000 - OURO BRANCO/MG
CNPJ: 42.972.984/0002-01
PROCESSO: 25351.246283/2020-37
AUTORIZ/MS: 7.71716-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: FRANCISCO DAS CHAGAS & REGIANE MORAES COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTIC
OS LTDA
ENDEREÇO: R ANTONIO CAPUCHO, 1 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 64288000 - NOSSA SENHORA DE NAZARÉ/PI
CNPJ: 21.532.657/0001-70
PROCESSO: 25351.097342/2020-37
AUTORIZ/MS: 7.71760-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: CARDOSO & CAVALCANTE LTDA
ENDEREÇO: RUA RAIMUNDO ATAÍDE, 905
BAIRRO: SAMBAÍBA VELHA CEP: 64803150 - FLORIANO/PI
CNPJ: 06.299.068/0002-80
PROCESSO: 25351.237599/2020-38
AUTORIZ/MS: 7.71675-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: F Rosa Rodrigues de Almeida
ENDEREÇO: Av Dr Pedro de Queiroz Ferreira, 2327
BAIRRO: Centro CEP: 62850000 - CASCAVEL/CE
CNPJ: 35.948.349/0001-34
PROCESSO: 25351.242088/2020-38
AUTORIZ/MS: 7.71706-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: R COSTA VIEIRA
ENDEREÇO: r maria de fatima FIGUEIREDO N. 10
BAIRRO: MIRITIUA CEP: 65110000 - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA
CNPJ: 30.245.430/0001-34
PROCESSO: 25351.111954/2020-40
AUTORIZ/MS: 7.71627-2
ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: NUTRIVET COMERCIO DE RACOES E PRODUTOS VETERINARIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CANDIDO BUENO, 1441
BAIRRO: CENTRO CEP: 13910033 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 01.820.175/0001-08
PROCESSO: 25351.260903/2020-41
AUTORIZ/MS: 7.71769-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MORGANNA ESTELLA ROCHA MENDES
ENDEREÇO: PC JOSE ROSA DE ALMEIDA 62
BAIRRO: CENTRO CEP: 39553000 - NINHEIRA/MG
CNPJ: 36.203.072/0001-83
PROCESSO: 25351.247013/2020-43
AUTORIZ/MS: 7.71727-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: FARMACIA FARMADETE LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, 510
BAIRRO: CENTRO CEP: 89868000 - SAUDADES/SC
CNPJ: 75.289.579/0006-68
PROCESSO: 25351.266239/2020-43
AUTORIZ/MS: 7.71794-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Drogaria DF Mais Eireli
ENDEREÇO: COND NOVO SETOR DE MANSOES MOD 2 LOJA 01
BAIRRO: SOBRADINHO CEP: 73005080 - SOBRADINHO/DF
CNPJ: 32.525.477/0001-87
PROCESSO: 25351.232768/2020-43
AUTORIZ/MS: 7.71661-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA SÃO RAFAEL II LTDA
ENDEREÇO: QUADRA 36 LOTE 10
BAIRRO: SETOR LESTE CEP: 72465360 - GAMA/DF
CNPJ: 36.177.408/0001-80
PROCESSO: 25351.247020/2020-45
AUTORIZ/MS: 7.71734-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. MONSENHOR ANGELO SAMPAIO, 100, LOJA 12 LJ ÂNCORA
BAIRRO: CENTRO CEP: 56304160 - PETROLINA/PE
CNPJ: 05.230.009/0071-15
PROCESSO: 25351.237572/2020-45
AUTORIZ/MS: 7.71668-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA CARVALHO VALENTIM LTDA
ENDEREÇO: AV EDMEIA MATTOS LAZZAROTTI, 3729, LOJA 02
BAIRRO: INGA CEP: 32604565 - BETIM/MG
CNPJ: 17.215.798/0003-53
PROCESSO: 25351.266246/2020-45
AUTORIZ/MS: 7.71788-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMA MED BONFIM LTDA
ENDEREÇO: RUA DR MOREIRA DA ROCHA 31 LOJA 4
BAIRRO: CENTRO CEP: 35480000 - BONFIM/MG
CNPJ: 35.982.563/0001-07
PROCESSO: 25351.242079/2020-47
AUTORIZ/MS: 7.71707-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: BIANCA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI
ENDEREÇO: RUA BARTOLOMEU BUENO DA SILVA, 2582, QUADRA192 LOTE 09
BAIRRO: NOVA ARAGUATINS CEP: 77950000 - ARAGUATINS/TO
CNPJ: 35.236.332/0001-54
PROCESSO: 25351.270905/2020-48
AUTORIZ/MS: 7.71811-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: R. G. BATISTA MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: RUA LABIB ABDALA SAAD, 160
BAIRRO: PARQUE DA CIDADANIA CEP: 15047204 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CNPJ: 32.986.797/0001-34
PROCESSO: 25351.266260/2020-49
AUTORIZ/MS: 7.71805-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: NOSSA FARMACIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CAPITÃO ANtÔNIO CORNÉLIO DA FONSECA, 39
BAIRRO: PORTO CEP: 49509810 - ITABAIANA/SE
CNPJ: 00.465.064/0004-00
PROCESSO: 25351.237597/2020-49
AUTORIZ/MS: 7.71696-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: ANA CRISTINA DA SILVA AGUIAR
ENDEREÇO: AV DR JOAQUIM NABUCO 4214
BAIRRO: JARDIM FRAGOSO CEP: 53250005 - OLINDA/PE
CNPJ: 23.094.029/0001-85
PROCESSO: 25351.242086/2020-49
AUTORIZ/MS: 7.71700-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: Sandro farma comercio de medicamentos eireli
ENDEREÇO: Q T 31 Avenida TLO 5 conj 01 lote 12
BAIRRO: Jardim Taquari (taquaralto) CEP: 77063386 - PALMAS/TO
CNPJ: 32.743.060/0001-90
PROCESSO: 25351.237595/2020-50
AUTORIZ/MS: 7.71697-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA DROGAO POPULAR LTDA
ENDEREÇO: AV BRASIL 2677
BAIRRO: CENTRO CEP: 79904672 - PONTA PORÃ/MS
CNPJ: 27.785.214/0003-39
PROCESSO: 25351.242084/2020-50
AUTORIZ/MS: 7.71701-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

EMPRESA: MARCIA LELES PEREIRA - ME
ENDEREÇO: AV. JOSE BRUMATTI, 3.393
BAIRRO: JARDIM SANTO EXPEDITO CEP: 07160170 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 24.258.910/0001-37
PROCESSO: 25351.232759/2020-52
AUTORIZ/MS: 7.71654-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: giuliane de oliveira aguero
ENDEREÇO: RODOVIA BR 163, N°3069, KM 420
BAIRRO: DISTRITO DE ANHANDUI CEP: 79125000 - CAMPO GRANDE/MS
CNPJ: 31.823.403/0001-64
PROCESSO: 25351.251766/2020-53

AUTORIZ/MS: 7.71755-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMA VIDA E SAUDE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BANGU, Nº 1468, LOJA 02 e 03
BAIRRO: LIBERDADE CEP: 28893735 - RIO DAS OSTRAS/RJ
CNPJ: 35.712.705/0001-16
PROCESSO: 25351.247011/2020-54
AUTORIZ/MS: 7.71725-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMAELLEN LTDA
ENDEREÇO: AV. AFRANIO PEIXOTO, S/N, MERCADO VELHO BOX 98
BAIRRO: PARIPE CEP: 40800570 - SALVADOR/BA
CNPJ: 05.187.668/0001-03
PROCESSO: 25351.266237/2020-54
AUTORIZ/MS: 7.71793-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: Danilo de cassio teodoro
ENDEREÇO: rua Ipacaeta,1199
BAIRRO: jardim presidente dutra CEP: 07.171150 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 32.281.104/0001-08
PROCESSO: 25351.247029/2020-56
AUTORIZ/MS: 7.71742-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: UNIVERSO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: R SANTA ELISA, 134, loja B
BAIRRO: Piabeta (Inhomirim) CEP: 25931762 - MAGÉ/RJ
CNPJ: 36.531.676/0001-59
PROCESSO: 25351.261366/2020-56
AUTORIZ/MS: 7.71782-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: j.c.g.do amaral junior
ENDEREÇO: rua joao batista redinha 233 lote 13 quadra 34
BAIRRO: morrinhos CEP: 11495017 - GUARUJÁ/SP
CNPJ: 04.537.253/0001-50
PROCESSO: 25351.237570/2020-56
AUTORIZ/MS: 7.71665-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: N.A DA SILVA & CIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA 7 DE SETEMBRO 1358
BAIRRO: CENTRO CEP: 87550000 - ALTÔNIA/PR
CNPJ: 36.738.632/0001-02
PROCESSO: 25351.266244/2020-56
AUTORIZ/MS: 7.71803-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FARMACIA ALVORADA CASTRO LTDA
ENDEREÇO: RUA UMBERTO PINTO DE OLIVEIRA, S/N, LOTE 06 QUADRA32
BAIRRO: JARDIM ALVORADA CEP: 84181252 - CASTRO/PR
CNPJ: 31.112.344/0001-16
PROCESSO: 25351.162546/2020-56
AUTORIZ/MS: 7.71620-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA CIDADE DO PORTO, 406, QD 171 CJ NOVA CIDADE
BAIRRO: NOVA CIDADE CEP: 69097287 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.322.387/0005-05
PROCESSO: 25351.237605/2020-57
AUTORIZ/MS: 7.71692-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: RUA PERNAMBUCO, 510
BAIRRO: PITUBA CEP: 41830390 - SALVADOR/BA
CNPJ: 05.230.009/0079-72
PROCESSO: 25351.237588/2020-58
AUTORIZ/MS: 7.71680-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA GASPAR THOMAZ EIRELI
ENDEREÇO: QUADRA QR 407 CONJUNTO 10 LOTE 01
BAIRRO: SAMAMBAIA CEP: 72321010 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 36.124.186/0001-38
PROCESSO: 25351.266251/2020-58
AUTORIZ/MS: 7.71790-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: MONTANHEIRO FARMÁCIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO PIRES PIMENTEL Nº 269
BAIRRO: CENTRO CEP: 12900011 - BRAGANÇA PAULISTA/SP
CNPJ: 36.099.301/0001-61
PROCESSO: 25351.200668/2020-58
AUTORIZ/MS: 7.71764-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CAMPOS SALES, 4326
BAIRRO: ELETRONORTE CEP: 76808640 - PORTO VELHO/RO
CNPJ: 84.521.053/0086-37
PROCESSO: 25351.152380/2020-60
AUTORIZ/MS: 7.71761-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA SAUDE MAIS FARMA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOS MISSIONARIOS 331 QUADRA A LOTE 01
BAIRRO: SETOR RODOVIARIO CEP: 74430360 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.183.000/0001-96
PROCESSO: 25351.242082/2020-61
AUTORIZ/MS: 7.71704-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: WLR BREVES MENDES DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: EST PROF LEANDRO FARIA SARZEDAS 759 LOJA 01
BAIRRO: ATLANTICA CEP: 28895640 - RIO DAS OSTRAS/RJ
CNPJ: 36.212.428/0001-45
PROCESSO: 25351.200673/2020-61
AUTORIZ/MS: 7.71767-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. GOVERNADOR CARLOS DE LIMA CAVALCANTI, 1306
BAIRRO: BAIRRO NOVO CEP: 53130530 - OLINDA/PE
CNPJ: 05.230.009/0070-34
PROCESSO: 25351.237593/2020-61
AUTORIZ/MS: 7.71681-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ENDEREÇO: av perimetral leste, 463
BAIRRO: Raio de Luz CEP: 76876072 - ARIQUEMES/RO
CNPJ: 34.039.182/0001-26
PROCESSO: 25351.049031/2020-61
AUTORIZ/MS: 7.71763-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: GILSON GOMES DOS SANTOS
ENDEREÇO: AV CARVALHO LEAL ,1290
BAIRRO: CACHOEIRINHA CEP: 69065000 - MANAUS/AM
CNPJ: 33.777.460/0002-60
PROCESSO: 25351.251757/2020-62
AUTORIZ/MS: 7.71747-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: M.C.M. COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO LUDOVICO N 2623 LOJA 11
BAIRRO: VILA SAO JOAQUIM CEP: 75145275 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 34.020.753/0001-80
PROCESSO: 25351.505522/2019-62
AUTORIZ/MS: 7.71757-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: UNAI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ, 157
BAIRRO: CENTRO CEP: 38610026 - UNAÍ/MG
CNPJ: 26.912.581/0002-02
PROCESSO: 25351.232757/2020-63
AUTORIZ/MS: 7.71652-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: LELIFARMA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: AV COMANDANTE PETIT, 208
BAIRRO: BOA ESPERANÇA CEP: 59140640 - PARNAMIRIM/RN
CNPJ: 35.702.078/0001-32
PROCESSO: 25351.251764/2020-64
AUTORIZ/MS: 7.71754-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: J P DE SOUZA CAVALCANTI COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS
ENDEREÇO: AV JOSÉ DE BARROS DE OLIVEIRA, 105
BAIRRO: VILA SÃO JOSÉ CEP: 55630000 - POMBOS/PE
CNPJ: 35.873.482/0001-79
PROCESSO: 25351.266235/2020-65
AUTORIZ/MS: 7.71797-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:

EMPRESA: B S FARMA COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV GETULIO VARGAS, 275
BAIRRO: CENTRO CEP: 56870000 - TRIUNFO/PE
CNPJ: 35.956.394/0001-30
PROCESSO: 25351.232764/2020-65
AUTORIZ/MS: 7.71659-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: Farmácia Guarani Limitada
ENDEREÇO: Rua Castro Alves, 40
BAIRRO: Guarani CEP: 45002060 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CNPJ: 33.540.718/0001-20
PROCESSO: 25351.671986/2019-66
AUTORIZ/MS: 7.71624-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIAS ECONOCENTER POPULAR LTDA.
ENDEREÇO: RUA YONE, 21
BAIRRO: - VILA BOCAÍNA CEP: 09310120 - MAUÁ/SP
CNPJ: 34.176.943/0001-91
PROCESSO: 25351.266242/2020-67
AUTORIZ/MS: 7.71792-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Drogaria e Perfumaria Luwimirc LTDA
ENDEREÇO: Estrada das Cumbucas,23 loja
BAIRRO: Jardim Alvorada CEP: 26265040 - NOVA IGUAÇU/RJ
CNPJ: 34.019.390/0001-63
PROCESSO: 25351.261364/2020-67
AUTORIZ/MS: 7.71780-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: FARMACIA SOARES DA SILVA LTDA
ENDEREÇO: AV ASSUNCAO, 06
BAIRRO: CENTRO CEP: 85825000 - SANTA TEREZA DO OESTE/PR
CNPJ: 36.091.185/0001-34
PROCESSO: 25351.237579/2020-67
AUTORIZ/MS: 7.71691-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: GUEDES E PAIXÃO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 58 F
BAIRRO: EDGAR PEREIRA CEP: 39400174 - MONTES CLAROS/MG
CNPJ: 16.928.871/0042-88
PROCESSO: 25351.247027/2020-67
AUTORIZ/MS: 7.71740-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: R ALFREDO VALOIS 17
BAIRRO: REDENCAO CEP: 69049470 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.322.387/0007-77
PROCESSO: 25351.237603/2020-68
AUTORIZ/MS: 7.71690-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: DROGARIA SAO PAULO S.A.
ENDEREÇO: AV SANTOS DUMONT, 4806
BAIRRO: PITANGUEIRAS CEP: 42701260 - LAURO DE FREITAS/BA
CNPJ: 61.412.110/1030-43
PROCESSO: 25351.242075/2020-69
AUTORIZ/MS: 7.71703-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA FTB MERCADO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA COELHO E CAMPOS, Nº 58, SALA 08
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 49065210 - ARACAJU/SE
CNPJ: 36.338.969/0001-14
PROCESSO: 25351.237586/2020-69
AUTORIZ/MS: 7.71684-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: ADOALDO A CARDOSO
ENDEREÇO: AVENIDA IMPERATRIZ N:1400B
BAIRRO: CENTRO CEP: 65922000 - JOÃO LISBOA/MA
CNPJ: 33.964.945/0001-82
PROCESSO: 25351.261371/2020-69
AUTORIZ/MS: 7.71785-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: SUPERMERCADO UNIMAX LTDA
ENDEREÇO: Rua Coronel Lustosa n.2209, sala 04
BAIRRO: Batel CEP: 85015340 - GUARAPUAVA/PR
CNPJ: 78.069.739/0003-09
PROCESSO: 25351.242073/2020-70
AUTORIZ/MS: 7.71713-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: VALVERDE E MARQUES PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: AV ENGENHEIRO HUMBERTO TAVARES DAS CHAGAS, 125 (loja)
BAIRRO: JARDIM PEROLA CEP: 35051180 - GOVERNADOR VALADARES/MG
CNPJ: 35.515.966/0001-46
PROCESSO: 25351.211860/2020-70
AUTORIZ/MS: 7.71722-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: ISABELLA BOA SORTE DE ABREU
ENDEREÇO: RUA CORONEL AUGUSTO, 53
BAIRRO: CENTRO CEP: 46490000 - IGAPORÃ/BA
CNPJ: 35.568.076/0001-00
PROCESSO: 25351.266258/2020-70
AUTORIZ/MS: 7.71796-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: FPB LONDRINA 1 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV. HIGIENOPOLIS, 1484
BAIRRO: JARDIM HIGIENOPOLIS CEP: 86015010 - LONDRINA/PR
CNPJ: 35.947.335/0001-04
PROCESSO: 25351.237591/2020-71
AUTORIZ/MS: 7.71693-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: MILLENARE FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI
ENDEREÇO: RUA DAS ESMERALDAS, 431
BAIRRO: JARDIM CEP: 09090770 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 32.806.597/0001-52
PROCESSO: 25351.242080/2020-71
AUTORIZ/MS: 7.71712-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: P N DA SILVA - ME
ENDEREÇO: RUA MANOEL MIRANDA S/N
BAIRRO: ATLANTICO II CEP: 6872100 - SALINÓPOLIS/PA
CNPJ: 30.716.359/0001-20
PROCESSO: 25351.235555/2020-73
AUTORIZ/MS: 7.71664-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: CARLOS ROBERTO ROCHA
ENDEREÇO: R GOVERNADOR LAMENHA FILHO, 1845
BAIRRO: FEITOSA CEP: 57043000 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 34.304.521/0001-54
PROCESSO: 25351.251755/2020-73
AUTORIZ/MS: 7.71744-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGA ENOBRE UNIDADE TABOAO LTDA
ENDEREÇO: EST KIZAEMON TAKEUTI, 3267
BAIRRO: PARQUE SÃO JOAQUIM CEP: 06775003 - TABOÃO DA SERRA/SP
CNPJ: 36.411.208/0001-40
PROCESSO: 25351.232755/2020-74
AUTORIZ/MS: 7.71650-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: LETICIA DOS S. ROCHA EIRELI
ENDEREÇO: AV. CACAULANDIA SN
BAIRRO: DISTRITO COLINA VERDE CEP: 76898000 - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO
CNPJ: 35.974.547/0001-72
PROCESSO: 25351.083571/2020-74
AUTORIZ/MS: 7.71625-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGA RAY COM DE PROD FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE RODRIGUES ALVES N 139 QD 06 LT 06 SALA 01;EDIF RES. FERREIRA GARC
BAIRRO: SETOR FAICALVILLE CEP: 74350115 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 34.384.469/0001-93
PROCESSO: 25351.251762/2020-75
AUTORIZ/MS: 7.71752-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: LITORAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS N 705
BAIRRO: CENTRO CEP: 29230000 - ANCHIETA/ES
CNPJ: 36.519.187/0001-81
PROCESSO: 25351.247018/2020-76
AUTORIZ/MS: 7.71732-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: J. G. R. ARAUJO FARMA ME
ENDEREÇO: RUA JOAO GOMES PEREIRA 1110
BAIRRO: JARDIM TIETE CEP: 03945120 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 27.044.483/0001-82
PROCESSO: 25351.232762/2020-76
AUTORIZ/MS: 7.71657-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: AV. MENINO MARCELO, 5300
BAIRRO: ANTARES CEP: 57083410 - MACEIÓ/AL
CNPJ: 05.230.009/0075-49
PROCESSO: 25351.237577/2020-78
AUTORIZ/MS: 7.71676-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: R. AMÉRICO BORGES, S/N QD 56 A LT 14
BAIRRO: JUNDIAI CEP: 75110020 - ANÁPOLIS/GO
CNPJ: 61.585.865/2366-00
PROCESSO: 25351.247025/2020-78
AUTORIZ/MS: 7.71738-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: SIRIA MENEZES CARVALHO EIRELI
ENDEREÇO: RUA HONESINDA TEIXEIRA DA ROCHA, 745
BAIRRO: CENTRO CEP: 47400000 - XIQUE-XIQUE/BA
CNPJ: 36.451.947/0001-66
PROCESSO: 25351.266240/2020-78
AUTORIZ/MS: 7.71809-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: FARMACIA AMIGA DO TRABALHADOR LTDA
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO MENEZES, 388
BAIRRO: CENTRO CEP: 62870000 - PACAJUS/CE
CNPJ: 32.182.392/0001-43

PROCESSO: 25351.261362/2020-78
AUTORIZ/MS: 7.71778-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: M SOARES DAMASCENO
ENDEREÇO: TV JOSE ALENCAR, BR 135, Nº 09
BAIRRO: ALTO DA CRUZ CEP: 65790000 - SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO/MA
CNPJ: 35.001.141/0001-03
PROCESSO: 25351.735041/2019-80
AUTORIZ/MS: 7.71762-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: j. h. silva prod. farmaceuticos
ENDEREÇO: av clovis rodrigo do vale SN qd 14 lT 01
BAIRRO: vila esplanada 1 CEP: 75600000 - GOIATUBA/GO
CNPJ: 36.469.802/0001-92
PROCESSO: 25351.232640/2020-80
AUTORIZ/MS: 7.71645-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA TOP SAUDE DE DEL CASTILHO LTDA
ENDEREÇO: RUA TENENTE ABEL CUNHA, 145 - LOJA B
BAIRRO: HIGIENOPOLIS CEP: 21050540 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 36.242.178/0001-96
PROCESSO: 25351.266256/2020-81
AUTORIZ/MS: 7.71791-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: kamila silva rocha
ENDEREÇO: av clovis rodrigo do vale 523 sala a
BAIRRO: vila rocha CEP: 75600000 - GOIATUBA/GO
CNPJ: 36.469.735/0001-06
PROCESSO: 25351.232619/2020-84
AUTORIZ/MS: 7.71644-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: farmacia campos amaral ltda
ENDEREÇO: rua ieda solange ribeiro 839
BAIRRO: Ipe CEP: 83055210 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CNPJ: 13.471.520/0002-05
PROCESSO: 25351.251753/2020-84
AUTORIZ/MS: 7.71743-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: Comercial Drogaria FarmaDom
ENDEREÇO: Rua Portela da Cerdeira, 350 a
BAIRRO: Parque Cocaia CEP: 04850150 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 12.493.054/0001-15
PROCESSO: 25351.135715/2020-85
AUTORIZ/MS: 7.71622-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: CRISED DROGARIA EIRELI
ENDEREÇO: AV TENENTE CORONEL ADALBERTO MENDES 344
BAIRRO: MANEJO CEP: 27521131 - RESENDE/RJ
CNPJ: 33.620.144/0001-08
PROCESSO: 25351.232753/2020-85
AUTORIZ/MS: 7.71648-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DM DROGRARIA SANTO ANDRE ORATORIO LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA ORATORIO 1997
BAIRRO: PARQUE DAS NACOES CEP: 09280000 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 35.818.317/0001-14
PROCESSO: 25351.251760/2020-86
AUTORIZ/MS: 7.71749-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: CRS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DOUTOR JOAO CARLOS MACHADO 707/101
BAIRRO: CENTRO CEP: 95940000 - ARROIO DO MEIO/RS
CNPJ: 35.747.479/0001-09
PROCESSO: 25351.232760/2020-87
AUTORIZ/MS: 7.71655-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: AV. RIO NEGRO, 1265
BAIRRO: PQ AMAZONIA CEP: 74840520 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 61.585.865/2390-22
PROCESSO: 25351.247016/2020-87
AUTORIZ/MS: 7.71730-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: TOPFARMA AJS DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: R SILVADO 181
BAIRRO: CORONEL APARICIO BORGES CEP: 91510100 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 36.128.033/0001-69
PROCESSO: 25351.261360/2020-89
AUTORIZ/MS: 7.71775-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: R. OSWALDO CRUZ, 232
BAIRRO: PONTE DE SAO JOAO CEP: 13218010 - JUNDIAÍ/SP
CNPJ: 61.585.865/2324-43
PROCESSO: 25351.247023/2020-89
AUTORIZ/MS: 7.71737-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: SIMONETTI & SIMONETTI CANDIDO RODRIGUES LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA JOÃO PREVIDELLI,258
BAIRRO: GUARIROBA CEP: 15908011 - TAQUARITINGA/SP
CNPJ: 17.398.812/0002-10
PROCESSO: 25351.237575/2020-89
AUTORIZ/MS: 7.71670-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: NAIDE S DA SILVA
ENDEREÇO: Av. Carlos Lins Cortes, 1675
BAIRRO: Infraero CEP: 68908074 - MACAPÁ/AP
CNPJ: 35.812.277/0001-01
PROCESSO: 25351.266247/2020-90
AUTORIZ/MS: 7.71804-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: SAMUEL DE VASCONCELOS PEREIRA NETO
ENDEREÇO: AV. JOAO FRANCISCO DE MELO, 1013, LOJA 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 55565000 - SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE/PE
CNPJ: 32.009.593/0001-43
PROCESSO: 25351.261369/2020-90
AUTORIZ/MS: 7.71783-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA
ENDEREÇO: AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES, 3650
BAIRRO: PARQUE BELA VISTA CEP: 40280000 - SALVADOR/BA

CNPJ: 05.230.009/0077-00
PROCESSO: 25351.237573/2020-90
AUTORIZ/MS: 7.71669-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIA E PERFUMARIA SOCIALFARMA LTDA
ENDEREÇO: Rua VEREADOR OSVALDO DE OLIVEIRA, 4125
BAIRRO: CENTRO CEP: 88131200 - PALHOÇA/SC
CNPJ: 34.639.298/0001-04
PROCESSO: 25351.266254/2020-91
AUTORIZ/MS: 7.71789-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: R. 13 DE MAIO, 284
BAIRRO: CENTRO CEP: 98700000 - IJUÍ/RS
CNPJ: 61.585.865/2150-00
PROCESSO: 25351.270906/2020-92
AUTORIZ/MS: 7.71812-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: DROGARIAS PACHECO S/A
ENDEREÇO: AV FELICIANO SODRE, 575 - LOJA
BAIRRO: VARZEA CEP: 25963083 - TERESÓPOLIS/RJ
CNPJ: 33.438.250/0603-05
PROCESSO: 25351.242087/2020-93
AUTORIZ/MS: 7.71705-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: COMERCIAL DRUGSTORE LTDA.
ENDEREÇO: PÇ. JORNALISTA FRANCISCO PESSOA DE QUEIROZ, 23, LOJA 000A
BAIRRO: SANTANA CEP: 52060412 - RECIFE/PE
CNPJ: 05.230.009/0072-04
PROCESSO: 25351.237598/2020-93
AUTORIZ/MS: 7.71683-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

EMPRESA: JORKEAN SANTOS DE LIMA
ENDEREÇO: AVENIDA PRESIDENTE KENEDY, 875
BAIRRO: CENTRO CEP: 65705000 - LAGO VERDE/MA
CNPJ: 29.532.083/0001-41
PROCESSO: 25351.066568/2020-96
AUTORIZ/MS: 7.71719-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

EMPRESA: NUTRIVET COMERCIO DE RACOES E PRODUTOS VETERINARIOS LTDA
ENDEREÇO: RUA CANDIDO BUENO, 1441 B
BAIRRO: SERRINHA CEP: 13910001 - JAGUARIÚNA/SP
CNPJ: 01.820.175/0002-99
PROCESSO: 25351.260911/2020-97
AUTORIZ/MS: 7.71770-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: R. NILO ANTONIO GAZIRE, 105 - TERREO
BAIRRO: ESTORIL CEP: 30494055 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 61.585.865/2365-11
PROCESSO: 25351.247014/2020-98
AUTORIZ/MS: 7.71728-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 163

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.072, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: BBS FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, Nº 1153
BAIRRO: VILA APARECIDA CEP: 14401234 - FRANCA/SP
CNPJ: 96.569.611/0001-24
PROCESSO: 25351.015564/2014-00
AUTORIZ/MS: 7.08415-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: SOUZA & RUFINO LTDA - ME
ENDEREÇO: Av. Marechal Dutra, 1681, SALA 01
BAIRRO: centro CEP: 79925000 - PARANHOS/MS
CNPJ: 07.579.296/0001-96
PROCESSO: 25351.613722/2013-01
AUTORIZ/MS: 7.01065-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: ELIZETE SENS BONETTO
ENDEREÇO: R DOUTOR CONSTANCIO KRUMMEL, 2183
BAIRRO: PRAIA COMPRIDA CEP: 88103600 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 80.728.942/0001-20
PROCESSO: 25351.281943/2013-05
AUTORIZ/MS: 0.93827-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA COMPER LTDA
ENDEREÇO: AV HONORIO FRAGA 381 loja 2
BAIRRO: centro CEP: 29745000 - SÃO DOMINGOS DO NORTE/ES
CNPJ: 07.465.170/0001-90
PROCESSO: 25351.548422/2015-05
AUTORIZ/MS: 7.41648-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: LAZARO FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GETULIO VARGAS Nº 461
BAIRRO: CENTRO CEP: 86225000 - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR
CNPJ: 08.604.186/0001-08
PROCESSO: 25351.279016/2014-06
AUTORIZ/MS: 7.18963-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: SANTA PAULA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. OSCAR VIEIRA SAMPAIO, 42
BAIRRO: CENTRO CEP: 18500000 - LARANJAL PAULISTA/SP
CNPJ: 51.332.039/0001-47
PROCESSO: 25351.224847/2002-07
AUTORIZ/MS: 0.22668-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: Soares & Oliveira Ltda
ENDEREÇO: AV CORONEL MANCIO LIMA 231
BAIRRO: Centro CEP: 69980000 - CRUZEIRO DO SUL/AC
CNPJ: 07.477.758/0001-64
PROCESSO: 25351.135657/2011-07
AUTORIZ/MS: 0.75264-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -

EMPRESA: FARMACIA DOMPEDRO LTDA
ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, 1467 sala 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 88930000 - TURVO/SC
CNPJ: 36.168.856/0001-18
PROCESSO: 25351.148760/2020-08
AUTORIZ/MS: 7.71215-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA CANEDO LTDA
ENDEREÇO: R PERIMETRAL SEIS, 118, QUADRA X8 LOTE 8 E 9
BAIRRO: JD BRASIL CEP: 74730435 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 37.398.344/0001-00
PROCESSO: 25351.066542/2014-08
AUTORIZ/MS: 7.10498-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EVOLUIR DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: RUA BERNARDO LIMA 903
BAIRRO: CENTRO CEP: 65550000 - SÃO BERNARDO/MA
CNPJ: 28.733.489/0002-00
PROCESSO: 25351.316593/2018-10
AUTORIZ/MS: 7.58912-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA CENTER FARMA EIRELI
ENDEREÇO: Q CL 216, LOTE A, LOJA 02/03
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 72546220 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 29.970.656/0001-19
PROCESSO: 25351.415728/2018-11
AUTORIZ/MS: 7.60014-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: LIMA FARMACIA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ROSA MACHADO, 248B
BAIRRO: NOSSA SENHORA DE FATIMA CEP: 29308610 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
CNPJ: 31.607.750/0001-50
PROCESSO: 25351.810312/2018-11
AUTORIZ/MS: 7.62999-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA CENTER FARMA EIRELI
ENDEREÇO: Q CL 216, LOTE A, LOJA 02/03
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 72546220 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 29.970.656/0001-19
PROCESSO: 25351.415728/2018-11
AUTORIZ/MS: 7.60014-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: JUNIOR CEZAR FERREIRA DE SOUSA PRODUTOS FARMACEUTICOS
ENDEREÇO: Rua 5 SN
BAIRRO: PARQUE SANTA CECILIA CEP: 74919345 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
CNPJ: 28.670.437/0001-51
PROCESSO: 25351.675097/2017-14
AUTORIZ/MS: 7.56571-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: P W PASSOS DOS SANTOS - ME
ENDEREÇO: PC DA VITORIA, 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 65490000 - ANAJATUBA/MA
CNPJ: 19.896.181/0001-04
PROCESSO: 25351.622632/2018-15
AUTORIZ/MS: 7.60871-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA SOUZA & MAROTTA LTDA
ENDEREÇO: PRAÇA CÔNEGO AGOSTINHO JOSÉ RESENDE, Nº 298
BAIRRO: CENTRO CEP: 36513000 - DORES DO TURVO/MG
CNPJ: 00.654.917/0001-00
PROCESSO: 25351.000258/2003-16
AUTORIZ/MS: 0.23068-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA SÃO JOÃO BATISTA - EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA MARIA ANTUNES TEIXEIRA Nº 140
BAIRRO: SETOR CENTRAL CEP: 76245000 - BOM JARDIM DE GOIÁS/GO
CNPJ: 00.793.428/0001-39
PROCESSO: 25351.333167/2014-17
AUTORIZ/MS: 7.20205-1
ATIVIDADE/CLASSE:
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: GILVANA R DE SOUSA ME
ENDEREÇO: AV PIRES DO RIO 2842
BAIRRO: JARDIM SAO SEBASTIAO CEP: 08041000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 24.269.873/0001-62
PROCESSO: 25351.379634/2016-17
AUTORIZ/MS: 7.48022-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: RAIA DROGASIL S/A
ENDEREÇO: RUA CONDE DO BONFIM, 211 LJ A LJ B
BAIRRO: TIJUCA CEP: 20520050 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 61.585.865/1068-12
PROCESSO: 25351.691162/2013-17
AUTORIZ/MS: 7.05207-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: GILVANA R DE SOUSA ME
ENDEREÇO: AV PIRES DO RIO 2842
BAIRRO: JARDIM SAO SEBASTIAO CEP: 08041000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 24.269.873/0001-62
PROCESSO: 25351.379634/2016-17
AUTORIZ/MS: 7.48022-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
ENDEREÇO: AV JOAO DE BARROS, 1546
BAIRRO: ESPINHEIRO CEP: 52021180 - RECIFE/PE
CNPJ: 06.626.253/0596-36
PROCESSO: 25351.165747/2017-18
AUTORIZ/MS: 7.50956-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: NOVA FARMA DROGARIA BAURU LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE AMBROSIO, 4-10, SALA 02
BAIRRO: NUCLEO HABITACIONAL MARY DOTA CEP: 17026780 - BAURU/SP
CNPJ: 36.060.632/0001-98
PROCESSO: 25351.074013/2020-18
AUTORIZ/MS: 7.71552-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
ENDEREÇO: AV JOAO DE BARROS, 1546
BAIRRO: ESPINHEIRO CEP: 52021180 - RECIFE/PE
CNPJ: 06.626.253/0596-36
PROCESSO: 25351.165747/2017-18
AUTORIZ/MS: 7.50956-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: THALLINE ANDRESSA OLIVEIRA SILVA ME
ENDEREÇO: RUA ANTONIO TEODOSIO, 1304
BAIRRO: NOVO HORIZONTE CEP: 56440000 - BELÉM DE SÃO FRANCISCO/PE
CNPJ: 11.808.216/0001-02
PROCESSO: 25351.531335/2014-20
AUTORIZ/MS: 7.29004-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: JA COMERCIO DE MEDICAMENTOS - LTDA
ENDEREÇO: rua castelo branco q.43 l.09 n 327
BAIRRO: prolongamento vila borges a CEP: 75902851 - RIO VERDE/GO
CNPJ: 27.400.280/0001-81
PROCESSO: 25351.450006/2017-21
AUTORIZ/MS: 7.53662-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: KATIANE L. RIBEIRO - ME
ENDEREÇO: RUA MESSIAS COSTA - 1363, SALA B
BAIRRO: CENTRO CEP: 77785000 - PAU D'ARCO/TO
CNPJ: 27.595.642/0001-37
PROCESSO: 25351.561555/2017-21
AUTORIZ/MS: 7.54716-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: E.F.C.PINTO
ENDEREÇO: AV.GETULIO VARGAS N 108 LJ 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 65225000 - SÃO JOÃO BATISTA/MA
CNPJ: 34.650.389/0001-32
PROCESSO: 25351.714454/2019-21
AUTORIZ/MS: 7.69825-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

EMPRESA: CLAUDINEY GOMIDES FARMACIA DRUGSTORE EIRELI
ENDEREÇO: AV DOUTOR JOÃO PINHEIRO, 2871
BAIRRO: SANTO ANTONIO CEP: 34800000 - CAETÉ/MG
CNPJ: 26.598.496/0001-30
PROCESSO: 25351.136565/2017-21
AUTORIZ/MS: 7.50665-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: NovaPharma Drugstore Comercio de Medicamentos Ltda
ENDEREÇO: Rua José Monteiro, nº 1255, Loja 02
BAIRRO: Canaã I CEP: 35675000 - JUATUBA/MG
CNPJ: 28.928.781/0001-06
PROCESSO: 25351.724731/2018-22
AUTORIZ/MS: 7.62026-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: VENTURINI E PAES LTDA
ENDEREÇO: AV MOISES DE ARAUJO GALVAO, 747
BAIRRO: centro CEP: 79428000 - FIGUEIRÃO/MS
CNPJ: 11.737.554/0001-92
PROCESSO: 25351.124334/2014-22
AUTORIZ/MS: 7.12923-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: JOAO LUIZ FERREIRA NETO PONTREMOLEZ & CIA LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Francisco Pontremolez , 235
BAIRRO: centro CEP: 19940000 - IBIRAREMA/SP
CNPJ: 13.521.024/0001-38
PROCESSO: 25351.695528/2013-27
AUTORIZ/MS: 7.05455-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA J H OLIVEIRA SANTOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, 130
BAIRRO: CENTRO CEP: 49400000 - LAGARTO/SE
CNPJ: 11.041.194/0001-90
PROCESSO: 25351.390782/2013-31
AUTORIZ/MS: 0.96167-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: SOARES E IORA MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: R JOAQUIM CAETANO, 2273, QUADRA 16 LOTE 01
BAIRRO: DIVINO ESPIRITO SANTO CEP: 75804040 - JATAÍ/GO
CNPJ: 21.904.987/0001-49
PROCESSO: 25351.581821/2017-31
AUTORIZ/MS: 7.54941-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: M2 FARMACIA EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA ADÃO PIRES CERVEIRA, 96 - LOJA 01
BAIRRO: VILA NOVA CEP: 95630000 - PAROBÉ/RS
CNPJ: 15.027.082/0001-35
PROCESSO: 25351.305876/2012-32
AUTORIZ/MS: 0.84915-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA CENTRAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: TRAVESSA RIACHUELO Nº 40
BAIRRO: CENTRO CEP: 84220000 - SENGÉS/PR
CNPJ: 34.714.127/0001-94
PROCESSO: 25351.729607/2019-34
AUTORIZ/MS: 7.69911-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: B.M. DE SÁ
ENDEREÇO: RUA J.J SEABRA, S/N
BAIRRO: CENTRO CEP: 48120000 - POJUCA/BA
CNPJ: 35.763.973/0001-67
PROCESSO: 25351.135739/2020-34
AUTORIZ/MS: 7.71147-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -

EMPRESA: JOSÉ MANOEL MOGI DAS CRUZES ME
ENDEREÇO: RUA SAO TOME 532 A
BAIRRO: CONJUNTO RES SANTO ANGELO CEP: 08763360 - MOGI DAS CRUZES/SP
CNPJ: 00.820.557/0001-79
PROCESSO: 25351.200979/2002-35
AUTORIZ/MS: 0.08779-4
ATIVIDADE/CLASSE:
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA AQUINO BARBOZA LTDA
ENDEREÇO: Rua do Comercio 140 A
BAIRRO: Centro CEP: 39455000 - IBIRACATU/MG
CNPJ: 28.321.525/0001-48
PROCESSO: 25351.227297/2018-37
AUTORIZ/MS: 7.58113-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA SILVEIRA & ROCHA LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. GRIMALDO DE BARROS, 12
BAIRRO: CENTRO CEP: 35140000 - TARUMIRIM/MG
CNPJ: 04.480.399/0001-06
PROCESSO: 25351.291271/2013-38
AUTORIZ/MS: 0.92532-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EWERTON V. V. DA SILVA - ME
ENDEREÇO: rua do comercio, n° 111
BAIRRO: centro CEP: 55630000 - POMBOS/PE
CNPJ: 05.805.805/0001-26
PROCESSO: 25351.176610/2014-38
AUTORIZ/MS: 7.16903-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

EMPRESA: DROGARIA CAJU DE FRUTAL LTDA
ENDEREÇO: AV BRASILIA, 986
BAIRRO: CAJU CEP: 38204200 - FRUTAL/MG
CNPJ: 00.858.625/0001-99
PROCESSO: 25351.013032/2005-39
AUTORIZ/MS: 0.41974-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: drogaria alfa brito eireli - epp
ENDEREÇO: AVE BRASIL CENTRAL Nº 360 QD 01 LT 02-A
BAIRRO: SETOR SUL CEP: 76230000 - PIRANHAS/GO
CNPJ: 24.454.911/0001-57
PROCESSO: 25351.083556/2016-40
AUTORIZ/MS: 7.45677-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: Farmacia Cruz das Armas Ltda
ENDEREÇO: AV GENERAL OSORIO, 474, SALA 002
BAIRRO: CENTRO CEP: 58010780 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 20.156.434/0001-92
PROCESSO: 25351.168807/2017-46
AUTORIZ/MS: 7.50887-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: AC FARMA MEDICAMENTOS LTDA.
ENDEREÇO: estrada de itapecerica - campo limpo 226
BAIRRO: jardim independencia CEP: 06820000 - EMBU DAS ARTES/SP
CNPJ: 24.186.178/0001-37
PROCESSO: 25351.344560/2018-51
AUTORIZ/MS: 7.59225-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: LLT PINHEIRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
ENDEREÇO: Rua 8, nº 2475
BAIRRO: Centro CEP: 15700066 - JALES/SP
CNPJ: 50.555.234/0001-73
PROCESSO: 25351.018772/2014-52
AUTORIZ/MS: 7.08654-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA BIOSERVE LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA CARLOS MARQUES, Nº 6-60
BAIRRO: JARDIM BELA VISTA CEP: 17060230 - BAURU/SP
CNPJ: 74.457.888/0001-22
PROCESSO: 25351.002337/2003-53
AUTORIZ/MS: 0.23167-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: MANOEL ADAURI DONINI MARIN
ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBRO, 491 SALA 01
BAIRRO: CENTRO CEP: 97760000 - JAGUARI/RS
CNPJ: 29.633.007/0001-22
PROCESSO: 25351.150896/2018-55
AUTORIZ/MS: 7.57705-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: S.FINI FILHO DROGARIA EIRELI
ENDEREÇO: RUA HORACIO ALVES CUNHA Nº 13-5
BAIRRO: JARDIM BELA VISTA CEP: 17060330 - BAURU/SP
CNPJ: 03.213.459/0001-61
PROCESSO: 25351.049072/2003-57
AUTORIZ/MS: 0.39661-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: J. CARVALHO & QUEIROZ LTDA
ENDEREÇO: RUA PADRE ANTÔNIO DE SÁ, Nº 009
BAIRRO: MARES CEP: 40411010 - SALVADOR/BA
CNPJ: 13.207.048/0013-50
PROCESSO: 25351.648748/2013-61
AUTORIZ/MS: 7.01827-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: M. W. C. Taveira Medicamentos EIRELI
ENDEREÇO: Rua Lírio dos Vales Nº14
BAIRRO: Centro CEP: 65978000 - SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA
CNPJ: 35.041.164/0001-41
PROCESSO: 25351.654574/2019-61
AUTORIZ/MS: 7.69202-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: J. J. FERMINO DROGARIA LTDA - ME
ENDEREÇO: rua 7 de Setembro, nº. 1065
BAIRRO: centro CEP: 15310000 - MAGDA/SP
CNPJ: 12.407.081/0001-28
PROCESSO: 25351.124295/2014-63
AUTORIZ/MS: 7.12797-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: ALEXANDRE DA SILVA CORDEIRO
ENDEREÇO: PRACA DO COMERCIO, 18
BAIRRO: SANTA ROSA DE LIMA CEP: 48960000 - JAGUARARI/BA
CNPJ: 35.381.262/0001-28
PROCESSO: 25351.148750/2020-64
AUTORIZ/MS: 7.71206-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: DROGARIA VIDA NOVA LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA VN 9 JOSE CARLOS DA SILVA FERREIRA (DUDA) Nº 281
BAIRRO: VIDA NOVA CEP: 14784792 - BARRETOS/SP
CNPJ: 01.369.356/0001-60
PROCESSO: 25351.456548/2014-65
AUTORIZ/MS: 7.25703-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA NITRAM LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 373
BAIRRO: MANOEL HONÓRIO CEP: 36045000 - JUIZ DE FORA/MG
CNPJ: 05.794.332/0001-09
PROCESSO: 25351.145484/2014-70
AUTORIZ/MS: 7.13247-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DJK COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA JACOB MACANHAN 667
BAIRRO: EMILIANO PERNETA CEP: 83324192 - PINHAIS/PR

CNPJ: 07.917.277/0001-22
PROCESSO: 25351.093292/2014-71
AUTORIZ/MS: 7.11877-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: CLAUDETE NAZARE DE ASEVEDO PEDRO E CIA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA LEOPOLDO JOSE BARBOSA
BAIRRO: CENTRO CEP: 84980000 - SÃO JOSÉ DA BOA VISTA/PR
CNPJ: 19.803.815/0001-37
PROCESSO: 25351.450745/2014-71
AUTORIZ/MS: 7.25080-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL-
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: LIMA DROGARIA MARIANA LTDA
ENDEREÇO: Vicente Zacchi, 335
BAIRRO: Vila Mariana CEP: 14960000 - NOVO HORIZONTE/SP
CNPJ: 27.670.301/0001-89
PROCESSO: 25351.647032/2017-71
AUTORIZ/MS: 7.55367-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: FARMACIA BEM ESTAR SS LTDA
ENDEREÇO: RUA ANTONIO LISBOA DE MORAES 91 LOJA
BAIRRO: DR ROBERTO CEP: 47640000 - SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA
CNPJ: 33.518.485/0001-69
PROCESSO: 25351.496496/2019-74
AUTORIZ/MS: 7.67504-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: farmácia clínica ltda - epp
ENDEREÇO: R OLINTO JOSÉ DE ALMEIDA N 69
BAIRRO: centro CEP: 58823000 - APARECIDA/PB
CNPJ: 10.750.495/0004-72
PROCESSO: 25351.297155/2016-75
AUTORIZ/MS: 7.47344-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -

EMPRESA: STRUCKEL & STRUCKEL LTDA
ENDEREÇO: AV VISCONDE DE TAUNAY 240 sala 2
BAIRRO: centro CEP: 79220000 - NIOAQUE/MS
CNPJ: 24.217.601/0001-19
PROCESSO: 25351.395461/2016-76
AUTORIZ/MS: 7.48134-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

EMPRESA: DAIANE APARECIDA SIGNOR PEREIRA
ENDEREÇO: avenida pio xii 1626 sala 02
BAIRRO: centro CEP: 99440000 - SALTO DO JACUÍ/RS
CNPJ: 11.106.039/0001-04
PROCESSO: 25351.663512/2009-79
AUTORIZ/MS: 0.63901-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: OMEGA FARMA ITAPEVA LTDA
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT, 439
BAIRRO: JARDIM FERRARI CEP: 18405000 - ITAPEVA/SP
CNPJ: 35.578.512/0001-14
PROCESSO: 25351.060094/2020-79
AUTORIZ/MS: 7.71049-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA LARI LTDA
ENDEREÇO: AV. SILVIANO BRANDÃO, N° 2428. LOJA 13
BAIRRO: HORTO CEP: 31015015 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 02.720.785/0001-00
PROCESSO: 25351.013865/2006-81
AUTORIZ/MS: 0.44916-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: JA PRODUTOS FARMACEUTICOS - EIRELI
ENDEREÇO: AV AVENIDA PARANOA QUADRA 32 CONJUNTO 24 LOTE 03 LOJA 02
BAIRRO: PARANOÁ CEP: 71573214 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 13.150.937/0001-95
PROCESSO: 25351.589297/2015-85
AUTORIZ/MS: 7.41733-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: GUEDES E SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA JOSE RIBEIRO MONTE Nº 268
BAIRRO: CENTRO CEP: 60430000 - ICÓ/CE
CNPJ: 04.394.701/0001-03
PROCESSO: 25351.678901/2013-85
AUTORIZ/MS: 7.04838-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

EMPRESA: Ana Christina Morgado Chaves ME
ENDEREÇO: AV SÃO FRANCISCO Nº 05 LOJA A-B
BAIRRO: AREIA BRANCA CEP: 56330095 - PETROLINA/PE
CNPJ: 10.762.104/0001-97
PROCESSO: 25351.201629/2011-86
AUTORIZ/MS: 0.75538-3
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: TACIANA CARLA DE SENE E CIA. LTDA.
ENDEREÇO: RUA DR. FELIPE VITA, 1226
BAIRRO: CENTRO CEP: 18480000 - ITAPORANGA/SP
CNPJ: 35.805.776/0001-63
PROCESSO: 25351.069546/2020-88
AUTORIZ/MS: 7.70644-4
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: REIS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI
ENDEREÇO: TV SN 21 CJ PAAR QD 129 N 15
BAIRRO: MAGUARI CEP: 67145074 - ANANINDEUA/PA
CNPJ: 20.128.389/0001-62
PROCESSO: 25351.529745/2015-91
AUTORIZ/MS: 7.41255-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: M M DE ALMEIDA FARMACIA PLANALTO LTDA
ENDEREÇO: R 02 ESQUINA C/ RUA SANTA HELENA N°935 QUADRA50 LOTE 04
BAIRRO: SETOR PLANALTO CEP: 76310000 - RIALMA/GO
CNPJ: 35.983.453/0001-60
PROCESSO: 25351.049011/2020-91
AUTORIZ/MS: 7.70489-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA SANTA MARIA EIRELI - ME
ENDEREÇO: R 30 QUADRA 112 LOTE 18
BAIRRO: SETOR CENTRO CEP: 72930000 - ALEXÂNIA/GO
CNPJ: 18.138.896/0001-35
PROCESSO: 25351.401034/2013-91
AUTORIZ/MS: 0.96467-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: DROGARIA VOLCE EIRELI
ENDEREÇO: R PARANA, 1650
BAIRRO: CENTRO CEP: 79490000 - SÃO GABRIEL DO OESTE/MS
CNPJ: 30.847.290/0001-74
PROCESSO: 25351.415681/2018-95
AUTORIZ/MS: 7.59903-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
FRACIONAMENTO: -

EMPRESA: Nei Farma Ltda
ENDEREÇO: AV MASSAICHI KAKIHARA, 570
BAIRRO: VILA BELA VISTA CEP: 18301146 - CAPÃO BONITO/SP
CNPJ: 32.172.821/0001-00
PROCESSO: 25351.543598/2019-96
AUTORIZ/MS: 7.68018-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: PROCOPIO & GONCALVES DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: R SAO JOAO, 266 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 16350000 - BARBOSA/SP
CNPJ: 20.226.308/0001-67
PROCESSO: 25351.379018/2014-96
AUTORIZ/MS: 7.22353-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: REDE DE FARMACIAS PRINCESA LTDA
ENDEREÇO: AV ANTONIO DA SILVA NUNES, 837 SALA 06
BAIRRO: JARDIM SÃO CONRADO CEP: 16201106 - ARAÇATUBA/SP
CNPJ: 04.755.530/0003-62
PROCESSO: 25351.383126/2018-97
AUTORIZ/MS: 7.59624-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 74

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.073, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: D&R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV PARAGUASSU 1865 LOJA 08
BAIRRO: CENTRO CEP: 95555000 - CAPÃO DA CANOA/RS
CNPJ: 17.258.339/0001-95
PROCESSO: 25351.261173/2020-03
AUTORIZ/MS: 1.23734-9
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: FARMÁCIA GALENO LTDA
ENDEREÇO: RUA DR. MIGUEL GONTIJO 266 LOJA 2
BAIRRO: CENTRO CEP: 35600000 - BOM DESPACHO/MG
CNPJ: 26.339.374/0002-00
PROCESSO: 25351.252092/2020-12
AUTORIZ/MS: 1.23729-2
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: S & B COMERICO FARMACEUTICO LTDA
ENDEREÇO: RUA ITAPICURU, 515
BAIRRO: PERDIZES CEP: 0500600 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 32.311.362/0001-90
PROCESSO: 25351.247338/2020-26
AUTORIZ/MS: 1.23728-9
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: REVELACAO FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA DIVISORIA 020 LOJA F
BAIRRO: BENTO RIBEIRO CEP: 21331250 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 34.733.084/0001-94
PROCESSO: 25351.261456/2020-47
AUTORIZ/MS: 1.23735-2
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: TN FARMACIA DE MANIPULAÇÃO EIRELI
ENDEREÇO: QUADRA CLS 209 BLOCO B LOJA 17
BAIRRO: ASA SUL CEP: 70272520 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 28.367.254/0001-61
PROCESSO: 25351.167181/2020-56
AUTORIZ/MS: 1.23721-3
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: STIMAVET FARMACIA VETERINARIA LTDA ME
ENDEREÇO: RUA MIGUEL TOSTES 611 LOJA 02
BAIRRO: CEP: - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 18.679.877/0001-16
PROCESSO: 25351.074306/2019-61
AUTORIZ/MS: 1.23664-7
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS (VETERINÁRIOS)

EMPRESA: ALESSANDRO REZENDE SANTOS & CIA LTDA
ENDEREÇO: RUA ARMANDO VIOTTI, 135
BAIRRO: CENTRO CEP: 37925000 - PIUMHI/MG
CNPJ: 09.412.526/0001-53
PROCESSO: 25351.093767/2020-77
AUTORIZ/MS: 1.23730-4
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: PREÇO JUSTO FARMACIA E MANIPULAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE VARGAS, 718, SALA 06
BAIRRO: centro CEP: 96780102 - CAMAQUÃ/RS
CNPJ: 35.436.877/0001-04
PROCESSO: 25351.247335/2020-92
AUTORIZ/MS: 1.23727-5
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 8

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.074, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: M.A.B FARMACIA DE MANIPULACAO EIRELI
ENDEREÇO: R ONDINA, 232
BAIRRO: VILA REDENTORA CEP: 15015205 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
CNPJ: 56.847.403/0001-25
PROCESSO: 25351.246929/2014-50
AUTORIZ/MS: 1.10494-3
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.075, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: DROGARIA MODERNA PALMEIRAS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA SANTA ANGELA, Nº 311
BAIRRO: VILA PALMEIRAS CEP: 02727000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 60.410.719/0001-22
PROCESSO: 25351.387960/2007-07
AUTORIZ/MS: 1.38398-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: TECNOPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE 52
BAIRRO: GÁVEA CEP: 22451040 - RIO DE JANEIRO/RJ
CNPJ: 31.575.186/0007-26
PROCESSO: 25351.564462/2013-24
AUTORIZ/MS: 1.40169-3
ATIVIDADE/CLASSE:

MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: Dom Drogaria e Manipulacao Ltda ME
ENDEREÇO: avenida doutor lamartine pinto de avelar,611
BAIRRO: vila chaud CEP: 75704020 - CATALÃO/GO
CNPJ: 18.628.028/0001-33
PROCESSO: 25351.382283/2014-51
AUTORIZ/MS: 1.10815-2
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: FARMACIA RIVOIRO & TREVELIN LTDA ME
ENDEREÇO: RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 1062
BAIRRO: CENTRO CEP: 13560240 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 00.843.444/0003-50
PROCESSO: 25351.036139/2019-51
AUTORIZ/MS: 1.18554-1
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: A PHARMACÊUTICA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA-ME
ENDEREÇO: AV FEIRA DE SANTANA, 1017, QUADRA 160, LOTE 09
BAIRRO: PARQUE AMAZONIA CEP: 74840010 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 05.935.873/0001-00
PROCESSO: 25351.410734/2014-58
AUTORIZ/MS: 1.11059-8
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊU
TICOS

EMPRESA: AROMÁTICA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL 3889 SALA 03
BAIRRO: CENTRO CEP: 88330065 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
CNPJ: 06.056.495/0001-57
PROCESSO: 25024.001946/2005-69
AUTORIZ/MS: 1.37194-6
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

EMPRESA: DROGARIA E MANIPULACAO MARTINS LTDA - EPP
ENDEREÇO: R DR. VALDIR COTRIN, Nº 126 - SALAS 1 e 2
BAIRRO: centro CEP: 88880000 - LAURO MULLER/SC
CNPJ: 05.476.388/0001-15
PROCESSO: 25351.116515/2014-85
AUTORIZ/MS: 1.10072-5
ATIVIDADE/CLASSE:
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 7

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.076, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EMPRESA: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: ROD BR. 262 KM 12,3
BAIRRO: BORGES CEP: 34735010 - SABARÁ/MG
CNPJ: 19.570.720/0001-10
PROCESSO: 25000.015527/91-99
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas (importar medicamentos sujeito ao controle especial), conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Total de Empresas: 1

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE nº 807, DE 19 DE MARÇO DE 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 55, de 20 de março de 2020, Seção 1, págs. 168, 174 e 175.

Onde se lê:

EMPRESA: DARCIA COTRIM DA SILVA LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR JULIO FARIA 971
BAIRRO: VILA BOA VISTA 1 CEP: 13575005 - ITIRAPINA/SP
CNPJ: 12.849.088/0001-08
PROCESSO: 25351.792691/2010-48
AUTORIZ/MS: 0.72692-5
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: DARCIA COTRIM DA SILVA LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR JULIO FARIA 971
BAIRRO: VILA BOA VISTA 1 CEP: 13575005 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 12.849.088/0001-08
PROCESSO: 25351.792691/2010-48
AUTORIZ/MS: 0.72692-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE nº 909, de 26 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 61, de 30 de março de 2020, Seção 1, págs. 124.

Onde se lê:

EMPRESA: zydus nikkho farmacêutica ltda ENDEREÇO: avenida talma rodrigues ribeiro 147 galpão 02 modulo a/b/c/d/e sala 20 BAIRRO: portal de jacaraípe CEP: 29173795 - SERRA/ES CNPJ: 05.254.971/0012-34 PROCESSO: 25351.196673/2020-59 AUTORIZ/MS: 1.23690.6 AT I V I DA D E / C L A S S E ARMAZENAR: MEDICAMENTO DISTRIBUIR: MEDICAMENTO EXPEDIR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: zydus nikkho farmacêutica ltda
ENDEREÇO: avenida talma rodrigues ribeiro 147 galpão 02 modulo a/b/c/d/e sala 20
BAIRRO: portal de jacaraípe CEP: 29173795 - SERRA/ES
CNPJ: 05.254.971/0012-34
PROCESSO: 25351.196673/2020-59
AUTORIZ/MS: 1.23690-6
ATIVIDADE/CLASSE:
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE n.º 225 de 23 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 18, de 27 de janeiro de 2020, Seção 1, págs. 93 e 95.

Onde se lê:

EMPRESA: ANEDRIS COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: AV. JOÃO ARANHA, 1198, SALA 01
BAIRRO: ALTO DE PINHEIROS CEP: 13145256 - PAULÍNIA/SP
CNPJ: 31.446.600/0001-01
PROCESSO: 25351.421887/2019-35 AUTORIZ/MS: 1.19844.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: ANEDRIS COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
ENDEREÇO: AV. JOÃO ARANHA, 1198, SALA 01
BAIRRO: ALTO DE PINHEIROS CEP: 13145256 - PAULÍNIA/SP
CNPJ: 31.446.600/0001-01
PROCESSO: 25351.421887/2019-35 AUTORIZ/MS: 1.19844.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE n.º 2.880, de 10 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 199, de 14 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 59, e em Suplemento págs. 53 e 66.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA TOTAL VILLE LTDA
ENDEREÇO: AV MONUMENTAL (RESIDENCIAL PORTO PILAR) SN BLOCO B LOJA 13/14
TOTAL VILLE
BAIRRO: SETOR MEIRELES (SANTA MARIA) CEP: 72860121 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 11.025.584/0001-76
PROCESSO: 25351.730630/2013-86
AUTORIZ/MS: 7.06651-5
AT I V I DA D E / C L A S S E:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA TOTAL VILLE LTDA
ENDEREÇO: AV MONUMENTAL (RESIDENCIAL PORTO PILAR) SN BLOCO B LOJA 13/14
TOTAL VILLE
BAIRRO: SETOR MEIRELES (SANTA MARIA) CEP: 72583500 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 11.025.584/0001-76
PROCESSO: 25351.730630/2013-86
AUTORIZ/MS: 7.06651-5
AT I V I DA D E / C L A S S E:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE n.º 1.492, de 5 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 110, de 10 de junho de 2019, Seção 1, pág. 78, e em Suplemento pág. 47.

Onde se lê:

EMPRESA: PRODUTOS FARMACEUTICOS BORGES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CAPITAO MANOEL PRATA, 840
BAIRRO: SAO BENEDITO CEP: 38022120 - UBERABA/MG
CNPJ: 22.020.994/0025-18
PROCESSO: 25351.216292/2019-60
AUTORIZ/MS: 7.64741-7
AT I V I DA D E / C L A S S E:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: PRODUTOS FARMACEUTICOS BORGES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA CAPITAO MANOEL PRATA, 840
BAIRRO: SAO BENEDITO CEP: 38022120 - UBERABA/MG
CNPJ: 22.020.994/0025-18
PROCESSO: 25351.216292/2019-60
AUTORIZ/MS: 7.64741-7
AT I V I DA D E / C L A S S E:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.042, DE 8 DE ABRIL DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Processo 1029408-24.2018.4.01.000, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: ZOMO BLUE CARIBBEAN (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.076272/2020-83
Expediente: 0351022/20-1
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO FRESH ARUBA (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.075707/2020-72
Expediente: 0350164/20-7
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO MINT (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.076270/2020-94
Expediente: 0350974/20-5
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO SECRET OF BABYLON (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.075760/2020-73
Expediente: 0350226/20-1
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO STRAWBERRY CREAMY (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.076271/2020-39
Expediente: 0350980/20-0
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO STRONG LEMON - (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.075645/2020-07
Expediente: 0350019/20-5
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco
Marca: ZOMO STRONG RED - (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50 g e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias do produto
Processo: 25351.076291/2020-18
Expediente: 0350917/20-6
Assunto: 6001 -Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.037, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - EPP / 18.987.352/0001-48
Tubo para Aspiração e Irrigação MEDF1RST
25351.049040/2020-52 / 81784920013
80010 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico / 0229266201

ALFADENT INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 32.229.559/0001-84
dentes artificiais
25351.148342/2020-11 / 81944620001
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0658531201

AREDES EQUIPAMENTO HOSPITALARES LTDA / 09.071.385/0001-52
BLENDER - MISTURADOR DE AR/O2
25351.240424/2020-16 / 80722769002
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 0975412201

ASTRA CIENTIFICA EIRELI / 05.431.736/0001-38
Torneira de 03 vias UNIQMED
25351.179539/2020-93 / 80155470380
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0766511203

AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA / 14.788.174/0001-75
SERINGA 200 ML TIPO A COM TUBO EXTENSOR E SPIKE PARA INJEÇÃO DE CONTRASTE SHUNMEI
25351.186376/2020-03 / 80884740022
80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0796242208
SERINGA 200 ML TIPO B COM TUBO EXTENSOR E SPIKE PARA INJEÇÃO DE CONTRASTE SHUNMEI
25351.186375/2020-51 / 80884740021
80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0796240201

Autentica Medical Importação Comercio e Serviços LTDA-ME / 18.192.496/0001-08
Cemex Fast 40g
25351.015331/2020-47 / 81000030096
80095 - MATERIAL - Registro de Material Implantável em Ortopedia / 0080946202

AXISTE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA / 09.409.545/0001-20
tampão em pva unopore com cânula
25351.717249/2019-17 / 80472610004
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 3434671196

BELMEDIC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI EPP / 26.990.870/0001-49
MARATHON®
25351.060113/2020-67 / 81548210016
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0280023203

BF TECNOLOGIA 3D LTDA / 06.122.109/0001-88
PRIZMA 3D BIO PROV
25351.188989/2020-77 / 80483740002
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0804697202

BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA / 33.040.635/0001-71
FILMARRAY PNEUMONIA PANEL
25351.218618/2020-27 / 10158120724
8433 - IVD - Registro de produto / 0905907205

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
JuggerStitch
25351.738858/2019-18 / 80044680474
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3547950197

CBEMED - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 06.188.236/0001-80
DOPPLER FETAL PORTÁTIL
25351.251787/2020-79 / 80540449004
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1005105208

Cimtech Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda. / 11.134.261/0001-10
CONJUNTO DE CIMENTAÇÃO POR PRESSURIZAÇÃO - CIMTECH
25351.186367/2020-12 / 80693380005
80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0796224200

CIRURGICA FERNANDES - COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES - SOCIEDADE LIMITADA / 61.418.042/0001-31
Sonda Endotraqueal Aramada sem Balão Well Lead
25351.193151/2020-03 / 10150470644
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0817680209
Sonda Endotraqueal Aramada com Balão Well Lead
25351.193150/2020-51 / 10150470643
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0817678207

Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda / 26.263.959/0001-03
PowerServer
25351.237615/2020-92 / 81464750047
80025 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Sistema de Equipamentos para Saúde / 0965408209

DORJA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA / 50.208.271/0001-05
Inalador Nebulizador de Rede Vibratória Air Mesh Colors
25351.242100/2020-12 / 10332170051
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0978475206

Endo América Produtos Hospitalares Eireli / 11.735.657/0001-13
Fibroscópio Flexível StingerFlex
25351.215823/2020-31 / 81728229001
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 0895725208

ENDO MED PRODUTOS MEDICOS EIRELI / 29.397.137/0001-03
Mini Loops TONTARRA
25351.711487/2019-19 / 81769770006
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 3410757196

FARMA VISION IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA / 09.058.502/0001-48
CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO com dispositivo de segurança FARMA VISION - PLUSclip alpha safe
25351.688018/2019-99 / 80450749004
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 3287172194
CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO com dispositivo de segurança FARMA VISION - PLUSCAN ALPHA safe
25351.688016/2019-08 / 80450749003
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 3287168196

G-FLEX AMÉRICA LATINA - INDÚSTRIA DE PRODUTOS MANUFATURADOS LTDA / 19.865.312/0001-96
FAMÍLIA DE PRODUTOS PARA RESSECÇÕES ENDOSCÓPICAS
25351.484777/2019-84 / 81263810014
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2023459197

GOMES & GONCALVES INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA ME / 26.965.679/0001-47
COLPOSCÓPIO GG EQUIPAMENTOS
25351.211879/2020-16 / 81793010001
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883259205

GUSMED DO BRASIL COMERCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 19.443.457/0001-07
Kit Agulhas de Biópsia para Células Tronco Ósseas de Remoção Total BPB Medica
25351.144790/2020-37 / 81050760104
80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 0647834204

GUSTAVO M OLIVEIRA / 30.467.846/0001-05
Biqueira descartável para tatuagem - FINDER
25351.237618/2020-26 / 81973330001
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0965414203

HEALTH QUALITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME / 05.150.878/0001-27
SISTEMA ESTÉRIL PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES HEALTH QUALITY
25351.740349/2019-47 / 80166330076
80010 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico / 3557510197

HORTRON INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - ME / 13.459.890/0002-27
EQUIPO DE IRRIGAÇÃO LV HORTRON
25351.156631/2020-85 / 81665720008
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0686081208

IMPLACIL DE BORTOLI - MATERIAL ODONTOLOGICO S.A. / 05.741.680/0001-18
IMPLANTE MAESTRO
25351.464086/2019-64 / 80259860042
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1966918196

LABOR MED APARELHAGEM DE PRECISAO LTDA / 32.150.633/0001-72
Mini Probe Ultrassônica
25351.251774/2020-08 / 10317490224
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 1005064207

LEBON PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA / 87.375.952/0001-78
BELLARINE ELEVE
25351.169341/2020-00 / 80256510017
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0735793201
BELLARINE MAX
25351.169384/2020-87 / 80256510018
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0735837207
BELLARINE MIDLE
25351.169252/2020-55 / 80256510016
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0735704204

LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTiGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A / 02.357.251/0001-53
MEDIDOR DE DIURESE
25351.237616/2020-37 / 10390410106
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0965410201

LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 09.089.140/0001-52
Exímio
25351.235520/2020-34 / 80520090041
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0961594206
pico ultra 300
25351.235276/2020-18 / 80520090040
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0961472209

LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 05.652.247/0001-06
CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO PORTÁTIL MINI MERCURY
25351.247044/2020-02 / 80488299004
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 0991998208
CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO GRAN MERCURY
25351.242099/2020-18 / 80488290037
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0978473200

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
Tobra Bone Basket
25351.232785/2020-81 / 80686360262
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951589205

MASTER IND. E COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA / 07.279.032/0001-17
Hialuronato de sódio umectante nasal
25351.186368/2020-59 / 80288610010
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0796226206

Medical Log Comercio de Produtos Medicos Ltda - EPP / 20.541.898/0001-12
SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COM BALÃO - DANDARA
25351.247030/2020-81 / 81325540005
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0991957201

MEDIX BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES ODONTOLÓGICOS LTDA / 10.268.780/0001-09
MEDIX BRASIL Luva cirúrgica de Látex
25351.237613/2020-01 / 80495510085
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0965402200

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
Eletrodos ECG AMBU®
25351.429353/2019-57 / 80047300758
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 1319421196

MENDEL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP / 20.102.553/0001-62
NEONATFLOW
25351.242123/2020-19 / 81205910004
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0978531201

MICHEL E. KLYMUS / 97.127.559/0001-19
ENDO A CLASS
25351.729657/2019-11 / 10392999009
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 3500636196

Minas Medical Ltda / 65.333.577/0001-60
CATETER URETERAL ARJER JJ
25351.232780/2020-58 / 10341710008
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951572201

mla suprimentos médicos ltda - epp / 22.315.538/0001-28
FILTRO HME YOUMIDITY
25351.235690/2020-19 / 81484760003
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0961996208
FILTRO HME YOUMIDITY COM TRAQUEIA
25351.235551/2020-95 / 81484760002
80010 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico / 0961698205

MR MEDICAL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA / 13.233.256/0001-90
Triflex Guia Basket de Nitinol com Introdutor Duplo
25351.197026/2020-64 / 80807430029
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0830251201

NEVE PREMIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA / 33.839.828/0001-97
CAMPO TOALHA NEVE
25351.186372/2020-17 / 81855830031
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0796234207

ORTHONEURO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. / 04.886.535/0001-62
ELETRODO sEEG DEPTHALON
25351.240436/2020-32 / 80202250039
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0975790202

ORTOSINTESE INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 48.240.709/0003-52
PARAFUSO SNAP FS ORTOSINTESE
25351.012530/2020-01 / 81202190016
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0069941201

OYSTER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME / 13.197.391/0001-28
Set Subiton VTP Integral
25351.720013/2019-68 / 81361440039
80090 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 3447010197

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
INSTRUMENTAIS PARA CIRURGIA GINECOLÓGICA
25351.232787/2020-70 / 81504790134
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951593203

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA / 58.295.213/0001-78
Sistema Bipap
25351.251419/2020-21 / 10216710388
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 1004164208

PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇAO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 06.207.441/0001-45
Circuito para ventilação e anestesia prt protec
25351.156634/2020-19 / 80435140055
80010 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico / 0686087207

rbtg brasil equipamentos médicos hospitalares ltda / 18.949.207/0001-72
Eletrodo adesivo de laringe
25351.200693/2020-31 / 81086970037
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0842697200

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA / 59.557.124/0001-15
Jontex Naturals Extra Suavidade
25351.066588/2020-67 / 80774909007
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 0304410206
Olla Gel original
25351.069845/2020-12 / 80774909008
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 0316404207

SÓLIDA HOSPITALAR - DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI / 21.196.966/0001-16
Cânula SphenoCath
25351.006465/2020-77 / 81189660080
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0046668209

SOL-MILLENNIUM BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 14.336.329/0001-32
KL SOL-M AGULHA PARA CANETA DE INSULINA
25351.232772/2020-10 / 80937150038
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951556209
EVER CARE SERINGA DE INSULINA COM AGULHA FIXA
25351.232788/2020-14 / 80937150041
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951595200
EVER CARE AGULHA PARA CANETA DE INSULINA
25351.232773/2020-56 / 80937150039
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951558205
EVER CARE SERINGA LUER LOCK COM DISPOSITIVO ANTI-REUSO COM AGULHA DE SEGURANÇA
25351.232779/2020-23 / 80937150040
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0951570204

SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.330.175/0001-06
Cânula de Aspiração e Mapeamento Raabe
25351.200709/2020-14 / 80410909007
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 0842747200

TRT - TISSUE REGENERATION TECHNOLOGIES DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - EPP / 02.998.899/0001-09
Defigard 4000
25351.237650/2020-10 / 80022370018
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0965496208

vasttore importação comercio e distribuição de materiais medicos hospitalares ltda me / 26.910.316/0001-04
Agulha para Biópsia Ecoendoscópica W7
25351.232778/2020-89 / 81573240067
80010 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico / 0951568202

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
LENTE COLLAMER IMPLANTÁVEL VISIAN
25351.468014/2019-96 / 80102512441
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1979200190
LENTE COLLAMER IMPLANTÁVEL TÓRICA VISIAN
25351.468174/2019-35 / 80102512442
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1979434197

Nº de Processos: 69

Total de Empresas: 56

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.038, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
TELA VENTRIO ST
25351.327501/2013-03 / 80689090029
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0416148203
TELA VENTRALEX ST
25351.326343/2013-12 / 80689090054
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0416142204
TELA VENTRALIGHT ST
25351.083062/2013-97 / 80689090020
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0416144201
TELA SEPRAMESH
25351.374283/2014-92 / 80689090036
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0416146207

Bio Engenharia e Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda / 00.097.446/0001-86
BlockBio Cânula de Bloqueio Bio Engenharia
25351.060119/2020-34 / 80036750037
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0752824208

BIO IMAGEM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 03.830.607/0001-97
CT - Tomógrafo Computadorizado
25351.208642/2015-79 / 80059520016
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0685862207

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO TIBIAL BIOMET®
25351.691485/2011-08 / 80044680118
80138 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão de apresentação comercial em registro de material implantável em ortopedia. / 0291822206
DISPOSITIVO DE FIXAÇÃO TIBIAL BIOMET®
25351.691485/2011-08 / 80044680118
80142 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro de material implantável em ortopedia. / 0291824202
CÁPSULAS ACETABULARES METÁLICAS
25351.535958/2017-14 / 80044680302
80157 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material implantável em ortopedia / 0242077205
Cimento Ósseo Sem Antibiótico R
25351.098382/2018-01 / 80044680432
80142 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro de material implantável em ortopedia. / 0242075209
CIMENTOS ÓSSEOS REFOBACIN R
25351.413480/2018-01 / 80044680445
80142 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro de material implantável em ortopedia. / 0242073202

BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA / 03.188.198/0001-77
Família BioPlex 2200 Syphilis Total & RPR
25351.518761/2017-11 / 80020690388
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 0281037209

BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
ADVANTAGE FIT IMPLANTE TRANSVAGINAL
25351.662987/2011-20 / 10341350703
80003 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro. / 0311463205

CANADA CENTRAL DE NEGOCIOS DO BRASIL LTDA / 01.911.022/0001-76
Broca Diamantada de perfuração óssea HiCut Adeor.
25351.732550/2018-04 / 80003890123
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0387449204

CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 03.301.390/0001-28
SHIM-HANAROSTENT - STENT BILIAR COBERTO
25351.427511/2008-81 / 80065320114
80151 - MATERIAL - Exclusão de modelos em registro de família / 0316376208

Customize Produção de Dispositivos Medicos Ltda / 27.648.540/0001-32
Conjunto Template para Cranioplastia Customize Cast
25351.845787/2018-10 / 81702110001
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0313288209

DENTSPLY IND.COM. LTDA / 31.116.239/0001-55
RAYPEX® 6
25351.654534/2017-58 / 10186370196
80223 - EQUIPAMENTO - Alteração de cadastro - Implementação imediata - Alteração/inclusão/exclusão de fabricante legal ou unidade fabril; condições de armazenamento, operação ou transporte; contraindicações; efeitos adversos; advertências ou precauções; alteração de nome comercial e/ou denominação nome/código ou do modelo comercial, componente, parte ou acessório; exclusão de modelos; exclusão de componentes do sistema; exclusão de acessórios e partes; alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento; alteração do prazo de validade; ou alteração da identidade visual do software / 1008756207

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
SENSOR FLOTRAC
25351.239708/2005-12 / 80219050086
80013 - EQUIPAMENTO - Alteração de contra-indicações, efeitos adversos, advertências ou precauções / 0978469201
CATETER DE TERMODILUICAO SWAN GANZ
25351.239417/2004-43 / 80219050059
80013 - EQUIPAMENTO - Alteração de contra-indicações, efeitos adversos, advertências ou precauções / 0978467205
Sensor Acumen IQ
25351.378733/2019-16 / 80219050175
80015 - EQUIPAMENTO - Alteração das condições de armazenamento, transporte e operação / 0978471203

E-MED PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - ME / 03.480.968/0001-50
KIT URETERO SEMIRRÍGIDO E-MED
25351.155819/2016-60 / 80475510156
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0603574204

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
GRAVADOR DE HOLTER DIGITAL
25351.605642/2013-71 / 80117580254
80223 - EQUIPAMENTO - Alteração de cadastro - Implementação imediata - Alteração/inclusão/exclusão de fabricante legal ou unidade fabril; condições de armazenamento, operação ou transporte; contraindicações; efeitos adversos; advertências ou precauções; alteração de nome comercial e/ou denominação nome/código ou do modelo comercial, componente, parte ou acessório; exclusão de modelos; exclusão de componentes do sistema; exclusão de acessórios e partes; alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento; alteração do prazo de validade; ou alteração da identidade visual do software / 1007238201
ELETROCARDIÓGRAFOS MORTARA
25351.616936/2013-87 / 80117580259
80223 - EQUIPAMENTO - Alteração de cadastro - Implementação imediata - Alteração/inclusão/exclusão de fabricante legal ou unidade fabril; condições de armazenamento, operação ou transporte; contraindicações; efeitos adversos; advertências ou precauções; alteração de nome comercial e/ou denominação nome/código ou do modelo comercial, componente, parte ou acessório; exclusão de modelos; exclusão de componentes do sistema; exclusão de acessórios e partes; alteração/inclusão de método de esterilização ou reprocessamento; alteração do prazo de validade; ou alteração da identidade visual do software / 1007321203

FORMED - REPRESENTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS, ESTETICOS E COSMETICOS LTDA. / 07.139.218/0001-70
Derivo
25351.465843/2019-17 / 80279421051
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 0686101206
Sistema de Stent Accero
25351.538427/2019-45 / 80279421087
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0672504200

FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA / 01.440.590/0001-36
Set de Linhas de Sangue para Hemodiálise Arterial com Catabolha + Venosa (sem reuso)
25351.032041/2014-35 / 80133950102
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0314386204
Set de Linhas de Sangue Arterial e Venosa com Pinça Rolete e Macrogotas para Hemodiálise de Uso Único
25351.710407/2017-46 / 80133950131
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0313979204

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
TROCARTES CIRURGICOS BASX
25351.021735/2007-01 / 80145900971
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 3119690190

L.M. FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 57.532.343/0001-14
UrgoStart Border
25351.519896/2015-00 / 80246910055
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0280055201
URGOTUL ABSORB BORDER
25351.000823/2015-10 / 80246910045
80156 - MATERIAL - Alteração de informações do relatório técnico em registro de material de uso médico / 0280053205

lotus industria e comercio ltda / 02.799.882/0001-22
Conjunto Radiológico Movel de Alta Frequência
25351.378754/2019-31 / 80123860006
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0962517208
CONJUNTO RADIOLOGICO DE ALTA FREQUENCIA
25351.531946/2017-11 / 80123860005
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0962314201

LUIZ GUILHERME SARTORI & CIA LTDA EPP / 04.861.623/0001-00
ÂNCORA FLEXÍVEL COM APLICADOR DESCARTÁVEL
25351.163012/2019-11 / 80083650087
80142 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro de material implantável em ortopedia. / 2335352190

MEDIC DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - EPP / 08.049.999/0001-75
SIJ KIT NIMBUS BLOCK - KIT CÂNULA PARA BLOQUEIO SACROILÍACO
25351.102767/2019-31 / 81420890015
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0910731202
NIMBUS GOLD STIM BLOCK - KIT CÂNULA CIRÚRGICO DE BLOQUEIO ELETRÓDICA SONOVISÍVEL COM ESTÍMULO
25351.769671/2018-77 / 81420890011
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0921995201
NIMBUS LITE BLOCK - KIT CÂNULA DE BLOQUEIO
25351.856288/2018-58 / 81420890012
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0921997208

MEDIPHACOS INDÚSTRIAS MÉDICAS S/A / 21.998.885/0001-30
PULSAR 2
25351.522849/2008-46 / 10161020028
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro, cadastro ou notificação - ANVISA / 1008121206

MEDTRONIC COMERCIAL LTDA / 01.772.798/0001-52
EXTENSAO RESTORE
25351.493003/2007-19 / 10339190320
80151 - MATERIAL - Exclusão de modelos em registro de família / 0267646200
EXTENSAO RESTORE
25351.493003/2007-19 / 10339190320
80003 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro. / 0267586202

MERIT MEDICAL COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 13.200.579/0001-88
Bainha Introdutora Prelude com Agulha 18G
25351.791170/2016-14 / 80740950020
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0298890209
Bainha Introdutora Prelude Short
25351.791194/2016-64 / 80740950024
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0299147201
Bainha Introdutora Prelude com Agulha
25351.791188/2016-59 / 80740950022
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0298979204
Bainha Introdutora Prelude Femoral
25351.791165/2016-38 / 80740950018
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0298821206
Bainha Introdutora Prelude com Fio Guia NT-PT e Agulha
25351.791142/2016-17 / 80740950013
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0298571203

MH EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATORIOS LTDA EPP / 04.342.755/0001-25

Analisador Bioquimico Automatico PKL PPC 125
25351.068377/2017-07 / 80223480059
8449 - IVD - Alteração de cadastro - Implementação imediata - Nome comercial; apresentação comercial ou partes e acessórios de instrumentos; razão social de empresa estrangeira; fabricante legal; unidade fabril; exclusão de produto em processo de cadastro em família; e desempenho analítico (apenas interferentes e limitações) / 1035762209

MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 04.645.160/0001-49
KIT XGEN MULTI N9 - Kit MULTIPLEX para Detecção de Vírus Causadores de Encefalite
25351.014150/2016-83 / 80502070036
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 0274562203

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A / 56.994.502/0001-30
SYSTANE UL
25351.659976/2012-58 / 80153480163
80005 - MATERIAL - Alteração da razão social da empresa estrangeira fabricante em registro / 0205814206

ODONTO MEGA IMPORT COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 01.380.483/0001-60
Polidores Dentais de Poliuretano Diamantados
25351.586641/2018-27 / 10352040036
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0603679201

Omron Healthcare Brasil Industria e Comercio de Produtos Medicos Ltda / 10.345.462/0005-28
Inalador Compressor
25351.764864/2018-31 / 81669220007
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0964680209
MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL AUTOMÁTICO DE BRAÇO
25351.623833/2018-21 / 81669220004
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0964611206
INALADOR COMPRESSOR PROFISSIONAL
25351.309216/2019-05 / 81669220009
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0964999209
NEBULIZADOR A AR COMPRIMIDO
25351.623755/2018-65 / 81669220005
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0964580202
INALADOR ULTRASSÔNICO
25351.623816/2018-94 / 81669220003
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0963912208
ASPIRADOR CIRÚRGICO
25351.623762/2018-67 / 81669220002
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0962977207
CONJUNTO MICRONEBULIZADOR
25351.623751/2018-87 / 81669220001
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0962886200

ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA / 60.856.937/0001-95
SISTEMA INTEGRA HAP NÃO CIMENTADO - LÉPINE
25351.325481/2010-48 / 10314800113
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0674071205

PROMEDON DO BRASIL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / 00.028.682/0001-40
Fio guia hidrofílico esterilizado
25351.596812/2019-15 / 10306840170
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0528583206

QR Consulting, Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda / 19.933.144/0001-29
Família Teste Rápido em Cassete 2019-nCoV IgG/IgM (sangue total/soro/plasma)
25351.189190/2020-06 / 81325990117
8442 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Inclusão do produto em família / 0896385201

RAZEK EQUIPAMENTOS LTDA ME / 07.489.080/0001-30
GANCHO DE COMPRESSÃO RZ PASS NITI
25351.143717/2011-91 / 80356130046
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0389499201
GANCHO SUPERIOR DE DISTRAÇÃO RAZEK
25351.143763/2011-74 / 80356130048
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0389133200

SDI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 00.015.955/0001-12
RIVA - MATERIAL RESTAURADOR DE IONÔMERO DE VIDRO
25351.056707/2003-72 / 10282490015
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0372343207

SG TECNOLOGIA CLÍNICA LTDA / 61.485.900/0001-60
SERINGAS PARA INSULINA COM AGULHA - UNIQMED
25351.415429/2014-01 / 10098710053
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0317974205

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Aparelho Móvel para Raios-X Digital Mobilett Mira MAX
25351.566687/2015-75 / 10345162026
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0669250208
EQUIPAMENTO MOVEL PARA RAIOS-X
25351.557631/2015-29 / 10345161984
80013 - EQUIPAMENTO - Alteração de contra-indicações, efeitos adversos, advertências ou precauções / 1035484201
EQUIPAMENTO MOVEL PARA RAIOS-X
25351.557631/2015-29 / 10345161984
80014 - EQUIPAMENTO - Alteração da razão social da empresa estrangeira fabricante / 1035486207

SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA / 29.503.802/0001-04
Implante Mamário Liso
25351.358820/2019-57 / 10102180104
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0687690201

Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
ULTRABUTTON Dispositivo de Fixação Ajustável
25351.334156/2016-76 / 80804050230
80142 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro de material implantável em ortopedia. / 0304386200

SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 06.019.570/0001-00
SERINGA HIPODÉRMICA ESTÉRIL DE USO ÚNICO PARA USO MANUAL NEEDLE PRO EDGE
25351.066589/2012-11 / 80228990057
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro, cadastro ou notificação - ANVISA / 0899367200
CÂNULA NASOFARINGEA PORTEX
25351.378373/2013-16 / 80228990096
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0611693201
SONDA ENDOTRAQUEAL PORTEX POLAR NORTE COM BALÃO SOFT SEAL
25351.468617/2014-02 / 80228990101
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0609079206
ESTILETE DE INTUBAÇÃO PARA SONDA ENDOTRAQUEAL PORTEX®
25351.378341/2013-19 / 80228990094
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0611467209
CATETER DE DRENAGEM TORÁCICA PLEURAL PORTEX®
25351.645329/2014-26 / 80228990102
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0610652208

SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLÓGICOS LTDA / 92.792.530/0001-38
Aparelho Auditivo Shine Rev
25351.251259/2015-01 / 10283310111
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0425959209

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
CATETER DIAGNOSTICO INQUIRY AFOCUS
25351.353558/2005-59 / 10332340165
8064 - EQUIPAMENTO - Alteração do nome comercial, denominação do código (part number) ou modelo comercial / 0978535203
CATETER DIAGNOSTICO INQUIRY AFOCUS
25351.353558/2005-59 / 10332340165
80013 - EQUIPAMENTO - Alteração de contra-indicações, efeitos adversos, advertências ou precauções / 0978465209

TORIDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP / 54.673.199/0001-48
KIT INSTRUMENTAL PARA MINI E MICRO FRAGMENTOS
25351.589530/2009-61 / 80084420010
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0311216201

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Vital Signs® Circuito Respiratório com Tubo, Bolsa, Filtro e Linha de Gás
25351.594229/2016-18 / 80102511781
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0602110207
Circuito respiratório Adulto AirLife
25351.436286/2012-61 / 80102511133
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0517816209
Sistema de Laser Dermatológico
25351.105207/2015-14 / 80102511416
80014 - EQUIPAMENTO - Alteração da razão social da empresa estrangeira fabricante / 0965406202

Nº de Processos: 79

Total de Empresas: 42

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.039, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA / 49.475.833/0001-06
PROVAGIN
25351.097173/2020-35 /
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 0441065203

BR ODONTO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 27.194.582/0001-40
BRAQUETES, BANDAS E TUBOS METÁLICOS DTC
25351.185335/2020-91 /
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0791764203

CAMAHE-INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAUDE / 10.220.940/0001-40
Multilon
25351.072893/2018-73 / 80670160072
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0398998204

CIRÚRGICA TEXMED LTDA / 08.665.813/0001-02
COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO NÃO ESTÉRIL TEXMED
25351.232834/2020-85 /
8030 - MATERIAL - Cadastro de Material de Uso Médico / 0951673205

HUMBERTO APARECIDO SPINELLI ME / 28.326.230/0001-64
RESINAS ACRILICAS ODONTOLOGICAS
25351.197022/2020-86 /
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0830243200

JG MORIYA REPRESENTAÇÃO IMPORTADORA EXPORTADORA COMERCIAL LTDA / 67.882.621/0001-17
CIRCUITO AUTOCLAVÁVEL PARA MONITOR
25351.302905/2014-23 / 10349590131
80153 - MATERIAL - Alteração de informações em cadastro / 0606024202

MEDIPHACOS INDÚSTRIAS MÉDICAS S/A / 21.998.885/0001-30
PULSAR 2
25351.522849/2008-46 / 10161020028
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 3202329194

MEDIPRO COMERCIO DE PRODUTOS ESTETICOS LTDA / 24.579.215/0001-77
Lansion (COVID-19) IgM/IgG Test Kit (Dry Fluorescence Immunoassay)
25351.237792/2020-79 /
8437 - IVD - Cadastro de produtos importados em família / 0965982200

NEW COMPANY SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI-ME / 18.861.151/0001-08

fio guia ptfe nc
25351.705887/2019-95 /
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 3373869196

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Novatech Comercio e Representações Ltda / 13.503.335/0001-74
StrongStep® TESTE RÁPIDO COVID-19 (Sars-CoV-2) IgG/IgM
25351.224538/2020-19 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0922810201

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Omron Healthcare Brasil Industria e Comercio de Produtos Medicos Ltda / 10.345.462/0005-28
Monitor de pressão arterial automático de braço
25351.555302/2019-80 / 81669220010
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0957597209
Monitor de Pressão Arterial de Pulso Automático
25351.688004/2018-94 / 81669220006
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0957743202
Monitor de Pressão Arterial de Pulso Automático
25351.623720/2018-26 / 81669220000
8088 - EQUIPAMENTO - Alteração de informações de cadastro / 0957664209

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA / 60.856.937/0001-95
GRAMPOS PARA LIGAMENTOPLASTIA LÉPINE
25351.032327/2020-43 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0156145206

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

PROTEC EXPORT INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇAO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA / 06.207.441/0001-45
Circuito para ventilação e anestesia dgr protec
25351.156629/2020-14 /
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 0686077200

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

RESPIRATORY CARE HOSPITALAR LTDA / 02.126.465/0001-19
ASPIRADOR CIRURGICO
25351.211881/2020-95 /
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883263203
ASPIRADOR CIRURGICO
25351.211880/2020-41 /
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883261207
ASPIRADOR CIRURGICO
25351.211877/2020-27 /
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0883255202

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

SINTEGRA SURGICAL SCIENCIES LTDA / 06.373.225/0001-70
STABILITYFIX ANCORA SEM NÓ
25351.735078/2019-16 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3521936190

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TECMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 05.638.301/0001-69
OCLUSOR PLD OCCLUTECH
25351.501940/2019-81 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2072463192

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

UNIT - INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LIMITADA - EPP / 66.969.262/0001-77
agulha de anestesia
25351.681783/2019-88 /
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 3261296196

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VALLIM COMERCIO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 12.365.815/0001-53
Ultrassom Focado de Alta Intensidade (HIFU)
25351.237112/2020-17 /
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 0964078209

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
LENTES INTRAOCULARES DE ACRÍLICO OCUVA
25351.522374/2019-41 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2137151192

_____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Nº de Processos: 23
Total de Empresas: 19

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.040, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 727 de 12 de março de 2020, única e exclusivamente quanto ao Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia, referente à empresa HELCA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, PROCESSO 25351.381877/2019-50, publicada no Diário Oficial da União nº. 51 de 16 de março de 2020, Seção 1, página 118.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.043, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
AZOXISTROBINA TÉCNICO ADAMA 2
25351.743214/2018-06
5041 - Produto Técnico Equivalente, 1040272/18-4
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA. - 08.911.564/0001-98
BIFENTHRIN TÉCNICO BHARAT
25351.681081/2014-51
5041 - Produto Técnico Equivalente, 1005715/14-3
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
THIAMETOXAM TÉCNICO UNITED
25351.119680/2019-01
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0181551/19-2
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
bra defensivos agrícolas ltda. - 07.057.944/0001-44
AZOXISTROBINA TÉCNICO BRA
25351.646082/2014-17
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0956118/14-8
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
CCAB AGRO S.A. - 08.938.255/0001-01
BIFENTHRIN TÉCNICO CCAB
25351.669871/2015-92
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0953785/15-6
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
DIQUAT TÉCNICO CCAB III
25351.555058/2018-74
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0771446/18-7
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
FIPRONIL 800 WG CCAB
25351.099497/2017-62
5065 - Produto Formulado com base em Produto Técnico Equivalente, 0288429/17-1
Categoria 3 - Produto Moderadamente Tóxico

CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - 18.858.234/0001-30
IMIDACLOPRID TÉCNICO CHDS
25351.143217/2019-08
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0219162/19-7
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
CROPCHEM LTDA - 03.625.679/0001-00
BIFENTRINA TÉCNICO BR-CROPCHEM
25351.718056/2014-85
5041 - Produto Técnico Equivalente, 1057672/14-0
CORDON WP
25351.587370/2012-29
5065 - Produto Formulado com base em Produto Técnico Equivalente, 0840530/12-1
Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
DIQUAT TÉCNICO CROPCHEM II
25351.717181/2018-04
5041 - Produto Técnico Equivalente, 1002096/18-1
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
Isagro brasil comércio de produtos agroquímicos ltda. - 06.151.494/0001-9
GALILEU TM
25351.272442/2010-75
5002 - Produto Formulado - Avaliação toxicológica de produto com ingrediente ativo já registrado no País, 348300/10-2
Categoria 3 - Produto Moderadamente Tóxico

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
BIFENTRINA TÉCNICA NORTOX
25351.504637/2013-11
5041 - Produto Técnico Equivalente, 0719924/13-4
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência
---
Pilarquim Br Comercial Ltda. - 00.642.795/0001-31
DAZIN
25351.271090/2013-65
5121 - Registro simplificado nível IV - Produto Formulado - Produto com ingrediente ativo já registrado no País, 0380112/13-8
Categoria 2 - Produto Altamente Tóxico

Vanon do Brasil Comércio e Importação de Insumos Agrícolas Ltda. - 24.209.824/0001-34
25351.714237/2017-79
DIQUATE TÉCNICO VANON
5041 - Produto Técnico Equivalente, 2299633/17-8
O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.044, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento à Decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1005517-85.2020.4.01.3400, 2ª Vara Federal Cível/SJDF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto GLUFAIR.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 10.486.463/0001-69
GLUFAIR
25351.339213/2015-64
5065 - Produto Formulado com base em Produto Técnico Equivalente, 0487529/15-0
Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.045, DE 8 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

BASF S/A - 48.539.407/0001-18
HEAT
25351.813267/2008-04
5047 - Avaliação Toxicológica para Alteração de Modalidade de Aplicação, 2268615/19-7

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
ATRAZINA TÉCNICA NORTOX
25000.015672/94-31
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1045059/18-9
CLORPIRIFÓS NORTOX EC
25351.340953/2016-21
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2524688/16-7
IPRODIONE TÉCNICO NORTOX
25351.119765/2016-77
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0948488/18-4
MESOTRIONE TÉCNICO NORTOX
25351.469031/2012-99
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0181570/19-8
TEBUTIURON TÉCNICO NORTOX BR
25351.331224/2014-49
5049 - Avaliação Toxicológica para Alteração de Fabricante em Produto Técnico, 1030873/18-7

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A / 07.467.822/0001-26
NUFURON
25351.061918/2003-27
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2382474/19-3

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
2,4-D TÉCNICO OURO FINO
25351.778700/2015-08
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0332244/19-7

PRENTISS QUÍMICA LTDA / 00.729.422/0001-00
PICLORAM TÉCNICO PRENTISS
25351.641948/2008-26
5031 - ADITAMENTO, 2475937/16-6

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
WIPER
25351.694505/2013-90
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2332582/19-3

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
AXANE
25351.584536/2011-75
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2322340/19-7
FOMESAFEN TÉCNICO SYN
25351.127405/2004-77
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 0459498/19-3

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
TRINCA CAPS
25351.126190/2009-61
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 2474929/16-7

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.077, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: AEROFLEX INDÚSTRIA DE AEROSOL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07155-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZIP CLEAN DESINFETANTE PARA USO GERAL - MY PLACE
VERSÃO: DESINFETANTE DE USO GERAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235765/2020-61
NUMERO DE REGISTRO: 3.7155.0003.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

_ _

NOME DA EMPRESA: ANDERSON KLASSEN WALL
AUTORIZAÇÃO: 3.08050-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA MAPLE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.678426/2018-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8050.0002.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0188798/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA MAPLE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.678426/2018-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8050.0002.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0188798/20-0

_ _

NOME DA EMPRESA: ATL HIGIENE PROFISSIONAL EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.01908-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165550/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165624/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165550/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165624/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165550/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATLAMIX LRV MASTER - ADITIVO ALCALINO PARA PRÉ-LAVAGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.414453/2010-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.1908.0057.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103044 DETERGENTE PARA PRÉ LAVAGENS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0165624/20-4

_ _

NOME DA EMPRESA: BASTON INDÚSTRIA DE AEROSSOIS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04067-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: MULTI INSETICIDA POWER INSECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.690675/2019-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.4067.0070.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: TUBO DE FLANDRES
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3881 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida de Venda Livre

_ _

NOME DA EMPRESA: BAYER S.A.
AUTORIZAÇÃO: 3.03222-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: TEMPRID SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.406384/2010-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.3222.0036.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350891/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: TEMPRID SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.406384/2010-11

NUMERO DE REGISTRO: 3.3222.0036.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350891/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: TEMPRID SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.406384/2010-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.3222.0036.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350891/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: TEMPRID SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.406384/2010-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.3222.0036.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0350891/20-9

NOME DA EMPRESA: BECKER INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07194-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: BECKER CLOREX DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS E INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.297776/2019-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.7194.0034.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0152757/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: BECKER CLOREX DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS E INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.297776/2019-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.7194.0034.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0152757/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: BECKER CLOREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.328906/2019-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.7194.0035.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205037 DESINFETANTE PARA LACTÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0152751/20-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: BECKER CLOREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.328906/2019-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.7194.0035.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205037 DESINFETANTE PARA LACTÁRIOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0152751/20-7

NOME DA EMPRESA: BOMBRIL S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00589-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPOL LIMPA ALUMÍNIO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.196494/2011-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0247.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2021
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222022 LIMPA ALUMÍNIO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0374765/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANTAGE TIRA FERRUGEM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.633133/2011-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0250.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2021
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0374739/20-5

NOME DA EMPRESA: BTA ADITIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04585-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACQUA CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.717177/2019-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0025.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3877 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante de água para consumo humano
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACQUA CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.717177/2019-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0025.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3877 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante de água para consumo humano
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACQUA CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.717177/2019-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0025.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3877 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante de água para consumo humano

NOME DA EMPRESA: CASA LIMPA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08081-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO LÍQUIDO DESINFETANTE HIGEO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.690666/2019-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.8081.0005.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DA EMPRESA: Ceras Johnson Ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: RAID REPELENTE DE MOSQUITOS JOHNSON
NUMERO DE PROCESSO: 25351.056013/2020-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0632.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE REFIL + APARELHO + REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3208011 REPELENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3876 Registro de Produto de Risco 2 - Repelente
NOME DO PRODUTO E MARCA: PATO LIMPEZA PROFUNDA GEL JOHNSON
VERSÃO: CIRANDA DE FLORES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111621/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0633.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PATO LIMPEZA PROFUNDA GEL JOHNSON
VERSÃO: CARROSSEL DE FRAMBOESA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111621/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0633.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DA EMPRESA: CORDEIRO DE MEDEIROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02847-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: INCOLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030

APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE CONCENTRADO DEXMAX
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.723377/2019-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.2847.0008.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

_ _

NOME DA EMPRESA: DAMARFE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02127-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLETE TRIACTION - NEOCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405711/2009-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.2127.0012.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0289188/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLETE TRIACTION - NEOCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405711/2009-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.2127.0012.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0289188/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: TABLETE TRIACTION - NEOCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405711/2009-64
NUMERO DE REGISTRO: 3.2127.0012.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 10/2029
APRESENTAÇÃO: POTE DE PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0289188/20-3

_ _

NOME DA EMPRESA: DELAVAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05569-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ONE STEP ACID
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235640/2018-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.5569.0011.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2023
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0352477/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ONE STEP ACID
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235640/2018-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.5569.0011.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2023
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0352477/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: PREMIUM PLUS ALKALI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235646/2018-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.5569.0008.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2023
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0352506/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PREMIUM PLUS ALKALI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235646/2018-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.5569.0008.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2023
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0352506/20-6

_ _

NOME DA EMPRESA: devant care comercial ltda - epp
AUTORIZAÇÃO: 3.08585-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: NOCOLYSE NEUTRAL
VERSÃO: NOCOLYZE NEUTRAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.703091/2019-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.8585.0001.001-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante Hospitalar para Superfícies Fixas e Artigos Não Críticos

_ _

NOME DA EMPRESA: ECOATTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07031-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOATTA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.687711/2019-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.7031.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 01/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238402/20-7

_ _

NOME DA EMPRESA: ECOLAB QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00053-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ANIOXYDE 1000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255892/2018-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0903.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2022
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2422620/19-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ANIOXYDE 1000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255892/2018-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0903.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2022
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2422620/19-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ANIOXYDE 1000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255892/2018-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0903.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2022
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2422620/19-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ANIOXYDE 1000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255892/2018-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0903.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2022
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2422620/19-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: STERANIOS 2%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.255926/2018-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.0053.0904.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2022
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2423422/19-2

_ _

NOME DA EMPRESA: ELFEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05215-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: ALGAS MARINHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: HARMONY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: HARMONY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: VIBRANT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: VIBRANT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: NEUTRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIME 4
VERSÃO: NEUTRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.235769/2020-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0055.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

---

NOME DA EMPRESA: G. DE SOUZA NOBREGA & CIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03446-6

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: ORQUÍDEA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: ORQUÍDEA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.010-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: PRIMAVERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.011-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: PRIMAVERA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.012-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.013-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE GBEL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.612924/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3446.0004.014-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

---

NOME DA EMPRESA: HENVI INDUSTRIA QUIMICA EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.06190-0

NOME DO PRODUTO E MARCA: MEKACIL LC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.400601/2015-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.6190.0013.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2263920/19-9

NOME DA EMPRESA: HEXA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03002-1

NOME DO PRODUTO E MARCA: HEXA PISO CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.256055/2015-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.3002.0013.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2030

APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2263971/19-3

NOME DA EMPRESA: INDEBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00415-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIMMAX HORT FLV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100910/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0234.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BANDEJA DE PAPELAO COM INVOLUCRO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 8 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238973/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIMMAX HORT FLV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100910/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0234.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 8 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238973/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIMMAX HORT FLV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100910/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0234.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 8 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238973/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIMMAX HORT FLV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100910/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0234.004-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 8 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238973/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIMMAX HORT FLV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.100910/2017-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0234.005-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 8 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238973/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: CITY PAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.450341/2015-33
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0221.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2020
APRESENTAÇÃO: SACO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238968/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: CITY PAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.450341/2015-33
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0221.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2020
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238968/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: CITY RH CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571846/2015-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0225.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2020
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238991/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CITY RH CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571846/2015-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0225.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2020
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238991/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARIT 7000
VERSÃO: AZUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571877/2015-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0228.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2020
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238960/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARIT 7000
VERSÃO: AZUL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571877/2015-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0228.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2020
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238960/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARIT 7000
VERSÃO: BRANCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571877/2015-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0228.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2020
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238960/20-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARIT 7000
VERSÃO: BRANCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.571877/2015-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.0415.0228.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2020
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0238960/20-6

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA D SUPER LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03581-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE EM PÓ SUPER 3000
NUMERO DE PROCESSO: 25351.695671/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.3581.0037.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA QUIMICA DIPIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02057-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CAPSOR 10 CS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.538356/2019-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0078.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: CAPSOR 10 CS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.538356/2019-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0078.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: AVENTOR 10 WG
NUMERO DE PROCESSO: 25351.538402/2019-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0079.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3874 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticida para Empresas Especializadas
NOME DO PRODUTO E MARCA: FLORAN GARDEN DOSE ÚNICA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.538421/2019-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.2057.0080.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222019 JARDINAGEM AMADORA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3873 Registro de Produto de Risco 2 - Jardinagem Amadora

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIAS ANHEMBI LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.01940-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALVEJANTE COM DETERGENTE SUPER CANDIDA
VERSÃO: PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.121013/2010-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.1940.0026.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3102017 ALVEJANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 Novo Prazo de Validade de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3556608/19-6

NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIAS BECKER LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02174-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: BECKER CLOREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.035247/01-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.2174.4004.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2022
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0152719/20-3

NOME DA EMPRESA: INTERFINA AGROQUIMICA LTDA-EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.05685-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: RATICIDA ISCA BLOCO PARAFINADO-RATOZAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.058319/2015-78
NUMERO DE REGISTRO: 3.5685.0018.001-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO INCOLOR + SACO PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2091235/19-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA TOXCID-25 CE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.150780/2015-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.5685.0016.001-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2091226/19-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: RATICIDA PÓ - RATOZAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.150788/2015-94
NUMERO DE REGISTRO: 3.5685.0017.001-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3207021 RATICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2091230/19-7

NOME DA EMPRESA: ISOPOLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02540-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZAN 40 K
NUMERO DE PROCESSO: 25351.474920/2019-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0020.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202021 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ALCALINOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZAN 40 K
NUMERO DE PROCESSO: 25351.474920/2019-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0020.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202021 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ALCALINOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZAN 40 K
NUMERO DE PROCESSO: 25351.474920/2019-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.2540.0020.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO OPACO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202021 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ALCALINOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

NOME DA EMPRESA: JIMO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00067-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA JIMO EM PÓ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.099827/2010-21
NUMERO DE REGISTRO: 3.0067.0070.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2264574/19-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: JIMO ÁCAROS E PULGAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.341074/2006-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.0067.0065.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2022
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0266672/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA JIMO ESPACIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.619928/2009-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.0067.0069.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: LATA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2264440/19-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSETICIDA JIMO ESPACIAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.619928/2009-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.0067.0069.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSLUCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2264440/19-7

NOME DA EMPRESA: KELLDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: KELLBYOL DUO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405074/2019-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.2522.0088.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3546654/19-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: KELLBYOL DUO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.405074/2019-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.2522.0088.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2024
APRESENTAÇÃO: POTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3546654/19-5

NOME DA EMPRESA: Klarex Indústria de Produtos Químicos Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.01299-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: CONCENTRADO ANTIMOFO ALVEX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.054948/2015-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.1299.0026.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1940412/19-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: CONCENTRADO ANTIMOFO ALVEX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.054948/2015-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.1299.0026.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1940412/19-3

NOME DA EMPRESA: LIDER WHITE EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.06382-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: UNIWASH C 310
NUMERO DE PROCESSO: 25351.690440/2019-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.6382.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222035 LAVA LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

NOME DA EMPRESA: LIMA & PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.01282-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062381/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0065.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: PEDREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062381/2020-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0065.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + TAMBOR METALICO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

NOME DA EMPRESA: LPL COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05775-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.156047/2020-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0008.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO COM VALVULA DOSADORA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.156047/2020-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0008.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.156047/2020-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.5775.0008.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DA EMPRESA: LUCKMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03236-1

NOME DO PRODUTO E MARCA: CISA ZYMES PLUS
VERSÃO: CISA ZYMES PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.114097/2020-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.3236.0010.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30012 Registro de Produto de Risco 2 - Detergente Enzimático

NOME DA EMPRESA: MARKS INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08378-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEIKO BAC 313 - DESINFETANTE HORTIFRUTÍCOLAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.031397/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.8378.0018.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEIKO BAC 314 - DESINFETANTE CLORADO PARA FRUTAS E VERDURAS
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.031399/2020-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.8378.0019.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH 100 CLORADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.061347/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0044.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1919556/19-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH 100 CLORADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.061347/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0044.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1919556/19-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH GRILL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.079340/2013-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0090.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2023
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524471/19-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH GRILL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.079340/2013-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0090.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2023
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524471/19-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH MAQ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237926/2015-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0113.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2020
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524561/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH MAQ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.237926/2015-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0113.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2020
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3207031 DETERGENTE PARA LAVAR LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524561/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH LIMPA PEDRAS 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.402579/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0055.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524454/19-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH LIMPA PEDRAS 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.402579/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0055.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524452/19-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH LIMPA PEDRAS 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.402579/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0055.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524454/19-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH LIMPA PEDRAS 10
NUMERO DE PROCESSO: 25351.402579/2010-18
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0055.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524452/19-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH GRILL WB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520155/2015-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0116.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2020
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524464/19-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH GRILL WB
NUMERO DE PROCESSO: 25351.520155/2015-55
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0116.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2020
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3524464/19-0

NOME DA EMPRESA: MULTQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02599-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAUNDRY POWER SP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.365803/2015-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0169.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3546735/19-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAUNDRY POWER SP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.365803/2015-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.2599.0169.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103071 DETERGENTE PARA LAVAR ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3546728/19-2

NOME DA EMPRESA: NIPPON CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANEANTES E DETERGENTES PROFISSIONAIS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01587-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: NITROL-SANIVEG - NIPPON CHEMICAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.055767/2020-79
NUMERO DE REGISTRO: 3.1587.0061.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas

NOME DA EMPRESA: NIVIA VALERIA SILVA ALVES 04265371574
AUTORIZAÇÃO: 3.06983-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.201442/2020-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6983.0001.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.201442/2020-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6983.0001.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária

NOME DA EMPRESA: PALTERM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.02751-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESODORIZANTE PARA CALÇADOS ODOR FREE

NUMERO DE PROCESSO: 25351.657264/2008-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2751.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2024
APRESENTAÇÃO: TUBO DE FLANDRES
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3103994 DESODORIZANTES OUTROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 Novo Prazo de Validade de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0214432/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESODORIZANTE PARA CALÇADOS ODOR FREE
VERSÃO: ODOR FREE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.657264/2008-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2751.0004.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2024
APRESENTAÇÃO: TUBO DE FLANDRES + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3103994 DESODORIZANTES OUTROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 Novo Prazo de Validade de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0214432/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESODORIZANTE PARA CALÇADOS ODOR FREE
VERSÃO: ODOR FREE SENSITIVE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.657264/2008-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2751.0004.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2024
APRESENTAÇÃO: TUBO DE FLANDRES + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3103994 DESODORIZANTES OUTROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 Novo Prazo de Validade de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0214432/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESODORIZANTE PARA CALÇADOS ODOR FREE
VERSÃO: ODOR FREE EXTREME
NUMERO DE PROCESSO: 25351.657264/2008-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.2751.0004.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2024
APRESENTAÇÃO: TUBO DE FLANDRES + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 36 Meses
CATEGORIA: 3103994 DESODORIZANTES OUTROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 Novo Prazo de Validade de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0214432/20-8

_ _

NOME DA EMPRESA: PEROL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02286-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.007-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.008-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.009-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.010-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.011-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.012-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TUTTI FRUTTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.013-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TUTTI FRUTTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.014-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: TUTTI FRUTTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.015-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.016-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.017-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.018-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.019-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: D04 DESINFETANTE DE USO GERAL
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.276441/2009-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.2286.0020.020-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2024
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 Modificação de Fórmula de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3199075/19-4

_ _

NOME DA EMPRESA: POLICLEAN OIRAD INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00304-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: OIRAD CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.106543/2005-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0304.0023.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2304870/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: OIRAD CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.106543/2005-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.0304.0023.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3556485/19-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLICLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398145/2010-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.0304.0032.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3556538/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: POLICLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.398145/2010-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.0304.0032.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2020
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3556538/19-1

_ _

NOME DA EMPRESA: PONTO FRANCO LIMPE BEM PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07251-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPE BEM CLORO ATIVO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.319719/2019-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.7251.0002.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3889 Registro de Produto de Risco 2 - Alvejante
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPE BEM CLORO ATIVO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.319719/2019-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.7251.0002.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3889 Registro de Produto de Risco 2 - Alvejante

_ _

NOME DA EMPRESA: ROGAMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00425-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: TERMIGAMA 2,5 SC
NUMERO DE PROCESSO: 25351.150036/2015-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.0425.0155.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2218643/19-3

_ _

NOME DA EMPRESA: SENIR EMBALAGENS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03193-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BARBAREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.387541/2006-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0001.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2021
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0239495/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA BARBAREX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.387541/2006-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.3193.0001.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2021
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0239495/20-2

_ _

NOME DA EMPRESA: UNIJOHN SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02467-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CHEFF LIMPADOR CLORADO PLUS
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.577704/2017-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.2467.0079.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2023
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222025 LIMPADOR DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 Alteração de Rotulagem de Produto de Risco 2
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0375363/20-8

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.084, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

ANCLA´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 019.138.182/0001-90
ANCLA´S SUN BEGE CLARO GEL CREME FACIAL FPS 50
25351.575871/2019-41 / 275470071
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2333163/19-1
ANCLA´S SUN BEGE GEL CREME FACIAL FPS 50
25351.575872/2019-96 / 275470072
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2333164/19-0
ANCLA´S SUN PEACH GEL CREME FACIAL FPS 50
25351.575887/2019-54 / 275470073
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2333179/19-8
ÁRAGO PROTETOR SOLAR FACIAL BI-GEL FPS 60
25351.575990/2019-02 / 275470074
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2333337/19-5

BELA E CHIC INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS ESPECIAIS LTDA / 005.268.903/0001-71
GEL HIGIENIZADOR HIGYGEL ESTILO BELA
25351.169819/2020-93 / 269600012
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0736571/20-5

BRUNO FELIPE MARTINS / 010.571.238/0001-20
ALCOOL GEL ANTI SEPTICO - PROTEGE MAIS
25351.421253/2019-82 / 253060043
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0803669/20-1

DEVINTEX COSMETICOS LTDA / 001.773.518/0001-20
PROFESSIONAL SALON LINE SENSITIVE SCALP RELAXER FORMULA SUPER GUANIDINA
25351.016171/01-65 / 229590025
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2520193/19-0

JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. / 059.748.988/0001-14
ROC MINESOL ANTIOXIDANT FPS 40
25351.143047/2010-17 / 200920985
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 2254291/19-4

LABORATÓRIO BEL QUÍMICA LTDA EPP / 071.530.075/0001-22
PRÓ-ALCOOL 70 - BEL COL
25351.192871/2020-43 / 220900027
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0816757/20-8

LABORATÓRIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA / 033.051.491/0001-59
MAT PERFECT FLUIDE CLARIFIANT FPS 70 CLAIR AVÈNE
25351.023871/2020-02 / 205580393
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0126076/20-6

NASI INDUSTRIA DE NUTRICOSMÉTICOS LTDA - ME / 008.908.883/0001-44
PROTEJÁ FPS 30 PROTETOR SOLAR FACIAL BASE MÉDIA
25351.483684/2014-78 / 252530006
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 2218477/19-5

PERFUMARIA GUEDES SOBRINHO LTDA / 033.097.049/0001-63
BRONZEFIX GS FPS 6
25351.718619/2019-33 / 202630090
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3444335/19-5

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 033.306.929/0001-00
L'ÓREAL PARIS UV DEFENDER PROTETOR DIÁRIO ANTIOLEOSIDADE FPS 60
25351.045633/2020-40 / 200704321

287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0215709/20-8
L'ÓREAL PARIS UV DEFENDER PROTETOR DIÁRIO ANTI OLEOSIDADE CLARA FPS 60
25351.045639/2020-17 / 200704322
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0215716/20-1
VICHY IDÉAL SOLEIL PURIFY FPS 70 CLARA
25351.055797/2020-85 / 200704323
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0264625/20-1
L'ÓREAL PARIS UV DEFENDER PROTETOR DIÁRIO ANTIOLEOSIDADE FPS 60 MÉDIA
25351.055878/2020-85 / 200704324
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0264754/20-1

SALUTARIS INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 007.421.681/0001-00
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS HELLO SUMMER 70º GL MUNILA
25351.627135/2019-86 / 252640059
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0809164/20-5

SUPORTT PUBLICIDADE E REPRESENTAÇÕES EIRELI-ME / 021.566.221/0001-00
Gel Antisséptico para Mãos Hiper Clean DNA Pharma
25351.215528/2020-84 / 285040021
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0894915/20-7

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.085, DE 9 DE ABRIL DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ANNE MARIE EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 001.589.024/0001-90
VEDIS ÁLCOOL GEL DESODORANTE DE MÃOS
25351.560820/2009-98 / 225790219
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2145126/19-5

ARCOM S/A / 025.769.266/0001-24
BANANA BOAT GENTLE PROTECT KIDS PROTECTOR SOLAR SPRAY TRANSPARENTE SPF 50+ UVA/UVB
25351.593179/2019-03 /
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 2479394/19-9
BANANA BOAT KIDS SPORT PROTECTOR SOLAR EN SPRAY TRANSPARENTE UVA/UVB FPS 50
25351.593231/2019-13 /
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 2479437/19-6

Bioline Industria e Distribuidora de Cosméticos Ltda / 027.091.984/0001-10
ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS LIMÃO SICILIANO CONCARE
25351.527872/2019-80 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2155071/19-9

EXTRATO FLORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRELATOS, COSMÉTICOS, EPIS E SANEANTES LTDA - ME / 002.039.120/0001-28
OLIS PROTECT PROTETOR SOLAR FPS 30
25351.513453/2019-61 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2108678/19-8

GREEN PROCESS PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 002.438.569/0001-69
PROTHEUS PROTETOR SOLAR FPS 35
25351.506633/2019-96 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2091221/19-8

HYDRAPLUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 001.452.746/0001-07
GELCLEAN - ANTISSÉPTICO À SECO PARA AS MÃOS
25351.812104/2018-48 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1142525/18-3

MS-INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 053.365.359/0001-29
HIDROGEL FACIAL PROTETOR SOLAR FPS 25 ACNE CONTROL VITADERM
25351.509586/2014-31 / 210320328
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 0571711/19-6

Proline Indústria e Comércio Ltda / 002.946.060/0001-27
ÁLCOOL SPRAY 70 PREMISSE
25351.664617/2019-17 /

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.911, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Disciplina no âmbito da Funasa a delegação de competência ao Diretor de Departamento de Administração das atribuições do art. 14, incisos V do Estatuto da Fundação Nacional de Saúde, Anexo I, aprovado pelo Decreto nº. 8.867, de 03 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14, incisos II e XII do Estatuto da Fundação Nacional de Saúde, Anexo I, aprovado pelo Decreto nº. 8.867, de 03 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2016, e tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e, resolve:

Art. 1º. Fica delegada competência ao Diretor do Departamento de Administração para a prática dos atos abaixo elencados relativos às atribuições do artigo 14, inciso V do Estatuto da Fundação Nacional de Saúde, Anexo I, aprovado pelo Decreto nº. 8.867, de 03 de outubro de 2016,

I -de gestão orçamentária e financeira:

a) assinar os documentos necessários ao pagamento da despesa da FUNASA no SIAFI (Ordem de Pagamento), após previamente autorizado pelo Presidente;

b) autorizar glosas nos processos de pagamento de contratos, fornecimentos e serviços;

c) orientar os procedimentos referentes ao encerramento do exercício financeiro;

d) autorizar a inscrição de despesas na conta "Restos a Pagar", conforme definido nos artigos 36 e 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e artigos 67 a 70 do Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

II -de gestão patrimonial, de compras e de contratações:

a) designar pregoeiro e equipe de apoio para os fins previstos na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto nº. 3.555, de 8 de agosto de 2000;

b) nomear comissões para os fins previstos nos artigos 15, § 8º; 51 e 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

c) a realização de licitações nas modalidades de RDC, concorrência, tomada de preços, convite e pregão, para aquisição de materiais e execução de obras ou serviços de interesse da Funasa, desde que previamente autorizadas pelo Presidente;

d) a liberação da garantia prestada por licitante vencedor, de acordo com o previsto no § 4º do artigo 56 da Lei nº. 8.666, de 1993;

e) a baixa e a alienação de bens permanentes classificados como antieconômicos, irrecuperáveis, ociosos e recuperáveis;

f) a contratação de empresas estatais prestadoras de serviço público essencial sob o regime de monopólio ou empresas privadas concessionárias de serviço público essencial sob o regime de monopólio, inadimplentes junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou, se já prestados os serviços, autorizar o respectivo pagamento, nos termos da Decisão nº. 431/1997 e do Acórdão nº. 1.105/2006, ambos do Plenário do TCU, desde que autorizadas expressamente pelo Presidente;

g) homologar os processos licitatórios, adjudicando o respectivo objeto, ou promover o cancelamento, a revogação ou a anulação do certame;

h) homologar o leilão de bens permanentes;

i) ratificar, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993, as dispensas e inexigibilidades de licitação fundamentadas nos artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666, de 1993;

j) conceder suprimento de fundos a servidor, nos termos do artigo 68 da Lei nº. 4.320, de 1964 e artigo 45 do Decreto nº. 93.872, de 1986.

III - ordenar as despesas referentes a folha de pagamento dos servidores da FUNASA, independentemente do valor;

IV - efetuar pagamentos relativos aos instrumentos de transferência de recursos, desde que autorizados expressamente pelo Presidente.

Parágrafo único. A delegação de competência prevista no caput é extensiva ao servidor formalmente designado como substituto eventual do Diretor do Departamento de Administração, em suas ausências ou em seus impedimentos legais.

Art. 2º. Ficam revogadas as Portarias nº. 4.262 de 16 de maio de 2019, publicada no D.O.U de 20 de maio de 2019; e nº. 10.059, de 23 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U. de 26 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIDNEY SOUSA CAVALCANTE

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 313, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Concede autorização a estabelecimento e equipe de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
FÍGADO: 24.09
ALAGOAS

Nº do SNT: 2 01 20 AL 01
I - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maceió
II - CNPJ: 12.307.187/0001-50
III - CNES: 2007037
IV - endereço: Rua Barão de Maceió, n° 346, Bairro: Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-360.

Art. 2° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09
ALAGOAS

Nº do SNT: 1 01 20 AL 01
I - responsável técnico: Oscar Cavalcante Ferro Neto, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 6160;
II - membro: Filipe augusto Porto Farias de Oliveira, cirurgião geral, CRM 4746;
III - membro: Leonardo Wanderley Soutinho, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 5592;
IV - membro: Fernando Gomes de Barros Costa, gastroenterologista, CRM 5341;
V - membro: Nélio Ernane Monteiro da Silva, anestesiologista, CRM 6197;
VI - membro: Cira Queiroz da Cunha, anestesiologista, CRM 6387.

Art. 3º As autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 314, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Concede renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

PARANÁ

Nº do SNT: 2 01 00 PR 15
I - denominação: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá/Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora
II - CNPJ: 79.115.762/0001-93
III - CNES: 2594714
IV - endereço: Rua Santos Dumont, nº 555, Bairro: Zona 3, Maringá/PR, CEP:87050-100.

Nº do SNT: 2 01 00 PR 04
I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Londrina/ISCAL
II - CNPJ: 78.614.971/0001-19
III - CNES: 2580055
IV - endereço: Rua Espirito Santo, n° 523, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86.010-510.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CORAÇÃO: 24.11

PARANÁ

Nº do SNT: 2 03 99 PR 23
I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Londrina/ISCAL
II - CNPJ: 78.614.971/0001-19
III - CNES: 2580055
IV - endereço: Rua Espirito Santo, n° 523, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86.010-510.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

Nº do SNT: 2 41 10 PR 02
I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Londrina/ISCAL
II - CNPJ: 78.614.971/0001-19
III - CNES: 2580055
IV - endereço: Rua Espirito Santo, n° 523, Bairro: Centro, Londrina/PR, CEP: 86.010-510.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde, a seguir identificadas:

RIM: 24.08

PARANÁ

Nº do SNT: 1 01 00 PR 04
I - responsável técnico: Hugo Cezar de Moraes Canever, nefrologista, CRM 25618;
II - membro: José Francisco da Silveira, urologista, CRM 8651;
III - membro: Ricardo Oyama, nefrologista, CRM 11407;
IV - membro: Sergio Seiji Yamada, nefrologista, CRM 9457
V - membro: Daniel Bolognese, nefrologista, CRM 23821;
VI - membro: Rafael Ribeiro Mori, urologista, CRM 25349;
VII - membro: Paulo Roberto Aranha Torres, nefrologista, CRM 13817;
VIII - membro: Ricardo Fichel, urologista, CRM 27985.

Nº do SNT: 1 01 99 PR 10
I - responsável técnico: Getúlio José Mattos do Amaral, nefrologista, CRM 5954;
II - membro: Horácio Alvarenga Moreira, urologista, CRM 12085;
III - membro: Marco Aurélio de Freitas Rodrigues, urologista, CRM 7702;
IV - membro: João Soitiro Yokoyama, nefrologista, CRM 7114;
V - membro: Getúlio José Mattos do Amaral Filho, nefrologista, CRM 21876;
VI - membro: Assako Utisumi, nefrologista, CRM 8774;
VII - membro: Danilo Ramos Cunha, nefrologista, CRM 21875;
VIII - membro: Tatiane Cavalcante Trindade, nefrologista, CRM 24092;

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

PARANÁ

Nº do SNT: 1 03 99 PR 25
I - responsável técnico: Arnaldo Akio Okino, cirurgião cardiovascular, CRM 15159;
II - membro: Gualter Sebastião Pinheiro Junior, cirurgião cardíaco, CRM 13332;
III - membro: : Luiz Takeshi Nagahashi, cirurgião cardíaco, CRM 25776;
IV - membro: Rafael Catoni Santoro, cirurgião cardíaco, CRM 22449;
V - membro: Luiz Fernando Tirolli Sanches, cirurgião cardíaco, CRM 25813;
VI - membro:Ricardo José Rodrigues, cardiologista, CRM 11852
VII - membro: : Laércio Uemura, cardiologista, CRM 9807;
VIII - membro: Marcos Abel Lopes de Menezes, anestesiologista, CRM 11276;
IX - membro: Cristhiane Ikeda Bavoso, cardiologista pediátrica, CRM 13351;
X - membro: Luciano da Fonseca Pinto, anestesiologista, CRM 21635.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

Nº do SNT: 1 41 10 PR 08
I - responsável técnico: Gualter Sebastião Pinheiro Junior, cirurgião cardíaco, CRM 13332;
II - membro: Arnaldo Akio Okino, cirurgião cardiovascular, CRM 15159;
III - membro: Luiz Takeshi Nagahashi, cirurgião cardíaco, CRM 25776;
IV - membro: Ricardo José Rodrigues, cardiologista, CRM 11852
V - membro: Laércio Uemura, cardiologista, CRM 9807;
VI - membro: Marcos Abel Lopes de Menezes, anestesiologista, CRM 11276;
VII - membro: Cristhiane Ikeda Bavoso, cardiologista pediátrica, CRM 13351;
VIII - membro: Luciano da Fonseca Pinto, anestesiologista, CRM 21635.

Art. 7º As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 315, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, seção IX, que trata do incremento financeiro para a realização de procedimentos de transplante e o processo de doação de órgãos (IFTDO) e estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos sólidos e de medula óssea, por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação, de acordo com a complexidade tecnológica, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL C: 24.28

MINAS GERAIS

I - denominação: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros
II - CNPJ: 22.669.931/0001-10
III - CNES: 2149990
IV - endereço: Praca Honorato Alves, n° 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-103.

Art. 2º A classificação concedida para o estabelecimento de saúde, por meio desta Portaria, terá validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 316, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada no art. 2º da Portaria nº 1.014/SAES/MS, de 27 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 30 de agosto de 2019, Seção 1, página 121, os membros a seguir:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 01 14 MG 01
VII - membro: Salim Anderson Khouri Ferreira, urologista, CRM 61761;
VIII - membro: Jean Khoury José, urologista, CRM 41466;
IX - membro: Fabiano Libório Campos, urologista, CRM 52128;
X - membro: Vinícius Mesquita Pires, urologista, CRM 62318;
XI- membro: Daniel Marcos Silveira Barletta, cirurgião vascular, CRM 43132;
XII- membro: Davi Pinto Colen, cirurgião geral, CRM 45054;
XIII- membro: Guilherme Bicalho Civinelli de Almeida, cirurgião geral, CRM 70436;
XIV- membro: Victor Silvestre Soares Fanni, cirurgião geral, CRM 54743;

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada no art.6° da Portaria nº 563/SAS/MS, de 9 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 15 de maio de 2018, Seção 1, páginas 43 e 44, o membro a seguir:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

Nº do SNT 1 01 18 SC 01
VIII - membro: Alessandro Corrêa Prudente dos Santos, urologista, CRM 2629.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério do Turismo

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 22, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01-Processo nº 01500.003233/2013-19
Projeto: Monitoramento Arqueológico das Obras de Implantação da LT 345KV - Comperj
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura Municipal de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Itaboraí e Cachoeira de Macacu, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02-Processo nº 01500.002852/2014-77
Projeto: Diagnóstico e Prospecções na Fazenda São Bento da Lagoa
Arqueóloga Coordenadora: Nanci Vieira de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Antropologia Biológica - IFCH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Área de Abrangência: Município de Maricá, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01502.000152/2018-51
Projeto: Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as Obras de Requalificação Urbana da Rua Chile
Arqueólogo Coordenador: Railson Cotias da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnografia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02-Processo nº 01516.002382/2014-72
Projeto: Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueologia Preventiva na Área de Atuação da Anglo American Níquel Brasil
Arqueóloga Coordenadora: Gislaine Valério de Lima Tedesco
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Centro de Pesquisa e Documentação em História e Arqueologia - Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Área de Abrangência: Município de Barro Alto, estado de Goiás
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

03-Processo nº 01508. 000204/2017-59
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para a PCH Fortaleza
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Tibagi, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01492.000094/2014-07
Projeto: Sítio-escola Engenho do Murutucu- Fase 2
Arqueólogo Coordenador: Diogo Menezes Costa
Apoio Institucional: Núcleo de ensino e pesquisa em arqueologia (NPEA) - Laboratório Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo (LAANF) - Universidade Federal do Pará (UFPA)
Área de Abrangência: Município de Belém, estado do Pará
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02-Processo nº 01506.007314/2016-81
Projeto: Perícia Técnica Arqueológica nas Obras de Pavimentação e Drenagem Urbana dos Bairros do Trevo e Melvi
Arqueólogos Coordenadores: Rayanny Christine Costa de Lima e Almir do Carmo Bezerra
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Praia Grande, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
03-Processo nº 01490.000066/2006-91
Projeto: Específico de Curadoria e Educação Patrimonial - Acervo Arqueológico da UHE Balbina - Amazonas
Arqueólogo Coordenador: Rhuan Carlos dos Santos Lopes
Área de Abrangência: Município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 14 (quatorze) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: SETUR - Secretaria de Turismo
Empreendimento: Requalificação da Praça Irmã Dulce - 3ª Etapa, localizada no Largo de Roma
Processo nº 01502.003049/2016-00
Projeto: Acompanhamento Arqueológico da Requalificação do Largo de Roma - 3ª Etapa
Arqueólogo Coordenador: Almir do Carmo Bezerra
Arqueóloga de Campo: Giseli Santana da Costa
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Sauípe - Museu do Sauípe
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Engie Transmissão de Energias Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV União da Vitória Norte - São Mateus do Sul C1 e Linha de Transmissão 230 kV Areia - União da Vitória Norte C1
Processo nº 01508.000282/2018-34
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico nas áreas de Influência da Linha de Transmissão 230 kV União da Vitória Norte - São Mateus do Sul C1 e Linha de Transmissão 230 kV Areia - União da Vitória Norte C1
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogos de Campo: Sônia Cristina Henriques Cunha e David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de União da Vitória, Cruz Machado, Pinhão, São Mateus do Sul, Paula Freitas e Paulo Frontin, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rio Bonito Embalagens Ltda
Empreendimento: CGH Salto Coschinhaki
Processo nº 01508.000904/2017-43
Projeto: Monitoramento Arqueológico das Obras de Implantação da CGH Salto Coschinhaki
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueóloga de Campo: Luciana de Souza Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque, estado do Paraná
Prazo de Validade: 15 (quinze) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Horizonte Energia Ltda
Empreendimento: CGH Viel
Processo nº 01510.001076/2018-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação da CGH Viel
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - GRUPEP/Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Área de Abrangência: Município de Vidal Ramos, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro S/A
Empreendimento: RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro S/A
Processo nº 01500.001998/2017-48
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico das Obras de Revitalização do Zoológico do Rio de Janeiro
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogos de Campo: Bruna Oliveira Vasconcelos e Luan Ribeiro Bastos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Casa de Pedra-Museu Nacional (MN) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

06-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Engie Transmissão de Energias Ltda
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Areia - Guarapuava Oeste C1 e Seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Areia - Ponta Grossa Norte C1 até a Subestação Guarapuava Oeste
Processo nº 01508.000257/2018-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 230 kV Areia - Guarapuava Oeste C1 e Seccionamento da Linha de Transmissão 230 kV Areia - Ponta Grossa Norte C1 até a Subestação Guarapuava Oeste
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Guarapuava e Pinhão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Urbanizadora Maria Carolina SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Maria Carolina II
Processo nº 01506.004057/2019-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Loteamento Jardim Maria Carolina II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Juliano Meneghello
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Igaraçu do Tietê, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Arteon Z3 Energia S.A
Empreendimento: SE 230/138 kv Itabuna III - 3 x 150 MVA
Processo nº 01502.001375/2018-36
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na SE 230/138 kv Itabuna III - 3 x 150 MVA
Arqueóloga Coordenadora: Shirley Sousa Martins
Arqueóloga de Campo: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Itabuna, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Alto Palmital S/A
Empreendimento: Mina do Palmital
Processo nº 01514.000937/2019-76
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Mina do Palmital
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Marcus Veníciu Serafim de Mattos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Itabirito, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: HRC Incorporadora Ltda - ME
Empreendimento: Loteamento Jardim Kazali
Processo nº 01508.000168/2029-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Jardim Kazali
Arqueólogo Coordenador: Francisco Barroso Rotondaro Romani
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Campo Mourão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quiuqui Mineração Ltda
Empreendimento: Mina 896258-2010 - Mina Quiuqui Paulista
Processo nº 01409.000471/2019-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Mina 896258-2010 - Mina Quiuqui Paulista
Arqueólogo Coordenador: Thiago Silva Querentino
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de São Mateus, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alto do Sion Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Alto do Sion
Processo nº 01506.000652/2019-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Residencial Alto do Sion
Arqueólogo Coordenador: Celso de Andrade
Arqueólogo de Campo: Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Atibaia, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: TGRM Terminal Geral Rio Madeira Operadora de Terminais de Carga, Descarga, Armazenagem e Organização Logística Ltda
Empreendimento: Terminal Geral Rio Madeira - TGRM
Processo nº 01410.000257/2019-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Terminal Geral Rio Madeira - TGRM
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Edileno Duram da Silva
Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Prefeitura Municipal de Presidente Médici
Área de Abrangência: Município de Porto Velho, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Geraldo Gambini Eireli - ME
Empreendimento: Jardim Gambini I, II, III, IV e V
Processo nº 01508.000391/2019-32
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Loteamento Jardim Gambini I, II, III, IV e V
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Maringá, estado do Paraná
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Eólica Caetité D S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV SE Caetité Fase II - SE Igaporã III
Processo nº 01502.001795/2019-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Inserção da Linha de Transmissão 230 kV SE Caetité Fase II - SE Igaporã III
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueóloga de Campo: Mariane Pereira Ferreira
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Caetité, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CCS Empreendimentos e Incorporadora Eireli
Empreendimento: Loteamento Prime Rio
Processo nº 01494.000407/2019-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Loteamento Prime Rio
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Carlos Pereira de Araújo Neto
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão
Área de Abrangência: Município de Balsas, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Soma Torquato Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Soma Torquato
Processo nº 01409.000357/2019-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Loteamento Soma Torquato
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Arqueólogo de Campo: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Vila Velha, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora Menin Ltda e Construtora Graphite Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Jardim Marina
Processo nº 01506.000162/2020-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Residencial Jardim Marina
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Amanda Nunes Cavalcante
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Marília, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Copel - Companhia Paranaense de Energia
Empreendimento: Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT) 138 kV Londrina Sul - Igapó
Processo nº 01508.000456/2018-69
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas áreas de Influência da Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT) 138 kV Londrina Sul - Igapó
Arqueóloga Coordenadora: Carla Verônica Pequini
Arqueólogo de Campo: Diogo Quirino da Silva
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cidade Alta Incorporadora Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Dubai
Processo nº 01508.000697/2019-99
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Jardim Dubai
Arqueólogo Coordenador: Marcos César Pereira Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Campo Mourão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Florestal Gurupi S.A
Empreendimento: Bloco Quero Quero
Processo nº 01422.000124/2019-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Bloco Quero Quero
Arqueólogo Coordenador: Juliano Fonseca da Silva Rezende
Arqueóloga de Campo: Isadora D'Lavor Santana de Almeida Rocha
Apoio Institucional: "Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)" - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Aliança do Tocantins, estado do Tocantins
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

16-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA
Empreendimento: Sistema Coletor de Esgoto Sanitário: Estação Elevatório de Esgoto n° 03 junto a Fortaleza de São José
Processo nº 01424.000254/2019-28
Projeto: Acompanhamento Arqueológico - Etapa de revolvimento de terra-ampliação e reabilitação do Sistema Coletor de Esgoto Sanitário: Estação Elevatório de Esgoto n° 03 junto a Fortaleza de São José
Arqueóloga Coordenadora: Jelly Juliane Souza de Lima
Arqueólogo de Campo: Avelino Gambim Júnior
Área de Abrangência: Município de Macapá, estado do Amapá
Prazo de Validade: 01 (um) mês

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cia Bom Sucesso de Eletricidade
Empreendimento: PCH Espraiado
Processo nº 01510.002364/2016-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Nova ADA da PCH Espraiado
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bittencourt de Campos
Arqueólogos de Campo: Rodrigo Germano da Fonseca e Carlos Paulo dos Passos Matias
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Municípios de Irineópolis e Timbó Grande, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construnível Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: CGH Maria Preta
Processo nº 01510.000714/2019-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da CGH Maria Preta
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Marcia Rodrigues Santos
Apoio Institucional: Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba
Área de Abrangência: Município de São José do Cedro, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

19-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Ventos de São Carlos Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Sento Sé I
Processo nº 01502.001698/2019-19
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Sento Sé I
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Kaic Bueno Batista
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Municípios de Sento Sé e Campo Formoso, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Alphaville Urbanismo S.A
Empreendimento: Terras Alpha Cascavel
Processo nº 01508.001121/2017-87
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Terras Alpha Cascavel
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pascoal & Cia Ltda
Empreendimento: Loteamento A Definir
Processo nº 01508.000081/2020-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento A Definir
Arqueólogo Coordenador: Fernando Silva Myashita
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Toledo, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda
Empreendimento: PCH Burro Branco
Processo nº 01508.000040/2020-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Burro Branco
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Alexandre da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Inácio Martins e Cruz Machado, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dalba Engenharia e Empreendimentos Ltda
Empreendimento: PCH Alto Chopim
Processo nº 01508.000043/2020-07
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da PCH Alto Chopim
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Jedson Francisco Cerezer
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Palmas e Coronel Domingos Soares, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

24-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Pesqueiro Energética S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão (LT) 138 kV Beira Rio - Sengés
Processo nº 01508.000421/2018-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas áreas de Influência da Linha de Transmissão (LT) 138 kV Beira Rio - Sengés
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campo
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Germano Fonseca
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Sengés, estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

25-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Associação Comunitária Ananias Alves Ferreira
Empreendimento: Conjunto Habitacional de Casas Unifamiliares
Processo nº 01504.000374/2019-35
Projeto: Salvamento Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Conjunto Habitacional de Casas Unifamiliares
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Iury de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Jacqueline Barreto Leite
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 03 (três) meses

26-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S.A
Empreendimento: Solar de Vilas
Processo nº 01502.001110/2018-38
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Abrangência do Empreendimento Solar de Vilas
Arqueóloga Coordenadora: Márcia Cristina Labanca Ribeiro
Arqueólogos de Campo: Larissa Cruz da Silva Santos, Naiane Costa de Jesus Santos Lima e Vitor Batista dos Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Área de Abrangência: Município de Lauro de Freitas, estado da Bahia
Prazo de Validade: 14 (quatorze) meses

27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Copel - Companhia Paranaense de Energia
Empreendimento: Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT) Londrina Sul - Arapongas
Processo nº 01508.000453/2018-25
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas áreas de Influência da Linha de Distribuição de Alta Tensão (LDAT) Londrina Sul - Arapongas
Arqueóloga Coordenadora: Carla Verônica Pequini
Arqueólogo de Campo: Diogo Quirino da Silva
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Municípios de Londrina, Arapongas, Cambé e Rolândia, estado do Paraná
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

PORTARIA Nº 23, DE 9 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I-Autorização nº 01, anexo IV, seção 1, Pág. 276, Portaria nº 80, publicada no Diário Oficial da União em 23/12/2019, em nome do arqueólogo Lucas Braga da Silva, referente ao Processo nº 01496.000650/2018-21, Projeto: "Acompanhamento Arqueológico da Usina Solar Fotovoltaica Monte Alto III e Salvamento dos sítios arqueológicos nas Usinas Solares Fotovoltaica Monte Alto II e III", tendo em vista solicitação do empreendedor.

DANIELI HELENCO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 74, de 22 de novembro de 2019, Seção 1, Anexo IV, Página 132, Autorização nº 04, processo nº 01514.002700/2016-87, publicada em 25/11/2019, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Sofia Magali Civitella", leia-se "Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva".

Na Portaria nº 74, de 22 de novembro de 2019, Seção 1, Anexo V, Página 132, Autorização nº 07, processo nº 01512.000699/2019-19, publicada em 25/11/2019, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Marta Bonow Rodrigues", leia-se: "Arqueóloga de Campo: Eduarda Tavares Peterz".

Na Portaria nº 51, de 31 de agosto de 2018, Seção 1, Anexo V, Página 36, Autorização nº 01, processo nº 01424.000145/2018-20, publicada em 03/09/2018, onde se lê: "Arqueólogos de Campo: Jelly Juliane Souza de Lima e Avelino Gambim Junior", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Wagner Fernando da Veiga e Silva".

Na Portaria nº 20, de 27 de março de 2020, Seção 1, Anexo V, Página 176, Autorização nº 32, processo nº 01508.001474/2016-04, publicada em 30/03/2020, onde se lê: "Empreendedor: Fapolpa Industria de Papel e Embalagens Ltda.", leia-se: "Empreendedor: Tito Produtora de Energia Elétrica SPE Ltda".

Na Portaria nº 77, de 06 de dezembro de 2019, Seção 1, Anexo IV, Página 131, Autorização nº 03, processo nº 01508.000389/2017-00, publicada em 06/12/2019, onde se lê: " Arqueólogo de Campo: Alex Andrade da Silva", leia-se: " Arqueólogo de Campo: Cassiano Bervig".

Na Portaria nº 11, de 14 de fevereiro de 2020, Seção 1, Anexo II, Página 102, Autorização nº 02, processo nº 01403.000044/2015-54, publicada em 17/02/2020, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Scott Joseph Allen, leia-se: Arqueólogos Coordenadores: Scott Joseph Allen e Waldimir Maia Leite Neto; onde se lê: Área de Abrangência: Municípios de União dos Palmares, Santana do Mundaú, São José da Lage, Ibateguara e Joaquim Gomes, estado de Alagoas, leia-se: Área de Abrangência: Municípios de União dos Palmares, Santana do Mundaú, São José da Lage, Ibateguara, Joaquim Gomes, Chã Preta, Viçosa, Cajueiro, Capela, Murici e Branquinha, estado de Alagoas".

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 277ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2020

Aos trinta e um dias de março de dois mil e vinte às quatorze horas e vinte minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Septuagésima Sétima (277a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Sandra Lia Simón e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho, Eliane Araque dos Santos e Andréa Isa Rípoli. Designada a Dra. Eliane Araque dos Santos relatora "ad hoc" dos feitos da Dra. Virgínia Maria Veiga de Senna. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.
1) ASSUNTOS GERAIS: A) A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, referendar a Orientação nº 1/2020 com o seguinte teor:
ORIENTAÇÃO Nº 01/2020
(Atuação articulada do MPT face a pandemia do COVID-19)
A Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), no exercício das atribuições de integração, coordenação e revisão do exercício funcional no Ministério Público do Trabalho (MPT), previstas no art. 99 da Lei Complementar nº 75 de 1993,
Considerando o atual momento social, de pandemia do COVID-19, que apresenta desafio inédito e prioritário para o Estado e a sociedade brasileira, com exigência de uma atuação precisa do Ministério Público do Trabalho na consecução de suas atribuições constitucionais,
Considerando que esse momento exige que a atuação finalística dos membros e membras se faça de forma articulada, integrando-se em harmonia os princípios constitucionais da independência funcional e da unidade, para melhor atender às demandas surgidas,
Considerando que, diferentemente do que ocorre na tarefa revisional, que aponta para nortes institucionais, caso a caso, por meio dos seus Enunciados, potencializa-se nesse momento a sua atribuição de coordenação dessa atuação finalística, para a eficácia e efetividade do cumprimento das atribuições ministeriais, , resolve:
Expedir a presente orientação para que:
1. Na condução dos procedimentos autuados no item do Temário Unificado do MPT relativo ao COVID-19, o(a) membro(a), respeitada a independência funcional, deverá observar o disposto nas Notas Técnicas e nas Recomendações expedidas pelas Coordenadorias Nacionais Temáticas, Procuradoria-Geral do Trabalho e Câmara de Coordenação e Revisão - CCR a respeito das consequências da referida pandemia para o trabalho, preservando-se assim a unidade institucional no seu enfrentamento;
2. A atuação promocional, via instrumentos de atuação estratégica, deverá ser priorizada pelas unidades do Ministério Público do Trabalho, para atuação concertada com os Gabinetes de Crise Estaduais e com os outros Ministérios Públicos, a fim de consolidar uma atuação estratégica;
3. Na sua atuação, o(a) membro(a) deverá buscar a articulação social com instituições e órgãos públicos atuantes locais, para que as soluções junto às empresas tenham também o suporte necessário, se for o caso, dessas entidades, com a adoção de medidas específicas a respeito;
4. O(a) membro(a), ao indeferir liminarmente Notícia de Fato que trate da temática, deverá encaminhar a sua promoção de arquivamento o ao órgão revisional, para o exercício do seu papel uniformizador da atividade finalística.
Essa orientação entra em vigor no ato de sua divulgação no âmbito do Ministério Público do Trabalho, independentemente de sua ulterior publicação no Diário Oficial da União.

Brasília-DF, 24 de março de 2020.
SANDRA LIA SIMÓN
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da CCR

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Membro da CCR

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Membro da CCR

2) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO
Processo NF-000520.2013.01.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO/PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/PTM VOLTA REDONDA, NOTICIADO: SINDICADO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE B. MANSA E V. REDONDA, NOTICIADO: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Barra Mansa, Volta Redonda e Resende - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Devolvido o feito após pedido de vistas sucessivas solicitado pela Dra. Eliane Araque dos Santos e Andréa Isa Rípoli, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa feita, por não preencher os requisitos para seu regular processamento, a teor do art. 14-A da Resolução n. 69/07 do CSMPT, nos termos do voto divergente apresentado pela Dra. Eliane Araque dos Santos. Vencida a Dra. Sandra Lia Simón.
Processo NF-007169.2019.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: RAFAEL DE ARAUJO GOMES, SUSCITADO: MARIZA MAZOTTI DE MORAES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas sucessivas solicitado pela Dra. Eliane Araque dos Santos e Andréa Isa Rípoli.
Processo CNS-000004.2019.30.000/5 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - CCR - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas solicitado pela Dra. Eliane Araque dos Santos.
3) CONSULTAS
Processo IC-000344.2009.04.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: DIGI MASTER COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE , INQUIRIDO: S M COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de

Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer a consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PAJ-001443.2014.03.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, responder que o cumprimento do segundo requisito (mesma complexidade) elencado no art. 77 da Portaria PRT3 n° 70/2017 exige uma análise mais subjetiva, amparada em critérios de razoabilidade e proporcionalidade, não sendo possível a eleição aleatória de critérios estritamente objetivos para aferição da complexidade entre procedimentos distintos. Não restando, portanto, óbice na indicação do presente procedimento em compensação ao recebimento do PAJ 000014.2013.03.000/4, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000275.2020.05.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DRA JAQUELINE COUTINHO SILVA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, responder aos questionamentos levantados pela Procuradora Consulente, fixando o entendimento , quanto a primeira questão, tem que, depois de analisado cada caso em concreto, e verificada a existência de tema relativo a um Núcleo especializado existente no âmbito da Regional, tem-se que, enquanto persistir causa justificadora dessa prevenção diferenciada, a investigação desse tema deve ser canalizada a esse Núcleo especializado, a fim de se privilegiar uma atuação ágil, célere e coordenada dos Núcleos Especializados das Coordenações. No tocante ao segundo questionamento, manifestamos no sentido de que, ainda que o Coordenador afirme pela atribuição de um membro e considere contraproducente uma determinada redistribuição, deverá determinar a remessa dos autos ao Procurador que o declinante entender ser prevento, sob pena de inviabilizar o aperfeiçoamento do Conflito Negativo , haja vista a necessária pluralidade de Membros se escusando da atribuição, bem assim de suprimir a instância revisional da CCR, a qual compete julgar os Conflitos para reconhecer a prevenção de dos membros envolvidos, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-000264.2017.03.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: SILVANA DA SILVA, SUSCITANTE: ADRIANA AUGUSTA DE MOURA SOUZA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Silvana da Silva, a suscitada, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004229.2018.01.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: MARIANA VIEIRA DA SILVA ALMEIDA, SUSCITANTE: MARCO ANTONIO COSTA PRADO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito de atribuições, e devolver os autos ao suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004051.2019.01.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO: LUCIENE REZENDE VASCONCELOS, SUSCITANTE: TIAGO OLIVEIRA DE ARRUDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TUISE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Devolvido o feito após pedido de vistas solicitado pela Dra. Andréa Isa Rípoli, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conheçer do conflito de atribuição encaminhado, determinando que os autos sejam devolvidos à Procuradora do Trabalho Luciene Rezende Vasconcelos, para que cumpra a decisão proferida pela 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão, na forma do voto da relatora.

Processo NF-006735.2019.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: RUTH PINTO MARQUES DA SILVA, SUSCITANTE: ELISIANE DOS SANTOS, NOTICIADO: HOSPITAL LEFORTE LIBERDADE SA (DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR: HOSPITAL BANDEIRANTES SA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Elisiane dos Santos, PRT 2ª Região, a suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-008220.2019.02.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: TATIANA LEAL BIVAR SIMONETTI, SUSCITANTE: PRISCILA MARIA RIBEIRO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, dar provimento ao pedido de reconsideração apresentado, de modo que se estabeleça a investigação tanto pela suscitada como pela suscitante em procedimentos paralelos, haja vista a ocorrência do dano em ambas as localidades, face a peculiaridade da prestação de serviços, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Eliane Araque dos Santos que juntará razões de divergência.

Processo NF-001020.2019.02.002/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: MÃE TERRA PRODUTOS NATURAIS LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Damaris Ferraz Salvioni, PTM de Barueri, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004710.2019.03.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO: ADOLFO SILVA JACOB, SUSCITANTE: RODRIGO OCTAVIO DE GODOY ASSIS MESQUITA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições, e devolver os autos ao 13° Ofício Geral da PRT da 3ª Região/MG, titularizado pelo Procurador do Trabalho ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001188.2019.12.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: MARILIA MASSIGNAN COPPLA, SUSCITANTE: SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO CARONE GOMES - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito de atribuições, e devolver os autos à suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000931.2019.17.000/0 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DOS PORTOS ORGANIZADOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna. Devolvido o feito após pedido de vistas solicitado pela Dra. Andréa Isa Rípoli, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, resolver o conflito negativo de atribuições para fixar a responsabilidade do Órgão Titular do 7° Ofício Geral da PRT 17ª Região para prosseguir com o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, nos termos do voto da Relatora. Relatora "ad hoc" Dra. Eliane Araque dos Santos.

5) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PP-000077.2004.01.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: FACULDADES CATÓLICAS (PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO), NOTICIANTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a anulação do Termo de Ajuste de Conduta n° 08/2004, tendo em vista que não mais se sustenta o cumprimento de sua obrigação principal, bem assim a vigência das demais cláusulas, dela consectárias, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo ICP-000297.2005.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: Dra. Sônia Toledo Gonçalves Procuradora do Trabalho, INQUIRIDO: SIND. DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, BOLSAS, LUVAS, PELES DE RESGUARDO, CHAPÉUS, GUARDA-CHUVAS, SOMBRINHAS, BENGALAS, TAMANCOS, FORMAS PARA CALÇADOS, PLAMILHAS, MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO, INQUIRIDO: SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta de revisão do TAC em comento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-002580.2006.01.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: BARTOLOMEU EVANGELISTA DA FRANÇA, INVESTIGADO: CARDOSO & MOURA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., INVESTIGADO: COOPERATIVA DE TRABALHO DE CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES (CONSATEL), INVESTIGADO: SIND. DOS TRAB. EM EMP. TELEC. OP. SIST. TV POR ASS. TRANSM. DE DADOS E CORREIO ELETR. TELEF. M. CEL. SERV. TRONC. D COM. RADI (SINTTEL-RJ) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a e, no mérito, por unanimidade, ratificar a revogação proposta ao Termo de Ajuste de Conduta n° 66/2009, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000345.2006.08.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: 4ª TURMA DO TRT 8ª REGIÃO, INVESTIGADO: ENDICON ENGENHARIA DE INSTALAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Devolvido o feito após pedido de vistas solicitado pela Dra. Eliane Araque dos Santos, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a proposta retificadora do TAC n° 97/2009, nos termos do voto da Relatora.

Processo PI-000198.2006.09.004/3 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: Arceu de Medeiros, INQUIRIDO: SINDMETAL - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CASCAVEL E REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, dar provimento à proposta revisora do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n° 98/2006, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000122.2008.09.006/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: BELMOND BRASIL HOTÉIS S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, não ratificar a revisão proposta ao Termo de Ajuste de Conduta n° 37/2008, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000033.2009.12.004/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MPT-PRT12-SEDE, INQUIRIDO: RENAR MÓVEIS LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta de revisão encaminhada, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000104.2010.17.003/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: CLÍNICA DE IMAGEM DO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT-17ª REGIÃO, INQUIRIDO: SÃO BERNARDO APART HOSPITAL S/A - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta retificadora encaminhada, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo NF-000703.2012.18.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BOM SUCESSO AGROINDÚSTRIA LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta retificadora do Termo de Ajuste de Conduta n° 599/2012, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Membro

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 10, DE 1º DE ABRIL DE 2020
(Sessão Virtual do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

À hora regimental, foi aberta a sessão extraordinária do Plenário, realizada virtualmente, com a participação dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 9, referente à sessão virtual realizada em 25 de março de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório Anual de Atividades do TCU referente ao exercício de 2019.

Proposta, trazida pela Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura (Coinfra), com o apoio da Secretraria-Geral de Controle Externo (Segecex), de filiação do Tribunal de Contas da União (TCU) ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop). Aprovada.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Cumprimentos à Presidência, estendidos à Secretaria das Sessões, à Setic e à STI, pela exitosa inauguração da sessão virtual no TCU, ocorrida na última semana.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-033.918/2017-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-006.576/2012-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;
TC-010.931/2003-4 e TC-036.192/2019-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
TC-025.969/2015-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e
TC-012.908/2010-0, TC-018.777/2016-3, TC-019.018/2005-0, TC-022.385/2019-3, TC-027.943/2010-0, TC-033.014/2017-5, TC-034.062/2011-4, TC-036.870/2019-6, TC-041.215/2018-4 e TC-041.252/2018-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 690 a 725.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 726 a 766.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os Acórdãos de nºs 690 a 725, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 726 a 766, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃOS APROVADOS

RELAÇÃO Nº 7/2020 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 690/2020 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em razão da não execução do objeto pactuado no Contrato de Repasse 215.098-11/2006, que tinha por escopo a recuperação do sistema de abastecimento de água do Município de Manacapuru/AM;

Considerando que, mediante o Acórdão 7.211/2017-2ª Câmara, esta Corte, entre outras providências, considerou revel Edson Bastos Bessa, que não apresentara alegações de defesa, e julgou irregulares as suas contas, assim como as de Ângelus Cruz Figueira, condenando ambos ao pagamento de débito e multa;

Considerando que, mediante o Acórdão 1.146/2018-2ª Câmara, esta Corte conheceu do recurso de reconsideração interposto por Ângelus Cruz Figueira contra o Acórdão 7.211/2017-2ª Câmara para, no mérito, negar-lhe provimento;

Considerando que Ângelus Cruz Figueira e Edson Bastos Bessa interpõem os recursos de revisão peças 101 e 133, ora em apreciação;

Considerando que o art. 35 da Lei 8.443/1992 exige, para conhecimento do recurso de revisão, que esteja fundado em uma das seguintes circunstâncias: (i) erro de cálculo nas contas; (ii) falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; e (iii) superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que os recursos de revisão apresentados pelos responsáveis buscam refutar as conclusões deste Tribunal, sem indicar erro de cálculo, alegar falsidade de documentos nem apresentar documentos novos;

Considerando que os recursos mencionam genericamente insuficiência de documentos para a imputação do débito e fazem referência ao inciso II do art. 35 da Lei 8.443/1992, mas não demonstram concretamente essa insuficiência;

Considerando que, pelas razões acima, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade do recurso de revisão estabelecidos pelo art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c art. 288 do RITCU;

Considerando que Edson Bastos Bessa alega, ainda, que é nulo o processo, em razão do encaminhamento de forma inválida da citação e do seu recebimento por terceiros, em afronta ao devido processo legal e ao contraditório;

Considerando que as comunicações processuais do TCU, entre as quais a citação, podem ser realizadas mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário, nos termos do art. 179, inciso II, do Regimento Interno do TCU e dos arts. 3º, inciso III, e 4º, inciso II, da Resolução-TCU 170/2004;

Considerando que, conquanto a unidade instrutiva tenha pesquisado o endereço do responsável no sistema de cadastro de pessoas físicas ou jurídicas mantido pela Receita Federal do Brasil (peça 7, p. 3), o ofício citatório peça 10 foi encaminhado ao endereço informado na ficha de identificação da Caixa (peça 1, p. 192), conforme o AR peça 15, configurando vício da citação do responsável;

Considerando que, mediante o expediente peça 23, recebido pelo TCU em 11/8/2015, Edson Bastos Bessa compareceu aos autos para solicitar prorrogação do prazo para apresentar alegações de defesa;

Considerando que o comparecimento do responsável aos autos foi posterior à expedição e entrega do ofício citatório (peças 10 e 15) e bastante anterior à data da sessão que o condenou (8/8/2017), evidenciando que houve tempo mais que suficiente para que preparasse sua defesa;

Considerando que o comparecimento espontâneo do responsável aos autos supre o vício da citação, conforme o art. 179, § 4º, do Regimento Interno do TCU e a jurisprudência remansosa desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 2.041/2008-2ª Câmara e 1.514/2008-1ª Câmara;

Considerando que o art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU dispõe que a prorrogação do prazo de citação, quando cabível, independe de notificação da parte; e

Considerando, finalmente, os pareceres da Serur e do Ministério Público junto a este Tribunal no sentido do não provimento aos recursos (peças 136-139 e 141), circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos recursos de revisão interpostos por Ângelus Cruz Figueira (peças 101-104) e Edson Bastos Bessa (peças 133-135) contra o Acórdão 7.211/2017-2ª Câmara, por não preencherem os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelos normativos pertinentes, e em dar ciência deste acórdão aos recorrentes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.818/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04); Washington Luis Regis da Silva (052.654.792-87); Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00)
1.2. Recorrentes: Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00); Edson Bastos Bessa (413.687.622-04)
1.3. Entidade: Município de Manacapuru/AM
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (SERUR);
1.8. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (4.177/OAB-AM) e outros; Jailton Zanon da Silveira (77.366/OAB-RJ) e outros; Francisco Otílio da Silva Conceição (7431/OAB-AM) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 691/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "d" do Regimento Interno do TCU, em determinar o apostilamento do 799/2019-TCU-Plenário, para corrigir erro material a seguir transcrito e autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, II da lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, como proposto pela unidade técnica (peças 429-431) e aquiescido pelo MPTCU (peça 432):

Onde se lê:

3.2. Responsáveis: Braz Carline Limonge (703.324.607-20); João Alberto de Souza Angulski (569.178.807-87); Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME (06.214.588/0001-62); William Alexandre Félix (605.612.031-72).

Leia-se:

3.2. Responsáveis: Braz Carline Limonge (703.324.607-20); João Alberto de Souza Angulski (569.178.807-87); Quick Delivery Turismo e Locação de Veículos EIRELI (06.214.588/0001-62); William Alexandre Félix (605.612.031-72).

Onde se lê:

9.2. Rejeitar as razões de justificativa de João Alberto de Souza Angulski e da empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME;

Leia-se:

9.2. Rejeitar as razões de justificativa de João Alberto de Souza Angulski e da empresa Quick Delivery Turismo e Locação de Veículos EIRELI.

Onde se lê:

9.6. Declarar a inidoneidade da empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. - ME para participar, por três anos, de licitação na Administração Pública Federal, com fulcro no art. 46 da Lei 8.443/1992.

Leia-se:

9.6. Declarar a inidoneidade da empresa Quick Delivery Turismo e Locação de Veículos EIRELI para participar, por três anos, de licitação na Administração Pública Federal, com fulcro no art. 46 da Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-006.732/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 011.707/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.2. Responsáveis: Braz Carline Limonge (703.324.607-20); Joao Alberto de Souza Angulski (569.178.807-87); Quick Delivery Turismo e Locação de Veiculos Eireli (06.214.588/0001-62); William Alexandre Félix (605.612.031-72)
1.3. Órgão: Departamento-geral do Pessoal do Exército
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.7. Representação legal: Juscelio Garcia de Oliveira (23788/OAB-DF) e outros; Ana Carolina Dias Malta (42875/OAB-DF) e outros; Robison de Oliveira Mello; Rafael Oliveira de Freitas Silva (166967/OAB-RJ) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2020 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 692/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 243 do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar cumprida a determinação do item 1.8 do Acórdão 4.941/2015 - 1ª Câmara;

b) considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.7.1.1 a 1.7.1.4 do Acórdão 6.844/2015 - 1ª Câmara;

c) considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.7.1.1 a 1.7.1.3 e 1.7.2 do Acórdão 6.619/2016 - 1ª Câmara;

d) considerar implementadas as recomendações dos subitens 1.7.2.1, 1.7.2.3 e 1.7.2.4 do Acórdão 6.844/2015 - 1ª Câmara;

e) considerar implementadas as recomendações dos subitens 1.7.3 e 1.7.4 do Acórdão 6.619/2016 - 1ª Câmara;

f) considerar parcialmente implementada a recomendação do subitem 1.7.2.2 do Acórdão 6.844/2015 - 1ª Câmara;

g) considerar em implementação a recomendação do subitem 1.9.1.1 do Acórdão 4.941/2015 - 1ª Câmara;

h) considerar prejudicada a recomendação do subitem 1.9.1.2 do Acórdão 4.941/2015 - 1ª Câmara; e

i) arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.060/2018-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Atenção À Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 693/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I; c/c os arts. 143, inciso III, 69, inciso V, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-021.388/2018-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. determinar ao Ministério do Turismo que apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação com vistas à realização de chamamento público a partir de 2020, segundo prevê o art. 3º, § 3º, da Portaria 39/2017 (alterada pela Portaria 329/2019), contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação;
1.8.2. encaminhar cópia deste acórdão e da peça 42 destes autos ao Ministério do Turismo;
1.8.3. arquivar o presente processo.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 694/2020 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de denúncia com pedido de medida cautelar a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Eletrônico 017/2019, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP), cujo objeto é a contratação de "empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Médico-Hospitalar e Acidente de Trabalho, na segmentação ambulatorial e atendimento clínico, internação hospitalar e obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital", no valor estimado de R$ 14.460.362,16;

Considerando que, após oitiva prévia e diligência ao Crea/SP, em despacho à peça 37, acompanhei o entendimento uniforme da unidade técnica pelo indeferimento da medida cautelar (peças 34 a 36), visto não estarem presentes os pressupostos para a sua concessão: (i) perigo da demora - o Pregão Eletrônico 17/2019 foi suspenso administrativamente, até que ocorresse manifestação de mérito deste Tribunal; e (ii) plausibilidade jurídica - as exigências insertas no subitem 8.12 do Edital estão em consonância com o Anexo VII-A da IN Seges/MP 5/2017, e por não se poder afirmar que o Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) na faixa de 0,8 a 1,0, tenha prejudicado a real competitividade da licitação;

Considerando que a exigência de comprovação do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) na faixa de 0,8 a 1,0, como requisito para qualificação técnica do Pregão Eletrônico 17/2019, não era motivo para a paralização do certame, mas para a emissão de ciência ao Crea-SP quando da decisão de mérito deste processo;

Considerando que este Tribunal encaminhou ao Crea-SP cópia do parecer da unidade técnica (peças 34 a 36) e do meu despacho (peça 37), de maneira a munir o Crea-SP de elementos necessários à tomada de decisão a respeito da continuidade do Pregão Eletrônico 17/2019, inclusive, facultando-lhe a possibilidade de repetição do certame e alteração dos pontos do Edital questionados nessa denúncia, relativos à exigência contida no item 8.9.2 do Edital, referente à comprovação do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) na faixa de 0,8 a 1,0, e a discussão quanto à aplicabilidade das exigências contidas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do item 10.5 do Anexo VII-A da IN Seges/MP 5/2017, para o caso das cooperativas de saúde;

Considerando que o Crea-SP deu continuidade ao certame de maneira que celebrou o contrato com empresa Unimed Seguros Saúde S/A (CNPJ 04.487.255/0001-81), em 20/12/2019, pelo valor de R$ 14.460.362,16;

Considerando a realização de oitiva prévia da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia a respeito da aplicabilidade, viabilidade e interesse público envolvido, na adoção das exigências contidas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do item 10.5 do Anexo VII-A da IN Seges/MP 5/2017 para licitações visando à contratação de prestação de serviços, em que a contratada disponibiliza uma rede de atendimento, a exemplo dos serviços médico-hospitalares;

Considerando que, conforme entendimento da Seges/ME: *"(i) os Conselhos Profissionais são autarquias especiais, que não têm natureza típica de entes da Administração Pública Federal, e, portanto, não estão obrigados a utilizar a IN 5/2017, que se destina aos órgãos e entidades jurisdicionados pelo Sisg, quais sejam, Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; (ii) mesmo os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, aos quais a aplicação da IN 5/2017 é obrigatória, têm a possibilidade de afastar a aplicabilidade desse normativo, diante de situações específicas de algumas contratações, desde que apresentem as devidas justificativas para tanto, conforme consta no § 1°, do art. 35 da IN"*;

Considerando que a eventual anulação do certame acarretaria a necessidade de realização de uma nova licitação em caráter de urgência e a interrupção dos serviços contratados com prejuízo aos empregados da entidade;

Considerando o pedido formulado pela denunciante (peça 54, p. 5) de que seja encaminhada certidão que contenha todos os despachos e fatos apurados até o presente momento neste processo;

Considerando o posicionamento uniforme da unidade técnica (peças 55 a 57), com o qual concordo na íntegra e adoto como fundamentos de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", 169, inciso V, 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal c/c art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado e adotar as medidas abaixo mencionadas, de acordo com os pareceres emitidos às peças 55 a 57,

1. Processo TC-022.921/2019-2 - DENÚNCIA (COM PEDIDO DE CAUTELAR)

1.1. Denunciante: Identidade preservada, conforme art. 55 da Lei 8.443/1992.

1.2. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP).

1.3. Responsáveis: não há.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Medidas:

1.8.1. determinar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que se abstenha de prorrogar o Contrato 35/2019, celebrado com empresa Unimed Seguros Saúde S/A (CNPJ 04.487.255/0001-81), quando do término de sua atual vigência e, caso seja deflagrado novo certame para contratação de serviços médico-hospitalares, afaste as exigências contidas nas alíneas "a", "b", "c" e "e" do item 10.5 do Anexo VII-A da IN Seges/MP 5/2017, replicadas no item 8.12 do Edital do Pregão Eletrônico 17/2019, uma vez que, para licitações que objetivam a contratação de prestação de serviços em que a contratada disponibiliza uma rede de atendimento, a exemplo dos serviços médico-hospitalares, essas exigências geram tratamento desfavorecido para as cooperativas, inviabilizando a participação dessas entidades ou restringindo os certames à participação de pequenas cooperativas, com rede muito limitada, o que não atende ao interesse público, em afronta ao disposto no art. 5º e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal 1988 e no art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/1993, ressaltando, ainda, que os conselhos de classe não estão obrigados a seguirem a IN Seges/MP 5/2017 e, mesmo que optem pela sua aplicação, seus arts. 34 e 35 determinam a adaptação dos instrumentos convocatórios às especificidades de cada contratação, com as devidas justificativas, anexando-as aos autos;

1.8.2. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea/SP) de que a exigência contida no item 8.9.2 do Edital do PE 17/2019, referente à comprovação do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) na faixa de 0,8 a 1,0, como requisito para qualificação técnica da licitante, não foi adequadamente motivada, afrontando o art. 3º, § 1º, inciso I, e art. 30, §1º, da Lei 8.666/1993, art. 5º do Decreto 5.450/2005, bem como o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e a jurisprudência do TCU (Acórdão 1.417/2008-TCU-Plenário, Relator Min. Augusto Sherman, Acórdão 1.942/2009-TCU-Plenário, Relator Min. André de Carvalho, e Acórdão 2.934/2014-TCU-Plenário, Relator Min. Marcos Bemquerer), devendo ser adotadas providências internas que previnam a ocorrência de falhas semelhantes, de modo que é necessário demonstrar a sua necessidade no eventual novo certame de que trata o item acima;

1.8.3. deferir o pedido de certidão formulado pela denunciante (peça 54, p. 5), nos termos do art. 7º, inciso VII, da Lei 12.527/2011, c/c os incisos II, VI e VII, do art. 4º da Resolução TCU 249/2012;

1.8.4. encaminhar cópia do documento de peça 54 à Presidência deste Tribunal, para apreciação do pedido de certidão, nos termos do art. 76 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 182 do RI/TCU;

1.8.5. informar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP) e ao denunciante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

1.8.6. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

1.8.7. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação supra.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 695/2020 - TCU - Plenário

Vistos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Aginaldo Fernandes Pimenta contra o Acórdão 3.611/2013 - Plenário, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, que, dentre outros pontos, julgou as contas do recorrente irregulares, com condenação solidária ao pagamento de débitos nos valores de: R$ 172.900,00 (22/5/2009), R$ 172.900,00 (26/6/2009), R$ 298.480,00 (10/8/2009), R$ 196.560,00 (22/10/2009), R$ 196.560,00 (24/11/2009), R$ 196.560,00 (27/1/2010) e R$ 196.560,00 (29/4/2010), em razão de irregularidades na execução do Convênio 702.720/2008, celebrado entre o Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, e a Cooperativa de Negócios e Consultoria Turística (Conectur), cujo objeto era a realização de estudos e pesquisas sobre logística no turismo do Estado do Amapá e totalizava R$ 2.750.000,00, dos quais R$ 2.500.00,00 correspondiam ao valor disponibilizado pelo concedente e R$ 250.000,00 correspondiam à contrapartida do convenente.

Considerando que o recorrente alegou, em suma, a ocorrência de prescrição, em razão da extrapolação do prazo de cinco anos para que o TCU exigisse a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos;

considerando que o exame da Secretaria de Recursos - Serur demonstrou que:

a) no tocante à pretensão punitiva relativa ao primeiro fato gerador do débito em questão, somente estaria prescrita em 22/5/2019. No entanto, antes mesmo de ser proferido o acórdão condenatório, o prazo prescricional já havia sido interrompido pela determinação para citação do responsável, constante do subitem 9.3 do Acórdão 2.141/2011 - Plenário, momento processual em que se reiniciou a contagem do prazo de dez anos;

b) em relação ao débito, é imprescritível, consoante Súmula 282 deste Tribunal: "deixar assente no âmbito desta Corte que o art. 37 da Constituição Federal conduz ao entendimento de que as ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são imprescritíveis";

considerando que o recorrente ingressou com "Defesa em Tomada de Contas Especial", denominação não adequada para recursos em processos de contas, sendo que a peça foi examinada com base nos requisitos estabelecidos para o recurso de reconsideração, cabível nestes autos, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92;

considerando que não seria possível receber a presente peça recursal como recurso de revisão, pois esta modalidade recursal somente pode ser conhecida em hipóteses específicas e excepcionais, conforme dispõe o art. 35 da Lei 8.443/1992, além do que, é a última oportunidade recursal existente neste processo;

considerando que o recorrente foi notificado em 25/8/2014 e interpôs o presente recurso em 22/11/2019;

considerando que, nesta situação, o expediente trazendo o presente recurso é intempestivo, uma vez que o prazo para interposição do recurso de reconsideração é de 15 (quinze) dias;

considerando que não há que se falar em superveniência de fatos novos capazes de permitir o conhecimento do recurso intempestivo, uma vez que o presente recurso foi interposto muito além do período de 180 (cento e oitenta) dias contado do término do prazo de 15 (quinze) dias, para a interposição do recurso de reconsideração;

considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos - Serur e do Ministério Público junto a este Tribunal - MPTCU;

considerando, finalmente, o disposto no art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno deste Tribunal;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no inciso I do art. 32 e no art. 33 da Lei 8.443/1992, c/c o inciso I do art. 277, §2º, o art. 278 e o §2º do art. 285 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração;

b) dar ciência desta deliberação e da instrução da Serur à peça 685 ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amapá.

1. Processo TC-028.309/2011-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC 014.554/2012-7 (SOLICITAÇÃO); TC 006.542/2011-5 (REPRESENTAÇÃO); TC 027.244/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.2. Classe de Assunto: IV.

1.3. Recorrente: Aginaldo Fernandes Pimenta (CPF 584.496.391-15).

1.4. Unidade: Cooperativa de Negócios e Consultoria Turística (CNPJ 06.260.978/0001-79).

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: ministro Benjamin Zymler.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

1.9. Representação legal: Luana de Lima Saraiva (Defensora Pública Federal), representando Aginaldo Fernandes Pimenta.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 696/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Monção/MA, referentes ao fornecimento de informações falsas ao Censo Escolar e ocorrência de fraudes em licitações e contratações na área de educação.

Considerando que dados falsos no Censo Escolar podem causar distorções na distribuição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, em prejuízo dos demais entes federativos, e que contratações decorrentes de licitações fraudadas, além de configurarem crime e ilícito administrativo, podem impedir que a Administração Pública obtenha as melhores alternativas de produtos e serviços disponíveis no mercado;

considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

considerando que informações nos autos dão conta de que as distorções verificadas no Censo Escolar estariam sendo investigadas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em diversos municípios maranhenses e também o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, entidade responsável pelo Censo Escolar, já teria conhecimento das irregularidades, tendo sido inclusive responsável pela sua comunicação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal;

considerando que matéria jornalística veiculou informação de que irregularidades semelhantes teriam ocorrido em mais de uma centena de municípios maranhenses, demonstrando uma forma de agir dos gestores do estado que reclama ação de controle sistêmica e próxima;

considerando que o caráter híbrido dos recursos envolvidos (federais, estaduais e municipais) e o acompanhamento próximo realizado pelos órgãos de controle locais, recomenda que a fiscalização primária deve competir ao TCE/MA;

considerando a diretriz disposta no item 36 da Portaria Segecex 12/2016 do TCU, no sentido de que para evitar a "duplicidade de esforços, nas hipóteses em que o objeto da denúncia ou representação já estiver sendo tratado por outra instância de controle, tais como, pelo órgão concedente ou pelo órgão de controle interno, a unidade técnica poderá propor determinação para que este órgão exerça a sua fiscalização primária, informando ao Tribunal sobre as conclusões da apuração no prazo assinalado, seguido da proposta de arquivamento do processo";

considerando a existência de outro processo em curso neste Tribunal, TC 009.221/2020-4, referente a denúncia do mesmo autor e que também trata de fraudes no Censo Escolar, o que demonstra conexão entre os processos;

considerando que as ocorrências relatadas na denúncia apesar de constituírem possíveis irregularidades e assim configurarem o *fumus boni iuris*, relacionam-se a fatos consumados, já materializados, o que afasta o requisito *periculum in mora*, uma vez que não haveria eficácia na adoção de medida cautelar;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 53 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno, nos arts. 2º, incisos I e VII, 36, *caput*, e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em:

a) conhecer desta denúncia e considerá-la prejudicada;

b) indeferir o pedido de medida cautelar;

c) encaminhar cópia integral destes autos e desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA, para ciência dos indícios de irregularidades noticiados nesta denúncia e análise desses indícios em conjunto com outras informações relacionadas ao município de que tenha conhecimento;

d) dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 11 ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e ao denunciante e informar-lhe que compete ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada para caracterização ou elisão de eventuais irregularidades e, caso necessário, instaurar tomada de contas especial, a ser apreciada posteriormente pelo TCU;

d) retirar a chancela de sigilo aposta, mantendo-a em relação ao autor;

e) apensar definitivamente este processo ao TC 009.221/2020-4;

f) arquivar os autos.

1. Processo TC-009.229/2020-5 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Município de Monção/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 697/2020 - TCU - Plenário

Vistos estes autos de representação da empresa JBG Comercial e Serviços Eireli - EPP a respeito de possíveis irregularidades na contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores - tipo ambulância - com motorista, socorrista, quilometragem livre, seguro total e todos os equipamentos de série exigidos por lei, para atender as atividades da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA).

O Contrato 193/2018/SES foi celebrado com a empresa Elisabeth Santos Taveira Eireli - ME, pelo valor mensal de R$ 788.642,58 e total de R$ 9.463.710,96, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a legislação.

Considerando que, em suma, a representante alegou que a empresa contratada foi sancionada e estava impedida de contratar com o Poder Público;

considerando que a análise da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog demonstrou que:

(i) a representante não apresentou elementos mínimos que demonstrassem a suposta ocorrência da irregularidade, não juntando qualquer documento nesse sentido;

(ii) a matéria não é de competência deste Tribunal, uma vez que a Selog colheu informações de ausência de recursos federais no certame;

considerando que a representação não preenche todos os requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do Regimento Interno do TCU;

considerando que, por essa razão, não há que se falar na concessão de medida cautelar para suspender o referido contrato;

considerando, no tocante ao mérito, os pareceres uniformes da Selog;

considerando, finalmente, o disposto no inciso III do art. 143 do Regimento Interno do TCU;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 103, §1º, e 105, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014 e 235 e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer desta representação;

b) encaminhar cópia desta deliberação e da instrução à peça 20 à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e à representante; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-010.361/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Representante: JBG Comercial e Serviços Eireli (CNPJ 23.474.799/0001-53).
1.3. Unidade: Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 698/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulado pela Labinbraz Comercial Ltda., a respeito de alegadas irregularidades que teriam ocorrido no Pregão Eletrônico 2011/2019, promovido pelo Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Junior, da Universidade Federal do Rio Grande - RS, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, cujo objeto é o fornecimento de insumos para realização de exames de bioquímica (análises clínicas) com dois equipamentos em regime de comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Considerando que a representante alegou, em síntese, que: (i) a intenção de recurso que apresentou contra a classificação da empresa vencedora do certame foi negada pelo agente de licitação, a quem caberia somente verificar a tempestividade e a existência de motivação de intenção de recorrer, não cabendo, naquele momento, adentrar no mérito recursal; (ii) a proposta comercial da empresa vencedora não se coaduna com as exigências do ato convocatório, considerando que não foi apresentada comprovação documental de que o equipamento a ser cedido, em sede de comodato, seria novo; (iii) a proposta comercial identifica a empresa Laborsys Sistemas Diagnósticos Comércio Ltda., o que seria vedado pelo subitem 6.5 do Ato Convocatório; e (iv) restou ausente a comprovação, pela empresa vencedora, do registro, expedido pelo Ministério da Saúde-Anvisa, dos itens 8, 29 e 31 constantes do Anexo I do termo de referência do edital;

considerando que, ao efetuar o juízo de admissibilidade de um recurso, devem ser analisados pelo pregoeiro, tão somente, os pressupostos recursais, quais sejam: a sucumbência, a tempestividade, a legitimidade, o interesse e a motivação, conforme ampla jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2.961/2015 - Plenário, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, e 6.240/2013- 2ª Câmara, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz;

considerando, no entanto, que a unidade técnica do TCU entendeu que foi adequada a manifestação do pregoeiro, no sentido de que a comprovação documental de que o equipamento a ser cedido pela empresa Laborsys, em sede de comodato, seria novo, deve ocorrer antes da execução contratual, não cabendo a desclassificação da empresa durante o procedimento licitatório;

considerando que a unidade verificou que a identificação do licitante vencedor ocorreu no momento da análise da aceitabilidade da proposta, de acordo com o previsto no item 8 do edital, o que não caracterizara direcionamento do certame, em oposição ao alegado pelo representante;

considerando que na documentação da empresa vencedora do certame, constante do Comprasnet, consta o registro na Anvisa 10287410320, não restando caracterizada a ausência de registro para os reagentes previstos no edital;

considerando que a unidade técnica do TCU considerou que a falha identificada não teve o condão de trazer prejuízo ao certame, entendendo suficiente que seja dada ciência à entidade da impropriedade identificada, com vistas a evitar ocorrências semelhantes;

considerando, finalmente, o disposto no inciso III do art. 143 do Regimento Interno deste Tribunal;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

a) conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o pedido de medida cautelar, pois ausentes os pressupostos para sua adoção;

c) dar ciência ao Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Junior, da Universidade Federal do Rio Grande - RS, e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada no Pregão Eletrônico 2011/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes: a rejeição de recurso no mérito ainda na fase da manifestação da intenção de recorrer do licitante está em desacordo com o previsto do art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 e com a jurisprudência deste Tribunal, como se verifica no Acórdão 2.961/2015 - Plenário, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, e no Acórdão 6.240/2013 - 2ª Câmara, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, considerando que o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação);

d) dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica à peça 13 à representante, ao Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa Junior, da Universidade Federal do Rio Grande - RS, e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;

e) arquivar estes autos.

1. Processo TC-010.714/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Representante: Labinbraz Comercial Ltda. (CNPJ 73.008.682/0001-52).
1.3. Unidades: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Correa Junior.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.7. Representação legal: Flávio Roberto Balbino (OAB/SP 257802) e outro, representando Labinbraz Comercial Ltda..
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 699/2020 - TCU - Plenário

Considerando se tratar de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), relacionadas ao Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) negociado entre a Anatel e a Tim e aprovado pelo Conselho Diretor da agência em 27/8/2019, o qual também foi objeto de análise no âmbito deste Tribunal no TC 038.359/2019-7;

Considerando que o denunciante não possui legitimidade para apresentar denúncia sobre irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal, porquanto se trata de pessoa jurídica que não é sindicato, associação ou partido político;

Considerando que o Acórdão 548/2020-TCU-Plenário (TC 038.359/2019-70 analisou devidamente os temas trazidos na denúncia, não tendo sido contatadas as supostas irregularidades, conforme anotado pela unidade instrutora à peça 12;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 12), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.734/2020-5 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 700/2020 - TCU - Plenário

Considerando se tratar de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Assaré - CE, relacionadas a possível gasto ilegal de recursos municipais e federais mediante convite, sem a devida tomada de preços, em aquisições no âmbito do Programa de Educação Infantil por esse município, aparentemente em 2013, por gestão de prefeito que ficou no poder até 2016;

Considerando que suspeitas de irregularidade alicerçadas em afirmações genéricas não satisfazem a exigência de "suficientes indícios da suposta irregularidade" a que alude o art. 103 da Resolução TCU 259/2014, como requisito de admissibilidade do processo de denúncia;

Considerando que a denúncia não veio acompanhada de indício concernente à irregularidade noticiada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; enviar cópia da peça 1 ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, como subsídio ao seu trabalho; e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 4), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.845/2019-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Assaré - CE
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 701/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos 1º, XV, 250, inciso III, e 258, inciso II, do Regimento Interno, em considerar atendidos os requisitos previstos no inciso IV do art. 7º da Instrução Normativa-TCU 27/1998 para a outorga dos aeroportos referentes à 5ª rodada de concessões aeroportuárias; considerar atendida a recomendação constante do item 9.4.1 do Acórdão 3.232/2011- TCU-Plenário e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 134), ao Conselho do Programa de Parceria de Investimentos, à Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Aviação Civil, sem prejuízo da medida a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.301/2018-3 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Apensos: 025.547/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil; Secretaria Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. dar ciência à Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, da seguinte impropriedade, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes: ausência de registro da apólice, por parte das sociedades seguradoras, em sistema aprovado pela Susep, identificada no seguro garantia (apólice 1007507000516) apresentada pela Concessionária Aeroeste Aeroportos S.A, afrontando o art. 1º Resolução CNSP 143/2005.

ACÓRDÃO Nº 702/2020 - TCU - Plenário

Considerando que o monitoramento em questão tem o objetivo de verificar a implementação das recomendações proferidas no âmbito do Acórdão 2.019/2017-TCU-Plenário;
Considerando que, apesar dos esforços envidados pelo Ministério da Saúde até o momento, os números de casos de sífilis no país aumentaram no período de 2017 a 2019;
Considerando que, em razão da não implementação das recomendações em sua totalidade, não é possível avaliar a efetividade das medidas que foram adotadas até agora;
Considerando que não há indícios de que o aumento do número de casos de sífilis no Brasil tenha decorrido, necessariamente, da não implementação das recomendações em sua totalidade;
Considerando que o resultado pretendido com a implementação das recomendações proferidas no Acórdão 2.019/2017-TCU-Plenário depende de metas a serem estabelecidas pelo Ministério da Saúde;
Considerando que a utilidade da documentação que seria entregue em decorrência das determinações propostas pela unidade instrutora à peça 44, p. 18 pode depender do ritmo de implementação das recomendações e das próprias medidas que vierem a ser adotadas pelo Ministério com essa finalidade;
Considerando que, na próxima etapa de monitoramento, poderão ser realizadas diligências para obtenção de documentos que a unidade instrutora entender serem necessários para comprovar a efetividade no atendimento às recomendações desta Corte, levando-se em contas, inclusive, as metas estabelecidas pelo próprio Ministério da Saúde;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar em implementação as recomendações encaminhadas pelos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.6 do Acórdão 2.019/2017-TCU-Plenário;
b) considerar implementadas as recomendações encaminhadas pelos subitens 9.1.5 e 9.1.7 do Acórdão 2.019/2017-TCU-Plenário;
c) considerar prejudicada a recomendação encaminhada pelo subitem 9.1.4 do Acórdão 2.019/2017-TCU-Plenário;
d) dar continuidade ao presente monitoramento.
1. Processo TC-034.535/2018-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 703/2020 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo foi constituído com o objetivo de dar cumprimento ao item 9.8 do Acórdão 874/2018-TCU-Plenário;
Considerando que o aludido item tinha o objetivo de reunir documentos a fim de viabilizar a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Andrade Gutierrez S.A. no âmbito do TC 014.889/2018-8 (tomada de contas especial referente às obras civis de Angra 3);
Considerando que as diligências realizadas não permitem identificar, inequivocamente, a cadeia acionária da empresa Andrade Gutierrez S.A. e de sua *holding*;
Considerando que a documentação obtida por meio de diligência não aponta no sentido de ter ocorrido dissolução do patrimônio da empresa Andrade Gutierrez e, portanto, não há elementos aptos a justificar a desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do TC 014.889/2018-8,
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em considerar atendido o item 9.8 do Acórdão 874/2018-TCU-Plenário; em aprovar a peça de restrição de acesso apresentada no Apêndice 1 da peça 60, referente às peças 30, 48 e 57 destes autos; e em apensar estes autos ao TC 014.889/2018-8.
1. Processo TC-015.300/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 704/2020 - TCU - Plenário

Considerando que as supostas obscuridades e omissões arguidas pelo embargante não infirmam a ausência de atribuição deste Tribunal para admitir interessados ou homologar acordos de leniência celebrados por órgãos e entidades da União e, consequentemente, a decisão que não conheceu de representação e indeferiu pedido de ingresso do representante como interessado não constitui lesão a direito subjetivo relacionado;
Considerando que a embargante não demonstrou outra razão legítima para intervir no processo;
Considerando que o indeferimento de ingresso como interessado implica ausência de interesse recursal;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, "f", 146 e 282 do Regimento Interno, em não conhecer dos embargos de declaração opostos à peça 17, em face do Acórdão 316/2020-TCU-Plenário, que não conheceu de representação e indeferiu pedido de ingresso do representante como interessado, e em dar ciência desta deliberação ao embargante.

1. Processo TC-040.380/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Controladoria-geral da União (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
1.7. Representação legal: Paulo Roberto Galli Chuery (OAB/DF 20.449), representando a recorrente; e
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 705/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Edson Bastos Bessa em face do Acórdão 874/2016-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa (peça 39).
Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;
Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;
Considerando que o recorrente foi regularmente citado, conforme comprovam os avisos de recebimento juntados às peças 26 e 27;
Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Edson Bastos Bessa, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU; e
b) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-010.615/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 000.778/2019-2 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsável: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04).
1.3. Recorrente: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04).
1.4. Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM.
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221).
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 706/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Edson Bastos Bessa em face do Acórdão 7.993/2017-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa (peça 18).
Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;
Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;
Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Edson Bastos Bessa, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU; e
b) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-016.277/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 028.926/2017-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsável: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04).
1.3. Recorrente: Edson Bastos Bessa (413.687.622-04).
1.4. Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru - AM.
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 707/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 243 e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1 e 9.2 do Acórdão 1.424/2017-TCU-Plenário;
b) considerar em cumprimento a determinação contida no subitem 9.1.2 do Acórdão 1.424/2017-TCU-Plenário;
c) dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de que a demora na conclusão do Processo 50600.030745/2017-69 fere o artigo 143 da Lei 8112/90;
d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), bem como às empresas JM Terraplenagem e Construções Ltda. e Skill Engenharia Ltda.; e
e) apensar o presente processo ao TC 004.750/2014-4, nos termos dos arts. 36, 37 e 40, inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-002.635/2018-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
1.5. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 708/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de reexame interposto pela empresa Hércules Vigilância e Segurança Ltda., em face do Acórdão 2.660/2019-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas expediu determinações às administrações regionais do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Estado do Rio de Janeiro (peça 83).
Considerando que, no presente caso, não se pode reconhecer a existência de interesse recursal, visto que a decisão ora recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo à recorrente, bem como não atingiu qualquer direito subjetivo da empresa;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso II, 282 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) não conhecer do pedido de reexame interposto por pela empresa Hércules Vigilância e Segurança Ltda., ante a ausência de interesse recursal; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-015.365/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Hércules Vigilância e Segurança Ltda. (00.274.939/0001-44).
1.2. Interessados: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro (03.672.347/0001-79); Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro (03.621.867/0001-52); Hércules Vigilância e Segurança Ltda. (00.274.939/0001-44).
1.3. Entidades: Administração Regional do Senac No Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: João Luiz Crim Camara (OAB/RJ 88.083), Aline Gonçalves Guidorizzi Muniz (OAB/RJ 128.068), Dalide Barbosa Alves Corrêa (OAB/DF 7.609), Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky (OAB/DF 38.672) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 709/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 232, § 2º, 235, *caput* e parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) não conhecer da presente documentação como solicitação de fiscalização, por falta de legitimidade do solicitante para formulação do pedido perante o Tribunal;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Procurador-Geral do Município de Betim/MG, Bruno Ferreira Cypriano; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-043.304/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Betim - MG (18.715.391/0001-96).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Betim - MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2020 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 710/2020 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, versando sobre a Portaria 879/2019, editada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com suposta afronta aos critérios previstos na Lei 12.847/2013 para transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos fundos penitenciários dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade, podendo ser conhecida;

Considerando que o denunciante alegou que a Portaria MJSP 879/2019 afrontaria especificamente o art. 9º, § 3º, da Lei 12.847/2013, o qual prevê que, na seleção de projetos que utilizem recursos oriundos do Funpen, devem ser consideradas as recomendações formuladas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT);

Considerando que a SecexDefesa verificou que a portaria não contém disposições relativas à seleção dos projetos que utilizarão recursos do Funpen e, portanto, não interfere nesse processo;

Considerando que a SecexDefesa constatou que a portaria apenas estabelece o procedimento para habilitação dos entes federados à transferência dos recursos no ano de 2019, incluindo requisitos documentais (plano de aplicação, relatório de gestão, etc.), institucionais (existência de fundo penitenciário local, indicação do órgão gestor, etc.) e procedimentais (execução financeira segundo as normas de realização da despesa pública, prestação de contas, fiscalização pelos controles interno e externo, etc.);

Considerando que a SecexDefesa verificou que as orientações contidas na portaria a respeito da aplicação dos recursos reproduzem, com exatidão e sem inovação, as disposições dos arts. 3º e 3º-A, § 2º, da Lei Complementar 79/1994;

Considerando que a SecexDefesa concluiu que a denúncia se afigura improcedente e, em consequência, não preenche os requisitos necessários à adoção de medida cautelar;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar, *inaudita altera pars*, formulado pelo denunciante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

c) dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao denunciante.

d) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-006.194/2020-6 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55 da Lei. 8.443/1992)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 711/2020 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Denúncia a respeito de possíveis irregularidades na concessão de empréstimo pelo Conselho Federal de Odontologia - CFO ao Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais - CRO/MG.

Considerando que, em primeira instrução (peça 7), após consignar que a documentação em tela preencheria os requisitos de admissibilidade para ser conhecida como denúncia e previamente ao seu exame inicial, a então Secex/MG mencionou que, em função da Representação constante do TC-033.784/2016-7, acerca de possíveis irregularidades no CRO/MG enquanto Presidente o sr. Luciano Elói Santos, aí incluído o descontrole financeiro e orçamentário na gestão daquela entidade, já havia sido realizada, no período de 30/11/2017 a 6/12/2017, inspeção naquele conselho de fiscalização profissional;

Considerando, no que se refere à peça em tela, a alegação do denunciante de que os pedidos do CRO/MG de "doação a fundo perdido" do importe de R$ 1.500.000,00 e de "restituição" do montante de R$ 635.965,73, com vistas a suportar despesas previstas no orçamento até o final do exercício fiscal de 2017, findaram por ser atendidos por intermédio da concessão, por parte do CFO, de empréstimo àquele conselho regional, no montante de R$ 3.000.000,00, como parte do "Programa de Apoio Institucional aos Conselhos Regionais de Odontologia - Empréstimos", criado pela Resolução CFO 182/16, operação que, segundo afirma, haveria sido permeada de diversas irregularidades (vide item 12, e desdobramentos, peça 7): (a) quanto a requisitos que, de acordo com a própria área técnica do CFO, deveriam haver sido atendidos previamente e não o foram, tais como, entre outros aspectos, informações acerca do fato causador dos gastos relatados no período, quadro descritivo e comprobatório das condições financeiras apresentadas pelo conselho regional, adesão ao plano nacional de recuperação de créditos; (b) no que tange à sua formalização, tendo em vista que, entre outras circunstâncias, o empréstimo haveria ocorrido após a data limite estabelecida pelo art. 6º da Resolução CFO 182/16; não haveriam sido descritas no correspondente convênio as metas ou os resultados específicos a serem alcançados pelo CRO/MG; a data de assinatura não constaria do convênio, permitindo a ilação do intuito doloso de tornar incertas as datas de término da carência e de início de pagamento do empréstimo; (c) em relação à adoção ou persistência de condutas incompatíveis com o socorro financeiro prestado pelo CFO, tendo em vista a observação de que, por exemplo, mesmo após a concessão do empréstimo, o CRO/MG continuaria proporcionando pagamento de *jeton* a seus conselheiros, em afronta a vedação expressa no parágrafo único do art. 346 da Resolução CFO 63/05; o CRO/MG, em desobediência ao § 2º do art. 8º da Lei 12.527/2011, não divulgaria em seu Portal da Transparência os repasses ou transferências de recursos financeiros, inclusive no que se refere ao empréstimo em questão;

Considerando que, em face desse quadro, o denunciante requereu que este Tribunal, em síntese: (a) realizasse averiguações e acompanhamento, por período não inferior a seis meses, das atuais gestões do CFO e do CRO/MG; (b) revisse e anulasse as decisões e os atos que culminaram com a concessão do empréstimo acima referido, com a devolução aos cofres do CFO do repasse concedido, no montante de R$ 3.000.000,00;

Considerando, no entanto, a ponderação da unidade técnica, desde sua exordial, de que, da instrução do já mencionado TC-033.784/2016-7, já constavam registros a respeito da difícil situação financeira em que a gestão anterior, sob a égide do Sr. Luciano Elói Santos, haveria deixado o CRO/MG, condição essa que, ao que tudo indica, justificaria a busca pelo socorro financeiro em questão, já que necessária à manutenção das atividades do conselho, além das diversas observações acerca das dificuldades para os trabalhos de inspeção em decorrência da falta de informações consistentes e de documentação deixadas pela gestão anterior, quadro que os então novos dirigentes daquele conselho regional estariam buscando regularizar;

Considerando, contudo, que embora entendendo, por um lado, que a obtenção do empréstimo em questão poderia ser considerada imperiosa e consentânea com o interesse público e que a nova administração do CRO/MG poderia, efetivamente, haver enfrentado dificuldades para apresentar a documentação administrativa exigida para firmar o correspondente instrumento, de outra parte, a unidade instrutiva considerou não poder ser afastada a necessidade de apurar-se em que medida a concessão do socorro financeiro em questão obedeceu ao essencial dos regulamentos e princípios pertinentes (fls. 2/3, peça 7);

Considerando, então, que, ao acompanhar a unidade instrutiva em sua conclusão preliminar, autorizei a realização de diligência junto ao CRO/MG, com vistas a obter informações e documentos pertinentes ao empréstimo contraído junto ao Conselho Federal de Odontologia no ano de 2017 (peça 9);

Considerando, então, o registro da instrução (já no âmbito da SecexTrabalho), após o atendimento da diligência, de que se confirmou o entendimento preliminar apresentado pela Secex/MG no sentido de que a obtenção do empréstimo em tela era imperiosa e atendeu ao interesse público maior, que era a manutenção das atividades do conselho (fls. 10, peça 26), tendo em vista a realidade financeira e documental caótica que, comprovadamente, a gestão do conselho para o período de 17/3/2015 a 16/3/2017 deixou para a gestão que a sucedeu;

Considerando, igualmente, o apontamento da unidade instrutiva de que o socorro em questão foi buscado na instância adequada e era amparado na normatização interna vigente à época, à luz do disposto na Lei 4.324/1964 e no Decreto 68.704/1971, no sentido de que o CFO poderia, inclusive, intervir em caso de inoperância do regional, acrescendo-se que, caso se optasse pela intervenção, em razão da situação caótica mencionada, certamente o Conselho Federal de Odontologia teria de promover o aporte de recursos financeiros para viabilizar o funcionamento do CRO/MG (fls. 11, peça 26);

Considerando, também, sua ponderação de que o fato de tratar-se de situação excepcional justificaria a superação de algumas formalidades, em respeito ao fim maior que era, efetivamente, a continuidade das atividades do conselho (fls. 11/12, peça 26);

Considerando o informe da unidade técnica de que a nova gestão do CRO/MG efetivamente implantou medidas que minimizaram o déficit financeiro (arrecadação superveniente de R$ 1.860.809,29 referente a anuidades anteriores ao exercício que se encontravam inadimplentes; ajuizamento de 1.486 execuções fiscais, no valor total de R$ 3.279.199,61; envio de 6.598 notificações para inscrição em dívida ativa envolvendo o montante de R$ 6.598.119,32), bem como comprovou já haver efetuado o pagamento da primeira parcela do empréstimo objeto destes autos (fls. 33/34, peça 24), ainda que não haja apresentado, por ocasião da formalização do empréstimo, o detalhamento dessas medidas, conforme exigia do art. 7º, "d", da Resolução 182/2016 (fls. 12, peça 26);

Considerando, igualmente, a ponderação do órgão instrutivo de que, no que tange à modalidade de empréstimo adotada, restou demonstrado tratar-se de situação *sui generis*, não enquadrável na modalidade PAI-E previsto na Resolução CFO 182/2016, mas sim nos casos omissos, conforme previsão do art. 16 daquele normativo (fls. 12, peça 26);

Considerando, ainda, o registro da unidade técnica quanto a restar plenamente demonstrado que o prazo de 10 de março, para o protocolo do pedido de empréstimo, era inaplicável no caso, posto tratar-se de situação excepcional detectada após a posse da nova gestão, ocorrida em 17/3/2017, ou seja, após o prazo limite (fls. 12, peça 26);

Considerando, contudo, a ponderação da SecexTrabalho quanto à conveniência de dar-se conhecimento ao CFO e ao CRO/MG acerca do entendimento fixado por este Tribunal, via item 9.1.5 do Acórdão 1925/2019 - TCU - Plenário, quanto a ser "vedada a realização de empréstimos de qualquer natureza a terceiros ou entre conselhos por ausência de expresso amparo legal", manifestação essa proferida sobre o TC-036.608/2016-5, que tratou de Fiscalização de Orientação Centralizada que abarcou todos os conselhos federais de fiscalização profissional e alguns regionais por amostragem, em que, entre outros achados, se identificou a prática de concessão de empréstimos entre conselhos, principalmente dos federais para os regionais (fls. 12, peça 26),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Conselho Federal de Odontologia - CFO e ao Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais - CRO/MG de que é vedada a realização de empréstimos de qualquer natureza pelos conselhos a terceiros ou entre conselhos, por ausência de expresso amparo legal, conforme subitem 9.1.5 do Acórdão 1925/2019 - TCU - Plenário;

c) enviar cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça 26, ao denunciante, ao Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais - CRO/MG e ao Conselho Federal de Odontologia - CFO;

d) autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-012.598/2018-6 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais - CRO/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidades Técnicas: Secex/MG (extinta) e SecexTrabalho.
1.6. Representação legal: Gabriela Santiago Carrijo, OAB/MG 176.211; e outros.

ACÓRDÃO Nº 712/2020 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do subitem 9.1 do Acórdão 1.254/2017-TCU-Penário, propalado no âmbito do TC 006.547/2012-5, que cuidou da compilação de dezoito Levantamentos de Auditoria realizados pelo Tribunal entre março e junho de 2012, pelos quais se buscou verificar a correta aplicação de recursos federais em obras públicas de Construção de Terminais Fluviais na Região Norte.

Considerando que o item 9.1 do Acórdão 1.254/2017-TCU-Penário determinou ao Dnit que, no prazo de trezentos dias, identificasse os terminais IP4 com maiores riscos de acidentes por carreamento de sedimentos e de outros materiais pela correnteza dos rios e apresentasse a esta Corte plano de ação contendo, pelo menos, as medidas, responsáveis e prazos para a mitigação desses riscos;

Considerando as notícias de que o Dnit realizou diagnóstico do problema de acúmulo de detritos nos terminais fluviais, identificando os terminais IP4 com maiores riscos de acidentes por acúmulo de detritos transportados pela correnteza dos rios Amazônicos e desenvolveu por meio de consórcio contratado solução para o problema, consistente em (i) construção de saia defletora, constituída de módulos flutuantes a serem instalados à frente dos flutuadores existentes e (ii) embarcação de limpeza com braço articulado usado em lugares onde o acúmulo de toras e galhadas manifesta-se de forma mais intensa,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.1. do Acórdão 1.254/2017-TCU-Penário;

b) encaminhar cópia deste Acórdão ao Dnit; e

c) apensar em definitivo os presentes autos ao TC 006.547/2012-5, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1. Processo TC-005.298/2018-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.5. Representação legal: não há

ACÓRDÃO Nº 713/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes do despacho da Seproc à peça 291, e do parecer do Ministério Público junto ao TCU à peça 292, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em:

a) dar quitação a Alfredo Soubihe Neto (CPF 020.109.818-04), ante a comprovação do recolhimento integral do valor da multa aplicada pelo subitem 9.4 do Acórdão 3033/2014-TCU-Plenário;

b) dar quitação a Handerson Cabral Ribeiro (CPF 813.771.341-72), ante a comprovação do recolhimento integral do valor da multa aplicada pelo subitem 9.5 do Acórdão 3033/2014-TCU-Plenário.

1. Processo TC-008.198/2010-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 016.216/2014-8 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto (020.109.818-04); Construtora Queiroz Galvao S A (33.412.792/0001-60); Cristiane Subtil de Oliveira (560.479.321-34); Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira (306.587.481-49); Handerson Cabral Ribeiro (813.771.341-72); José Florentino Caixeta (122.495.056-91); Octacílio Oliveira Cunha (551.820.038-20)
1.3. Interessado: Congresso Nacional
1.4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.8. Representação legal: Silvia Regina Schmitt (38.717/OAB-DF), representando Handerson Cabral Ribeiro; Wellington Cristiano da Fonseca e outros, representando Egesa Engenharia S/A; Leonardo Lacerda Jube (26903/OAB-GO), representando Alfredo Soubihe Neto; Igor Fellipe Araujo de Sousa (11.720-E/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Galvao S A.

ACÓRDÃO Nº 714/2020 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação (peça 1), com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Adik Software Ltda., a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 30/2018, conduzido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região), tendo por objeto a prestação de serviço de atualização e suporte técnico para solução de filtro de conteúdo e acesso *web*, com valor total contratado de R$ 210.000,00,

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para ser conhecida como Representação, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando as alegações da representante de que o edital do Pregão Eletrônico 30/2018 apresentou indicação da marca McAfee para o *software* a ser adquirido, sem justificativa técnica plausível para tanto, bem como especificou a exigência de qualificação da licitante junto ao fabricante como parceiro McAfee *Platinum* (fl. 1, peça 19);

Considerando, quanto a isso, o acréscimo da representante de que em função de, na contratação pretendida, o objeto ser a aquisição de novas licenças de *software* (e não uma mera atualização do produto então utilizado), a ferramenta anteriormente em uso poderia ser substituída por outra, de fabricante diverso, de qualidade igual ou superior, sem prejuízo para a Administração, tornando indevida a especificação de marca (fls. 1/2, peça 19);

Considerando, igualmente por parte da representante, o acréscimo de que a exigência de a licitante ser parceira McAfee *Platinum* resultaria da confusão entre dois conceitos distintos, a saber, de que todas as revendas McAfee são credenciadas para ofertar suporte *platinum*, ao passo que somente sete revendas possuem volume de vendas suficiente para receber a qualificação de revenda *platinum* (fls. 2, peça 19);

Considerando, ainda, a sinalização da representante de que o caráter restritivo de tais exigências restaria demonstrado pelo fato de apenas a empresa Netsafe Corp. Ltda. haver participado do certame em questão e nele se sagrado vencedora (fl. 1, peça 19);

Considerando que, de seu exame inicial acerca dos fatos narrados na representação, a Sec-SP acompanhou o entendimento da representante ao concluir pelo possível caráter restritivo das duas exigências mencionadas, além de também alertar para o aspecto de o TRF 3ª Região não haver divulgado o valor total estimado para a contratação, circunstância que, associada ao fato de não haverem ocorrido outros interessados ao certame, não permitiria que se concluísse se o valor contratado, ainda que equivalente a significativa redução em relação à oferta inicial (de R$ 325.240,00 para R$ 210.000,00), foi economicamente vantajoso (fls. 5, peça 19);

Considerando, contudo, os entendimentos da Sec-SP de que, embora, no caso, se encontrasse caracterizada a fumaça do bom direito, o fato de o contrato com a empresa Netsafe Corp. Ltda. já haver sido celebrado afastaria o perigo na demora, ainda se identificando o perigo na demora reverso (aí compreendidos o risco de interrupção dos serviços e a incidência de multas contratuais a serem pagas à nova contratada) (fls. 3, peça 19);

Considerando, então, a oitiva prévia por mim autorizada, em relação às duas exigências possivelmente restritivas e aos elementos que demonstrassem a vantajosidade econômica da contratação decorrente do certame em tela (peça 21);

Considerando, no entanto, as conclusões da Sefti, em sua análise a respeito das informações e elementos apresentados em resposta à oitiva, de que: (a) a indicação da marca McAfee foi devidamente justificada pela necessidade de compatibilização do produto a ser adquirido com a solução *Web Proxy* já existente, havendo as devidas justificativas no processo licitatório (fls. 4, peça 27); (b) a exigência de a licitante ser parceira McAfee *Platinum* foi adequadamente justificada em razão de os requisitos de suporte técnico necessários para o TRF 3ª Região enquadrarem-se na categoria de *Enterprise Support* (somente oferecido pelos parceiros *McAfee Platinum*) (fls. 4/5, peça 27); (c) no que se refere à vantajosidade, verificou-se haver sido levado a cabo um amplo processo de especificação e precificação, envolvendo pesquisas de preços com fornecedores e em contratações similares de outros entes públicos (Codevasf) (fls. 4, peça 27);

Considerando, ainda, o requerimento da representante no sentido de seu ingresso, na representação em tela, como parte interessada, na forma do § 2º do art. 144 do Regimento Interno desta Casa (peça 22);

Considerando, no entanto, em relação a isso, o aspecto de a representante não ser considerada, automaticamente, parte processual, somente podendo ser admitida a tanto caso comprove razão legítima para intervir no processo, a qual não pode se confundir com o interesse de ordem pública, já protegido pela ação do Tribunal de Contas da União;

Considerando que a representante não demonstrou, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir nos autos ou a possibilidade concreta de lesão a direito subjetivo próprio em decorrência de eventual deliberação que venha a ser adotada pelo TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993, no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014;

b) indeferir a cautelar sugerida pela representante, tendo em vista a ausência de requisitos para sua adoção;

c) indeferir, com fundamento no § 2º do art. 146 do Regimento Interno, o pedido de ingresso nos autos como parte interessada da empresa Adik Software Ltda.;

d) encaminhar cópia deste Acórdão, bem como da instrução constante da peça 27, à Representante e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região);

e) autorizar o arquivamento deste feito, com fulcro no inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-000.792/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Adik Software Ltda., CNPJ 41.676.438/0001-71.
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidades Técnicas: Sec-SP e Sefti.
1.6. Representações legais: Luiz Henrique Cunha Costa Alves, OAB/MG 127.733; e outros.

ACÓRDÃO Nº 715/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso II, e 143, inciso III, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em recepcionar a peça 136, encaminhada pelo Sr. Marcelo Simon Manzatti, como mera petição em razão da ausência de ânimo recursal, bem como indeferir o pleito formulado pelo responsável no sentido de que seja suspensa a cobrança da multa que lhe foi aplicada pelos Acórdãos 246/2015 e 1175/2019-TCU-Plenário pelo prazo de 1 (um) ano ou que seja parcelada a dívida com limitação do valor das parcelas a 20% do salário recebido pelo responsável, diante da falta de amparo legal e regulamentar para atendimento, conforme proposto pela Serur e pela SecexTrabalho (peças 139/141 e 144).

1. Processo TC-006.134/2012-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Requerente: Marcelo Simon Manzatti (CPF 067.412.738-24)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural; Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.6. Representação legal: Patricia Alvares de Azevedo Oliveira e outros, representando Secretaria Executiva do Ministério da Cultura; Roberto Chaves de Aguiar (21227/OAB-GO), Paula Renata Bitencourt de Toledo (47.215/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Simon Manzatti.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar ao requerente cópia deste acórdão, bem como das manifestações da Serur e da SecexTrabalho constantes das peças 139/141 e 144.

ACÓRDÃO Nº 716/2020 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços (PE SRP) 10/7066-2020-GILOG/BR, promovido pela Caixa Econômica Federal (Caixa), para fornecimento de 9.520 *Terabytes* (TB) de solução de armazenamento para o ambiente *mainframe*, com funcionalidades de replicação, cópia instantânea, movimentação de dados, gerenciamento e administração com garantia de sessenta meses para hardwares/softwares/serviços e transferência de conhecimento, cujo valor estimado é R$ 133.280.000,00.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que o certame ocorreu no dia 12/3/2020, duas empresas se credenciaram para participar do pregão e apenas uma apresentou proposta no valor de R$ 159.936.00,00, reduzida na fase de negociação para R$ 147.849.551,00 e, posteriormente, desclassificada pelo pregoeiro;

Considerando que o certame foi declarado fracassado, por não haver mais propostas válidas;

Considerando a conveniência de acompanhar eventual nova licitação em substituição à presente, dada a materialidade da contratação e indícios de que a indicação de marca pode ter prejudicado o nível de competição do certame; e

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Sefti;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU c/c o art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto e indeferir por consequência a medida cautelar pleiteada;

b) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução que a fundamenta (peça 14), ao representante e à Caixa; e

c) arquivar os presentes autos, após adoção da medida indicada no item 1.7.1.

1. Processo TC-011.381/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Edilberto Nerry Petry (CPF 488.866.530-34)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal (Caixa)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que, caso venha a dar prosseguimento a uma nova licitação em substituição à presente, encaminhe a este Tribunal, em meio digital, cópia do novo processo de planejamento da contratação, incluindo os estudos técnicos preliminares e os e-mails originais que porventura venham a ser enviados e recebidos dos fornecedores em sede de pesquisa de preços.

RELAÇÃO Nº 6/2020 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 717/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Alírio Vieira Marques, ante o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.278/2010-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: TC-007.896/2017-4 (Solicitação); TC-026.172/2008-5 (Representação); TC-005.525/2011-0 (Solicitação); TC-030.447/2011-9 (Solicitação).
1.2. Responsáveis: Alírio Vieira Marques (043.012.932-72); Américo Gorayeb Junior (075.701.202-72); Evandro Narciso de Lima (321.404.282-34); Francisco Carlos Moss (031.073.962-49); Hamilton Cesar Pacheco Bandeira (240.663.382-91); Isaias Vieiralves Neto (009.416.382-00); Marcos Roberto Marinho Campos (436.978.792-00); Maria Izanete Liberato Guimarães (035.170.552-04); Mônica Nazaré Picanço Dias (436.606.142-20); Oswaldo Said Junior (140.405.492-87); Paulo Ricardo Rocha Farias (263.727.700-91).
1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
1.4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - Caixa; Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; Prefeitura Municipal de Manaus/AM.
1.5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.8. Representação legal: David Azulay Benayon (8688/OAB-AM), representando Maria Izanete Liberato Guimarães; Dinair Faria Albernaz (5.077/OAB-AM), representando Paulo Ricardo Rocha Farias; Fabrício Pereira de Oliveira (4123/OAB-AM), representando Oswaldo Said Junior; Guilherme Lopes Mair (241.701/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1.2 do Acórdão 1.681/2014, proferido pelo Plenário, em Sessão de 25/6/2014, Ata 23/2014.

Data de origem da multa: 25/6/2014 Valor original da multa: R$ 8.000,00
Data do recolhimento: 17/12/2019 Valor recolhido: R$ 10.558,77

ACÓRDÃO Nº 718/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar insubsistente a determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 2.215/2016 - Plenário, de 24/8/2016, por perda de objeto, haja vista que, conforme informação constante do Ofício 55/2017/SNTMU-MCIDADES, o Termo de Compromisso 0443.561-59 foi encerrado pelo Ministério das Cidades, promovendo-se em seguida, o arquivamento do presente processo, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.745/2016-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Gilberto Magalhães Occhi (518.478.847-68); Guilhermano Pires Ferreira Corrêa (478.994.253-87); Luciano Oliva Patricio (637.742.676-34).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades (extinto); Secretaria dos Transportes do Estado do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: Débora Goelzer Fraga e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 719/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações constantes dos subitens 9.1.2.1 e 9.2 do Acórdão 1.195/2019 - Plenário, considerar em fase de implementação as determinações contidas nos subitens 1.7.1 do Acórdão 1.940/2017 - Plenário e 9.1.1 do Acórdão 1.195/2019 - Plenário, e prejudicada a do subitem 9.1.2.2 do Acórdão 1.195/2019 - Plenário, além de dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Roraima, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de prestar a seguinte informação, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-010.577/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado de Roraima - (Sec-RR).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Informação:
1.7.1. informar à Universidade Federal de Roraima - UFRR que caso se verifique, em processos de contas ou outras ações de controle, que os gestores deixaram de adotar as medidas administrativas para o cumprimento do previsto no art. 93 da Lei 8.112/1990 e no Decreto 9.144/2017, em especial quanto aos dispositivos que tratam do reembolso pela cessão de agentes públicos federais, e que tal inércia tenha dado causa a prejuízos à Administração Pública ou outras impropriedades, haverá a possibilidade de imputação de sanções aos responsáveis em diferentes esferas jurídicas.

ACÓRDÃO Nº 720/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-034.053/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: DFTI - Comércio e Serviços de Informática Ltda. (09.650.283/0001-91).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.6. Representação legal: Fernando José Gonçalves Acunha (21184/OAB-DF) e outros, representando DFTI - Comércio e Serviços de Informática Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 721/2020 - TCU - Plenário

Considerando que a presente denúncia preencheria os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do RITCU;
Considerando, todavia, que a competência primária para avaliar a suscitada irregularidade, ou não, dos pagamentos de diárias no bojo do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) competiria à Agência Nacional de Águas (ANA);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, e 250, inciso I do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia para considerar prejudicada a apreciação de mérito do feito, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.104/2019-5 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada.
1.2. Entidade: Agência Nacional de Águas -ANA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.6. Representação legal: Thales Vinícius Benones Oliveira (OAB/MG 96.925), entre outros, representando a Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais (Irriganor).
1.7. Determinar que, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência deste Acórdão, a Agência Nacional de Águas (ANA) informe o TCU sobre o resultado conclusivo dessa avaliação da possível falha consistente nos pagamentos de diárias junto ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo).
1.8. Determinar que a SecexAgroAmbiental adote as seguintes medidas:
1.8.1. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao denunciante, para ciência, e à Agência Nacional de Águas para ciência e efetiva apuração da possível falha consistente nos pagamentos de diárias junto ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo); e
1.8.2. arquive o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 722/2020 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de denúncia sobre os supostos indícios de irregularidade no pagamento de diárias e passagens pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH Paranaíba);
Considerando que o denunciante alegou, em síntese, que o CBH Paranaíba não teria efetuado o pagamento de diárias e passagens ao próprio denunciante, em desobediência à Lei nº 8.162, de 1991, ao Decreto nº 25.992, de 2006, e às diretrizes e os critérios do Serviço de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;
Considerando que a unidade técnica propôs o não conhecimento da representação, nos termos do art. 103, § 1º, da Resolução TCU nº 259, de 2014, ao vislumbrar que extrapolaria as competências do TCU o pedido do denunciante no sentido de solicitar que o Tribunal determine o pagamento das diárias e passagens pendentes pelo CBH-Paranaíba;
Considerando que não caberia ao TCU atuar na defesa de interesses particulares junto à administração pública, nem, tampouco, atuar como instância recursal para tutelar os interesses particulares do ora denunciante, salientando, nesse ponto, que não restou demonstrado o eventual prejuízo ao erário a partir da suscitada denúncia;
Considerando, enfim, que, a despeito de, preliminarmente, não conhecer da presente denúncia, o presente feito pode ser apreciado na presente Sessão Pública do Plenário do TCU, diante da necessidade de assegurar o pleno acesso à informação, sem prejudicar a intimidade dos interessados no sigilo, com a manutenção do referido sigilo em prol, apenas, das correspondentes peças processuais gravadas com essa chancela, nos termos dos arts. 53, §§ 3º e 4º, e 108, § 1º, da Lei nº 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em não conhecer da presente denúncia, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.144/2019-6 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada.
1.2. Instituições: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; Agência Nacional de Águas; e Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a SecexAgroAmbiental adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie a cópia deste Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao denunciante, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, à Agência Nacional de Águas e à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, para ciência; e
1.7.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de manter o sigilo em relação a eventuais peças gravadas com essa chancela, retirando a chancela de sigilo, contudo, sobre o presente processo, nos termos dos arts. 53, §§ 3º e 4º, e 108, § 1º, da Lei nº 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88.

ACÓRDÃO Nº 723/2020 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de denúncia sobre os indícios de irregularidade na Licitação Eletrônica 2018/04281 para a contratação de empresa destinada à prestação de serviços de contact center em prol da Central de Relacionamento Banco do Brasil (CRBB), com o fornecimento de infraestrutura de atendimento pela própria empresa, sob o valor mensal de R$ 2.331.750,00 já contratado em 2/9/2019, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 20 meses, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) meses;

Considerando que a denunciante teria alegado, em suma, que a Alô Serviços Empresariais Ltda. teria sido desclassificada indevidamente do certame, a despeito de ter encaminhado tempestivamente os documentos solicitados pelo Banco do Brasil, não tendo sido eles apreciados;

Considerando que as evidências acostadas ao presente processo demonstrariam que, de fato, os e-mails foram encaminhados como anunciado pela ora denunciante, tanto para o endereço oficial do certame, quanto para os outros disponibilizados, tendo sido descartados pelo sistema de segurança da informação da referida entidade bancária por conterem "*fortes indícios de mensagem classificada como spam*", e, assim, restou impossibilitado o conhecimento do seu encaminhamento tempestivo com o respectivo conteúdo pela equipe técnica do certame;

Considerando que, então classificada em 4º lugar no certame, a Alô Serviços Empresariais Ltda. apresentou a sua proposta de preço mensal sob o valor de R$ 2.102.995,60 em patamar inferior, pois, sob o valor de R$ 227.754,40 em relação ao valor proposto pela empresa posteriormente contratada (classificada originalmente em 7º lugar);

Considerando, de todo modo, que a equipe responsável pela licitação não teve o necessário acesso aos documentos encaminhados pela licitante em nenhum momento, inviabilizando a análise da sua adequabilidade e da eventual habilitação técnica da Alô Serviços Empresariais Ltda.;

Considerando, por outro lado, que, ante o potencial prejuízo causado pela desclassificação da referida empresa, a unidade técnica propôs a parcial procedência da presente denúncia e o envio de determinação ao Banco do Brasil para a não prorrogação do contrato firmado com a Speedmais Soluções Ltda., além de o TCU poder enviar a determinação, em vez da mera recomendação, para que sejam oferecidos outros meios em prol do envio de documentação pelas licitantes em acréscimo do e-mail oficial do certame;

Considerando, enfim, que o valor efetivamente contratado foi inferior ao valor estimado no orçamento e ao valor despendido no contrato emergencial então em andamento, sem a subsistência, até aqui, dos indícios de superfaturamento, como informado pela unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, além de prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.879/2019-0 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443, de 1992).

1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Breno Muniz Darães Maia (OAB/PE, 31.487) representando o denunciante.

1.7. Determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que o Banco do Brasil se abstenha de prorrogar o contrato decorrente da Licitação Eletrônica 2018/04281 celebrado com a Speedmais Soluc–oPes Ltda. para além de sua vigência inicial de 20 (vinte) meses, diante dos indícios de não seleção da proposta mais vantajosa no certame, a partir da ausência de disponibilização de meios alternativos para o envio de documentação solicitada em diligência à referida licitante (Alô Serviços Empresariais Ltda.), como melhor colocada no certame, em afronta, assim, aos princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa e ao art. 31 da Lei nº 13.303, de 2016, devendo o Banco do Brasil apresentar ao TCU, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação, o devido plano de ação para resultar na efetiva conclusão dessa nova licitação no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término da vigência do referido contrato resultante da Licitação Eletrônica 2018/04281;

1.8. Determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que, nos próximos certames, o Banco do Brasil ofereça outras formas de envio de documentações pelos licitantes, a exemplo da via postal, com vistas à escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública;

1.9. Determinar que a Selog adote as seguintes medidas:

1.9.1. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao denunciante e ao Banco do Brasil S.A., para ciência;

1.9.2. retire o sigilo do presente processo, com a exceção para as peças identificadoras de informações pessoais do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU nº 259, de 2014; e

1.9.3. arquive o presente processo, sem prejuízo do monitoramento das determinações proferidas pelos itens 1.7 e 1.8 deste Acórdão.

itens 1.7 e 1.8 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 724/2020 - TCU - Plenário

Considerando que, após a requisição do Ministério Público Federal, sobreveio a abertura do Inquérito Policial (IPL) nº 750/2015-4-SR/PF/PE;

Considerando, todavia, que, posteriormente, foi promovido o arquivamento do referido IPL nº 750/2015-4-SR/PF/PE, a partir do Procedimento Administrativo 1.26.000.003571/2015-29; e

Considerando que, desse modo, subsistiria a perda de objeto do presente processo de monitoramento diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar cumprida a determinação expedida ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal por meio do item 1.7.1. do Acórdão 499/2016 proferido pelo Plenário do TCU no âmbito do TC-024.254/2015-0, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.532/2016-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Município de Recife - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex-Saúde adote as seguintes medidas:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, para ciência; e

1.7.2. apense o presente processo ao TC-024.254/2015-0 em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 2014.

ACÓRDÃO Nº 725/2020 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de representação formulada pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU Lucas Rocha Furtado sobre as possíveis irregularidades na gestão ambiental federal;

Considerando que, ao suscitar as competências constitucionais de controle externo pelo TCU sob o objeto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial da administração federal, o representante requereu a adoção das medidas tendentes a apurar as seguintes situações:

(a) as providências tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA para identificar as causas do aumento recorde, para a última década, do suposto desmatamento promovido na Amazônia durante o período de agosto de 2018 a julho de 2019;

(b) as alterações implementadas na estrutura do MMA, em 2019, e os seus efeitos tendentes a contribuir para esse aumento recorde no desmatamento na Amazônia, diante das informações veiculadas pela Folha de S. Paulo na matéria publicada, em 18/11/2019, no sentido do suposto avanço de 29,5% sobre o desmatamento na Amazônia durante o intervalo de 12 meses;

Considerando que, após a análise do feito, a SecexAgroAmbiental propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, pois a apuração sobre as supostas falhas já estaria em curso no âmbito da auditoria autuada sob o TC 038.045/2019-2 em face das mesmas ocorrências suscitadas na presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.748/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Lucas Rocha Furtado, como Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU.

1.2. Órgão: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a SecexAgroAmbiental adote as seguintes medidas:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora representante e ao Ministério do Meio Ambiente, para ciência;

1.7.2. apense o presente processo ao TC 038.045/2019-2; e

1.7.3. arquive o presente processo, devendo a unidade técnica atentar para a necessidade de, no âmbito do referido TC 038.045/2019-2, analisar, dentro do possível, os eventuais questionamentos ora suscitados no bojo do presente TC 038.748/2019-3.

ACÓRDÃO Nº 726/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.475/2019-2

2. Grupo II - Classe V - Levantamento de Auditoria.

3. Responsável: identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidades: Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Energia Elétrica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério de Minas e Energia (vinculador), Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente (vinculador) e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria, com o objetivo de identificar a sistemática de regulação, fiscalização, monitoramento e acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens de geração de energia elétrica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 250, III, do Regimento Interno, 23, inciso VII, da Lei 12.527/2011, 6º, inciso I, 7º, inciso VIII, 8º, e 14, § 3º, da Resolução TCU 254/2013, em:

9.1. dar ciência à Agência Nacional de Energia Elétrica que é de sua responsabilidade a fiscalização de empreendimentos de geração de energia elétrica com potência igual ou inferior a 5.000 kW, sujeitos apenas a registro, nos termos dos arts. 1º e 5º da Lei 12.334/2010 c/c o art. 2º da Lei 9.427/1996;

9.2. dar ciência ao Congresso Nacional da necessidade de alteração do art. 3º, inciso X, e do art. 12 da Lei 9.427/1996, de modo a permitir à Agência Nacional de Energia Elétrica a aplicação de multas e o recolhimento de taxa de fiscalização para empreendimentos registrados, respectivamente, a fim de garantir a efetividade e a viabilidade de sua fiscalização de barragens de geração de energia elétrica;

9.3. recomendar à Agência Nacional de Águas e à Agência Nacional de Energia Elétrica que, de forma coordenada, promovam a correção e a regularização dos dados constantes no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Snisb), de modo que o sistema esteja compatível com as informações contidas no site da Agência Nacional de Energia Elétrica e retrate fielmente o universo de barragens de geração de energia fiscalizáveis por esta agência;

9.4. recomendar à Agência Nacional de Energia Elétrica que:

9.4.1 avalie a conveniência e a oportunidade de estabelecer critérios de aplicação de sanções aos empreendedores que, comprovadamente, provocarem inconsistências no Formulário de Segurança de Barragem por erro grosseiro ou dolo;

9.4.2. avalie a conveniência e a oportunidade de revisitar sua regulação e fiscalização associadas à segurança de barragens, com vistas a mitigar os riscos associados ao processo, em especial os riscos apontados nos itens IV.1, IV.2 e IV.3 do relatório que conduziu a este acórdão, informando ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a decisão tomada.

9.5. encaminhar cópia desta deliberação:

9.5.1. à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério de Desenvolvimento Regional (Sedec/MDR), em atenção aos riscos apontados no tópico IV.4 do relatório que conduziu a esta decisão, com vistas a possibilitar o conhecimento desses riscos e o aperfeiçoa mento de sua atuação como órgão central do Sinpdec;

9.5.2. à Comissão de Minas e Energia e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ambas da Câmara dos Deputados, bem como à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para fins de conhecimento, considerando que existem projetos de lei sobre segurança de barragens em trâmite nessas Casas;

9.5.3. aos tribunais de contas estaduais e dos municípios para fins de conhecimento, tendo em vista os graus de deficiência das defesas civis estaduais e municipais.

9.6. juntar cópia desta decisão ao TC 023.751/2018-5, a fim de subsidiar eventual decisão a ser tomada por este Tribunal ou futuras ações de monitoramento decorrentes das constatações efetuadas;

9.7. classificar a peça 61 destes autos com o grau de sigilo "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) , c/c o art. 4º, parágrafo único, art. 8º, § 3º, inciso I, art. 9º, inciso VIII, e § 2º, inciso I, da Resolução-TCU 294, de 2018, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas aos autos;"

9.8. retirar o sigilo do restante do presente processo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0726-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 727/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.961/2017-7
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Carlos Mário Guedes de Guedes (CPF 606.955.950-91), Cláudio Roberto Mendonça Schiphorst (CPF 855.872.657-49), Mauro Oliveira Pires (CPF 565.406.041-49), Shirley Anny Abreu do Nascimento (CPF 274.073.142-68), Sorrival de Lima (CPF 578.790.104-59) e Sérgio Roberto Lopes (CPF 523.873.569-34).
4. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de fiscalização de orientação centralizada no Programa Terra Legal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do RITCU, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apresente plano de ação, detalhando ações, responsáveis e prazos para:

9.1.1. inibir a divulgação pública de dados do sistema Sigef de imóveis que apresentem indícios de comércio irregular, bem como a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural de imóveis que não possuam títulos de posse ou de propriedade válidos na área da Amazônia Legal;

9.1.2. recuperar os imóveis da União ocupados irregularmente por detentores que não cumprem os requisitos determinados na Lei 11.952/2009, ocupados irregularmente após o indeferimento dos processos de regularização, titulados a partir de declarações falsas, apresentando indícios de fracionamento simulado ou qualquer outra situação incompatível com as regras do programa, ou apresentando indícios de comércio irregular, a fim de promover a reversão de tais áreas, e lhes dar destinação;

9.1.3. identificar e fiscalizar áreas irregularmente comercializadas, de forma a cumprir sua obrigação de fiscalização fundiária e combate à grilagem de terras prescrita na alínea j, inciso I do art. 103 do regimento interno desse instituto;

9.1.4. fiscalizar o cumprimento das cláusulas resolutivas nas áreas tituladas do Programa Terra Legal, incluídas aquelas revogadas por meio da Medida Provisória 910/2019, mas vigentes para títulos emitidos até 10 de dezembro de 2019;

9.1.5. elaborar procedimentos administrativos para agilizar a geração de guias de recolhimento da União para pagamento de parcelas de áreas regularizadas quando solicitadas e para reduzir o passivo de guias de recolhimento da União pendentes;

9.1.6. estabelecer procedimentos que permitam verificar a veracidade das informações declaradas pelos requerentes na solicitação de regularização fundiária do Programa Terra Legal e que impeçam a regularização de parcelas incompatíveis com as regras do programa.

9.2. determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:

9.2.1. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apresente plano de ação contemplando:

9.2.1.1 objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, procedimentos e metas exequíveis para o Programa Terra Legal, incluindo critérios e normas para definição das metas de georreferenciamento, titulação, vistorias e projeção do tempo necessário para cumprimento dos objetivos do programa;

9.2.1.2. controles internos com o fito de aferir os requisitos de titularidade, acompanhamento de cláusulas resolutivas, bem como prevenir e identificar a ocorrência de irregularidades e de fraudes, tais como o cruzamento de bases de dados;

9.2.1.3. reavaliação dos critérios para fixação dos valores de terra;

9.2.1.4. rotinas de acompanhamento e controle dos pagamentos dos títulos de domínio e dos termos de concessão de direito real de uso expedidos;

9.2.1.5. resultado das ações adotadas e propostas na Nota Técnica 2/2015-Serfal/MDA.

9.2.2. analise os processos nos quais foram identificadas irregularidades, indícios de irregularidades e falhas formais (item II.2 do Relatório de Fiscalização 402/2014 - peça 123 do TC 015.859/2014-2), adotando as providências cabíveis, caso confirmadas as irregularidades, informando a este Tribunal, no prazo de 150 (cento e cinquenta dias), o resultado das análises;

9.2.3. analise os processos nos quais foram identificadas irregularidades concernentes à ausência de cultura, ocupação e exploração direta, bem como a venda das propriedades, adotando as providências cabíveis, caso confirmadas as irregularidades (item II.5 do Relatório de Fiscalização 402/2014 - peça 123 do TC 015.859/2014-2), no prazo de 150 (cento e cinquenta dias), informando o resultado das análises;

9.2.4. nos casos em que forem confirmadas evidências de fraude, adote as providências cabíveis com vistas a apurar responsabilidades;

9.2.5. acompanhe e supervisione a elaboração do plano de ação de que trata o subitem 9.1 deste julgado.

9.3. recomendar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que adote as providências relacionadas nos arts. 3º e 4º da Portaria Sead 204/2018, que prevê o cruzamento de dados para verificar a existência de desmatamento irregular, bem como as providências necessárias para a mitigação do problema;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente que monitore a entrega a este Tribunal dos planos de ação de que tratam os subitens 9.1 e 9.2 desta decisão e que avalie se as medidas ali consignadas são pertinentes e suficientes para mitigar os achados da fiscalização de centralização orientada objeto destes autos;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada de cópia do relatório de auditoria (peça 151), ao Ministério Público Federal, à Superintendência da Polícia Federal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para as providências que entenderem cabíveis;

9.6. dar ciência desta deliberação aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0727-10/20-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 728/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.350/2018-4.
1.1. Apenso: 030.081/2017-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (em Relatório de Acompanhamento).
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. (CNPJ 28.721.821/0001-36) e Sicpa Brasil Indústria de Tintase Sistemas Ltda. (CNPJ 42.596.973/0001-85).
4. Entidade: Casa da Moeda do Brasil.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
8. Representação legal:
8.1. Matheus Meott Silvestre e outros, representando Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A.
8.2. Mauro Porto (12.878/OAB-DF) e outros, representando Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda.
8.3. Luciana Pereira Diogo (122.433/OAB-RJ) e outros, representando Casa da Moeda do Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Agravos opostos pelas empresas Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda. e Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A., contra a determinação contida no subitem 9.2, que decretou, cautelarmente e sem a oitiva da parte, com fundamento no art. 44, §2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do RITCU, pelo prazo de 1 (um) ano, a indisponibilidade de bens das agravantes, bem como contra os subitens 9.3 e 9.4, todos do Acórdão 2.873/2019 - TCU - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 289, **caput**, do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Agravos interpostos pelas empresas Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas S.A. e Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda. para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. manter em seus exatos termos os itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 2.873/2019-TCU-Plenário;

9.3. prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar de 4/3/2020, o prazo para que a empresa Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda. atenda à deliberação constante do subitem 9.1 do Acórdão 2.873/2019 - TCU - Plenário;

9.4. dar ciência do Acórdão, assim como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos agravantes e à Casa da Moeda do Brasil.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0728-10/20-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 729/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.820/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Agência Nacional de Águas; Agência Nacional de Aviação Civil; Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Telecomunicações; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional do Cinema; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Superintendência de Seguros Privados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal:
8.1. Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.
8.2. Leilane Morais Alcântara e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.7.4 do Acórdão 1.665/2014-TCU-Plenário, que determinou à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) a consolidação das análises atribuídas às unidades técnicas deste Tribunal, de seção específica sobre o tema "arrecadação de multas", constante de relatórios de gestão anuais das entidades e órgãos federais responsáveis por aplicação de multas administrativas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 243 do Regimento Interno em:

9.1. determinar à Agência Nacional de Aviação Civil e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que esclareçam, no próximo relatório de gestão, o alto índice de multas pendentes de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), que compõem a planilha de arrecadação de multas de que trata o subitem 9.6.1 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário, conforme média dos exercícios de 2015 e 2016;

9.2. determinar ao Banco Central do Brasil que, se ainda não o fez, apresente esclarecimentos, no próximo relatório de gestão, sobre:

9.2.1. a inexistência de multas canceladas em 2015, diferentemente do ocorrido no exercício de 2016;

9.2.2. o elevado percentual do valor financeiro das multas suspensas em relação às multas aplicadas, relativamente à média dos exercícios de 2014 e 2015, apresentados na planilha de arrecadação de multas de que trata o subitem 9.6.3 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;

9.3. determinar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica que esclareça, no próximo relatório de gestão, as razões da queda substancial dos valores totais das multas aplicadas, o aumento expressivo dos valores e quantidade das multas arrecadadas, bem como do elevado crescimento dos percentuais dos valores e da quantidade das multas arrecadados em relação às multas aplicadas no período de 2015 a 2016;

9.4. determinar à Agência Nacional de Telecomunicações que, se ainda não o fez, esclareça, no próximo relatório de gestão, o elevado percentual do valor financeiro das multas suspensas em relação às multas aplicadas, relativamente à média dos exercícios de 2015 e 2016, apresentados na planilha de arrecadação de multas de que trata o subitem 9.6.3 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;

9.5. determinar à Agência Nacional de Saúde Suplementar que, se ainda não o fez, na elaboração da planilha de arrecadação de multas de que trata o subitem 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário, a ser incluída no próximo relatório de gestão, registre na coluna "Outras" o valor das multas exigíveis e definitivamente constituídas, cujo valor integra o somatório da coluna "Total de Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas";

9.6. encaminhar cópias do presente Acórdão:

9.6.1. aos presidentes do Banco Central do Brasil, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Comissão de Valores Mobiliários e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ao superintendente de Seguros Privados; aos diretores-gerais das agências nacionais de Águas, de Aviação Civil, de Telecomunicações, do Cinema, de Energia Elétrica, do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, de Saúde Suplementar, de Transportes Aquaviários, de Transportes Terrestres e de Vigilância Sanitária; à SeinfraCom, à SecexFazenda, à SecexAmbiental e à

SecexDesenvolvimento, à SecexSaúde, à SecexEstataisRJ, à SeinfraElétrica, à SeinfraPortoFerrovia, à SeinfraPetróleo, SeinfraRodoviaAviação e à Secex-RJ desta Corte de Contas;

9.7. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que oriente as suas unidades técnicas a avaliar a pertinência de realizar trabalhos específicos relacionados a suas áreas de atuação, a partir das informações sobre multas administrativas encaminhadas nos relatórios de gestão, bem como que programe uma auditoria piloto usando técnicas de análise de dados, já desenvolvidas por este Tribunal, com a abrangência necessária para fornecer um diagnóstico mais claro sobre o tema arrecadação de multas, abrangendo, também, o quanto foi arrecadado a maior em valores desde o início da atuação do Tribunal, a destinação e a efetividade das sanções;

9.8. dar ciência à Semag;

9.9. apensar o presente processo ao TC 022.631/2009-0, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0729-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 730/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.588/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Adroaldo Bernardino da Costa (125.649.741-04); Luzia Fátima de Oliveira Chagas (136.227.731-20); Maria Goreti Azambuja (245.640.361-49); Valeria Name Ribeiro de Morais (260.602.301-30); Washington Carlos Bezerra (131.894.501-10).

3.2. Recorrentes: Adroaldo Bernardino da Costa (125.649.741-04); Luzia Fátima de Oliveira Chagas (136.227.731-20); Maria Goreti Azambuja (245.640.361-49).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Claudio Renato do Canto Farag (14.005/OAB-DF) e outros, representando Maria Goreti Azambuja, Luzia Fátima de Oliveira Chagas e Adroaldo Bernardino da Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Adroaldo Bernardino da Costa, Luzia Fátima de Oliveira Chagas e Maria Goreti Azambuja, ex-auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, contra o Acórdão 109/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos Pedidos de Reexame interpostos por Adroaldo Bernardino da Costa, Luzia Fátima de Oliveira Chagas e Maria Goreti Azambuja para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.2. alterar o comando expresso no item 9.2.2 do Acórdão 109/2018-TCU-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

"9.2.2. na hipótese de desconstituição da decisão judicial proferida no Mandado de Segurança 35.498/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus *de* Eficiência *e* Produtividade, *previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter* ***pro labore faciendo****, da base de cálculo de contribuição previdenciária;"*;

9.3. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandados de Segurança 35.498/DF no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis, com ciência à Consultoria Jurídica desta Corte;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0730-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 731/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.253/2012-0.

1.1. Apensos: 004.182/2013-8; 017.020/2006-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (CNPJ 26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Cavalcanti Lopes (CPF 132.651.804-68), Celta Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 01.427.602/0001-92), Edilson Pereira de Oliveira (CPF 141.183.004-00), José Aloysio da Costa Machado Neto (CPF 365.069.904-49), José Vitoriano da Silva Filho (CPF 251.794.114-91).

3.3. Recorrentes: Edilson Pereira de Oliveira (CPF 141.183.004-00) e Antônio Carlos Cavalcanti Lopes (CPF 132.651.804-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Coremas - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Bruno Rangel Avelino da Silva (23067/OAB-DF) e outros, representando Edilson Pereira de Oliveira.

8.2. Paulo Italo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233), Antônio Eudes Nunes da Costa Filho (OAB/PB 16.683) e outros, representando Antônio Carlos Cavalcanti Lopes e outros, representando Antônio Carlos Cavalcanti Lopes.

8.3. Camila Lopes Abrantes (18276/OAB-PB) e outros, representando José Vitoriano da Silva Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Antônio Carlos Cavalcanti Lopes e Edilson Pereira de Oliveira, contra o Acórdão 212/2020-Plenário, que não conheceu dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos responsáveis, por serem intempestivos e por não apresentarem fatos novos, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, **caput** e § 2º, do RI/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Antônio Carlos Cavalcanti Lopes e Edilson Pereira de Oliveira para, no mérito, não conceder a eles provimento.

9.2 dar conhecimento da presente deliberação aos interessados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0731-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 732/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.814/2019-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria;

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Alessandra Bastos Soares (033.936.577-39); Fernando Mendes Garcia Neto (026.358.598-09); Ivo Bucaresky (002.077.087-11); Jarbas Barbosa da Silva Junior (152.884.394-00); Renato Alencar Porto (696.399.061-15); William Dib (493.336.318-87).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, na modalidade integrada, realizada com o objetivo de examinar o processo de aplicação de multas pela Anvisa em decorrência de sua atuação fiscalizatória, como desdobramento do acompanhamento que o Tribunal vem efetuando na gestão de multas, nos termos do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário (vertente operacional), combinado com a verificação da regularidade das multas aplicadas exclusivamente pela Anvisa, nos últimos cinco exercícios, em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, consoante Acórdão 2688/2018-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias:

9.1.1. promova o desenvolvimento de sistema e/ou utilização de sistema informatizado já existente, conforme prevê o Decreto 8.539/2015, art. 22, § 1º, de modo que todas as unidades envolvidas na gestão de multas da Agência o utilizem, e assim, haja completa gestão e tramitação do PAS na Anvisa de forma totalmente eletrônica, prevendo, ainda, o controle sistêmico do prazo prescricional dos processos administrativos sanitários;

9.1.2. passe a publicar em seu sítio eletrônico informações a respeito dos Processos Administrativos Sanitários que já tenham, ao menos, a 1ª decisão exarada, contendo, no mínimo, os seguintes dados: número do processo; CNPJ e razão social da empresa; norma legal infringida; reincidência (S/N); valor da Multa para cada decisão; status do Processo; situação do Pagamento da Multa; data das Decisões (1ª, 2ª e Dicol); decisões adotadas ao longo do processo (apenas para processos transitados em julgado);

9.1.3. avalie e busque disponibilizar o número de servidores necessários para a adequada apuração disciplinar dos processos administrativos sanitários declarados prescritos e encaminhados à Corregedoria, em atendimento ao princípio da Autotutela e ao poder disciplinar;

9.1.4. priorize, por meio da unidade Corregedoria, as análises e ações de processos administrativos sanitários declarados prescritos com prazos mais exíguos para eventual aplicação de punição disciplinar, considerando a prescrição da ação disciplinar prevista no art. 142 da Lei 8.112/1990;

9.1.5. apresente plano de trabalho a respeito de como será a atuação da Corregedoria em relação aos processos administrativos sanitários declarados prescritos existentes no estoque dessa área;

9.1.6. apresente plano de ação com estudo quanto ao estabelecimento de prazos a serem cumpridos pela Agência em suas decisões de primeira, segunda e última instâncias, em atendimento ao art. 17 do Decreto 9.203/2017, coerente e compatível com as especificidades inerentes ao processo de PAS, bem como razoáveis e factíveis ao princípio da eficiência administrativa e à segurança jurídica do mercado regulado, levando em consideração, notadamente, os seguintes aspectos: diversidade de temas e legislação a serem tratados pelo PAS; força de trabalho necessária, com planejamento adequado nos casos de transferência e alterações estruturais; utilização dos sistemas (Conau/Datavisa).

9.1.7. elabore plano de ação da avaliação dos riscos envolvidos no Processo Administrativo Sanitário e a sua completa implementação e gestão, em atendimento ao Decreto 9.203/2017, art. 17, e à Instrução Normativa Conjunta (CGU e o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) n. 1, de 10/5/2016, definindo como será a integração deste processo com as atividades de fiscalização e demais áreas da Anvisa em que forem identificados riscos sanitários relevantes, considerando os aspectos de materialidade e relevância;

9.1.8. apresente ao Tribunal as devidas justificativas para a aceitação do risco de prescrição dos processos administrativos sanitários em poder da Gerência-Geral de Recursos ou, alternativamente, elabore e encaminhe a este Tribunal plano de trabalho com vistas a evitar a prescrição dos processos administrativos sanitários em poder da Gerência-Geral de Recursos, no qual estejam contemplados, dentre outros: ações/modificações que serão realizadas para saneamento do risco de prescrição; prazo para implementação das ações; responsáveis pela implementação; e efeitos esperados com a implementação;

9.2. recomendar à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

9.2.1. institua unidade responsável pela gestão de todo o Processo Administrativo Sanitário na Anvisa, dada a variedade das unidades envolvidas no Processo Administrativo Sanitário (PAS), vinculadas a diretorias distintas, abarcando desde a instrução, autuação, julgamento e recursos, independentemente do objeto, com estabelecimento de funções específicas a unidade vinculada à presidência, de modo a detectar eventuais disfunções e munir a alta direção da Casa de informações para tomada de decisões que aperfeiçoem o processo, de forma a conferir uniformidade, segurança jurídica ao processo;

9.2.2. normatize o Processo Administrativo Sanitário, de forma sistêmica, considerando:

9.2.2.1. necessidade de despachos no trâmite dos autos entre as unidades envolvidas no PAS da Anvisa, de forma a controlar a prescrição intercorrente;

9.2.2.2. definição da obrigatoriedade de feedback para a área que teve sua decisão reformada, seja na 2ª instância ou na Diretoria Colegiada, bem como para os servidores autuantes de processos de infração julgados improcedentes;

9.2.2.3. inserção de despacho ou expediente equivalente com certificação nos autos de data de efetiva notificação de autuação de PAS ao regulado; comunicação de decisões ao autuado; interposição de recursos; trânsito em julgado administrativo das decisões; descrição dos motivos para alterações e mudanças incomuns no curso processual; e declaração de suspeição e/ou impedimento para atuar nos autos;

9.2.2.4. regras para garantir o cumprimento do princípio da segregação de funções;

9.2.2.5. análise da prescrição registrada em todas as decisões nestes processos;

9.2.2.6. necessidade de as decisões declaratórias da prescrição de processos administrativos sanitários serem, obrigatoriamente, ratificadas por outro servidor, antes da publicação da decisão;

9.2.2.7. necessidade de as decisões declaratórias da improcedência de processos administrativos sanitários serem, obrigatoriamente, ratificadas por outro servidor, antes da publicação da decisão;

9.2.2.8. necessidade de os processos declarados prescritos, quando do envio à Corregedoria, serem encaminhados com relatório circunstancial descrevendo a situação fática da prescrição, a saber: área, servidor e o tempo que ficou com o processo parado, além de demais informações necessárias para a elucidação do caso, conforme definido pela unidade correicional.

9.2.3. enquanto não implementado o sistema determinado, estabeleça controles internos com o objetivo de mitigar os riscos apontados na utilização de planilhas eletrônicas para gestão do Processo Administrativo Sanitário;

9.2.4. avalie a possibilidade de edição de boletim interno de jurisprudência, com divulgação periódica na rede interna da agência, de modo que os servidores tenham conhecimento dos julgados relacionados ao PAS, e assim tenham sua atuação pautada pela jurisprudência, tudo isso com o fim de contribuir para a uniformidade de entendimentos, autuações desnecessárias, incremento de segurança jurídica e ganho na eficiência;

9.2.5. avalie a possibilidade de disponibilizar informações consolidadas, em seu sítio eletrônico, separadas por unidade envolvida na tramitação do Processo Administrativo Sanitário, em formato de Business Inteligence ou outro formato desejado pela agência, contendo, ao mínimo as seguintes informações: estoque de processos administrativos sanitários aguardando julgamento; quantidade de processos recebidos em cada mês; quantidade de julgamentos realizados em cada mês; quantidade de servidores atuando no processo;

9.2.6. avalie a oportunidade e conveniência de normatizar a possibilidade de utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para os processos administrativos sanitários;

9.3. recomendar à Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que encaminhe à Casa Civil, para análise e posterior envio ao Congresso Nacional, proposição de alteração da Lei 6.437/77, conforme minuta já elaborada no âmbito da agência, adicionando, se o caso, todos os aspectos retratados neste relatório;

9.4. dar ciência à Anvisa, nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014:

9.4.1. quanto ao descumprimento dos seguintes itens normativos:

9.4.1.1. Art. 22, §1º, da Lei 6.437/77 - 11,43% dos processos analisados não evidenciaram manifestação do servidor/área autuante; 34,28% dos processos descumpriram o prazo legal de 10 dias para manifestação do servidor autuante; prazo médio de 274 dias para manifestação;

9.4.1.2. Art. 49, da Lei 9.784/99 - 94% dos processos analisados descumpriram o prazo legal de 30 dias para decisão; prazo médio de 755,73 dias para o julgamento do processo;

9.4.1.3. Art. 56, § 1º, da Lei 9.784/99 - 22,85% dos processos analisados descumpriram o prazo de 5 dias para análise de recurso; 100% dos processos se considerar especificamente os que exigiam essa análise; prazo médio de 852,12 dias para análise do recurso.

9.4.2. que a revisão de ofício deve ocorrer quando, de fato, surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, conforme determina o art. 65 da Lei 9.784/99, além de que é obrigatória a realização de sorteio para escolha do relator do processo;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados (CDDC/CD) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), informando-lhes que os respectivos Relatório e Voto podem ser consultados em www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso haja interesse, o Tribunal poderá lhes encaminhar cópia desses documentos sem custos;

9.6. considerar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional objeto do TC 018.335/2018-7 nos termos da Resolução TCU 215/2008, arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, e conforme o Acórdão 2688/2018-TCU-Plenário, com o arquivamento do mencionado processo, após as comunicações processuais, com fulcro no art. 169, incisos III e V, do RI/TCU;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) para subsídio a atuação dessa especializada, à vista do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário e os dele decorrentes;

9.8. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) para a realização do monitoramento da implementação das deliberações do acórdão que vier ser proferido nestes autos, nos termos dos arts. 243, 244 e 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0732-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 733/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.242/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: Congresso Nacional.

4. Órgãos/Entidades: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz); Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), encaminhada a este Tribunal por meio do Ofício 03/2018/CFFC-P, de 04/04/2018, do então Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), Exmo. Sr. Deputado Federal Roberto de Lucena (comissão atualmente presidida pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Leo Motta), após aprovação da Proposta de Fiscalização e Controle 116/2017, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Jorge Solla, que requer a este Tribunal a fiscalização e controle para verificar a compra feita pelo Ministério da Saúde do medicamento Eritropoetina (Alfaepoetina) por dispensa de licitação, quando a mesma medicação é produzida no Brasil pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, onde há em estoque a mesma quantidade adquirida emergencialmente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. prorrogar o prazo para atendimento integral da presente solicitação até o segundo quadrimestre do ano de 2020, nos termos do art. 15, inciso II, da Resolução TCU 215/2008, tendo em vista que:

9.1.1. os presentes autos estão sobrestados até o julgamento de mérito do TC 014.687/2017-8;

9.1.2. houve devolução de prazo para que responsável apresente suas razões de justificativa naquele processo;

9.1.3. a Portaria-TCU 61/2020 suspendeu por 30 (trinta) dias corridos os prazos processuais dos autos no âmbito do TCU; e

9.1.4. o cenário decorrente da pandemia da doença Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 (coronavírus), tem exigido a adoção de uma série de medidas emergenciais prioritárias por parte dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem assim por parte do Tribunal, portanto dotadas de excepcionalidade;

9.2. determinar à SecexSaúde, nos termos do art. 17, § 3º, inciso I, da Resolução-TCU 215/2008, que após a decisão meritória do processo TC 014.687/2017-8, encaminhe cópia do acórdão que vier a ser prolatado, acompanhado do relatório e voto que o fundamentar, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), na pessoa do seu Presidente, Exmo. Sr. Deputado Federal Leo Motta;

9.3. juntar cópia deste acórdão, assim como do relatório e voto que o fundamentam, ao processo TC 014.687/2017-8;

9.4. dar ciência da presente deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), na pessoa do seu Presidente, Exmo. Sr. Deputado Federal Leo Motta, informando-lhe que tão logo o processo TC 014.687/2017-8, da relatoria do eminente Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, seja apreciado pelo Tribunal, ser-lhe-á dado ciência da decisão que vier a ser proferida;

9.5. restituir o processo à SecexSaúde para as providências a seu cargo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0733-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 734/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.856/2019-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria de Natureza Operacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação; Secretaria do Tesouro Nacional.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de Auditoria de Natureza Operacional - ANOp realizada com o objetivo de analisar o modelo atual do Fundeb e identificar riscos e oportunidades de melhoria na concepção, operacionalização e accountability do novo Fundo que vier a ser instituído e que deverá estar em vigor a partir de 2021,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. visando auxiliar as discussões legislativas sobre a regulamentação do novo Fundeb, dar ciência desta decisão, bem assim do inteiro teor do relatório e do voto que a fundamentam, ao Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e aos Deputados e Senadores que, na qualidade de autores ou relatores, atuaram nas PECs 15/2015, 65/2019 e 33/2019, destacando as seguintes oportunidades de melhoria e medidas mitigadoras identificadas no atual desenho jurídico desse fundo:

9.1.1. pelo perfil pró-cíclico do Fundeb, necessidade de previsão legal de monitoramento de situações atípicas ou não previstas de frustração na arrecadação de impostos que compõem a sua cesta de receitas, o qual pode ser expresso na nova legislação do Fundo, de forma colaborativa entre a STN e MEC, particulamente no rol de atribuições da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, em consonância com o disposto no art. 13, inciso IV, da Lei 11.494/2007, que prevê competência a essa comissão para, no exercício de suas atribuições, "elaborar, requisitar ou orientar a elaboração de estudos técnicos pertinentes, sempre que necessário";

9.1.2. tendo em vista os riscos associados à política pró-cíclica do Fundeb, necessidade de discussão sobre a viabilidade de concepção e inclusão, na sua lei regulamentadora, de mecanismo anticíclico que venha a precaver oscilações negativas que impactem significativamente no Valor Aluno Ano (VAA) de referência do Fundo, de modo a manter um nível mínimo de aplicação, a fim de se garantir a permanência e a sustentabilidade dos valores do Fundo, em consonância com a estratégia 20.1 do PNE 2014-2024, bem como sobre a utilização do CAQi e do CAQ, previstos na estratégia 20.10 do PNE 2014-2024, como parâmetro de suficiência dos recursos alocados;

9.1.3. considerando que o Fundeb é formado por receitas compartilhadas e está sujeito a ser impactado pelas desonerações dos tributos que compõem suas fontes de receita, necessidade de contemplação, na lei de regulamentação do Fundo, de dispositivo semelhante ao art. 112, § 18, da LDO 2018, prevendo a obrigatoriedade de estimativa do impacto das desonerações sobre as receitas do Fundeb, exercendo seus efeitos para além de apenas um exercício financeiro, tanto as federais quanto as de competência estadual, provendo os gestores públicos e legisladores de elementos para as discussões e tomada de decisão quanto à implementação e custeio de políticas públicas via gasto tributário (no caso do Fundeb, a contemplar os impostos IR, IPI, ITR, ICMS, IPVA e ITCMD) que resultem em reduções presumíveis sobre as receitas do Fundo;

9.1.4. tendo em conta as oportunidades de melhoria dos mecanismos de redistribuição de receitas do Fundeb apontadas no Capítulo IV do relatório de auditoria, importância de se considerar outros fatores que não apenas o número de matrículas como critério de distribuição dos recursos, em especial dando atenção às redes municipais com piores indicadores educacionais, maior precariedade de infraestrutura e menor capacidade de investimento;

9.1.5. relativamente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do Fundeb, necessidade de dotação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) de maior respaldo normativo, contemplando-o nas discussões e na formatação do marco legal do Sistema Nacional de Educação que vier a ser instituído, com vistas ao seu fortalecimento, a fim de garantir o envio de dados dentro dos padrões necessários à produção de informações para a gestão e controle do Fundeb, bem como auxiliar o FNDE em sua atribuição de monitoramento dos gastos na área de Educação e garantir que os entes adotem metodologia uniforme em relação às despesas apropriadas como de MDE;

9.1.6. necessidade de pacificação na legislação do Fundeb acerca do entendimento de que os gastos com inativos e pensionistas não devem ser contabilizados no cômputo das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), não obstante a existência de previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 70 e 71, das despesas que devem ou não ser consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, e de legislação, manuais e sistemas para publicação de demonstrativos quanto aos gastos em MDE, haja vista a existência de determinadas despesas que ainda são objeto de controvérsia quanto ao seu enquadramento nesse conceito;

9.2. com fundamento nos arts. 8º e 19 da Resolução TCU 185/2005, enviar cópia desta decisão, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Deputado Federal Léo Motta, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em resposta à solicitação de fiscalização contida no Ofício 96/2019/CFFC-P, objeto do Requerimento 67/2019, tratada no bojo do TC 021.043/2019-1;

9.3. nos termos dos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008, declarar integralmente atendida a solicitação constante do TC 021.043/2019-1 e arquivar esse processo, após ser-lhe anexada cópia desta decisão;

9.4. dar ciência desta decisão ao Ministério da Educação, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para conhecimento;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0734-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 735/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.611/2016-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Gilead Sciences Farmacêutica do Brasil Ltda. (15.670.288/0001-89).
3.2. Responsável: Consórcio BMK (23.877.243/0001-08).
3.3. Recorrentes: Consórcio BMK (23.877.243/0001-08); Fundação Oswaldo Cruz.
4. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Eduardo Marcelo de Lima Sales (64.141/OAB-RJ), representando Fundação Oswaldo Cruz.
8.2. Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida (26.469/OAB-RJ) e outros, representando Gilead Sciences Farmacêutica do Brasil Ltda.
8.3. Walace Heringer Vieira de Oliveira (34138/OAB-DF) e outros, representando Consórcio BMK.
8.4. Juliana Cristina Martines (162.298/OAB-RJ) e outros, representando Gilead Sciences Farmacêutica do Brasil Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta etapa processual, de análise de pedidos de reexame interpostos pelo Consórcio BMK e pela Fundação Oswaldo Cruz, contra o Acórdão 1.867/2018-TCU-Plenário, modificado por efeito infringente pelo Acórdão 348/2019-TCU-Plenário;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, bem assim no art. 3º, §1º, da Resolução-TCU 311/2020, em:
9.1. rejeitar a oposição a julgamento virtual (peça 150) apresentada pelo Consórcio BMK;
9.2. não conhecer do pedido de reexame interposto pela Fundação Oswaldo Cruz (peça 127), ante sua intempestividade e ausência de superveniência de fatos novos;
9.3. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Consórcio BMK (peça 126) para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.4. remeter cópia deste acórdão às partes, aos órgãos/entidades interessados, bem como aos demais cientificados do acórdão recorrido, e comunicar-lhes que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0735-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 736/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.515/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento de procedimento de desestatização, na forma de arrendamento portuário, de dois terminais voltados a movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, intitulados STS14 e STS14A, localizados no Porto de Santos/SP,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. determinar ao Ministério da Infraestrutura, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, previamente à publicação do edital para licitação dos arrendamentos dos terminais STS14 e STS14A, inclua na minuta do contrato de arrendamento em análise, cláusula que albergue as condições para prorrogação ordinária da avença, em consonância com o art. 19 do Decreto 8.033/2013, modificado pelo Decreto 9.048/2017, a exemplo daquelas previstas na minuta contratual (Cláusula 3.4 a 3.4.2) do arrendamento da área IQI11 (Porto do Itaqui), analisada no âmbito do processo TC 037.173/2019-7;
9.2. recomendar ao Ministério da Infraestrutura, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de incluir na minuta contratual mecanismo de revisão ordinária periódico;
9.3. recomendar ao Ministério da Infraestrutura, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de, nos próximos estudos de arrendamentos:
9.3.1. circularizar junto a outros terminais e ao órgão gestor de mão de obra (OGMO) o custo paramétrico adotado para mão de obra OGMO, com vistas a obter contribuições sobre a fidedignidade dos valores empregados;
9.3.2. utilizar o mínimo de três cotações para obtenção dos custos unitários paramétricos de referência para, pelo menos, os itens pertencentes à faixa A da curva ABC do *capex*, com vistas a aprimorar a fidedignidade dos valores empregados;
9.4. indeferir, com fundamento no art. 146, § 2°, do Regimento Interno, o pedido de ingresso como interessado nos autos formulado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) à peça 30, autorizando a obtenção de vista e cópia integral destes autos;
9.5. determinar à Secretaria-geral de Controle Externo que no planejamento de fiscalizações inclua no escopo dos futuros trabalhos o acompanhamento das inovações trazidas pela Resolução Normativa-Antaq 28/2019, notadamente em relação à constituição de sociedades de propósitos específico e à criação de unidades operacionais ou de negócios (art. 9° da aludida norma), considerando, também, o resultados dos leilões de arrendamento portuários;
9.6. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Infraestrutura, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); e
9.7. restituir os autos à SeinfraPortoFerrovia para que o monitoramento do acórdão seja realizado no presente processo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0736-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 737/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.390/2019-7.
1.1. Apensos: 035.840/2019-6; 038.081/2019-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado: Navele Empreendimentos e Serviços Ltda. (29.762.861/0001-99).
4. Órgão: Hospital Federal do Andaraí.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. José Guilherme Berman Corrêa Pinto (119454/OAB-RJ) e outros, representando Vivacom Comércio e Serviços Ltda.
8.2. Luiza Ferreira de Souza (CPF109.123.167-21), representando Navele Empreendimentos e Serviços Ltda.
8.3. Vanessa de Castro Pastore (146.817/OAB-RJ) e outros, representando S.M.21 Engenharia e Construções S.A..

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação contra o Pregão Eletrônico 10/2018, promovido pelo Hospital Federal de Andaraí (HFA), que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção predial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. determinar ao Hospital Federal do Andaraí que adote providências no Pregão Eletrônico 10/2018 no sentido de retornar à fase de avaliação da habilitação da empresa Navele Empreendimentos e Serviços Ltda., com vistas a verificar a regularidade da planilha de custos apresentada e a exequibilidade de sua proposta, em especial das rubricas referentes aos adicionais de periculosidade e insalubridade dos profissionais e categorias que executarão os serviços, dando prosseguimento, após tais análises, regular ao certame;
9.3. reiterar a orientação ao Hospital Federal do Andaraí no sentido de que adote sistemática para que os pagamentos por reconhecimento de dívidas sejam balizados preferencialmente pelo valor proposto pela empresa Navele Empreendimentos e Serviços Ltda. no Pregão Eletrônico 10/2018, sopesando os riscos de eventual impacto dessa redução na execução dos serviços neste momento de transição e de pagamentos com sobrepreço, enquanto o referido pregão não for finalizado e o novo contrato não entrar em execução;
9.4. recomendar ao Hospital Federal do Andaraí, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, que avalie a conveniência e oportunidade de adotar providências no sentido de mapear as fragilidades dos setores responsáveis pelas licitações e contratos do Hospital e adotar medidas efetivas para garantir a manutenção de número adequado de servidores nas atividades relacionadas ao planejamento, à execução e à fiscalização de licitações e de contratos, promovendo o devido treinamento para o desempenho dessas atividades, dispensando a Selog do monitoramento deste item;
9.5. indeferir os pedidos formulados pelas empresas S.M.21 Engenharia e Construções S.A., Vivacom Comércio e Serviços Ltda. e M3 Manutenção e Montagens Ltda. no sentido de serem consideradas como partes interessadas, autorizando, caso requeiram, a concessão de vista e cópia das peças não sigilosas constantes dos presentes autos;
9.6. dar ciência desta deliberação ao Hospital Federal do Andaraí (HFA), à empresa SM21 Engenharia e Construções S/A, à empresa Navele Empreendimentos e Serviços Ltda., à empresa M3 Manutenção e Montagens Ltda., à empresa Vivacom Comércio e Serviços Ltda. e ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0737-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 738/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.995/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria Operacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos: Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Economia; Ministério da Defesa; Ministério da Cidadania.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevidência).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria operacional com vistas a avaliar a suficiência, qualidade e transparência dos sistemas de monitoramento e avaliação (M&A) da previdência social brasileira, relativamente a parâmetros adotados internacionalmente.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Ministério da Economia, com o Ministério da Defesa e com o Ministério da Cidadania, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e oportunidade de formalizar e implementar rotinas de monitoramento ou avaliação da duração dos benefícios previdenciários, incluindo o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) da União, o regime de inatividade dos militares das Forças Armadas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e dar transparência ao resultado;

9.2. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Ministério da Economia e com o Ministério da Defesa, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avaliem a conveniência e oportunidade de:

9.2.1. formalizar e implementar rotinas de monitoramento ou avaliação periódica do desempenho do sistema previdenciário quanto ao indicador de equidade (em especial seus efeitos sobre a desigualdade e a transferência de renda), contemplando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores (RPPS) da União e o regime de inatividade dos militares das Forças Armadas, dando transparência ao resultado;

9.2.2. estabelecer e dar transparência aos objetivos, indicadores e metas para o regime de inatividade dos militares das Forças Armadas;

9.3. recomendar ao Ministério da Cidadania em conjunto com o Ministério da Economia e com apoio da Casa Civil, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e oportunidade de:

9.3.1. aperfeiçoar os parâmetros que identificam o público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC), em especial relacionados aos programas sociais, como os de pobreza e de família;

9.3.2. formalizar e implementar rotinas de monitoramento ou avaliação da cobertura do Beneficio de Prestação Continuada (BPC), e dar transparência ao resultado;

9.4. recomendar ao Ministério da Economia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que avalie a conveniência e oportunidade de formalizar e implementar rotinas de monitoramento ou avaliação periódica da cobertura do Regime de Previdência Complementar, dando transparência a essas informações;

9.5. determinar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Economia, ao Ministério da Defesa e ao Ministério da Cidadania que apresentem, no prazo de cento e oitenta dias, plano de ação a este Tribunal, definindo prazos, responsáveis e medidas a serem implementadas para atender às recomendações dos itens acima, no que couber, ou a justificativa para não adotá-las, se for o caso;

9.6. dar ciência desta deliberação à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Economia, ao Ministério da Defesa e ao Ministério da Cidadania, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0738-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 739/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.959/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em representação
3.1. Recorrente: Banco do Brasil S. A.
3.2. Representante: Consienge Construção e Engenharia Ltda. (02.571.060/0001-90)
4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S. A.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Edinei Silva Teixeira (OAB/SP 185.415), representando Banco do Brasil S.A.,
8.2. Marcelo Henrique Silva de Siqueira (OAB/GO 30.911), representando Consienge Construção e Engenharia Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.020/2019-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a conferir a seguinte redação à alínea "c" do Acórdão 1.020/2019-Plenário:
"c) dar ciência ao Banco do Brasil S.A., para que sejam adotadas medidas internas com vistas a evitar ocorrências semelhantes, de que a exigência, para fins de habilitação, de que a licitante comprove possuir inscrição ou visto no Conselho Regional Profissional da Unidade Federativa em que será executado o objeto, identificada na Licitação eletrônica 2019/00060, realizada pelo Cesup Compras e Contratações - São Paulo (SP), afronta o disposto nos arts. 37, inciso XXI, e 173, § 1º, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 58 da Lei 13.303/2016;"
9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea);
9.3. determinar à Secretaria Geral de Controle Externo que averigue nas contas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), referentes ao exercício de 2019, o cumprimento das disposições da Lei 13.874/2019 aplicáveis ao conselho;
9.4. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à representante.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0739-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 740/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.651/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público de Contas com requerimento de medida cautelar para que este Tribunal adote medidas para conhecer e avaliar a regularidade da execução orçamentária e a efetividade no uso dos recursos públicos destinados ao combate do novo coronavírus no Brasil, inclusive com o objetivo de construir leitos de unidades de terapia intensiva (UTI),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer a presente documentação como representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU;
9.2 indeferir a medida cautelar requerida, por não preencher os requisitos para sua concessão dispostos no art. 276 do Regimento Interno do TCU;
9.3. determinar à Segecex que apense este processo ao que vier a ser instaurado pela SecexSaúde para tratar do plano especial de acompanhamento das medidas a serem adotadas para o combate no coronavírus; e
9.4. dar ciência desta deliberação ao representante.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0740-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 741/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.246/2005-3.
1.1. Apensos: 019.234/2007-1; 008.608/2010-5
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Bertolino Marinho Madeira Campos (065.952.353-15) e Construtora Jurema Ltda.
3.3. Recorrente: Construtora Jurema Ltda (05.802.590/0001-90).
4. Entidades: Entidades: Estado do Piauí; Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí (Seinfra/PI) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal: Wagner Andrighetti Júnior (OAB/SP 235.272), Pedro Gabriel Lopes (372.347/OAB-SP) e outros, representando Bertolino Marinho Madeira Campos; Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406) e outros, representando Construtora Jurema Ltda.; Márcia Maria Macedo Franco (2802/OAB-PI) e outros, representando Estado do Piauí.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos pela sociedade empresária Construtora Jurema Ltda. ao Acórdão 304/2020-Plenário, lavrado em tomada de contas especial instaurada em razão da ocorrência de sobrepreço, superfaturamento e diversas irregularidades na licitação e na execução das obras de construção do Sistema Adutor do Sudeste Piauiense,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação à Construtora Jurema Ltda., à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Piauí, à Superintendência da Polícia Federal no Estado do Piauí e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Piauí.
.
10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0741-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 742/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.009/2017-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Sindifisco Nacional - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (03.657.699/0001-55).
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Fazenda (extinto); Ministério do Trabalho (extinto).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Vanessa Affonso Rocha (39069/OAB-DF), representando Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Advocacia-Geral da União;
8.2. Yago de Oliveira Rodrigues (14.889/E/OAB-DF) e outros, representando Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto.
8.3. Julio Cesar de Souza Lima (53.939/OAB-DF) e outros, representando Anfip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
8.4. Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF) e outros, representando Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto e Sindifisco Nacional - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
8.5. Araceli Alves Rodrigues (26.720/OAB-DF) e outros, representando Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho Sinait.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal visando apurar possíveis irregularidades no pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, instituído pela Lei 13.464/2017, aos aposentados e pensionistas das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. indeferir o pedido formulado pelo Sindifisco Nacional - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil constante à peça 121 dos autos, com base nos fundamentos apresentados no voto que integra este acórdão;
9.2. determinar à Sefip que:
9.2.1. notifique o Ministério da Economia acerca da reforma dos Acórdãos 2.759/2017-Plenário, 2.761/2017-Plenário, 2.763/2017 e 47/2018 e da interposição de pedido de reexame contra o Acórdão 109/2018, o que afasta o cumprimento da determinação desta Corte de Contas quanto à suspensão do pagamento do bônus de eficiência em relação aos respectivos interessados;

9.2.2. proponha, em caráter excepcional, com fundamento no art. 260, § 2º, do RITCU e com base no que consta da medida liminar deferida pelo Ministro Alexandre de Moraes no MS 35.824, a revisão de ofício do Acórdão 110/2018-Plenário, haja vista o trânsito em julgado da referida deliberação;

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Consultoria Jurídica deste Tribunal, ao Sindifisco Nacional - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e ao órgão jurisdicionado;

9.4. autorizar o arquivamento dos presentes autos, tendo em vista o disposto no art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0742-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 743/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.761/2011-6.

1.1. Apensos: 027.753/2017-4; 027.751/2017-1; 027.755/2017-7; 027.750/2017-5; 027.748/2017-0; 027.749/2017-7; 027.754/2017-0; 027.746/2017-8; 027.752/2017-8; 027.747/2017-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Achiles Stanziona (261.046.447-91); Adilson dos Santos (falecido) (660.698.667-20); Alfredo Benter da Costa (387.675.627-87); Amilta Andrieta da Silva (892.787.557-53); Ana da Glória Rodrigues Alves (988.490.697-15); Antônia da Conceição Dimas (410.952.277-34); Arceu Cozandey (272.110.537-04); Cezarina de Paula Moreira (029.472.757-48); Djalma Henrique de Lima (falecido) (044.207.307-06); Djanira Martins dos Santos (510.057.607-30); Doralice Martins Manhaes (falecida) (069.603.637-13); Elizabeth Silva Fagundes Pereira (625.181.787-91); Elza Maria Bressan Vilella (033.499.677-52); Eva Mathildes Zape (falecida) (555.281.397-91); Jonathas Simas (625.591.417-87); Jose Nede Maciel Pires (101.013.497-34); José Alves de Azevedo (187.360.847-00); José Benevides da Silva (715.742.127-53); José Carlos Garcia Pereira (205.496.447-68); João Vieira de Araújo (591.409.417-87); Lair de Faria (669.479.797-49); Leda de Vasconcellos Lima (361.688.157-91); Luiz Joaquim David (falecido) (263.661.007-30); Lélia Braga Pereira da Silva (436.115.407-49); Lúcia Regina da Fonseca Cunha (955.640.207-15); Maria Adelaide Caracol Pinto (003.593.447-63); Neyde Cavalcanti Valença (440.453.957-68); Osvaldina Cândida de Freitas (110.292.507-15); Paulo Rodrigo de Pinho (268.946.457-87); Raimundo José Freire Gomes dos Santos (103.295.287-34); Sandra Naira da Silva Abreu (464.852.607-49); Vera Lúcia dos Santos (308.445.417-53).

3.2. Recorrente: Leda de Vasconcellos Lima (361.688.157-91).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Luiz Cláudio Camargo Samoglia, OAB/RJ 74.347, representando Leda de Vasconcellos Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela sra. Leda de Vasconcellos Lima em desfavor do Acórdão 1864/2019 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela sra. Leda de Vasconcellos Lima, dada sua intempestividade;

9.2. esclarecer à embargante que, na hipótese de oposição de novos embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório, a peça será recebida como mera petição, sem prejuízo da análise de eventual cabimento da multa prevista no art. 1.026, §§ 2º e 3º, da Lei 13.105/2015;

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0743-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 744/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.403/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Procurador Júlio Marcelo

3.2. Interessado: Administração Regional do Sesc no Estado de São Paulo (03.667.884/0001-20).

4. Órgãos/Entidades: Administração Regional do Senac no Estado do Maranhão; Administração Regional do Senar no Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).

8. Representação legal:

8.1. Salomão Amado Boumann (6425/OAB-MA), representando Associação dos Servidores do Senac no Maranhão.

8.2. Eliziane de Souza Carvalho (14887/OAB-SP) e outros, representando Administração Regional do Senar no Estado do Paraná.

8.3. Guilherme Gomes Vieira (53738/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional.

8.4. Dhulya Karolainny de Medeiros Diniz, representando Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional.

8.5. Carla Bertucci Barbieri (168856/OAB-SP) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado de São Paulo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas versando sobre irregularidades no repasse de recursos de entidades componentes do Sistema "S" para associações formadas por seus empregados e familiares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. dar ciência aos órgão jurisdicionados que os recursos que vierem a ser eventualmente repassados por entidades do Sistema "S" a associações formadas por seus empregados não estão imunes ao controle finalístico a cargo deste Tribunal de Contas, cabendo às pessoas jurídicas beneficiadas, entre outras providências: a) demonstrar a aplicação desses recursos nas finalidades institucionais dos respectivos serviços sociais autônomos; b) prestar contas ao ente repassador dos recursos recebidos; e c) aplicar o regulamento de licitações e contratos da entidade repassadora nas suas contratações;

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao representante e aos interessados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0744-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 745/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.236/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

4. Órgão: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e dos Fundos de Pensão (SecexFinanças).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido cautelar, que aponta possíveis irregularidades decorrentes da ausência de regulamentação do regime de previdência complementar (RPC) dos servidores públicos federais, instituído pela Lei 12.618/2012, especialmente quanto à natureza jurídica desses recursos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia em razão de observância dos pressupostos de admissão tratados nos arts. 53 da Lei 8.443/1992, c/c e 234 e 235 do RITCU para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0745-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 746/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.965/2014-0.

1.1. Apensos: 001.748/2016-5; 001.747/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão(Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Jonatas Ventura dos Santos (CPF 572.178.665-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra do Rocha - BA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Alexandre Figueiredo Noia Correia (OAB-BA 16.252), representando Jonatas Ventura dos Santos.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de revisão interposto contra o Acórdão 8.116/2014-TCU-Primeira Câmara, que julgou irregulares as contas de Jonatas Ventura dos Santos, ex-prefeito municipal de Barra do Rocha/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas referentes ao Convênio 700408/2010, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o referido município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, do recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2 enviar cópia do presente Acórdão ao recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.3 encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, §3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, §7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0746-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 747/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.618/2019-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Companhia das Docas do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 1736/2016-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, proferido na Sessão Ordinária de 6/7/2016, por meio do qual o Colegiado apreciou representação da Procuradoria da República na Bahia acerca de possíveis ilegalidades na Resolução 1.780 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 243 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1736/2016-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e à Companhia das Docas do Estado da Bahia, informando que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no inciso I do art. 169 do RI/TCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0747-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 748/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.552/2013-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Prestação de Contas.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77)
3.2. Responsável: Jorge Luiz Macedo Bastos (408.486.207-04).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal:
8.1. Débora Goelzer Fraga e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relativas ao exercício de 2012,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, e 18 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno, em:
9.1. julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira (066.814.761-04) e Ivo Borges de Lima (019.188.001-97), dando-lhes quitação, em razão das seguintes impropriedades:

Não conclusão do relatório de avaliação do planejamento 2009-2012 e prejuízo à elaboração do planejamento para 2013-2016;
O planejamento na área de TI não foi adequadamente priorizado na gestão; e
Necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos administrativos das demais superintendências, a exemplo do que ocorreu na Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária (SUINF).

9.2. julgar regulares as contas dos responsáveis Ana Patrizia Gonçalves Lira (599.524.582-15); Carlos Fernando do Nascimento (070.696.027-07); Jorge Luiz Macedo Bastos (408.486.207-04); Mário Rodrigues Júnior (022.388.828-12); e Natália Marcassa de Souza (290.513.838-60), dando-lhes quitação plena;
9.3. dar ciência deste Acórdão ao Ministério da Infraestrutura, à Controladoria-Geral da União e à Agência Nacional de Transportes Terrestres, destacando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser acessados pelo portal eletrônico do Tribunal de Contas da União, no endereço < https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>;
9.4. juntar cópia desta deliberação ao TC 019.497/2014-8, que trata da prestação de contas do exercício de 2013 da Agência Nacional de Transportes Terrestres; e
9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no inciso III do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0748-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 749/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.152/2017-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Capgemini Brasil S/A (65.599.953/0001-63).
3.2. Responsáveis: Adriana Nascimento Moreira da Silva Salgueiro (603.294.401-87); Armando Chinelatto Neto (998.068.276-00); Celso Luiz Azevedo (053.839.878-78); Ednaldo Francisco de Oliveira (384.888.251-53); Gilnei Hoffmann Pedroso (409.430.380-49); Jair de Vasconcelos Filho (880.116.827-68); Roberto Nogueira Zambon (041.669.478-00); Rodrigo Evangelista de Castro (773.149.486-15); Rogério Pedersen Monteiro (302.110.000-78); Valnei Batista Alves (288.956.816-49).
3.3. Recorrente: Capgemini Brasil S/A (65.599.953/0001-63).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Representação legal:
8.1. Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE), representando Valnei Batista Alves, Celso Luiz Azevedo, Armando Chinelatto Neto, Gilnei Hoffmann Pedroso e Adriana Nascimento Moreira da Silva Salgueiro;
8.2. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal;
8.3. Guilherme Siqueira Coelho de Paula (48.370/OAB-DF) e outros, representando Capgemini Brasil S/A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Capgemini Brasil S/A contra despacho deste Relator, referendado pelo Acórdão 2.450/2019-TCU-Plenário, por meio do qual foi concedida medida cautelar, de ofício, no sentido de *"ratificar a retenção dos pagamentos decorrentes da execução do Contrato 1.231/2013, firmado com a Capgemini (CNPJ 65.599.953/0001-63), no valor de R$ 27.220.427,28, realizada pela Caixa Econômica Federal, e determinar à Caixa, cautelarmente,* inaudita altera pars*, a sua mantença"*;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do agravo interposto pela Capgemini Brasil S/A, por atender aos requisitos de admissibilidade dispostos nos artigos 289 e 183 do RITCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. em homenagem ao princípio da verdade material, restituir o processo à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti, com posterior encaminhamento ao Ministério Público junto ao TCU, para a análise dos elementos complementares de defesa apresentados pelos responsáveis (peça 277), como também das questões meritórias suscitadas no agravo (peça 264) e na resposta à oitiva (peça 271) ofertados pela Capgemini Brasil S/A; e
9.3. dar ciência desta decisão à agravante, destacando que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0749-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 750/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.311/2017-6.
1.1. Apenso: 004.849/2018-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Responsáveis: Geraldo Gama Andrade (CPF 457.942.271-68); Renan Correia Martino (CPF 996.027.411-04); Tarcísio Luiz Dalvi (CPF 756.561.407-68).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Akiyama S.A. Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas, em face de supostas irregularidades relacionadas à anulação do Pregão Eletrônico (PE) 92/7066-2017 promovido pela Caixa Econômica Federal, cujo objeto consistia na contratação de empresa para aquisição de solução de biometria para clientes, composta de 11.000 dispositivos biométricos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Renan Correia Martino (CPF 996.027.411-04), Gerente Nacional de Inteligência em Segurança e Prevenção à Fraude, Geraldo Gama Andrade (CPF 457.942.271-68), Superintendente Nacional de Segurança Empresarial, Tarcísio Luiz Dalvi (CPF 756.561.407-68), Diretor Executivo de Logística e Operações;
9.2. encaminhar cópia do presente acórdão ao representante, aos responsáveis acima identificados e à Caixa Econômica Federal, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso tenham interesse, o Tribunal pode encaminhar-lhes cópia desses documentos sem quaisquer custos;
9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0750-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 751/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.423/2019-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre suposta ocorrência de pagamentos ilegítimos à Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO), feitos pela empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), concessionária de serviço público de transporte ferroviário, em que a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. possui participação acionária minoritária (39,1%)
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos do art. 235, *caput*, do Regimento Interno deste Tribunal, não conhecer da presente denúncia;
9.2 determinar a conversão dos autos em representação, nos termos do art. 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, para, com fulcro nos arts. 1º, inciso II, e 5º, inciso IX, da Lei 8.443/1992, apurar os indícios de atos negociais e pagamentos

potencialmente ruinosos aos cofres da empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA) reportados nos presentes autos, passíveis de fiscalização e identificação pelos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da TLSA, indicados, respectivamente, pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e pela Secretaria do Tesouro Nacional;

9.3 determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária que, em cumprimento à determinação descrita no subitem 9.2:

9.3.1 promova as diligências necessárias à instrução do feito, incluindo as oitivas dos seguintes destinatários, para que se manifestem, no prazo de trinta dias, sobre os indícios de irregularidades narrados às peças 3, 6 e 8 destes autos, quanto ao risco de lesão aos cofres da TLSA e eventuais providências adotadas:

9.3.1.1 da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

9.3.1.2 dos membros do Conselho de Administração da TLSA indicados pela Valec;

9.3.1.3 do membro do Conselho Fiscal da TLSA indicado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

9.3.2 adote as providências necessárias para "resguardar o sigilo e a proteção do denunciante", nos exatos termos do art. 104 da Resolução-TCU 259/2014;

9.4 dar ciência desta deliberação, informando aos destinatários que o teor integral deste Acórdão poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.4.1 ao denunciante;

9.4.2 à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

9.4.3 à Secretaria do Tesouro Nacional, em referência subitem 9.3.1.3.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0751-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 752/2020 - TCU - Plenário

1. Processo: **TC 040.736/2019-9**

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Representação (com pedido de medida cautelar)

3. Representante: Siqueira e Viegas Sociedade de Advogados (CNPJ 17.798.425/0001-90)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais; Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais

5. Relator: **Ministro Raimundo Carreiro**

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: Gustavo Oliveira de Siqueira, OAB/MG 56.963 e outros (peça 2)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Representação formulada por Siqueira e Viegas Sociedade de Advogados em face de supostas irregularidades ocorridas na Concorrência Corporativa 5/2019 do Sistema FIEMG,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. considerar, no mérito, a presente representação parcialmente procedente;

9.3. considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada ante o julgamento de mérito do presente processo;

9.4. dar ciência ao Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais, Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada na Concorrência Corporativa 5/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.4.1. a não divulgação do valor estimado para a contratação, prevista no item 17.9 do edital do certame, está em desacordo com os artigos 3º e 13, caput, dos Regulamentos de Licitações e Contratos do Sesi e do Senai, e com a jurisprudência do TCU (Acórdão 5.253/2012-TCU-1ª Câmara);

9.5. informar ao Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais, Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais e ao representante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.6. encerrar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0752-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 753/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.656/2020-0.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessado/Denunciante:

3.1. Interessado: Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM).

3.2. Denunciante: Identidade preservada.

4. Órgão: Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia noticiando pretensas inconformidades no edital do pregão eletrônico 2/2020 (sistema de registro de preços e julgamento por menor preço por item), conduzido pelo Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM), destinado à contratação de prestação de serviço comum e continuado com fornecimento de mão de obra exclusiva para serviços de limpeza técnica, higienização e conservação dos materiais de estabelecimento de assistencial de saúde.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer desta denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts.234 e 235 do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

9.2. considerar a presente denúncia, no mérito, parcialmente procedente;

9.3. dar ciência ao Centro Médico Assistencial da Marinha (CMAM) sobre as seguintes inconformidades verificadas no edital do pregão eletrônico 2/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes em outros certames licitatórios:

9.3.1. a Instrução Normativa do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (IN-MPDG 5/2017) estabelece necessidade de elaboração e estudos técnicos preliminares da contratação de serviços continuados (art. 20, I e anexo III);

9.3.2. a inclusão, em editais de licitação, de exigências relativas à qualificação técnica que excedem os limites previstos no art. 30 da Lei 8.666, de 1993, configura restrição ao caráter competitivo da licitação, contrariando, assim, o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, e no art. 3º, *caput*, § 1º, I, da Lei 8.666, de 21/6/1993, uma vez que:

9.3.2.1. com relação aos itens 9.11.2.1 e 9.11.2.2 - exigência de engenheiro agrônomo e químico para fins de qualificação técnica -, não foram encontradas disposições semelhantes em editais com objetos similares (editais da Ebserh e Hospital das Forças Armadas), que demonstrassem ser imprescindíveis para a prestação dos serviços e estarem em conformidade com o previsto no art. 30, § 1º, I, da Lei 8666/1993;

9.3.2.2. com relação ao item 9.11.2.4 - licença ambiental, em princípio, somente poderia ser exigida do licitante vencedor, ou seja, não deveria ser um requisito de habilitação, conforme acórdão 125/2011-TCU-Plenário;

9.3.2.3. com relação ao item 9.11.2.5 - apresentação do programa de controle médico de saúde ocupacional e programa de prevenção de riscos ambientais -, essas exigências foram consideradas indevidas pelo TCU nas análises promovidas por meio do acórdão 10.767/2018-TUC-2ª Câmara;

9.3.2.4. com relação ao item 9.11.2.7 - prova de regularidade junto ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMET) -, das análises realizadas pelo TCU nos autos do acórdão 616/2010-TCU-2ª Câmara, considerou-se irregular a exigência em processos licitatórios como requisito de habilitação;

9.3.3.5. com relação ao item 9.11.2.8 - comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, o TCU, em situação similar, ao proferir o acórdão 361/2017-TCU-Plenário, considerou a exigência inócua, dada a redação imprecisa do dispositivo;

9.4. informar ao CMAM e à unidade de Controle Interno do Comanda da Marinha que o conteúdo desta deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.5. arquivar os autos e encerrar o processo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0753-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 754/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.657/2020-0.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessados/Representante

3.1. Interessado: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva (Inca).

3.2. Representante: Ferlim Serviços Técnicos Ltda. (42.116.376/0001-06).

4. Entidade: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva (Inca).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Ferlim Serviços Técnicos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, protocolizada com base no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, noticiando pretensas inconformidades no edital do pregão eletrônico 5/2020 (menor preço por item), conduzido pelo Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva, com vistas à contratação de serviços continuados de processamento (lavagem/entrega) de roupas (unidade externa), com locação de enxoval hospitalar e de gerenciamento e operação do setor de rouparia nas dependências do Inca.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer desta representação, pois satisfeitos os requisitos legais e regimentais de admissibilidade aplicados à espécie, para, no mérito, considera-la improcedente;;

9.2. indeferir o pedido da Ferlim Serviços Técnicos Ltda. para ingressar como interessada, neste processo, sem prejuízo de facultar-lhe vista e cópia dos autos;

9.3. dar ciência ao Inca de que, no pregão, constitui poder-dever da Administração a tentativa de negociação para reduzir o preço final, conforme previsto no art. 24, § 8º, do Decreto 5.450/2005 (atual art. 38, § 8º, do Decreto 10.024/2019), tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa;

9.4. informar ao Inca e à assessora especial de controle interno do Ministério da Saúde que o conteúdo desta deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.5. arquivar os autos e encerrar o processo.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0754-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 755/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.635/2011-5.

1.1. Apensos: 036.056/2016-2; 015.010/2008-9; 001.381/2015-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Consorcio Construtor Br-163 (02.870.297/0001-71); Construtora Norberto Odebrecht S/A (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvao S/A (33.412.792/0001-60); Estacon Engenharia S/A (04.946.406/0001-12); Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Maurício Hasenclever Borges (006.996.756-34); Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34); Rogério Gonzales Alves (553.259.397-34)

3.2. Recorrente: Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal :
8.1. Karine Alves de Lima, representando Maurício Hasenclever Borges.
8.2. Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Hideraldo Luiz Caron e Luis Munhoz Prosel Junior;
8.3. Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Consorcio Construtor Br-163, Andrade Gutierrez Engenharia S/a, Construtora Norberto Odebrecht S A, Construtora Queiroz Galvao S A e Estacon Engenharia Sa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos embargos de declaração opostos por Hideraldo Luiz Caron contra o Acórdão 1.929/2019-Plenarío, que julgou tomada de contas especial relativa às obras de implantação e conservação do trecho paraense da BR-163, executadas entre 1997 e 2008;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los.
9.2. determinar à Segecex que verifique a exatidão das informações cadastradas no processo, principalmente quanto aos representantes legais e respectivos endereços, antes do envio das comunicações processuais a serem realizadas daqui por diante;
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados;
9.4. remeter os autos à Serur para exame de admissibilidade e sorteio de relator dos recursos de reconsideração protocolados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0755-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 756/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.901/2010-2.
1.1. Apensos: 003.269/2015-9; 003.275/2015-9; 003.268/2015-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurp-pa (03.137.985/0001-90); Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará (26.989.350/0005-40)
3.2. Responsáveis: Paulo Elcidio Chaves Nogueira (017.503.212-20); Servic Construtora Ltda. (83.904.854/0001-20)
3.3. Recorrentes: Paulo Elcidio Chaves Nogueira (017.503.212-20); Servic Construtora Ltda. (83.904.854/0001-20).
4. Órgão: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurp-pa (03.137.985/0001-90).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Georges Chedid Abdulmassih Junior (8.008/OAB-PA), Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de revisão interpostos por Paulo Elcídio Chaves Nogueira, ex-secretário de desenvolvimento urbano e regional do Pará (Sedurb/PA), e por Servic Construtora Ltda. em face do Acórdão 2615/2013 - 2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de revisão e, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0756-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 757/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.537/2009-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Francisco Araujo Dantas (090.919.714-87); Guilherme Antonio de Oliveira Barbosa (040.047.284-87); Guilherme Vilar (181.071.174-68); Josué Eugenio Viana (038.066.184-53); Marcus Antonio de Araujo Macena (058.123.134-15); Mário Toscano de Brito Filho (133.254.344-87); Pedro de Araujo Lima (018.919.604-15)
3.2. Recorrente: Francisco Araujo Dantas (090.919.714-87).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Wollney Niermeson Ribeiro Felix (19.099/OAB-PB), Bruno de Albuquerque Baptista (19.805/OAB-PE), Danilo Coura Mariz (18625/OAB-PB) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos pedido de reexame interposto por Francisco Araújo Dantas, por intermédio do qual se insurge contra o Acórdão 2.908/2018-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0757-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 758/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 027.019/2010-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Estadual de Saúde de Goiás (00.544.963/0001-56)
3.2. Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges (194.347.401-00); Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15); Fernando Passos Cupertino de Barros (195.630.601-30); Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A. (26.921.908/0001-21); Ml Operações Logísticas Ltda.,em Recuperação Judicial (03.553.585/0001-65); Profarma Specialty S.A. (81.887.838/0001-40)
3.3. Recorrentes: Profarma Specialty S.A. (81.887.838/0001-40); Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15); Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A. (26.921.908/0001-21).
4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Fernando Vernalha Guimarães (OAB/PR 20.738); Lucio Bernardes Roquette (016.016/OAB-GO); Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF); Arthur Simas Pinheiro (48314/OAB-DF); Marcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO); Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267); Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267); Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703); Johann Adrianos C. Boudens (OAB/DF 14.410-E).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Cairo Alberto de Freitas, Proforma Speciality S.A. (nova denominação da Prodiet Farmacêutica Ltda.) e Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., contra o Acórdão 1029/2015 - TCU - Plenário, parcialmente reformado pelo Acórdão 818/2017 - TCU - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, ao Ministério Público do Estado de Goiás, ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e à Secretaria de Estado de Saúde de Goiás.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0758-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 759/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.150/2018-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Ademilson Chagas Junior (596.336.545-72); Duilio Siqueira Ribeiro (000.829.485-26); Hilta dos Santos Silveira (155.702.315-87).
4. Órgão/Entidade: Municípios do Estado de Sergipe (75 Municípios).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), junto aos municípios de Salgado e Poço Redondo, no Estado de Sergipe, para avaliar o desempenho e a regularidade dos serviços de transporte escolar;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Duílio Siqueira Ribeiro, Hilta dos Santos Silveira e Ademilson Chagas Junior;
9.2. com fundamento no art. 250, III, do RITCU, ante a relevância social dos serviços de transporte escolar, recomendar:
9.2.1. ao município de Salgado, em Sergipe, que:
9.2.1.1 em futuras contratações de serviços de transporte escolar adote, entre outros elementos, necessariamente o quantitativo estimado de alunos como critério para o dimensionamento da frota de veículos necessária para atender os alunos usuários, a fim de evitar a utilização de veículos com capacidade superior e/ou inferir à demanda;
9.2.1.2 caso o Contrato 20/2018 ainda esteja em vigor, revise as rotas contratadas, de forma a evitar a utilização de veículos com capacidade superior e/ou inferior à demanda, conforme descrito no relatório de auditoria;
9.2.1.3 exija dos prestadores de serviços de transporte escolar o cumprimento da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), principalmente as obrigatoriedades constantes nos artigos 136, 137 e 231 dessa lei;
9.2.1.4 nas próximas licitações para prestação de serviços de transporte escolar, inclua a obrigatoriedade de que os veículos possuam seguro contra acidentes e que tenham, no máximo, sete anos de uso, conforme pré-requisitos constantes do Guia de Transporte Escolar do FNDE;
9.2.1.5 exija dos prestadores de serviços de transporte escolar, que todos os veículos possuam também, entre outros itens obrigatórios de segurança, os equipamentos/ferramentas previstos nos itens 24, 25, 26 e 27 do art. 1º da Resolução Contran 14/1998;
9.2.1.6 implemente e mantenha atualizado mecanismos de fiscalização e acompanhamento dos serviços de transporte escolar, que permitam verificar, com segurança, a assiduidade, pontualidade, qualidade e quantidade dos serviços prestados, a exemplo de relatórios de fiscalizações; boletins de medições; memórias de cálculos, fichas de controle diário da execução dos serviços; e demais elementos que julgar pertinentes;
9.2.2 ao município de Poço Redondo/SE que:
9.2.2.1. em futuras contratações de serviços de transporte escolar adote, entre outros elementos, necessariamente, o quantitativo estimado de alunos como critério para o dimensionamento da frota de veículos para atender os alunos usuários, a fim de evitar a utilização de veículos com capacidade superior e/ou inferir à demanda;
9.2.2.2. caso o Contrato 43/2014 ainda esteja em vigor, revise as rotas contratadas, de forma a evitar a utilização de veículos com capacidade superior e/ou inferir à demanda, conforme identificado no relatório de auditoria;

9.2.2.3. busque otimizar as rotas com percursos de ida e volta superiores a 100 quilômetros, principalmente aquelas que têm como destino as escolas da localidade Santa Rosa, haja vista a reclamação dos alunos no sentido de que as viagens são extensas e cansativas, durando mais de duas horas cada trecho;

9.2.2.4 exija dos prestadores de serviços de transporte escolar o cumprimento da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), principalmente as obrigatoriedades constantes dos artigos 136, 137 e 231 dessa lei; bem como exija a contratação de seguros contra acidente, na forma preconizada no Guia de Transporte Escolar do FNDE;

9.2.2.5 exija dos prestadores de serviços de transporte escolar que todos os veículos possuam também, entre outros itens obrigatórios de segurança, os equipamentos/ferramentas previstos nos itens 24, 25, 26 e 27 do art. 1º da Resolução Contran 14/1998;

9.2.2.6 em relação aos veículos próprios destinados aos serviços de transporte escolar, adote medidas necessárias visando a manutenção e reparos necessários dos ônibus que se encontram parados, bem como adote medidas visando a regularização dos certificados de registro e licenciamento de veículo (CRLV, s) vencidos;

9.2.2.7 verifique a pertinência de alterar a Lei Municipal 353/2013, de forma a estabelecer que os veículos utilizados no serviço público de transporte escolar tenham, no máximo, sete anos de uso, para mais segurança dos alunos, conforme pré-requisitos constantes do Guia de Transporte Escolar do FNDE;

9.2.2.8 nos futuros contratos para prestação de serviços de transporte escolar, estabeleça expressamente o limite máximo admitido para a subcontratação ou a sua vedação, em consonância com o art. 72 da Lei 8.666/1993;

9.2.2.9 aprimore seus mecanismos de controle e acompanhamento dos serviços de transporte escolar, principalmente no que tange ao controle da assiduidade e pontualidade dos serviços;

9.2.3 aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs/Fundeb) dos municípios de Salgado/SE e de Poço Redondo/SE que busquem acompanhar o cumprimento das recomendações encaminhadas por este Tribunal, no que se refere ao controle dos serviços de transportes escolar nesses municípios, de forma a ter disponíveis as informações e elementos necessários para o exercício de sua missão social, principalmente no que concerne ao controle da regularidade da execução financeira e quanto à adequação dos serviços, nos termos do art.24, § 13, e art. 25, Parágrafo único, inciso IV, alínea "b", da Lei 11.494/2007 e art. 5º, § 3º, da Lei 10.880/2004;

9.3. com base no art. 7º da Resolução do TCU 265/2014, dar ciência acerca das seguintes impropriedades:

9.3.1 ao munícipio de Salgado/SE que:

9.3.1.1 a não realização de curso especializado para o transporte escolar por parte dos condutores da própria prefeitura e da empresa contratada, bem como a não exigência da apresentação desses motoristas da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, caracterizam inobservância ao art. 138, V, e art. 329 da Lei 9.503/1997 (CTB); e

9.3.1.2 nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns que envolvam recursos públicos federais, a realização de pregão presencial como regra viola as disposições legais vigentes (art. 4º, *caput* e § 1º, do Decreto 5.450/2005) e a jurisprudência consolidada deste Tribunal (Acórdão 2.290/2017-TCU-Plenário; Acórdão 2.292/2012-TCU-Plenário; Acórdão 1.1197/2011-TCU-2ª Câmara; e Acórdão 6.441/2011-TCU-1ª Câmara), sendo que o formato eletrônico somente poderá ser preterido quando comprovada e justificadamente se demonstrar inviável.

9.3.2 ao munícipio de Poço Redondo/SE que:

9.3.2.1 a não realização de curso especializado para o transporte escolar por parte dos condutores da própria prefeitura e da empresa contratada, bem como a não exigência da apresentação desses motoristas da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, caracterizam inobservância ao art. 138, V, e art. 329 da Lei 9.503/1997 (CTB);

9.3.2.2 nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns que envolvam recursos públicos federais, a realização de pregão presencial como regra viola as disposições legais vigentes (art. 4º, *caput* e § 1º, do Decreto 5.450/2005) e a jurisprudência consolidada deste Tribunal (Acórdão 2.290/2017-TCU-Plenário; Acórdão 2.292/2012-TCU-Plenário; Acórdão 1.1197/2011-TCU-2ª Câmara; e Acórdão 6.441/2011-TCU-1ª Câmara), sendo que o formato eletrônico somente poderá ser preterido quando comprovada e justificadamente se demonstrar inviável; e

9.3.2.3 a designação da mesma pessoa como fiscal e gestor de contrato configura ofensa ao princípio da segregação de função, conforme entendimento da doutrina pertinente.

9.4. recomendar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, que avalie a oportunidade e conveniência de orientar a ação dos Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb para, no que se refere ao transporte escolar, manifestar conclusivamente acerca da qualidade dos serviços prestados e da observância aos requisitos de segurança estabelecidos nos arts. 136 a 139 da Lei 9.503/1997;

9.5. dar ciência das irregularidades identificadas nesta auditoria ao Departamento de Trânsito do Estado de Sergipe, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias para assegurar que o transporte escolar ofertado por meio terrestre tenha as condições de segurança e trafegabilidade requeridas;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Superintendência da Policia Federal em Sergipe, para conhecimento e providências acerca da situação relatada nos itens 275 a 280 do Relatório de Auditoria acostado à peça 74 destes autos; e

9.7. enviar cópia desta deliberação aos municípios de Salgado/SE e Poço Redondo/SE, ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe/SE, à Superintendência da Controladoria Geral da União em Sergipe (CGU), ao Ministério Público Estadual de Sergipe/SE, à Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (Seed/SE), ao Detran/SE, à Capitania dos Portos em Sergipe, à Superintendência de Estudos e Pesquisas (Supes) da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (Seplag), bem assim às promotorias de justiça das comarcas judiciais de Salgado/SE e Poço Redondo/SE e ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs/Fundeb), ao Conselho de Assistência Social (CAS/SUAS) e ao Conselho Tutelar desses munícipios.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0759-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 760/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.011/2018-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Responsáveis: Kleiton Anderson Antunes de Souza (CPF 861.604.001-34); Luiz Gastão Bittencourt da Silva (CPF 671.636.967-87); Marcelo José Salles de Almeida (CPF 738.146.287-72); Marcelo Fernando Novaes Moreira (CPF 021.897.857-07); Maria Helena Quiarato (CPF 100.412.918-16); Michel Fonseca Alexandre (CPF 094.630.367-33); Rodolfo Serpa Filho (CPF 071.622.847-52); Rogéria da Silva Savelli Guimaraes (CPF 771.157.247-68).

4. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro (Senac-ARRJ).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Alain Alpin Mac Gregor (OAB-RJ 101.780), entre outros, representando Luiz Gastão Bittencourt da Silva;

8.2. Dalide Barbosa Alves Corrêa (OAB-DF 7.609), entre outros, representando o Senac-ARRJ;

8.3. Saulo Alexandre Morais e Sá (OAB-RJ 135.191), entre outros, representando Marcelo José Salles de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do item 9.3 do Acórdão 691/2018 prolatado pelo Plenário do TCU, ao apreciar no âmbito do TC 035.460/2017-2 a representação formulada pela Fiducial Consultoria e Serviços Financeiros Ltda. sobre os indícios de irregularidade na Concorrência 12/2017 promovida pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro (Senac-ARRJ) para a contratação de serviços de cobrança administrativa extrajudicial e judicial de pessoas físicas e jurídicas sob o valor correspondente ao percentual de comissão incidente sobre os títulos efetivamente recuperados, tendo a vigência inicial do aludido ajuste sido prevista para o prazo de 12 (doze) meses;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Maria Helena Quiarato, nos termos do art. 12, § 3º da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Luiz Gastão Bittencourt da Silva e Kleiton Anderson Antunes de Souza;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Rogéria da Silva Savelli Guimaraes, Michel Fonseca Alexandre, Rodolfo Serpa Filho, Marcelo José Salles de Almeida e Marcelo Fernando Novaes Moreira, deixando, excepcionalmente, de lhes aplicar a multa legal, em sintonia com o princípio administrativo da proporcionalidade, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo Tribunal;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro e aos responsáveis listados no item 3 deste Acórdão, para ciência; e

9.4.2. arquive o presente processo, nos termos do art. 169, V, do RITCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0760-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 761/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.697/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Aldemir Oliva (CPF 239.725.059-49); Basílio Juvenil de Souza (CPF 073.672.609-87); Eraldo João da Rocha (CPF 437.249.819-53); Francisco Assis de Lima (CPF 474.961.779-20); João Rodrigues de Azevedo (CPF 207.733.159-34); Maria Edina de Barros (CPF 044.225.399-06); Oliveira Timotes Moreira (CPF 233.037.949-87); e Tânia Cristina Martins Pirolo (CPF 563.601.779-00).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor, originalmente, de Tânia Cristina Martins Pirolo, como então servidora do INSS no âmbito da gerência executiva de Londrina - PR, além de Francisco Assis de Lima, como terceiro desvinculado ao INSS, e de Aldemir Oliva, Basílio Juvenil de Souza, Eraldo Joaƀo da Rocha, Joaƀo Rodrigues de Azevedo, Maria Edina de Barros e Oliveira Timotes Moreira, como segurados-beneficiários, diante da irregular concessão de benefícios previdenciários e da subsequente produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 69.174,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Tânia Cristina Martins Pirolo e o Sr. Francisco Assis de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Tânia Cristina Martins Pirolo e de Francisco Assis de Lima, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do débito apurado nos autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da aludida dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.2.1. débito sob a responsabilidade de Tânia Cristina Martins Pirolo, pela indevida concessão de benefício previdenciário a:

9.2.1.1. Basílio Juvenil de Souza, sob seguintes valores:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
104,00	07/07/2004
260,00	07/07/2004
260,00	08/08/2004
260,00	03/09/2004
260,00	07/10/2004
260,00	05/11/2004
412,00	02/12/2004
260,00	06/01/2005
260,00	04/02/2005
260,00	04/03/2005
260,00	04/04/2005
260,00	04/05/2005
300,00	03/06/2005
300,00	05/07/2005
300,00	02/08/2005
300,00	05/09/2005
300,00	04/10/2005
300,00	04/11/2005
600,00	02/12/2005
300,00	03/01/2006
300,00	02/02/2006
300,00	09/03/2006
300,00	04/04/2006
350,00	03/05/2006
350,00	02/06/2006
350,00	05/07/2006
350,00	02/08/2006

525,00	04/09/2006
350,00	04/10/2006
350,00	03/11/2006
525,00	04/12/2006
350,00	03/01/2007
350,00	06/02/2007
350,00	02/03/2007
350,00	03/04/2007
380,00	03/05/2007
380,00	04/06/2007
380,00	03/07/2007
380,00	03/08/2007
570,00	05/09/2007
380,00	03/10/2007
380,00	05/11/2007
570,00	04/12/2007
380,00	03/01/2008
380,00	07/02/2008
380,00	04/03/2008
415,00	03/04/2008
415,00	05/05/2008
415,00	04/06/2008
415,00	04/07/2008
415,00	04/08/2008
623,00	03/09/2008
415,00	02/10/2008
415,00	04/11/2008
622,00	02/12/2008
415,00	05/01/2009
415,00	03/02/2009
465,00	03/03/2009
465,00	03/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	02/06/2009

9.2.1.2. Basílio Juvenil de Souza, sob seguintes valores:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
2.031,00	19/10/2004
260,00	19/10/2004
260,00	03/11/2004
520,00	02/12/2004
260,00	04/01/2005
260,00	02/02/2005
260,00	02/03/2005
260,00	04/04/2005
260,00	03/05/2005
300,00	02/06/2005
300,00	04/07/2005
300,00	02/08/2005
300,00	02/09/2005
300,00	04/10/2005
300,00	03/11/2005
600,00	02/12/2005
300,00	03/01/2006
300,00	02/02/2006
300,00	02/03/2006
300,00	04/04/2006
350,00	03/05/2006
350,00	02/06/2006
350,00	04/07/2006
350,00	02/08/2006
525,00	04/09/2006
350,00	03/10/2006
350,00	03/11/2006
525,00	04/12/2006
350,00	03/01/2007
350,00	02/02/2007
350,00	02/03/2007
350,00	03/04/2007
380,00	03/05/2007
380,00	04/06/2007
380,00	03/07/2007
380,00	02/08/2007
570,00	04/09/2007
380,00	02/10/2007
380,00	05/11/2007
570,00	04/12/2007
380,00	03/01/2008
380,00	07/02/2008
380,00	04/03/2008
415,00	02/04/2008
415,00	05/05/2008
415,00	06/06/2008
415,00	07/07/2008
415,00	31/07/2008
623,00	29/08/2008
415,00	30/09/2008
415,00	31/10/2008
622,00	28/11/2008
415,00	30/12/2008
415,00	30/01/2009
465,00	27/02/2009
465,00	31/03/2009
465,00	30/04/2009
465,00	29/05/2009
465,00	30/06/2009
465,00	31/07/2009
698,00	31/08/2009
465,00	30/09/2009

9.2.2. débito sob a responsabilidade solidária de Tânia Cristina Martins Pirolo e Francisco Assis de Lima, pela indevida concessão de benefício previdenciário a:

9.2.2.1. Aldemir Oliva, sob seguintes valores:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
1.528,00	02/09/2008
1.004,00	02/09/2008
777,00	24/10/2008
777,00	06/11/2008
1.002,00	10/12/2008
777,00	09/01/2009
1.528,00	02/09/2008
1.004,00	02/09/2008
777,00	24/10/2008

9.2.2.2. Eraldo João da Rocha, sob seguintes valores:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
254,00	04/03/2008
415,00	02/04/2008
415,00	05/05/2008
415,00	04/06/2008
415,00	03/07/2008
415,00	04/08/2008
606,00	02/09/2008
415,00	02/10/2008
415,00	04/11/2008
604,00	02/12/2008
415,00	05/01/2009

9.2.2.3. Maria Edina de Barros

Valor original (R$)	Data da ocorrência
615,00	12/08/2008
415,00	12/08/2008
554,00	05/09/2008
415,00	03/10/2008
415,00	03/11/2008
552,00	02/12/2008
415,00	02/01/2009

9.2.2.4. Oliveira Timotes Moreira, sob seguintes valores:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
2.212,00	06/02/2008
380,00	06/02/2008
380,00	05/03/2008
415,00	03/04/2008
415,00	08/05/2008
415,00	06/06/2008
415,00	07/07/2008
415,00	31/07/2008
623,00	03/09/2008
415,00	06/10/2008
415,00	05/11/2008
622,00	05/12/2008
415,00	05/01/2009
415,00	03/02/2009
465,00	03/03/2009
465,00	03/04/2009
465,00	04/05/2009
465,00	04/06/2009

9.3. aplicar em desfavor de Tânia Cristina Martins Pirolo e de Francisco Assis de Lima, respectivamente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens de Tânia Cristina Martins Pirolo e de Francisco Assis de Lima, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido arresto em relação ao valor consolidado dos débitos imputados contra os aludidos responsáveis em outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Tânia Cristina Martins Pirolo e Francisco Assis de Lima, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar a Sra. Tânia Cristina Martins Pirolo e o Sr. Francisco Assis de Lima pelo período de 7 (sete) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral Federal junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0761-10/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 762/2020 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 006.264/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Jorge Carlos da Silva (440.478.197-00), Aluizio Catole da Rocha Filho (144.575.747-83), Ana Barbosa Drumond (falecida, 581.259.817-72), Anderson Alves (144.065.837-42), Arthur Amaro Sales (143.847.777-52), Augusto Delfino da Silva (144.677.547-09), Braulino da Costa Pereira (144.677.507-03), Dario Nicolau de Oliveira (141.588.127-80), Emilson Soares (144.041.037-27), Eneilton Soares (144.345.907-07), Fábio Luiz da Silva (144.677.437-66), Glauco Lima Souza (144.051.587-54), Israel Antônio da Rosa (falecido, 255.383.227-34), Jandira Teixeira Baptista (143.829.717-30), José Adilson de Souza (145.358.737-39), José Ramom Tacho (142.329.377-06) e Jurema da Silva Bastos (143.811.917-81).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex-TCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários no âmbito da Agência da Previdência Social Santa Cruz - Gerência Executiva no Rio de Janeiro-Norte do INSS (GEXRJ-Norte).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial os nomes dos Srs. Aluizio Catole da Rocha Filho, Ana Barbosa Drumond (falecida), Anderson Alves, Arthur Amaro Sales, Augusto Delfino da Silva, Braulino da Costa Pereira, Dario Nicolau de Oliveira, Emilson Soares, Eneilton Soares, Fábio Luiz da Silva, Glauco Lima Souza, Israel Antônio da Rosa (falecido), Jandira Teixeira Baptista, José Adilson de Souza, José Ramom Tacho e Jurema da Silva Bastos;

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **c** e **d**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Jorge Carlos da Silva e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional do Seguro Social:

9.2.1. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Aluizio Catole da Rocha Filho:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	13/03/2009
249,00	13/03/2009
465,00	09/04/2009
465,00	11/05/2009
465,00	09/07/2009
465,00	09/07/2009
465,00	07/08/2009
465,00	08/09/2009
465,00	06/10/2009
465,00	06/11/2009
465,00	07/12/2009
465,00	07/01/2010
510,00	05/02/2010
510,00	04/03/2010

9.2.2. pela irregular concessão de benefícios à segurada Sra. Ana Barbosa Drumond:

Valor Original R$	Data da ocorrência
41,50	27/02/2009
465,00	16/03/2009
465,00	06/04/2009
465,00	08/05/2009
465,00	03/06/2009
465,00	03/07/2009
465,00	12/08/2009
465,00	10/09/2009
465,00	14/10/2009
465,00	12/11/2009
465,00	08/12/2009
465,00	11/01/2010
510,00	05/02/2010
510,00	19/03/2010

9.2.3. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Anderson Alves:

Valor Original R$	Data de ocorrência
465,00	18/03/2009
465,00	02/04/2009
465,00	06/05/2009
465,00	05/06/2009
465,00	09/07/2009
465,00	11/08/2009
465,00	09/09/2009
465,00	07/10/2009
465,00	10/11/2009
465,00	07/12/2009
465,00	08/01/2010

9.2.4. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Arthur Amaro Sales:

Valor Original R$	Data de ocorrência
465,00	20/03/2009
166,00	20/03/2009
465,00	08/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	04/06/2009
465,00	02/07/2009
465,00	04/08/2009
465,00	04/09/2009
465,00	05/10/2009
465,00	06/11/2009
465,00	03/12/2009
465,00	11/01/2010
510,00	03/02/2010

9.2.5. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Augusto Delfino da Silva:

Valor Original R$	Data de ocorrência
332,00	06/02/2009
465,00	20/02/2009
465,00	27/03/2009
465,00	28/04/2009
465,00	27/05/2009
465,00	03/07/2009
465,00	07/08/2009
465,00	08/09/2009
465,00	06/10/2009
465,00	06/11/2009
465,00	07/12/2009
465,00	08/01/2010
510,00	05/02/2010
510,00	20/04/2010

9.2.6. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Braulino da Costa Pereira:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	17/03/2009
465,00	02/04/2009
465,00	27/04/2009
465,00	29/05/2009
465,00	1º/07/2009
465,00	28/07/2009
465,00	26/08/2009
465,00	25/09/2009
465,00	27/10/2009
465,00	25/11/2009
465,00	23/12/2009
510,00	26/01/2010
510,00	25/02/2010

9.2.7. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Dario Nicolau de Oliveira:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	29/06/2009
403,00	29/06/2009
465,00	27/07/2009
465,00	25/08/2009
465,00	24/09/2009
465,00	26/10/2009

9.2.8. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Emilson Soares:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	05/03/2009
332,00	05/03/2009
465,00	1º/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	02/06/2009
465,00	1º/07/2009
465,00	03/08/2009
465,00	1º/09/2009
465,00	1º/10/2009
465,00	03/11/2009
465,00	1º/12/2009
465,00	06/01/2010
510,00	1º/02/2010
510,00	1º/03/2010

9.2.9. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Eneilton Soares:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	17/03/2009
262,83	17/03/2009
465,00	31/03/2009
465,00	30/04/2009
465,00	29/05/2009
465,00	10/08/2009
465,00	10/08/2009
465,00	31/08/2009
465,00	05/10/2009
465,00	03/11/2009
465,00	02/12/2009
465,00	04/01/2010
510,00	29/01/2010
510,00	26/02/2010

9.2.10. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Fábio Luiz da Silva:

Valor original R$	Data de ocorrência
332,00	02/02/2009
465,00	18/02/2009
465,00	25/03/2009
465,00	24/04/2009
465,00	25/05/2009
465,00	09/07/2009
465,00	31/07/2009
465,00	08/09/2009
465,00	25/09/2009
465,00	26/10/2009
465,00	24/11/2009
465,00	22/12/2009

9.2.11. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Glauco Lima Souza:

Valor original R$	Data de ocorrência
465,00	30/04/2009
465,00	30/04/2009
465,00	12/05/2009
465,00	04/06/2009
465,00	08/07/2009
465,00	14/08/2009
465,00	09/09/2009
465,00	09/10/2009
465,00	10/11/2009
465,00	04/12/2009
510,00	26/02/2010
465,00	26/02/2010
510,00	02/03/2010
510,00	06/04/2010
510,00	21/05/2010

9.2.12. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. Israel Antônio da Rosa:

Valor Original R$	Data de ocorrência
110,66	17/02/2009
465,00	02/03/2009
465,00	1º/04/2009
465,00	30/04/2009
465,00	29/05/2009
465,00	30/06/2009
465,00	31/07/2009
465,00	31/08/2009
465,00	30/09/2009
465,00	30/10/2009
465,00	30/11/2009
465,00	30/12/2009

9.2.13. pela irregular concessão de benefícios à segurada Sra. Jandira Teixeira Baptista:

Valor original R$	Data de ocorrência
249,00	04/02/2009
465,00	02/04/2009
465,00	02/04/2009
465,00	04/05/2009
465,00	05/06/2009
465,00	06/07/2009
465,00	05/08/2009
465,00	08/09/2009
465,00	05/10/2009
465,00	04/11/2009
465,00	02/12/2009
465,00	11/01/2010

9.2.14. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. José Adilson de Souza:

Valor original R$	Data de ocorrência
403,00	03/06/2009
465,00	1º/07/2009
465,00	04/08/2009
465,00	1º/09/2009
465,00	1º/10/2009
465,00	26/10/2009

9.2.15. pela irregular concessão de benefícios ao segurado Sr. José Ramon Tacho:

Valor original R$	Data de ocorrência
249,00	05/02/2009
465,00	09/03/2009
465,00	02/04/2009
465,00	06/05/2009
465,00	1º/06/2009
465,00	25/06/2009
465,00	28/07/2009
465,00	28/08/2009
465,00	25/09/2009
465,00	27/10/2009
465,00	26/11/2009
465,00	24/12/2009
510,00	26/01/2010
510,00	23/02/2010
510,00	31/03/2010

9.2.16. pela irregular concessão de benefícios à segurada Sra. Jurema da Silva Bastos:

Valor original R$	Data de ocorrência
359,66	03/02/2009
465,00	02/04/2009
465,00	02/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	04/06/2009
465,00	07/07/2009
465,00	06/08/2009
465,00	04/09/2009
465,00	05/10/2009
465,00	06/11/2009
465,00	03/12/2009
465,00	05/01/2010

9.3. aplicar ao Sr. Jorge Carlos da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. considerar grave a infração cometida pelo Sr. Jorge Carlos da Silva, com base no art. 270 do Regimento Interno/TCU;

9.6. aplicar ao Sr. Jorge Carlos da Silva (CPF 440.478.197-00) a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de 8 (oito) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270 do Regimento Interno/TCU;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se referem os subitens 9.2 e 9.3 deste Acórdão, caso não atendida a notificação, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. solicitar, com fulcro no art. 61 da Lei 8.443/1992 e no art. 275 do Regimento Interno/TCU, à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens do responsável Jorge Carlos da Silva (CPF 440.478.197-00), caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do recolhimento das dívidas, devendo este Tribunal ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e à sua restituição;

9.9. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que a decisão contida no subitem 9.1 deste Acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os segurados beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos;

9.10. enviar cópia deste Acórdão:

9.10.1. à Controladoria-Geral da União para fins de controle da aplicação da penalidade referida no subitem 9.6 deste Acórdão, nos termos dos Acórdãos 348/2016-TCU-Plenário e 714/2016-TCU-Plenário;

9.10.2. ao INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0762-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 763/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.959/2015-9.
1.1. Apenso: 020.925/2017-4
3. Recorrentes: Ritelza Cabral Demétrio (CPF 107.931.943-34), Edson Sá (CPF 017.421.083-34), Francisco Rafael Duarte Sá (CPF 953.675.603-00) e Ecmar Demétrio Monte Coelho (CPF 243.529.423-91).
4. Unidade: Município de Aquiraz/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Representação legal: Danielle Capistrano Rolim Mota (OAB 20.015/CE), Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra (OAB/DF 44.089 e OAB/GO 43.210/A), Tatiana Francelino Moreira Leitão (OAB/CE 16.604), e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Ritelza Cabral Demétrio, Edson Sá, Francisco Rafael Duarte Sá e Ecmar Demétrio Monte Coelho ao Acórdão 2101/2019-TCU-Plenário, prolatado em processo de tomada de contas especial, por meio do qual os responsáveis tiveram suas contas julgadas irregulares,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Ritelza Cabral Demétrio, Edson Sá e Francisco Rafael Duarte Sá, por atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU;
9.2. conhecer excepcionalmente dos embargos de declaração opostos por Ecmar Demétrio Monte Coelho, relevando a sua intempestividade, ante as razões constantes do Voto parte desta deliberação;
9.3. acolher parcialmente os embargos opostos por Ritelza Cabral Demétrio, de forma a integrar a decisão recorrida, visando ao saneamento das omissões reconhecidas, conforme as razões expostas no Voto condutor do presente Acórdão, mantendo-se, em seus exatos termos, a decisão recorrida;
9.4. rejeitar os embargos opostos por Edson Sá, Francisco Rafael Duarte Sá e Ecmar Demétrio Monte Coelho;
9.5. tornar insubsistente o item 2 do Ofício 5656/2019-TCU/Seproc, de 25/9/2019, mantendo-se inalterados os seus demais termos; e
9.6. dar ciência desta deliberação aos embargantes, alertando a Seproc sobre a mudança de endereço das representantes legais de Ecmar Demétrio Monte Coelho.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0763-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 764/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.579/2014-0.
2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Responsáveis/Embargante:
3.1. Responsáveis: Joana D'Arc Cabral Figueiredo (CPF 204.911.743-49); Luís Carlos Uchoa Saunders (CPF 001.149.103-59); Maria Clarisse Ferreira Gomes (CPF 102.706.123-00); Tânia Maria Lacerda Maia (CPF 105.075.583-91); Valderi Dias Ferreira Filho (CPF 273.189.073-87); e Multemprex Comércio e Serviços de Alimentação, Eventos, Informática e Audiovisual Ltda. - EPP (CNPJ 12.985.431/0001-33).
3.2. Embargante: Maria Clarisse Ferreira Gomes (CPF 102.706.123-00).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará -UFC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: não atuou.
8. Representação legal: Adriano Fernandes da Cunha (OAB-CE 29.396), Carlos Otávio de Arruda Bezerra (OAB-CE 19.246), Francisco Ernando Uchôa Lima (OAB-CE 10.054), Rodrigo do Nascimento Santos (OAB-CE 23.416), Tirshen Maia Martins (OAB-CE 26.333) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Maria Clarisse Ferreira Gomes, em face do Acórdão 2292/2019 - Plenário, por meio do qual foram julgadas irregulares suas contas e de outros gestores da Universidade Federal do Ceará (UFC), com condenação em débito solidário e aplicação de multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Maria Clarisse Ferreira Gomes (CPF 102.706.123-00), para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, concedendo os efeitos integrativos descritos nas razões expostas pelo Relator;
9.2. manter os exatos termos do Acórdão 2292/2019 - Plenário; e
9.3. dar ciência deste Acórdão à embargante.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0764-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 765/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.312/2011-4.
2. Grupo: I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amazonas.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/AM.
8. Representação Legal: Eduardo Luiz Ferreira de Araújo de Souza (OAB/RJ 140.563 e OAB/DF 54.217) e outros; Paula da Cunha Westmann (OAB/SP 228.918) e Mônica Fernandes Nunes da Conceição (OAB/RJ 101.941).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM) dando conta de possíveis irregularidades na aplicação de recursos de compensação ambiental por parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas (SDS),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. tornar insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1064/2016-TCU-Plenário, ante a superveniência da Lei 13.668/2018 que alterou o arcabouço jurídico acerca da aplicação de recursos oriundos de compensação ambiental;
9.2. remeter cópia dos presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para que adote as providências que julgar cabíveis;
9.3. dar ciência deste Acórdão à empresa Petróleo Brasileiro S.A., à Transportadora Associada de Gás S.A., à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas e ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;
9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0765-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 766/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC-027.185/2019-2
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena/RO (SAAE-RO).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras/2019, no edital de licitação da Concorrência Pública 001/SAAE/2019, que visou a contratação de empresa para ampliação e readequação do sistema de abastecimento de água em Vilhena/RO,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. dar ciência ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena/RO (SAAE-RO), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, das seguintes situações atinentes ao edital da Concorrência Pública 001/SAAE/2019, a fim de aperfeiçoar os procedimentos licitatórios:
9.1.1. deficiência na definição dos critérios de aceitabilidade dos preços, haja vista a não fixação de preços unitários máximos, em afronta ao disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e na Súmula TCU 259;
9.1.2. a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme disposto no art. 14 do Decreto 7983/2013;
9.1.3. os parâmetros para as taxas de Benefício e Despesas Indiretas - BDI para diferentes tipos de obras e serviços de engenharia foram fixados por meio do Acórdão 2.622/2013-Plenário;
9.1.4. a ampliação da meta de atendimento com inclusão de novos serviços na planilha orçamentária deve ser negociada entre os órgãos partícipes do Termo de Compromisso, uma vez que, de acordo com o TC 424.365-74/2014, cláusula décima oitava, qualquer alteração deve ser feita por meio de termo aditivo, provocada pelo compromissário ou pelo interveniente executor, sendo necessária, para sua implementação, a concordância da compromitente;
9.1.5. previamente ao início das obras, é necessário confirmar a disponibilidade ou, ao menos, a previsão dos recursos correspondentes, com vistas a evitar a futura paralização da execução por falta de recursos;
9.2. dar ciência do presente Acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena/RO (SAAE-RO) e à Caixa Econômica Federal;
9.3. arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 10/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0766-10/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 30 minutos, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 8 de abril de 2020.

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

ATA DA 40ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2020

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 9h28 (nove horas e vinte e oito minutos) realizou-se via webconferência por meio da plataforma Cisco Webex, a 40ª Sessão Plenária Extraordinária (SPE), com a presença dos seguintes conselheiros efetivos: Mônica Karl da Silva, CRFa 1-7205 e CPF 989.180.527-15; Marcia Cristiane de Freitas Mendes Civitella, CRFa 2-4619 e CPF 086.802.398-10; Silvia Tavares de Oliveira, CRFa 2-3861 e CPF 111.33.168-24; Francisco Pletsch, CRFa 3-4764 e CPF 283.201.319-87; Mércia Maria Quintino Silva, CRFa 4-7111 e CPF 418.671.494-00; Silvia Maria Ramos , CRFa 5-0121 e CPF 635.370.109-82; Lucila de França Martins Oliveira, CRFa 6-1436 e CPF 094.766-828-41; Léa Travi Lamonato, CRFa 7-9087 e CPF 002.952.030-48; Charleston Teixeira Palmeira, CRFa 8-4367 e CPF 388.634.303-06; Marcia Regina Salomão, CRFa 9-180-5 e CPF 145.519.262-72. Da Pauta. 1. Eleição de Diretoria. A presidente Silvia Tavares solicitou manifestação dos conselheiros interessados em compor a diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, mandato de 21 de abril de 2020 a 21 de abril de 2021. Candidatou-se ao cargo de Diretora Secretária a conselheira Silvia Maria Ramos. Candidatou-se ao cargo de Diretora Tesoureira a conselheira Mônica Karl da Silva. Candidatou-se ao cargo de Vice Presidente o conselheiro Francisco Pletsch. Candidatou-se ao cargo de Presidente a conselheira Silvia Tavares de Oliveira. Em seguida, a conselheira Silvia Tavares deu início à eleição da Diretoria e encaminhou-se a votação para todos os cargos. Diretora-Secretária: Feita a recondução da conselheira Silvia Ramos por unanimidade. Diretora-Tesoureira: Feita a recondução da conselheira Mônica Karl por unanimidade. Vice-Presidente: Feita a recondução do conselheiro Francisco Pletsch por unanimidade. Presidente: Feita a recondução da conselheira Silvia Tavares por unanimidade. Dessa forma, a Diretoria ficou assim constituída: Presidente - Silvia Tavares de Oliveira; Vice-Presidente - Francisco Pletsch; Diretora Secretária - Silvia Maria Ramos; Diretora Tesoureira - Mônica Karl da Silva. O mandato da Diretoria eleita irá de 21.04.2020 a 21.04.2021. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada as 9h51 (nove horas e cinquenta e um minutos), lavrada a presente ata que será assinada por mim que coordenei os trabalhos.

Brasília, 9 de abril de 2020.
SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.319, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Dispõe, ad referendum do Plenário do CFMV, acerca da realização de Sessões Deliberativas e Reuniões de Diretoria Executiva, Comissões e Grupos de Trabalho em ambiente virtual durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições definidas no inciso XXIII, artigo 7º, do Regimento Interno (Resolução CFMV nº 856, de 30 de marco de 2007), e na alínea 'f' do artigo 16 e no artigo 31 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; considerando as medidas de restrição de locomoção levadas a efeito a partir do avanço do COVID-19; considerando o disposto no artigo 24 da Lei nº 5.517, de 1968, e nos artigos 33 a 40 da Resolução CFMV nº 856, de 2007, nos artigos 10, 38 a 49 e 53 a 56 da Resolução CFMV nº 591, de 1992, na Resolução CFMV nº 875, de 2007, na Resolução CFMV nº 723, de 2002, e na Resolução CFMV nº 487, de 1986; considerando que o funcionamento e a atuação dos órgãos deliberativos e consultivos do Sistema CFMV/CRMVs não podem sofrer solução de continuidade; resolve:
Art. 1º Autorizar, temporariamente e durante o período de restrições de locomoção e aglomeração provocadas pela pandemia do COVID-19, a realização no Sistema CFMV/CRMVs de Sessões Deliberativas e Reuniões de Diretoria Executiva, Comissões e Grupos de Trabalho, de forma remota, por meio de ambiente virtual.
§ 1º As reuniões virtuais ocorrerão por intermédio de meio eletrônico, aplicativo ou programa, que permita discussão e votação de forma remota, bem como possibilite as respectivas gravações, de modo a registrar os participantes, as discussões e as deliberações.
§ 2º As assinaturas das atas resultantes das reuniões poderão ser feitas virtualmente, por meio de certificado ou assinatura digital, ou fisicamente, após o encerramento da crise.
§ 3º Ficam mantidas todas as demais regras relativas à realização das reuniões, tais como convocação, envio da pauta e quórum mínimo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RETIFICAÇÕES

Na Resolução CFN nº 646, de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 54, Seção 1, de 19 de março de 2020, página 81, onde se lê: "em conformidade com a deliberação da Plenária do CFN reunida extraordinariamente por videoconferência"; Leia-se: "ad referendum" do Plenário do CFN, conforme competência constante no inciso VI, do art. 22 da Resolução CFN nº 621, de 18 de fevereiro de 2019 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)".

Na Resolução CFN nº 647, de 24 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 59, Seção 1, de 26 de março de 2020, página 132, onde se lê: "em conformidade com a deliberação da Plenária do CFN reunida extraordinariamente por videoconferência"; Leia-se: "ad referendum" do Plenário do CFN, conforme competência constante no inciso VI, do art. 22 da Resolução CFN nº 621, de 18 de fevereiro de 2019 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)".

Na Resolução CFN nº 648, de 2 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 66, Seção 1, de 6 de abril de 2020, página 175, onde se lê: "em conformidade com a deliberação da Plenária do CFN reunida extraordinariamente por videoconferência"; Leia-se: "ad referendum" do Plenário do CFN, conforme competência constante no inciso VI, do art. 22 da Resolução CFN nº 621, de 18 de fevereiro de 2019 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)".

Na Resolução CFN nº 649, de 2 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 66, Seção 1, de 6 de abril de 2020, página 175, onde se lê: "em conformidade com a deliberação da Plenária do CFN reunida extraordinariamente por videoconferência"; Leia-se: "ad referendum" do Plenário do CFN, conforme competência constante no inciso VI, do art. 22 da Resolução CFN nº 621, de 18 de fevereiro de 2019 que aprovou o Regimento Interno do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)".

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 42, DE 7 DE ABRIL DE 2020

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREMESP, Dra. Irene Abramovich, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto na 44.045, de 19 de julho de 1958, tendo em vista o Decreto Estadual nº 64.920 de 06 de abril de 2020, que estende até o dia 22 de abril de 2020 o período de quarentena no Estado de São Paulo, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, determina:

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento de saúde pública referente ao Coronavirus (COVID-19) e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO a reclassificação recente do Novo Coronavirus (COVID-19) como "pandemia" pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de prevenção à saúde dos conselheiros, delegados, funcionários, estagiários e sociedade em geral, com escoramento da Assessoria Jurídica Sju-Dej desta autarquia; resolve:

Art. 1°-. Prorrogar o período de suspensão dos prazos processuais relativos às sindicâncias, processos ético-profissionais, cartas precatórias, consultas e procedimentos administrativos funcionais que tramitam no âmbito deste Conselho, até o dia 22 de abril de 2020.

§ 1°- A disposição do artigo não se aplica às excepcionalidades previstas na Portaria Cremesp nº 41 de 2020.

§ 2º - o disposto neste artigo retroage à data da publicação da Portaria Cremesp nº 40/2020.

Art.2°- Fica prorrogada também até o dia 22 de abril de 2020 a suspensão da realização de audiências relativas às sindicâncias, julgamentos dos processos éticos e cartas precatórias pelos Conselheiros, devendo o Setor de Processos/Corregedoria proceder à sua redesignação, em tempo hábil, tão logo seja cessada a referida suspensão.

§ 1°- A intimação da suspensão das audiências já marcadas será direcionada às partes, advogados, testemunhas e declarantes.

§ 2°- A disposição do artigo não se aplica às excepcionalidades previstas na Portaria Cremesp nº 41 de 2020.

Art. 3° Suspende-se também a realização de sessões das Câmaras de Sindicância, Câmara Revisora, Câmaras e Pleno de Julgamento de processos ético-profissionais deste Regional no período definido no artigo 1° desta Portaria.

§ 1°- A disposição do artigo não se aplica às excepcionalidades previstas na Portaria Cremesp nº 41 de 2020.

§ 2º - o disposto neste artigo retroage à data da publicação da Portaria Cremesp nº 40/2020.

Art. 4° Fica suspenso também até o dia 22 de abril de 2020, o atendimento presencial ao público externo, inclusive aos advogados na SSI e SPEP.

§ 1°- A disposição do artigo não se aplica às excepcionalidades previstas na Portaria Cremesp nº 41 de 2020.

Art.5° O Diretor 1º Secretário fica autorizado a adotar providências necessárias para com relação ao enfrentamento do COVID-19, devendo as medidas ser submetidas ao conhecimento da Presidência, inclusive, podendo prorrogar o prazo dessa portaria de acordo com a necessidade apresentada.

§ 1°- Cada departamento da sede do Cremesp deverá providenciar a presença de, no mínimo, 1 (um) funcionário no período da matutino e outro funcionário no período vespertino, devendo a escala ser apresentada pelas chefias, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), a partir da publicação dessa portaria e, devidamente entregues à Diretoria e Departamento de Recursos Humanos.

§ 2°- Permanecem inalterados os termos da Portaria Cremesp nº 41 de 2020 referente aos departamentos: SRP, SRE, Atendimento ao Público.

§ 3°- As delegacias poderão ser abertas, em período diurno, somente pelos delegados superintendentes ou seus adjuntos, nos termos da Portaria Cremesp nº 4/2018, ocasião em que os delegados instrutores realizarão, exclusivamente os relatórios circunstanciados de sindicâncias, com instrução concluída ou em fase de conclusão.

§4º - Deverão, obrigatoriamente, ser lançado no auxílio de representação o número da sindicância apurada e subscrita pelo delegado superintendente ou seu adjunto.

§ 5°- Os expedientes realizados nas delegacias deverão atender o disposto do artigo 2º da presente portaria.

§ 6 °- As delegacias poderão contar com a presença de delegados exclusivamente para confeccionar relatórios circunstanciados, cujo auxílio de representação está condicionado ao controle do delegado superintendente, devendo constar minimamente o número da sindicância e horário frequentado pelo delegado solicitante.

Art. 6° O Cremesp irá monitorar diariamente as providências necessárias para enfrentamento do tema, atento também à manutenção da continuidade do serviço público.

Art. 7° Os casos omissos serão decididos pelo Presidente com apoio da Diretoria.

Art. 8° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO VATTIMO
Diretor 1º Secretário

IRENE ABRAMOVICH
Presidente do Conselho

